

3 Perfis, Estratégias e Planos para as Regiões (II)

**Síntese em 5 Volumes do Estudo sobre
Desenvolvimento Regional e Logística
de Transportes no Rio Grande do Sul
- Volume 3 -**



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
DEZ/2005

R585

Rio Grande do Sul. Secretaria da Coordenação e Planejamento. Departamento de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Estratégico.

Rumos 2015: estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul / SCP-DEPLAN; DCAPET. Porto Alegre: SCP, 2006. 5 v. : tab.; gráf., mapas.

Conteúdo: v. 1 – O desafio do desenvolvimento regional e estratégias para o Estado, v. 2 – Perfis, estratégias e planos para as regiões (I), v. 3 - Perfis, estratégias e planos para as regiões (II), v. 4 – A logística de transportes no desenvolvimento regional, v. 5 – Propostas para o sistema logístico do Rio Grande do Sul.

1. Desenvolvimento regional – Rio Grande do Sul 2. Logística - Transporte - Rio Grande do Sul 3. Planejamento regional – Rio Grande do Sul 4. Conselho Regional de Desenvolvimento (RS/ Brasil) I. Título. II. Secretaria da Coordenação e Planejamento; Departamento de Coordenação e Acompanhamento de Projetos de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico.

CDU 332.146.2:656(816.5)

Volume 3

SUMÁRIO

Apresentação	7
3.1 – Região Funcional 6	9
Tendências Recentes da Região	10
Futuro Tendencial da Região	17
Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região	22
Visão Estratégica	25
Estratégias Propostas	26
Plano Estratégico para a Região	32
3.2 – Região Funcional 7	62
Tendências Recentes da Região	63
Futuro Tendencial da Região	76
Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região	81
Visão Estratégica	86
Estratégias Propostas	87
Plano Estratégico para a Região	93
3.3 – Região Funcional 8	121
Tendências Recentes da Região	122
Futuro Tendencial da Região	130
Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região	135
Visão Estratégica	138
Estratégias Propostas	140
Plano Estratégico para a Região	145
3.4 – Região Funcional 9	171
Tendências Recentes da Região	172
Futuro Tendencial da Região	186
Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região	192
Visão Estratégica	197
Estratégias Propostas	198
Plano Estratégico para a Região	204
Anexo 1 – Lista de Siglas	236
Anexo 2 – Base para a Regionalização Adotada para as Propostas deste Volume	241

Perfis, Estratégias e Planos para as Regiões (II)

Apresentação

Dando continuidade ao Volume 2, no qual foram apresentados os Planos Regionais para as Regiões Funcionais 1, 2, 3, 4 e 5, este documento consolida a apresentação do conjunto de programas e projetos para o desenvolvimento socioeconômico das demais quatro Regiões Funcionais definidas neste estudo (ver Anexo 1). Assim, juntamente com o Plano Estratégico para o Rio Grande do Sul, apresentado no Volume 1, essas análises compõem a síntese da etapa de Propostas do Componente 1 do Rumos 2015 (Organização Territorial e Desenvolvimento Regional).

Nas próximas páginas, serão apresentadas as avaliações sobre o desempenho recente das Regiões Funcionais, as tendências para o futuro com ano-horizonte em 2015, os elementos para a construção da Matriz SWOT, a visão estratégica para cada uma delas e as estratégias propostas a serem implementadas pelos próximos 10 anos, com seus respectivos objetivos e ações. Os nove Planos Regionais foram definidos após um amplo retrato evolutivo do Estado e de seus 24 COREDEs constituintes, elaborado na Etapa de Avaliação do Rumos 2015, envolvendo todas as dimensões intervenientes no desenvolvimento sustentável e que culminaram em duas propostas principais. A primeira foi a classificação dos COREDEs em cinco grupos, de acordo com seu grau de desenvolvimento econômico, suas potencialidades socioeconômicas e ambientais e condições sociais. Posteriormente, foram definidas as nove Regiões Funcionais para efeito de planejamento, com base em características de homogeneidade e polarizações ou potencialidades comuns, a fim de que possam ser atingidos objetivos integrados e sinérgicos na busca do desenvolvimento econômico com redução de desigualdades regionais.

O Cenário Tendencial modelado para o Rio Grande do Sul, cuja síntese também está no Volume 1, forneceu diversos indicativos sobre o futuro esperado para as Regiões gaúchas, caso persistam as tendências recentes. O instrumento utilizado na definição dos Planos Regionais indica quais setores econômicos são mais promissores em cada Região (como aqueles mais competitivos e de maior internalização) e também as restrições que poderão se concretizar, caso intervenções mais decisivas do Estado e da sociedade não ocorrerem (como, por exemplo, a manutenção dos níveis de pobreza e a redução das disparidades de renda). Este Cenário, compatível com cenários da economia mundial, brasileira e estadual, constituiu-se em poderosa ferramenta referencial para as propostas a serem elaboradas, indicando atividades que devem ser incentivadas e em quais porções do território.

Para a construção da visão e a definição das estratégias regionais, a principal ferramenta utilizada foi a matriz SWOT, que permitiu identificar as potencialidades e restrições de cada Região

e quais as ameaças e oportunidades a elas esperadas, baseando-se nas análises de indicadores do passado recente e do futuro próximo. Foram sintetizadas potencialidades e restrições, ameaças e oportunidades específicas nas dimensões ambiental, de infra-estruturas e informação e conhecimento, além de problemas e desafios sociais, incorporadas às matrizes SWOT regionais.

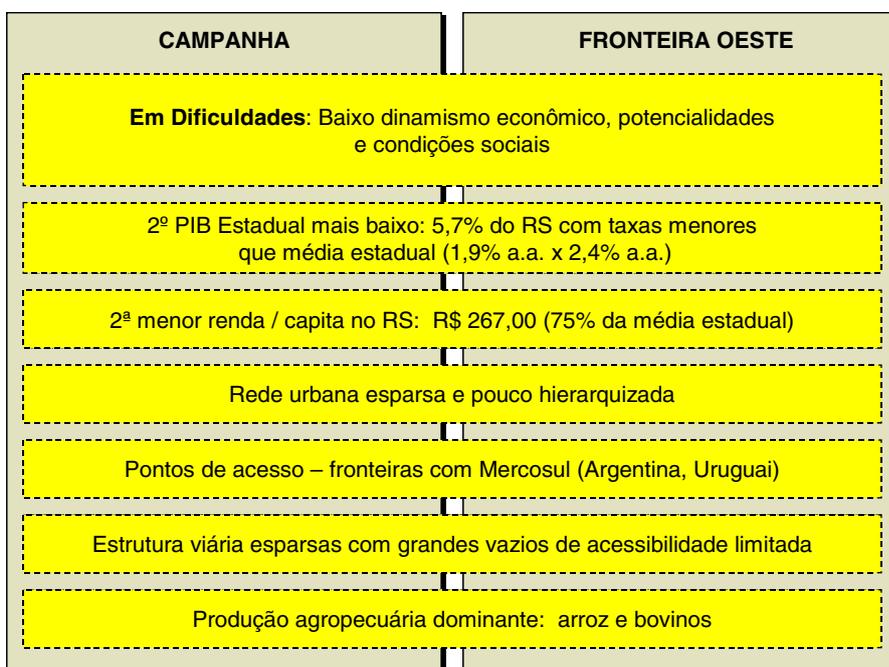
A partir desses insumos, foram realizadas discussões com especialistas setoriais de diversos segmentos econômicos, que possibilitaram o preenchimento de lacunas que ainda existiam para a adequada construção das estratégias regionais. O conjunto de estratégias, objetivos e ações definido para o Estado e para as Regiões Funcionais também foi discutido pelo governo do Estado, equipe técnica e por representantes regionais com o objetivo de construir formas conjuntas de implementação.

Os Planos Regionais aqui apresentados objetivam constituir-se no arcabouço global dos programas e projetos que incidem em cada uma das Regiões, sendo um referencial das políticas multissetoriais que devem ser empreendidas em todo o Estado. Reúnem agrupamentos sinérgicos de programas e projetos, perseguindo as estratégias propostas, mas articulando-se e fazendo parte do Plano Estadual.

3.1 – Região Funcional de Planejamento 6

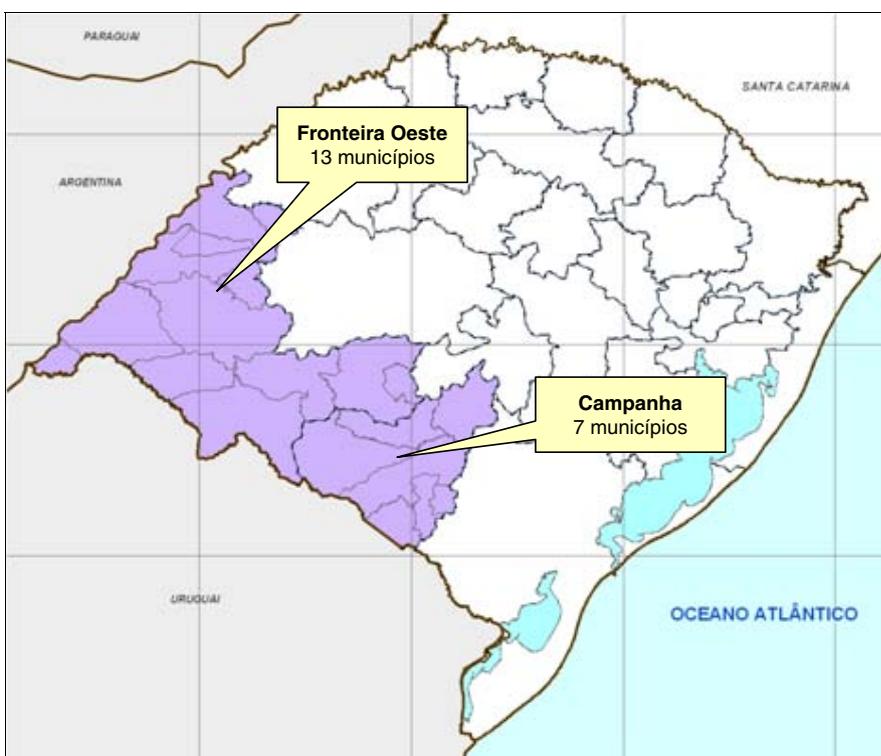
A Região Funcional 6 é formada pelos COREDEs Campanha e Fronteira Oeste, com fortes interações entre si e características semelhantes quanto aos perfis produtivos, indicadores sociais e infra-estrutura. Nas análises do Rumos 2015, ambos foram classificados como áreas “Em Dificuldades” (ver Volume 1), por apresentarem indicadores de desenvolvimento, potencialidades socio-econômicas e ambientais e condições sociais abaixo da média do Estado.

Figura 3.1.1 – Homogeneidades e Polaridades da RF 6



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.1.2 – Municípios e COREDEs da RF 6



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Essa Região caracteriza-se por grandes vazios demográficos, pontuados por uma estrutura urbana esparsa, sem cidades de maior porte e grande distância dos principais centros consumidores. Em virtude da predominância de grandes propriedades rurais, possui a mais baixa densidade demográfica (apenas 12 habitantes por km²) e a maior concentração fundiária do Estado, acompanhada de uma produção primária baseada na pecuária extensiva e no arroz. Seus centros urbanos não chegam a formar um mercado local de destaque e tendem a concentrar os contingentes de população empobrecida. A longa fronteira internacional não chega a ser um ativo, uma vez que o norte do Uruguai é também uma região pobre e seus setores tendem mais a competir com a estrutura produtiva local do que a complementá-la.

Tendências Recentes da Região Funcional 6

Neste capítulo, será analisado o desempenho recente da Região no que diz respeito à dinâmica econômica, demográfica e de urbanização, às infra-estruturas disponíveis, ao grau de desenvolvimento social, às potencialidades ambientais, à informação e conhecimento, às disponibilidades financeiras e ao empreendedorismo, como síntese das aptidões e restrições identificadas como relevantes e que se constituirão nos fatores que contribuirão para o seu desempenho futuro.

Desempenho Econômico: Entre 1990 e 2002, o PIB per capita passou de R\$ 6,9 mil para R\$ 7,9 mil. Apesar de ter tido uma taxa de crescimento mais alta do que a média estadual, o PIB per capita ainda é cerca de 76% do valor médio gaúcho. Seus 769 mil habitantes (7,6% do total do Rio Grande do Sul) produzem um PIB anual equivalente a 5,9% do total e ocupam 63 mil km² (25% da superfície do Estado).

O fato mais notório dessa Região foi a sua desindustrialização. O setor secundário era responsável por quase um quarto do PIB regional em 1990 e caiu para cerca de 16% em 2002. Isso se mostra também nos dados referentes à ocupação entre 1991 e 2001, período em que o número de trabalhadores com carteira assinada na indústria caiu à taxa de 4,5% a.a. (compensada, em parte, pelo aumento da informalidade no setor). Ao mesmo tempo, a participação da atividade agropecuária cresceu de 25% para 35% do total, superando as taxas de crescimento estaduais do setor, e mais do que compensou a tendência ao esvaziamento industrial. O setor de serviços manteve-se na mesma proporção (em torno de 40%) do PIB regional entre 1990 e 2002. Chama atenção o fato de a Região abrigar 6,4% da população ocupada gaúcha, dos quais 11,2% estão na Administração Pública.

Na indústria, pouco importante no âmbito estadual, os únicos setores que se destacam são os relacionados ao Processamento de Produtos de Origem Vegetal e Animal. Juntos, somam mais de dois terços da produção industrial da Região Funcional. A produção de cimento, com base nas jazidas de calcário nas proximidades de Bagé, tem também destaque, sendo responsável por 10% do valor adicionado industrial e tem-se mostrado dinâmica.

No setor agrícola, a orizicultura é a atividade primaz, representando mais de três quartos da produção agrícola regional. A produção tem crescido a taxas elevadas, o que faz com que 41% do arroz gaúcho sejam produzidos nos dois COREDEs. O processamento de arroz também se dá na mesma proporção. Em seguida, o outro setor dominante é o da soja, com 17,5% da produção estadual, mas virtualmente não há processamento local. Na produção de arroz, a Região tem uma eficiência 10% menor do que a Região 5, o *benchmark* nacional. Apesar de ocorrer justamente na atividade agropecuária primaz, essa diferença não chega a ser preocupante. Na produção de soja, a realizada na Fronteira Oeste é a mais eficiente do Estado, mas ainda cerca de um quinto da alcançada no Mato Grosso. A produção de trigo, apesar de pouco importante, é relativamente eficiente neste COREDE, posicionando-se em terceiro lugar no âmbito nacional.

Na pecuária, a Região caracteriza-se por conter mais de um terço dos rebanhos bovinos estaduais e metade dos ovinos. São mais de 5 milhões de cabeças de gado e 2 milhões de ovelhas. Mais recentemente, houve um incremento do processamento desse tipo de carne, o que levou a que 32% dessa atividade no Estado fossem realizados na Região.

A concentração fundiária é notável. Segundo dados do Censo Agropecuário de 1996, das

quase 120 propriedades rurais gaúchas com mais de 5 mil hectares, metade estava nesta Região Funcional, ocupavam 381 mil hectares e eram responsáveis por 6,3% do total da área das propriedades agropecuárias na Região.

Desempenho Demográfico e da Rede Urbana: Trata-se de uma região altamente urbanizada (85% da população), mas com uma estrutura urbana dispersa e fortemente polarizada por poucas cidades. O pólo principal da porção localizada a oeste é Uruguaiana, enquanto Santana do Livramento polariza o restante da área referente ao COREDE Fronteira Oeste. Na porção correspondente ao Campanha, o pólo é Bagé, cuja influência chega a atingir mesmo municípios da adjacente Região Funcional 5. A taxa de crescimento populacional tem sido baixa, 0,88% a.a. entre 1991 e 2000, e concentrada nos centros urbanos regionais, que têm atraído fluxos da zona rural. Como um todo, o saldo migratório é negativo e o principal destino de seus habitantes é a Região Funcional 1.

Desempenho do Emprego e Renda: O desempenho econômico reflete-se nos níveis de absorção da população por postos de trabalho e na renda por ela apropriada.

Entre 1991 e 2000, a população ocupada na Região cresceu 1,2% a.a, taxa inferior à observada na mesma variável no Estado. Vale destacar a virtual estagnação do número de empregos com carteira assinada no período. O principal setor responsável por este fenômeno foi a queda absoluta da ocupação com carteira assinada no setor industrial, parcialmente compensada pelo incremento do emprego com carteira assinada no setor público.

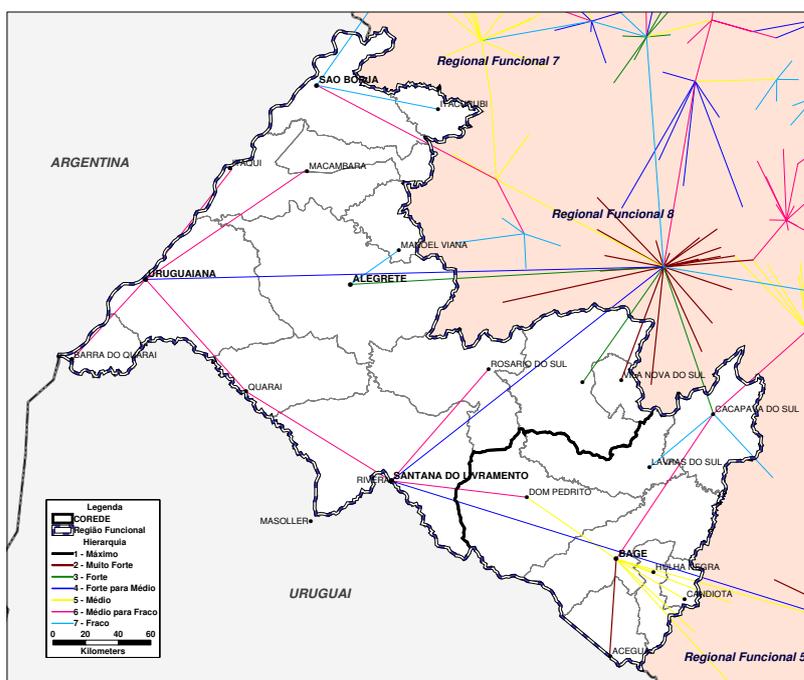
Na década de 90, o percentual de famílias com rendimento abaixo de dois salários mínimos caiu de 45% para 34%. Por outro lado, o percentual de famílias enquadradas como Sem Rendimento cresceu de 1,8% para 5,5% do total da Região Funcional.

Os dados de renda regional mostram um resultado não tão positivo como os sugeridos pelos dados de PIB: sugerem uma baixíssima taxa de crescimento nos anos 90. A renda per capita teria crescido 0,2% ao ano, passando de R\$ 263 para R\$ 268. Ou seja, em termos de absorção do valor produzido pela atividade econômica, a Região não acompanhou a taxa de crescimento gaúcha e segue com renda per capita cerca de 25% inferior à média do Estado.

Espacialmente, pertence a três bacias de emprego polarizadas, embora de modo mais tênue, dadas as grandes distâncias entre eles, pelos centros urbanos mais importantes – Uruguaiana, Santana do Livramento e Bagé. São Borja também exerce certa polarização que extrapola para o Missões.

Desenvolvimento Social: Os indicadores educacionais são ruins. A taxa de analfabetismo, de 8,3%, é maior do que a média estadual, bem como a distorção idade-série no ensino fundamental e médio. As taxas de matrículas seguem o padrão gaúcho nesses níveis. Já no ensino

Figura 3.1.3 – Polarização e Hierarquia Urbana na RF 6



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

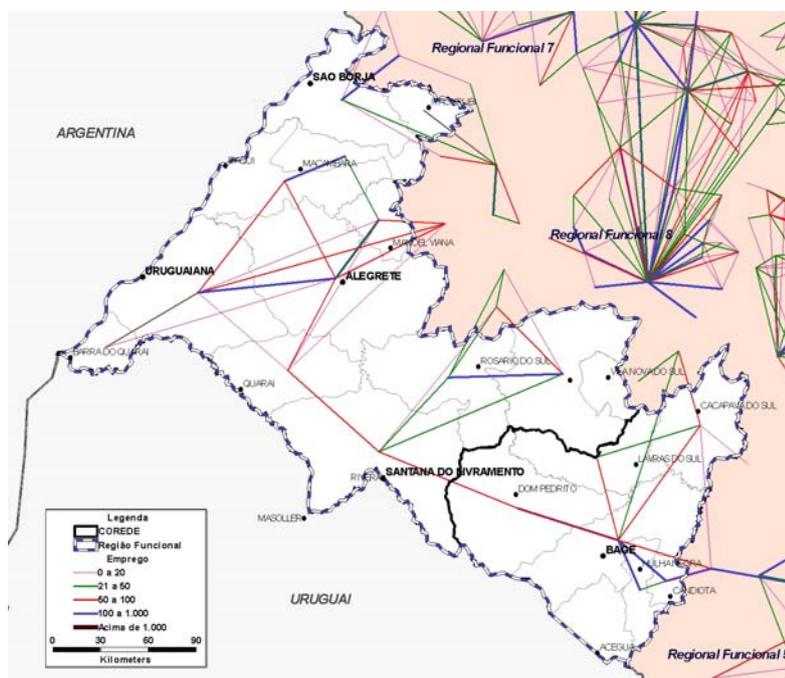
superior, a taxa de escolarização bruta, de 12,8%, é quase dez pontos percentuais inferior à média do Estado.

Em saúde, a mortalidade infantil (20,9/1000) está entre as duas maiores das Regiões Funcionais. Por outro lado, as mortes por causas não-definidas (5,49%) encontram-se abaixo da média estadual. O número de leitos por 1.000 habitantes (2,9) é menor do que a média estadual (3,19).

Em saneamento básico urbano, porém, todos os indicadores estão acima ou próximos da média estadual. Esses níveis elevados quanto a saneamento refletem a base urbana antiga que caracteriza a Região, quando os investimentos em infra-estruturas

acompanhavam os ritmos menores da urbanização, pois a base agropecuária dinâmica o permitia. Ainda assim, verifica-se que, na questão de esgotos, apenas 33% da população urbana conta com rede coletora, índice que, embora maior que a média estadual, demonstra que há precariedade de serviços devido à aceleração da urbanização em períodos mais recentes.

Figura 3.1.4 – Bacias de Emprego na RF 6



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Desempenho das Infra-Estruturas

Transportes: A estrutura regional forma uma rede quadrangular de grande distância entre os eixos, formadas pelas vias leste-oeste:

- ♦ BR-290, vinda de Porto Alegre rumo a Uruguaiana, ao norte;

- ♦ BR-293, vinda de Pelotas, rumo a Santana do Livramento e chegando a Uruguaiana, mais ao sul.

Pelas vias norte sul, todas as rodovias têm com continuidade no território uruguaio:

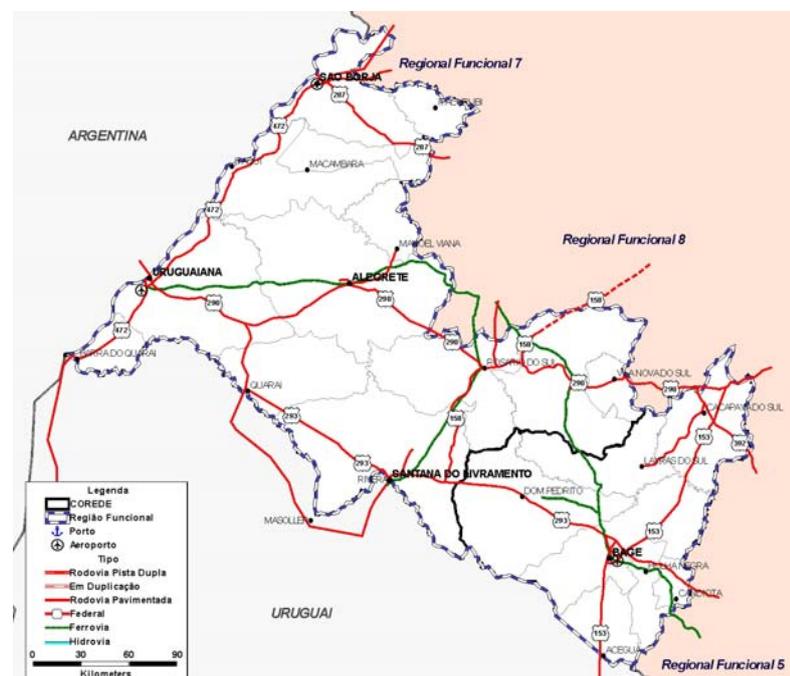
- ♦ BR-472, de Uruguaiana, rumo ao extremo da fronteira, em Barra do Quaraí;
- ♦ BR-158, vinda da Região 2, com destino a Santana do Livramento e Uruguai;
- ♦ BR-153, vinda da Região 1 rumo a Bagé e à fronteira uruguaia em Aceguá.

A esses eixos federais, agrega-se a importante liga-

ção de Bagé para o norte, rumo a Uruguaiana, ao norte;

de Pelotas, rumo a Santana do Livramento e chegando a Uruguaiana, mais ao sul.

Figura 3.1.5 – Estrutura Viária na RF 6



Fonte: Secretaria Estadual de Transportes, 2004

ção ferroviária entre Porto Alegre e o Porto de Rio Grande, porém dando a volta em todo o Estado, passando por São Gabriel e Bagé. Esta cidade se destaca, pois é ponto de multimodalidade ferroviária-rodoviária-aeroportuária. A falta de dinamismo da Região reflete-se nos ramais ferroviários desativados para São Borja e Santana do Livramento e faz com que os indicadores quantitativos apontem problemas menos graves de sobrecarga da infra-estrutura de transporte.

As extensas porções territoriais distantes das rodovias que cruzam toda a Região são dotadas de estradas vicinais não-pavimentadas, o que dificulta o escoamento da produção e o acesso a serviços. Mesmo assim, há que se destacar as disfunções legal-institucionais que restringem o movimento de mercadorias nas cidades de fronteira. A instalação do Complexo Logístico e Comercial de São Borja, ainda em fase de planejamento, poderá evoluir para uma plataforma logística moderna.

Embora 90% da população esteja a menos de cinco quilômetros de rodovias principais, em função da concentração urbana, o sistema de transportes é considerado ineficiente. Problemas de acessibilidade regional, baixa quilometragem por habitante e malha esparsa (o que amplia as distâncias intermunicipais) e em mau estado de conservação são os responsáveis por esses resultados. Há extensas

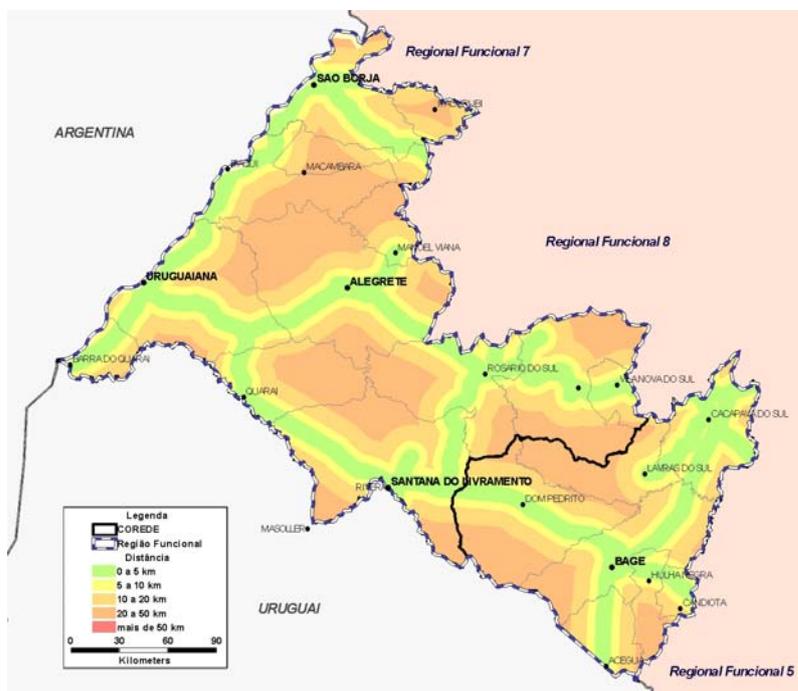
porções territoriais onde, embora com baixa densidade, as distâncias a rodovias principais excedem 50 quilômetros, como registra a **Figura 3.1.6**.

Os fluxos originados na Região e os que passam por ela rumo a outros destinos ocasionam linhas de desejo, registradas na **Figura 3.1.7**, onde estão mapeadas as viagens equivalentes de ônibus, caminhões e autos que ocorrem entre as várias origens e destinos na Região e fora dela.

Essas rotas ocasionam carregamentos de transportes das rotas rodoferroviárias da Região, registrados na **Figura 3.1.8**, onde observam-se alguns gargalos.

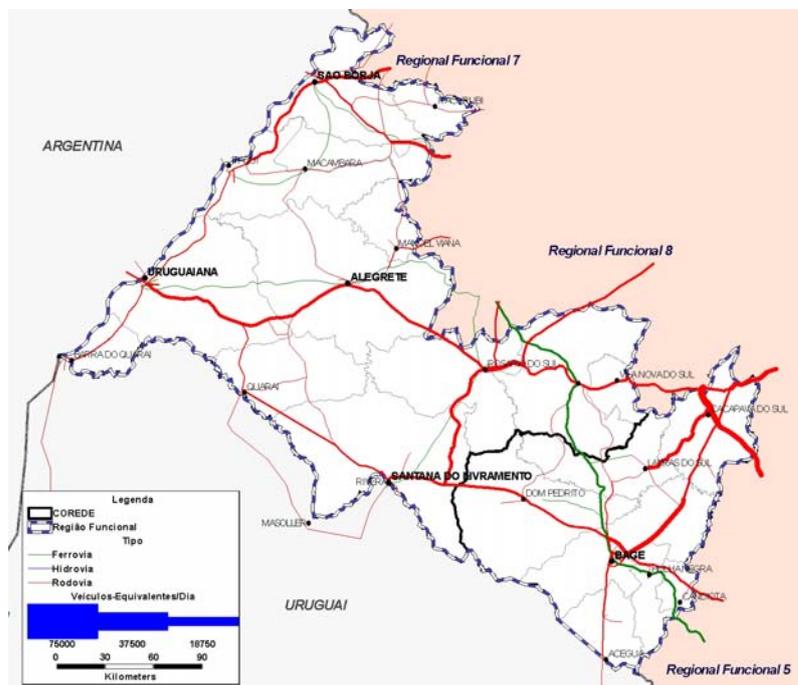
Por conta desses fluxos e também pela topografia mais ondulada ou montanhosa, alguns

Figura 3.1.6 – Acessibilidade a Rodovias Principais na RF6



Fonte: Secretaria dos Transportes, 2005; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.1.7 – Carregamentos Rodo-Ferrovíários-Hidroviário na RF6 (Veículos-Equivalentes/Dia)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Quadro 3.1.1 – Gargalos em Transportes – RF6

Recuperação Asfáltica		
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Minas do Camaquã – Fazenda Nacional)
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Fazenda Nacional – Dom Pedrito)
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Colônia Nova – Aceguá)
Rodoviário	Regional	BR-287 (Trecho Encruzilhada – conde de Porto Alegre)
Rodoviário	Regional	BR-287 (Trecho Conde de Porto Alegre – Nhupora)
Rodoviário	Regional	BR-287 (Trecho Nhupora -Itaqui)
Rodoviário	Nacional	BR-290 (Trecho Tabuleiro – São Gabriel)
Rodoviário	Nacional	BR-290 (Trecho Guaraí – Barra do Quaraí)
Rodoviário	Regional	BR-293 (Trecho Bagé – Dom Pedrito)
Rodoviário	Regional	BR-293 (Trecho Santana do Livramento – Passo da Guarda)
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Bagé – Caçapava do Sul)
Rodoviário	Regional	BR-472 (Trecho Alegrete – Uruguaiana)
Rodoviário	Regional	RS-529 (Trecho Itaqui – Tuparaí)
Rodoviário	Regional	RS-529 (Trecho Tuparaí – Maçambará)
Rodoviário	Regional	RS-630 (Trecho Santa Brígida – São Gabriel)
Rodoviário	Regional	RS-647 (Trecho Bagé – Colônia Nova)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

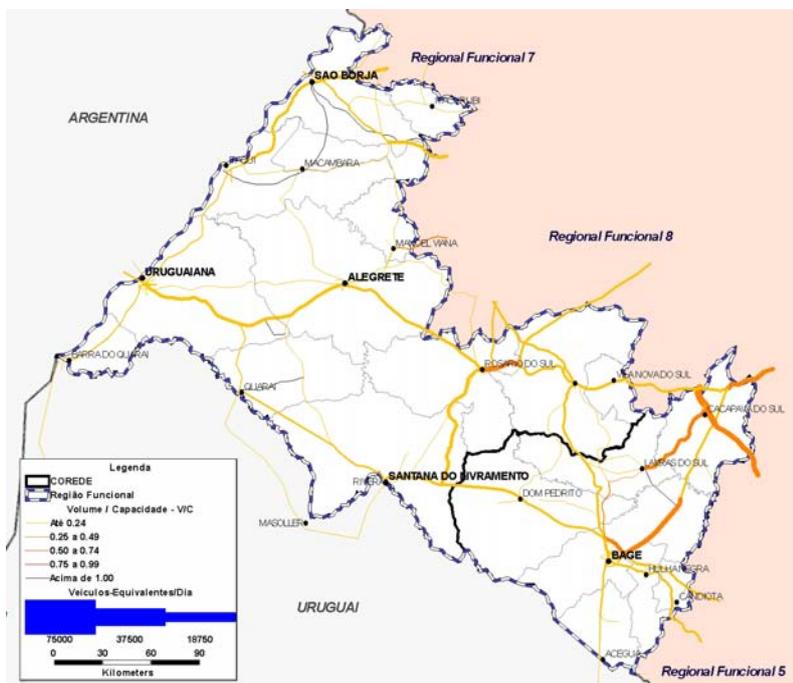
trechos estão em condições precárias de trânsito, exigindo sua recuperação, conforme **Quadro 3.1.1**.

Além desses gargalos operacionais, há ainda uma sede municipal sem asfalto (Itacurubi) no COREDE Fronteira Oeste.

Por tratar-se de região de fronteira, a esses gargalos de infra-estrutura rodoviária somam-se problemas institucionais de integração com os países fronteiriços, relativos à liberação de cargas pela receita federal, áreas de controle integrado e problemas operacionais com organismos governamentais ou outros, especialmente em Santana do Livramento, Uruguaiana e São Borja. Há aeroportos de âmbito interregional em Bagé e Uruguaiana, com baixo volume de transporte de cargas e passageiros. Em termos de armazenagem, a Região comporta a segunda posição no Estado em armazéns convencionais para cargas ensacadas (623 mil toneladas, correspondendo a 22% do Rio Grande do Sul) e para grãos (2,8 milhões de toneladas, 16% do Estado), devido à grande produção de arroz e grãos (soja, milho e trigo).

Energia: Em energia, o pequeno consumo regional (1,2 milhão de MWh em 2003) observou uma queda de 1,78% a.a. desde 2000, ao contrário do PIB em expansão (1,9%), sentida especialmente na Fronteira Oeste. A Região conta com várias linhas de transmissão de média e baixa capacidade, interligando os municípios. Os consumos são relativamente baixos e, apenas Bagé, Uruguaiana, São Borja e Alegrete, estão na categoria de até 250 kWh. Os demais municípios consomem menos de 100 kWh.

Figura 3.1.8 – Carregamentos Rodo-Ferrovitários Regionais: Gargalos na RF6 (Veículo/Capacidade)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Na área rural, predominam municípios em que o atendimento é inferior a 75% dos domicílios. Os níveis de serviço do suprimento energético estão dentro dos padrões da Aneel em termos de falhas e sua duração, embora haja gargalos em linhas de transmissão em Uruguiana e em Alegrete.

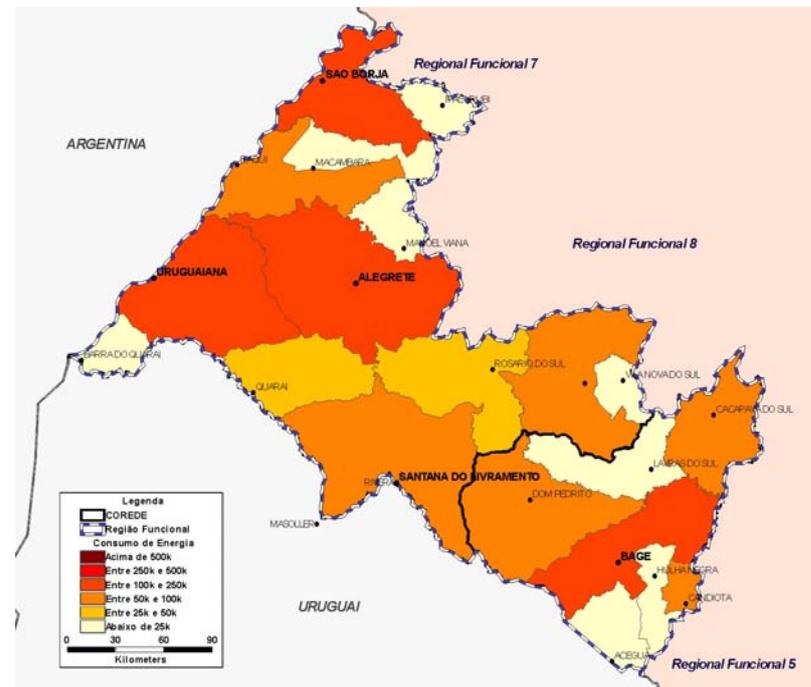
Telecomunicações: Em telecomunicações, a telefonia fixa tem taxas médias próximas às do Estado, mas existem problemas no atendimento à população rural. Há redes de transmissão de dados vindas de Porto Alegre para Uruguiana e Santana do Livramento, em função dos movimentos de exportação desses portos secos.

Potencial da Produção de Conhecimentos: A baixa capacidade de produção e disseminação de informação e conhecimento é uma das restrições ao desenvolvimento. A Região possui o mais baixo percentual de jovens frequentando o ensino superior, além de indicadores de acesso e de profissionais em atividades de informática entre os piores do Estado.

Conta com uma universidade em Bagé (Urcamp), com *campi* em diversas cidades da Região, além de extensões da PUC (Uruguiana) e Uergs (Alegrete, São Borja e Santana do Livramento).

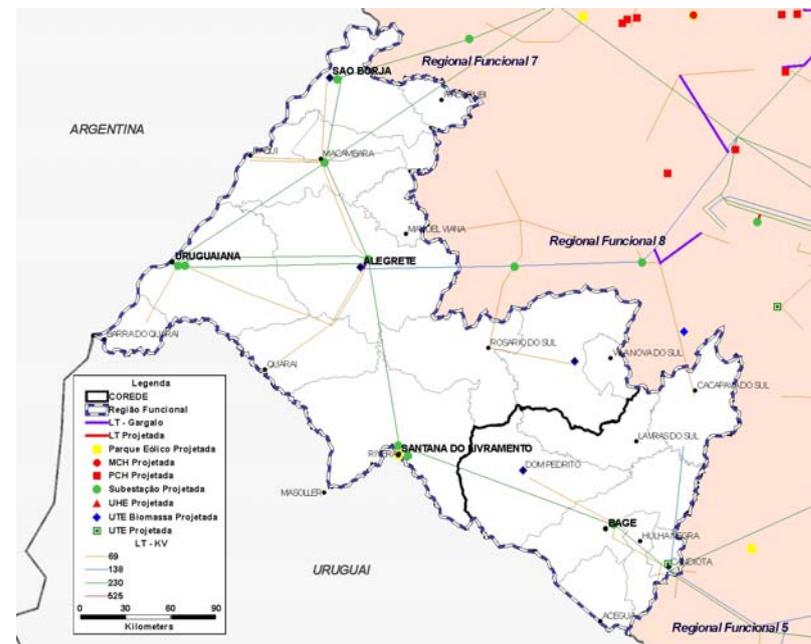
Existem cinco unidades da Fepagro voltadas para pesquisas na Região e Pólos de Modernização Tecnológica. O pólo ligado à Urcamp desenvolve pesquisas em apicultura, indústria cerâmica, frutas, microvinificação e tecnologias agroecológicas. Ainda assim, existem poucos grupos de pesquisa e outros indicadores quantitativos estão abaixo da média. Esses elementos sugerem que seria necessária uma maior integração com o setor produtivo e um maior esforço local em pesquisa e desenvolvimento. O fato de a Região ser polarizada em termos de educação superior pela Universidade Federal de Santa Maria, localizada fora da Região Funcional, talvez contribua para esta situação. (Ver Figura 3.1.11)

Figura 3.1.9 – Consumo de Energia na RF 6



Fonte: FEE, 2003

Figura 3.1.10 – Linhas de Transmissão e Unidades de Geração Energética na RF 6



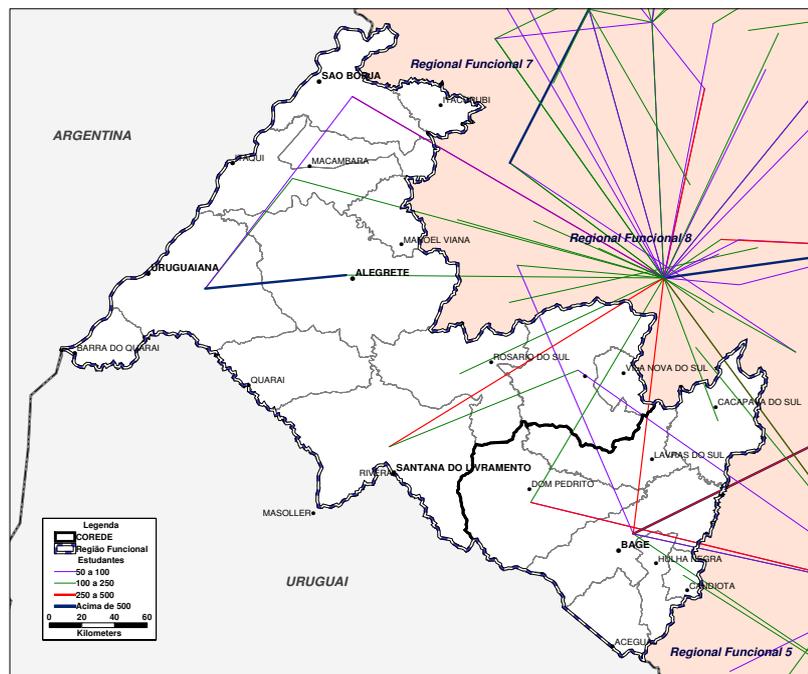
Fonte: Ceee, 2005; AES-Sul, 2005 e RGE, 2005

Potencialidades e Restrições Ambientais: A Região está incluída quase que totalmente no Bioma Pampa. Especialmente na Fronteira Oeste, o cultivo intensivo da terra, com arroz irrigado, aliado ao desmatamento de várzeas, tem levado a um processo de erosão e formação de areais intensos, em toda a porção das fronteiras, de São Borja a Quaraí, restringindo a produtividade dos frágeis solos e alterando o regime de cheias e estiagens. No tocante aos problemas ambientais, Bagé e Uruguaiana destacam-se negativamente, pois apenas 45% e 27% dos esgotos coletados têm tratamento adequado, sendo o restante despejado *in natura* nos rios.

Dentre as potencialidades ambientais, há que se destacar que, na região do COREDE Campanha, há jazidas de carvão, argila e calcário, especialmente a leste, com potencial econômico. Há, também, nove áreas de proteção ambiental, um parque arqueológico e espaço para a aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na Região.

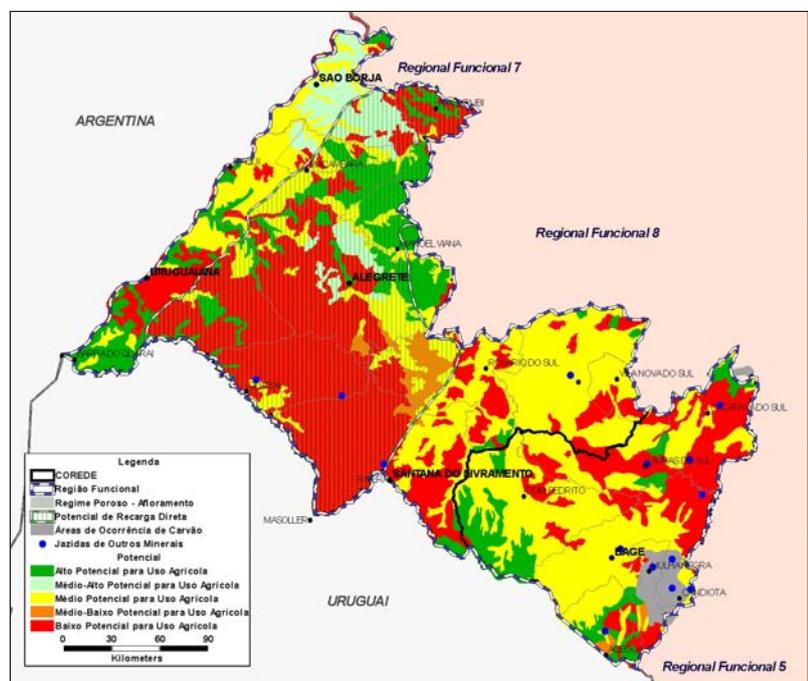
Potencial Financeiro, Empreendedor e Atrativo: Em termos de empreendedorismo, a situação não é favorável. Os indicadores per capita de criação de empresas e de consultas ao Sebrae corroboram essa afirmação. A Região foi capaz de atrair apenas 3,6% do total de valores do Fundopem entre 1995 e 2004. É notável que não haja projetos confirmados no âmbito do Fundopem e Integrar RS. Apenas no tocante ao Reconversul, recebeu 21,6% dos desembolsos entre 1999 e 2004, mas os valores (R\$ 64 milhões no período) foram baixos frente às suas necessidades. Também não é bem aquinhoadada em recursos públicos. O processo de criação de municípios na última década do século XX não foi tão forte quanto em outras regiões do Estado. Seus municípios, grandes e antigos, tenderam a ser independentes do FPM e, como a base industrial é restrita, recebem pouco retorno do ICMS. Tratam-se, portanto, de prefeituras pobres. Além disso, as estimativas apontam que a Região é a que menos recebeu investimentos públicos nas três esferas de governo.

Figura 3.1.11 – Polarização de Estudantes do Ensino Superior na RF6



Fonte: IBGE, 2000; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.1.12 – Potencialidades Ambientais na RF6



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

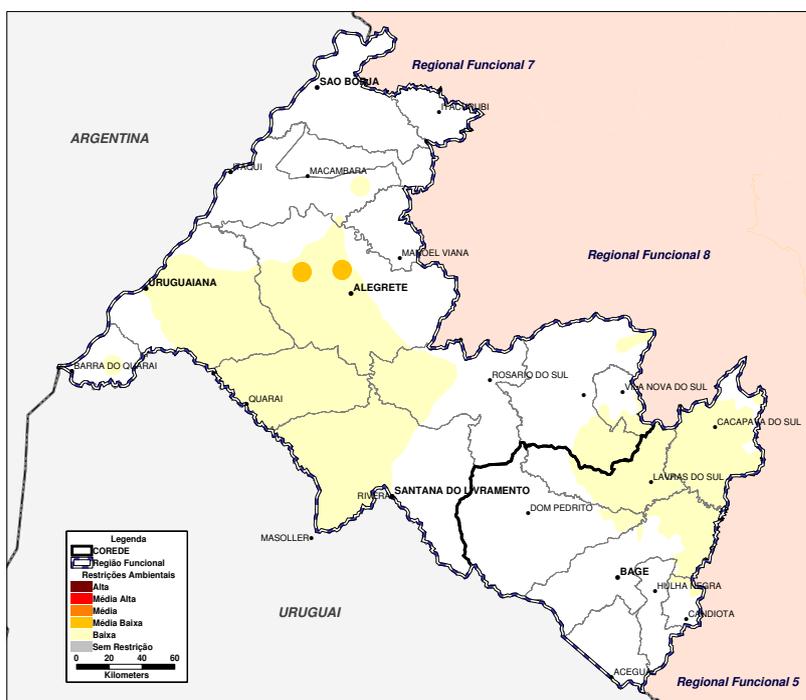
Condições de Governança Regional: A baixa coincidência de regionalizações setoriais nesse território, causando dificuldades de governança, é grande: no Campanha, por exemplo, seus sete municípios pertencem a 38 diferentes regionais setoriais, que fragmentam seu território para efeito de planejamento.

No Fronteira Oeste, seus 13 municípios pertencem a 55 diferentes regionais setoriais, exigindo articular cerca de 87 participantes para seu planejamento e ação. O bom nível de empreendedorismo e associativismo regional, ao mesmo tempo que desencadeia várias iniciativas em diversos setores, carrega, no bojo dessas iniciativas, a falta de coordenação, liderança ou comando delas por um ator principal, perdendo-se os participantes em falta de objetividade, esforços coincidentes e fragmentados ou falta de interlocução que leve às ações desejáveis.

Assim, vários atores e participantes são importantes no desenvolvimento dessa Região e devem ser envolvidos em sua gestão para o desenvolvimento, como as associações de municípios (Assudoeste, AMFRO); associações de vereadores (Avap, Ulfro); associações de produtores de Candiota, Alegrete, Livramento, São Borja, Uruguai, Camal; sindicatos de trabalhadores e patronais (rurais, alimentação, CAAL); ONGs (Ufpan, Acupama, Alegrete); comitês de bacias (Ibiqui), além de duas Agências de Desenvolvimento: Portal dos Pampas e Uruguai.

Finalmente, outro fator concorrente à governança regional refere-se ao grau de êxito dos COREDEs em suas tarefas de articular essas várias estruturas setoriais governamentais, assim como os vários agentes presentes. O grau de êxito dos COREDEs alcançou desempenho distinto: médio superior no Fronteira Oeste, e sem avaliação no Campanha, que não respondeu ao questionário encaminhado por técnicos responsáveis por esta análise. Os COREDEs, até por decreto estadual, têm atuação reconhecida no planejamento regional, porém, dificultado, tanto pela diversidade territorial de agentes governamentais intervenientes, como pelo único papel solicitado a eles, de elaboração dos orçamentos anuais, o que encaminha seus esforços apenas para a seleção e alocação desses recursos e não para um planejamento estratégico na busca de soluções e recursos fora da esfera estadual.

Figura 3.1.13 – Restrições Ambientais na RF 6



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Futuro Tendencial da Região Funcional 6

A persistirem as tendências socioeconômicas e demográficas recentes, as perspectivas para o futuro da Região apontam para uma queda na participação no PIB estadual e, conseqüentemente, no PIB per capita, que permanecerá abaixo da média estadual, ampliando-se também as desigualdades na renda, a par de um crescimento acelerado da urbanização, como registram as análises na seqüência.

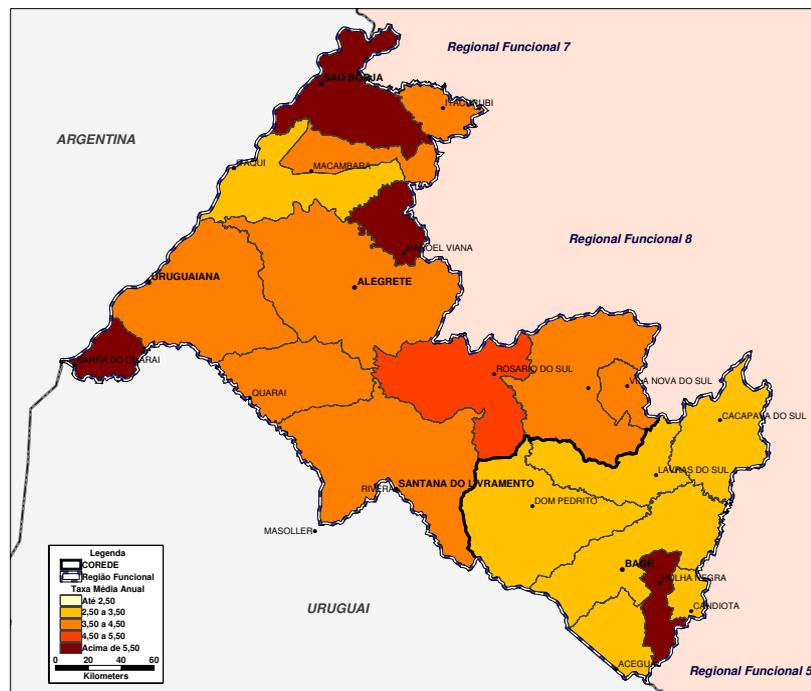
Desempenho Econômico: Está previsto que, entre 2003 e 2015, o PIB per capita da Região Funcional 6 gere um crescimento esperado de 36,3% no período. Sua participação no PIB gaúcho cairá de 5,7% para 5,39%. Crescendo a taxas mais baixas do que o Estado, a Região tende a se afastar do PIB médio per capita: sua proporção quanto a ele deverá passar de 76%, em 2003,

para 73%, em 2015.

O Cenário Tendencial não aponta para uma reestruturação intensa da estrutura produtiva até 2015. Prevê-se um aumento pequeno da participação da indústria (2%) e do comércio (3%) no Valor Adicionado, enquanto a agropecuária e o setor de serviços perderão, somados, cerca de 5%. Essas limitadas mudanças estruturais tenderão a tornar a economia da Região um pouco mais especializada, distanciando-a do perfil médio gaúcho.

No desempenho esperado projetado pelo Cenário Tendencial, estão computados investimentos nos setores produtivos de aproximadamente R\$ 23 milhões (6% do total do Estado), objetos de incentivos e financiamentos por órgãos do governo, conforme apresentados na **Tabela 3.1.1**.

Figura 3.1.14 – PIB Municipal per capita, 2003-2015 – RF 6 (Taxa Média de Crescimento Anual)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Tabela 3.1.1 – Investimentos Produtivos Confirmados – RF 6 (Em R\$)

Segmento Produtivo	Campanha	Fronteira Oeste	Total
Agropecuária e atividades correlatas	631.000	540.205	1.171.205
Comércio Varejista		9.999	9.999
Eletricidade, Gás e Água Quente		17.044.000	17.044.000
Móveis e Indústrias Diversas	306.585		306.585
Produtos Alimentícios e Bebidas		4.000.000	4.000.000
Total	937.585	21.594.204	22.531.789

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Setores Promissores: O Cenário Tendencial aponta que a Campanha tem vantagens competitivas e é especializada na atividade de Abate e Preparação de Carnes. Nesse setor, em que é especializada, a taxa de crescimento será mais alta do que a média gaúcha. Já nos setores de Processamento de Laticínios, Serviços e Demais Indústrias Alimentares, nos quais a Campanha é especializada, não apresentará vantagem competitiva. A previsão para os dois últimos setores é semelhante para a Fronteira Oeste. Esses setores tenderão a crescer a taxas mais baixas nessas regiões do que os mesmos setores no restante do Estado.

Por outro lado, existem setores em que a Região ainda não é especializada, mas em que as taxas de crescimento tenderão a ser altas. Dentre os setores relevantes, destacam-se Agropecuária, Indústria Química e Beneficiamento de produtos de origem vegetal (em ambos os COREDEs). Além desses setores promissores, há outros em que novos investimentos têm sido recentemente anunciados:

Fruticultura: Tendo em vista as características de solo e clima, a produção de frutas de clima temperado apresenta-se como atividade de crescimento potencial. Produtos como pêssego, ameixa, uva, melão e melancia são promissores. O Sebrae já registra a existência de um Arranjo Produtivo Local em Santana do Livramento, Rosário do Sul e Alegrete.

Vitivinicultura: Em 1974, foram iniciados os primeiros estudos para a produção de uvas

viníferas em Bagé, mas a primeira vinificação ocorreu apenas em 1982. Mais recentemente, a atividade tomou novo fôlego. Os principais municípios com vinhedos são Santana do Livramento, Bagé, Candiota, Pinheiro Machado, Dom Pedrito e Quaraí. O setor parece estar organizado e já foram realizados quatro seminários de grande porte para o debate da vitivinicultura na metade sul. Caso o setor tome efetivamente vulto, é possível que se desenvolva, no longo prazo, o enoturismo.

Cadeia da Pecuária: Já é uma das principais atividades primárias da Região e pode ter uma nova dinâmica de crescimento, caso se modernize e conquiste novos mercados externos.

Pólo cerâmico na Campanha: A produção cerâmica gaúcha está concentrada nas proximidades do núcleo duro da economia gaúcha, apesar de a Campanha possuir as principais reservas de argila no Brasil e fornecer 93% dos insumos básicos produzidos no Rio Grande do Sul. Existem elementos que sugerem a possibilidade de desenvolvimento de um pólo extrativista no COREDE Campanha. Boa parte dos insumos básicos está disponível no Estado e, numa fase inicial, os componentes da esmaltação, o esmalte e os corantes podem ser comprados na região de Criciúma. Do ponto de vista logístico, a exportação através do Porto de Rio Grande permitiria alcançar os principais mercados mundiais a preços competitivos. Para o desenvolvimento do pólo cerâmico da Campanha necessita-se, ainda, de mão-de-obra qualificada e conhecimento técnico especializado (adaptado às características locais), em todas as fases da produção. A principal restrição ao desenvolvimento do setor é, contudo, a inexistência de fontes energéticas fartas e baratas. Esse empecilho pode comprometer o florescimento da atividade na Região.

Analisando os 25 setores projetados no Cenário Tendencial, percebe-se que o setor Agropecuário (o mais relevante da Região em 2003) permanece em destaque em 2015, com sua participação no VAB da Região e no VAB do setor no Estado aumentando (taxa de crescimento de 3,0% a.a. contra os 2,5% a.a. correspondentes à média do setor no Rio Grande do Sul). Os setores químico e de calçados e couros crescem, respectivamente, 26,1% e 14,1%, ampliando a participação no VAB, porém ainda longe de obter peso muito relevante em seus setores. Puxado pela Agropecuária, o Abate e Preparação de Carnes, outro relevante na Região, também tem sua participação aumentada no Estado, ainda que de maneira tímida. A **Tabela 3.1.2** mostra a participação estimada da Região no VAB de 2003 e de 2015 do Rio Grande do Sul nos 25 setores analisados no Cenário Tendencial.

Além disso, o setor de serviços na Campanha tem multiplicadores semelhantes aos das demais Regiões, mas sua internalização é baixa: apenas 44% do efeito multiplicador repercutem dentro de suas fronteiras.

Já na Fronteira Oeste, a capacidade de internalização dos efeitos de investimentos é maior do que a média, especialmente no que se refere às atividades ligadas ao setor de produção de alimentos. Contudo, prevê-se que, entre 2003 e 2015, a Região

Tabela 3.1.2 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 6 (R\$ milhões de 2003)

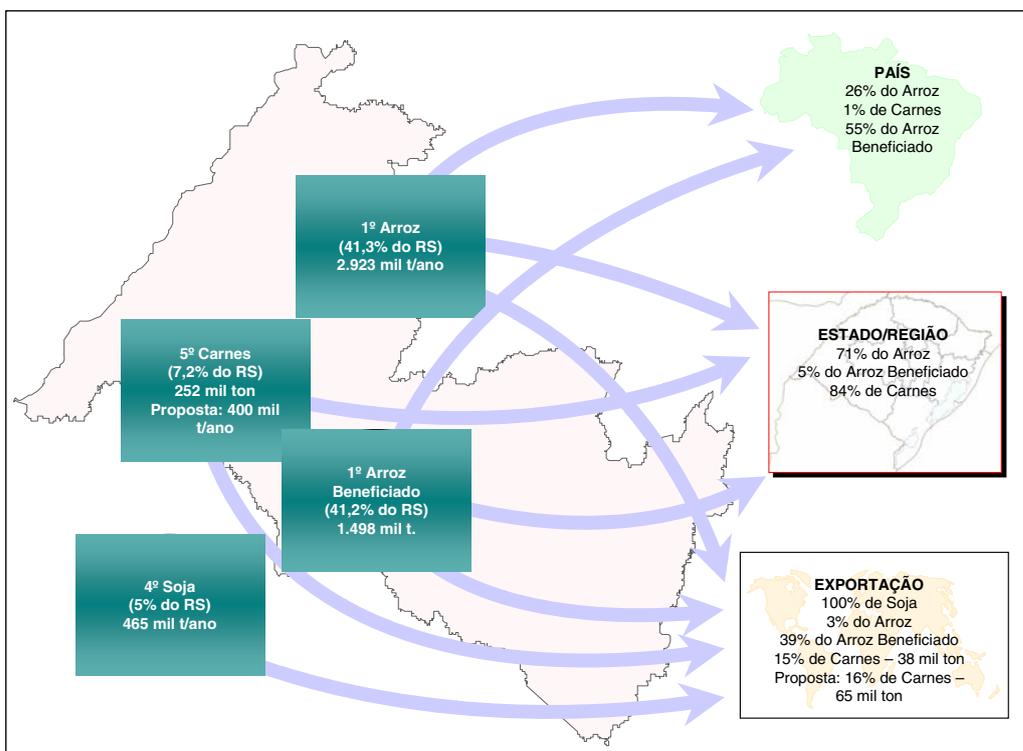
Setores	2003		2015	
	% do Total da Região	% do RS	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	33.6%	13.2%	31.5%	13.9%
Indústria Metalúrgica	0.8%	1.6%	0.7%	1.3%
Máquinas e Equipamentos/Tratores	0.2%	0.6%	0.3%	0.6%
Material Elétrico	0.0%	0.5%	0.1%	0.6%
Material de Transportes	0.1%	0.7%	0.1%	0.5%
Serrarias, Madeira e Móveis	0.2%	1.1%	0.2%	0.9%
Papel e Gráfica	0.3%	1.6%	0.3%	1.3%
Química	0.1%	0.1%	1.4%	1.1%
Calçados e Couros	0.1%	0.2%	0.4%	0.5%
Produtos de Origem Vegetal	0.1%	0.3%	1.9%	5.1%
Abate e Preparação de Carnes	1.6%	4.4%	1.4%	4.5%
Leite e Laticínios	0.4%	4.2%	0.3%	3.7%
Óleos Vegetais	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Demais Ind. Alimentares	1.2%	5.2%	0.8%	3.9%
Demais Indústrias	1.6%	2.4%	1.3%	1.4%
Serviços Utilidade Pública	2.9%	8.9%	3.1%	7.5%
Construção Civil	2.8%	3.5%	3.4%	4.1%
Comércio	7.3%	4.4%	10.2%	5.1%
Transporte	2.0%	6.3%	2.1%	5.1%
Comunicações	1.9%	4.4%	2.4%	4.9%
Instituições Financeiras	4.1%	4.0%	5.5%	4.9%
Serviços Prestados às Famílias	7.3%	5.9%	7.3%	4.4%
Aluguel de Imóveis	6.9%	4.6%	6.2%	4.9%
Administração Pública	22.2%	10.6%	17.5%	8.5%
Serviços Privados Não Mercantis	1.9%	9.2%	1.5%	8.3%
Total	100.0%	5.7%	100.0%	5.4%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Funcional aumentará os vazamentos em relação ao seu PIB, possuindo, portanto, uma matriz produtiva mais integrada às outras regiões. Atentando-se apenas para os efeitos multiplicadores totais do investimento (intra e extra-regionais) a Região Funcional 6 tende a ter valores levemente próximos da média setorial do Estado.

Estimativa de Produtos de Grandes Volumes e Fluxos Inter-Regionais: Segundo as projeções do Componente 2 – Logística de Transportes, realizadas de acordo com a matriz origem-destino dos produtos de grande volume, é possível verificar a produção e o destino dos principais produtos de grande volume para cada Região. As estimativas para 2015 das principais produções regionais são visualizadas na **Figura 3.1.15**.

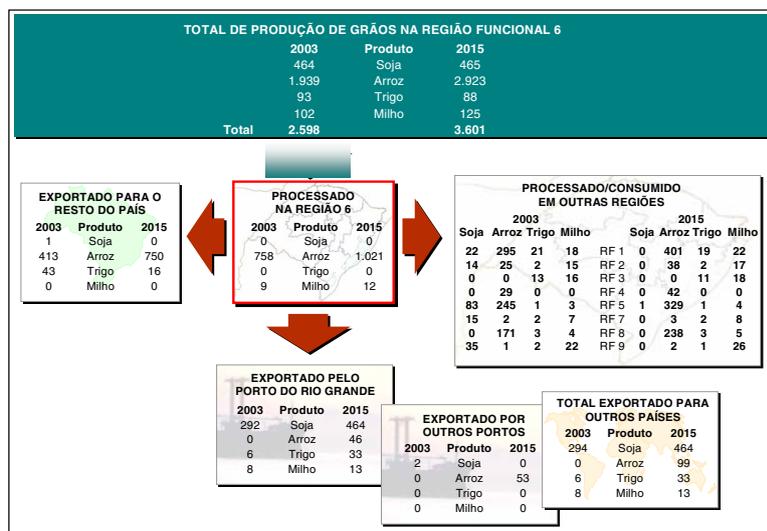
Figura 3.1.15 – Estimativa das Principais Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes da RF 6 em 2015 (Produtos de Grande Volume – Componente 2)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.1.16 – Estimativa de Produção e Movimentações de Grãos na RF 6 (1.000 t)

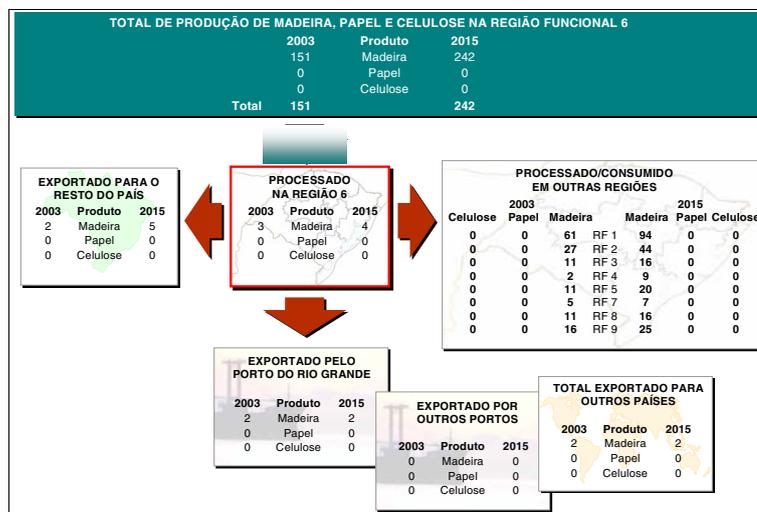
Na produção de Grãos, a Região é o principal produtor de arroz do Estado, atingindo 2.923 mil t/ano. Cerca de 25% desta produção será direcionada a outros Estados, mas a maior parte estará voltada para processamento na própria Região ou no restante do Estado. Além disso, a soja estará na quarta posição na produção de soja em grão, com 465 mil t/ano, voltadas quase que integralmente para exportação.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.1.17 – Estimativa de Produção e Movimentações de Madeira na RF 6 (1.000 t)

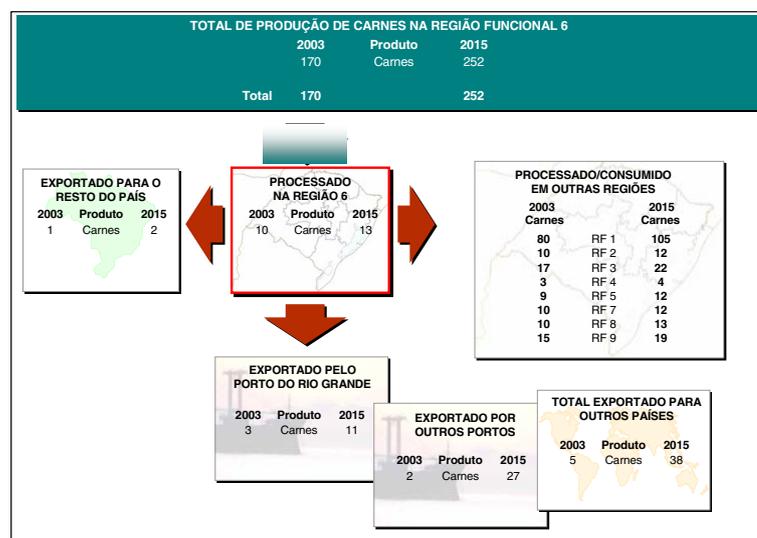
Na produção de Madeira, por sua vez, a Região é o último (nono) produtor do Estado, embora ainda movimente 242 mil t/ano em 2015, voltadas quase que integralmente para atendimento das demais regiões do Rio Grande do Sul.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.1.18 – Estimativa de Produção e Movimentações de Carnes na RF 6 (1.000 t)

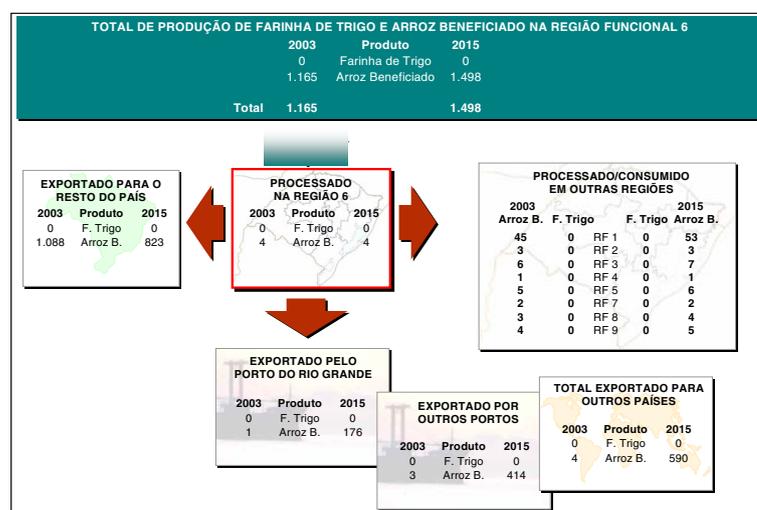
No setor de Carnes, a Região estará na quinta posição do Estado em volume produzido (251 mil t/ano), sendo a maior parte voltada ao atendimento das demais regiões do Rio Grande do Sul.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.1.19 – Estimativa de Produção e Movimentações de Farinha de Trigo e Arroz Beneficiado na RF 6 (1.000 t)

No beneficiamento de Arroz, estará em primeiro lugar no Estado, com 1.498 mil t/ano, tendo metade dessa produção voltada aos demais Estados do país, um quarto para exportação e um quarto para o mercado interno ao Rio Grande do Sul.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Qualidade Social do Crescimento: Em termos de desigualdade, entre 2003 e 2015, está previsto um acréscimo na desigualdade da renda da população ocupada, em ambos os COREDEs que formam a Região Funcional. O índice de Gini da Campanha passará de 0,567 para 0,576, enquanto no COREDE Fronteira Oeste, mais desigual, aumentará de 0,575 para 0,580. Ao mesmo tempo, o percentual de pobres na população permanecerá estável: 50% e 54% na Campanha e na Fronteira Oeste, respectivamente.

Evolução Demográfica: Está previsto um crescimento de 0,85% a.a. da população da Região, abaixo da média do Estado (1,01% a.a.), entre 2000 e 2015. Nesse ano, menos de 6% dos seus habitantes viverão na zona rural.

Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região Funcional 6

Com base econômica pouco sofisticada e diversificada, os recursos naturais determinam as aptidões da Região. A agropecuária, fundamental na sua formação econômica, não tem se mostrado capaz, contudo, de manter o vigor da economia. Ainda assim, seu capital natural pode alavancar o desenvolvimento regional. Devido ao vazio demográfico e à baixa renda per capita local, a Região não pode contar com seu mercado interno. Além disso, a ausência de cidades de maior porte restringe o surgimento de novos empreendimentos baseados em economias de aglomeração ou urbanização. Assim, a maior parte das oportunidades e potencialidades se dá, direta ou indiretamente, através do incremento da demanda externa à Região, nacional ou internacional. O sucesso das atividades de vitivinicultura, cerâmica, fruticultura, orizicultura e pecuária terá que se apoiar em tais mercados consumidores. O excesso de oferta de trabalho na Região, refletido em baixos salários, pode se tornar um atrativo para tais empreendimentos, desde que superada a barreira de qualificar este contingente.

Para que a Região possa explorar melhor suas potencialidades naturais, precisa eliminar um grande conjunto de deficiências, como, por exemplo, desenvolver o processamento dos produtos agropecuários em bases competitivas, o que não se verifica hoje. Também é necessária a superação das restrições da infra-estrutura de transportes e relacionadas com informação e conhecimento. Isso permitirá a modernização tecnológica das atividades tradicionais e a introdução de novos produtos, desafios para os quais as capacidades locais de geração de informação e conhecimento são insuficientes.

Outro entrave importante em transportes diz respeito às condições operacionais dos portos secos de Uruguaiana, Bagé e São Borja. As dificuldades institucionais existentes, ao imporem grandes atrasos aos fluxos externos, desestimulam o transporte de produtos por tais pontos, o que exige outras alternativas externas (portuárias ou aeroportuárias). Com isso, a Região pode estar perdendo importantes fluxos gaúchos e nacionais, que dinamizariam especialmente seu comércio e serviços.

Potencialidades, Restrições, Oportunidades e Ameaças: Para a identificação mais específica das potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças à Região utilizou-se do instrumento da Matriz SWOT (**Quadro 3.1.2**), construída para a Região congregando o conjunto de potencialidades, oportunidades, restrições e ameaças que incidem e tendem a continuar incidindo no Cenário Tendencial já traçado.

Elementos Estratégicos da Região Funcional 6: Os aspectos que surgem como mais relevantes da análise da matriz SWOT da Região (**Quadro 3.1.2**) e que devem servir de base para o planejamento regional são apresentados a seguir:

- A) Atividade pecuária relevante, mas mal-explorada economicamente;
- B) Potencialidade para novas atividades agrícolas que possam complementar a base econômica da Região;
- C) Mercado interno pobre e baixa atratividade das regiões vizinhas.

A) Atividade Pecuária Relevante, mas Mal-Explorada Economicamente

Embora detentor de um numeroso rebanho bovino e fartura de terra para praticar a pecuária

extensiva, a Região enfrenta problemas estruturais relativos à qualidade de sua produção. As crescentes barreiras sanitárias no mercado internacional são ameaça à pecuária bovina, uma vez que possui baixas taxas de abate inspecionado e restritas capacidades de rastreabilidade. Produzir carne capaz de superar tais restrições, que por vezes são apenas barreiras comerciais não-tarifárias, é fundamental para que a produção local atinja mercados mais amplos.

A Região 6 tem enfrentado empecilhos para desenvolver a competitividade e modernização de sua pecuária. De forma geral, o nível de processamento de carne situa-se muito aquém da potencialidade e concentra-se no COREDE Campanha, restringindo-se, entretanto, a empreendimentos de pequeno porte e que apresentam problemas de sustentabilidade econômica, com ausência de grandes grupos frigoríficos. Mesmo comparada com a produção de regiões vizinhas do Uruguai, a qualidade da carne apresenta-se bem inferior.

Baixo empreendedorismo e técnicas rudimentares de manejo do gado também aparecem como fraquezas a serem atacadas, o que fica dificultado pelas restritas capacidades de geração de I&C e sua integração com o tecido produtivo regional.

B) Potencialidade para Novas Atividades Agrícolas, Extrativistas e de Turismo que Possam Complementar a Base Econômica da Região

O quadro de baixa diversificação do setor primário parece contrastar com o potencial da Região para acolher e desenvolver outras culturas e atividades que podem gerar novas oportunidades para viabilização econômica dos grandes espaços dessa Região. Há disponibilidade de matéria-prima para cerâmica, possuindo uma produção grande de insumos básicos, embora a fabricação de produtos cerâmicos não ocorra na própria Região. Os solos são propícios à fruticultura: no COREDE Campanha ocorre a produção de uva, laranja, pêssego e melancia; e no COREDE Fronteira Oeste, uva, melancia e laranja. Essas culturas visam, em sua grande parte, ao mercado interno, com pequena destinação aos mercados externos. Vale ressaltar que as terras férteis ocupam uma pequena parte do território, o que demanda correção de solos.

Além disso, as florestas nativas propiciaram uma expansão inicial da silvicultura, hoje já separada das mesmas. Recentes investimentos de vulto foram feitos no COREDE Campanha pela Votorantim e outros foram recém-anunciados para a Fronteira Oeste pela Stora Enzo. Isso confirma que essa Região poderá se voltar à atividade. Assim, o fortalecimento da indústria florestal no sul do Estado tenderá a chegar às suas porções mais a oeste, tornando-se uma fonte não-tradicional de desenvolvimento.

A grande competitividade na produção do arroz, por sua vez, também abre oportunidades para o maior desenvolvimento de atividades de processamento que, embora exista no COREDE Campanha, parece apresentar espaço para crescimento.

As jazidas de carvão, calcário e rochas ornamentais em diversos municípios também têm potencial de maior exploração. E, ainda, no turismo, pode haver possibilidades em dois segmentos: o enoturismo atrelado ao sucesso da produção vinícola; e, eventualmente, o turismo de alta classe nas estâncias.

Por outro lado, a Região enfrenta a limitada produção de pesquisas e o baixo empreendedorismo, que poderiam ser fatores de alavancagem desse potencial. A infra-estrutura de I&C (Informação & Conhecimento) é esparsa e pouco integrada com o setor produtivo. Essas características negativas, somadas à baixa qualificação da mão-de-obra, podem fazer com que a economia regional perca as janelas de oportunidade oferecidas pelo crescimento da demanda externa. Nesse sentido, os principais prejudicados seriam os setores de cerâmicas, carne e de vinho, que tanto necessitam de constante atualização tecnológica para terem inserção nos mercados extra-regionais. Adicionalmente, a ampliação dos setores de frutas e vinhos não pode se desenvolver por toda a Região, pois apenas uma parte de suas terras são apropriadas.

Outro desafio a superar no sentido de explorar potencialidades dormentes reside no desconhecimento ou rejeição dos consumidores aos produtos com identidade regional, como o caso no vinho, que, conjugado com a falta de capacitação empresarial local, tende a dificultar o desenvolvimento de marcas ou identidades regionais nos mercados consumidores. Esse potencial fica ainda ameaçado no caso de um possível avanço dos acordos do Mercosul, que traria a concorrência para a produção de frutas, carne e vinhos.

Por fim, uma estratégia de desenvolvimento econômico bem-sucedida deve tomar como restrição a ocorrências de ecossistemas frágeis e a arenização.

C) Mercado Interno Pobre, Pouco Atraente e Baixa Atratividade das Regiões Vizinhas

A Região enfrenta um grave problema estrutural de baixa atratividade econômica, já que situa-se a grandes distâncias de mercados atraentes, sejam os principais centros econômicos do Estado ou dos países vizinhos. Até por conta disso, possui um mercado interno pobre, com ausência de cidades de maior porte. A baixa qualificação da mão-de-obra, a baixa qualidade do atendimento à saúde e do ensino, a pobreza urbana e o mercado consumidor bastante restrito dificultam que as oportunidades e potencialidades citadas sejam aproveitadas.

Dessa forma, enfrenta o desafio de identificar, atrair e reter empreendimentos que se motivem mutuamente e sejam dependentes de atributos locais específicos da Região, focados na dotação de recursos naturais (baixa densidade demográfica e poucos estoques de capital físico e humano). Empreendimentos ditos *footloose*, que têm mais independência locacional, não tendem a buscar a Região.

As grandes carências sociais também restringem o potencial de crescimento. A elevada mortalidade infantil, o elevado déficit habitacional, proporcionalmente o maior do Estado, e a pobreza urbana (de 30%, em Bagé, por exemplo), que se evidencia pelo fato que a Região apresenta o segundo maior percentual de domicílios urbanos sem banheiro ou sanitário, são fatores que demandam investimentos públicos.

A busca de soluções nas áreas vizinhas, que se constitui em oportunidade para algumas das Regiões Funcionais apontadas pelo Rumos 2015, não é alternativa para esta, devido à pobreza relativa das áreas fronteiriças dos outros países e à semelhança produtiva. As áreas vizinhas do Uruguai e da Argentina são relativamente pouco dinâmicas e pobres, fazendo com que não haja grandes oportunidades de integração com tais mercados. Além disso, conforme o atual conflito entre arrozeiros uruguaios e brasileiros revela, a semelhança entre as capacidades produtivas faz com que os vizinhos sejam mais uma ameaça do que uma oportunidade. Ademais, as regiões vizinhas no próprio Estado também representam mercados pequenos e de baixo poder aquisitivo.

Além de pequenos e pobres, os mercados da Região 6 sofrem pela falta de integração interna, dificultando ainda mais a realização de trocas comerciais. Pela própria configuração dos municípios da Metade Sul, territorialmente grandes em comparação aos do Norte do Estado, existem poucas rodovias, que não integram a Região e, eventualmente, limitam o seu desenvolvimento. Também existem diversos trechos em condições ruins de preservação do pavimento, prejudicando muito o transporte de cargas.

Em razão da gravidade, diversidade e complexidade dos problemas enfrentados, outra ameaça é a baixa capacidade de articulação intersetorial dos governos estadual e federal e desses com os agentes locais. Considera-se que a forma de ação mais capaz de ser bem-sucedida é a do tipo *Big Push*, ou seja, um conjunto de intervenções simultâneas, potentes e integradas, ao invés de interferências pontuais. Apenas incentivos fiscais, por exemplo, seriam insuficientes para gerar as complementaridades que ensejam a geração de competitividade no longo prazo. A mudança na trajetória regional exige, dessa forma, uma coordenação de políticas entre os atores públicos e privados, de forma a não desperdiçar energias e recursos produtivos. A estratégia de *Big Push*, sugerida por Rosenstein-Rodan, nos anos 50, baseia-se na idéia de que regiões deprimidas ficam presas em armadilhas de pobreza porque a lucratividade de um setor depende da de outros, fazendo com que qualquer iniciativa isolada tenda ao fracasso. Portanto, são necessários incentivos simultâneos em diversos setores da economia. Os Tigres Asiáticos são apontados, por vezes, como países que seguiram tal estratégia. Dessa forma, propõe-se um programa integrado que dê um estímulo positivo a vários setores ao mesmo tempo, em oposição à idéia de que um setor apenas, com os incentivos certos, pode mudar a face da economia local.

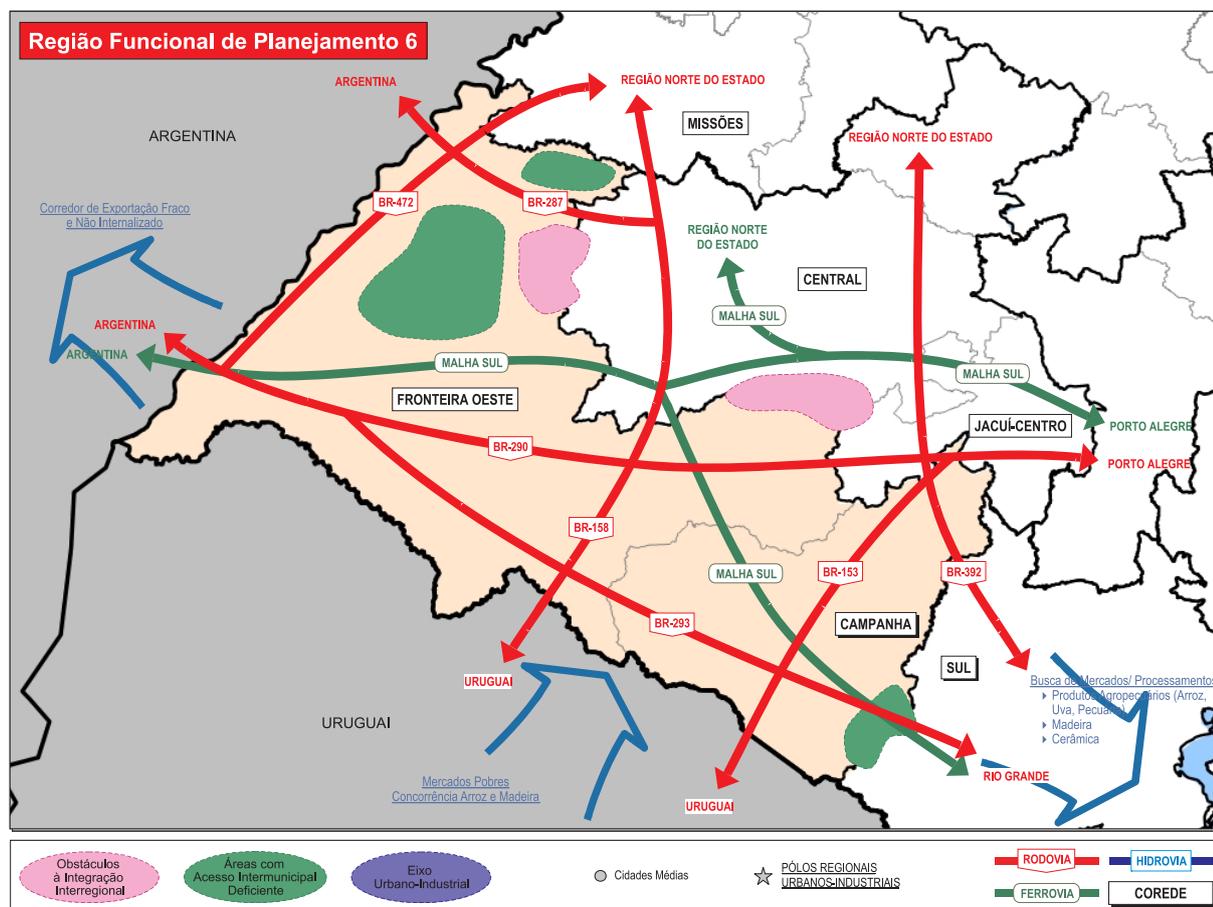
Visão Estratégica da Região Funcional 6

A visão estratégica para a Região Funcional 6 é a exploração mais efetiva e eficaz das suas potencialidades naturais (pecuária, fruticultura, rizicultura e extrativismo) e redução da defasagem social com relação às demais regiões do Estado.

Nesse contexto, a localização da Região Funcional 6 é problemática para seu desenvolvimento, pois é distante das áreas dinâmicas do Estado e tem fronteiras internacionais com regiões também pouco dinâmicas, que se mostram mais como concorrentes do que como fontes de

complementaridades. A estrutura fundiária concentrada, a baixa densidade demográfica, o alto grau de urbanização e a inexistência de cidades com maior porte urbano condicionam a escolha de estratégias.

Figura 3.1.20 – Fatores Estratégicos da RF 6



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Fatores Estratégicos da RF 6

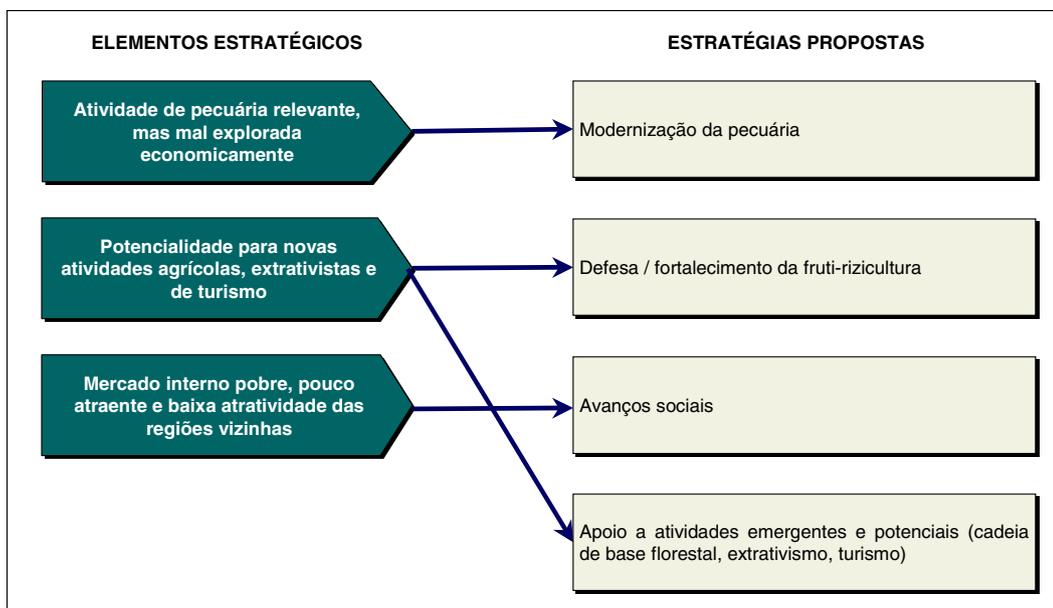
- ♦ Importantes eixos rodo-ferroviários com o Mercosul sem internalização de benefícios regionais.
- ♦ Estrutura fundiária de grandes propriedades que favorecem populações rarefeitas, com concentração em centros urbanos esparsos e pouco hierarquizados.
- ♦ Malha rodoviária quadrangular ampla com grandes quadrantes com fraca penetração viária, dificultando escoamentos e acessos.
- ♦ Mercado interno pobre e grande distância a outros mercados mais dinâmicos.

Além disso, haja vista a alta dotação relativa de recursos naturais, é evidente que qualquer estratégia deve basear-se na utilização desse capital natural. Estratégias intensivas em capital físico ou em trabalho qualificado são fadadas a ser mal-sucedidas. Há que se buscar, portanto, formas de promover atividades que utilizem intensivamente recursos naturais da Região e sua mão-de-obra excedente.

Estratégias Propostas para a Região Funcional 6

Para cumprir os papéis identificados como visão estratégica – exploração efetiva e eficaz das suas potencialidades naturais (pecuária, fruticultura, rizicultura, extrativismo) e redução da defasagem social com relação às demais regiões do Estado – as estratégias para a Região situam-se em quatro vertentes, que atendem aos elementos estratégicos, como registra a **Figura 3.1.21**.

Figura 3.1.21 – Elementos Estratégicos x Estratégias Regionais – RF 6



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

ESTRATÉGIA 1 – MODERNIZAÇÃO DA PECUÁRIA

Visa à modernização da cadeia pecuária, induzida pelos frigoríficos voltados à exportação. O debate sobre a modernização da pecuária gaúcha, a implantação de frigoríficos e a concessão de incentivos tem mais de um século. Apesar de surtos e eventos isolados de afastamento da pecuária tradicional, é consensual que a pecuária na Região sempre teve uma capacidade de modernização pequena frente a outras regiões do Brasil. No intuito de induzir essa modernização, o setor público, ao longo das últimas décadas, tentou incentivos fiscais que, em linhas gerais, foram mal-sucedidos. Pensando em termos de cadeia, existem duas formas básicas de difusão: à montante e à jusante. Para a pecuária, a experiência recente do Centro-Oeste mostra que a inovação à montante tende a ser mais bem-sucedida. Isto é, foram as empresas modernas que levaram a inovação tecnológica ao campo, introduzindo padrões mais elevados de controle sanitário e rastreabilidade.

A inclusão da Região no portfólio de instalação de grandes frigoríficos é fundamental para essa estratégia. Para tanto, um conjunto de ações representadas por programas e projetos mostrados posteriormente neste capítulo necessita ser coordenado e implementado simultaneamente. Além disso, é necessário que se criem condições propícias para que esses frigoríficos induzam a modernização da cadeia primária, a exemplo do que ocorre no Centro-Oeste brasileiro.

Justificativas para a Estratégia 1

A pecuária é a atividade formadora da economia e também da identidade do Rio Grande do Sul. Na Região Funcional 6, isso se dá com mais ênfase e persistente relevância. Apesar de sua longa história, ou talvez por causa disso, seu desempenho de longo prazo é bastante aquém de potencial e insuficiente para fazer frente aos profundos problemas sociais. Portanto, além de sua importância no imaginário gaúcho, a pecuária é relevante para a economia da Região.

Esta estratégia se diferencia por buscar no mercado internacional as bases para a alavancagem do setor. Tais mercados têm sua relevância não apenas como demandantes da carne gaúcha, mas também por serem os indutores da modernização. A inserção nos principais países do mercado internacional demonstra a capacidade de obter preços competitivos. Em sentido mais amplo, trata-se de uma rígida certificação de qualidade. Dessa forma, induzir a instalação de frigoríficos voltados à exportação é fundamental para a modernização da pecuária.

Vale notar que as raças de gado bovino no Rio Grande do Sul são, em linhas gerais, distintas das observadas no Centro-Oeste. Há diferenças na carne produzida pelas diferentes raças, e a gaúcha tem características intrínsecas, que a tornam mais atraente para os consumidores norte-americanos e europeus, pois é similar à carne uruguaia e argentina, muito valorizadas no mercado internacional. Entretanto, a carne gaúcha até agora não possui qualidade padrão sem desvios significativos, bem como certificação sanitária e rastreabilidade. Foi apontado por agentes locais que as diferenças nos tributos no Rio Grande do Sul frente a outros Estados seriam o entrave para

o desenvolvimento da pecuária no Estado. Sem entrar no mérito da questão, a estratégia aqui apresentada, por se basear na exportação, supera essa diferença entre estruturas tributárias. Na verdade, a maior tributação estadual para a produção voltada ao mercado interno tende a incentivar a busca de mercados externos.

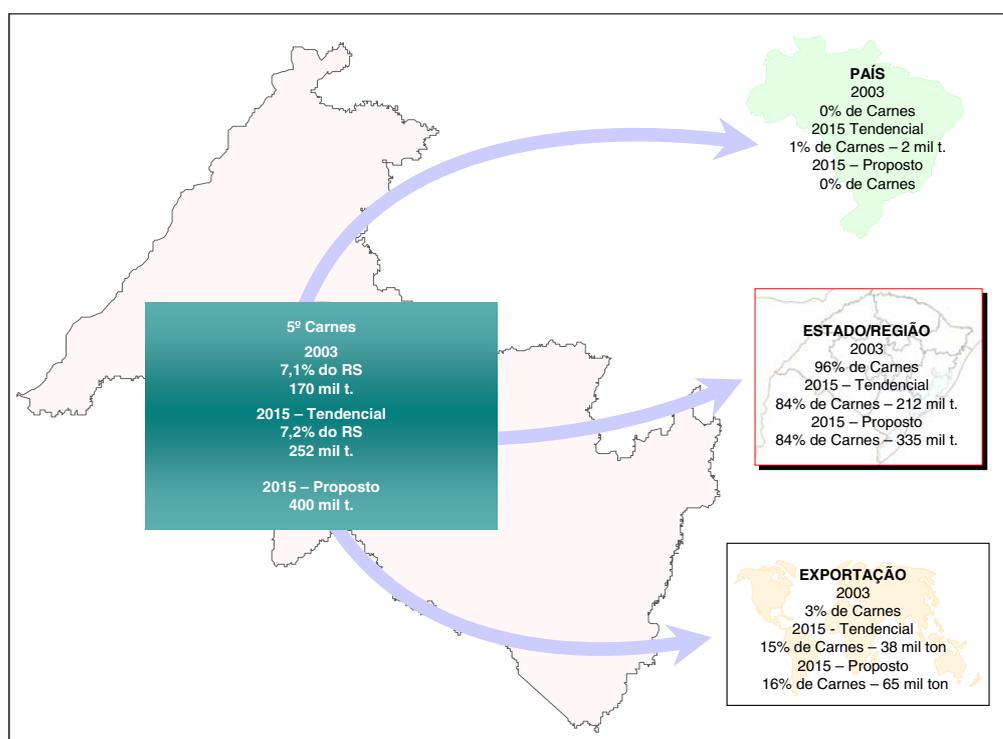
Por fim, vale notar que, nos anos recentes, já foram abertos frigoríficos voltados para a exportação na Região Funcional e há informações da chegada de grandes grupos nacionais exportadores de carne na Fronteira Oeste. Portanto, esta estratégia está de acordo com o que o mercado indica, buscando acelerar e aprofundar um processo de modernização que já está em curso.

Objetivos da Estratégia 1

- ◆ Produzir 400 mil toneladas de carne em 2015. Isso significa elevar a taxa de crescimento prevista no Cenário Tendencial de 3% a.a. para cerca de 7% a.a.
- ◆ Garantir uma trajetória de rastreabilidade de forma a alcançar 100% em 2010.
- ◆ Exportar 65 mil toneladas de carne em 2015. Isso implica em um valor ainda superior ao previsto pelo Cenário Tendencial, no qual se prevê que as exportações passarão de 5 mil toneladas, em 2003, para 38 mil naquele ano.
- ◆ Processamento de 12% da carne da Região em 2015. Passando dos níveis atuais de cerca de 6% (10 mil toneladas) para 48 mil toneladas.

Esses objetivos são ilustrados na **Figura 3.1.22** a seguir.

Figura 3.1.22 – Fluxos da Produção de Carnes em 2015: Tendencial e Propostas



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Ações para a Estratégia 1: As ações multissetoriais identificadas para concretizar esta estratégia estão sintetizadas na **Figura 3.1.24** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente deste relatório, de modo funcional à programação orçamentária.

ESTRATÉGIA 2 – DEFESA E FORTALECIMENTO DA FRUTI-RIZICULTURA

Essa estratégia busca ganhos de efetividade das atividades agrícolas, intensificando a fruticultura e rizicultura nas áreas propícias. A **Tabela 2.6.5** mostra a pouca representatividade das atividades agrícolas da Região, à exceção do arroz. No total da produção agrícola, a Região possui apenas 11,3% do total estadual, sendo que possui 23,9% da área do Estado. Na cultura do arroz, a eficiência é de 92% do *benchmark* nacional, representado pela RF 5, enquanto a produtividade (ton/ha) é 95% do *benchmark* nacional (COREDE Centro-Sul). No entanto, a pro-

produtividade da fruticultura é baixa quando comparada aos *benchmarks* nacionais, como, por exemplo, a uva, com 34% da produtividade da Serra; e laranja, com 45% da produtividade do maior produtor do Estado (Vale do Caí). Finalmente, é necessário melhorar a comercialização de frutas e produtos alimentícios de forma a acessar novos mercados.

Tabela 3.1.3 – Representatividade das Atividades Agrícolas RF 6 no Rio Grande do Sul (Em R\$ Correntes de 2003)

Cultura Agrícola	Valor da Produção (R\$ Mil 2003)	% da Região Funcional	% da Cultura sobre o RS
Arroz	953.210	79,9%	37,6%
Soja	108.088	9,1%	3,6%
Trigo	50.756	4,3%	6,6%
Milho	34.930	2,9%	2,6%
Laranja	10.127	0,9%	4,2%
Uva	3.499	0,3%	1,4%
Melancia	2.254	0,2%	10,7%
Pêssego	2.057	0,2%	4,3%
Total Geral	1.192.860	100%	11,3%

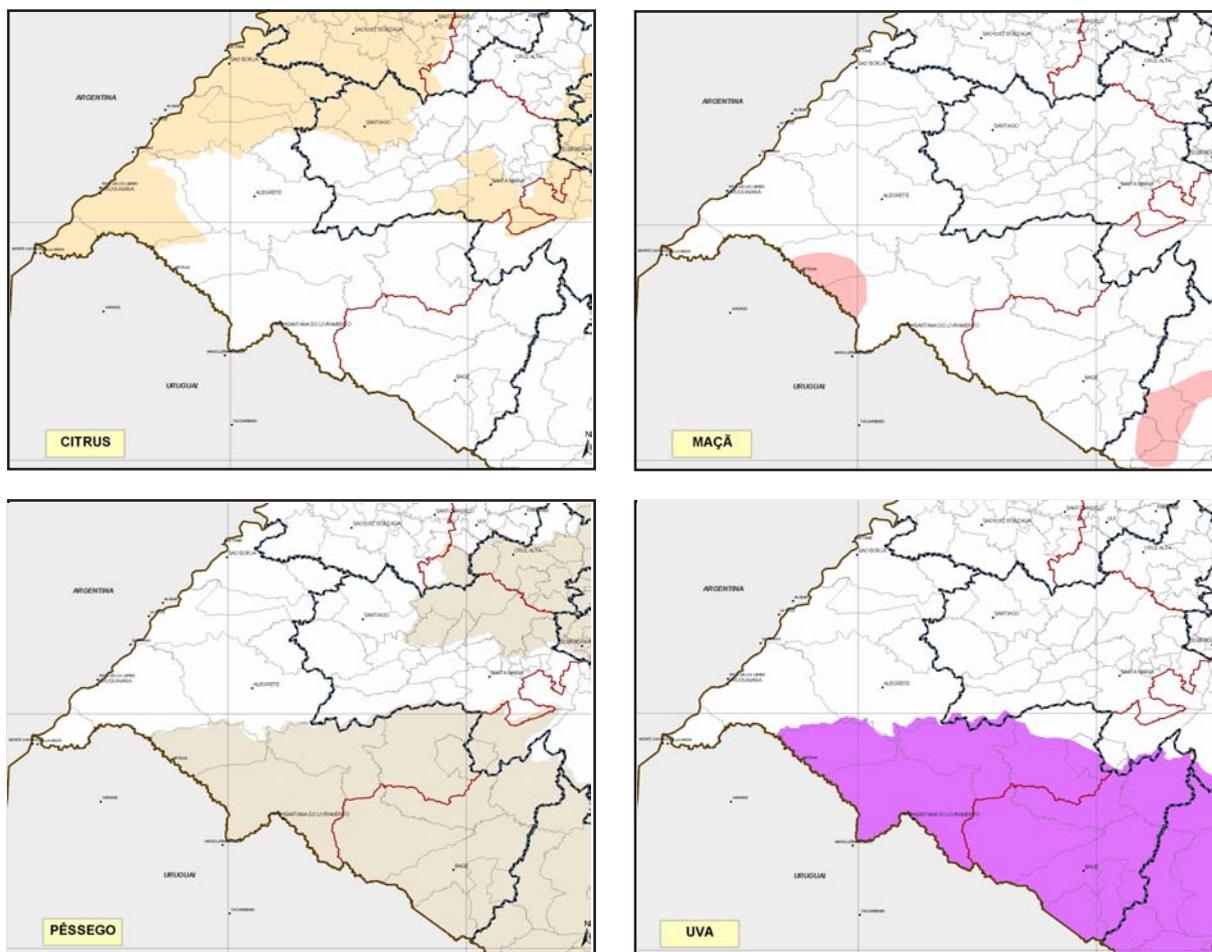
Fonte: Produção Agrícola Municipal, 2003

Justificativas para a Estratégia 2

Razões históricas fizeram com que, mesmo sem as condições naturais ideais, a vitivinicultura se desenvolvesse na região da Serra Gaúcha. As propaladas condições propícias para a produção de frutas e de uvas viníferas na RF 6 costumavam ser sustentadas apenas por estudos agrônômicos. A **Figura 3.1.23** ilustra essas condições, bem como as áreas propícias à rizicultura. Contudo, essas condições foram reconhecidas pelas grandes empresas produtoras de vinho que lá se inseriram com vigor em anos recentes.

Mesmo que as áreas propícias à fruticultura na Região sejam limitadas, essa estratégia adequa-se à dotação local de fatores. Além de se basear no capital natural, é intensiva no uso de mão-de-obra pouco qualificada, recurso abundante e, portanto, com salários baixos. Não há empecilho para que o Estado tenha mais de uma área vinícola. Na Califórnia, tais cultivos surgiram em Napa Valley, mas ocuparam também as regiões de Sonoma e Santa Bárbara. No Chile, as uvas

Figura 3.1.23 – Áreas Aptas para Frutas: Maçã, Pêssego, Uva e Cítricos – Região Funcional 6



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

viníferas foram introduzidas em Maipo e, posteriormente, plantadas na região de Conchagua. Em ambos os casos, as novas áreas construíram reputações que não entraram em choque com as originais.

Objetivos da Estratégia 2

O principal objetivo é ocupar 22 mil hectares com fruticultura. No caso da vitivinicultura, cerca de 1.500 hectares já são ocupados por parreirais. O Comitê de Fruticultura da Metade Sul estima que a área possa ser duplicada até 2007. Para 2015, pode-se supor nova duplicação, chegando a 6.000 hectares. Em termos de produção, as taxas de crescimento são notáveis em anos recentes. Entre 2003 e 2004, a colheita de uvas passou de 3,8 mil para 8,2 mil toneladas. Supondo-se a mesma tendência para as demais frutas, passar-se-á dos 4,3 para 16 mil hectares ocupados entre 2003 e 2015. Somando-se os valores da produção de uvas e demais frutas, chega-se aos 22 mil hectares citados anteriormente.

Um objetivo acessório para que os resultados sejam efetivos é que frutas e outros produtos alimentícios devem ter presença relevante (maior que 75% para o arroz, frente aos atuais 66%; e 20% para frutas, dado que hoje o índice é 0%) nos mercados de outros Estados, principalmente o Sudeste brasileiro. Um segundo objetivo é atingir ganhos de competitividade na rizicultura, tomando sua produção menos vulnerável à concorrência uruguaia e sem a necessidade de ampliação da área plantada. Isso possibilitará que se alcancem metas de crescimento de 4,0% e 2,5% a.a. para o arroz em casca e beneficiado, respectivamente, conforme previsto no Relatório Tendencial.

Ações da Estratégia 2

As ações multissetoriais identificadas estão sintetizadas na **Figura 3.1.24** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente deste Volume.

ESTRATÉGIA 3 – AVANÇOS SOCIAIS

Desenvolvimento de um conjunto de intervenções de orientação social potentes e integradas. Há uma grande necessidade de coordenação de políticas públicas focando principalmente a complementaridade e sinergias entre os diversos programas de intervenção governamental. O estado de pobreza, principalmente urbana, por exemplo, em Bagé, não será resolvido apenas pelas estratégias de foco econômico ou social. Nesse contexto, a intervenção pública com estratégias sociais é imperativa.

Tabela 3.1.4 – Benchmarks Sociais no Estado

Indicador	Benchmark	Indicador a ser atingido em 2015 (do Benchmark)	Indicador na RF 6
Analfabetismo (2000)	COREDE Serra	3,9%	8,3%
Mortes por Causas Mal-definidas (2002)	COREDE Metropolitano Delta do Jacuí	2,4%	5,5%
Mortalidade Infantil (2002)	COREDE Paranhana-Encosta da Serra	10,52%	20,87%
Famílias com Renda per Capita abaixo de 2 Salários Mínimos (2000)	COREDE Serra	7,1%	26,4%

Nota: As metas para esta estratégia, com ano-horizonte de 2015, foram definidas como sendo o benchmark atual do Rio Grande do Sul. Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000; Datasus, 2002

Justificativas para a Estratégia 3

Apesar da nova dinâmica econômica que será ensejada pelas estratégias supracitadas, ela é insuficiente para amenizar o problema social com a celeridade e a potência necessárias, principalmente nas áreas urbanas. Os poucos atrativos locais e o restrito mercado interno fazem com que a Região permaneça num círculo vicioso de pobreza relativa. Convém lembrar que esse fenômeno foi apontado pelo Cenário Tendencial, que prevê o afastamento do PIB per capita da Região da média estadual em 2015. O Mapa do Fim da Fome, elaborado pelo IBRE-FGV, aponta que 21% da população de Uruguaiana e 30% daquela de Bagé estavam, em 1999, abaixo da linha de indigência (critério P0). Trata-se de uma Região de baixíssima densidade demográfica, mas com 85% da população em zonas urbanas, onde os problemas sociais são evidentes e devem ser combatidos. Isso torna, a princípio, mais fácil a focalização dessas políticas. Por outro lado, as frágeis finanças das prefeituras limitam em muito a capacidade dessas executarem boas políticas sociais.

Assim, é recomendada uma estratégia que vise diretamente metas sociais. Essas melhorias,

além de constituírem um fim em si mesmas, poderão colaborar para os objetivos econômicos, uma vez que levam à melhoria da produtividade dos indivíduos através da acumulação de capital humano, em suas dimensões de educação e saúde. Vale lembrar que programas de geração de renda e de emprego voltados para os mais pobres tenderão a ter um maior efeito multiplicador regional, uma vez que tais cidadãos possuem as mais baixas propensões a demandar bens produzidos fora da Região.

Objetivos da Estratégia 3

Almeja-se uma aproximação dos indicadores sociais àqueles das Regiões Funcionais com melhores indicadores em 2000/2002. Esses resultados devem ser objetivos, sem que a Região sofra processos intensos de emigração dos contingentes mais pobres de sua população corrente.

Ações da Estratégia 3

Estão sintetizadas na **Figura 3.1.24** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região.

ESTRATÉGIA 4 – APOIO A ATIVIDADES EMERGENTES E POTENCIAIS

Trata-se de apoiar atividades econômicas que, apesar de não estarem incluídas nas estratégias anteriores, podem vir a ser relevantes para a diversificação produtiva e o desenvolvimento regional. Existem novos setores nos quais já há sinais de sucesso nos dois COREDEs:

- ♦ **Reflorestamento:** devido ao Porto de Rio Grande, a RF 5 é a principal área de desenvolvimento das atividades ligadas à silvicultura e indústria florestal. Mesmo assim, recentes investimentos de vulto foram feitos no COREDE Campanha e outros recém-anunciados para a Fronteira Oeste. Isso confirma que toda a região sul do Estado poderá se voltar à atividade e que o fortalecimento da indústria florestal no sul do Estado tenderá a chegar às suas porções mais a oeste, tornando-se fonte não-tradicional de desenvolvimento.

- ♦ **Turismo:** pode haver possibilidades em dois segmentos, o enoturismo atrelado ao sucesso da produção vinícola e, eventualmente, o turismo de alta classe nas estâncias.

- ♦ **Extrativismo mineral:** as jazidas de carvão, calcário e rochas ornamentais em diversos municípios têm potencial evidente de maior exploração econômica.

Justificativas para a Estratégia 4

Costuma-se atribuir o atraso econômico da Região à baixa diversificação da base econômica. O custo de uma diversificação econômica é o risco de que os recursos passem a ser alocados de forma ineficiente. Mas se esta se der na direção das atividades competitivas, a realocação contribuirá para ganhos de eficiência regional estáticos e dinâmicos.

Objetivos da Estratégia 4

O objetivo é aumentar a diversificação da economia regional, tornando-a menos dependente dos setores tradicionais. Isso pode ser mensurado pela superação do valor previsto pelo Cenário Tendencial para o coeficiente de reestruturação entre 2003 e 2015. O valor previsto para a RF 6 é de apenas 4,8%, o segundo mais baixo do Estado; enquanto para a RF4 estimou-se 14%. Como ponto intermediário, considera-se que um coeficiente de reestruturação de 10% no período sob escopo é alcançável. Tomando-se apenas a produção apenas dos setores supra citados, pretende-se alcançar:

- ♦ **Silvicultura:** crescimento anual de 15% ao ano, semelhante à RF5. Essa taxa supera os 3,9% a.a. estimados no Cenário Tendencial e deverá elevar a produção de madeira para cerca de 820 mil toneladas anuais. Essa diferença explica-se porque o Cenário não considerou as notícias sobre investimentos no setor da Região divulgadas em fins de setembro 2005.

- ♦ **Turismo:** duplicação do número de trabalhadores nos setores de Alojamento e Alimentação, passando de cerca de 4,1 mil (dados de 2002) para 8,2 mil em 2015.

- ♦ **Extrativismo mineral:** aplicar os mesmos 9% a.a. de crescimento da produção de calcário prevista no Cenário Tendencial para a produção de carvão, argila e rochas ornamentais.

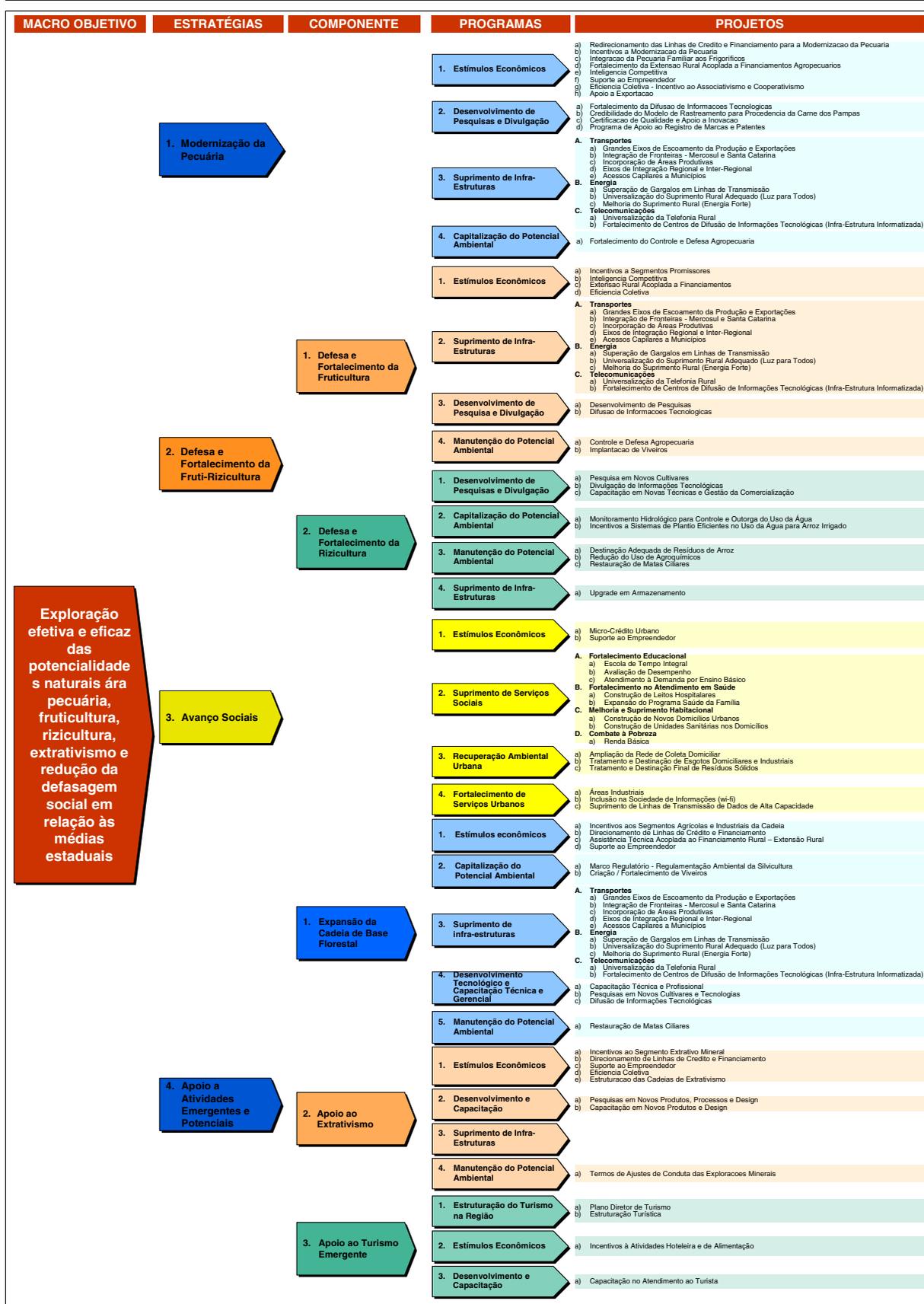
Ações da Estratégia 4

Estão sintetizadas na **Figura 3.1.24** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente deste relatório, de modo funcional à programação orçamentária.

Plano Estratégico da Região Funcional 6

Foram definidas quatro estratégias para a Região, sendo que o conjunto de programas e projetos que respondem ao macroobjetivo ou visão estabelecidos está na **Figura 3.1.24**.

Figura 3.1.24 – Gráfico de Objetivos e Meios para a RF 6



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Muitas das propostas, especialmente em áreas que operam em redes, como infra-estruturas de transportes, energia ou telecomunicações, empreendimentos que situam-se em outras Regiões beneficiam ou impactam negativamente a Região 6. É o caso, por exemplo, de rodovias que atravessam o Estado conectando várias regiões a Rio Grande, ampliando a captação de cargas para exportações, ou linhas de transmissão que trazem energia de outras Regiões. Portanto, os benefícios e custos regionais dessas propostas não podem ser apreendidos apenas pelos volumes de recursos das propostas incidentes na Região, mas só serão devidamente apreendidos pelos resultados conjuntos do Cenário Propositivo para o Estado e regiões, apresentado no Volume 1. Os programas e projetos são delineados na seqüência, em termos de uma programação que registra justificativas, escopo, metas, órgãos intervenientes, recursos necessários e fontes de recursos.

ESTRATÉGIA 1 – MODERNIZAÇÃO DA PECUÁRIA

Reúne o conjunto de programas e projetos registrados na **Tabela 3.1.5**, destinados a consolidar e expandir a pecuária regional.

Tabela 3.1.5 – Programas e Projetos da Estratégia Modernização da Pecuária (R\$ Mil)

Estratégia	Programa	Subpro-grama	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total		
1 – Modernização da Pecuária	1 – Estímulos Econômicos		1 – Redirecionamento das Linhas de Crédito e Financiamento para a Modernização da Pecuária	58.315	116.628	116.628	291.571		
			2 – Incentivos à Modernização da Pecuária	89.333	174.008	113.454	376.795		
			3 – Integração da Pecuária Familiar aos Frigoríficos	1.000	2.000	2.000	5.000		
			4 – Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada a Financiamentos Agropecuários	38.015	1031.693	205.518	375.224		
			5 – Inteligência Competitiva	520	1.007	1.007	2.534		
			6 – Suporte ao Empreendedor	3.330	8.000	9.600	20.930		
			7 – Eficiência Coletiva – Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo	442	577	577	1.597		
			8 – Apoio à Exportação	240	360	-	600		
			<i>Total do Programa</i>				191.195	434.273	448.782
	2 – Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação			1 – Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas	1.786	3.571	3.571	8.928	
				2 – Credibilidade do Modelo de Rastreamento para Procedência da Carne dos Pampas	2.000	4.000	4.000	10.000	
				3 – Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação	113	227	227	567	
				4 – Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	472	944	944	2.360	
				<i>Total do Programa</i>				4.371	8.742
	3 – Suprimento de Infra-estruturas	1 – Transportes		1 – Grandes Eixos de Escoamento da Produção e Exportações	13.800	223.560	-	237.360	
				2 – Integração de Fronteiras – Mercosul e Santa Catarina	38.650	1.800	-	40.450	
				3 – Incorporação de Áreas Produtivas	-	-	-	-	
				4 – Eixos de Integração Regional e Inter-Regional	-	-	-	-	
				5 – Acessos Capilares a Municípios	-	-	14.970	14.970	
		2 – Energia		1 – Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão	46.000	24.000	5.000	75.000	
				2 – Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)	24.100	-	-	24.100	
				3 – Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	-	-	5.400	5.400	
		3 – Telecomunicações		1 – Universalização da Telefonia Rural	3.000	900	-	3.900	
				2 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)	-	1.000	-	1.000	
		<i>Total do Programa</i>				125.550	251.260	25.370	402.180
		4 – Capitalização do Potencial Ambiental			1 – Fortalecimento do Controle e Defesa Agropecuária	1.306	3.266	1.960	6.532
					<i>Total do Programa</i>				1.306
Total da Estratégia				322.422	697.541	484.854	1.504.818		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativas: Para maximizar a eficiência dos recursos públicos, cabe definir um programa de incentivos fiscais que seja setorial e regional. Para que seja obtida a competitividade sustentável, é importante que o programa tenha incentivos delimitados no tempo e não passíveis de prorrogação. No que se refere às exportações de carnes, a capacidade produtiva e tecnológica precisa ser ocupada e rentabilizada com vendas ao mercado externo, que complementem as efetuadas ao mercado nacional. Para que essas vendas ao mercado externo sejam sustentáveis em termos de rentabilidade e estabilidade, o desenvolvimento de planos e estruturas de comercialização efetivas são de extrema importância.

Quadro 3.1.3 – Projetos do Programa de Estímulos Econômicos da Estratégia Modernização da Pecuária (RF6)

Programa:	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redirecionamento das Linhas de Crédito e Financiamento para a Modernização da Pecuária	Programa de crédito de médio prazo para modernização da produção pecuária, para que a indução da inovação não seja freada por ausência de matrizes ou de outros insumos no campo. O Prodeagro, do BNDES, não contempla a aquisição de matrizes e reprodutores bovinos, apenas ovinos e caprinos. Portanto, há a necessidade de complementação do Programa pelo governo do Estado. Mais uma vez, a concessão desses créditos será condicionada à demonstração de que o produtor está envolvido em um programa de modernização. Com isso, tem-se a vantagem adicional de incentivar a integração vertical da cadeia da pecuária	Busca-se garantir uma distribuição espacial mais equânime dos recursos de financiamentos. Pelo critério proposto, a Região alcançaria cerca de 8,3% e 10,5 % dos valores totais de financiamentos do Estado da Caixa RS e BRDE, respectivamente	SCP, Sedai, BNDES, BRDE e Caixa RS	Recursos já disponíveis nas instituições envolvidas
Incentivos à Modernização da Pecuária	Direcionamento de linhas de incentivos à modernização da pecuária, especialmente para produtores familiares	Continuidade do Fundopem. Implantar novas linhas de incentivos. Abertura de novas linhas de incentivos	Sedai, SCP, MIN e COREDEs	Fundopem, Programa de Redução das Desigualdades Regionais (Bird) e MIN
Integração da Pecuária Familiar aos Frigoríficos	Programa que vise à integração da pecuária familiar com os frigoríficos modernos. Trata-se de um redirecionamento do Programa Estadual de Pecuária Familiar buscando a integração competitiva desse setor	Apoiar cerca de 5 mil produtores familiares na Região	Governo do Estado, Emater, Caixa RS e Banrisul	Recursos orçamentários
Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada a Financiamentos	Atualmente, os financiamentos rurais aos produtores são liberados independentemente das condições técnicas que os tornem mais rentáveis. A assistência técnica da Emater deveria se constituir em pré-requisito para essas liberações, de modo a que continuamente se procedesse a melhorias do plantel e seu manejo, com maior produtividade e valor agregado. Estímulos de financiamentos e créditos voltados à melhoria da produção de bovinos	Abrir linhas de financiamento rural para projetos associativistas da pecuária familiar. Ampliar a assistência técnica da Emater, de modo a prover ao menos uma visita anual às 25,2 mil propriedades rurais da Região	Emater e bancos financiadores	Emater e bancos financiadores
Inteligência Competitiva	Implementação de sistema de informações de prospecções de mercados e exportações para a cadeia de carnes. Divulgação e <i>marketing</i> para novos mercados, especialmente externos – inteligência de mercado. Trata-se de estruturar o sistema como forma de tornar a cadeia mais competitiva, gerando economias de escala (por exemplo, nas compras conjuntas de insumos) e prospectando mercados, realizando pesquisas e apoiando a comercialização e a padronização e marca das carnes	Implementação da célula regional em carnes, acoplada ao sistema estadual de Inteligência Competitiva	Sedai, SCP, Sebrae, Caixa RS, universidades, APL Carnes do Pampa Gaúcho de Livramento, Agência de Desenvolvimento Portal dos Pampas – Pólo RS e iniciativa privada	Caixa RS, Sedai, SCP e contrapartida local (empresas associadas, entidades gestoras e parceiros locais)

Programa:	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Suporte ao Empreendedor	A alimentação de iniciativas empreendedoras endógenas no que se refere à melhoria da pecuária deve contar com um banco de dados estruturado sobre as potencialidades e requisitos existentes na Região, assim como facilidades de incentivos, créditos, legislações, logísticas, que apoiem as localizações de iniciativas. Um esforço de atuação da Sedai, em parceria com Sebrae e universidades regionais, pode estruturar esse sistema de forma unitária para a Região, onde é baixo o nível de empreendedorismo	Integrar e fortalecer atuação das universidades com agências de desenvolvimento e com Sebrae na estruturação de banco de dados para um balcão de projetos e no apoio ao empreendedorismo. Realizar Projetos e Gestão em Modelagem de Negócios. Implantar unidades da rede de Incubadoras e Parques Tecnológicos na Região. Capacitação para o empreendedorismo	Sedai, SCP, Sebrae, universidades, Emater e agências de desenvolvimento	Orçamento estadual, através da Sedai e Caixa RS
Eficiência Coletiva	Instrumento jurídico que permita linhas de créditos a associações e manutenção de aposentadoria rural a associados e cooperados, de modo a incentivar essas formas de organização que imprimem condições de escala às produções e comercializações da pecuária familiar na Região. Assistência técnica a associações e cooperativas na busca de soluções de compra e venda que reduzam custos	Ampliar as associações de produtores alcançando, progressivamente, até 50% dos pequenos estabelecimentos rurais até 150 hectares, ou seja, cerca de 15 mil associados	SCP, Sedai, Sebrae, Emater, e Caixa RS	Caixa RS, Sedai, SCP, Sebrae, Emater e iniciativa privada
Apoio às Exportações	Implementar uma célula regional, como parcela local de um sistema estadual de apoio a projetos gaúchos de exportação, tanto em sua fase de estudo e concepção, quanto de implementação. As células regionais fariam a ponte entre captação de necessidades locais e essa entidade estadual capacitada, trataria da viabilização de alternativas de exportações regionais	Implantação, até 2007, da célula regional do sistema estadual de apoio às exportações, articulada aos principais produtores, cooperativas e associações da Região	Sedai e iniciativa privada	Orçamento estadual, e iniciativa privada

PROGRAMA 2 – DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS E DIVULGAÇÃO

Justificativas: A manutenção e instalação de cadeias produtivas no Estado depende, cada vez mais, da incorporação contínua de inovações em produtos e processos, que tornem seus produtos diferenciados e competitivos. Assim, o segmento das carnes na Região deve estar em contínua renovação, o que requer pesquisas e, especialmente, divulgação de inovações aos produtores. Por outro lado, os recursos humanos envolvidos nessas produções continuamente inovadas, necessitam também capacitações que as acompanhem.

Também a proteção da produção intelectual, especialmente de pequenos e médios empresários, necessita ser reconhecida nacional e internacionalmente como forma de valor. No momento em que se está propugnando um melhor posicionamento das empresas gaúchas nas respectivas cadeias de valor, a questão da construção de marcas aparece com muita importância. A adequada proteção do conhecimento gerado e aplicado em inovações de processo e produto, por meio do patenteamento, pode trazer maior segurança a essas empresas, principalmente aquelas que atuam em mercados internacionalizados que, muitas vezes, não dispõem de recursos para registrar suas invenções em todos os países-chave, acabando por tornar sua patente nacional extremamente vulnerável.

Quadro 3.1.4 – Projetos do Programa Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação (RF 6)

Programa:	Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Difusão de Informações Tecnológicas	Através da identificação e divulgação dos criadores que utilizam melhores práticas, mais rapidamente difundidas para os demais, reduzindo a dispersão das produtividades. Poderá haver divulgação das técnicas para a criação de carnes não-tradicionais. Trata-se de informar os produtores acerca das oportunidades comerciais e técnicas para criar animais com nichos de mercado mais limitados, como avestruzes, búfalos ou javalis. Há, ainda, a possibilidade de exploração de outros produtos não-cárneos dessas espécies. Mesmo que essas atividades não cheguem a ter a relevância da pecuária bovina, têm o seu papel na diversificação da produção rural	Construção de <i>site</i> com as informações demandadas; Publicação de boletins informativos específicos. Fortalecimento de centros de informações em rede nos 20 municípios da Região em parceria com órgãos de pesquisa	Emater e Embrapa	Recursos orçamentários das instituições envolvidas - Fapergs, SAA, Emater, Embrapa, Sebrae e Sedai

Programa:	Desenvolvimento de pesquisas e divulgação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Credibilidade do Modelo de Rastreamento para Procedência da Carne dos Pampas	Programa de apoio e fortalecimento da credibilidade do modelo de rastreabilidade. Para reforçar o programa anterior, é importante que a rastreabilidade seja controlada de maneira efetiva e de acordo com normas rígidas. Apesar de o Sisbov ser um programa do Ministério da Agricultura que opera em conjunto com a iniciativa privada, existe espaço para a ação do governo do Estado no sentido de fornecimento de informação e de incentivos	Disponibilizar informações sobre o Sisbov para todos os pecuaristas nele interessados	Governo do Estado e Emater	Recursos orçamentários do governo do Estado
Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação	Fortalecimento dos procedimentos para obtenção de certificação de qualidade nas carnes na Região 6. Com a sistematização e fortalecimento da rastreabilidade, há indicação geográfica e de procedência da Carne do Pampa Gaúcho	Realizar um evento de anual por Região Funcional e divulgar os casos de sucesso via Internet, em portal específico	PGQP e Sedai	Orçamento do Estado e ABD - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Apoio à Obtenção de Marcas e Patentes	O registro de marcas e patentes é um importante indicador do dinamismo e competitividade de uma economia, que, além de proteger seu conteúdo científico e tecnológico, gera barreiras técnicas à concorrência e pode auferir ganhos econômicos provenientes da sua capacidade de criar inovações. Grande parte das inovações não chegam a se tornar patentes, nacionais e internacionais, porque os empreendedores não possuem conhecimento, recursos, nem tempo disponível para completar os trâmites de registro. O projeto objetiva apoiar processos de registro de marcas e patentes de produtos, processos, marcas regionais para micro e pequenas empresas e associações representativas da cadeia produtiva da carne	No caso do apoio às PMEs para proteção da PI: Sedai, SCT, Senai, ICTs, universidades, escolas técnicas e associações empresariais Em relação ao apoio ao patenteamento no exterior: Fapergs, Finep e universidades		No caso do apoio às PMEs para proteção da PI: Orçamento do Estado (40%), ICTs, associações empresariais, escolas técnicas e Senai (60%) Em relação ao apoio ao patenteamento no exterior: Fapergs (50%) e Finep (50%)

PROGRAMA 3 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

Justificativas: A Região apresenta baixa densidade de transportes, contando com uma estrutura viária de malha quadrangular ampla, que deixa porções significativas sem acessos asfaltados diretos. Apresenta vários gargalos e elos faltantes em transportes, energia e telecomunicações, sendo que a solução desses problemas é condição para um melhor desempenho competitivo da Região. As intervenções propostas buscam trazer melhorias nas ligações internas e externas da Região, com ganhos de produtividade e maior segurança. Deve-se ressaltar que as propostas de empreendimentos que operam em redes, como a de transportes, extrapolam a Região, conectando-se com toda a malha de transportes do Estado. Portanto, os investimentos previstos na Região referem-se apenas à etapa de implantação. Na etapa de operação, esses trechos tornam-se viáveis e beneficiam-se de investimentos realizados em outras Regiões, já que uma rodovia de escoamento pelo Porto de Rio Grande, por exemplo, transpassa várias regiões para exercer seu papel de captadora e encaminhadora a esse destino. No caso de transportes, a viabilidade e benefícios das propostas foram estimadas em relação ao conjunto de obras de um Agrupamento setorial, que conecta várias Regiões e, portanto, de nada adianta viabilizar apenas o trecho inserido nesta Região, sem que a continuidade da ligação fique assegurada.

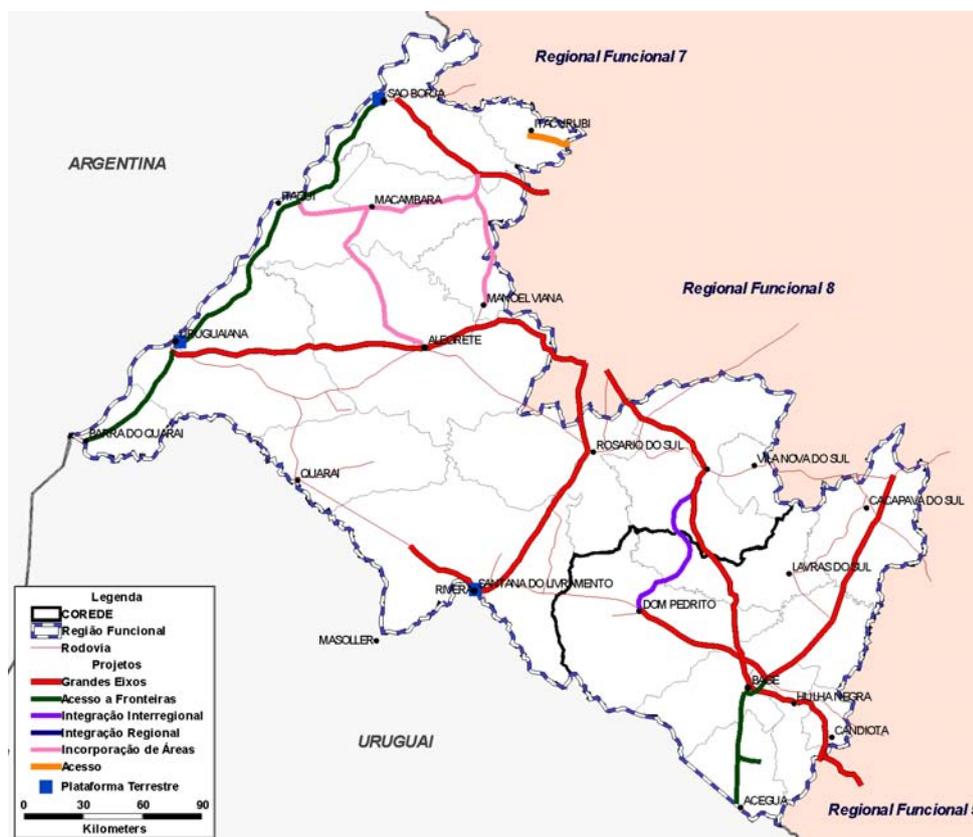
SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES

As propostas de transportes para a Região, funcionais a esta Estratégia, estão registradas na **Figura 3.1.25**.

PROJETO 1 – GRANDES EIXOS DE ESCOAMENTO E EXPORTAÇÃO

Escopo e recursos: São as propostas desenvolvidas no Componente 2 do Rumos 2015, que objetivam imprimir condições de escoamento de produções agropecuárias, rumo a centros consumidores, seja no próprio Estado, outras regiões do país e exportações pelo Porto de Rio Grande, reduzindo custos de transportes e produção. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 1, no Volume 1).

Figura 3.1.25 – Intervenções Propostas em Transportes na RF 6



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Tabela 3.1.6 – Eixos Principais de Escoamento e Exportações (RF 6)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG013	RR123	BR-287 5/7	2 faixas de tráfego no trecho entre Santiago e São Borja	130,27	21,10	65,38	13,80
AG014	RR006*	BR-153 ¼	2 faixas de tráfego no trecho entre BR-290 e Bagé	130,2	21,10	100	21,10
AG014	RR101*	BR-293 ½	2 faixas de tráfego no trecho entre Santana do Livramento e RS-183	44,44	7,20	100	7,20
AG014	RR102*	BR-293 2/2	2 faixas de tráfego no trecho entre Bagé e Dom Pedrito	75,19	12,18	100	12,18
AG015	FR104	Linha Ferroviária Cruz Alta – T. Santa Maria - Cacequi – Rio Grande	Reforço estrutural de pontes de 18 para 25 t/eixo	460,00	21,60	52,17	11,27
AG016	FC003*	Ramal Ferroviário de Candiota	Construção linha singela	11,02	116,48	100	116,48
AG016	FR101	Linha Entrocamento – Livramento	Reforço estrutural de pontes do km 39,6 e km 112,7, de 18 para 25 t/eixo	134,81	5,40	83,08	4,49
AG019	FR105	Linha Ferroviária Porto Alegre – Uruguaiana	Reforço estrutural de pontes de 18 para 25 t/eixo	548,25	40,10	37,91	207,80

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC; * Intervenção a ser realizada após 2015

PROJETO 2 – EIXOS DE INTEGRAÇÃO DE FRONTEIRAS: MERCOSUL

Escopo e recursos necessários: As propostas neste âmbito objetivam ampliar a integração com o Mercosul nas fronteiras físicas com Argentina e Uruguai, permitindo o escoamento de produções para esses mercados e os demais do continente sul-americano, com menores tempos e custos. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 2).

Tabela 3.1.7 – Integração de Fronteiras: Mercosul e Santa Catarina (RF 6)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG010	RR001	BR-472 2/5	2 faixas de tráfego no trecho entre São Borja – Itaqui	84,6	13,70	100	13,70
AG010	RR120	BR-472 4/5	2 faixas de tráfego no trecho entre Itaqui e Uruguaiana	87,67	14,20	100	14,20
AG010	RR121	BR-472 5/5	2 faixas de tráfego no trecho entre Uruguaiana e Barra do Quaraí	66,38	10,75	100	10,75
AG010 AG013	TI106	Plataforma Terrestre Tipo I – São Borja	Centro de Serviços de Pequeno Porte em São Borja		0,9	100	0,9
AG010 AG014	TI107	Plataforma Terrestre Tipo I – Uruguaiana	Centro de Serviços de Médio Porte em Uruguaiana		0,9	100	0,9
AG014	RR122*	BR-153 4/4	2 faixas de tráfego no trecho entre Bagé e Aceguá	77,09	12,49	100	12,49
AG014	TI105*	Plataforma Terrestre Tipo I – Santana do Livramento	Centro de Serviços de Médio Porte em Santana do Livramento		0,9	100	0,9

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC; * Intervenção a ser realizada após 2015

PROJETO 3 – INCORPORAÇÃO DE ÁREAS À PRODUÇÃO

Escopo e recursos necessários: Porções da Região têm fracas interligações com o restante da malha viária estadual, deixando grandes áreas à margem da integração produtiva com a base agropecuária dominante ou potencial. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Sub-programa 1 – Projeto 5).

Tabela 3.1.8 – Eixos de Incorporação de Áreas Produtivas (RF 6)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG013	RP108*	RS-529	2 faixas de tráfego no trecho entre Itaqui e Encruzilhada	112,47	104,60	100	104,60
AG014	RP109*	RS-566	2 faixas de tráfego no trecho entre Maçambará e Alegrete	88,23	82,05	100	82,05
AG014	RP114*	RS-176	2 faixas de tráfego no trecho entre Encruzilhada e Manuel Viana	58,76	54,65	100	54,65

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

* Intervenção a ser realizada após 2015

PROJETO 4 – EIXOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E INTER-REGIONAL

Escopo e recursos necessários: As propostas neste âmbito objetivam integrar por meios de transportes as diversas regiões do Rio Grande do Sul, possibilitando as trocas comerciais e de serviços entre elas. As propostas centram-se basicamente em trechos de rodovias inter-regionais e regionais internas. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Sub-Programa 1 – Projeto 3 e 4).

Tabela 3.1.9 – Eixos de Integração Inter-regional (RF 6)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG014	RP116*	RS-630	2 faixas de tráfego no trecho entre Vacacaí e Dom Pedrito	82,52	76,74	100	76,74

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

* Intervenção a ser realizada após 2015

Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2
 Identificados como Necessários pelo Componente 1

Tabela 3.1.10 – Eixos de Integração Regional – RF 6

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG014	RP110*	RS-473 1/2	2 faixas de tráfego entre São Gabriel e Bagé	115,27	119,00	100	119,00
AG014	RR111*	RS-357	2 faixas de tráfego entre Lavras do Sul e RS-473	24,91	23,17	100	23,17
AG014	RR115*	RS-183	2 faixas de tráfego entre a BR-290 e BR-293	92,44	85,97	100	85,97

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

* Intervenção a ser realizada após 2015

PROJETO 5 – ACESSOS CAPILARES A MUNICÍPIOS

Escopo e recursos necessários: Trata-se de prover acesso asfaltado às sedes municipais, como forma de ampliar a acessibilidade da população a serviços e comércio. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 6). Essa proposta foi priorizada em conjunto com o Daer, que, tradicionalmente, priorizava os projetos em função do seu custo total. Como os recursos são escassos, a idéia era realizar o maior número de acessos com os recursos disponíveis. Esse critério considerava apenas os recursos e não levava em conta a magnitude do impacto da obra sobre a população. Ao propor um novo critério, o objetivo foi incluir uma variável que levasse em conta os benefícios resultantes, sem desconsiderar a questão orçamentária e que, ao mesmo tempo, fosse de cálculo fácil e facilmente entendida. O critério de priorização escolhido foi o custo per capita, entendendo que o número de habitantes é uma boa aproximação para os benefícios sociais. Assim, quanto maior a população, maiores os benefícios obtidos. Ao calcular o custo per capita, é obtido um indicador do tipo menor melhor. Ou seja quanto menor o custo per capita, maiores os benefícios obtidos para cada unidade de investimento.

Órgãos intervenientes: Daer

Fontes de Recursos: As fontes de financiamento para transportes serão melhor explicitadas no Plano de Implementação. No entanto, elenca-se preliminarmente como alternativas:

Rodovias: empréstimos multilaterais (Bird, BID, CAF), Tesouro federal e estadual, setor privado (PPPs), BNDES e fundos constitucionais;

Ferrovias: Infra-estruturas – setor público; super-estruturas – setor privado, ambos com alternativas de financiamentos por organismos multilaterais, tesouro federal e estadual, BNDES;

Tabela 3.1.11 – Acessos Capilares a Municípios (RF 6)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF	Prioridade
AG035	RP163	Acesso rodoviário Itacurubi*	trecho entre Itacurubi e entrada RS168	32,35	14,97	100	14,97	4

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

SUBPROGRAMA DE ENERGIA

Quadro 3.1.5 – Projetos do Subprograma de Energia da Estratégia Modernização da Pecuária (RF 6)

Programa	Suprimento de Infra-estruturas			
Subprograma	Energia			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Superação de gargalos em linhas de transmissão	Superação dos gargalos com usinas de transmissão existentes na Região Funcional e os estimados para as demandas crescentes até 2015	Solucionar os gargalos de transmissão e implantar as melhorias da condições operacionais de suprimento no período 2011-2015	Semc, concessionárias, Aneel e Agers	Orçamento do Estado, concessionárias e governo federal

Programa	Suprimento de Infra-estruturas			
Subprograma	Energia			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Universalização da Energia Rural (Luz para Todos)	Promover o acesso à energia elétrica no meio rural, como alternativa de modernização da produção agropecuária e melhoria das condições de vida, pela expansão de programas de financiamento de linhas de distribuição a longo prazo ou a fundo perdido, aproveitando e incentivando as cooperativas existentes. A estrutura fundiária de grandes propriedades na Região requisita que, a par da extensão do atendimento às propriedades, seja elaborado um marco jurídico que exija que todos os domicílios rurais recebam esse benefício. Hoje, ocorrem situações em que as propriedades contam com atendimento energético, mas os domicílios existentes não têm o serviço, o que reduz grandemente as condições sociais e de acesso a benefícios e informações dos trabalhadores rurais, perpetuando uma situação de exclusão	Atendimento às 25,2 mil propriedades rurais e seus domicílios internos	Comitê Gestor Estadual de Universalização – distribuidoras, governo estadual, prefeituras e sociedade civil	Governo federal, (Conta de Desenvolvimento Energético e RGR - Reserva Global de Reversão), governo estadual e concessionárias de energia
Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	Reforço da rede de energia elétrica rural (trifásica), possibilitando a ligação de máquinas agrícolas para melhoria das condições de produção rural	O programa Energia Forte segue os mesmos cronogramas. As ligações trifásicas vão sendo efetuadas/convertidas conforme avança o Luz para Todos	Semc e prefeituras	Governo estadual

Quadro 3.1.6 – Projetos do Subprograma de Telecomunicações da Estratégia Modernização da Pecuária (RF6)

Programa	Suprimento de Infra-estruturas			
Subprograma	Telecomunicações			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Universalização da Telefonia Rural	Universalização do acesso à telefonia fixa ou móvel rural, como forma de inserir os produtores em sistemas de informação e conhecimento que modernizem processos agropecuários e ampliem as alternativas de comercialização, por meio de financiamentos	Ampliar a cobertura de telefonia rural para 100% até 2015, dos atuais 1,1 % da população e 10% dos municípios atendidos	Semc, Anatel e empresas do setor (Vivo, Claro, Tim, Brasil Telecom)	Governos estadual e federal
Fortalecimento de Centros de Informações Tecnológicas (infra-estrutura Informatizada)	Fortalecimento da rede de centros de informações nas sedes dos 70 municípios da Região para promover a inserção de produtores rurais na sociedade de informações, em parceria com Emater, Embrapa e cooperativas. Trata-se de fortalecer o sistema informatizado em centros existentes ou novos, onde funcionaria o Sistema de Informações Tecnológicas	Implantar e/ou fortalecer 20 centros em todos os municípios da Região	Emater, Embrapa, prefeituras e cooperativas	Governo estadual

PROGRAMA 4 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativas: A defesa agropecuária objetivando a proteção de cultivos e criações no Rio Grande do Sul é atribuição exclusiva do Estado e deve ser exercida principalmente em regiões de divisas e fronteiras como esta, objetivando o controle do ingresso de pragas e doenças quarentenárias definidas em instrumentos legais específicos. Utiliza-se documentos previstos em normas (Guia de Trânsito Animal – GTA e Permissão de Trânsito Vegetal – PTV). O Rio Grande do Sul não está estruturado gerencial e fisicamente para esta atividade, correndo riscos de importação de focos de doenças, como recentemente ocorrido no país com a febre aftosa. Também o fortalecimento da inspeção de abates é essencial para a Região, como forma de melhoria da produção de carnes para exportações. Por outro lado, há procedimentos burocráticos e normas para comercialização de produtos agropecuários, considerando as regras de vigilância sanitária inerentes ao controle de pragas e doenças e os requisitos de prevenção e preservação da qualidade ambiental, que também se ressentem da falta de estruturas técnicas ágeis para comercialização nos municípios.

Quadro 3.1.7 – Projeto do Programa Capitalização do Potencial Ambiental da Estratégia Modernização da Pecuária (RF 6)

Programa	Capitalização do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Controle e Defesa Agropecuária	Instrumento jurídico e fiscalização técnica que estructure novas formas de defesa sanitária no Estado, em convênios com municípios e entre eles, para assegurar a defesa agropecuária e permitir maior agilização da circulação de mercadorias entre eles e os demais Estados. Fortalecimento da inspeção de abates suprimindo, progressivamente, os ilegais, por fiscalização mais eficiente	Informatizar as Inspetorias Veterinárias e Zootécnicas e os escritórios do Departamento de Produção Vegetal. Regular a defesa e o controle agropecuário que insira os municípios nas estruturas de controle, definindo competências e atribuições. Fiscalizar e erradicar viveiros clandestinos	SAA, Emater, Anvisa, SES e prefeituras	Fesal e Feasp (constam no PPA 2004/2007)

ESTRATÉGIA 2 – DEFESA E FORTALECIMENTO DA FRUTIRIZICULTURA

Reúne o conjunto de programas e projetos registrados na **Tabela 3.1.12**, destinados a fortalecer a Frutirizicultura.

Tabela 3.1.12 – Programas e Projetos da Estratégia da Frutirizicultura (R\$ Mil)

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
2 – Defesa e Fortalecimento da Frutirizicultura	1 – Defesa e Fortalecimento da Fruticultura	1 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos a Segmentos Promissores	Já Incluídos na Estratégia 1				
			2 – Inteligência Competitiva					
			3 – Extensão Rural Acoplada a Financiamentos					
			4 – Eficiência Coletiva					
		<i>Total do Programa</i>						
		2 – Suprimento de Infra-Estruturas	Mesmas Intervenções da Estratégia Anterior	Já Incluídos na Estratégia 1				
			<i>Total do Programa</i>					
		3 – Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação	1 – Desenvolvimento de Pesquisas	8.300	20.000	24.000	52.300	
	2 – Difusão de Informações Tecnológicas			Já Incluídos na Estratégia 1				
	<i>Total do Programa</i>			8.300	20.000	24.000	52.300	
	4 – Capitalização e Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Controle e Defesa Agropecuária	Já Incluídos na Estratégia 1					
			2 – Implantação de Viveiros	300	360	160	820	
	<i>Total do Programa</i>			300	360	160	820	
	<i>Total do Componente</i>			8.600	20.360	24.160	53.120	
2 – Defesa e Fortalecimento da Frutirizicultura	1 – Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação	1 – Pesquisa em Novos Cultivares	Já Incluídos na Estratégia 1					
		2 – Divulgação de Informações Tecnológicas						
		3 – Capacitação em Novas Técnicas e Gestão da Comercialização						
		<i>Total do Programa</i>						
	2 – Capitalização do Potencial Ambiental	1 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água	1.175	2.938	1.763	5.876		
		2 – Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado	1.247	3.119	1.871	6.237		
	<i>Total do Programa</i>			2.422	6.057	3.634	12.113	
	3 – Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Destinação Adequada de Resíduos de Arroz	5.154	12.886	7.732	25.772		
			2 – Redução de Agroquímicos	3.213	8.032	4.819	16.063	
		3 – Restauração de Matas Ciliares	700	1.750	1.050	3.500		
<i>Total do Programa</i>			9.067	22.668	13.601	45.335		
4 – Suprimento de Infra-estruturas	1 – Melhorias em Armazenamento	-	34.500	-	34.500			
		<i>Total do Programa</i>			-	34.500	-	34.500
<i>Total do Componente</i>			11.489	63.224	17.235	91.948		
<i>Total da Estratégia</i>			20.089	83.584	41.395	145.068		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

COMPONENTE DEFESA E FORTALECIMENTO DA FRUTICULTURA:

Reúne o conjunto de programas e projetos registrados na **Tabela 3.1.14**, destinados a consolidar e expandir a fruticultura e seu processamento na Região.

Tabela 3.1.13 – Programas e Projetos do Componente de Defesa e Fortalecimento da Fruticultura (R\$ Mil)

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
2 – Defesa e Fortalecimento da Frutirizicultura	1 – Defesa e Fortalecimento da Fruticultura	1 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos a Segmentos Promissores	Já Incluídos na Estratégia 1				
			2 – Inteligência Competitiva					
			3 – Extensão Rural Acoplada a Financiamentos					
			4 – Eficiência Coletiva					
		<i>Total do Programa</i>						
		2 – Suprimento de Infra-Estruturas	Mesmas Intervenções da Estratégia Anterior	Já Incluídos na Estratégia 1				
			<i>Total do Programa</i>					
		3 – Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação	1 – Desenvolvimento de Pesquisas	8.300	20.000	24.000	52.300	
			2 – Difusão de Informações Tecnológicas	Já Incluídos na Estratégia 1				
		<i>Total do Programa</i>			8.300	20.000	24.000	52.300
4 – Capitalização e Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Controle e Defesa Agropecuária	Já Incluídos na Estratégia 1						
	2 – Implantação de Viveiros	300	360	160	820			
<i>Total do Programa</i>			300	360	160	820		
<i>Total do Componente</i>			8.600	20.360	24.160	53.120		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativas: Embora as áreas propícias para a fruticultura na Região sejam limitadas, esta estratégia baseia-se no uso do capital natural existente para uva, pêssego, maçã e cítricos e no uso intensivo de mão-de-obra pouco qualificada, recurso abundante na Região.

Quadro 3.1.8 – Projetos do Programa de Estímulos Econômicos da Estratégia Defesa e Fortalecimento da Frutirizicultura (RF6)

Programa	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos a segmentos promissores	Direcionamento de linhas de incentivos à modernização da fruticultura	Continuidade do Fundopem com políticas de incentivos. Implantação de novas linhas de incentivos	Sedai, SCP, MIN e COREDEs	Fundopem, Bird (Programa de Redução das Desigualdades Regionais) e MIN (Programa Metade Sul)
Inteligência Competitiva	Implementação de sistema de informações de prospecções de mercados e exportações para a cadeia de frutas, especialmente uva e vinho. Divulgação e <i>marketing</i> para novos mercados, especialmente externos (inteligência de mercado). Trata-se de estruturar o sistema como forma de tornar a cadeia mais competitiva, gerando economias de escala (em compras conjuntas de insumos, por exemplo, prospectando mercados, realizando pesquisas e apoiando a comercialização de frutas)	Implementação da célula regional em fruticultura, acoplada ao sistema estadual de inteligência competitiva	Sedai, SCP, Sebrae, Caixa RS e universidades	Caixa RS, Sedai, SCP e contrapartida local (empresas associadas, entidades gestoras e parceiros locais)
Extensão rural acoplada a financiamentos	Embora se proponha reduzir as linhas de financiamento existentes, já que a distribuição entre Regiões deve beneficiar a predominância de pequenos proprietários, deve ser fortalecida a assistência técnica – extensão rural – às unidades rurais pela Emater, com vistas ao desenvolvimento de atividades mais rentáveis e/ou de maneira mais adequada às características de clima, solo e topografia da Região Funcional	Redução de 10% para 3% dos financiamentos rurais do Estado para a Região e fortalecimento da assistência técnica rural anual aos 25 mil produtores rurais	Caixa RS, BRDE; Emater e SAA	bancos financiadores e Emater

Programa:		Estímulos Econômicos		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Eficiência Coletiva – Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo	Instrumento jurídico que permita linhas de créditos a associações e manutenção de aposentadoria rural a associados e cooperados, de modo a incentivar essas formas de organização que imprimem condições de escala às produções e comercializações da fruticultura na Região. Assistência técnica a associações e cooperativas na busca de soluções de compras e vendas que reduzam custos	Ampliar as associações de produtores alcançando, progressivamente, até 50% dos pequenos estabelecimentos rurais até 150 hectares, ou seja, cerca de 15 mil associados	SCP, Sedai, Sebrae, Emater e Caixa RS	Caixa RS, Sedai, SCP, Sebrae, Emater e iniciativa privada

PROGRAMA 2 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

Os mesmos projetos das estratégias anteriores atendem aos requisitos de infra-estruturas para este:

SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES

- ◆ Projeto 1 – Grandes Eixos de escoamento e Exportação (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 1, no Volume 1).
- ◆ Projeto 2 – Eixos de Integração de Fronteiras: Mercosul (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 2).
- ◆ Projeto 3 – Incorporação de Áreas à Produção (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 5).
- ◆ Projeto 4 – Eixos de Integração Regional e Inter-regional (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 3 e 4).
- ◆ Projeto 5 – Acessos Capilares a Municípios (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 6).

SUBPROGRAMA DE ENERGIA

- ◆ Projeto 1 – Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 1).
- ◆ Projeto 2 – Universalização da Energia Rural (Luz para Todos) (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 3).
- ◆ Projeto 3 – Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte) (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 2 – Projeto 4).

SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

- ◆ Projeto 1 – Universalização da Energia Rural (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 3 – Projeto 2).
- ◆ Projeto 2 – Fortalecimento de Centros de Informações Tecnológicas (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 3 – Projeto 3).

PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS E DIVULGAÇÃO

Justificativas: A maior rentabilidade e produtividade de cultivos de frutas na Região requisita pesquisas contínuas, assim como divulgação desses resultados em novas tecnologias aos produtores.

Quadro 3.1.9 – Projetos do Programa de Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação (RF 6)

Programa:	Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Desenvolvimento de Pesquisas	Promoção de estudos e pesquisas sobre a cadeia de valor, a produção de sementes, mudas, sistemas de plantio, embalagens e logística para fruticultura. Lançamento de editais pela Fapergs para promover a pesquisa cooperativa, no modelo Pappé, entre produtores e ICTs	Apoiar 10 projetos por ano no período 2007-2015	Fapergs, SAA, Embrapa, SCT e ICTs	Orçamento do Estado
Difusão de Informações Tecnológicas	O projeto objetiva sistematizar informações de melhores práticas no segmento frutícola, de modo a alimentar os Centros de Informações propostos para operar em todos os municípios (ver Subprograma de Telecomunicações), dando suporte a produtores sobre processos, produtos, mercados, comercializações, exportações	Construção de <i>site</i> com informações demandadas por cada Região e <i>links</i> com outros <i>sites</i> de entidades de pesquisa e cadeias produtivas em 2006, para operar nos 20 centros de difusão tecnológica nos municípios	SAA – Emater, Embrapa, Fapergs, Sebrae e Sedai	Fapergs, SAA, Emater, Embrapa, Sebrae e Sedai

PROGRAMA 4 – CAPITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativas: A comercialização de frutas exige uma inspeção ágil e eficiente, dada sua pouca durabilidade, que deve ser fortalecida na Região, especialmente pela grande distância a mercados e exportação.

Quadro 3.1.10 – Projetos do Programa de Capitalização e Manutenção do Potencial Ambiental do Componente Defesa e Fortalecimento da Fruticultura (RF 6)

Programa:	Capitalização e Manutenção do potencial ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Controle e Defesa Agropecuária	Instrumento jurídico e fiscalização técnica que estructure novas formas de defesa sanitária no Estado, em convênios com municípios e entre eles, de modo a assegurar a defesa agropecuária, ao mesmo tempo que permita maior agilização da circulação de mercadorias entre eles e os demais Estados. Fortalecimento da inspeção de viveiros de frutas suprimindo, progressivamente, os ilegais, por fiscalização mais eficiente	Informatização das Inspeções Veterinárias e Zootécnicas e dos escritórios do Departamento de Produção Vegetal. Regulamentação da defesa e controle agropecuário que insira municípios nas estruturas de controle, definindo competências e atribuições. Fiscalização e erradicação de viveiros clandestinos	SAA, Emater, Anvisa, SES e prefeituras	Fesa e Feasp- (constam no PPA 2004/2007)
Fortalecimento / Criação de viveiros	O estímulo à fruticultura (e também à silvicultura, na Estratégia adiante), aptas à região, exige que existam disponibilidades de mudas que permitam a progressiva reconversão de plantios, para culturas mais rentáveis	Criação de viveiros de frutas e silvicultura adequadas à região, em associação com pesquisas de novos cultivares	Grac, SAA, Emater e Embrapa	Profruta

COMPONENTE DEFESA E FORTALECIMENTO DA RIZICULTURA

Reúne o conjunto de programas e projetos registrados na **Tabela 2.6.16**, destinados a apoiar o aumento sustentado da competitividade do meio rural, particularmente estratégico para a expansão ordenada da cultura de arroz.

Tabela 3.1.14 – Programas e Projetos da Estratégia de Fortalecimento da Rizicultura (R\$ Mil)

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006 - 2007	2008 - 2011	2012 - 2015	Total		
2 – Defesa e Fortalecimento da Fruti-Rizicultura	2 – Defesa e Fortalecimento da Rizicultura	1 – Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação	1 – Pesquisa em Novos Cultivares	Já Incluídos na Estratégia 1					
			2 – Divulgação de Informações Tecnológicas						
			3 – Capacitação em Novas Técnicas e Gestão da Comercialização						
		Total do Programa							
		2 – Capitalização do Potencial Ambiental	1 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água	1.175	2.938	1.763	5.876		
			2 – Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado	1.247	3.119	1.871	6.237		
		Total do Programa				2.422	6.057	3.634	12.113
		3 – Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Destinação Adequada de Resíduos de Arroz	5.154	12.886	7.732	25.772		
			2 – Redução do Uso de Agroquímicos	3.213	8.032	4.819	16.063		
			3 – Restauração de Matas Ciliares	700	1.750	1.050	3.500		
Total do Programa				9.067	22.668	13.601	45.335		
4 – Suprimento de Infra-Estruturas	1 – Melhoria em Armazenamento	-	34.500	-	34.500				
Total do Programa				-	34.500	-	34.500		
Total do Componente				11.489	63.224	17.235	91.948		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

PROGRAMA 1 – DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS E DIVULGAÇÃO

Justificativas: A produção de arroz encontra obstáculos nos preços não competitivos com outros países, embora suprimindo as demandas nacionais, exigindo pesquisas em novas cultivares ou processos menos dispendiosos que reduzam custos, ou novos produtos que agreguem valor a esse produto.

Quadro 3.1.11 – Projetos do Programa de Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação do Componente Defesa e Fortalecimento da Rizicultura (RF 6)

Programa	Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Pesquisa em Novos Cultivares	Promoção de estudos e pesquisas sobre a cadeia de valor, a produção de sementes, sistemas de plantio, embalagens, novos produtos e logística na produção e processamentos do arroz. Incentivar os resultados de pesquisas (<i>pull</i>), premiando resultados. Assim, seriam concedidos prêmios em dinheiro aos pesquisadores que criassem, por exemplo, variedades com propriedades técnicas definidas <i>a priori</i>	Apoiar 10 projetos por ano, no período 2007-2015	Fapergs, SAA, SCT e ICTs	Orçamento do Estado
Divulgação de Informações Tecnológicas	Através da identificação e da divulgação dos agricultores que utilizam melhores práticas, estas serão mais rapidamente difundidas para os demais, reduzindo a dispersão das produtividades. O projeto objetiva sistematizar informações de melhores práticas nos segmentos primários dominantes na Região, de modo a alimentar os Centros de Informações propostos para operar em todos os municípios (ver Subprograma de Telecomunicações), dando suporte a produtores	Construir <i>site</i> com as informações demandadas pela produção agrícola e <i>links</i> com outros <i>sites</i> de entidades de pesquisa e cadeias produtivas em 2006	SAA, Emater, Embrapa, Fapergs, Sebrae e Sedai	Fapergs, SAA, Emater, Embrapa, Sebrae e Sedai
Capacitação em Novas Técnicas e Gestão da Comercialização	Torna-se necessário um esforço de capacitação gerencial nesse segmento que auxilie na gestão das propriedades e na comercialização, em busca de novos processos, produtos e mercados e incentive a formação de associações. Pesquisas de novos cultivares e técnicas precisam chegar ao conhecimento dos agricultores, não só por meio dos centros de informação, como por capacitações técnicas continuadas. O Sistema Técnico-Universitário Progressivo proposto para o Estado envolvendo escolas técnicas e Uergs, deve incentivar a diversidade de informações técnicas e gerenciais. Desenvolver cursos de capacitação, especialmente para pequenos e médios proprietários	Capacitar cerca de 50% dos 25 mil proprietários rurais até 2015	Escolas Técnicas, Emater e Senar	SEC, Emater e Senar

PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativas: A crescente escassez hídrica tem causado perdas na competitividade rural, exigindo medidas de controle de outorgas do uso das águas e racionalização dos sistemas de irrigação, especialmente no Centro Sul com a cultura do arroz. Outro problema ambiental que afeta a Região refere-se à destinação dos resíduos do arroz, que exigem medidas para sua adequada redução.

Quadro 3.1.12 – Projetos do Programa de Capitalização do Potencial Ambiental Componente Defesa e Fortalecimento da Rizicultura (RF6)

Programa: Capitalização do potencial ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Controle e outorga do uso das águas	A escassez de águas na Região vai exigir um monitoramento das vazões disponíveis nas bacias e um gerenciamento e outorga do uso dessas vazões aos proprietários, especialmente para os grandes plantadores de arroz, que utilizam maiores volumes	Implementar a rede de monitoramento e o sistema de controle e outorga do uso das águas em oito das bacias incidentes na Região até 2015	Sema/DRH, SAA, Sops, Comitês de Bacias	Fundo de Recursos Hídricos
Sistemas de plantio eficientes no uso da água para arroz irrigado	Desenvolvimento e implementação de programas mais eficientes para melhoria do manejo, avaliação de novos cultivares de arroz; fomento à experimentação de novos programas de cultivo com redução do uso da água		SAA, Sema, Fepam e Emater	Orçamento do Estado e Emater

PROGRAMA 3 – MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativas: A cultura intensiva do arroz vem acarretando dois problemas ambientais que necessitam recuperações, sob risco de ampliar a degradação da Região, especialmente os problemas de desertificação, em função da retirada de áreas vegetadas, e de poluição hídrica pelo uso intensivo de agroquímicos. A expansão da rizicultura e das demais culturas dominantes (silvicultura e frutas) vem determinando a ocupação de áreas de várzeas, com a derrubada das matas ciliares que garantem a manutenção dos recursos hídricos, evitando assoreamentos e redução de vazões, assim como propiciando a diversidade biológica que diminui pragas e doenças, especialmente em monoculturas. A Região já sente uma escassez hídrica, que se reflete na menor produtividade do arroz, que tende a se acentuar com a expansão dessa cultura e também da silvicultura. Assim, torna-se necessário um esforço de recuperação dessas matas, como fator de reversão progressiva da escassez hídrica, protegendo nascentes e leitos.

Quadro 3.1.13 – Projetos de Manutenção do Potencial Ambiental do Componente Defesa e Fortalecimento da Rizicultura (RF6)

Programa: Manutenção do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Destinação dos resíduos de arroz	Incentivar a associação da criação de produtores, capacitação de técnicos, desenvolvimento e divulgação de pesquisas e estudos referentes aos aspectos econômicos e ambientais dessa atividade, propor e estabelecer condições logísticas de carregamento e transporte dos resíduos	Instrumentalizar os produtores para reutilização do subproduto do beneficiamento do arroz e fomentar a criação de cooperativas ou associações na busca de alternativas de investimentos para geração de energia (biomassa). Elaborar mapeamento de áreas/estações de transbordo de resíduos para abastecimento das usinas termoeletricas nas Regiões 5 e 6 e viabilizar sua implantação	SAA, Sema, Fepam, Emater, Farsul, Senar e Semc	Proinfra, parcerias com indústrias de beneficiamento de arroz, recursos externos decorrentes de aplicação em MDL
Redução do Uso de Agroquímicos	Implementar o controle e a fiscalização das atividades agrícolas que exijam forte demanda de agroquímicos para o cultivo, sendo predominante nesta Região o de arroz. Fiscalização e treinamento de agricultores para o uso correto de agroquímicos, capacitação de técnicos com ênfase na legislação específica, fiscalização do cumprimento das normas que institui o receituário agrônomo no controle e uso de agroquímicos e implementação de pesquisas visando ao desenvolvimento de manejo integrado de pragas e doenças	Implementar controle de uso de agroquímicos em cerca de 50% das propriedades rurais até 2015 (12 mil)	SAA, Emater e Sema	Programa Agricultura Familiar; Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental e Prodatab

Programa	Manutenção do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Restauração de Matas Ciliares	O Programa de Restauração de Mata Ciliar destina-se a restaurar a vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em Bacias Hidrográficas.	Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das quatro principais bacias hidrográficas que ocorrem na quase totalidade da Região	Sema/Defap, Fepam, SAA e Emater	SCT- Fapergs e Embrapa

PROGRAMA 4 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

Justificativas: Os mesmos projetos da estratégia anterior são necessários a este, como forma de redução de custos nos transportes de arroz, tornando a cultura mais competitiva. Acresce-se a essa rede de transportes a necessidade de ampliar a capacidade de armazenagem na Região, em função da ampliação da produção regional desse produto e de outros dominantes, como as carnes.

PROJETO 1 – MELHORIA EM ARMAZENAGEM

Escopo, Metas e Recursos: Ampliação da capacidade de armazenagem em 345 mil toneladas na Região. (Ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma 1 – Projeto 7).

Fontes de recursos: Governo do Estado e empresas.

Tabela 3.1.15 – Melhoria em Armazenamento (RF 6)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG023	ZM006	Armazéns RF 6	Melhoria dos armazéns (345,0 mil toneladas)	NA	34,5	100	34,5

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

Tabela 3.1.16 – Recursos para o Programa Suprimento de Infra-estruturas (R\$ Mil)

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
1 – Melhoria em Armazenamento	-	34.500	-	34.500
Total	-	34.500	-	34.500

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

ESTRATÉGIA 3 – INCLUSÃO SOCIAL COM FORTALECIMENTO DA REDE DE CIDADES MÉDIAS

Reúne programas e projetos registrados na Tabela 2.6.17, destinados a fortalecer as áreas urbanas da Região, inserindo as populações de baixa renda nos sistemas sociais de atendimento.

Tabela 3.1.17 – Estratégia de Inclusão Social com Fortalecimento da Rede de Cidades Médias (R\$ Mil)

Estratégia	Programa	Subpro-grama	Projeto	2006 - 2007	2008 - 2011	2012 - 2015	Total
3 – Inclusão Social com Fortalecimento da Rede de Cidades Médias	1 – Estímulos Econômicos		1 – Micro-Crédito Urbano	-	8.100	3.800	11.900
			2 – Suporte ao Empreendedor	Já Incluídos na Estratégia 1			
	Total do Programa			-	8.100	3.800	11.900
	2 – Suprimento de Serviços Sociais	1 – Fortalecimento Educacional	1 – Escola de Tempo Integral	5.140	19.413	22.543	47.096
			2 – Avaliação de Desempenho	12	25	24	62
			3 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	95.226	148.273	219.164	462.664
		2 – Fortalecimento no Atendimento em Saúde	1 – Construção de Leitos Hospitalares	1.771	10.486	19.615	31.872
			2 – Expansão do PSF	2.496	10.080	2.976	15.552
		3 – Melhoria e Suprimento Habitacional	1 – Construção de Novos Domicílios Urbanos	16.135	32.271	32.271	80.677
	2 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios		659	2.633	-	3.292	
4 – Combate à Pobreza	1 – Renda Básica	23.227	46.454	46.454	116.135		
Total do Programa			144.668	269.635	343.047	757.350	

Estratégia	Programa	Subpro-grama	Projeto	2006 - 2007	2008 - 2011	2012 - 2015	Total
Cont.... 3 – Inclusão Social com Fortalecimento da Rede de Cidades Médias	3 – Recuperação Ambiental Urbana		1 – Ampliação da Rede de Coleta Domiciliar	24.326	39.448	31.704	95481
			2 – Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais	5.746	14.364	8.618	28.728
			3 – Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos	1.887	4.719	2.831	9.437
	<i>Total do Programa</i>			31.959	58.531	43.156	133.646
	4 – Fortalecimento de Serviços Urbanos		1 – Áreas Industriais	4.000	8.000	8.000	20.000
			2 – Inclusão na Sociedade de Informações (wi-fi)	-	51	-	51
			3 – Suprimento de Linhas de Transmissão de Dados de Alta Capacidade	-	-	-	-
<i>Total do Programa</i>			4.000	8.051	8.000	20.051	
TOTAL				180.626	344.316	398.003	922.947

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativas: Face às imperfeições do mercado de crédito para os mais pobres, um programa local de microcrédito gera retornos sociais e contribui para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora. A prática do microcrédito já está bastante disseminada, e a tecnologia de implementação e gestão está consolidada em melhores práticas. O Banco Mundial e o Microcredit Summit reúnem relatos e dados sobre dezenas de experiências bem-sucedidas de instituição de tais programas. Sabe-se que esses programas tendem a ser mais eficazes quando operados de forma mais descentralizada. No caso do Rio Grande do Sul, em termos ideais, deveriam ser as prefeituras as responsáveis pela criação dos programas de microcrédito. Contudo, especialmente nas regiões mais deprimidas, faltam recursos financeiros, técnicos e até humanos. Desse modo, faz-se necessária a ação do governo estadual para a criação de um programa de microcrédito que tenha resultados socioeconômicos efetivos.

Quadro 3.1.14 – Projetos do Programa de Estímulos Econômicos da Estratégia Avanços Sociais

Programa:	Estímulos econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Microcrédito urbano	Com pobreza endêmica, alta urbanização e prefeituras sem capacidade financeira, a Região é a primeira candidata à implantação de um programa-piloto de microcrédito. O projeto é inspirado no CrediAmigo, do Banco do Nordeste, com apoio do Bird, que baseia-se no conceito de crédito solidário, no qual os empréstimos são feitos sem garantias, mas condicionando o acesso à adimplência de todos os tomadores do grupo. Considerando-se um valor de empréstimo médio de R\$ 590, como o CrediAmigo, e que 10% das famílias pobres residentes em áreas urbanas da RF 6 tomariam créditos, chega-se a uma carteira com 5,5 mil operações, com empréstimos da ordem de R\$ 3,3 milhões por ano. Os custos administrativos seriam de 29% da carteira, ou seja, R\$ 950 mil/ano. Esse percentual deve ser tomado como limite superior dos custos efetivos do programa de microcrédito gaúcho	Propõe-se que a distribuição dos créditos seja feita de acordo com a população pobre nos municípios-pólo da Região Funcional (isto é, aqueles com mais de 50 mil habitantes)	Governo do Estado, prefeituras e Banrisul	
Suporte ao empreendedor – Casas de Negócios	Visa dotar o processo empreendedor de estruturas que centralizem todas as informações relativas a negócios (mercados nacional e exportador, novos produtos e serviços, tecnologia), serviços públicos de apoio ao empreendedor (como registros em Juntas Comerciais, abertura de empresas, legislação tributária, facilitação de pagamentos), visando facilitar o processo de atração e consolidação de investimentos nas diversas Regiões Funcionais do Estado	Implantar seis Casas de Negócios (Bagé, Santana do Livramento, Alegrete, São Borja São Gabriel e Uruguaiana). Desenvolver 10 cursos de capacitação em empreendedorismo. Elaborar planos de negócio, gestão de pequenos negócios, cooperativismo e modelagem em negócios por ano. Apoiar cinco novos projetos cooperativos empreendedores ao ano	Sedai, Sebrae-RS e Caixa RS	Orçamento do Estado, através da Caixa RS e Sebrae

PROGRAMA 2 – SUPRIMENTO DE SERVIÇOS SOCIAIS

Justificativas: Haja vista a gravidade dos problemas sociais da Região, estratégias econômicas são insuficientes para combatê-los. Portanto, é preciso investir diretamente em programas sociais. As maiores demandas localizam-se nas cidades médias da Região, que têm recebido as parcelas maiores de imigrantes nas últimas décadas. São, assim, priorizados os atendimentos nos pólos regionais de Uruguaiana, Alegrete, Itaqui, Santana do Livramento, Rosário do Sul, São Borja, Bagé, Dom Pedrito e Caçapava do Sul. São previstas ações concomitantes em educação (capacitação), saúde, habitação (atendimento de padrões urbano-sanitários de qualidade) e combate à pobreza.

Quadro 3.1.15 – Projetos do Subprograma de Fortalecimento Educacional (RF 6)

Programa:		Suprimento de Serviços Sociais		
Subprograma		Fortalecimento Educacional		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Escola de Tempo Integral	Ampliar a qualidade da formação no ensino fundamental	Inclusão, até 2015, de 20,5 mil alunos. Até 2007, 38,8 mil. Até 2011, 45,1 mil	SEC	Orçamento estadual e prefeituras
Avaliação de Desempenho	Destina-se a avaliar o desempenho do alunado do ensino médio e fundamental visando à melhoria de qualidade do ensino	Avaliação bianual dos alunos Ensino Fundamental: 4,6 mil alunos até 2007; 9,2 mil até 2011; 8,8 mil até 2015; Ensino Médio: 1,6 mil até 2007; 3,2 mil até 2011; 3,1 mil até 2015	SEC	Orçamento estadual
Atendimento na Educação Básica	Abrir novas vagas para os alunos que demandarão a escola, produto do crescimento populacional desses centros urbanos	Inclusão de 92,7 mil alunos até 2007; 92 mil até 2011; 86,1 mil até 2015 no Ensino Fundamental. No Ensino Médio, 27,2 mil alunos até 2007; 26,8 mil até 2011; 25,5 mil até 2015	SEC	Orçamento estadual, SEC e prefeituras

Quadro 3.1.16 – Projetos do Subprograma de Fortalecimento no Atendimento de Saúde (RF 6)

Programa:		Suprimento De Serviços Sociais		
Subprograma:		Fortalecimento no Atendimento de Saúde		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Construção de Leitos	Prover, até 2015, o número de leitos compatíveis com as metas de supressão do déficit existente e atendimento de populações adicionais, de acordo com as recomendações da OMS	Construir 175 leitos até 2015	SUS e prefeituras	
Expansão do Programa de Saúde da Família	Atender 80% da população urbana por ações básicas de saúde familiar	Criação de grupos de saúde familiar até 2007: 52 grupos até 2007; 105 até 2011 e 31 até 2015	SES e secretarias municipais de saúde	SUS, orçamento estadual e prefeituras

Quadro 3.1.17 – Projeto do Subprograma de Melhoria e Suprimento Habitacional (RF 6)

Programa		Suprimento De Serviços Sociais		
Subprograma		Melhoria e Suprimento Habitacional		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Construção de Moradias	Redução do déficit habitacional urbano e construção de novas moradias para acompanhar o crescimento populacional	Construir aproximadamente 5,8 mil moradias até 2015	Sehadur e prefeituras	Orçamento estadual e SUS
Construção de Unidades Sanitárias	Construção de unidades sanitárias nas habitações	Construir 1,7 mil unidades sanitárias até 2015	Sehadur	Orçamento estadual

Quadro 3.1.18 – Projeto do Subprograma de Combate à Pobreza (RF 6)

Programa:		Suprimento De Serviços Sociais		
Subprograma:		Combate à Pobreza		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Renda básica	Complementar a renda das pessoas situadas abaixo da linha de indigência com recursos necessários para atingir o piso de rendimento de um salário mínimo	Atender cerca de 16 mil pessoas até 2015		Orçamento estadual

PROGRAMA 3 – RECUPERAÇÃO AMBIENTAL URBANA

Justificativa: Compreende o atendimento por rede de coleta de esgotos a 100% das moradias urbanas, além de unidades para tratamento de esgotos e destinação de resíduos sólidos nas cidades-pólo da Região.

Quadro 3.1.19 – Projetos do Programa de Recuperação Ambiental Urbana

Programa: Recuperação Ambiental Urbana				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação da Rede de Coleta de Esgoto Domiciliar	Redução de 50% do déficit apurado em 2003 até o ano de 2015 e ligações adicionais em função do crescimento populacional	24,3 mil moradias até 2007; 39,4 mil até 2011; 31,7 mil até 2015 (90% das demandas urbanas regionais)	Corsan e órgãos municipais de saneamento	Sops, Corsan, Sema e prefeituras
Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais	Tratamento e destinação de esgotos nos nove pólos regionais	Tratamento de esgotos da rede domiciliar e industrial coletada em 100% dos domicílios e indústrias urbanas	Corsan e prefeituras	Pró-Saneamento, JBIC, BID, Bird, governo federal, ANA, CEF e BNDES, com linhas de crédito em condições vantajosas para financiamento de projetos de coleta e tratamento de esgotos
Tratamento e Destinação de Resíduos Domiciliares e Industriais não-perigosos	Coleta e destinação de resíduos industriais nas nove cidades-pólo da Região	Coleta e destinação adequada de 100% dos resíduos domiciliares e industriais não-perigosos coletados. Implantação de nove aterros sanitários	Sops, Corsan, Sema e prefeituras	Programa de Ação Social em Saneamento (PASS/BID) Pró-Saneamento, Financiamentos externos Projetos de MDL

PROGRAMA 4 – FORTALECIMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

Justificativas: Proporcionar, nos centros urbano-industriais principais, com maiores chances de recepção industrial, formas de prover áreas industriais que atraiam atividades industriais e implementar rede de acessos a informações *wi-fi*.

Quadro 3.1.20 – Projetos do Programa de Fortalecimento de Serviços Urbanos (RF6)

Programa Fortalecimento de Serviços Urbanos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Áreas Industriais	Implantação de distritos industriais em dois pólos principais regionais – Uruguaiiana e Santana do Livramento, em planejamento, desde 2000, com apoio da Sedai	Implantar e ampliar áreas industriais nos dois centros urbanos regionais	Sedai, prefeituras e iniciativa privada	Sedai e prefeituras
Inclusão na Sociedade de Informações (<i>wi-fi</i>)	A tecnologia de comunicação sem fios, conhecida como <i>wi-fi</i> , desenvolveu-se com rapidez nos últimos anos, permitindo o atingimento de um novo patamar na expansão eletrônica. Não mais dependendo das operadoras das redes de bandas largas, é possível aumentar o número de usuários, praticando, adicionalmente, políticas de inclusão, com tarifas diferenciadas	Implantar redes <i>wi-fi</i> em Uruguaiiana, cidade com mais de 100 mil habitantes e entrada do Mercosul	Metroplan e Procergs	Orçamento do Estado e outra fonte poderá ser PPPs
Suprimento de Rede de Transmissão de Dados de Alta Capacidade		Fornar o comitê de gerenciamento de recursos até 2007. Consolidar o arcabouço institucional até 2011	Semc	RNP (Rede Tchê), AsRNP, MCT, MEC, Semc e empresas de infraestrutura nos setores pertinentes

ESTRATÉGIA 4 – APOIO A ATIVIDADES EMERGENTES E POTENCIAIS

Reúne o conjunto de programas e projetos registrados na **Tabela 2.6.18**, destinados a apoiar as atividades emergentes e potenciais.

Tabela 3.1.18 – Programas e Projetos da Estratégia de Apoio a Atividades Emergentes e Potenciais (R\$ Mil)

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total		
4 – Apoio a Atividades Emergentes e Potenciais	1 – Expansão da Cadeia de Base Florestal	1 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos aos Segmentos Agrícolas e Industriais da Cadeia	Já Incluídos na Estratégia 1					
			2 – Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento						
			3 – Assistência Técnica Acoplada ao Financiamento Rural – Extensão Rural						
			4 – Suporte ao Empreendedor						
		<i>Total do Programa</i>							
		2 – Capitalização do Potencial Ambiental	1 – Marco Regulatório – Regulação Ambiental da Silvicultura	1.680	4.200	2.520	8.400		
			2 – Criação/Fortalecimento de Viveiros						
		<i>Total do Programa</i>				1.680	4.200	2.520	8.400
		3 – Suprimento de Infra-Estruturas	Mesmas Intervenções de Estratégias Anteriores						
			<i>Total do Programa</i>						
4 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial	1 – Capacitação Técnica e Profissional	1 – Capacitação Técnica e Profissional	744	1.488	1.488	3.720			
		2 – Pesquisas em Novos Cultivares e Tecnologias	2 – Pesquisas em Novos Cultivares e Tecnologias	Já Incluídos na Estratégia 1					
			3 – Difusão de Informações Tecnológicas						
<i>Total do Programa</i>				744	1.488	1.488	3.720		
5 – Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Restauração de Matas Ciliares	Já Incluídos no Componente 2 da Estratégia 2							
		<i>Total do Programa</i>							
<i>Total do Componente</i>				2.424	5.688	4.008	12.120		
4 – Apoio a Atividades Emergentes e Potenciais (cont.)	2 – Apoio ao Extrativismo	1 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos ao Segmento Extrativo Mineral	Já Incluídos na Estratégia 1					
			2 – Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento						
			3 – Suporte ao Empreendedor						
			4 – Eficiência Coletiva						
			5 – Estruturação das Cadeias de Extrativismo					1.000	1.000
		<i>Total do Programa</i>				1.000	1.000	1.000	3.000
		2 – Desenvolvimento e Capacitação	1 – Pesquisas em Novos Produtos, Processos e Design	Já Incluídos no Componente 2 da Estratégia 4					
			2 – Capacitação em Novos Produtos e Design						
		<i>Total do Programa</i>							
		3 – Suprimento de Infra-estruturas	Já Incluídos no Componente 2 da Estratégia 4						
<i>Total do Programa</i>									
4 – Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Termos de Ajustes de Conduta das Explorações Minerais	600	1.200	1.200	3.000				
		<i>Total do Programa</i>				600	1.200	1.200	3.000
<i>Total do Componente</i>				1.600	2.200	2.200	6.000		
3 – Apoio ao Turismo Emergente	1 – Estruturação do Turismo na Região	1 – Plano Diretor de Turismo	2.000	-	-	2.000			
		2 – Estruturação Turística	-	3.000	-	3.000			
	<i>Total do Programa</i>				2.000	3.000	-	5.000	
	2 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos à Atividades Hoteleira e de Alimentação	Já Incluídos na Estratégia 1						
							<i>Total do Programa</i>		
3 – Desenvolvimento e Capacitação	1 – Capacitação no Atendimento ao Turista	Já Incluídos no Componente 2 da Estratégia 2							
						<i>Total do Programa</i>			
<i>Total do Componente</i>				2.000	3.000	-	5.000		
<i>Total da Estratégia</i>				6.024	10.888	6.208	23.120		
<i>Total da Região Funcional</i>				999.801	2.149.183	1.947.773	5.096.758		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

COMPONENTE EXPANSÃO DA CADEIA DE BASE FLORESTAL

Reúne o conjunto de programas e projetos registrados na **Tabela 3.1.19**, destinados a fortalecer a cadeia de base florestal na Região. Esta estratégia já conta com experiência acumulada pelo projeto Floresta-Indústria (Metade Sul), em realização há mais de dois anos, envolvendo várias secretarias, empresas e comandado pela Sedai. Esse grupo constitui-se em agente fundamental e deve ser acionado para as tarefas de detalhamento e implementação deste Componente.

Tabela 3.1.19 – Projetos e Programas do Componente de Expansão da Cadeia de Base Florestal (R\$ Mil)

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
4 – Apoio a Atividades Emergentes e Potenciais	1 – Expansão da Cadeia de Base Florestal	1 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos aos Segmentos Agrícolas e Industriais da Cadeia	Já Incluídos na Estratégia 1				
			2 – Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento					
			3 – Assistência Técnica Acoplada ao Financiamento Rural – Extensão Rural					
			4 – Suporte ao Empreendedor					
			<i>Total do Programa</i>					
		2 – Capitalização do Potencial Ambiental	1 – Marco Regulatório – Regulação Ambiental da Silvicultura	1.680	4.200	2.520	8.400	
			2 – Criação / Fortalecimento de Viveiros					
		<i>Total do Programa</i>		1.680	4.200	2.520	8.400	
		3 – Suprimento de Infra-Estruturas	Mesmas Intervenções de Estratégias Anteriores					
			<i>Total do Programa</i>					
4 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial	1 – Capacitação Técnica e Profissional		744	1.488	1.488	3.720		
	2 – Pesquisas em Novos Cultivares e Tecnologias		Já Incluídos na Estratégia 1					
	3 – Difusão de Informações Tecnológicas							
<i>Total do Programa</i>		744	1.488	1.488	3.720			
5 – Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Restauração de Matas Ciliares		Já Incluídos no Componente 2 da Estratégia 2					
	<i>Total do Programa</i>							
<i>Total do Componente</i>			2.424	5.688	4.008	12.120		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativas: A atividade florestal na Região é recente. Por essa razão, deve ser estimulada a formação dessa cadeia, com segmentos diversos como serrarias, celulose, papel, mobiliário, entre outros, no sentido de dinamizar a economia regional.

Quadro 3.1.21 – Projetos do Programa de Estímulos Econômicos do Componente Expansão da Cadeia de Base Florestal (RF 6)

Programa: Estímulos Econômicos		Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos aos segmentos agrícolas e industriais da cadeia		Direcionar incentivos do Fundopem e do Programa de Redução das Desigualdades Regionais para fomentar segmentos dessa cadeia, como formação de áreas de silvicultura, serrarias, papel e celulose, móveis e resinas	Direcionar parcelas dos 5,67% propostos para o Fundopem nesta Região e dos 18,2% do Programa de Redução de Desigualdades Regionais para apoiar iniciativas nesta cadeia florestal na Região	Sedai, SCP, Bird e Banrisul	Fundopem e empréstimo do Bird com contrapartida do Estado	
Direcionamento de linhas de crédito e financiamento		Da mesma forma que os incentivos, as linhas de crédito e financiamento, fornecidas pelas agências financeiras do Estado, devem voltar-se a esta cadeia, com condições mais favoráveis para a Região. Reforço das linhas de crédito existentes ou criação de linhas especiais para a cadeia de base florestal (formação de áreas de silvicultura, serrarias, papel e celulose, móveis, resinas), nos bancos de financiamento, redirecionando percentuais maiores necessários ao seu desenvolvimento	Adoção do critério de participação no total de recursos de financiamento estadual de 10,5%, destinando parcelas para investimentos nesta cadeia	SCP, Sedai, BNDES, BRDE e Caixa RS	Recursos já disponíveis nas instituições envolvidas	

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Assistência técnica acoplada ao financiamento rural – Extensão rural	Hoje, os financiamentos rurais para produtores são liberados independentemente das condições técnicas de plantios que os tornem mais rentáveis. A assistência técnica da Emater deveria se constituir em pré-requisito a essas liberações, para que se procedam plantios mais adequados à Região, de maior produtividade e valor agregado, especialmente as frutas. Estímulos de financiamentos e créditos voltados à produção de silvicultura	Abrir linhas de financiamento rural para projetos associativistas. Ampliar a assistência técnica da Emater, de modo a prover ao menos uma visita anual às 25 mil propriedades rurais da Região	Emater e bancos financiadores	Emater e Bancos financiadores
Suporte ao empreendedor	Propõe-se a criação de bancos de dados <i>on-line</i> que informem as oportunidades na cadeia de base florestal, bem como os procedimentos relacionados à abertura e ampliação de negócios	Balcão de projetos e informações e <i>site</i> atualizado com informações relevantes para os potenciais investidores	Sedai, Sebrae e Caixa RS	Sedai, Caixa RS e Sebrae

PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativas: Os proprietários rurais não são suficientemente estimulados a manter suas áreas de reservas legais de vegetação, assim como não têm regras claras sobre o plantio de árvores para corte, já que a localização desses plantios em reservas legais ou a emergência de substratos vegetais pode se constituir em proibição ambiental de corte. Há necessidade de legislação clara especificando locais e condições de plantios e cortes, além de orientações aos produtores sobre essas condições, de modo a incentivar a silvicultura, já que esta Região é a primeira produtora de madeira do Estado e tem alto potencial de participação em toda a cadeia de base florestal. O Projeto Floresta-Indústria em andamento há mais de dois anos no Estado, com comitê na Sedai e envolvimento de várias secretarias e empresários, deve caminhar para a formulação do marco regulatório do setor.

Quadro 3.1.22– Projetos do Programa de Capitalização do Potencial Ambiental Componente Expansão da Cadeia de Base Florestal (RF 6)

Programa: Capitalização do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Marco Regulatório para a Silvicultura	Reformulação da do marco regulatório e legislação ambiental que permita a silvicultura e a compensação pela preservação ambiental – matas ciliares e vegetações, dentro do Programa Indústria-Floresta em andamento no RS. Divulgação, orientação e fiscalização da silvicultura na Região	Zoneamento ambiental e marco regulatório elaborado. Divulgação e acompanhamento	SAA/DPV, Emater, Semc, Sema/Defap, Sedai e secretarias envolvidas no projeto Floresta-Indústria	Recursos orçamentários e iniciativa privada
Criação/fortalecimento de viveiros	O estímulo à silvicultura apta à Região exige que existam disponibilidades de mudas adequadas que permitam plantios em pequena e grande escala. Criação de viveiros de silvicultura adequados à Região, em associação com pesquisas de novas cultivares	Implantação e/ou fortalecimento de dois viveiros de silvicultura, distribuídos espacialmente na Região e erradicação de clandestinos	Grac, SAA, Emater e Embrapa	Fundeflor

PROGRAMA 3 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

As mesmas intervenções em transportes, energia e telecomunicações das demais estratégias suprem as necessidades deste programa.

PROGRAMA 4 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA E GERENCIAL

Justificativas: Os plantios e processamentos florestais vão exigir um grande esforço em pesquisas e capacitações nesses cultivares, nos processos industriais e na gestão das propriedades, para serem eficientes e rentáveis. O conjunto de projetos de pesquisas e capacitações necessárias é apresentado na seqüência.

Quadro 3.1.23 – Projetos do Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial

Programa:	Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação técnica e profissional	Capacitação contínua em novos processos e cultivares na cadeia de base florestal	Capacitar cerca de 5% da população ocupada na agricultura – 2 mil pessoas – até 2015.	SEC, ETCs, Uergs, Sedai, SAA, SCT e Senar	SEC, Senar e universidades regionais
Pesquisas em novos cultivares e tecnologias	Pesquisas em cultivares adequados à região, incluindo novas espécies na silvicultura.	Desenvolvimento de no mínimo 10 pesquisas ao longo de 10 anos	SCT, Emater e Embrapa	SCT– Fapergs e Embrapa
Fortalecimento do Sistema de Informações para difusão tecnológica	Fortalecer sistema de informações aos produtores rurais de plantios segundo potenciais de mercados e sistema de informações de melhores práticas agrícolas e industriais, em centros de informações em rede, espalhados nas 20 sedes municipais da Região, em parceria com Emater e órgãos de pesquisa	Manter <i>site</i> das culturas potenciais na Região (pecuária, silvicultura, orizicultura), atualizado e acessível nas sedes municipais, em novos cultivares adequados, processos de plantios e colheitas, tecnologias e pesquisas, mercados potenciais	Fapergs, SAA– Emater, Embrapa e Sedai	Fapergs, SAA e Sedai

PROGRAMA 5 – MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Projeto de Restauração de matas ciliares, já descrito no Componente de rizicultura.

COMPONENTE APOIO AO EXTRATIVISMO

Reúne o conjunto de programas e projetos registrados na **Tabela 2.6.22**, destinados a fortalecer o aproveitamento econômico das jazidas de carvão, calcário e rochas ornamentais em diversos municípios da Região, que têm potencial de maior exploração desses recursos naturais.

Tabela 3.1.20 – Componente de Apoio ao Extrativismo (R\$ Mil)

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
4 – Apoio a Atividades Emergentes e Potenciais	2 – Apoio ao Extrativismo	1 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos ao Extrativo Mineral	Já Incluídos na Estratégia 1	1.000	1.000	1.000	3.000
			2 – Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento					
			3 – Suporte ao Empreendedor					
			4 – Eficiência Coletiva					
			5 – Estruturação de Cadeias de Extrativismo					
		<i>Total do Programa</i>			<i>1.000</i>	<i>1.000</i>	<i>1.000</i>	<i>3.000</i>
		2 – Desenvolvimento e Capacitação	1 – Pesquisas em Novos Produtos, Processos e Design	Já Incluídos no Componente 2 da Estratégia 4	600	1.200	1.200	3.000
			2 – Capacitação em Novos Produtos e Design					
			<i>Total do Programa</i>					
		3 – Suprimento de Infra-estruturas	Já Incluídos no Componente 2 da Estratégia 4	600	1.200	1.200	3.000	
<i>Total do Programa</i>			<i>600</i>	<i>1.200</i>	<i>1.200</i>	<i>3.000</i>		
<i>Total do Componente</i>			<i>1.600</i>	<i>2.200</i>	<i>2.200</i>	<i>6.000</i>		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativas: As reservas de carvão da Região, em Candiota, estimadas em 12,27 bilhões de toneladas (43% do Rio Grande do Sul e que compõem os 89% da participação gaúcha nas reservas nacionais), já são exploradas por termelétrica em Candiota, com potências de 446 MW, a maior do país. Estão previstas a ampliação dessa usina, em mais 350MW, e também uma nova usina, com 542 MW, o que significará 29% da potência instalada e prevista para o país. Também as jazidas de ametista, citrino e ágata são encontradas na Região, em Santana do Livramento e também Quaraí, onde há a Cooperativa Regional Mineral – Coopergemas, realizando lavras e processamentos. Este setor é intensivo no emprego de mão-de-obra e pode abrigar micro e pequenas empresas, que poderão dinamizar a precária situação social da Região.

Quadro 3.1.24 – Projetos do Programa de Estímulos Econômicos do Componente Apoio ao Extrativismo (RF6)

Programa	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos ao Segmento Extrativo Mineral	Direcionamento de linhas de incentivos à modernização do setor extrativo, especialmente para empresas que aproveitem argilas oriundas da mineração de carvão e para micro e pequenas empresas de exploração de rochas ornamentais, gemas e jóias. Os incentivos devem apoiar a substituição de maquinários antigos, utilizando processos antigos, que devem ser modernizados	Continuidade do Fundopem com políticas de incentivos. Implantar novas linhas de incentivos. Abrir novas linhas de incentivos	Sedai, SCP, MIN e COREDES	Fundopem e Bird (Programa de Redução das Desigualdades Regionais) e Programa Metade Sul
Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	Assim como os incentivos, as linhas de crédito e financiamento fornecidas pelas agências financeiras do Estado devem voltar-se a este segmento, com linhas especiais para micro e pequenas empresas e associações e cooperativas, para implementação de empresas e substituição de máquinas e equipamentos superados. Isso pode ser alcançado mediante a inclusão de condições creditícias mais favoráveis, conforme cresça a distância dos empreendimentos em relação ao eixo dinâmico Porto Alegre-Caxias. Inspirado nos critérios do Fundopem Integrar, o mecanismo permitirá que objetivos setoriais e regionais sejam alcançados juntos	Garantir a distribuição espacial mais equânime dos recursos de financiamentos. Pelo critério proposto, a Região alcançaria 8,3% e 10,0 % dos financiamentos da Caixa RS e do BRDE, respectivamente, podendo direcionar parcelas desses recursos ao financiamento de empresas neste setor	SCP, Sedai, BNDES, BRDE e Caixa RS	Recursos já disponíveis nas instituições envolvidas
Suporte ao Empreendedor – Apoio à Produção e Comercialização	A alimentação de iniciativas empreendedoras endógenas deve contar com um banco de dados estruturado sobre as potencialidades e requisitos da Região, assim como informações sobre facilidades de incentivos, créditos, legislações, logísticas, que apoiem a localização. O projeto deve apoiar iniciativas para a formação da cadeia e arranjo produtivo de pedras e gemas, assim como implementação de elos da cadeia de carvão	Criar cursos de capacitação técnico-gestional de empresários do segmento e apoio a projetos empreendedores no segmento de extração mineral	Sedai, Sebrae, Caixa RS e universidades	Orçamento do Estado através da Sedai e Caixa RS
Eficiência Coletiva – Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo	As pequenas escalas de produção e comercialização exigem cada vez mais, para sua competitividade, que se ampliem as escalas de compras e utilização de insumos e maquinários, assim como busca e escoamento para mercados, por meio da agregação de produtores. É essencial para a manutenção do capital social e produtivo que se busquem soluções conjuntas de ampliação de escalas, por meio de associações e cooperativas	Ampliar as associações de produtores no segmento de pedras e gemas	Sedai, Sebrae e Caixa RS	Caixa RS, Sedai, Sebrae e produtores
Estruturação das Cadeias de Extrativismo	O baixo nível tecnológico de exploração dos recursos naturais na Região, utilizando técnicas e equipamentos superados, com pouca agregação de valor aos produtos, com produtores pulverizados e com baixa capacidade para inovações e cooperação, exigem um esforço de estruturar as cadeias extrativas, (carvão, argila, pedras e gemas), articulando garimpeiros, processadores, artesãos, de modo a modernizar e agregar valor a novos elos possíveis nessa produção	Estruturar e formar associações ou cooperativas de produtores de carvão e pedras, por meio de levantamentos de pessoal envolvido, discussões de problemas e soluções, absorção de experiências de outras regiões	Sedai e Sebrae	Orçamento estadual, Sebrae e iniciativa privada

PROGRAMA 2 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO

Justificativas: O desenvolvimento do segmento na Região exige inovações contínuas nos processos produtivos e, especialmente, nas pesquisas em novos processos e produtos e na capacitação contínua dos recursos humanos envolvidos nessas inovações.

Quadro 3.1.25 – Projetos do Programa de Desenvolvimento e Capacitação do Componente Apoio ao Extrativismo (RF6)

Programa	Desenvolvimento e Capacitação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Pesquisas em novos produtos, processos e design	Hoje, as pedras são exportadas <i>in natura</i> , especialmente para a China, por baixos valores. É preciso promover o uso dessas pedras em artigos finais mais elaborados e adequados aos mercados, agregando-lhes valor. Também na cerâmica, o produto é exportado <i>in natura</i> para outras regiões do Estado, onde é processado	Realizar 10 pesquisas anuais tanto em lavra e beneficiamento de pedras, gemas e cerâmica, como em cortes e <i>design</i> , agregando valor às pedras e cerâmicas	Fapergs, Cientec, Ceitec, SCT (Pólos Tecnológicos) e universidades regionais	SCT– Fapergs e universidades regionais

Programa	Desenvolvimento e Capacitação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação em novos produtos e <i>design</i>	Objetiva a criação de rede de ensino de escolas técnicas, integrada ao Ensino Superior (Uergs), para qualificação e requalificação profissional de trabalhadores jovens e adultos, voltados ao segmento de extrativismo mineral. Outra questão importante para a inclusão social de estudantes de baixa renda que está prevista neste modelo é a possibilidade de apoiar projetos com as empresas do setor produtivo, visando desenvolver ações integradas de educação com o trabalho	Capacitar cerca de 5 mil alunos até 2015 nos âmbitos de tecnologia para pesquisa mineral (em lavra, beneficiamento), industrialização (corte, martelagem, tingimento, lapidação, modelagem, cravação), em inovação tecnológica e <i>design</i>	SEC; ETS Uergs, a Sedai e SCT	SEC, Uergs, SCT, Senai e universidades regionais

PROGRAMA 3 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

As mesmas intervenções em transportes, energia e telecomunicações das demais estratégias, suprem as necessidades deste programa.

PROGRAMA 4 – MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativas: O manejo ambiental nas unidades de extração mineral é um dos principais problemas decorrentes da atividade, sendo executado de forma predatória, assim como a destinação adequada de rejeitos (cerâmica no carvão, perdas de pedras). A elaboração de Termos de Ajustes de Condutas com as empresas pode levar, progressivamente, a formas de manejo adequado da mineração. O aproveitamento da cerâmica e dos restos de pedras para argamassas é alternativa de manejo adequado dos rejeitos.

Quadro 3.1.26 – Projeto do Programa Manutenção do Potencial Ambiental do Componente Apoio ao Extrativismo (RF6)

Programa	Manutenção do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Termos de Ajustes de Conduta das Explorações Minerais	Estabelecer discussão com mineradores para implementar Termos de Ajustes de Conduta que levem à adoção de métodos extrativos menos impactantes, assim como destinação de rejeitos	Discutir e elaborar cerca de cinco Termos de Ajustes anuais	Sema, prefeituras, Sebrae e iniciativa privada	Orçamento estadual

Tabela 3.1.21 – Recursos para o Programa 4 (R\$ Mil)

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
1 – Termos de Ajustes de Conduta das Explorações Minerais	600	1.200	1.200	3.000
Total	600	1.200	1.200	3.000

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

COMPONENTE APOIO AO TURISMO EMERGENTE

Reúne o conjunto de programas e projetos registrados na Tabela 3.1.22, destinado a fortalecer o turismo na Região, apoiado na exploração da potencialidade das estâncias dos Pampas e no enoturismo atrelado ao sucesso da produção vinícola na Região.

Tabela 3.1.22 – Componente de Apoio ao Turismo (R\$ Mil)

Estratégia	Componente	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
4 – Apoio a Atividades Emergentes e Potenciais	3 – Apoio ao Turismo Emergente	1 – Estruturação do Turismo na Região	1 – Plano Diretor de Turismo	2.000	-	-	2.000	
			2 – Estruturação Turística	-	3.000	-	3.000	
		<i>Total do Programa</i>			<i>2.000</i>	<i>3.000</i>	<i>-</i>	<i>5.000</i>
		2 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos à Atividades Hoteleira e de Alimentação	Já Incluídos na Estratégia 1				
			<i>Total do Programa</i>					
		3 – Desenvolvimento e Capacitação	1 – Capacitação no Atendimento ao Turista	Já Incluídos no Componente 2 da Estratégia 2				
<i>Total do Programa</i>								
Total do Componente				2.000	3.000	-	5.000	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

PROGRAMA 1 – ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO

Justificativas: As potencialidades regionais são ainda pouco conhecidas, assim como as necessidades para estruturar o turismo, exigindo, desde pronto, a realização de diagnóstico e proposições para o setor.

Quadro 3.1.27 – Projetos do Programa de Estruturação do Turismo na Região (RF 6)

Programa	Estruturação do Turismo na Região			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Plano Diretor de Turismo	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável como pré-requisito para conhecimento das potencialidades, sítios e necessidades, visando à estruturação do turismo e a eventual obtenção de financiamentos externos	Plano elaborado	Setur, SCP e Sedai	Orçamento estadual e prefeituras
Estruturação Turística	Roteirização turística (elaboração de roteiros de sugestão para pacotes turísticos pelas operadoras), realização de contatos com operadoras nacionais e internacionais, buscando divulgar a Região como destino, elaboração de guia turístico regional, com os atrativos das rotas e as estruturas de apoio e hospedagem, instalação de postos de informação, sinalização turística e organização do portal turístico da Região na Internet	Sinalização, roteiros e guias, postos de informações e portal elaborados e implantados	Setur e Prodetur	

Tabela 3.1.23 – Recursos para o Programa 1 (R\$ Mil)

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
1 – Plano Diretor de Turismo	2.000	-	-	2.000
2 – Estruturação Turística	-	3.000	-	3.000
Total	2.000	3.000	-	5.000

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

PROGRAMA 2 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativas: As atividades de alojamento e alimentação são pequenas e precárias para suporte a eventual expansão do turismo na Região, exigindo incentivos à ampliação e melhorias.

Quadro 3.1.28 – Projeto do Programa de Estímulos Econômicos da Estratégia Apoio a Atividades emergentes e Potenciais RF 6

Programa:		Estímulos Econômicos		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos a Atividades Hoteleira e de Alimentação	Incentivo a este segmento pelas linhas do Fundopem e Programa de Redução das Desigualdades Regionais	Dobrar o número de alojamentos (quartos) disponíveis na Região e pessoal ocupado em serviços de hotelaria	Setur, Sedai e SCP	Fundopem e Programa de Redução das Desigualdades Regionais

Programa 3 – Desenvolvimento e capacitação

Justificativas: O atendimento a turistas requer pessoal capaz de oferecer informações sobre os atrativos turísticos e apoios existentes, de modo a tornar o recebimento dessas pessoas o mais agradável e proveitoso possível. Isso requer um esforço de capacitação do pessoal envolvido nessas atividades, exigindo cursos específicos voltados aos atrativos regionais.

Quadro 3.1.29 – Projetos do Programa de Desenvolvimento e Capacitação da Estratégia Apoio a Atividades Emergentes e Potenciais RF 6

Programa:	Desenvolvimento e capacitação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação em atendimento ao turista	Capacitação de pessoas para atendimento de turistas: recepcionistas, condutores, taxistas, vendedores, artesãos, garçons, entre outros. Continuidade da capacitação da estrutura receptiva (parques, hotéis, pousadas, bares e restaurantes), em parceria com Sebrae e universidades	Capacitação de cerca de 120 pessoas por ano, durante 10 anos	Senac, universidades e SEC– escolas técnicas	SEC e Senac

Outros Projetos de Interesse da Região Funcional 6

Além dessas Estratégias, outros projetos de interesse para a Região foram identificados nas Estratégias do Estado. Não diretamente ligados às estratégias regionais definidas, eles também suprem suas necessidades.

Tabela 3.1.24 – Outros Projetos de Interesse para a RF 6 (R\$ Mil)

Área	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
1 – Inclusão Social	1 – Melhoria do Atendimento em Educação Básica	1 – Eliminação do Analfabetismo	574	2.296	2.296	5.166
		2 – Escola de Tempo Integral	438	2.747	3.391	6.576
		3 – Avaliação de Desempenho	2	4	3	9
		4 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	19.305	30.263	44.816	94.384
	2 – Melhoria do Atendimento em Saúde	1 – Ampliação de Empregos Médicos	5.831	18.283	16.988	41.102
		2 – Ampliação de Empregos de Enfermeiros	7.614	15.228	19.035	41.878
		3 – Expansão do Programa Saúde da Família	3.552	7.584	17.760	28.896
	3 – Melhoria das Condições de Habitação	1 – Redução do Déficit Habitacional Urbano	47.412	70.426	64.348	182.186
		2 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	1.528	1.741	-	3.269
		3 – Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	804	1.609	1.609	4.022
	4 – Ampliação do Atendimento por Saneamento	1 – Rede de Distribuição de Água	18.116	27.579	25.446	71.141
		3 – Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	4.679	11.251	13.144	29.075
	5 – Combate à pobreza	1 – Renda Básica	30.772	61.544	61.544	153.860
	Total da Área			140.627	250.555	270.379
2 – Manutenção do Potencial Ambiental		1 – Criação, Consolidação e Manejo de Áreas Protegidas	1.900	4.750	2.850	9.500
		2 – Proteção e Criação de Unidades de Conservação nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	10.000	25.000	15.000	50.000
		3 – Incentivos à Produção Agroecológica	335	837	502	1.674
		4 – Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	108	270	162	540
		5 – Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	719	1.798	1.079	3.596
	Total da Área			13.062	32.655	19.593
3 – Capacitação para o Planejamento Territorial		1 – Capacitação para o Planejamento e Ordenamento Territorial	544	1.087	1.087	2.718
		2 – Capacitação de Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	133	265	265	663
	Total da Área			677	1.352	1.352
Total Geral			154.366	284.562	291.324	730.255

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

INCLUSÃO SOCIAL

Esses projetos constam da Estratégia 3 do Plano Estadual. As demandas e recursos aqui estimados não incluem os dos pólos urbanos, anteriormente descritos. Trata-se do atendimento do restante das populações urbanas e rurais da Região. Ou seja, as demandas e os recursos totais para a Região são o somatório destes ora estimados e daqueles dos pólos urbanos.

PROGRAMA MELHORIA DO ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Quadro 3.1.30 – Projetos de Interesse – Programa de Melhoria do Atendimento em Educação Básica

Programa: Melhoria do Atendimento em Educação Básica				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Eliminação do Analfabetismo	A análise dos dados por faixa etária confirma que a universalização do Ensino Fundamental tem empurrado o analfabetismo para as idades mais avançadas, ou seja, o problema é de estoque e não mais de fluxo. Portanto, é possível ter por objetivo eliminar o analfabetismo ainda existente em parte da população da Região	Atender demandas de 46 mil pessoas até 2015		Orçamentos dos governos federal, estadual e municipal
Melhoria do Atendimento em Educação Básica	Políticas de correção de fluxo que levam à eliminação da distorção série/idade e à redução do número de anos para o percurso de cada nível de ensino consideram que todos os alunos conseguem desenvolver as competências se lhes forem dadas oportunidades de aprendizagem. Programas de reforço escolar, na forma de atividades pedagógicas em turno contrário ao da escola aumentam as probabilidades de sucesso dos alunos com dificuldades de aprendizagem e são parte importante de políticas de correção do fluxo	Demandas estimadas de 14 mil alunos até 2015	SEC e prefeituras	Orçamentos estadual e municipais
Avaliação de Desempenho	As políticas de correção do fluxo escolar, que implicam na eliminação da repetência, devem ter sua eficiência monitorada por um sistema de avaliação de desempenho dos alunos, a fim de verificar se, além de serem promovidos, os alunos estão desenvolvendo as competências requeridas pela escola	Implantar um processo de avaliação externa das escolas estaduais, mediante a aplicação de instrumentos de medida de desempenho dos alunos em provas baseadas em competências e questionários de avaliação para alunos, pais e comunidade escolar, a cada dois anos, atingindo 5% dos alunos matriculados em cada COREDE. Fundamental: 4,5 mil alunos até 2015	SEC e universidades	
Atendimento à Demanda por Ensino Básico	A oferta de matrículas no Ensino Fundamental é dever do Estado. A oferta de matrículas no Ensino Médio é imperativa do desenvolvimento pessoal, direito individual também garantido pela Constituição brasileira	Atender 100% das crianças de 7 a 14 anos pelo Ensino Fundamental e 80% dos jovens de 15 a 17 anos pelo Ensino Médio. Fundamental – 55,1 mil alunos até 2015. Médio – 16,3 mil alunos até 2015	Ministério da Educação, SEC e prefeituras	

PROGRAMA MELHORIA DO ATENDIMENTO EM SAÚDE

Quadro 3.1.31 – Projetos de Interesse – Programa de Melhoria do Atendimento em Saúde (RF 6)

Programa: Melhoria do Atendimento em Saúde				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação de Empregos Médicos	Bons indicadores de leitos, médicos e enfermeiros de nível superior permitem estender e aprofundar programas e ações em saúde pública	Atingir o coeficiente de 10,3 empregos médicos por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDEs. 326 empregos até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Ampliação de Empregos de Enfermeiros	A disponibilidade de enfermeiros de nível superior convive com boa oferta de auxiliares de enfermagem de nível médio, profissionais absolutamente necessários aos programas de atenção à saúde da população	Atingir o coeficiente de 5,6 Empregos de Enfermeiros por 10 mil habitantes, média do Estado em todos os COREDEs. 442 empregos até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo

Programa	Melhoria do Atendimento em Saúde			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Expansão do Programa Saúde da Família	O PSF permite ampliar e qualificar a atenção básica prestada no Estado pelos municípios	Elevar a cobertura do programa para 50% da população em 2007, 70% em 2011 e 80% em 2015. 338 equipes até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo

PROGRAMA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO

Quadro 3.1.32 – Projetos de Interesse – Programa de Melhoria das Condições da Habitação (RF 6)

Programa: Melhoria das Condições da Habitação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redução do Déficit Habitacional Urbano	O investimento em habitação é prioritário, tendo em vista seu impacto social e econômico, tanto para a indústria local, como na geração de empregos para a força de trabalho menos qualificada. Atendimento à demanda por moradia resultante do crescimento demográfico. Destinados a famílias com renda per capita mensal até cinco salários mínimos	Eliminar 35% do déficit habitacional urbano até 2015. Construir 13,2 mil habitações até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado e Sistema Financeiro de Habitação
Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, vinculada aos serviços de infra-estrutura básicos (água, esgoto e energia elétrica)	Eliminar 35% do déficit existente até 2011. Construir 1,1 mil unidades sanitárias até 2011	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado
Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, com redução de densidade onde há mais de três moradores por dormitório	Reduzir em 17,5%, sendo 20% até 2007, 40% até 2011 e 40% até 2015. Construir 3,1 mil até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado

PROGRAMA AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO EM SANEAMENTO BÁSICO

Quadro 3.1.33 – Projetos de Interesse – Programa de Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico (RF 6)

Programa: Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Rede de distribuição de água	Ampliação da rede para atender aos novos domicílios urbanos decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e crescimento demográfico	Acompanhar os números da variação demográfica. Demandas de 60,4 mil domicílios até 2015	Sops, Sema; Corsan e prefeituras	Orçamento do Estado e cobrança pelo uso da água recentemente regulamentada
Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	Trata-se de programa essencial para a qualidade de vida da população	Manutenção da taxa de cobertura em índices próximos a 100% nas zonas urbanas do Estado, mediante inclusão nos roteiros de coleta dos novos domicílios urbanos decorrentes do crescimento demográfico e equacionamento do déficit habitacional. Demandas de 55,5 mil domicílios até 2015	Sops e prefeituras	Orçamentos do Estado e municipais

PROGRAMA COMBATE À POBREZA

Quadro 3.1.34 – Projetos de Interesse – Programa de Combate à Pobreza (RF 6)

Programa: Combate à Pobreza				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Renda básica	Adicionalmente aos programas desenvolvidos pela STCAS, às ações de saúde pública e de educação básica com conteúdo de combate à pobreza, é justificável um programa de repasse de renda com foco na população que se situa abaixo da linha de indigência	Complementar os rendimentos das pessoas acima de 10 anos de idade com renda inferior a ¼ do salário mínimo, a fim de que alcancem o piso de um salário mínimo per capita. Demandas de 4,3 mil pessoas até 2015	STCAS e prefeituras	

MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Estes projetos constam do Plano Estadual – Estratégia 4 – Programa 2.

Quadro 3.1.35 – Projetos de Interesse – Programa de Manutenção do Potencial Ambiental (RF 6)

Programa	Manutenção do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Consolidação, Ampliação e Manejo das Áreas Protegidas	Essas áreas, embora possuam estrutura legal, sofrem pressões de uso e requerem consolidação, ações de fiscalização e manejo adequado, especialmente sob a pressão de ocupação das culturas empresariais. É necessário maximizar as potencialidades técnicas e humanas por meio de novos procedimentos e instrumentos de planejamento. Também é preciso uma definição de estratégia estadual para a biodiversidade, estabelecimento de uma rede de informações sobre biodiversidade	Desenvolver e implantar planos de manejo nas Unidades de Conservação; consolidar áreas decretadas: desapropriação e/ou demarcação de Unidades de Conservação; criar novas Unidades de Conservação	Sema, Fepam e FZB	Programa de Conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros e gestão do Sistema Federal de Unidades de Conservação, Programa de Pesquisa em Biodiversidade, Bio Carbon Fund, Prototype Carbon Fund e Community Development Carbon Fund
Criação de APAS nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	As águas do Aquífero Guarani são importantes recursos diante da crescente escassez mundial. É de interesse internacional, com investimentos disponíveis para elaboração de estudos e planos de desenvolvimento e uso do solo. Elaboração e implementação de marcos técnicos e institucionais comuns para o conhecimento, gerenciamento e preservação do Aquífero, que extrapola a Região. Essa preservação impõe-se especialmente pelas pressões das culturas empresariais, que utilizam intensa mecanização, agroquímicos e irrigação	Controlar usos e atividades impactantes ao Aquífero. Controlar usos e atividades impactantes ao Aquífero. Criação de APA nas áreas de afloramento poroso. Desenvolver planos de manejo para estas áreas	Sema, Fepam, FZB e Sops (Pró-Rio Uruguai)	Probio, Funbio e Projeto Sistema Aquífero Guarani
Incentivos à Produção Agroecológica	Fomentar a criação de uma nova geração de produção agroecológica, menos impactante ao meio ambiente e de maior valor comercial	Alcançar 5% dos produtores regionais (cerca de 1000)	Sema, Fepam e Emater	
Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	O projeto destina-se a implantar reservatórios de captação de águas pluviais em propriedades de agricultura familiar, em regiões de maior escassez, visando contribuir para a dessedentação de animais, irrigação e para uso humano em situações emergenciais. Desenvolver a execução de cisternas, açudes e correlatos e redes de distribuição	Definir áreas prioritárias onde essa produção é dominante, e financiamentos para produtores	SAA; Sema, Sops, Fepam, Emater e bancos financiadores	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura, Fundo de Recursos Hídricos-FRH coordenado pelo DRH e financiamentos bancários
Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	Implantação e acompanhamento de programas de melhorias tecnológicas em sistemas de destinação de dejetos animais e incentivo a reciclagem	Desenvolver cursos e treinamentos para capacitação de suinocultores e avicultores em técnicas sustentáveis, adotando práticas de manejo e equipamentos adequadas para a transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes	SAA e Sema	Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II

CAPACITAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Quadro 3.1.36 – Projetos de Interesse – Programa de Capacitação Para o Planejamento Territorial (RF 6)

Programa	Capacitação Para o Planejamento Territorial			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação das Estruturas Regionais para o Planejamento Territorial	É importante melhor capacitar estruturas regionais setoriais e COREDES para viabilizar a continuidade das atividades de planejamento e ordenamento territorial durante a fase de implementação das propostas deste estudo	Implantar os projetos em 2006. Manter e monitorar os projetos até 2015	Governo do Estado e IES	Orçamento do Estado
Capacitação de Pessoal para o Planejamento Territorial	A contínua capacitação do capital humano dos órgãos setoriais e das prefeituras municipais para o planejamento e ordenamento territorial é condição para a manutenção da qualidade destas atividades	Realizar um ciclo de formação anual para 50 participantes com seminários e oficinas e encontros mensais de dois dias, que deverão ser realizados de forma itinerante, buscando melhor percepção das diversas realidades regionais	SCP	Orçamento do Estado, Ministério das Cidades e financiamentos externos, num projeto amplo de modernização da administração

3.2 – Região Funcional de Planejamento 7

A Região Funcional 7, situada na fronteira com a Argentina, reúne três COREDEs (Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial), que possuem homogeneidade na produção agrícola voltada aos grãos, apesar de a região das Missões ter características fundiárias distintas das duas outras.

Figura 3.2.1 – Homogeneidades e Polaridades da RF7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Além dessa base econômica agrícola, algumas características próprias devem convergir para um projeto regional comum:

- ◆ As distâncias dos mercados (RMPA, Porto de Rio Grande e restante do país) e a “barreira” física do Rio Uruguai com a Argentina e o Mercosul.
- ◆ A forte presença da cadeia de máquinas e equipamentos agrícolas gaúcha, que forma na Região um eixo industrial interligando seus principais pólos (Santo Ângelo, Santa Rosa, Horizontina, Ijuí e Panambi), abarcando todos os COREDEs constituintes.
- ◆ Fortes interações entre eles nas polarizações de empregos, nas viagens de transportes, na rede e hierarquia urbana, nas universidades e centros de pesquisas, nos serviços de saúde.
- ◆ Certa homogeneidade no grau de investimentos públicos e dependência de recursos externos, na renda baixa com pobreza estável ou aumentando e no grau de médio a alto de potencialidades para uso agrícola, com algumas exceções no Missões.

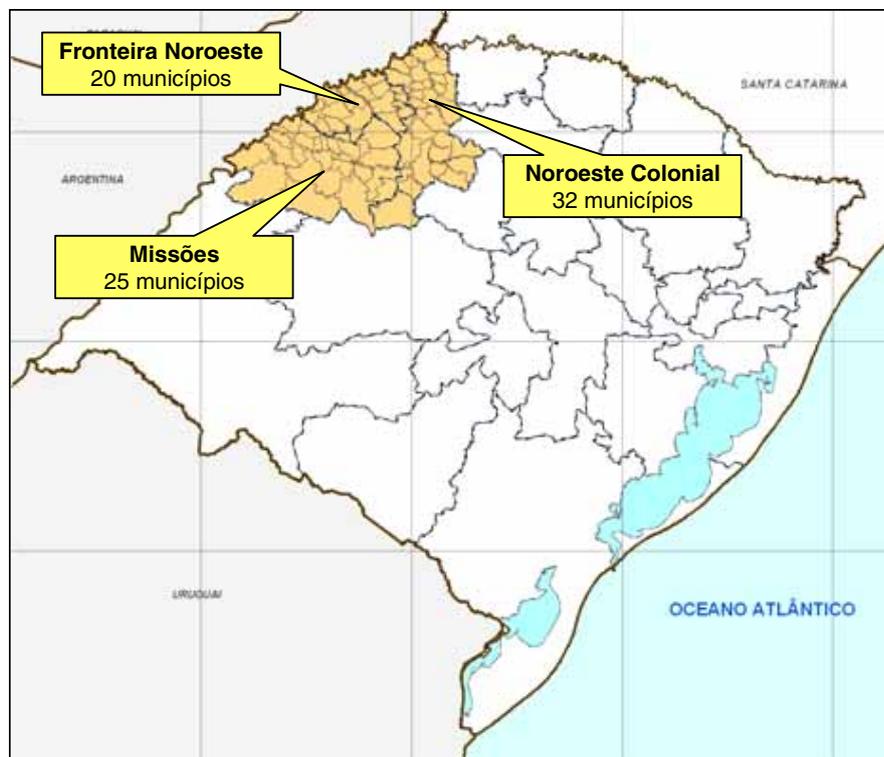
Os COREDEs constituintes situam-se em patamares distintos:

- ◆ O COREDE Missões foi considerado “Em Dificuldades”, já que conta com crescimento econômico, potencialidades socioeconômicas e ambientais e nível de desenvolvimento social muito abaixo das médias estaduais.
- ◆ O COREDE Noroeste Colonial situa-se em posição pouco acima do anterior, como “Em Transição”, mas também com crescimento econômico, potencialidades socioeconômicas e ambientais e nível de desenvolvimento social pouco abaixo das médias estaduais.

♦ Já o Fronteira Noroeste foi considerado como “Emergente”, pois, embora com potencialidades socioeconômicas e ambientais e nível de desenvolvimento social abaixo das médias estaduais, alcançou um bom desempenho econômico na última década.

Situada totalmente na Bacia do Uruguai, a Região destaca-se por conter uma barreira entre os territórios do Estado e a vizinha Argentina, formada pelas barrancas acentuadas do rio, constituindo-se em área de recarga do Aqüífero Guarani, sendo essas barrancas e sua área de descarga prioritárias para a conservação de vegetações.

Figura 3.2.2 – Municípios e COREDEs da RF 7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Tendências Recentes da Região Funcional 7

São analisados desempenhos recentes da Região no que diz respeito à dinâmica econômica, demográfica e de urbanização, às infra-estruturas disponíveis, ao grau de desenvolvimento social, às potencialidades ambientais, à informação e conhecimento e quanto às disponibilidades financeiras, empreendedora e atrativa e as condições de “governança”, como síntese das aptidões e restrições identificadas como relevantes.

Desempenho Econômico: A evolução do PIB total da Região Funcional 7, entre 1990 e 2002, alcançou um desempenho semelhante à média estadual, de 2,3% a.a., o quinto do Estado, mantendo sua participação no PIB estadual em 6,6%. Ressalte-se que, de 1990 a 1996, a Região alcançou taxas de crescimento do PIB de 3,9% a.a, bem mais altas que a média estadual de 2,9% a.a. no período, tendo caído bruscamente para 0,84% a.a. entre 1996 e 2002, abaixo da média estadual (1,8% a.a.), o que indica perda de dinamismo.

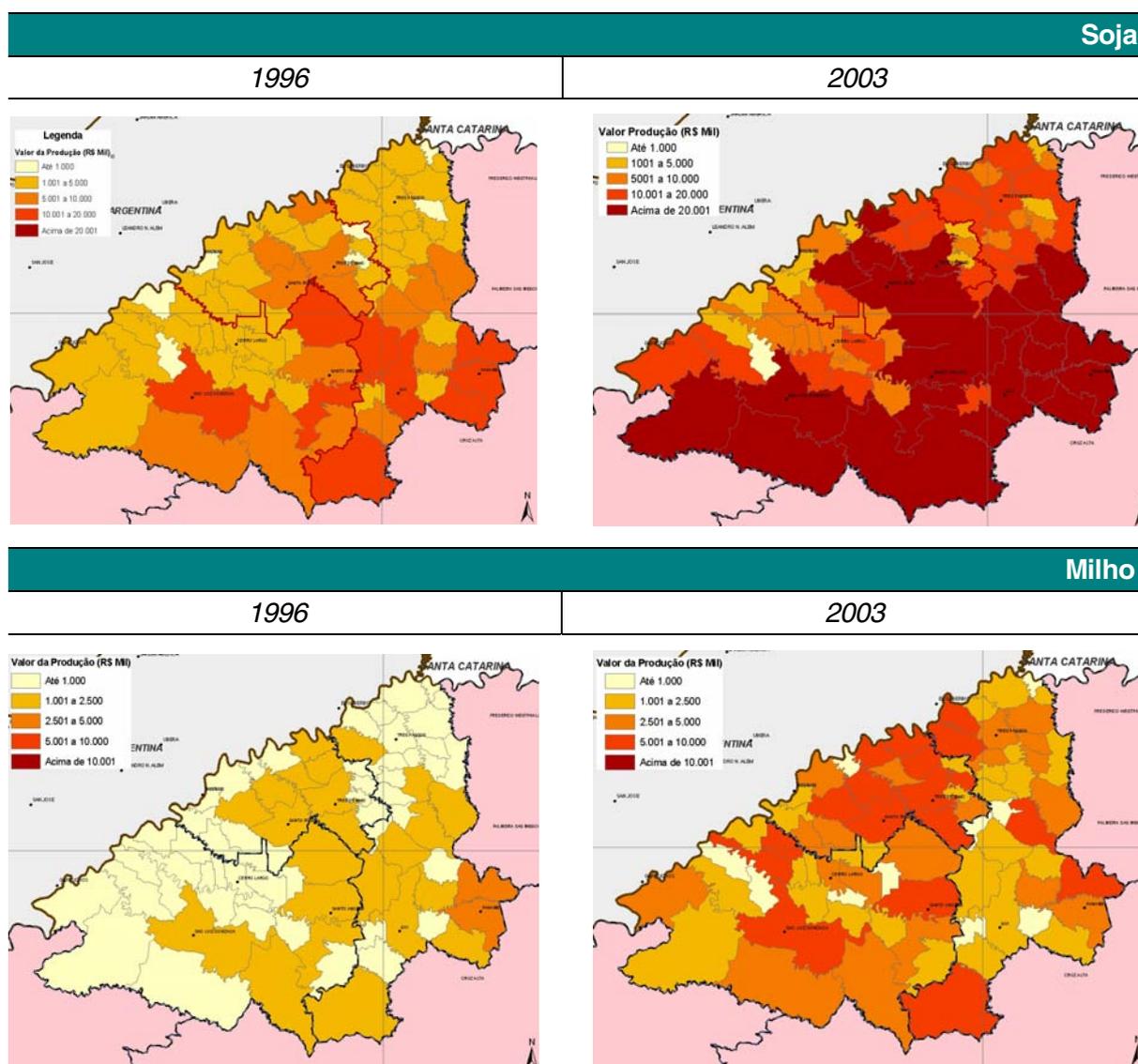
Esse desempenho econômico, aliado às perdas populacionais, refletiu-se no aumento do PIB per capita regional: de 75% da média estadual, em 1990, passou para 89% dessa média, em 2002, o que representou um crescimento de 2,6%, contra 2,3% do PIB registrado no período.

A estrutura produtiva apóia-se no setor de comércio e serviços, responsável por 47% do PIB regional, com boa evolução desde 1990 (1,6% a.a.), seguido do setor agropecuário, com 31% do PIB, também evoluindo a taxas de 2,4% a.a.. Por último, o setor industrial participa com 22%, mas com forte evolução recente: 5,5% a.a.

O setor de comércio e serviços, dominante, tem âmbito de atendimento regional, já que a área é distante da metrópole e conta com vários centros urbanos de porte, distribuídos em cada COREDE: Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí. Trata-se de um setor terciário pouco desenvolvido, com baixas rendas médias per capita regionais, que caracterizam um mercado pouco atraente. No turismo, embora tenha o patrimônio histórico-cultural das Missões jesuíticas e natural do Salto do Yucumã e do Parque Estadual do Turvo, o desenvolvimento tem sido irrisório. Nenhuma dessas localidades está classificada como relevante em movimentação de transportes. O número de estabelecimentos e pessoal ocupado em alimentação e alojamento cresceu pouco entre 2000 e 2003, cerca de 3%. A infra-estrutura de quartos de hospedagem é a de menor participação no Estado (3%) embora tenha aumentado entre 1996 e 2001 (4% a.a.), alcançando cerca de 500 quartos. Segundo fontes do Sebrae, a movimentação turística em São Miguel das Missões situa-se em cerca de 50 mil visitantes anuais.

Na agropecuária, embora mantendo participação de cerca de 30%, perdeu posição no PIB estadual: de 16,5%, em 1990, para 13,7%, em 2002. No setor, destaca-se como dominante a soja, responsável por 63% do valor da produção agrícola regional em 2002, tendo apresentado alto crescimento desde 1990 (12,3% a.a.), produtividades altas e estando presente em todos os municípios. Destacam-se, também, trigo e milho, que observaram aumento do plantio e produtividade, e mandioca. Todos estão disseminados em todos os municípios e, juntos, representam 93% do valor da produção agrícola regional. A evolução desses plantios é observada na **Figura 3.2.3**. Além desses, a cana-de-açúcar vem se expandindo, com produtividades crescentes, e o arroz, que se concentra apenas no Missões, apresentou decréscimo de áreas e de produtividade.

Figura 3.2.3 – Evolução da Produção da Soja e do Milho – RF7 (1996–2003)



Fonte: PAM, 2003

Algumas frutas (como manga, figo, abacaxi, banana e pêra) têm alcançado alto grau de crescimento na produção agrícola, embora representem apenas 0,2% do valor da produção agrícola regional. Em termos de eficiência, algumas ressalvas devem ser levantadas em relação aos produtos agrícolas dominantes na Região: na soja, a rentabilidade da cultura alcança cerca de 15% do recebido por outras culturas em outras Regiões, sendo superada pelo COREDE Fronteira Oeste, com 25%, mas muito inferior à média brasileira, puxada pelo Mato Grosso, *benchmark* nacional. No milho, a eficiência do plantio alcança cerca de 22% da alcançada no país, embora mantenha-se na Região no patamar de eficiência médio do Rio Grande do Sul e Brasil (cerca de 55%), abaixo dos grandes produtores do Centro-Oeste brasileiro. No trigo, a eficiência do plantio frente a outras culturas alcança patamares de 25% a 30% (na Fronteira Noroeste), mas sua eficiência do plantio na Região é de 75%, maior que a média do Rio Grande do Sul e Brasil, alcançando 92% no Noroeste Colonial. No arroz, no subespaço das Missões, embora pouco significativo na matriz agropecuária regional, alcança patamar de 30% de eficiência frente a outras culturas e, nela, 90% nesse COREDE, superior à média brasileira e do Rio Grande do Sul, só superado pelo Sul. Os rebanhos de bovinos e bubalinos são significativos, representando 9,5% do Estado, assim como os suínos: 18% do estadual.

Com exceção da mandioca, milho, fumo e frutas, as demais são culturas empresariais – grandes extensões e mecanização – que se chocam com a estrutura fundiária regional encontrada em 1996: 90% eram pequenas propriedades até 50 hectares, que ocupavam apenas 40% da área disponível para a agropecuária e, entre elas, 70% pertenciam aos proprietários, refletindo a base agrícola familiar dominante. Assim, qualquer medida de apoio ao setor passa, necessariamente, pela superação das dificuldades dos pequenos produtores, no acesso a créditos, assistência, conhecimentos e infra-estruturas diversas. Isto é mais verdade quando se observa que, com exceção da uva, banana e batata-doce, que tiveram pequeno aumento de área plantada e de produtividade entre 1990 e 2003, todas as demais frutas (entre elas pêssego, laranja, tangerina, melancia, abacaxi, figo, mamão, pêra e tomate), e mesmo mandioca, fumo e erva-mate, adequadas às pequenas propriedades, observaram sistemáticos decréscimos nas produtividades, embora tenham tido aumento ou involuções de áreas plantadas.

O setor industrial, que representava 15% do PIB total regional em 1990, cresceu sua participação para 22% em 2002, aumentando também sua participação no Estado: de 2,3% para 3,5%.

O sub-setor de máquinas, equipamentos e tratores é dominante, com 21% do VAB industrial do Estado neste segmento e 57% do VAB industrial regional, embora mais concentrado na porção da Fronteira Noroeste (15% do Estado) e Noroeste Colonial (6% do Estado). Têm também participações menores no VAB os sub-setores de produtos de origem animal, óleos comestíveis, laticínios e produtos de origem vegetal. Com alto crescimento do VAB, embora com participação ínfima, vêm surgindo os segmentos de cimento, alta tecnologia, material de transportes e siderúrgica e sucatas.

Com exceção do elo de máquinas, equipamentos e tratores da cadeia automotiva, no qual a Região conforma o eixo produtor mais importante do Estado (Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Santo Ângelo, Panambi, Condor e Pejuçara), apenas cadeias agroindustriais são representativas na Região, embora com produções agrícolas sempre superiores aos processamentos industriais, como registra a **Tabela 3.2.1**.

Tabela 3.2.1 – Produções e Processamentos Agropecuários (RF 7)

Produto	Produção Agropecuária	Processamento	Elos no RS
Automotiva	-	-	21,4% (2º)
Soja	30% (2º)	15,7% (3º)	-
Milho	16% (2º)	31% (2º)	-
Trigo	34% (2º)	4% (5º)	-
Aves/Suínos	2,4% e 17,8%	6% (5º)	-
Laticínios	25% (2º)	10% (5º)	-

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

A soja, com 30% da produção agrícola estadual, detém apenas 16% do processamento; já para milho, embora a produção agrícola responda por 16% da estadual, no processamento, 31% do Estado está na Região. A RF 7 domina 34% da cultura do trigo no Rio Grande do Sul, mas apenas 4% do processamento está nela incluída. No leite, é responsável pela produção de 25% do produto, com apenas 6% de processamento. Em aves e suínos, a Região tem, respectivamente, 2,4% e 17,8% dos efetivos, mas processa apenas 10% do VAB estadual neste segmento.

Desempenho Demográfico e da Rede Urbana: A população regional, de 783 mil habitantes em 2000, representava 7,7% da estadual, tendo diminuído a participação de 8,7% que detinha em 1991. No período, a Região apresentou declínio populacional anual de 0,2%, observado em todos os seus COREDES, sendo as maiores perdas na população rural. As urbanas sofreram leve aumento ou permaneceram estáveis, como no Noroeste Colonial.

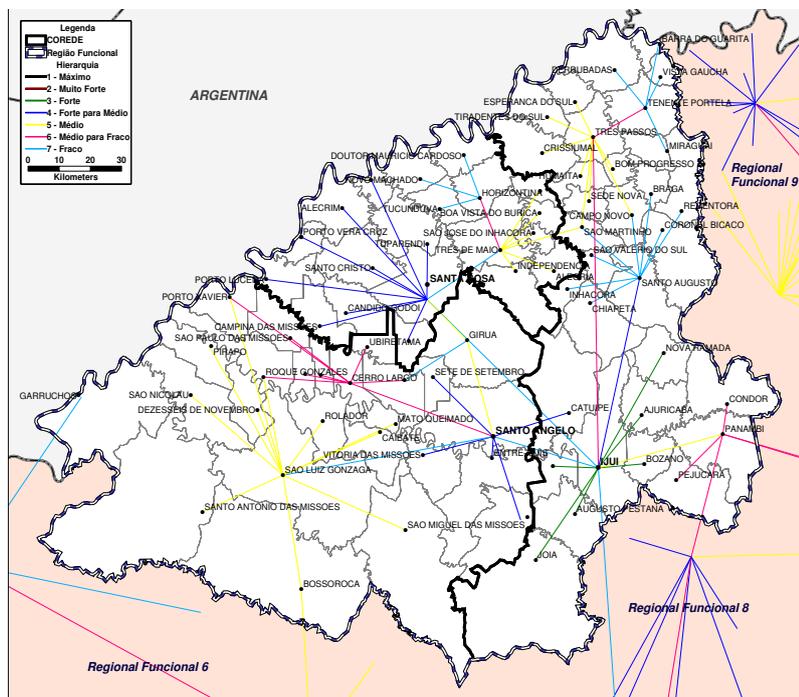
Migrações: Nesse desempenho populacional, os movimentos migratórios foram determinantes e intensos: cerca de 72 mil pessoas saíram da Região, enquanto 26 mil entraram e 34 mil se deslocaram dentro da própria Região, o que representa uma movimentação de cerca de 17% de seu contingente populacional total em 2000. A Região apresentou saldo migratório bruto negativo de 45 mil habitantes, o maior do Estado, sendo que, com origem no próprio Rio Grande do Sul, o saldo bruto de imigrantes foi de 12,7 mil, enquanto os emigrantes para outros Estados foram de cerca de 32,7 mil pessoas, a maioria para Santa Catarina e Centro-Oeste do Brasil. Cerca de 12% dos imigrantes vêm da Região Funcional 1 (entorno da metrópole). Entre os emigrantes, 27% também têm destino nessa mesma Região.

Rede urbana: A urbanização tem alcançado taxas positivas (1,2% a.a.), demonstrando uma pequena ampliação dos 77 centros urbanos que a compõem, embora a população rural continue com percentuais dos mais elevados do Estado: 37%. A rede urbana hierarquizada comparece com quatro níveis de tamanho de municípios constituintes: a maior parte são de 59 pequenos municípios até 5.000 habitantes, que concentram 23% da população urbana e têm importante papel no apoio à população rural ainda grande; a seguir, oito municípios entre 5.000 e 10.000 habitantes concentram 11,3% da população urbana; no terceiro nível, sete municípios entre 10.000 e 50.000 habitantes concentram 27,4% da população urbana; e, finalmente, os três centros regionais – Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí – concentram 38,3% da população urbana regional. Destaca-se que, embora a população concentre-se nos centros de médio porte, há ainda um percentual elevado nos pequenos municípios, indicando a predominância de populações rurais. A **Figura 3.2.4** registra a polarização urbana na Região, onde destacam-se, como pólos principais, Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa e, em menor grau, Horizontina, Três de Maio, São Luiz Gonzaga, Três Passos, Panambi e Pejuçara.

Trata-se de uma rede urbana bastante capilarizada, especialmente na porção norte, mas também com centros urbanos de atuação regionais claros, concentrando-se nos três pólos regionais e nas sete cidades de médio porte, espalhadas pelo território. Considerado com grau elevado e satisfatório em termos de polarização e homogeneidade de seu território, deve-se ressaltar que há municípios nos limites regionais polarizados por outras regiões adjacentes, como Panambi e Pejuçara (atraídos por Cruz Alta), Jóia (pelo COREDE Central) e Garruchos (por São Borja).

Desempenho do Emprego e Renda: O desempenho econômico reflete-se nos níveis de absorção da população em postos de trabalho e na renda por ela apropriada. Nos empregos, a evolução da população ocupada (PO) entre 1991 e 2000 alcançou taxas de 1,5% a.a., maior que

Figura 3.2.4 – Polarização e Hierarquia Urbana na RF 7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

o declínio populacional observado (-0,2% a.a.), indicando uma ampliação significativa do mercado de trabalho regional. Enquanto a participação da população regional no total estadual era de 8% em 2000, a participação na PO do Estado era de cerca de 8,4%, indicando boa absorção por postos de trabalho.

Os trabalhadores com carteira assinada e os empregadores e trabalhadores por conta própria, embora dominantes na Região, declinaram entre 1991 e 2000 (de 59% para 55%), em favor dos trabalhadores sem carteira assinada e sem remuneração, que ampliaram sua participação entre esses anos, de 32% para 38%, refletindo a ampliação da fragilidade de vínculos empregatícios e a informalidade.

Os militares e funcionários públicos, que detinham 9% dos empregos em 1991, em razão da situação de fronteira desses territórios, passaram a representar apenas 6,8%. Setorialmente, a agropecuária, embora dominante como setor absorvedor de postos de trabalho, recuou substancialmente (de 50% da PO da Região em 1991 para 44% em 2000), em favor da maior absorção nos serviços, na indústria e na construção civil.

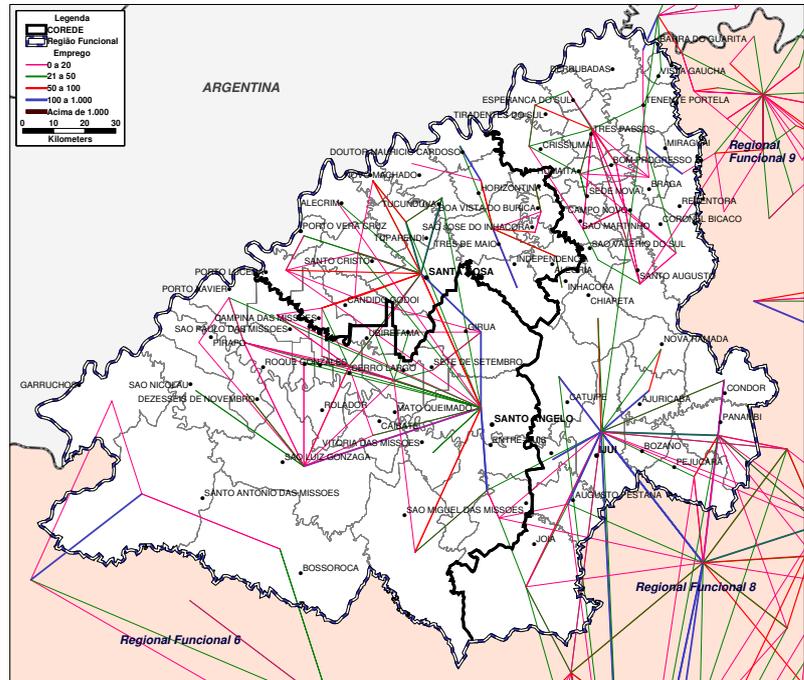
Esses movimentos refletem a consolidação da agricultura empresarial na Região (soja, trigo) que, a par de diminuir a população envolvida na agricultura familiar dominante, resultou em maiores produtividades agropecuárias por trabalhador, já que os valores de produção aumentaram. Assim, os contingentes agrícolas saídos do campo emigram, como atestam os saldos brutos populacionais negativos, ou vêm sendo absorvidos parcialmente pela indústria e pelo comércio e serviços, embora esses últimos setores admitam os maiores percentuais de trabalhadores informais, com rendas mais baixas.

Especialmente, incidem quatro bacias de emprego na Região, como registra a **Figura 3.2.5**: a formada pela polarização entre Santo Ângelo, Santa Rosa, Horizontina e Três de Maio, que abrange o COREDE Fronteira Noroeste e porções do Missões, a formada por Ijuí; a porção norte do Noroeste Colonial, em volta de Três Passos, mantendo interações com Itapiranga, em Santa Catarina, e a porção sul do Missões, fortemente polarizada por São Borja e Santiago.

Essas bacias são praticamente estanques, pois não há um eixo de transportes que as articule, desde as Missões, passando pela Fronteira Noroeste, porção norte do Noroeste Colonial, até a Região 9 adjacente, ampliando a articulação de pessoas e serviços entre elas. Essa situação do mercado de trabalho refletiu-se em pequeno aumento dos níveis de renda per capita regional: em 1991 a renda per capita regional era 63% da média estadual e, em 2000, passou para 68% dela, sendo o valor mais baixo entre as Regiões do Estado: R\$ 243,70. Essa ampliação da renda per capita e políticas públicas compensatórias empreendidas influenciaram a diminuição dos níveis de pobreza (famílias com renda até dois salários mínimos): de 116 mil (52% das famílias), em 1991, para 96 mil (39%) em 2000. No entanto, duplicou-se no período o número de pessoas sem rendimento (de 3,5 mil para 9 mil) e o poder de compra do salário mínimo decaiu: os R\$ 230,00 de 1991 equivaliam a R\$ 195,00 em 2000.

Desenvolvimento Social: Em desenvolvimento social, os desafios situam-se especialmente no aumento dos padrões educacionais em todos os níveis, ampliando a capacitação da população, assim como na melhoria nos níveis de atendimento de saúde, especialmente o público, e no atendimento sanitário urbano por esgotos, muito restrito.

Figura 3.2.5 – Bacias de Emprego na RF 7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Educação: No analfabetismo, a Região obteve ganhos significativos, reduzindo de 11% sua população de 15 anos e mais de analfabetos, para 7,8%, com alguma diferença entre os COREDEs: enquanto no Missões e Noroeste Colonial representam cerca de 8%, na Fronteira Noroeste são 6%.

As distorções série-idade em todas as etapas de ensino, do infantil ao médio, são o principal sintoma das dificuldades educacionais da Região, estando, porém em queda: no ensino fundamental era de 23% em 2001, caindo para 19% em 2003. No ensino médio, caiu de 39% para 36% nesse período. Por essa razão, as taxas líquidas nos vários níveis de ensino (população matriculada nas faixas etárias correspondentes) são sempre inferiores às brutas, refletindo a existência de grande número de alunos matriculados, fora da faixa etária correspondente. No ensino superior, especialmente as universidades regionais garantiram que 18% da população, em 2000, e 21%, em 2002, frequentassem esse nível de ensino, abaixo, porém da média estadual de 23%.

Saúde: Na saúde, o índice de mortalidade infantil aumentou de 13 crianças por 1.000 nascidas vivas, em 1998, para 15,3, em 2002, indicando piora nas condições de saúde, saneamento ou renda. Já para a mortalidade por causas mal-definidas, o percentual de mortes caiu nesse período, de 9,4% para 8,8%, especialmente nas porções do Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste, indicando, ao contrário, melhores condições de atendimento em saúde, já que diagnósticos foram possíveis. Seguindo a tendência nacional de redução de leitos hospitalares, nesta Região o declínio vem sendo rápido, de 4% a.a. (de 4,3 leitos/1.000 habitantes para 3,9 leitos/1000), sendo mais expressivo no atendimento pelo SUS, no qual decresceu 13% a.a., representando, em 2002, 70% do número que detinha em 1999 e restringindo as possibilidades de atendimento público.

Habitação e Saneamento: A situação habitacional, tomada apenas pela densidade acima de três pessoas por dormitório, melhorou na Região, passando de 7% dos domicílios em 1991, para 4% deles, em 2000. Também são menos graves do que no Estado os casos de habitações sub-normais, registrando-se 57 moradias no Missões. No entanto, o déficit habitacional persiste grande na Região (cerca de 13 mil moradias (6%), especialmente nas Missões e Noroeste Colonial), assim como os domicílios inadequados (sem sanitário): cerca de 15 mil (7%). As condições de moradia são deterioradas também pelas deficiências em saneamento básico. Embora em termos de abastecimento de água e coleta de resíduos urbanos a situação tenha dado um salto na última década, atingindo, respectivamente, 96% e 94% dos domicílios urbanos, a coleta de esgotos permanece muito deficiente: passou de 6%, em 1991, para 17% dos domicílios urbanos, em 2000, sendo que a grande maioria conta com fossa séptica ou rudimentar, situação que compromete as condições sanitárias no meio urbano.

Desempenho das Infra-estruturas: Os desafios em infra-estruturas para a Região situam-se especialmente nos transportes, com redes ineficientes que não permitem comunicações físicas internas e externas à Região, comprometendo a produção econômica, a busca de mercados e o acesso a serviços urbano-sociais. Também há carências em energia, com durações de falhas acima dos padrões aceitáveis, revelando ineficiência e falta de capacidade das redes de transmissão, assim como deficiências no suprimento rural. Esse atendimento rural também é muito deficiente em termos de telecomunicações, comprometendo o acesso a novas informações e conhecimentos que dinamizem produções agropecuárias dominantes e emergentes.

Transportes: A estrutura viária regional, formando uma malha quadrangular ampla, visualizada na **Figura 3.2.6**, apóia-se preponderantemente no eixo da BR-285, no sentido leste-oeste, que a integra a Passo Fundo na porção leste do Estado e conectando-se, pela BR-386, a Porto Alegre, e a Rio Grande pela BR-158.

A oeste, rumo a São Borja e Uruguaiana, passagens para a Argentina, desse eixo principal partem várias radiais transversais, rumo norte-sul:

- ◆ BR-168, desde Santa Catarina, atravessando as barrancas do Rio Uruguai ao norte, até São Luiz Gonzaga.
- ◆ RS-344, desde Horizontina ao norte, até Santo Ângelo.
- ◆ RS-342, desde Horizontina a Ijuí.
- ◆ BR-468/RS-155, desde Três Passos ao norte, até Ijuí.
- ◆ BR-158, na extremidade leste da Região, vinda da Região 9 rumo à Região 8.

Verifica-se que os fluxos com maiores intensidades ocorrem nos eixos urbano-industriais entre Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí e entre São Luiz Gonzaga e Ijuí, de onde rumam para Cruz Alta, na vizinha Região 8, com destinos para Porto Alegre ou Rio Grande.

Apesar da ineficiência interna e externa constatada, a Região é atravessada por três das principais rotas de transportes do Rio Grande do Sul:

- ♦ A rota Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul – Argentina via Uruguaiana, rodoferroviária, transportando, principalmente, arroz beneficiado, máquinas e implementos agrícolas e rações.

- ♦ A rota Norte do Rio Grande do Sul rumo a Porto Alegre, também rodoferroviária, transportando principalmente, cereais brutos e processados, adubos e combustíveis.

- ♦ A rota Norte do Rio Grande do Sul rumo a Rio Grande, rodoferroviária, transportando, principalmente, soja, fumo e fertilizantes.

Essas rotas ocasionam carregamentos de transportes rodoferroviários na Região, registrados na **Figura 3.2.8**, onde se observa alguns gargalos.

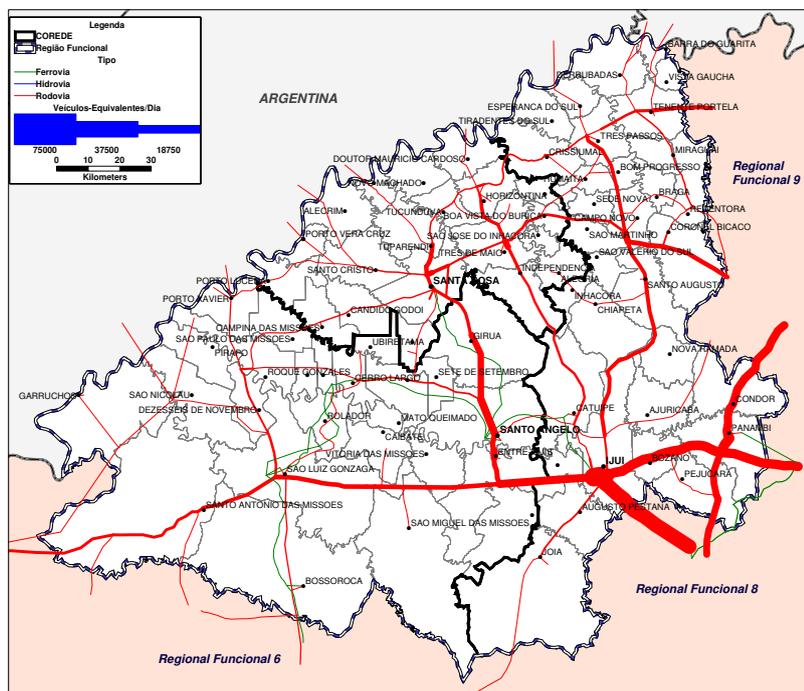
Por conta desses grandes fluxos e pela topografia mais ondulada ou montanhosa, alguns trechos estão próximos ao limite das capacidades (**Quadro 3.2.1**).

As 24 sedes municipais sem asfalto, que representam 35% dos municípios e cerca de 10% da população, têm dificuldade de integração regional em busca de serviços e do escoamento de produções:

- ♦ Seis sedes no Fronteira Noroeste: Alegria, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Vera Cruz, São José do Inhacorá e Senador Salgado Filho (13% da população do COREDE).

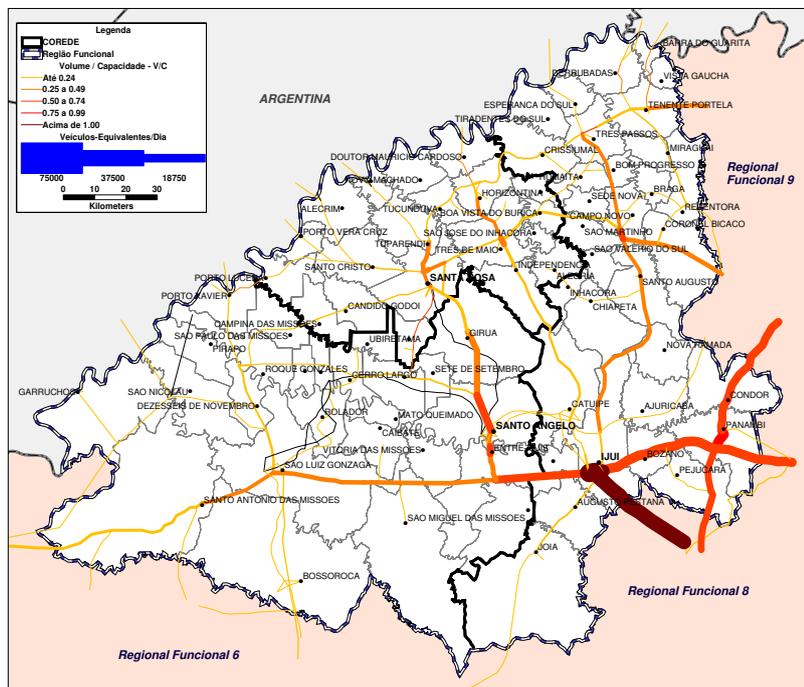
- ♦ Sete sedes no Missões: Eugênio de Castro, Garruchos, Pirapó, Rolador, Ubiretama, Mato Queimado e Vitória das Missões (8% da população do COREDE).

Figura 3.2.8 – Carregamentos Rodo-Ferrovários-Hidroviários na RF 7 (Veículos-Equivalentes/Dia)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.2.9 – Carregamentos Rodo-Ferrovários Regionais: Gargalos na RF 7 (Veículo/Capacidade)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Quadro 3.2.1 – Gargalos em Transportes – RF7

Trechos com capacidade esgotada		
Rodoviário	Regional	BR-158 (Trecho Santa Bárbara do Sul – Panambi)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Panambi – Pejuçara)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Pejuçara – Ijuí)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Ijuí – Cruz Alta)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Cruz Alta – Catuípe)
Rodoviário	Regional	RS-342 (Trecho próximo à saída para Augusto Pestana)
Rodoviário	Regional	RS-344 (Trecho Giruá – Guarani das Missões)
Rodoviário	Regional	RS-344 (Trecho Santo Ângelo – Santa Rosa)
Rodoviário	Regional	RS-472 (Trecho Rio Turvo – Padre Gonzalez)
Trechos com pavimentação precária		
Rodoviário	Regional	BR-285 (Trecho Santo Ângelo – São Miguel das Missões)
Rodoviário	Regional	BR-468 (Trecho Humaitá – Tenente Portela)
Rodoviário	Regional	RS-168 (Trecho Roque Gonzales – Cerro Largo)
Rodoviário	Regional	RS-305 (Trecho Crissiumal – Três Passos)
Rodoviário	Regional	RS-317 (Trecho Tenente Portela – Redentora)
Rodoviário	Regional	RS-317 (Trecho Coronel Bicaco – Palmeira das Missões)
Rodoviário	Regional	RS-330 (Trecho Tenente Portela – Miraguaí)
Rodoviário	Regional	RS-330 (Trecho Miraguaí – Redentora)
Rodoviário	Regional	RS-342 (Trecho Ijuí – São Luiz Gonzaga)
Rodoviário	Regional	RS-342 (Trecho Horizontina)
Rodoviário	Regional	RS-342 (Trecho Horizontina – Tucunduva)
Rodoviário	Regional	RS-342 (Trecho Tucunduva – Vila Progresso)
Rodoviário	Regional	RS-571 (Trecho Chiapeta – Santo Augusto)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

◆ Onze sedes no Noroeste Colonial – Barra do Guarita, Bozano, Braga, Derrubadas, Inhacorá, Nova Ramada, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul, Bom Progresso e Vista Gaúcha – concentram 11% da população do COREDE.

Há um aeroporto classificado como turístico em Santo Ângelo, identificado como gargalo, e outro regional em Santa Rosa, ambos sob administração estadual. Em termos de armazenagem, destacam-se Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, no COREDE Missões, com armazém de grãos da Cesa (111 mil toneladas), mas a maior capacidade está nos armazéns da Conab. A Região tem o maior volume de armazéns de grãos do Estado (20% – 3,5 milhões de ton.) e 12% do Estado em armazéns de ensacados (356 mil toneladas), distribuídos em toda a Região, mas com grande concentração em Santa Rosa, Santo Ângelo, Giruá, Ijuí, São Luiz Gonzaga e Entre-Ijuís.

Energia: Do ponto de vista da geração, a integração dos mercados por linhas de transmissão não requer mais que a própria Região gere a energia requisitada. Portanto, embora conte atualmente com várias pequenas e minicentrals hidrelétricas, há vários projetos desse porte previstos (PCH e MCH) e as linhas de transmissão existentes e projetadas, se efetivadas, suprirão os consumos estimados. Do ponto de vista da transmissão, várias linhas de alta capacidade (500 KV) a média e baixa capacidade (de 230 KV a 69 KV) atravessam seu território, não suprimindo adequadamente aos consumos crescentes – de cerca de 1,42 mil MWh em 2000 para 1,54 mil MWh em 2003 (2,6% a.a.), maior que o do PIB regional (2,3% a.a.). Há um gargalo de transmissão especialmente na linha que interliga Santa Rosa a Horizontina. Os altos consumos concentram-se nos três pólos urbano industriais da Região, como registra a **Figura 3.2.10**.

Com esse crescimento, tanto a duração de falhas de suprimento como sua frequência têm

valores acima dos padrões aceitáveis pela Aneel, o que reflete atendimentos inadequados (Figura 3.2.11).

Do ponto de vista da rede de distribuição, 98% dos domicílios urbanos contam com atendimento, embora esse número caia na área rural: cerca de 93% na Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial e 85% no Missões. Porém, especialmente, há municípios onde os atendimentos urbanos e rurais estão bem abaixo dessas médias.

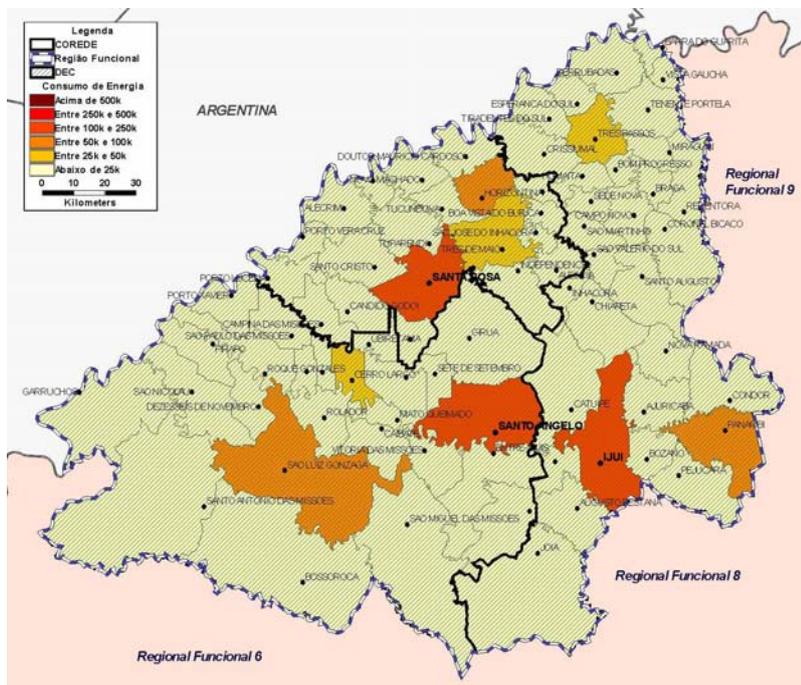
Há quatro grandes cooperativas de eletrificação rural Cermissões, atendendo cerca de 20 mil consumidores; Certhil, em Três de Maio (7 mil consumidores) e Cooperluz, em Santa Rosa (12 mil consumidores) ambas no COREDE Fronteira Noroeste; e Ceriluz, em Ijuí, no Noroeste Colonial, com 11 mil consumidores.

Telecomunicações: Em termos de telefonia, a análise se divide em fixa e móvel, embora a primeira seja mais importante pela possibilidade atual de uso da internet em bases mais acessíveis. A densidade de telefonia fixa apresenta-se baixa em quase toda a Região, exceção aos municípios de Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí, onde varia entre 20 a 30 telefones por 100 habitantes (ainda abaixo das médias nacionais de 24/100 habitantes). Na grande maioria dos demais municípios, a densidade situa-se entre 10 a 15 telefones/100 habitantes.

Essas médias/baixas de densidades, porém, ainda escondem as grandes diferenças entre os atendimentos domiciliares urbanos e rurais: enquanto no meio urbano o percentual de atendimento domiciliar varia entre 46%, no COREDE Missões, 58%, no Noroeste Colonial e 63% no Fronteira Noroeste, no atendimento domiciliar rural essas cifras são, respectivamente, de 10%, 24% e 33%.

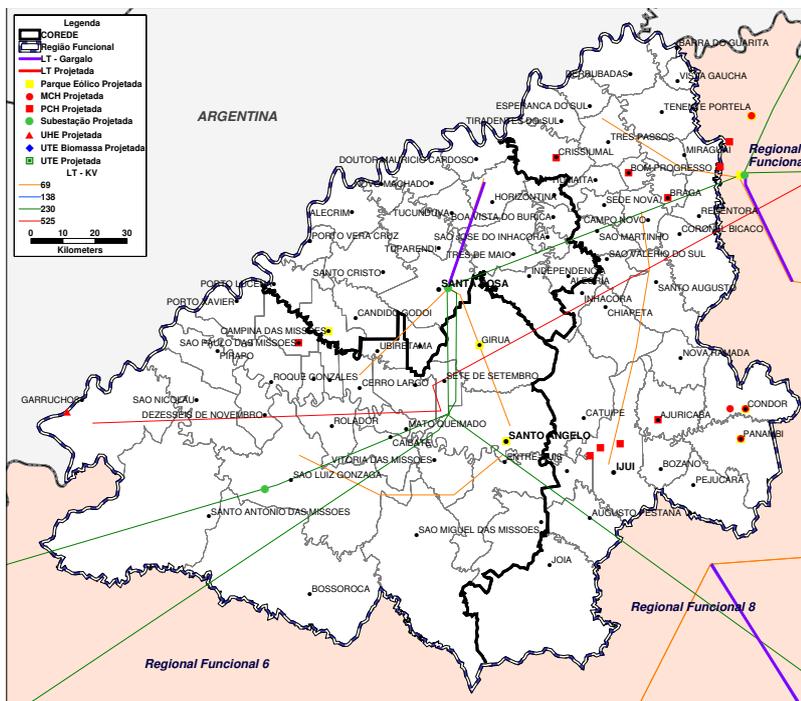
Na telefonia móvel, a área de registro da Região, que agrega toda a porção oeste do Estado, apresenta uma densidade de 57,5 pontos de acesso/100 habitantes, a segunda maior do Estado, superior à média estadual, de 55/100 habitantes. Embora esse atendimento melhore o nível de comunicações da Região, para efeito social e de negócios, ressalta-se que neste tipo de

Figura 3.2.10 – Consumo de Energia na RF 7



Fonte: FEE, 2003

Figura 3.2.11 – Linhas de Transmissão e Unidades de Geração Energética (RF 7)



Fonte: Ceee, 2005; AES-Sul, 2005 e RGE, 2005

classificam-se como pobres e independentes, ou seja, têm menor dependência dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, enquanto cerca de 20% são pobres e dependentes, ou seja, além de disporem de pequenas receitas e investimentos per capita, são dependentes de transferências recebidas.

Os investimentos per capita obtidos entre 1999 e 2003 são semelhantes entre os COREDEs constituintes da Região, variando entre R\$ 104,00 (Missões) e R\$ 118,00 (Noroeste Colonial), abaixo das médias estaduais. Desse investimento, cerca de 85% provêm das prefeituras, o restante sendo aportes do Estado e, apenas no Noroeste Colonial, algum aporte do governo federal (4%).

No dinamismo empresarial, também mantém distinções entre os COREDEs: enquanto o Fronteira Noroeste apresentou taxa per capita de criação de empresas entre 2002 e 2004 considerada média – 6,2 (12ª posição no Estado) – e boa performance na taxa de atendimento do Sebrae per capita – 84 – ocupando a 6ª posição no Estado nesses quesitos, o COREDE Missões alcançou valores de cinco empresas per capita (16ª posição no Estado) e 62 atendimentos do Sebrae per capita (14ª posição no Estado), revelando empreendedorismo. O Noroeste Colonial posicionou-se entre eles: 5,6 empresas per capita (16ª posição no Estado) e 66 atendimentos do Sebrae per capita (9ª posição no Estado).

Em termos de atratividade empresarial em busca de incentivos, a Região apresenta baixo desempenho. Entre 1995 e 2004, praticamente inexisteram fruições do Fundopem na área, revelando uma baixa atratividade para os setores produtivos. Mesmo na nova modalidade do Fundopem para áreas menos desenvolvidas – Integrar/RS, apenas o Noroeste Colonial já tem projetos confirmados, que respondem por apenas 1% apenas dos empregos criados.

Três APLs (Arranjos Produtivos Locais) do Sebrae estão em operação na Região, o que pode dinamizar algumas de suas potencialidades: a Colheita, em Horizontina e Santa Rosa (Fronteira Noroeste) e a Pós-Colheita, em Panambi e Condor (Noroeste Colonial), ambos de máquinas e implementos agrícolas; e o Turismo Rota das Missões.

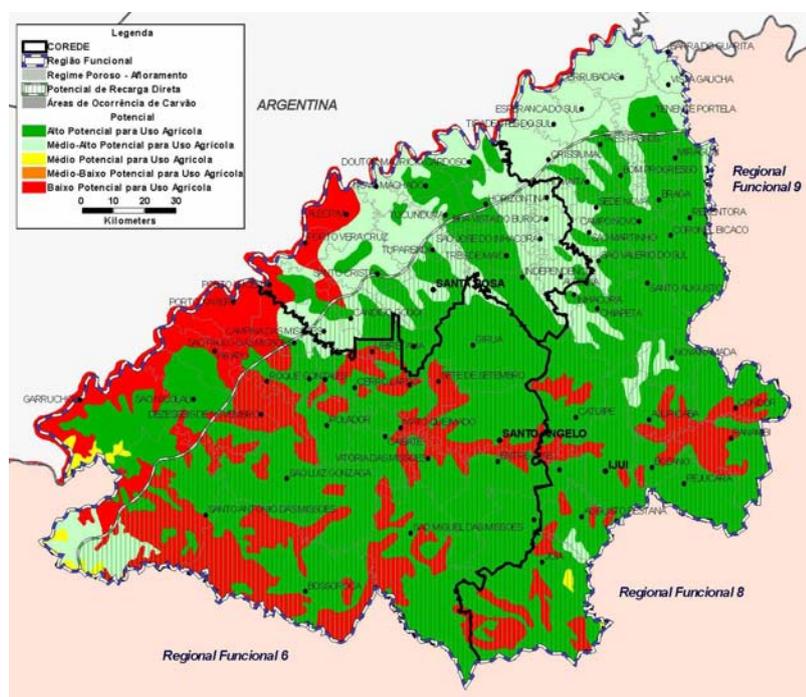
Potencialidades e Restrições Ambientais: A maioria da Região está incluída no bioma Mata Atlântica, embora uma porção ao sul e central pertença ao bioma Pampas.

As potencialidades ambientais são bastante diversificadas, como registra a **Figura 3.2.13**: na porção norte, é de médio a alto o potencial para uso agrícola; na área central e mais ao sul, o alto potencial dos solos é entremeado de faixas de baixo potencial.

Toda a faixa lindeira ao Rio Uruguai está sujeita a médias-baixas restrições ambientais, em função da topografia acidentada e florestas a preservar, e a porção norte do Noroeste Colonial tem pontos de alta restrição, em função de zonas núcleo da reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Parque Estadual do Turvo). Apenas 22% da Região têm florestas nativas, como pode ser observado na **Figura 3.2.14**.

Problemas de poluição causados pelos resíduos da criação de aves e suínos ocorrem em porções distintas do território e há problemas de escassez de água em períodos de seca, que interferem na produção agrícola regional.

Figura 3.2.13 – Potencialidades Ambientais na RF7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Futuro Tendencial da Região Funcional 7

A persistirem as tendências recentes de desenvolvimento socioeconômicas e demográficas, as perspectivas para o futuro da Região apontam para uma leve queda na participação no PIB estadual e, embora o PIB per capita permaneça perto das médias estaduais, ampliam-se as desigualdades na renda e assiste-se a um crescimento acelerado da urbanização, como registram as análises na seqüência.

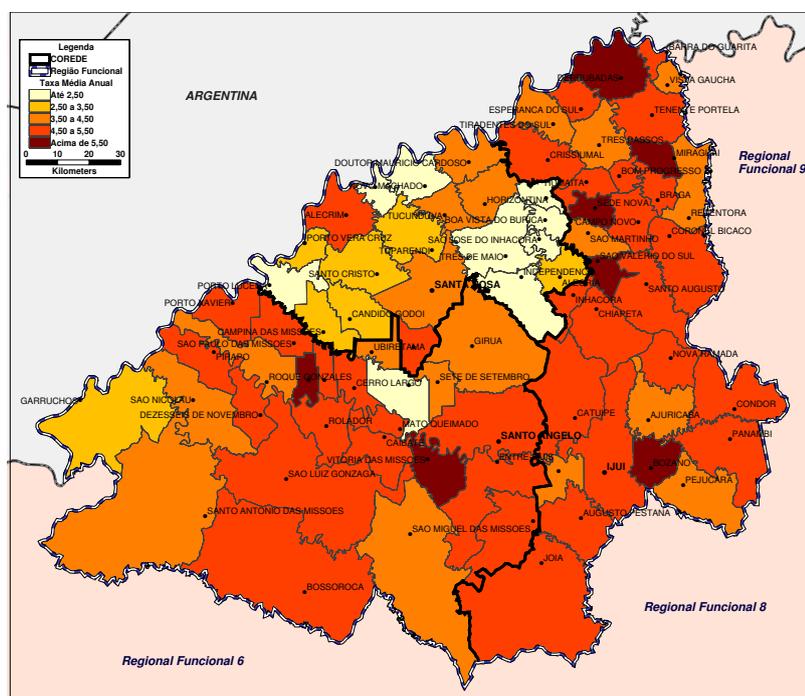
Desempenho Econômico: As estimativas de desenvolvimento econômico para a Região Funcional 7 apontam para taxas anuais de crescimento do PIB sempre pouco menores do que as médias estaduais: 4% entre 2004/2007 (contra 4,3% do Estado); 3,5% entre 2008/2011 (contra 3,9%) e 3,4% entre 2012 e 2015 (contra 3,8% estadual). O PIB regional aponta para uma tendência de pequena queda em sua participação no PIB estadual: de 6,6%, em 2003, para 6,4%, em 2015.

Na estrutura setorial, é previsto um forte declínio no setor agropecuário (de 30% do PIB, em 2003, para 24% em 2015), em favor do industrial (de 16,5% para 20% no período) e do comércio e serviços (de 52,8% para 55,2%), reforçando o papel industrial e de atendimento regional dos pólos urbanos principais

Com esse desempenho econômico esperado, o PIB per capita mantém-se, no entanto, em ascensão, como registra a **Figura 3.2.15**, aproximando-se da média estadual: de R\$ 10,5 mil, em 2003 (91% da média estadual), passa a R\$ 16,4 mil em 2015 (99% da média estadual) de R\$ 16,5 mil nesse ano, em função da persistência do declínio populacional.

Nesse desempenho esperado, estão computados investimentos produtivos de cerca de R\$ 1,6 milhão já confirmados para a Região (0,3% do previsto para o Estado), objetos de incentivos e financiamentos no Estado, como registra a **Tabela 3.2.2**.

Figura 3.2.15 – PIB Municipal per capita, 2003-2015 – RF 7 (Taxa Média de Crescimento Anual)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

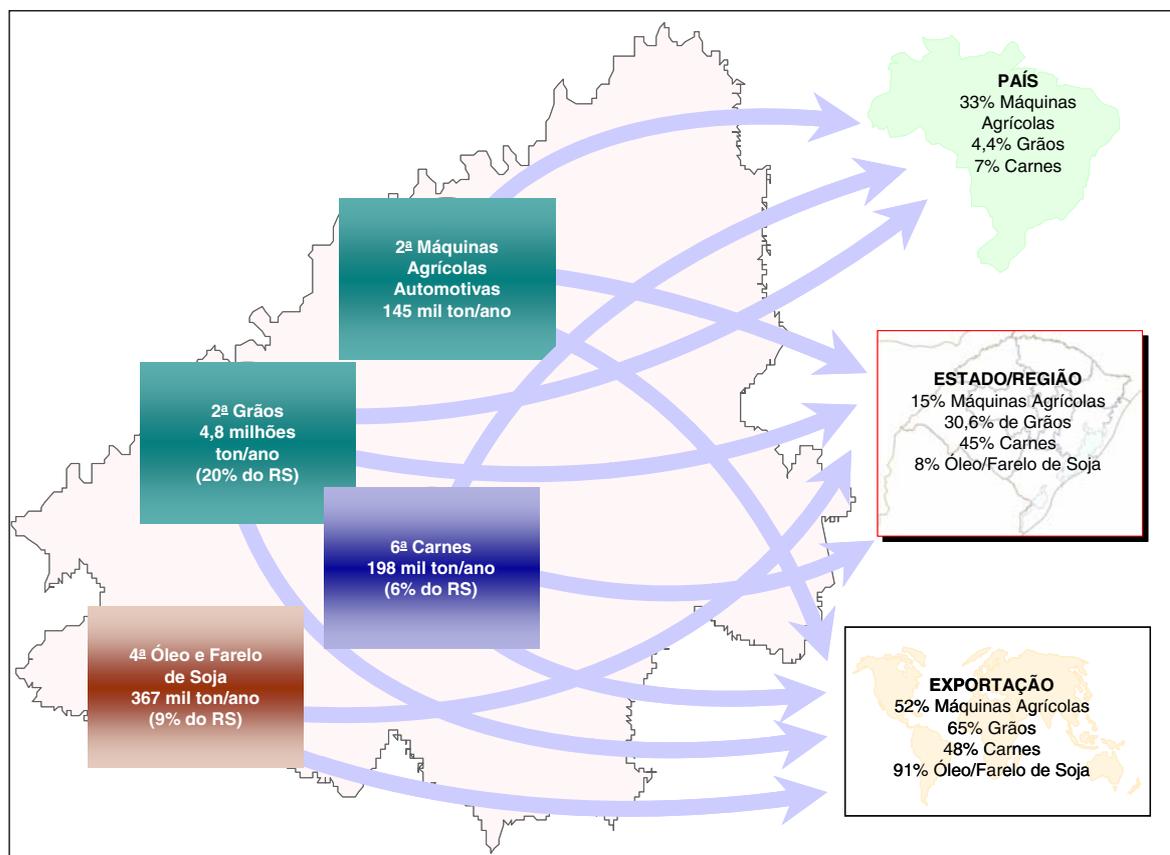
Tabela 3.2.2 – Investimentos Produtivos – RF 7

Segmentos produtivos	Missões	Fronteira Noroeste	Noroeste Colonial	Total
Agropecuária e serviços correlatos	24 101	95 312		119 413
Alojamento e alimentação			184 500	184 500
Comércio e reparação de veículos automotores	323 000			323 000
Equipamentos hospitalares		965 095		955 095
Total	347 101	1 050 407	184 500	1 582 008

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Verifica-se que as maiores inversões ocorrem no segmento de alta tecnologia de equipamentos hospitalares no Fronteira Noroeste, responsável por 66% dos investimentos previstos. Os desafios que o Cenário Tendencial colocam à Região são visualizados na **Figura 3.2.16**.

Figura 3.2.16 – Desafios do Cenário Tendencial (RF 7)



- ♦ Queda no crescimento do PIB: de 4% a.a. (até 2007) para 3,4% a.a. (até 2015)
- ♦ Crescimento do PIB - 3,4% a.a. - menor que médias estaduais: 3,8% a.a.
- ♦ Pequena queda na participação no PIB estadual: de 6,6% para 6,4%
- ♦ Declínio do PIB agropecuário a favor do industrial e comércio/serviços
- ♦ PIB per capita se aproximando da média estadual: de 91% para 99% (16,5 mil)
- ♦ Leve agravamento da concentração da renda e pobreza
- ♦ Setores promissores: vantagens competitivas e especialização em
 - Máquinas/equipamentos agrícolas
 - Leite/laticínios
- ♦ Setores especializados com menor competitividade
 - Soja, trigo e milho
 - Suínos
- ♦ Setores com menor especialização mas potenciais
 - Produtos de origem vegetal
 - Eletro-eletrônicos
 - Produtos alimentares
 - Alta tecnologia

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Não incluídos equipamentos agrícolas do APL Pós-Colheita, apenas máquinas automotivas agrícolas

Os multiplicadores internos são distintos conforme as porções dos COREDEs constituintes. Os efeitos de cada R\$ 1,00 investido na Região têm vazamentos para todo o Estado em todos os segmentos produtivos, excetuando-se o de serrarias e fabricação de móveis, papel e gráfica, calçados e couros e abate e preparação de animais que, no Noroeste Colonial, têm efeitos de internalização maiores.

Setores Promissores: Na agricultura, nos produtos dominantes (soja, milho, trigo e mandioca) a Região apresenta desvantagem competitiva especializada, situação das menos adequadas. Cresce menos que a média estadual e brasileira, sendo portanto menos competitiva e eficiente, dependendo fortemente da flutuação positiva dos mercados nacionais e internacionais, para conseguir retornos um pouco compensatórios, mas sua economia depende fortemente desses segmentos.

A produção de frutas (uva, laranja, manga, figo, abacaxi, pêra, pêssego, mamão, melancia e goiaba), que vêm apresentando crescimento da produção, embora de pouca significância na economia, pouco disseminadas nos municípios e com produtividades em queda, poderá ser incentivada como forma de fortalecimento da agricultura familiar, que está em crise, desde que uma assistência técnica garanta melhores plantios. Também o amendoim e a cana-de-açúcar têm boa produtividade, apresentaram crescimento expressivo e poderão ser incentivados.

Na pecuária, o efetivo de bovinos e bubalinos representa apenas 10% do Estado, mas é importante na cadeia de leites e derivados, que apresenta vantagem competitiva no Noroeste Colonial e deverá ser incentivada. Os suínos, que representam 18% do Estado, vêm apresentando declínio, por falta de competitividade, frente a regiões próximas mais eficientes.

No setor industrial, o segmento de máquinas, equipamentos e tratores agrícolas domina a Região, constituindo-se em eixo consolidado e de alta vantagem competitiva e especialização, principalmente na porção da Fronteira Noroeste, mas também no Noroeste Colonial e Missões.

Embora com menor especialização e alocação de recursos, também alguns segmentos de químicos, produtos de origem vegetal, eletro-eletrônicos, alta tecnologia e produtos alimentares podem representar potenciais futuros na Região.

Analisando os 25 setores projetados no Cenário Tendencial, observa-se que, na Região Funcional 7, o setor Agropecuário (o mais relevante da Região em 2003) permanece em destaque em 2015, com sua participação no VAB da Região e no VAB do setor no Estado sofrendo redução (taxa de crescimento de 1,7% a.a. contra os 2,5% a.a. médio do setor no Rio Grande do Sul). O setor de Máquinas e Equipamentos aumenta consideravelmente sua participação no Estado (aumento de 4,3%), crescendo mais do que o dobro da média da indústria (9,7% contra 4,3% a.a. respectivamente). A **Tabela 3.2.3** mostra a participação estimada da Região no VAB de 2003 e de 2015 do Rio Grande do Sul nos 25 setores analisados no Cenário Tendencial.

Estimativas de Produtos de Grandes Volumes e Fluxos Inter-regionais: Para alguns produtos de grandes volumes foram estimadas produções em 2015, objetivando estimar demandas para transportes nesse ano horizonte (Componente 2): grãos, madeira, papel e celulose, transportes, óleos e rações, siderúrgicos, fertilizantes e adubos, fumo, combustíveis e carnes. As estimativas para 2015 das principais produções regionais são visualizadas na **Figura 3.2.16** e detalhadas nas **Figuras 3.2.17 a 3.2.22**.

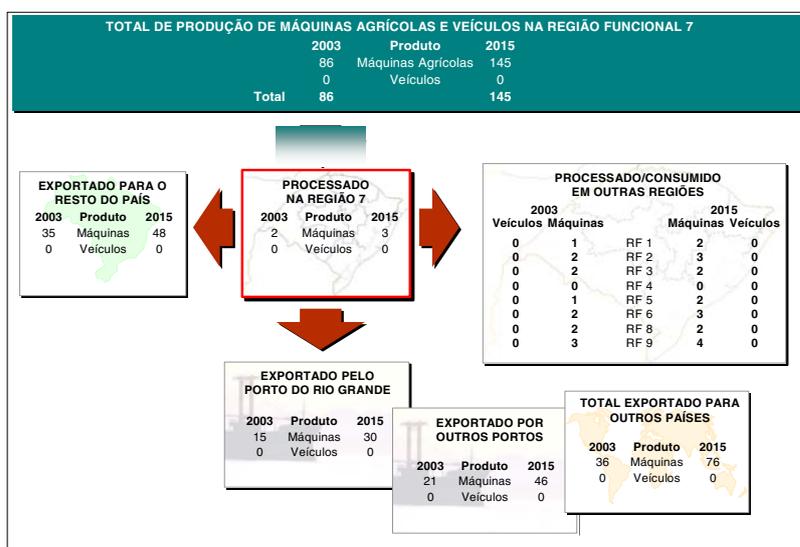
Tabela 3.2.3 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 7 (R\$ milhões de 2003)

Setores	2003		2015	
	% do Total da Região	% do RS	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	30.7%	14.0%	24.3%	13.3%
Indústria Metalúrgica	1.6%	3.8%	1.6%	3.4%
Máquinas e Equipamentos / Tratores	3.3%	10.4%	6.6%	14.7%
Material Elétrico	0.2%	2.8%	0.5%	4.4%
Material de Transportes	0.3%	2.3%	0.3%	1.7%
Serrarias, Madeira e Móveis	0.6%	3.9%	0.4%	2.6%
Papel e Gráfica	0.5%	2.6%	0.5%	3.3%
Química	0.3%	0.3%	1.1%	1.0%
Calçados e Couros	0.4%	0.7%	0.3%	0.6%
Produtos de Origem Vegetal	0.0%	0.1%	0.1%	0.2%
Abate e Preparação de Carnes	2.0%	6.3%	1.9%	6.9%
Leite e Laticínios	0.7%	8.5%	0.7%	9.2%
Óleos Vegetais	2.1%	12.1%	1.6%	10.7%
Demais Ind. Alimentares	0.6%	2.9%	0.5%	3.0%
Demais Indústrias	1.7%	3.0%	1.9%	2.4%
Serviços Utilidade Pública	2.1%	7.4%	2.5%	7.2%
Construção Civil	3.0%	4.3%	2.4%	3.4%
Comércio	10.9%	7.6%	12.6%	7.5%
Transporte	1.7%	6.2%	2.8%	7.9%
Comunicações	1.5%	4.1%	2.1%	5.1%
Instituições Financeiras	5.4%	6.2%	6.4%	6.6%
Serviços Prestados às Famílias	8.0%	7.5%	8.8%	6.3%
Aluguel de Imóveis	5.0%	3.9%	4.9%	4.6%
Administração Pública	15.6%	8.6%	13.9%	7.9%
Serviços Privados Não Mercantis	1.5%	8.6%	1.3%	8.2%
Total	100.0%	6.6%	100.0%	6.3%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Na produção de máquinas e implementos, a Região se posicionará em segundo lugar no Estado, após a Região 1, com 145 mil toneladas/ano. Nessas estimativas, só estão incluídas máquinas agrícolas automotivas, pois não foi possível avaliar os demais equipamentos agrícolas de pós-colheita. Desse total, 21% serão exportados por Rio Grande, 32% por outros portos, 33% seguirão para o resto do país e 24% serão movimentados no próprio Estado. Este segmento é altamente dependente de exportações, requisitando iniciativas que ampliem e consolidem mercados.

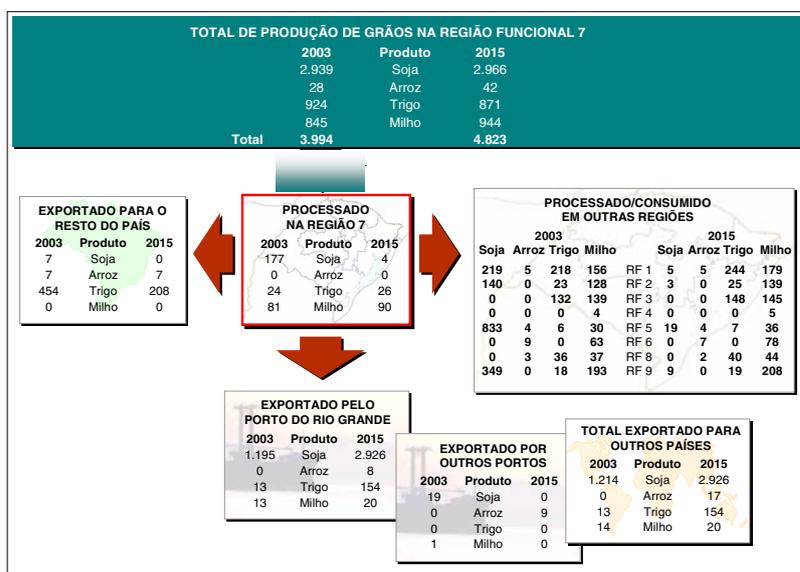
Figura 3.2.17 – Estimativa Produção e Movimentação Máquinas Agrícolas Automotivas e Veículos RF 7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

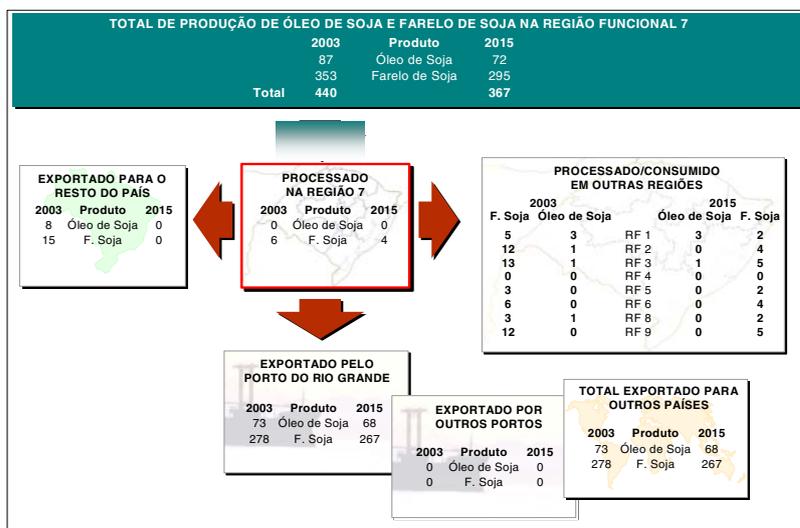
Nos grãos, tenderá a se posicionar no segundo lugar entre as Regiões Funcionais, com 4,8 milhões de toneladas, sendo preponderante a soja (62%). Quase toda a produção será exportada em grão para o exterior, pelo Porto de Rio Grande (65%) ou a outras regiões, sendo ínfimo o percentual de processamento regional (2,5%). Além da produção local, ela receberá 426 mil ton/ano de outras Regiões, especialmente milho da 8 e 9.

Figura 3.2.18 – Produção e Movimentação de Grãos na RF 7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.2.19 – Estimativa Produção e Movimentação Óleo e Farelo de Soja RF 7

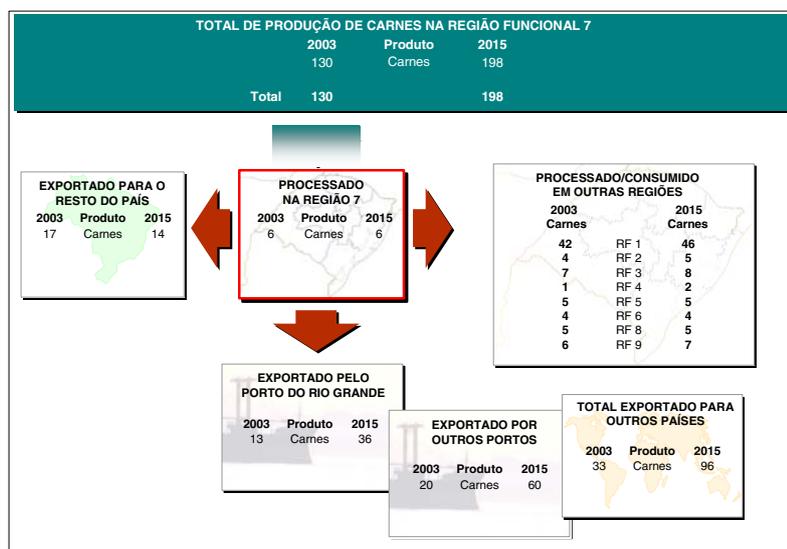


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Na produção de óleo e farelo de soja, a Região tenderá a manter a quarta posição no Estado, com 367 mil ton/ano, da qual cerca de 91% serão exportados para outros países, especialmente pelo Porto de Rio Grande.

Em outro segmento importante na produção regional (carnes de aves, suínos e bovinos), as estimativas indicam uma sexta posição no contexto estadual, com 198 mil ton/ano. Desse total, 18% serão exportados pelo Porto de Rio Grande, 30% por outros portos, 7% para o resto do país e os restantes 45% serão absorvidos no próprio Estado, espacialmente na Região 1 (23%). A Região tenderá a receber 75 mil ton/ano das demais Regiões, especialmente da 9.

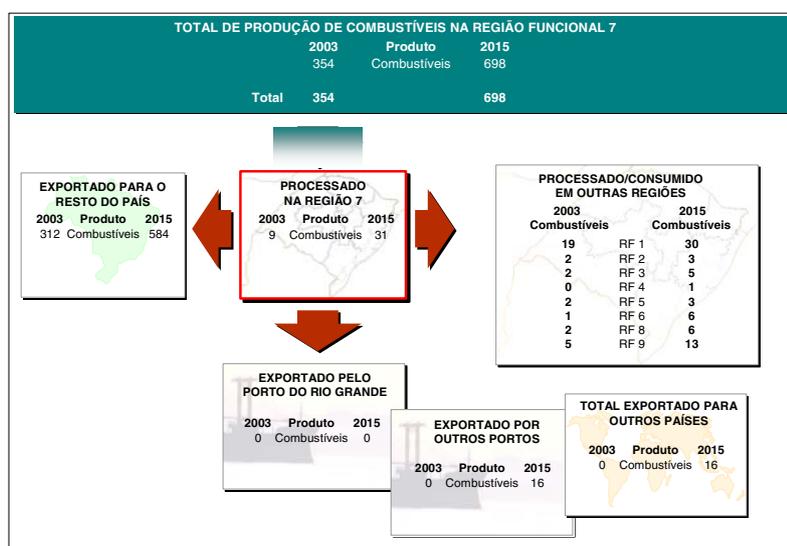
Figura 3.2.20 – Estimativa Produção e Movimentação Carnes RF 7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.2.21 – Estimativa Produção e Movimentação Combustíveis na RF 7

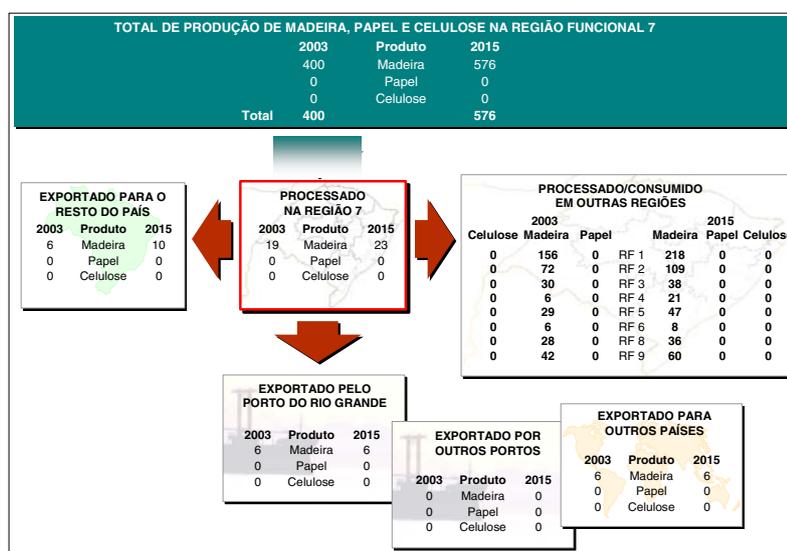
Na produção de combustíveis tende a se manter numa quarta posição no contexto estadual, com 698 mil ton/ano. Desse total, 84% serão exportados para o resto do país, o restante sendo exportado por outros portos que não Rio Grande, ou mandado para outras Regiões, espacialmente a 1. Receberá de outras Regiões, especialmente da 1 (95%), 587 mil ton/ano de combustíveis.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.2.22 – Produção e Movimentação Madeira, Papel e Celulose RF 7

Na madeira, tende a se posicionar no penúltimo lugar no Rio Grande do Sul – 576 mil toneladas, processando apenas cerca de 4% localmente e exportando o restante para outras regiões do Estado.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Qualidade Social do Crescimento: Nos empregos, foi estimado um forte aumento do pessoal ocupado em relação ao total populacional da Região: de 57%, em 2003, para 71% em 2015. O setor de maior absorção será o terciário, com 47%, seguido do agropecuário, com 45% e o industrial com 8,5% apenas.

As estimativas do Cenário Tendencial apontam para um ligeiro agravamento da situação de concentração da renda, com aumento das desigualdades no mercado de trabalho, em função do desempenho setorial diferenciado. As mudanças estruturais favorecem setores com renda média por trabalhador superior à renda média da economia, ampliando o grau de assimetria da distribuição dos rendimentos. A estimativa para a oscilação dos índices de Gini apontam para ligeiro aumento, entre 2003 e 2015, diferenciados entre os COREDEs: no Missões, a concentração é maior do que no Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste, ampliando-se em 2015. O crescimento da economia regional favorece a redução da pobreza, porém os resultados esperados são ínfimos: os 51% de pessoas auferindo até dois salários mínimos, em 2003, passarão para 50% em 2015.

Evolução Demográfica: As estimativas populacionais apontam para a persistência de taxas anuais negativas entre 2000 e 2015 (-0,22% a.a contra 1,01% da estadual), diminuindo ligeiramente a participação da população no Estado: de 7,5%, em 2000, para 7,3% em 2015. A população estará em torno de 757 mil habitantes, sendo 586 mil urbanas (77%) e apenas 171 mil rurais (23%). Assim, nesse crescimento, destaca-se preponderantemente a população urbana, com taxas de 1,2% a.a., enquanto a rural deverá decrescer a altas taxas negativas de 3,5% a.a., acompanhando o declínio do setor agropecuário.

Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região Funcional 7

A maior potencialidade da Região parece constituir-se no setor de máquinas e equipamentos agrícolas e outros bens industriais que estão surgindo na Região (eletro-eletrônicos, material de transportes). Entretanto, questões de infra-estruturas – de transportes, telecomunicações e energia –, assim como as soluções operacionais nos portos secos de Uruguaiana e São Borja e maior empreendedorismo, são os obstáculos enfrentados para o desenvolvimento desses segmentos.

Na produção agropecuária e agroindustrial, relativamente diversificada, destaca-se a soja, dominante, embora com indicadores de produtividade e rendimento relativamente baixos, além do leite e derivados (é a segunda região no Estado em produção e quinta no processamento), o milho (tem 16% da produção e 30% do processamento, mas vem apresentando aumento de plantio pouco expressivo, embora alta ampliação de produtividade), o trigo (34% da produção e 4% do processamento, com crescimentos de cerca de 4% a.a. e aumento significativo de produtividade) e a mandioca (com boa eficiência no contexto estadual e brasileiro, também surgindo como oportunidade, embora com produtividades e rentabilidades pequenas).

Diversos desses segmentos vêm apresentando taxas altas de crescimento e vantagens competitivas até o horizonte do estudo, 2015, como leite e laticínios no Noroeste Colonial e, com menores vantagens, no Missões; químicos, produtos de origem vegetal, eletro-eletrônicos, material de transportes, indústrias alimentares, papel e gráfica e abate e preparação de carnes, embora com menores vantagens. Esses segmentos podem ser beneficiados pelo aumento de comércio nacional e externo, mas sofrem ameaças da concorrência de outras regiões gaúchas produtoras.

A boa capacitação de produção de conhecimento, propiciada pelas universidades regionais e centros e pólos de pesquisa, pode contribuir para essa maior produtividade, por meio de inovações adequadas às condições regionais.

Apesar do crescimento agroindustrial da Região, o Cenário Tendencial aponta para a permanência da Região na mesma posição de participação no PIB estadual, o que pode ser derivado de vários fatores, entre os quais a falta de dinamismo e inserção em mercados, dada a fragilidade das infra-estruturas e grandes distâncias, a falta de investimentos e baixo empreendedorismo (o mais baixo do Estado) e atratividade empresarial, oscilações de preços de *commodities*, além da falta de apoio aos pequenos produtores dominantes.

A ampliação de mercados nacionais e internacionais, com aumento de exportações, deve

beneficiar todos os segmentos industriais e agropecuários presentes, embora a oscilação de preços mundiais dessas *commodities* possam trazer instabilidades de renda.

Também na energia, as falhas de suprimento e suas durações elevadas constituem-se em fator desestimulante para novas localizações industriais.

Uma ameaça à Região reside na potencial crise associada às pequenas propriedades rurais, pressionadas pela expansão das culturas empresariais e pelas dificuldades de acesso a novas tecnologias e financiamentos que ampliem suas produções e, em alguns casos, às imposições de preços e condições de multinacionais.

O crescimento de matrículas no ensino médio representa uma oportunidade consistente, pela possibilidade de ampliar os anos de escolaridade da população sem necessidade de grandes investimentos em infra-estrutura. A diversificação produtiva agroindustrial, assim como o setor terciário, exigirão capacitações crescentes, que a boa base de universidades e centros de treinamentos existentes poderá suprir, desde que o eixo urbano-industrial presente seja acessível à toda a Região.

Apesar da existência de bens paisagísticos e culturais (Salto do Yucumã e Missões), a Região, pelas distâncias a mercados e baixas infra-estruturas turísticas, não é atrativa como ponto turístico. O APL Rota das Missões, do Sebrae, e a melhoria da infra-estrutura, inclusive com o aeroporto de Santo Ângelo, poderão dinamizar um pouco essa atividade.

Potencialidades, Restrições, Oportunidades e Ameaças: As potencialidades regionais estão ligadas aos seus setores produtivos promissores, todos apresentando taxas positivas de crescimento, assim como a sua capacidade de atrair investimentos nesses e em outros setores e ampliar a produtividade regional. A boa capacitação de produção de conhecimento, propiciada pelas universidades regionais e centros e pólos de pesquisa, deve contribuir para essa maior produtividade, por meio de inovações adequadas às condições regionais. A Matriz SWOT a seguir (**Quadro 3.2.2**) congrega o conjunto de potencialidades, oportunidades, restrições e ameaças que incidem e tendem a continuar incidindo no Cenário Tendencial já traçado.

Elementos Estratégicos da Região Funcional 7: A avaliação da matriz SWOT da Região permite identificar alguns aspectos importantes para o planejamento regional:

- A) Setor de máquinas agrícolas relevante e competitivo.
- B) Desvantagem locacional reforçada por deficiente malha de transporte.
- C) Grandes desigualdades internas.
- D) Perda de competitividade do pequeno produtor rural.
- E) Perdas agrícolas associadas à escassez hídrica, especialmente das culturas empresariais.

A) Setor de máquinas agrícolas relevante e competitivo

A Região conta com um eixo urbano-industrial centrado na produção de máquinas e equipamentos agrícolas que se estende de Horizontina (Fronteira Noroeste), passando por Santa Rosa, onde concentram-se as chamadas máquinas agrícolas automotrizes; e alcançando Ijuí e Panambi (Noroeste Colonial), onde concentra-se a Pós-Colheita, com equipamentos para silos, armazéns, secadoras e eletroeletrônica de controle desses equipamentos. Esse eixo tem recebido o maior crescimento urbano, ressentindo-se, no entanto, de políticas urbanas que imprimam maiores condições sociais e de infra-estruturas, que permitam espalhar sua influência para as “periferias” do restante da Região. Tanto em Horizontina-Santa Rosa, como em Ijuí-Panambi, registra-se a presença de empresas que são *benchmarks* em nível mundial (AGCO e John Deere), porém integrando grupos locais e o arranjo produtivo existente.

No caso das máquinas agrícolas automotrizes de Horizontina, a concentração industrial pela John Deere causou a tendência das pequenas e médias se tornarem sistemistas da grande. Em Santa Rosa, ao contrário, as dificuldades de integração são maiores e a tendência é que as pequenas e médias produzam peças e componentes para segmentos de metal-mecânica do país ou exterior. Das 20 empresas do segmento nessas cidades, a maioria são pequenas e médias (70%), contando com até 49 empregados. Já para o APL Pós-Colheita, a dominância é de pequenas

indústrias (das 26 localizadas em Ijuí, Panambi e Condor, 50% têm até 10 empregados e 80% até 49 empregados), a integração vertical e a cooperação interempresarial existem e é considerado exemplo nacional de arranjo produtivo. A produção é de descarregadores, transportadoras, limpeza, secadoras, silos, com sensores associados, além de pivôs centrais para irrigação, sendo o maior pólo de galvanização. Algumas empresas constituem-se em *benchmarks* nacionais (Focking, Kepler Weber, Metalsaur, Brunning Tecnometal).

Várias iniciativas conjuntas já foram realizadas, desde uma central de compras, *marketing*, produção limpa – selo verde – capacitação de recursos humanos (pelo Colégio Evangélico, Senai, Unijuí) e inovação tecnológica – Citec.

Esse segmento vem apresentando taxas altas de crescimento e apresenta vantagens competitivas no Fronteira Noroeste, mas também com menores vantagens no Noroeste Colonial. A participação do Brasil no mercado mundial de máquinas agrícolas elevou-se de 1% para 2% entre 1999 e 2003, demonstrando tanto as potencialidades de ampliar sua participação, como a inserção desse segmento no cenário mundial competitivo e aberto baseado em tecnologias intensivas em progresso técnico e em processos organizacionais inovadores.

Os APLs de Máquinas Agrícolas e Pós-Colheita existentes, incentivados pelo Sebrae, constituem-se em oportunidades para a consolidação e desenvolvimento dos elos dessa cadeia. Entretanto, o baixo nível de serviço do suprimento de energia, com duração de falhas excedendo limites aceitáveis pela Aneel, além do gargalo representado pela linha de transmissão até Horizontina, representa uma ameaça a este setor.

B) Desvantagem Locacional Reforçada por Deficiente Malha de Transporte

A Região encontra-se na fronteira do Estado, distante dos principais centros de desenvolvimento e dos países vizinhos, fortemente barrada pelas barrancas do Rio Uruguai, sem travessias para a Argentina, o que a torna término compulsório do território gaúcho a oeste. Dessa forma, obriga-se a voltar-se para três direções onde conecta-se com outros espaços e mercados externos: a rota norte, para Santa Catarina e o restante do país, via BR-386 e ferrovia; a rota para Porto Alegre e Porto de Rio Grande, também via BR-386 ou BR-392 e ferrovia; e a rota para a Argentina, via São Borja e Uruguaiana, via BR-285. Ou seja, as principais rotas de acesso a mercados são sempre externas a ela.

Essa contenção física a oeste e a necessidade de acessar outras regiões em busca de mercados são agravadas pela pouca conectividade interna entre os municípios, com porções do território onde o acesso físico é precário: entre os COREDEs Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial, a sudeste deste último, e em várias grandes porções do Missões.

Considerando sua base produtiva industrial principal, de máquinas e equipamentos agrícolas, os mercados da Argentina e Centro-Oeste são grandes oportunidades de expansão. As precárias ligações viárias e ferroviárias com esses espaços e os problemas relativos às redes de transmissão de dados podem ser obstáculos.

A ineficiência de transportes, inclusive com ramal ferroviário desativado, determina custos de transportes altos para acesso a mercados, tanto os de Porto Alegre como os externos, acessados por Uruguaiana ou Rio Grande. Os gargalos já identificados em transportes concentram-se em vários modais e trechos: no ramal ferroviário entre Cruz Alta e Santa Rosa; em seis trechos da BR-342, (Cruz Alta-Horizontina); cinco trechos da BR-285 (Ijuí a Uruguaiana); dois trechos na 344 (Santo Ângelo-Santa Rosa); trecho na RS-468 (Três Passos-Ijuí); trechos na RS-472 e RS-317 (radiais de ligação entre eixos norte-sul); trecho na inter-regional BR-158 (rumo à Região 9), trechos nas RS-168, RS-330 e RS-571, internas, além da falta de asfaltamento em acessos a 24 sedes municipais, que dificultam escoamentos de produções.

C) Grandes Desigualdades Internas

A Região enfrenta grandes desigualdades sociais e econômicas internas, principalmente quando se comparam os COREDEs Fronteira Noroeste e Missões. Tanto em termos de base produtiva como de indicadores sociais, as distorções são relevantes. O eixo mais consolidado é justamente o urbano-industrial formado por Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Santo Ângelo, Ijuí e Panambi. O desafio regional consiste em difundir os benefícios desse eixo às áreas periféricas da porção sul e oeste do Missões e da porção norte do Noroeste Colonial.

O setor terciário, em expansão, dependerá, para seu desenvolvimento e modernização,

da ampliação da base produtiva regional e do aumento da renda per capita que, no Cenário Tendencial, deve concentrar-se ainda mais, com apenas uma tênue diminuição da pobreza. Essa concentração de renda e a pequena redução da pobreza esperada persistirão como obstáculos à entrada de alunos nas universidades, especialmente porque são pagas.

A requisição de novas tecnologias, industriais ou agropecuárias, para tornar seus segmentos progressivamente mais eficientes, especialmente nas pequenas empresas dominantes, encontra severas restrições na baixa escolaridade, especialmente no ensino superior, que reduz o pessoal disponível para concepção e implantação de inovações.

D) Perda de Competitividade do Pequeno Produtor Rural

A maior ameaça reside na crise associada às pequenas propriedades rurais, que se constituem em 90% das empresas agrícolas regionais, o segundo percentual do Estado, concentrando-se especialmente no Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e norte do Missões. Ao mesmo tempo em que esses pequenos produtores rurais representaram historicamente a base do desenvolvimento agrícola, urbano, industrial, associativista e cultural do Estado, atualmente são pressionados pela expansão das culturas empresariais (soja, trigo), caracterizadas pela mecanização, grandes extensões e capital, que restringem os ganhos produtivos, como pelas dificuldades de acesso a novas tecnologias e financiamentos que ampliem suas produções e, em alguns casos às imposições de preços e condições de multinacionais.

Os financiamentos agropecuários para a Região ampliaram-se de 12,7% para 14,3% do total estadual, entre 2002 e 2003, alcançando cerca de R\$ 706 mil neste último ano, sendo a terceira posição do Estado em volume de recursos. Também em termos de número de contratos, posiciona-se como a terceira do Estado, com 82,9 mil, o que resulta em baixos valores médios por empréstimo (R\$ 9,6 mil). Dos recursos financiados, 65% são direcionados para custeio agrícola, e a maioria (50%), para o COREDE Noroeste Colonial.

Tabela 3.2.4 – Financiamentos Agropecuários na Região (RF7)

COREDES	Número de Contratos	Participação no Estado (%)	Valor (R\$ 2003)	Valor médio Contratos (R\$ 2003)	Participação no RS (%)
Fronteira Noroeste	27 328	5,3	224.923	8 230	4
Missões	21 743	4,2	224.308	10 316	4
Noroeste Colonial	33 795	6,6	346.894	10 264	6
Total	82	16,1	706 125	9 607	14,3

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Esses baixos montantes unitários de financiamentos agrícolas apontam para sua utilização por pequenos produtores rurais, sendo um dos responsáveis pela manutenção desse tipo de propriedade rural, familiar, proporcionando capital de giro anual.

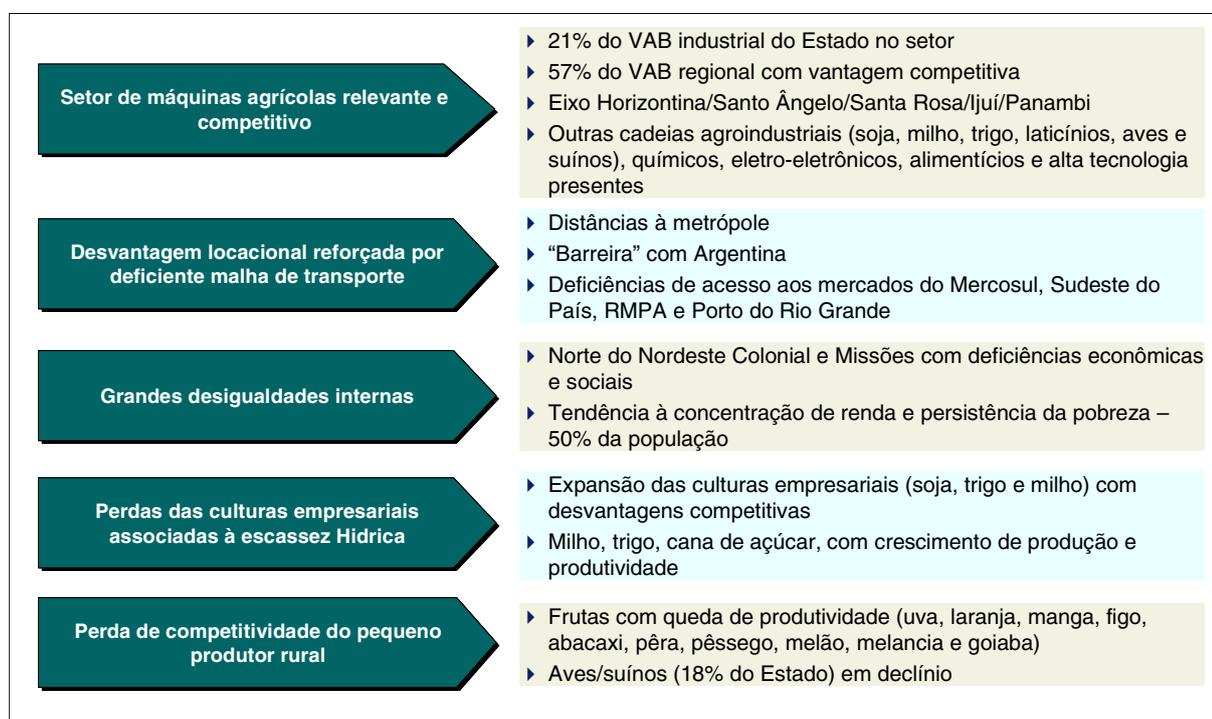
A criação de um novo modelo para esses contingentes, nesta e em outras regiões, será o desafio do Estado, incentivando produções menos extensivas, de maior valor agregado, adaptadas tecnologicamente e voltadas para o mercado interno e exportações. Assistência técnica acoplada às linhas de créditos e financiamentos para os pequenos agricultores, de modo a reverter produções para culturas mais rentáveis; base de tecnologia e inovações regionais, inserindo fortemente as três universidades regionais e seus *campi*, Fepagro, Emater e Pólo de Inovação Tecnológica; o fortalecimento da assistência técnica e infra-estruturas que proporcionem alta acessibilidade, são requisitos desse novo modelo.

E) Constantes perdas agrícolas associadas à escassez hídrica, especialmente das culturas empresariais

As perdas com culturas empresariais pelos períodos de escassez de água na seca, como soja e milho, têm se situado em torno de 30% na última década e se tornado mais constantes (em 10 anos houve sete reduções de safras), o que limita os ganhos e, especialmente, as possibilidades de estruturar uma agroindústria que se baseie em ofertas firmes e constantes de produtos. Como a Região depende fortemente da agropecuária e da agroindústria, ações voltadas à regularização das ofertas de água serão importantes na consolidação desse papel. Além de evitar as perdas, a possibilidade de irrigação quase duplica a produtividade de grãos (na soja, de 2,4 mil kg/ha para entre 4 a 5 mil kg/ha). As principais questões

decorrentes desses elementos estratégicos são visualizados na **Figura 3.2.23**.

Figura 3.2.23 – Elementos estratégicos da RF7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Visão Estratégica da Região Funcional 7

A visão estratégica para a Região 7 será posicioná-la:

♦ Como grande centro exportador para o Mercosul, Centro-Oeste e outros países de máquinas e equipamentos agrícolas e outros bens industriais que estão se ampliando na Região: produtos de origem animal; óleos comestíveis; alimentos e laticínios; eletro-eletrônicos; e material de transportes, dada sua localização estratégica em relação a esses mercados.

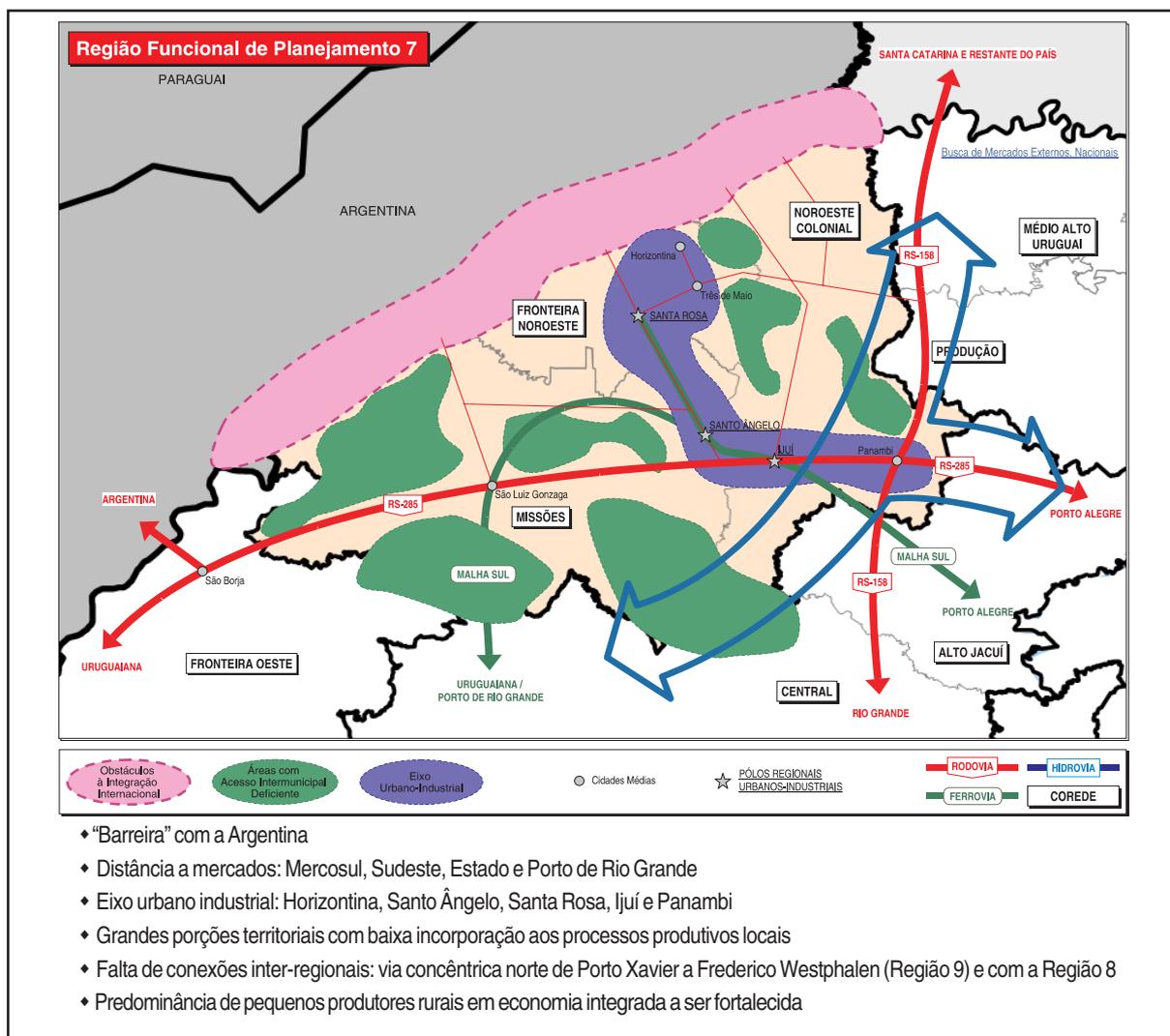
♦ Como grande produtora de grãos. Para isso, as questões de infra-estruturas, as soluções operacionais nos portos secos de Uruguaiana, Porto Xavier e São Borja, a regularização da oferta de águas e maior empreendedorismo serão obstáculos a serem vencidos. Nesse posicionamento, será fundamental inserir os pequenos produtores rurais, dominantes na estrutura fundiária regional, em produções que objetivem mercados estaduais e nacionais.

♦ Como fornecedora de produtos agropecuários diversificados e competitivos, com bases associativistas dos seus pequenos produtores. Esta Região tem demonstrado potencial para se tornar um grande centro produtor e exportador de produtos industriais bem como é a segunda maior produtora de grãos do Estado.

♦ Dadas as distâncias ao mercado metropolitano, seu maior desafio será se inserir fortemente nos mercados do Centro-Oeste e Sudeste brasileiro e da Argentina, frente aos quais mantém posicionamento locacional estratégico e espalhar os benefícios desse eixo urbano mais consolidado às áreas periféricas da porção sul e oeste do Missões e da porção norte do Noroeste Colonial. Essa contenção física e a necessidade de acessar outras regiões em busca de mercados são agravadas pela pouca conectividade interna entre as sub-regiões constituintes: entre os COREDES Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial (Três Passos-Horizontina), a sudeste do Fronteira Noroeste (Ijuí-Palmeira das Missões), e em várias porções do Missões (Catuípe-Santo Ângelo, Santa Rosa-Porto Xavier, entre outras). O eixo viário mais consolidado é justamente o urbano-industrial formado por Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Santo Ângelo, Ijuí e Panambi.

Os fatores e desafios estratégicos para a Região estão registrados na **Figura 3.2.24**.

Figura 3.2.24 – Fatores Estratégicos na RF 7

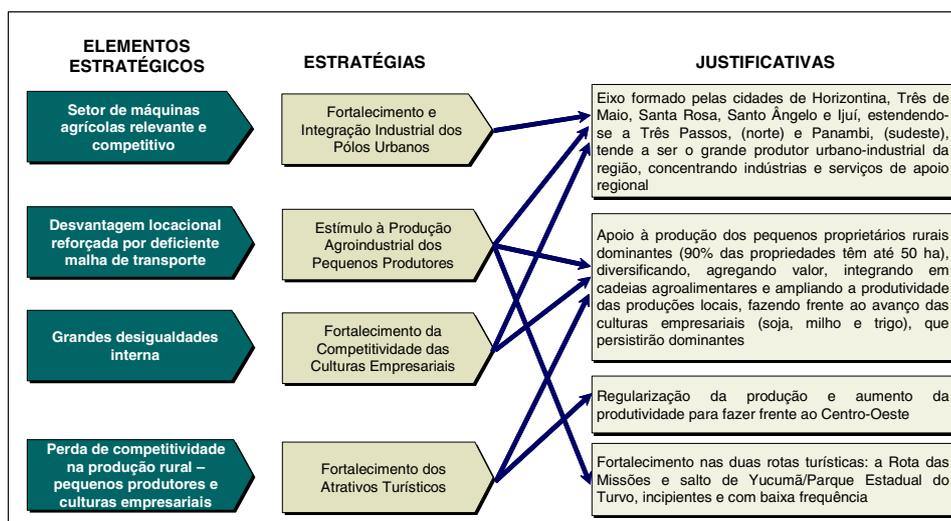


Fonte: Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Estratégias Propostas para a Região Funcional 7

Para cumprir esses três papéis as estratégias para a Região situam-se em quatro vertentes, que atendem aos elementos estratégicos, como registra a **Figura 3.2.25**.

Figura 3.2.25 – Elementos Estratégicos x Estratégias Regionais da RF 7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

ESTRATÉGIA 1 – FORTALECIMENTO INDUSTRIAL PELA CONSOLIDAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS PÓLOS URBANO-INDUSTRIAIS

A Região ainda é altamente dependente dos mercados do Rio Grande do Sul em suas produções, conforme registra a **Tabela 3.2.7**. O fortalecimento e apoio à Região exige ações multissetoriais voltadas à dinamização e inovação agroindustrial e industrial dos centros urbanos principais e à integração física entre esses espaços, permitindo a circulação interna de cargas e pessoas rumo a serviços mais próximos e a mercados externos.

Justificativa para a Estratégia 1

O eixo formado pelas cidades de Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí, estendendo-se a Três Passos, ao norte, e a Panambi, a sudeste, tende a ser o grande produtor urbano-industrial da Região, concentrando as indústrias e os serviços de âmbito regional de apoio. Tanto nos centros mais antigos (Horizontina e Santa Rosa, com equipamentos agrícolas

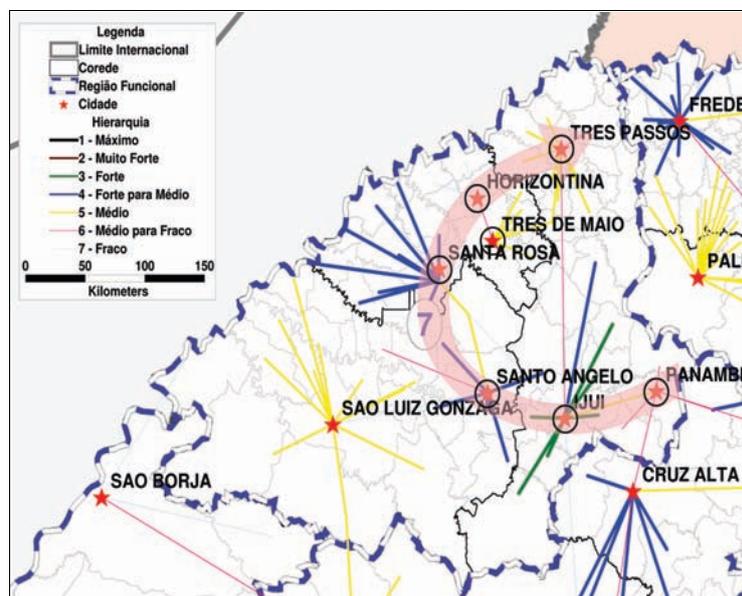
automotrizes) como nos emergentes (Panambi e Condor, com equipamentos Pós-Colheita), a tendência será aprofundar a industrialização a partir do crescimento das exportações¹.

Objetivos da Estratégia 1

O principal objetivo para esta estratégia é o crescimento do PIB industrial da Região em 10% acima do Cenário Tendencial, ou seja, 5,9% ao ano. Um objetivo secundário é dobrar as exportações – ou seja, atingir respectivamente nos COREDES:

- ♦ Missões: 19%, contra os 9,5% atuais
- ♦ Fronteira Noroeste: 15%, contra os 7,2% atuais
- ♦ Noroeste Colonial: 3,5%, contra os 1,6% atuais.

Figura 3.2.26 – Eixo Regional com os Centros Urbano-Industriais (RF 7)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Tabela 3.2.5 – Distribuição do Valor Agregado Bruto (2002) dos COREDES da RF 7 por Destino

COREDE	Mercado RS (%)	Exportações (%)
Missões	64	9,5
Fronteira Oeste	68	7,2
Noroeste Colonial	81	1,6

Fonte: Desenvolvimento e Disparidades Regionais no RS – Joal Rosa e Rogério Porto

Tabela 3.2.6 – Balizamento de Objetivos da Estratégia 1 da RF 7

Região Funcional 7	PIB Industrial – R\$ 000				
	2003	Cenário Tendencial		Cenário Desejado	
	Valor	Valor	CAGR %	Valor	CAGR %
	1.833.360	3.434.160	5,4%	3.650.255	5,9%

Fonte: Contas Nacionais – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Ações para a Estratégia 1: As ações estão sintetizadas na **Figura 3.2.33** e serão detalhadas no Plano Estratégico, no item subsequente deste capítulo, de modo funcional à programação orçamentária.

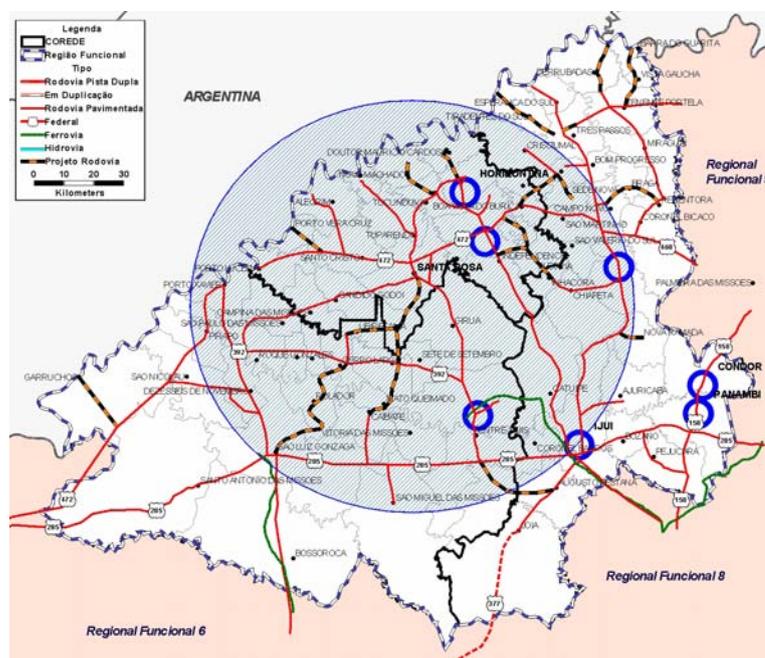
¹ Desenvolvimento e Disparidades Regionais no RS – Joal Rosa e Rogério Porto – 2005 – pg 69

ESTRATÉGIA 2 – COMPETITIVIDADE AGROINDUSTRIAL DOS PEQUENOS PRODUTORES

Trata-se de apoio à produção dos pequenos proprietários rurais dominantes (90% das propriedades da Região têm até 50 hectares), diversificando, agregando valor, integrando em cadeias agroalimentares e ampliando a produtividade das produções locais, de modo a fazer frente ao avanço das culturas empresariais (soja, milho e trigo), que persistirão dominantes.

As atividades de suínos (terceiro produtor estadual) e de frutas (manga, figo, abacaxi, pêra, goiaba, mamão, banana, melancia, abacate, cítricos), batata-doce e amendoim, adequadas às pequenas propriedades, integradas a agroindústrias, poderão ser incentivadas por meio de ações conjuntas. A Região é *benchmark* estadual em algumas culturas permanentes, como abacate (Missões) e mamão (Noroeste Colonial)¹.

Figura 3.2.27 – Predominância de Pequenos Produtores Rurais na RF7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Justificativa para a Estratégia 2

As pequenas propriedades rurais são responsáveis pela grande população rural ainda presente na Região (38%), talvez pela aferição de renda não monetária na agricultura familiar, contribuindo, desta forma, para a baixa renda média prevalente (68% da renda média do Estado). O apoio à produção de animais de pequeno porte e às frutas, adequados às pequenas propriedades, deve se pautar pela aptidão das terras aos plantios – cítricos, abacaxi, pêsego, banana – como registra a **Figura 3.2.28**.

O fortalecimento do eixo urbano-industrial (Estratégia 1) e das culturas empresariais (Estratégia 3) não deverá incrementar ainda mais as grandes imigrações urbanas que estão ocorrendo (1,1% a.a.), em detrimento do esvaziamento rural (-2% a.a.).

Objetivos da Estratégia 2

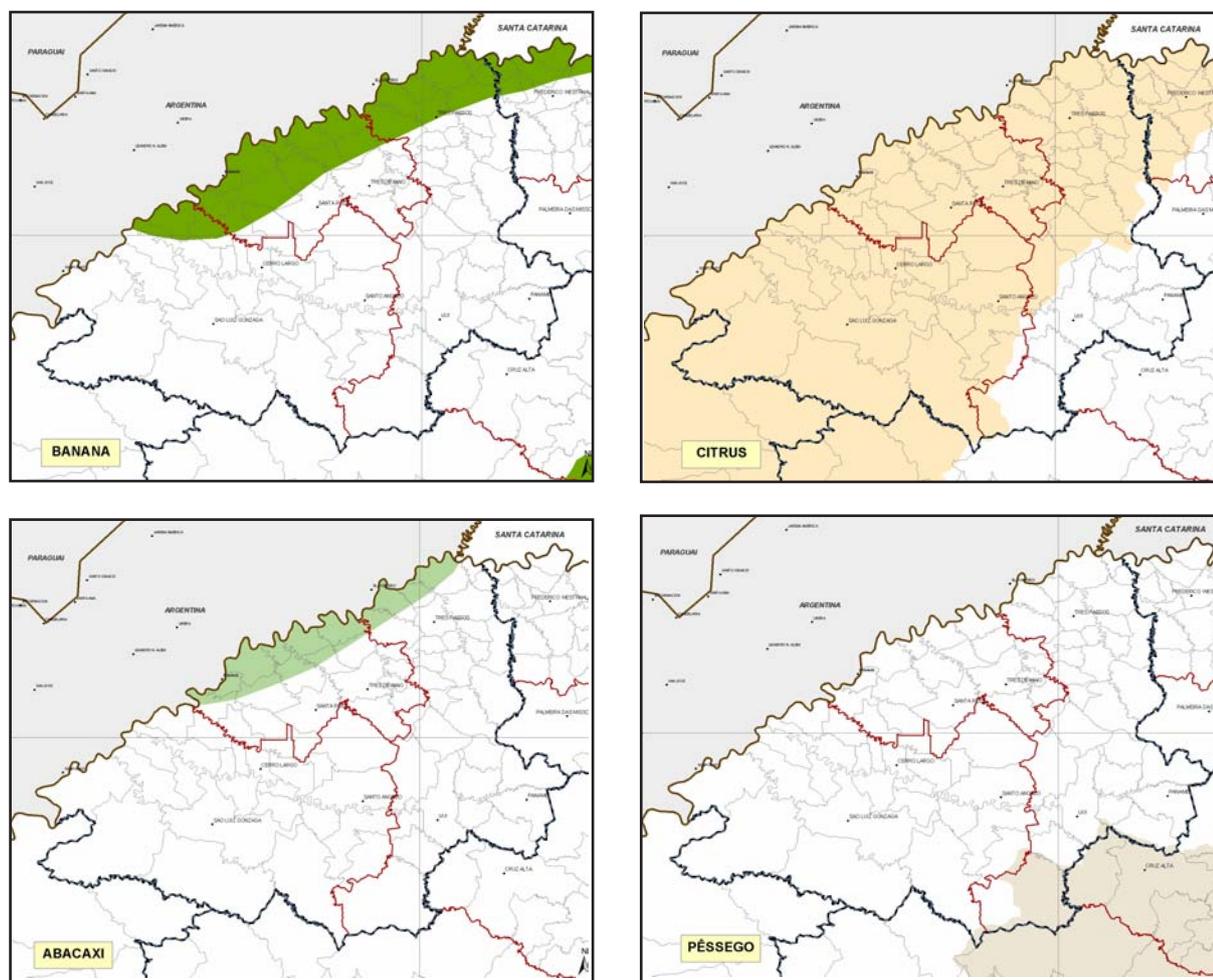
O principal objetivo para esta estratégia é a manutenção do crescimento da produção de frutas e a recuperação do crescimento para os rebanhos de aves e suínos e de leite. Frutas crescerão a taxas semelhantes às atuais, enquanto os rebanhos de aves e suínos e a produção leiteira não mais se reduzem, como aconteceu entre 1996, 2001 e em 2003, e

Tabela 3.2.7 – Balizamento de Objetivos da Estratégia 3 da RF7

Produto	Período de Referência	CAGR Referencial	Valor de Referência	CAGR Projetado	Valor 2015
Produtos adequados a pequenas propriedades – Aves, Suínos, Frutas					
Rebanho de Aves	2001 – 2003	-9,03%	3,1 milhões de cabeças	1,0%	3,3 milhões de cabeças
Rebanho de Suínos	2001 – 2003	-3,37%	0,7 milhões de cabeças	1,0%	0,8 milhões de cabeças
Produção de Frutas	1996 – 2003	7,27%	R\$ 49,2 Bilhões	7%	R\$ 110,8 bilhões
Produção de Leite	1996 – 2003	-3,98%	578,3 milhões de litros	1,0%	651,6 milhões de litros

Fonte: Secretaria da Fazenda, Pesquisa Produção Pecuária e Produção Agrícola Municipal – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Figura 3.2.28 – Áreas Aptas para Frutas – Banana, Cítricos, Pêssego e Abacaxi na RF 7



Fonte: Governo do Estado, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

passam a experimentar um pequeno crescimento de cerca de 1,0% a.a.. A **Tabela 3.2.7** mostra esses objetivos:

Assim, têm-se como objetivos específicos:

- ♦ Alcançar, em 2015, os patamares de 3,3 milhões e 0,8 milhões de cabeças de aves e suínos respectivamente
- ♦ Alcançar, em 2015, o patamar de R\$ 110,8 bilhões com a produção de frutas nesta Região
- ♦ Alcançar uma produção de 651,6 milhões de litros de leite.

Ações para a Estratégia 2: As ações estão sintetizadas na **Figura 3.2.33** e serão detalhadas no Plano Estratégico, no item subsequente deste capítulo, de modo funcional à programação orçamentária.

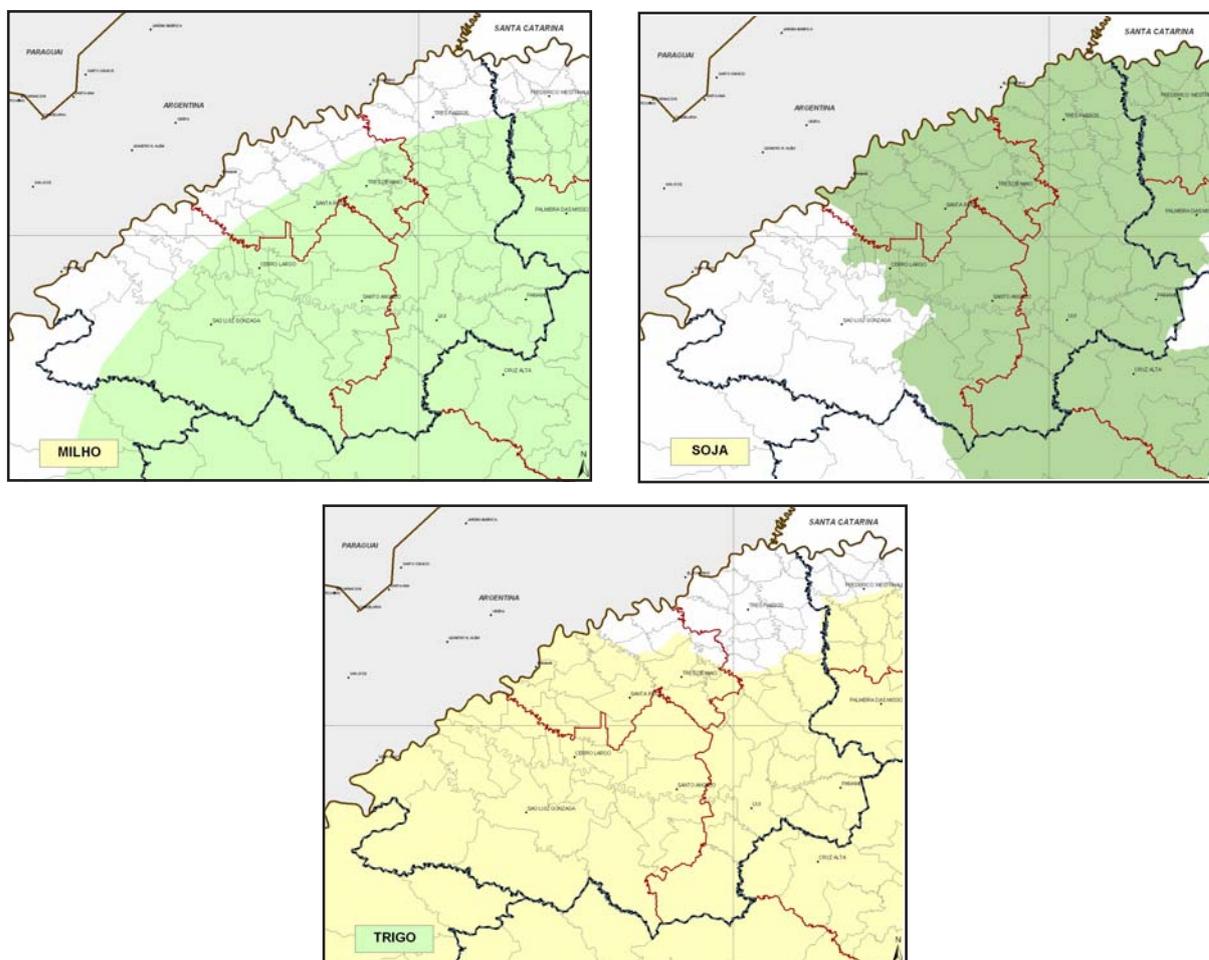
ESTRATÉGIA 3 – FORTALECIMENTO DA COMPETITIVIDADE DAS CULTURAS EMPRESARIAIS

A Região está quase totalmente inserida em áreas aptas para grãos, como soja, milho e trigo, como registra a **Figura 3.2.29**. Desta forma, as culturas empresariais precisam ser fortalecidas principalmente pelo aumento de produtividade. Os freqüentes problemas de seca no Estado têm se mostrado o principal fator que impede o aumento desta produtividade, já que vêm ocorrendo perdas de quatro em cada 10 safras.

Justificativa para a Estratégia 3

As secas ocorridas no Estado nos últimos anos vêm freqüentemente ocasionando perdas

Figura 3.2.29 – Áreas Preferenciais para Grãos – Milho, Soja e Trigo na RF 7



Fonte: Governo do Estado, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

de safras e prejudicando a competitividade da Região, principalmente em relação ao Centro-Oeste brasileiro. Mesmo que o clima seja favorável nos anos vindouros, os prejuízos que as secas trazem à soja são por demais graves para serem ignorados, ainda mais quando se considera que a Região possui capacidade hídrica superficial para amenizar tais problemas. Portanto, é essencial um programa de expansão das culturas irrigadas. O sucesso das áreas irrigadas no Alto Jacuí mostra que resultados podem ser obtidos e que a estratégia de irrigação é uma maneira de ampliar a produtividade das culturas. No caso da soja, por exemplo, foi possível elevar a produtividade para mais de 5 t/ha contra 3,13 t/ha obtidos na média anualmente. São necessárias, portanto, medidas de regularização da oferta hídrica, de forma a evitar perdas e ampliar produtividades.

Esta estratégia irá permitir estabilizar a oferta dos principais produtos da Região, potencializando a atuação da agroindústria, garantindo a produção e, por conseguinte, assegurando a agregação de valor ao longo da cadeia. A eficiência produtiva para os principais produtos da Região, versus o *benchmark* nacional (100%), é de 76% para o trigo, 54% para o milho e apenas 14% para a soja (100%), conforme a **Tabela 3.2.8** abaixo. A escassez hídrica constitui o principal fator para esta diferença, mesmo estando a Região, como já ressaltado, quase que totalmente inserida em zonas preferenciais para a produção de grãos como milho, soja e trigo (vide o Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado²).

Tabela 3.2.8 – Eficiência Produtiva – Comparada RF 7 (Somente entre os produtores de cada produto)

Região/Produto	Milho	Trigo	Soja
Região Funcional 7	0,54	0,76	0,14
Benchmark Brasil (100%)	Estado do Mato Grosso	COREDE Médio Alto Uruguai (RF 9)	Estado do Mato Grosso

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Para permitir irrigações

² Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado – Embrapa/Secretaria da Agricultura - 1994

Justificativa para a Estratégia 4

A Rota ou Caminho das Missões, congregando as estradas e ruínas das antigas missões jesuíticas dos 7 Povos das Missões, considerado patrimônio da humanidade, vem sendo incentivado à exemplo do Caminho de Santiago de Compostela da Espanha, com caráter místico e histórico-cultural, embora precário e deficiente em termos de infra-estruturas. A rota percorre estradas em terra desde Santo Ângelo, passando por São João Batista (Entre Ijuís), São Miguel das Missões (único recuperado), São Lourenço, São Luis Gonzaga e São Nicolau, como registra a **Figura 3.2.31**.

O Salto de Yucumã, no Rio Uruguai, com 1.800 metros, é o maior do mundo em extensão e fica situado no conjunto do Parque Estadual do Turvo, localizado no município de Derrubadas, limite com Santa Catarina.

Objetivos da Estratégia 4

O principal objetivo é aumentar a taxa média de ocupação para os leitos disponíveis na região das Missões, atingindo um fluxo de aproximadamente 259 mil turistas/ano.

A Região do Noroeste Colonial possui cerca de 280 quartos, que são utilizados primordialmente por turismo de negócios – não fazem parte, portanto, do cálculo do fluxo desejado de turistas na Região. Além disso, têm-se como objetivo a instalação inicial de uma infra-estrutura hoteleira mínima – cerca de 50 quartos, pelo menos – na própria Região do Salto do Yucumã e Parque Estadual do Turvo.

Ações para a Estratégia 4: As ações estão sintetizadas na **Figura 3.2.33** e serão detalhadas no Plano Estratégico, no item subsequente deste capítulo, de modo funcional à programação orçamentária.

Figura 3.2.31 – Rota ou Caminho das Missões (RF 7)



Fonte: Rota das Missões, 2005

Plano Estratégico para a Região Funcional 7

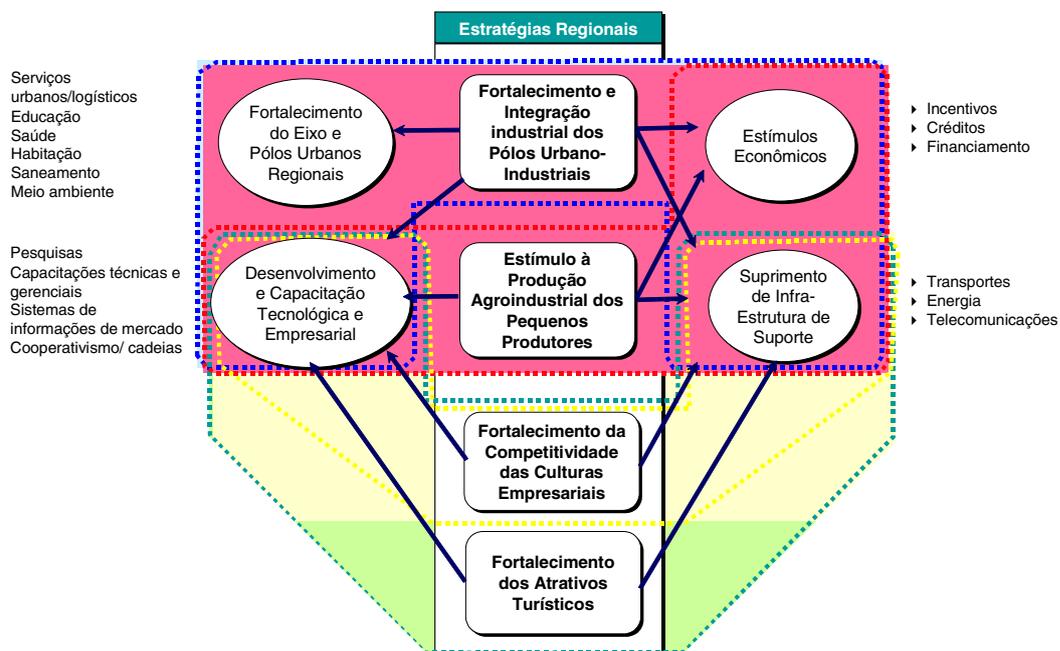
As ações multissetoriais destinadas a implementar essas estratégias são visualizadas na **Figura 3.2.32**. O conjunto de programas e projetos está sintetizado na **Figura 3.2.33**.

Os Programas e Projetos constituintes desses Agrupamentos são delineados na seqüência, em termos de uma programação que registra, para cada um deles, justificativas, escopo, metas, órgãos intervenientes, recursos necessários e fontes de recursos, delineando, assim, um Plano Regional articulado.

Deve-se ressaltar que muitas das propostas, especialmente em áreas que operam em redes, como infra-estruturas de transportes, energia ou telecomunicações, e empreendimentos que situam-se em outras Regiões beneficiam ou impactam negativamente esta Região. É o caso, por exemplo, de rodovias que atravessam o Estado conectando várias regiões à metrópole ou Rio Grande e linhas de transmissão que trazem energia de outras regiões. Portanto, os benefícios e custos regionais dessas propostas não podem ser apreendidos apenas pelos volumes de recursos das propostas incidentes na Região, mas eles só serão devidamente apreendidos pelo resultado conjunto do Cenário Propositivo para o Estado e regiões, que leva em conta essa conectividade e que está sintetizado no Volume 1.

Outros projetos de interesse para a Região foram identificados e estão registrados na **Tabela 3.2.10**.

Figura 3.2.32 – Ações Multissetoriais Exigidas pelos Agrupamentos Regionais (RF7)



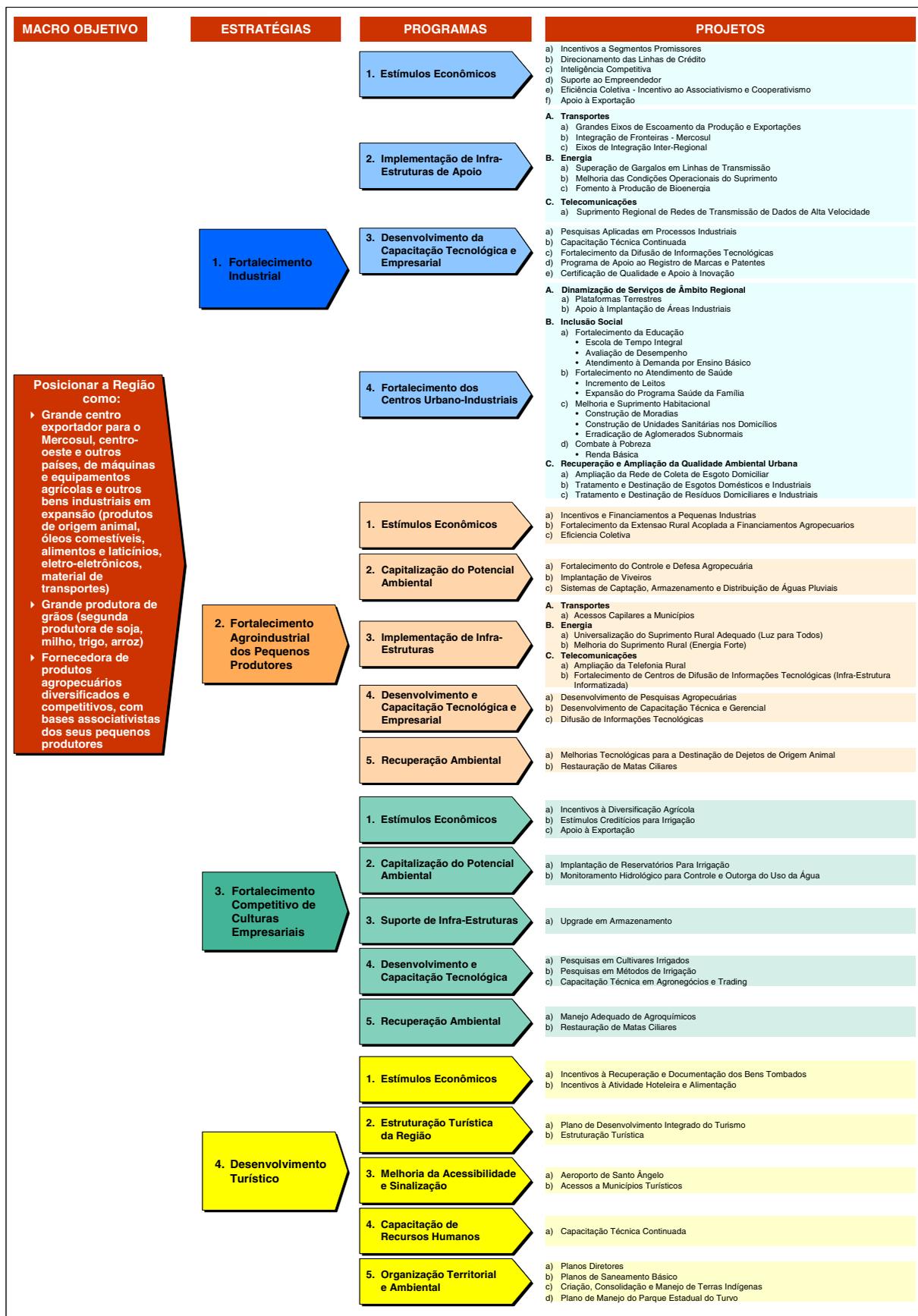
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Tabela 3.2.10 – Outros Projetos de Interesse para a RF7 (R\$ Mil)

Área	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
1 – Inclusão Social	1 – Melhoria do Atendimento em Educação Básica	1 – Eliminação do Analfabetismo	562	2.251	2.251	5.064
		2 – Escola de Tempo Integral	2.162	8.991	11.132	22.285
		3 – Avaliação de Desempenho	6	12	12	31
		4 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	54.912	80.648	123.653	259.213
	2 – Melhoria do Atendimento em Saúde	1 – Ampliação de Empregos Médicos	8.854	12.525	13.821	35.199
		2 – Ampliação de Empregos de Enfermeiros	2.183	4.143	5.151	11.477
		3 – Expansão do Programa Saúde da Família	5.088	10.656	16.512	32.256
	3 – Melhoria das Condições de Habitação	1 – Redução do Déficit Habitacional Urbano	24.133	43.346	42.347	109.826
		2 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	2.119	3.907	-	6.027
		3 – Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	408	763	763	1.935
4 – Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico	1 – Rede de Distribuição de Água	8.286	14.685	13.438	36.409	
	3 – Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	2.140	5.611	6.942	14.693	
5 – Combate à pobreza	1 – Renda Básica	98.174	196.348	196.348	490.870	
<i>Total do Programa</i>			209.028	383.888	432.369	1.025.284
2 – Manutenção do Potencial Ambiental		1 – Criação, Consolidação e Manejo de Áreas Protegidas	1.900	4.750	2.850	9.500
		2 – Proteção e Criação de Unidades de Conservação nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	7.000	17.500	10.500	35.000
		3 – Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado	27	67	40	133
		4 – Incentivos à Produção Agroecológica	2.542	6.355	3.813	13.310
<i>Total do Programa</i>			11.469	28.672	17.203	57.343
3 – Planejamento Regional e Governança Moderna e Participativa		1 – Capacitação para o Planejamento e Ordenamento Territorial	553	1.106	1.106	3.365
		2 – Capacitação de Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	115	230	230	575
		<i>Total do Programa</i>	668	1.336	1.336	3.340
<i>Total do Agrupamento</i>			221.164	413.896	450.908	1.085.967

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.2.33 – Gráfico de Objetivos e Meios para a RF 7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

É importante assinalar que a Região conta com dois programas especiais de estímulos que podem representar fontes adicionais de recursos para implementação de projetos: o Programa de Redução das Desigualdades Regionais, em elaboração pela Secretaria da Coordenação e Planejamento para financiamento do Banco Mundial, e o Programa Grande Fronteira Mercosul, do Ministério da Integração Regional.

ESTRATÉGIA 1 – FORTALECIMENTO INDUSTRIAL

Reúne o conjunto de programas e projetos destinados a fortalecer os centros urbanos regionais onde localiza-se a maioria do parque industrial e agroindustrial

Quadro 3.2.3 – Cidades Médias a Fortalecer na Região 7

Missões	Santo Ângelo; São Luiz Gonzaga
Fronteira Noroeste	Santa Rosa, Horizontina, Três de Maio
Noroeste Colonial	Ijuí; Panambi; Três Passos

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

regional, de modo a torná-los atrativos à manutenção e atração dessas atividades, em termos econômicos, urbanos, de infra-estruturas, sociais, de pesquisas e mão-de-obra capacitada, ao mesmo tempo que supera passivos existentes ou evita impactos sócio-urbano-ambientais decorrentes dessas atividades e da atração populacional que exercem. Os programas e projetos desse Agrupamento se inserem na estratégia estadual de fortalecimento das cidades médias gaúchas que, nesta Região, foram selecionadas segundo o **Quadro 3.2.3**. O conjunto de programas e projetos do Agrupamento é especificado na **Tabela 3.3.11**.

Tabela 3.2.11 – Programas e Projetos do Agrupamento de Fortalecimento Industrial- RF 7 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Subprograma	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
1 – Fortalecimento Industrial	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos a Segmentos Promissores	99.153	193.565	131.911	424.629	
			2 – Direcionamento das Linhas de Crédito	67.801	135.602	135.602	339.005	
			3 – Inteligência Competitiva	520	1.007	1.007	2.534	
			4 – Suporte ao Empreendedor	3.330	8.000	9.600	20.930	
			5 – Eficiência Coletiva – Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo	885	1.155	1.155	3.194	
			6 – Apoio à Exportação	240	360	-	600	
	<i>Total do Programa</i>				171.929	339.689	279.275	790.892
	2 – Implementação de Infra-Estruturas de Apoio	1- Transportes		1 – Grandes Eixos de escoamento da Produção e Exportações	-	81.970	248.620	330.590
				2 – Integração de Fronteiras – Mercosul	1.426	2.852	16.352	20.630
				3 – Eixos de Integração Inter-Regional	18.538	22.306	62.636	103.480
		2 – Energia		1 – Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão	33.000	17.000	4.000	54.000
				2 – Melhoria das Condições Operacionais do Suprimento	-	-	-	-
				3 – Fomento à Produção de Bioenergia	-	-	25.000	25.000
		3 – Telecomunicações			1 – Suprimento Regional de Redes de Transmissão de Dados de Alta Velocidade	-	-	-
	<i>Total do Programa</i>				52.964	124.128	356.608	533.700
	3 – Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial			1 – Pesquisas Aplicadas em Processos Industriais	8.300	20.000	24.000	52.300
				2 – Capacitação Técnica Continuada	728	1.455	1.455	3.638
				3 – Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas	1.746	3.493	3.493	8.732
				4 – Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	678	1.356	1.356	3.390
				5 – Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação	132	264	264	660
<i>Total do Programa</i>				11.584	26.568	30.568	68.720	

Agrupamento	Programa	Subprograma	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total		
(cont.) 1 – Fortalecimento Industrial	4 – Fortalecimento dos Centros Urbano-Industriais	1 – Dinamização de Serviços de Âmbito Regional	1 – Plataformas Terrestres	-	900	-	900		
			2 – Apoio à Implantação de Áreas Industriais	19.000	38.000	38.000	95.000		
		2 – Inclusão Social	1 – Fortalecimento da Educação	1.1 – Escola de Tempo Integral	3.355	9.499	11.395	23.649	
				1.2 – Avaliação de Desempenho	7	12	11	30	
				1.3 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	46.466	68.584	105.861	220.912	
			2 – Fortalecimento no Atendimento de Saúde	2.1 – Incremento de Leitos	7.619	42.986	70.065	120.670	
				2.2 – Expansão do Programa Saúde da Família	624	5.376	1.440	7.440	
			3 – Melhoria e Suprimento Habitacional	3.1 – Construção de Moradias	24.932	49.863	49.863	124.658	
				3.3 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	479	1.907	-	2.386	
				3.3 – Erradicação de Aglomerados Subnormais	124	248	248	620	
			4 – Combate à Pobreza	4.1 – Renda Básica	18.007	36.014	36.014	90.035	
				3 – Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana	1 – Ampliação da Rede de Coleta de Esgoto Domiciliar	17.707	31.161	25.531	74.399
		2 – Tratamento e Destinação de Esgotos Domésticos e Industriais	13.534		33.836	20.302	67.672		
		3 – Tratamento e Destinação de Resíduos Domiciliares e Industriais	889		2.223	1.334	4.446		
		<i>Total do Programa</i>				152.143	320.609	360.065	832.817
		<i>Total do Agrupamento</i>				388.619	810.994	1.026.516	2.226.129

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativa: Manutenção e atração industrial em segmentos industriais promissores na Região – máquinas e equipamentos agrícolas, material eletro-eletrônico e informática, material de transportes, químico, serraria, madeira e móveis, couro e calçados, produtos de origem vegetal (com ênfase em proteínas e biodiesel da soja e outras oleoginosas), papel e gráfica, laticínios e abate e preparação de carnes (suínos, aves, bovinos).

Quadro 3.2.4 – Segmentos Promissores (RF7)

Segmentos com vantagens competitivas e especialização
Máquinas/equipamentos agrícolas
Leite/laticínios
Segmentos especializados com menor competitividade
Abate e preparação de carnes (suínos)
Segmentos com menor especialização mas potenciais
Produtos de origem vegetal
Eletro-eletrônicos e informática
Material de transportes
Produtos alimentares
Alta tecnologia
Químico
Serraria, madeira e móveis
Papel e gráfica
Couro e calçados

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Quadro 3.2.5 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Fortalecimento Industrial (RF7)

Programa: Estímulos econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos a segmentos promissores	Continuidade do Fundopem com políticas de incentivos voltadas a segmentos com vantagens comparativas especializadas. Implantação de novas linhas de incentivos. Os COREDEs Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial estão relacionados para receber recursos do Programa de Redução das Desigualdades Regionais, financiado pelo Bird. Abertura de novas linhas de incentivos pelo Programa Grande Fronteira Mercosul, do Ministério de Integração Regional, também voltado ao desenvolvimento de áreas deprimidas	Adoção do critério de participação no total estadual de 6,6% no Fundopem. Direcionamento de 18,7% dos recursos do Programa de Redução das Desigualdades Regionais para a Região (proporcionalidade populacional entre os 14 COREDEs selecionados). Abertura de linhas de incentivos para segmentos promissores no Programa Grande Fronteira Mercosul	Sedai, SCP, Ministério da Integração Nacional e COREDES	Fruições do Fundopem com dotações orçamentárias específicas e retorno dos financiamentos concedidos, Programa de Redução das Desigualdades Regionais (Bird) e Programa Grande Fronteira Mercosul – Ministério da Integração Nacional
Direcionamento de linhas de crédito	Reforço das linhas de crédito ou criação de linhas especiais para segmentos promissores, delineados no projeto anterior, nos bancos de financiamento, redirecionando percentuais maiores necessários ao seu desenvolvimento	Adoção do critério de participação no total de recursos de financiamento estadual de 9,6% (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 1 – Projeto 3)	SCP, Sedai, BNDES, BRDE e Caixa RS	Bancos financiadores
Inteligência Competitiva – apoio aos APLs colheita, pós-colheita e grãos	Viabilização de Centro de Informações Competitivas dos APLs Colheita e Pós-Colheita e de grãos. Essas células deverão desenvolver atividades ligadas a marcas, patentes, prospecção de mercados para comercialização, banco de dados, cenários externos, sendo uma das células do Sistema de Inteligência Competitiva do Estado	Centro competitivo implantado até 2007	Sebrae, Sedai, sistemistas da indústria metalmeccânica de Horizontina, Faculdade de Horizontina, Unijuí, URI, prefeituras e iniciativa privada	Caixa RS, Sedai, SCP, Sebrae e iniciativa privada. Recursos para a implantação células de vigília: 70% do Estado, 30% de contrapartida local (empresas associadas, entidades gestoras e parceiros locais)
Suporte ao empreendedor	A atração de indústrias para as regiões e a alimentação de iniciativas empreendedoras endógenas devem contar com um banco de dados sobre as potencialidades e requisitos existentes em cada região e as facilidades de incentivos, créditos, legislações exigidas, logísticas, que apoiem a localização industrial. O Sebrae já presta apoio ao empreendedorismo e algumas regiões têm iniciativas de Balcão de Projetos. O desafio é estruturar esse sistema de forma unitária para o Estado, com especificidades nesta região onde é baixo o nível de empreendedorismo. Entre as iniciativas, estão a Integração e fortalecimento da atuação das universidades com Agências de Desenvolvimento e o Sebrae na estruturação de banco de dados para um balcão de projetos e no apoio ao empreendedorismo, realização Projetos e Gestão em Modelagem de Negócios, Implantação de unidade da rede de Incubadoras e Parques Tecnológicos e a capacitação para o empreendedorismo	Realização de 70 cursos, implantação de 70 projetos de novos negócios e de 25 centros (incubadoras, centrais de compras, parque tecnológico) em 10 anos	Sedai, SCP, Sebrae, Unijuí, URI, Uergs e agências de desenvolvimento	Orçamento do Estado através da Sedai e Caixa RS
Eficiência Coletiva	Existem fatores estruturais na região que elevam os custos básicos das operações produtivas, como gastos com logística, estrutura fundiária, valor da mão-de-obra clima, custos de insumos e serviços – energia, aço, combustíveis, comunicações, etc.). Porém, existem exemplos que denotam a capacidade da sociedade regional em unir esforços para suplantam obstáculos. O desafio é utilizar este capital social e seu histórico de ações coletivas para elevar o nível de eficiência econômica da região, diminuindo as desvantagens estruturais	Atuar prioritariamente nos segmentos de Colheita e Pós Colheita, onde os pequenos produtores constituem a maioria das empresas desses arranjos produtivos. Formas cooperativas de compras de insumos, busca de mercados, inovações, devem ser empreendidas para ampliar receitas e diminuir a dependência de empresas mãe	Sedai, Sebrae e Caixa RS	Orçamento estadual, Sebrae, Caixa RS e iniciativa privada

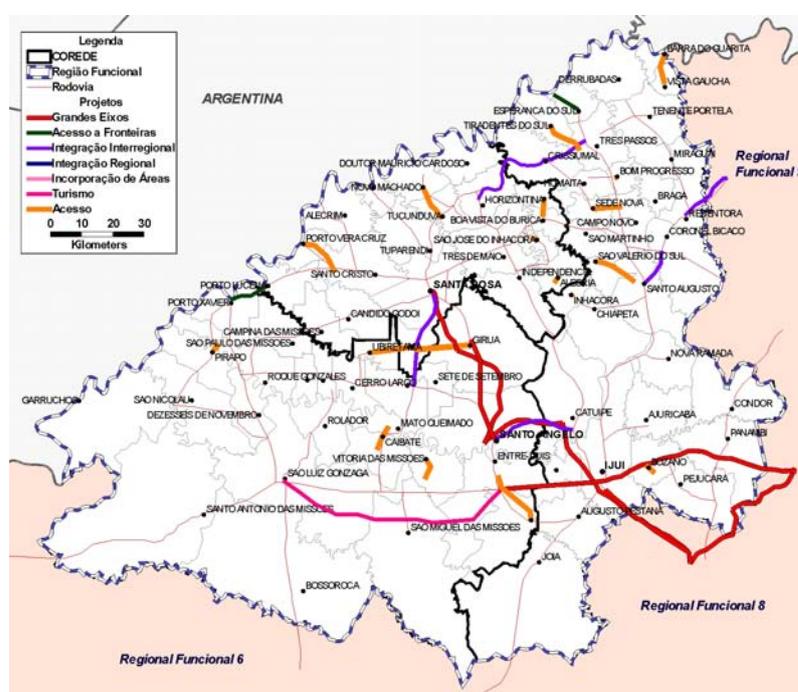
PROGRAMA 2 – IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO

Justificativa: A Região, por sua grande inserção produtiva nas exportações para o Mercosul, outros Estados e países, especialmente em grãos e máquinas agrícolas, necessita de melhorias de acessibilidade que barateiem os custos de transportes, tornando suas produções mais competitivas. Por outro lado, há deficiências de energia e de telecomunicações, que restringem as produções industriais e sua comercialização.

SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES

As propostas de intervenções em transportes para a Região são visualizadas na **Figura 3.2.24**, que engloba iniciativas de diferentes ênfases: desde eixos de conexões com outros países e Estados, passando por integrações com o Mercosul e inter-regionais.

Figura 3.2.34 – Intervenções em Transportes na RF7



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROJETOS DE MELHORIA DE EIXOS DE CONEXÕES COM O ESTADO, RMPA, PORTO DE RIO GRANDE E OUTROS ESTADOS

São os grandes eixos que articulam a Região e, especialmente, os pólos urbano-industriais com o restante do Estado, acessando esses mercados e exportações.

Tabela 3.2.12 – Eixos Principais de escoamento e Exportações – RF7 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG010	RA135*	BR-285 ¾	2 para 3 faixas de tráfego no trecho entre Carazinho e BR-158	79,28	310,14	26,84	83,25
AG010	RA136	BR-285 4/4	2 para 3 faixas de tráfego no trecho entre BR-158 e Entre Ijuís	78,6	248,62	100	248,62
AG012	RA121*	RS-344	2 para 3 faixas no trecho entre Giruá e Santo Ângelo	33,63	3,44	100	3,44
AG012	RA122	RS-342	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre Ijuí e Cruz Alta	42,28	47,08	29,56	13,92
AG015	FR001	Linha Ferroviária Cruz Alta – Santo Ângelo e Ramal Santa Rosa	Substituição de trilhos perfil TR-37 por TR-45	179	91,80	70,39	64,62
AG015	FR003	Linha Ferroviária Cruz Alta – Passo Fundo	Substituição de trilhos perfil TR-37 por TR-45	194	52,00	6,60	3,43

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

* Intervenção a ser realizada após 2015

PROJETOS DE LIGAÇÕES COM O MERCOSUL

Por tratar-se de região de fronteira, tanto com a Argentina como com Santa Catarina, há necessidade de articulações de mercados com esse país e Estado vizinho. Com melhorias na integração com a Região 9 vizinha (RS 472), as ligações com Santa Catarina ficam garantidas, podendo ser retardada a solução de travessia do Rio Uruguai em Itapiranga.

Tabela 3.2.13 – Integração de Fronteiras: Mercosul – RF 7 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG004	RC012*	VRS-322	Ponte internacional sobre o Rio Uruguai – Ligação entre Porto Soberbo (RS) e El Soberbio (Argentina)	0	3,8	100	3,8
AG004	RP228*	VRS-322	trecho entre Esperança do Sul e Porto Soberbo	11,1	10,32	100	10,32
AG012	RP226	RS-472	trecho entre Porto Xavier e Porto Lucena	14,5	13,50	100	13,50
AG036	RP189	Acesso rodoviário Porto Vera Cruz**	trecho entre Porto Vera Cruz e RS472 (dep. Sto Cristo – Porto Lucena)	16,44	7,13	100	7,13
NA	RC011*	BR-472 1/5	Ponte sobre o Rio Uruguai (Porto Xavier e S. Javier-Argentina), 2 faixas de tráfego	0,4	122,40	100	122,40

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

* Intervenção a ser realizada após 2015

** Prioridade 1 do Daer

Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2

Identificados como Necessários pelo Componente 1

SUBPROGRAMA DE ENERGIA

PROJETO 1 – RESOLUÇÃO DE GARGALOS EM LINHAS DE TRANSMISSÃO

Escopo: Resolução do gargalo existente entre Horizontina e Santa Rosa, além de outros que tendem a ocorrer pelo aumento das demandas até 2015, dimensionados de acordo com o que aponta o Plano Indicativo de Expansão de Transmissão da Região Sul. Essas soluções serão ou pela instalação de novas subestações e linhas entre essas cidades ou pela troca de condutores para capacidades acima dos atuais 69kV.

Metas: Operação com carregamento adequado não excedendo faixa de segurança.

Órgãos Intervenientes: RGE, Semc e Aneel

Recursos necessários: Estimados recursos de R\$ 9 milhões entre 2008 e 2015 para o gargalo existente, incluídos nos R\$ 54 milhões em 10 anos para o plano de expansão (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Energia).

Fontes de recursos: No que tange à expansão de redes de transmissão na faixa citada de tensão (entre 69 e 138kV), essas pertencem às concessões de distribuição, que trabalham sob supervisão da Aneel. Assim, o governo estadual não tem meios para interferência direta no tema, mas poderá agir via acordos com concessionárias e, no caso específico da Ceee, dada a participação majoritária do governo no controle da empresa, conformar alguma ação direta. Considera-se, assim, o investimento, em sua totalidade, como de responsabilidade da concessionária atuante na Região em que se localiza a linha, sendo o governo estadual um agente indireto no projeto.

PROJETO 2 – MELHORIA OPERACIONAL DAS REDES DE TRANSMISSÃO ENERGÉTICAS

Escopo: Na Região, especialmente no Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste (Duração de falhas – DEC de 133%), mas também no Missões (DEC 103%), os limites de 100% para esse tipo de operação foram superados e exigem sua regularização.

Metas: Manter o DEC e FEC (duração e frequência de falhas) dentro dos padrões máximos da Aneel.

Órgãos Intervenientes: Semc, Aneel, Agers e concessionárias.

Recursos: Concessionárias.

Fontes de recursos: Concessionária atuante na Região.

PROJETO 3 – FOMENTO À PRODUÇÃO DE BIOENERGIA

Escopo: O embasamento legal da produção e uso de biodiesel no Brasil ficou estabelecido a partir dos últimos meses de 2004 através de leis federais, que estabelecem o uso de até 5% de mistura desse produto ao diesel de petróleo. Estima-se demandas de 70 milhões de litros/ano para o território gaúcho, que deverão ser abastecidos por unidades de produção, com base na

produção de oleaginosas, entre as quais mamona ou soja, esta dominante na Região. Empreendedores privados e cooperativas já se mobilizam para a efetiva implementação e introdução dessa nova cadeia produtiva de combustível renovável no território gaúcho, para o atendimento de um mercado com grande potencial de crescimento nos próximos anos.

ESTÍMULOS À IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE PRODUTORA NA REGIÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ÁREA

Metas: Implantação de unidade produtora de biodiesel.

Recursos: Estimativa de R\$ 25 milhões (ver Plano estadual – Estratégia 1 – Programa 2– Sub-Programa de Energia).

Órgãos intervenientes: Sedai, Secretaria de Energia, Secretaria da Agricultura.

Fontes de recursos: Recursos próprios dos empreendedores e financiamento através de bancos como o BNDES, Banco do Brasil, Caixa RS, Bannisul, BRDE etc.

SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

PROJETO 1 – IMPLEMENTAÇÃO DE REDE DE TRANSMISSÃO DE DADOS DE ALTA CAPACIDADE DE USO COMERCIAL NA REGIÃO

Escopo: Formação de arcabouço institucional estadual que incentive o desenvolvimento e implementação de redes de transmissão de dados de alta velocidade, através de regulamentação de práticas de mercado, centralização de informações e consolidação de equipe de acompanhamento (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Telecomunicações – Projeto 1).

Metas: Formação do comitê de gerenciamento de recursos até 2007. Consolidação do arcabouço institucional até 2011.

Órgãos Intervenientes: RNP (além da AsRNP e Rede Tchê); MCT; MEC; Semc; empresas atuantes em setores de infra-estrutura (administradoras de rodovias, concessionárias de energia elétrica, etc.).

Recursos necessários: Trata-se basicamente de alocação de tempo de representantes dos órgãos competentes em estruturação das discussões, negociações e finalização dos produtos do comitê e institucionais.

Fontes de recursos: Órgãos e instituições intervenientes no Comitê de Gerenciamento de Recursos

PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPRESARIAL

Justificativa: A manutenção e instalação de indústrias no Estado dependem, cada vez mais, da incorporação contínua de inovações em produtos e processos que tornem seus produtos diferenciados e competitivos. Assim, os segmentos promissores na Região devem estar em contínua renovação, o que requer pesquisas aplicadas nesses segmentos, envolvendo empresas e instituições de pesquisa. Por outro lado, os recursos humanos envolvidos nessas produções continuamente inovadas, necessitam também capacitações que as acompanhem.

Também a proteção da produção intelectual, especialmente de pequenos e médios empresários característicos na Região, necessita ser reconhecida nacional e internacionalmente como forma de valor. No momento em que se está propugnando um melhor posicionamento das empresas gaúchas nas respectivas cadeias de valor, a questão da construção de marcas aparece com toda sua importância. A adequada proteção do conhecimento gerado e aplicado em inovações de processo e produto, por meio do patenteamento, pode trazer maior segurança a essas empresas, principalmente aquelas que atuam em mercados internacionalizados que, muitas vezes, não dispõem de recursos para registrar suas invenções em todos os países-chave, acabando por tornar sua patente nacional extremamente vulnerável.

Quadro 3.2.6 – Projetos do Programa Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial (RF 7)

Programa: Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Pesquisas aplicadas em processos industriais	Desenvolvimento de pesquisas aplicadas nos segmentos promissores de material elétrico-eletrônico e informática, material de transportes, químico, serraria, madeira e móveis, couro e calçados, produtos de origem vegetal (com ênfases em proteínas e biodiesel da soja), papel e gráfica, laticínios e abate e preparação de carnes (suínos, aves, bovinos). Implantação de unidades de pesquisa experimental para máquinas e equipamentos agrícolas (fortalecimento do Citec). Essas unidades devem priorizar pesquisas na incorporação de sistemas eletrônicos de monitoramento, equipamentos menos agressivos ao ambiente e organização da produção e distribuição	Estima-se a necessidade de empreender cerca de 150 pesquisas em 10 anos. Segundo parâmetros da União Européia, investimentos anuais da ordem de R\$ 4,16 mil trariam retornos de R\$ 12,8 mil até 2007, chegando a 36,94 mil até 2015	Unijuí, URI, Uergs, Sebrae, Senai, escolas técnicas (Colégio Evangélico Panambi) e os três Pólos de Modernização Tecnológica regionais	SCT - Fapergs, Universidades e iniciativa privada
Capacitação técnica continuada	Incremento de programas de capacitação profissional, especialmente nos setores máquinas e equipamentos agrícolas, material elétrico-eletrônico e informática, material de transportes, químico, serraria, madeira e móveis, couro e calçados, produtos de origem vegetal (com ênfases em proteínas e biodiesel da soja), papel e gráfica, laticínios e abate e preparação de carnes (suínos, aves, bovinos). Esta capacitação está inserida no programa Estadual de Sistema Técnico-Universitário Progressivo	Estima-se que cerca de 4,8 mil alunos sejam atendidos em 10 anos	Unijuí, URI, Uergs, Sebrae, Senai, escolas técnicas (incluindo o Colégio Evangélico Panambi) e os 3 Pólos de Modernização Tecnológica regionais	SEC, Senai e universidades
Difusão de informações tecnológicas	As informações de mercado e de tecnologia são mais acessíveis às grandes empresas e aos grandes produtores rurais e cooperativas. Além disso, foram evidenciadas barreiras na difusão para o setor produtivo do Estado da situação atual da pesquisa tecnológica feita nas universidades e centros de pesquisa. Esse problema é especialmente importante para os setores primário e secundário. Fortalecer sistema de informações aos segmentos industriais promissores segundo potenciais de mercados, em centros de informações nos 77 municípios, em parceria com órgãos de pesquisa	Operação dos centros de informação nas 77 sedes municipais com este sistema de informação	Sedai, Sebrae, Fiergs, Cooperativas setoriais, universidades e centros de pesquisas	Sedai, Fiergs, Sebrae e universidades
Registro de marcas e patentes	Apoio a projetos de registros de marcas e patentes de produtos, processos, marcas regionais para micro e pequenas empresas e associações representativas das cadeias produtivas da Região	Implementação de cerca de cinco certificações, marcas e patentes por ano	Sedai, SCT, Senai, ICTs, escolas técnicas e associações empresariais	SCT – Fapergs
Certificação de qualidade e apoio a inovações	Realização de ações de difusão da qualidade e da importância da inovação para o crescimento sustentável das empresas. Fortalecimento dos procedimentos para obtenção de certificação de qualidade, especialmente nos casos levantados nos planos regionais. A parceria com o PGQP justifica-se pela grande representatividade desta instituição em relação à matriz produtiva	Realizar um evento de anual na região e divulgar os casos de sucesso via Internet, em portal específico	PGQP e Sedai	Orçamento do Estado e ABDI

PROGRAMA 4 – FORTALECIMENTO DOS CENTROS URBANO-INDUSTRIAIS

Trata-se de fortalecer os centros urbano-industriais de Três Passos, Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Ijuí e Panambi, tornando-os atrativos à localização industrial (serviços, áreas industriais, capacitações, qualidade urbana), mitigando ou evitando impactos decorrentes dessas atividades e da atração populacional que causam.

Justificativas: Proporcionar, nos centros urbano-industriais principais, com maiores chances de recepção industrial, formas de:

- ♦ Implantar serviços associados a centros regionais de consolidação e distribuição de cargas, tais como plataformas terrestres, que consolidem cargas e as distribuam no espaço gaúcho,

utilizando-se dos modais disponíveis na Região:

- ♦ Prover áreas industriais que atraiam atividades industriais.
- ♦ Fortalecer as condições sócio-urbano-ambientais desses centros, recuperando passivos sociais e ambientais, assim como suprindo serviços sociais e ambientais para novas demandas emergentes até o ano-horizonte, de modo a capacitar a população e imprimir condições atrativas à localização industrial.
- ♦ Assim, serão necessárias ações concomitantes em investimentos urbanos, educação (capacitação), em saúde, saneamento básico e habitação (atendimento de padrões urbanos-sanitários de qualidade), combate à pobreza e recuperação ambiental.

Quadro 3.2.7 – Projetos do Subprograma Dinamização de Serviços de Âmbito Regional (RF7)

Programa:	Fortalecimento dos Centros Urbano-Industriais			
Subprograma	Dinamização de Serviços de Âmbito Regional			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Plataformas Terrestres	TI 101 – Plataforma Terrestre tipo I em Ijuí – Centro de Serviços de pequeno porte, intramodal rodoviário, localizado junto a rodovia de grande circulação, com serviços de apoio a transportadoras, motoristas e veículos, com capacidade para agregar agentes para a formação de uma central de fretes e/ou atendimento de cargas perigosas			
Apoio à implantação de áreas industriais	Implantação de distritos industriais nos principais pólos regionais. Já estão em planejamento, desde 2000, com apoio da Sedai, áreas industriais de Panambi, Três de Maio e São Luiz Gonzaga. Também estão em fase de seleção de áreas outras três em Santo Augusto, Ijuí e Três Passos. Horizontina e Santo Ângelo já têm distritos industriais em expansão	Implantação e ampliação de áreas industriais nos oito centros urbanos regionais	Sedai, prefeituras e iniciativa privada	Sedai e prefeituras

Quadro 3.2.8 – Projetos do Subprograma Inclusão Social

Programa:	Fortalecimento dos Centros Urbano-Industriais			
Subprograma	Inclusão Social			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento da Educação – Escola de tempo integral	Ampliar a qualidade da formação no ensino fundamental	Incluir, até 2015, 50% da população de 7 a 14 anos em tempo integral na escola: 11 mil alunos até 2007; 19 mil até 2011; 22,8 mil até 2015	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual e prefeituras
Fortalecimento da Educação - Avaliação de Desempenho	Destina-se a avaliar o desempenho do alunado do ensino médio e fundamental visando a melhoria de qualidade do ensino	Avaliar bianualmente os alunos da rede pública nos centros urbanos. Ensino Fundamental: 2.254 alunos até 2007; 4.380 até 20011; 4.200 até 2015 Ensino médio: 853 alunos até 2007; 1 590 até 2011; 1 550 até 2015	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual
Fortalecimento da Educação - Atendimento na Educação Fundamental	Abrir novas vagas para os alunos que demandarão a escola, produto do crescimento populacional desses centros urbanos	Incluir 100% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos na Educação Fundamental: 45 mil alunos até 2007; 42,5 mil até 2011; 41,55 mil até 2015. Incluir 100% da população de 15 a 17 anos no ensino médio: 13,5 mil alunos até 2007; 12,5 mil até 2011; 12,4 mil até 2015	SEC e prefeituras	Orçamento estadual e prefeituras
Fortalecimento no Atendimento de Saúde - Construção de Leitos	A melhoria do atendimento em saúde compreende a construção e operação de leitos nas cidades principais, que permitam atendimentos especializados à população regional, e o atendimento de serviços básicos e preventivos às famílias	Construir 84 leitos até 2015	SUS, orçamento estadual e prefeituras	
Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Expansão do PSF	Atender 80% da população urbana por ações básicas de saúde familiar	Criar grupos de saúde familiar até 2007: 13 grupos até 2007; 56 até 2011 e 15 até 2015	SES e secretarias municipais de saúde	SUS, orçamento estadual e prefeituras
Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Moradias	Redução do déficit habitacional urbano e construção de novas moradias para acompanhar o crescimento populacional até 2015	Disponibilizar aproximadamente 3,2 mil moradias até 2015	Sehadur e prefeituras	

Programa	Fortalecimento dos Centros Urbano-Industriais			
Subprograma	Inclusão Social			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Melhoria e Suprimento Habitacional - Construção Unidades Sanitárias	Construção de unidades sanitárias nas habitações	Construir cerca de 284 unidades sanitárias até 2015	Sehadur	Orçamento estadual
Melhoria e Suprimento Habitacional – Substituição/Urbanização Moradias Subnormais	Atendimento do direito da população à moradia digna. As dimensões, muito pequenas, em que o problema da moradia subnormal apresenta na região, incentivam uma intervenção forte do setor público, na erradicação dessa situação inadequada	Construir 16 moradias até 2015 para redução em 35% dos aglomerados subnormais nos pólos principais	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado e SFH
Combate à Pobreza	Complementar a renda das pessoas situadas abaixo da linha de indigência com recursos para atingir o piso de rendimento de um salário mínimo	Atender 12,5 mil pessoas até 2015		Orçamento estadual

Quadro 3.2.9 – Projetos do Subprograma de Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana (RF 7)

Programa	Fortalecimento dos Centros Urbano-Industriais			
Subprograma	Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação da rede de coleta de esgoto domiciliar	Redução de 40% do déficit apurado nos pólos urbanos até 2015 e ligações adicionais em função do crescimento populacional	Atender 4,1 mil moradias até 2007; 7,2 mil até 2011; e 5,8 mil até 2015	Corsan e órgãos municipais de saneamento	Sops, Corsan, Sema e prefeituras
Tratamento e destinação de esgotos domiciliares e industriais	Tratamento e destinação de esgotos em Santo Ângelo, Santa Rosa e Ijuí	Tratamento de esgotos da rede domiciliar e industrial coletada em 100% dos domicílios e indústrias urbanas	Corsan e prefeituras	Pró-Saneamento – Prosanear
Tratamento e destinação de resíduos domiciliares e industriais não perigosos	Coleta e destinação de resíduos industriais nas cidades de Santo Ângelo, Santa Rosa, Ijuí, Horizontina, Três Passos, Três de Maio, Panambi	Coleta e destinação adequada de 100% dos resíduos domiciliares e industriais não perigosos coletados. Implantação de sete aterros sanitários	Sops, Corsan, Sema e prefeituras	Programa de Ação Social em Saneamento. Prosanear. Financiamentos externos e MDL

Tabela 3.2.14 – Recursos para o Programa 4 – FR 7 (R\$ Mil)

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
Dinamização de Serviços de Âmbito Regional				
1 – Plataformas Terrestres	-	900	-	900
2 – Apoio à Implantação de Áreas Industriais	19.000	38.000	38.000	95.000
Inclusão Social				
1 – Fortalecimento da Educação				
1.1 – Escola de Tempo Integral	3.355	9.499	11.395	23.649
1.2 – Avaliação de Desempenho	7	12	11	30
1.3 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	46.466	68.584	105.861	220.912
2 – Fortalecimento no Atendimento de Saúde				
2.1 – Incremento de Leitos	580	3.466	6.523	10.569
2.2 – Expansão do Programa Saúde da Família	624	5.376	1.440	7.440
3 – Melhoria e Suprimento Habitacional				
3.1 – Construção de Moradias	8.726	17.452	17.452	43.630
3.3 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	168	667	-	835
3.3 – Substituição de Aglomerados Subnormais	43	87	87	217
4 – Combate à Pobreza				
4.1 – Renda Básica	18.007	36.014	36.014	90.035
Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana				
1 – Ampliação da Rede de Coleta de Esgoto Domiciliar	17.707	31.161	25.531	74.399
2 – Tratamento e Destinação de Esgotos Domésticos e Industriais	13.534	33.836	20.302	67.672
3 – Tratamento e Destinação de Resíduos Domiciliares e Industriais	889	2.223	1.334	4.446
Total	110.160	206.976	236.869	554.004

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

ESTRATÉGIA 2 - FORTALECIMENTO AGROINDUSTRIAL DOS PEQUENOS PRODUTORES

Este Agrupamento tem como objetivo incentivar a maior produtividade e rentabilidade para os cultivos agropecuários e para a manutenção e criação de pequenas produções agroindustriais que agreguem valor às produções regionais. O conjunto de programas e projetos está especificado na Tabela 3.2.15 e descrito nos Quadros 3.2.10 a 3.2.13 e na Tabela 3.2.16.

Tabela 3.2.15 – Agrupamento de Fortalecimento Agroindustrial do Pequeno Produtor – RF7 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Subprograma	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
2 – Fortalecimento Agroindustrial dos Pequenos Produtores	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos e Financiamentos a Pequenas Indústrias	Incluídos no Agrupamento 1				
			2 – Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada a Financiamentos Agropecuários	265.702	920.842	1.438.008	2.624.552	
			3 – Eficiência Coletiva	Incluídos no Agrupamento 1				
			<i>Total do Programa</i>	265.702	920.842	1.438.008	2.624.552	
	2 – Capitalização do Potencial Ambiental			1 – Fortalecimento do Controle e Defesa Agropecuária	4.060	10.150	6.090	20.300
				2 – Implantação de Viveiros	120	180	60	360
				3 – Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	734	1.835	1.101	3.670
				<i>Total do Programa</i>	4.914	12.165	7.251	24.330
	3 – Implementação de Infra-Estruturas	1 – Transportes		1 – Acessos Capilares a Municípios	71.320	31.150	81.110	183.580
				2 – Energia	33.900	-	-	33.900
		2 – Energia		2 – Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	-	7.600	-	7.600
				3 – Telecomunicações	3.900	3.300	-	6.600
		3 – Telecomunicações		2 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)	-	3.900	-	3.900
				<i>Total do Programa</i>	109.120	45.350	81.110	235.580
	4 – Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial			1 – Desenvolvimento de Pesquisas Agropecuárias	Incluídos no Agrupamento 1			
				2 – Desenvolvimento de Capacitação Técnica e Gerencial				
				3 – Difusão de Informações Tecnológicas				
<i>Total do Programa</i>	-	-	-	-				
5 – Recuperação Ambiental			1 – Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	2.356	5.890	3.534	11.780	
			2 – Restauração de Matas Ciliares	900	2.250	1.350	4.500	
			<i>Total do Programa</i>	3.356	8.140	4.884	16.280	
<i>Total do Agrupamento</i>				382.992	986.497	1.531.253	2.900.742	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativa: Os pequenos produtores têm baixa capacidade de investimentos para reconversão ou para melhorias de processos e produtos em suas propriedades, exigindo esforços de incentivos e créditos que os apoiem nas tarefas de ampliação dos valores da produção agrícola e maior produtividade.

Também as escalas dessas produções são pequenas, o que compromete a sua viabilidade em termos de aquisição de insumos e de facilidades de busca de mercados e comercialização. A associação de produtores é, portanto, essencial para a busca de escalas eficientes.

Quadro 3.2.10 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Fortalecimento Agroindustrial dos Pequenos Produtores (RF7)

Programa	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos e Financiamentos a Pequenas Indústrias	O processamento de produtos agropecuários pelos pequenos produtores regionais requer incentivos especiais, especialmente promovendo o associativismo e cooperativismo nessas produções, por meio de linhas de crédito especiais. Há experiências regionais em frigorífico de aves, com produção de 20 mil aves, que requerem, porém, alongamento de prazos de retornos dos empréstimos e estímulos. Direcionar ações de incentivos do Programa de Redução das Desigualdades para apoio a associações, cooperativas e produtores regionais, especialmente nos segmentos de alimentos, leite e laticínios e cadeia de base florestal	Ampliação da participação estadual nos processamentos desses produtos: leite, de 10% para 15%; aves e suínos, de 6% para 10%; milho, de 30 para 40%	Sedai, SCP e bancos financiadores	SCP, Bird, Banrisul, Caixa RS, BRDE e BNDES
Assistência Técnica Acoplada ao Financiamento Rural – Extensão Rural	Atualmente, os financiamentos rurais para pequenos produtores são liberados independentemente das condições técnicas de plantios que os tornem mais rentáveis. A assistência técnica da Emater deveria se constituir em pré-requisito para essas liberações para que, continuamente, se procedessem plantios mais adequados à Região, de maior produtividade e valor agregado. Estímulos de financiamentos e créditos voltados à produção de frutas aptas na Região (cítricos, manga, pêssego, abacaxi, pêra, mamão, noz), além da batata-doce, mandioca, milho, amendoim e aves, suínos e bovinos	Aumento de 20% no valor médio de financiamentos anuais (de R\$ 9,6 mil para R\$ 10,5 mil), com base na exigência de plano de manejo anual emitido pela Emater. Abrir linhas de financiamento para projetos associativistas. Ampliar a assistência técnica da Emater, de modo a prover ao menos uma visita anual às 87 mil propriedades rurais	Emater e bancos financiadores	Emater e bancos financiadores
Eficiência Coletiva – Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo	A base de pequenos produtores, especialmente familiares, dificulta e inviabiliza a escala necessária para a produção e comercialização de produções, em bases tecnológicas mais avançadas. A atuação conjunta de pequenos produtores, no que diz respeito à utilização conjunta de máquinas e implementos, compra de insumos e comercialização, amplia escalas e favorece a produtividade e obtenção e melhores preços e mercados. Objetiva-se utilizar o capital social da Região e seu histórico de ações coletivas para aumentar o nível de eficiência econômica, diminuindo as desvantagens estruturais. Implementação de instrumentos jurídicos que permitam que associações e cooperativas obtenham financiamentos e créditos sem que sejam perdidos benefícios de aposentadorias rurais. Atuação junto a produtores de pequeno porte, estabelecendo ações coletivas de desempenho de funções básicas, como compra, venda e produção, em níveis competitivos de eficiência, estabelecendo planos de negócios e captando novos associados	Apoio a três projetos por ano para cada um dos 3 COREDEs constituintes	SCP, Sedai, Sebrae, Emater, Caixa RS e BRDE	SCP, Sedai, Sebrae, Emater, Caixa RS, BRDE e iniciativa privada

PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativas: Constitui-se no conjunto de projetos destinados a ampliar o potencial de aproveitamento e controle dos recursos ambientais da Região Funcional 7. Objetivam, de um lado, o controle do ingresso de pragas e doenças quarentenárias definidas em instrumentos legais específicos e estabelecimento de procedimentos e normas para comercialização de produtos agropecuários necessárias ao controle de pragas e doenças, de modo ágil e eficiente à comercialização da produção regional; de outro lado, buscam viabilizar o suprimento de mudas de frutas que amplie a produção desses produtos com espécies adequadas regionalmente. Por fim, este programa objetiva incentivar sistemas de captação e armazenamento de águas pluviais que regularizem o suprimento de água para animais de pequeno porte, dominantes na região, superando períodos de escassez.

Quadro 3.2.11 – Projetos do Programa Capitalização do Potencial Ambiental da Estratégia Fortalecimento Agroindustrial dos Pequenos Produtores (RF7)

Programa	Capitalização do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento Do controle e Defesa Agropecuária	Além da defesa agropecuária estadual contar, atualmente, com estruturas que não permitem atender, com a agilidade necessária, à permissão de circulação de mercadorias agropecuárias do Estado e para outros, as dificuldades de circulação de produtos entre municípios inibe o comércio e o processamento de produções. Fortalecimento do controle e defesa agropecuária estadual nas fronteiras e nos municípios	Implantação de controle sanitário junto a municípios da Região e da defesa sanitária nos pontos de contato com Argentina e Santa Catarina	SAA, Emater, Anvisa, SES e prefeituras	Fundo Estadual de Sanidade Animal e Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário (constam no PPA 2004/2007)
Criação /Fortalecimento de Viveiros	A maior produtividade de plantios de pequenos produtores rurais depende de cultivares adequados ao clima e solos regionais, desenvolvidos e disseminados por pesquisas ágeis e disponibilidade de espécies	Criação e/ou fortalecimento de seis viveiros de frutas na Região	Grac, SAA, Embrapa e Emater	Profruta
Captação e Armazenamento de Águas Pluviais	Os períodos de estiagem, que têm sido mais frequentes na Região, causam escassez de água para a produção rural, especialmente para criadores de pequenos animais. As grandes coberturas onde se abrigam esses animais podem ter o caimento das águas pluviais direcionado para cacimbas, que se constituirão em reservatórios de águas para essas épocas	Implantação de cacimbas em cerca de 10% das 87 mil pequenas propriedades rurais	SAA, Sema, Sops, Fepam e Emater	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura e Fundo de Recursos Hídricos-FRH coordenado pelo DRH

PROGRAMA 3 – IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Justificativa: A possibilidade dos pequenos produtores de acessar novas produções e mercados para comercializar seus excedentes depende de redes de infra-estruturas capilares na Região, seja de suprimento energético, de telefonia e acessos por transportes, espalhados em todos os municípios.

SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES

As propostas para transportes na Região incluem as do Agrupamento anterior e os acessos capilares a municípios.

Projetos de acessos asfaltados municipais

Escopo e recursos: Integração intra-regional com a implantação de acessos asfaltados às sedes de 24 sedes municipais:

- ♦ Seis sedes no Fronteira Noroeste – Alegria, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Vera Cruz, São José do Inhacorá e Sen. Salgado Filho, que representam 13% da população do COREDE.

- ♦ Sete sedes no Missões – Eugênio de Castro, Garruchos, Pirapó, Rolador, Ubiretama, Mato Queimado e Vitória das Missões, envolvendo 8% da população do COREDE.

- ♦ Onze sedes no Noroeste Colonial – Barra do Guarita, Bozano, Braga, Derrubadas, Inhacorá, Nova Ramada, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul, Bom Progresso e Vista Gaúcha, envolvendo 11% da população do COREDE. Está proposto o asfaltamento à totalidade dessas sedes (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Transportes).

Na **Tabela 3.2.16**, comparecem as prioridades estabelecidas junto ao Daer. Tradicionalmente, o Daer priorizava os projetos em função do seu custo total. Como os recursos são escassos, a idéia era realizar o maior número de acessos com os recursos disponíveis. Esse critério considerava apenas os recursos e não levava em conta a magnitude do impacto da obra sobre a população. Ao propor um novo critério, o objetivo foi incluir uma variável que levasse em conta os benefícios resultantes, sem desconsiderar a questão orçamentária e que, ao mesmo tempo, fosse de cálculo fácil e que pudesse ser compreendida por pessoas leigas. O critério de priorização escolhido foi o custo per capita, entendendo que o número de habitantes é uma boa aproximação para os benefícios sociais. Assim, quanto maior a população, maiores os benefícios obtidos. Ao calcular o custo per capita é obtido um indicador do tipo menor melhor. Ou seja, quanto menor o custo per capita, maior os benefícios obtidos por unidade de investimento.

Tabela 3.2.16 – Acessos Capilares a Municípios – RF 7 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF	Prioridade
NA		RS-472	Boa Vista do Buricá a Entrada para Humaitá	23,00	21,39	100	21,69	-
AG036	RP128	Acesso rodoviário Alegria	2 faixas de tráfego no trecho entre Inhacorá e Alegria	6,2	3,22	100	3,22	1
AG036	RP137	Acesso rodoviário Bom Progresso	trecho entre Bom Progresso e entr. BR468	1,05	0,6	100	0,6	1
AG036	RP219	Acesso Bozano	trecho entre Bozano e BR285	3,85	3,58	100	3,58	1
AG036	RP058	Acesso Braga	2 faixas de tráfego no trecho entre Braga e Campo Novo	8,84	4,84	100	4,84	1
AG036	RP025	Acesso Derrubadas	2 faixas de tráfego no trecho entre RST-472 e Derrubadas	15,34	4,55	100	4,55	1
AG036	RP047	Acesso Garruchos	2 faixas de tráfego ntre Garruchos (sede) e BR-285 Lote 1	31,6	10,41	100	10,41	1
AG036	RP162	Acesso Inhacorá	trecho entre Inhacorá e Chiapeta	10,2	5,34	100	5,34	1
AG036	RP180	Acesso Nova Candelária	trecho entre Nova Candelária e V. Ivagaci	6,5	3,01	100	3,01	1
AG036	RP060	Acesso Nova Ramada	2 faixas de tráfego no trecho entre Nova Ramada e RS-155	12,96	6,45	100	6,45	1
AG036	RP182	Acesso Novo Machado	trecho entre Novo Machado e Tucunduva	10,12	5,09	100	5,09	1
AG036	RP187	Acesso Pirapó	trecho entre Pirapó e entr. BR392 (dep. Cerro Largo – Porto Xavier)	10,97	7,01	100	7,01	1
AG036	RP200	Acesso São Jose do Inhacorá	trecho entre São José e RS472	8,79	6,52	100	6,52	1
AG036	RP204	Acesso Sede Nova	trecho entre Sede Nova e entr. BR468	9,18	4,98	100	4,98	1
AG036	RP210	Acesso Ubiretama	trecho entre Ubiretama e entr. BR392 (Guarani das Missões)	7,87	4,31	100	4,31	1
AG036	RP212	Acesso Vitória das Missões	trecho entre Vitória das Missões e entr. BR285	4,62	1,41	100	1,41	1
AG036	RP154	Acesso Eugênio de Castro	trecho entre Eugênio de Castro e entr. BR285	21,72	8,69	100	8,69	2
AG036	RP158	Acesso Garruchos	trecho entre Garruchos e BR285 (lote 2)	26,35	8,94	100	8,94	2
AG036	RP220	Acesso Tiradentes do Sul	trecho entre Tiradentes do Sul e RS305	10,99	13,52	100	13,52	2
AG036	RP132	Acesso Barra do Guarita	trecho entre Barra do Guarita e RST472	24,92	18,4	100	18,4	4
AG036	RP221	Acesso Mato Queimado	trecho entre Mato Queimado e Caibaté	8,5	7,9	100	7,9	4
AG036	RP031	Acesso Rolador	2 faixas de tráfego no trecho entre Rolador e BR-285 (São Luiz Gonzaga)	23,82	17,35	100	17,35	4
AG036	RP203	Acesso São Valério do Sul	trecho entre São Valério do Sul e RS155	20	9,3	100	9,3	4
AG036	RP205	Acesso Senador Salgado Filho	trecho entre Senador Salgado Filho e RS344 (GIRUA)	18,18	10,16	100	10,16	4
AG036	RP018	Acesso Vista Gaúcha	2 faixas de tráfego no trecho entre RST-472 (Tenente Portela) e Vista Gaúcha	24,92	18,00	100	18,00	4

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

SUBPROGRAMA DE ENERGIA

PROJETO 1 – Universalização do Atendimento Rural – Luz para Todos

Escopo: Universalizar o acesso à energia elétrica no meio rural, como alternativa de modernização da produção agropecuária e melhoria das condições de vida, pela expansão de programas de financiamento de linhas de distribuição a longo prazo ou a fundo perdido, aproveitando e incentivando as cooperativas existentes.

Metas: O objetivo principal do projeto Luz para Todos é atingir 100% de eletrificação nos domicílios rurais do Estado até o final de 2006.

Órgãos Intervenientes: Comitê Gestor Estadual de Universalização, agência reguladora estadual, distribuidoras de energia elétrica, governo estadual, prefeituras e representantes da sociedade civil para acompanhar o cumprimento das metas estaduais de universalização.

Recursos Necessários: Prevê-se investimentos de R\$ 33,9 milhões até 2007 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Energia – Projeto 3).

Fonte de recursos: O investimento para o programa Luz para Todos é dividido da seguinte maneira: 50% dos recursos aportados pelo governo federal, utilizando a Conta de Desenvolvimento Energético), a fundo perdido; 20% dos recursos aportados pelo governo estadual; 15% aportados pelas concessionárias de energia; 15% pelo governo federal via Reserva Global de Reversão) para as concessionárias, financiados a taxas de 5% a.a. com carência de dois anos.

PROJETO 2 – MELHORIA DO ATENDIMENTO ENERGÉTICO RURAL – ENERGIA FORTE

Escopo: Esta estratégia objetiva o aumento de produtividade em certas culturas e no fortalecimento do papel do pequeno produtor rural na atividade agrícola do Estado. Um dos potenciais gargalos para a viabilização dessa estratégia é a falta de redes de energia no meio rural capazes de suportar a utilização de máquinas agrícolas que possibilitem a melhoria desejada. O projeto vem para eliminar este potencial gargalo, provendo a estrutura necessária, em termos de fornecimento de energia elétrica, para que o uso de máquinas agrícolas possa efetivamente ocorrer nos níveis desejados.

Metas: O programa Energia Forte segue os mesmos cronogramas, na medida em que as ligações trifásicas vão sendo efetuadas/convertidas conforme avança o programa Luz para Todos.

Órgãos Intervenientes: Semc e prefeituras (responsáveis por cadastrar e definir a localização das obras).

Recursos Necessários: Estimados recursos de R\$ 7,6 milhões em 10 anos (ver Plano Estadual Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Energia – Projeto 3).

Fonte de recursos: governo estadual.

SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

PROJETO 1 – AMPLIAÇÃO DA TELEFONIA RURAL

Escopo: Universalizar o acesso à telefonia fixa ou móvel rural como forma de inserir os produtores em sistemas de informação e conhecimento que modernizem processos e ampliem as alternativas de comercialização, por meio de financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido.

Metas: Cobertura em telefonia para 9,2% da população regional e 31,2% dos municípios.

Órgãos Intervenientes: Semc, Anatel, Ministério das Comunicações, empresas operadoras de telefonia celular do Estado

Recursos Necessários: Para a telefonia móvel estima-se investimentos de R\$ 6,6 milhões até 2007 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de telecomunicações).

Fonte de recursos: Os investimentos iniciais para os estudos da ampliação da rede de telefonia móvel devem ser de responsabilidade do governo estadual, centralizados na Semc.

PROJETO 2 – FORTALECIMENTO DE CENTROS DE INFORMAÇÃO (INFRA-ESTRUTURAS INFORMATIZADAS)

Escopo: Fortalecimento da rede informatizada atualmente existente de Centros de Informações da Emater, via implementação de novos centros, com acesso à internet para operação do sistema de difusão de informações tecnológicas (informações de mercado, acompanhamento

de preços de produtos agrícolas, disseminação de técnicas produtivas, melhores práticas, etc.), além de serviços de telefonia.

Metas: Fortalecer a rede de centros de informações informatizadas nas sedes dos 77 municípios da Região, como forma de promover a inserção de produtores rurais na sociedade de informações, em parceria com a Emater e cooperativas.

Órgãos Intervenientes: Basicamente, a implementação dos centros (investimento e monitoramento) seria responsabilidade da Semc, com eventual participação da SAA e/ou do Grac, envolvidos na melhoria das condições do ambiente produtivo rural do Estado. A Emater, que já possui alguns centros desta natureza instalados, também deve ser integrada ao projeto.

Recursos Necessários: Estima-se necessidade de investimentos de R\$ 3,9 milhões, no período entre 2007 e 2011 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de telecomunicações).

Fonte de recursos: governo estadual.

PROGRAMA 4 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPRESARIAL

Justificativa: A necessidade dos pequenos produtores se voltarem a produções de maior valor e produtividade, como pressuposto para a viabilidade dessa economia, exige pesquisas contínuas em novas cultivares adequadas à Região, além da difusão ágil dessas pesquisas a eles, revertendo situações menos rentáveis. Por outro lado, a baixa rentabilidade das pequenas produções requer capacidade gerencial que diminua custos, de modo a ganhar retornos mais expressivos.

Quadro 3.2.12 – Projetos do Programa Desenvolvimento e Capacitação tecnológica e Empresarial (RF 7)

Programa	Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Desenvolvimento de Pesquisas Agropecuárias	Realizar um planejamento estratégico dos investimentos em pesquisa, que permeie as instituições de apoio científico e tecnológico, como Fapergs, Pólos Tecnológicos, Cientec, Fepagro, universidades, entre outras, no sentido de evitar a pulverização dos recursos e concentrar pesquisas em segmentos agropecuários promissores na Região. Além disso, agilizar os tempos de desenvolvimento de pesquisas de novos cultivares, que possam acompanhar os requisitos de inovações e competitividade rural. Pesquisa em novos cultivares de frutas (cítricos, pêssego, manga, abacaxi, pêra, mamão), além da batata-doce, mandioca, mamona e amendoim. Projetos Cooperativos Regionais, visando solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores promissores, contemplando a adaptação/aclimatação de cultivares à Região	Incluídas nas 150 pesquisas em 10 anos previstas no Agrupamento anterior	Fepagro e universidades	Fapergs, Fepagro e universidades
Desenvolvimento de Capacitação Técnica e Gerencial	As pequenas propriedades já têm condições adversas de obtenção de escalas para produção e comercialização. É necessário um esforço de capacitação gerencial nesse segmento que auxilie na gestão dessas propriedades e incentive a formação de associações. Pesquisas de novos cultivares e técnicas precisam chegar ao conhecimento dos agricultores, não só por meio dos centros de informação, como por capacitações técnicas continuadas. O Sistema Técnico-Universitário Progressivo proposto para o Estado, envolvendo escolas técnicas e Uergs, deve atuar junto às Casas da agricultura familiares, incentivando seu papel de difusor de informações técnicas e gerenciais. Desenvolver cursos de capacitação técnica e gerencial para pequenos proprietários	Capacitar cerca de 50% dos 87 mil pequenos proprietários rurais até 2015	Escolas técnicas, Emater e Senar	SEC, Emater e Senar
Fortalecimento do Sistema de Difusão de Informações Tecnológicas	Em geral, as informações de mercado e tecnologia são mais acessíveis às grandes empresas e aos grandes produtores rurais e cooperativas. Também foram evidenciadas barreiras na difusão para o setor produtivo do Estado da situação atual da pesquisa tecnológica feita nas universidades e centros de pesquisa. A inovação tecnológica produzida não chega ao setor produtivo, ou é inadequada a este. Fortalecer sistema de informações aos produtores rurais de plantios segundo potenciais de mercados, em centros de informações em rede nas 77 sedes municipais, em parceria com Emater e órgãos de pesquisa	Operação dos centros de informação nas 77 sedes municipais com este sistema de informação	SAA – Emater e Sedai	Fapergs, SAA e Sedai

PROGRAMA 5 – RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Justificativas: O aumento da produtividade de suínos, especialmente em pequenas propriedades rurais, elevou a quantidade de dejetos das criações e o destino dos efluentes, que causam poluição das águas, solos e odores. Essa produção importante na Região e no Estado vem conquistando mercados externos (cerca de 45% da produção regional é exportada) e, crescentemente, serão exigidos padrões sanitários e ambientais de manejo, que requisitarão destinação adequada desses rejeitos e efluentes. Outro problema refere-se ao desmatamento das várzeas de rios, utilizadas para plantios, que causam erosões, assoreamentos e enchentes a jusante, além de eliminarem a diversidade biológica que protege as culturas contra pragas. A recuperação das matas ciliares, especialmente nas encostas do Rio Uruguai, onde é maior a erosão, é também medida de defesa agrícola.

Quadro 3.2.13 – Projetos do Programa Recuperação Ambiental da Estratégia Fortalecimento Agroindustrial dos Pequenos Produtores (RF7)

Programa 5 Recuperação Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Manejo de Dejetos de Origem Animal	A melhoria das tecnologias disponíveis para a destinação dos dejetos animais e sua validação é fundamental para que possa ser fomentada e mantida suinocultura no Estado. O projeto Gestão de Ativos Ambientais, do PNMA II/MMA, está em andamento no Estado, envolvendo também Santa Catarina. Em várias regiões, a criação de suínos e aves é significativa junto aos cursos d'água, causando focos de poluição. O projeto objetiva a implantação e acompanhamento de programas de melhorias tecnológicas em sistemas de destinação de dejetos animais e incentivo a reciclagem	Desenvolver cursos e treinamento para capacitação de suinocultores e avicultores em técnicas sustentáveis, adotando práticas de manejo e instalação de equipamentos adequadas para a transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes	SAA e Sema	Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II
Estímulos à Restauração de Matas Ciliares	Destina-se a restaurar a vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em Bacias Hidrográficas do Estado	Restaurar a mata ciliar das três bacias hidrográficas que ocorrem na Região	Sema/Defap, Fepam, SAA e Emater	Recursos de reposição florestal, previstas por legislação para compensações pela implantação de grandes empreendimentos

ESTRATÉGIA 3 – FORTALECIMENTO COMPETITIVO DE CULTURAS EMPRESARIAIS

As perdas de safras que vêm ocorrendo com mais frequência e a competitividade do Centro-Oeste estão requisitando medidas de regularização da oferta de água para evitar perdas e ampliar produtividades em culturas de soja e trigo, especialmente. Esta estratégia, fundamental para a consolidação da produção agrícola e emergência de agroindústrias, que contarão com ofertas mais constantes, deverá ser incentivada por ações integradas e concomitantes, como pode ser visto nas Tabelas 3.2.17, 3.2.18 e 3.2.19 e nos Quadros 3.2.14 a 3.2.17.

Tabela 3.2.17 – Programas e Projetos do Agrupamento Fortalecimento das Culturas Empresariais - RF7

Agrupamento	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
3 – Fortalecimento Competitivo de Culturas Empresariais	1 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos à Diversificação Agrícola	-	-	-	-	
		2 – Estímulos Creditícios para Irrigação					
		3 – Apoio à Exportação					
	<i>Total do Programa</i>			-	-	-	-
	2 – Capitalização do Potencial Ambiental	1 – Implantação de Reservatórios para Irrigação	29.344	73.360	44.016	146.720	
		2 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água	516	1.290	774	2.580	
	<i>Total do Programa</i>			29.860	74.650	44.790	149.300
	3 – Suporte de Infra-Estruturas	1 – Melhoria em Armazenamento	-	104.030	-	104.030	
	<i>Total do Programa</i>			-	104.030	-	104.030
	4 – Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica	1 – Pesquisas em Cultivares Irrigados	-	-	-	-	
2 – Pesquisas em Métodos de Irrigação							
3 – Capacitação Técnica em Agonegócios e Trading							
<i>Total do Programa</i>			-	-	-	-	
5 – Recuperação Ambiental	1 – Manejo Adequado de Agroquímicos	4.720	11.799	7.079	23.598		
	2 – Restauração de Matas Ciliares	Incluídos no Agrupamento 2					
<i>Total do Programa</i>			4.720	11.799	7.079	23.598	
<i>Total do Agrupamento</i>			34.580	190.479	51.869	276.928	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativas: As culturas empresariais de soja, milho e trigo na Região são responsáveis pela segunda produção do Estado e por valores de produção que contribuem de forma decisiva no PIB e renda regional. O futuro dessas culturas na Região, assim como a consolidação e surgimento de agroindústrias ligadas a elas, que aumentem o valor agregado regional, dependem do aumento da produtividade e da oferta firme anual desses produtos, superando as grandes perdas por estiagens que hoje se verificam. Assim, são necessárias medidas que auxiliem nessa ampliação da produção, ligadas a irrigação e pesquisas associadas, a par de outras que diversifiquem essas culturas regionais, aproveitando potenciais edafoclimáticos para culturas apropriadas, como cana-de-açúcar e linho, que são *benchmarks* em produtividades na Região.

Quadro 3.2.14 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Fortalecimento Competitivo de Culturas Empresariais (RF 7)

Programa:		Estímulos Econômicos		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos à diversificação agrícola	Estímulos à diversificação da produção agrícola empresarial: além da soja, milho, arroz e trigo, incentivar a cana-de-açúcar (Missões) e linho (Nordeste Colonial), que vêm apresentando alta produtividade e crescimento, sendo <i>benchmark</i> estadual, assim como a mamona, para biodiesel	Ampliar a área de cultivo de cana-de-açúcar em 20% até 2015, em apoio ao programa de bionergia do Estado, passando dos atuais R\$ 14,5 milhões para R\$ 17,4 milhões; e do linho em 20%	SAA, Emater, Embrapa e Sedai	Bancos financiadores
Estímulos de créditos para irrigação	Os incentivos e linhas de crédito para irrigação deverão ser implementados somente após a construção de reservatórios, de modo a não ampliar a escassez de recursos hídricos. Assim prevê-se que deveriam se iniciar após 2011	Abri linhas de incentivos à irrigação à medida que os reservatórios de acumulação sejam implantados	Bancos financiadores	Bancos financiadores
Apoio à exportação	Trata-se do mesmo projeto descrito no Agrupamento de Fortalecimento Industrial, que deverá apoiar também a exportação de grãos, com célula regional específica			

PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativas: As perdas de safras pela escassez hídrica e a menor produtividade frente ao Centro-Oeste brasileiro exigem uma forte atuação no controle, captação e distribuição dos recursos hídricos na Região, como forma de ampliar e estabilizar produções de soja e milho.

Quadro 3.2.15 – Projetos do Programa Capitalização do Potencial Ambiental da Estratégia Fortalecimento Competitivo de Culturas Empresariais (RF 7)

Programa 2:		Capitalização do Potencial Ambiental		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Implantação de Reservatórios	Implantação de sistema de reservatórios/poços para regularizar abastecimento agrícola e viabilizar irrigação, com vistas à eliminação de perdas agrícolas e aumento de produtividades	A meta deste programa é implantar reservatórios para irrigação nas áreas prioritárias para cultivos de soja e milho, com volumes semelhantes a esse projeto elaborado: Bacias Santa Rosa-Santo Cristo e Ijuí	Sema, Sops e SAA	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura
Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso das Águas	A escassez de águas na Região e a eventual construção de reservatórios exigirão monitoramento das vazões disponíveis nas bacias e um gerenciamento e outorga do uso dessas vazões pelos proprietários, especialmente para os grandes plantadores de soja e milho, que exigirão os maiores volumes para seus cultivos	Implementar a rede de monitoramento e o sistema de controle e outorga do uso das águas em duas bacias da Região até 2007, anteriormente à construção de reservatórios	Sema/DRH, SAA, Sops, Comitês de Bacias	Fundo de Recursos Hídricos

PROGRAMA 3 – SUPORTE DE INFRA-ESTRUTURAS

Justificativas: As vias multimodais que garantem o escoamento de produções regionais já estão previstas no Agrupamento 1 e 2, assim como as necessidades de energia e telecomunicações capilares. Há necessidade apenas de ampliação de capacidade de armazenagem para abrigar o aumento de produção de grãos estimado.

PROJETO 1 – MELHORIA EM ARMAZENAGEM

Escopo: Melhoria na capacidade de armazenagem na Região em 1.040,3 mil toneladas.

Tabela 3.2.18 – Melhoria em Armazenamento – RF 7

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG023	ZM007	Armazéns da RF 7	Melhoria dos armazéns da RF 7 (1040,3 mil toneladas)	NA	104,03	100	104,03

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Tabela 3.2.19 – Recursos para o Programa 3 - RF 7 (R\$ Mil)

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
1 – Melhoria em Armazenamento	-	104.030	-	104.030
Total	-	104.030	-	104.030

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 4 – DESENVOLVIMENTO/CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA

Justificativa: As culturas irrigadas exigirão novos cultivares adequados a esses plantios, assim como métodos de irrigação que se adequem às condições topográficas e edafoclimáticas regionais, ambos exigindo pesquisas específicas regionais.

Quadro 3.2.16 – Projetos do Programa Desenvolvimento/Capacitação (RF 7)

Programa: Desenvolvimento/Capacitação Tecnológica				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Pesquisas em Cultivares Irrigados	Pesquisas e divulgação de cultivares de grãos (soja e milho) adequados a áreas irrigadas	Solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores promissores, contemplando a adaptação /aclimatação de culturas irrigadas	Fapergs, Cientec, Ceitec, Fepagro, Sedai e Embrapa	SCT – Fapergs e Embrapa
Pesquisas em Métodos de Irrigação	Pesquisa e divulgação de técnicas de irrigação adequadas à topografia regional	Solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores, contemplando a adaptação/aclimatação de sistemas de irrigação	Fapergs, Cientec, Ceitec, Fepagro, Sedai e Embrapa	SCT – Fapergs e Embrapa
Capacitação Técnica em Agronegócios e Trading	O aumento de produção e produtividade de grãos exigirá um sistema de escoamento a mercados que rapidamente coloque os produtos em condições e preços melhores. Haverá necessidade de capacitação de pessoal para prospectar mercados e realizar negócios externos com vantagens às culturas empresariais	Implementar no mínimo três cursos de gronegócios e trading nas universidades ou escolas técnicas da Região	Universidades e escolas técnicas	SEC e universidades

PROGRAMA 5 – RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Justificativas: A ampliação de culturas empresariais, em função da maior confiabilidade da produção e aumento da produtividade com a irrigação, tenderá a se expandir no território, causando dois tipos de impactos: ampliação do consumo indiscriminado de agroquímicos, aumentando a poluição hídrica e dos solos; e ocupação de áreas de várzeas e áreas de remanescentes de vegetação natural, já escassas, diminuindo a biodiversidade que auxilia no combate a pragas.

Quadro 3.2.17 - Projetos do Programa Recuperação Ambiental (RF7)

Programa	Recuperação Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Manejo Adequado de Agroquímicos	Visa à redução do uso de agroquímicos em todas as culturas, prioritariamente nas mecanizadas de soja, milho, trigo e arroz, seguidas da fruticultura, através de programas de capacitação para o cultivo de produtos satisfatórios ao mercado consumidor e que causem menos danos ao meio ambiente. Implementar controle e fiscalização das atividades agrícolas que exijam forte demanda de agroquímicos. Treinar agricultores para o uso correto de agroquímicos. Capacitar técnicos e responsáveis técnicos com ênfase na legislação específica. Fiscalizar o cumprimento de normas que instituem o receituário agrônomo no controle e uso de agroquímicos. Desenvolver pesquisas para o manejo integrado de pragas e doenças	Realizar cursos anuais de capacitação para técnicos e produtores. Contratar estudos para demandas identificadas na Região a respeito do controle de pragas e doenças com redução ou eliminação do uso de agroquímicos. Adquirir equipamentos de informática, veículos, máquinas digitais e GPS para as equipes de fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos (SAA/DPV e Sema/Fepam)	SAA, Emater e Sema	Programa Agricultura familiar no contexto do desenvolvimento local sustentável, Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental e Projeto de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola
Estímulos à Restauração de Matas Ciliares	A expansão das culturas empresariais gera impactos ao meio ambiente, especialmente o desmatamento de áreas de preservação ao longo de cursos d'água e em áreas de várzea, que contribuem para a crescente escassez de água. Considerando que a mata ciliar é importante para controle e recuperação dessas áreas atingidas por culturas mecanizadas e diversificadas, é necessária uma ação estadual de restauração de bacias hidrográficas atingidas pela forte ocorrência de atividade agrícola. O programa destina-se a restaurar a vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em bacias hidrográficas	Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das 3 bacias hidrográficas que ocorrem na região	Sema/Defap, Fepam, SAA e Emater	Recursos de reposição florestal, previstos por legislação específica quanto às compensações pela implantação de grandes empreendimentos

ESTRATÉGIA 4 - DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A Região tem rotas turísticas a fortalecer (Missões, Salto de Yucumã e Parque Estadual do Turvo). Conta com os recursos naturais do Rio Uruguai, mas a incipiência dessa atividade recomenda fortalecer ações iniciais nas Missões e no Yucumã, consolidando fluxos que poderão extravasar para outros pontos. Há uma mobilização para desenvolver um circuito internacional das Missões, com Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Os programas e projetos estão especificados na **Tabela 3.2.20** e descritos nos **Quadros 3.2.18 a 3.2.22** e na **Tabela 3.2.21**.

Tabela 3.2.20 – Programas e projetos do Agrupamento de fortalecimento turístico -RF7 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
4 – Desenvolvimento Turístico	1 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos à Recuperação e Documentação dos Bens Tombados	2.000	4.000	-	6.000
		2 – Incentivos à Atividade Hoteleira e Alimentação	Incluídos no Agrupamento 1			
		3. Direcionamento das linhas de crédito	Incluídos no Agrupamento 1			
	<i>Total do Programa</i>		2.000	4.000	-	6.000
	2 – Estruturação Turística	1 – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo	2.000	-	-	2.000
		2 – Estruturação Turística	-	3.000	-	3.000
		<i>Total do Programa</i>		2.000	3.000	-
	3 – Melhoria da Acessibilidade e Sinalização	1 – Aeroporto de Santo Ângelo	-	19.500	-	19.500
		2 – Acessos a Municípios Turísticos	-	5.400	-	5.400
		<i>Total do Programa</i>		-	24.900	-
	4 – Capacitação de RH	1 – Capacitação Técnica Continuada	Incluídos no Agrupamento 1			
		<i>Total do Programa</i>		-	-	-
	5 – Organização Territorial e Ambiental	1 – Planos Diretores	4.500	-	-	4.500
		2 – Planos de Saneamento Básico	-	4.500	-	4.500
		3 – Criação, Consolidação e Manejo de Terras Indígenas	9.000	22.500	13.500	45.000
4 – Plano de Manejo do Parque Estadual do Turvo		-	3.000	-	3.000	
<i>Total do Programa</i>		13.500	30.000	13.500	57.000	
<i>Total do Agrupamento</i>		17.500	61.900	13.500	92.900	
Total Geral para a Região Funcional		3.367.341	6.752.409	6.799.159	16.918.909	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativa: A atratividade turística regional necessita de estímulos, tanto na recuperação e documentação dos bens tombados, origem da atratividade, como na melhoria das condições de hospedagem e alimentação, que imprima maior qualidade ao turismo.

Quadro 3.2.18 - Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Desenvolvimento turístico (RF7)

Programa:		Estímulos Econômicos		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos à Recuperação e Documentação dos Bens Tombados	Incentivos à documentação e recuperação dos bens tombados (ruínas jesuíticas e objetos, documentos, vídeos). Centro de documentação missioneira em São Miguel das Missões. Revitalização dos remanescentes das reduções de São Lourenço Mártir e São João Batista. Elaboração de vídeos com a história das reduções	Implantação das construções e recuperações dos bens imóveis e documentais	Setur e Sedac	Empréstimos internacionais, governo federal e Isphan
Incentivos à atividade hoteleira e de alimentação	Incentivo a este segmento pelas linhas do Fundopem e Plano de Superação das Desigualdades Regionais	Dobrar o número de quartos disponíveis na Região, assim como o pessoal ocupado em serviços de hotelaria	Setur, Sedai e SCP	Fundopem, Programa de Redução das Desigualdades Regionais e Programa Grande Fronteira Mercosul
Direcionamento das linhas de crédito	Mesmo Projeto do Agrupamento 1, voltado a linhas de crédito para o segmento de hotelaria e alimentação. Parcelas dos recursos de créditos recomendados para a Região			

PROGRAMA 2 – ESTRUTURAÇÃO TURÍSTICA DA REGIÃO

Justificativa: A estruturação turística da Região dependerá de recursos de empréstimos externos de órgãos financiadores, tais como Bird e BID que, para a liberação, exigem planos integrados de desenvolvimento do turismo, que deverá ser a providência inicial deste Agrupamento.

Quadro 3.2.19 – Projetos do Programa Estruturação Turística da Região (RF7)

Programa:		Estruturação Turística da Região		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável como pré-requisito para obtenção de financiamentos internacionais	Plano elaborado	Setur, SCP e Sedai	Prodetur
Estruturação turística	Roteirização turística (elaboração de roteiros de sugestão, que sejam transformados em pacotes turísticos pelas operadoras). Realizar contatos com operadoras nacionais e internacionais, buscando divulgar a região como destino turístico. Elaboração de guia turístico regional, com os atrativos das rotas e as estruturas de apoio e hospedagem. Instalação de postos de informação turística. Sinalização turística. Organizar o portal "Rota Missões" na Internet	Sinalização, roteiros e guias, postos de informações e portal elaborados e implantados	Setur e Prodetur	Prodetur e empréstimos externos

PROGRAMA 3 – MELHORIAS DA ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO

Justificativa: A atração de fluxo nacional e internacional para os pontos turísticos representados pelas reduções das Missões exige que a acessibilidade a esses fluxos, especialmente a aeroportuária seja ampliada. Esse acesso aeroportuário favorece também o Agrupamento 1, na medida que abrigará os fluxos nacionais internacionais de negócios, rumo aos segmentos de máquinas e equipamentos agrícolas regionais. Também são necessárias melhorias de acessos capilares aos bens turísticos regionais, seja as Missões como Salto de Yucumã.

Quadro 3.2.20 – Projetos do Programa Melhorias de Acessibilidade e Sinalização (RF 7)

Programa:	Melhorias da Acessibilidade e Sinalização			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Aeroporto de Santo Ângelo	Melhoria da infra-estrutura do aeroporto de Santo Ângelo (ampliação da pista, modernização de instalações), servindo de apoio tanto ao turismo das Missões, como ao turismo de negócios do COREDE Fronteira Noroeste (máquinas agrícolas)			Prodetur e empréstimos externos
Acessos a municípios turísticos	Implementação de acesso asfaltado entre Tenente Portela, Derrubadas e Parque Estadual do Turvo/Salto do Yucumã (Já considerada nos acessos capilares a municípios, no Agrupamento anterior). Acesso da BR 285 às ruínas jesuíticas de São Lourenço e São João Batista			Prodetur e empréstimos externos

Tabela 3.2.21 – Turismo e Exportações de Alto Valor Agregado - RF 7 (R\$ Milhões)

AGR	Projeto	Descrição	Extensão	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
NA	Aeroporto de Santo Ângelo	Ampliação da pista e modernização do aeroporto de Santo Ângelo	NA	19,50	100	19,50
NA		Pavimentação do acesso da BR-285 às ruínas jesuíticas de São Lourenço e São João Batista	70	5,40	100	5,40

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC



Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2

Identificados como Necessários pelo Componente 1

PROGRAMA 4 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Justificativa: As atividades turísticas exigem recursos humanos qualificados no atendimento aos vários serviços envolvidos, desde atendimento a transportes e alimentação e hospedagem.

Quadro 3.2.21 – Projeto do Programa Capacitação de Recursos Humanos (RF 7)

Programa:	Capacitação de Recursos Humanos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação técnica continuada	Capacitação de pessoas para atendimento de turistas: recepcionistas, condutores, taxistas, vendedores, artesãos, garçons, cozinheiros, motoristas, entre outros. Continuidade da capacitação da estrutura receptiva local (parques, hotéis, pousadas, bares e restaurantes), já iniciada pelo Sebrae	Capacitar cerca de 120 pessoas por ano, durante cinco anos	Senac, universidades e SEC – escolas técnicas	SEC e Senac

PROGRAMA 5 – ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Justificativa: A obtenção de recursos internacionais para a consolidação das Missões e Salto do Yucumã como roteiros turísticos encontra obstáculos na exigência de planos diretores e de saneamento que assegurem padrões urbanos de qualidade. A população indígena regional, que também se constitui em patrimônio regional, necessita de regularização de suas terras, como forma de assegurar seu papel na história das Missões jesuíticas.

Quadro 3.2.22 – Projetos do Programa Organização Territorial e Ambiental (RF7)

Programa:	Organização Territorial e Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Planos Diretores	Elaboração dos Planos Diretores das oito prefeituras envolvidas (Santo Ângelo, Entre Ijuís, São João Batista, São Miguel das Missões, São Lourenço, São Luiz Gonzaga, São Nicolau e Derrubadas), como pré-requisito para obtenção de financiamentos internacionais	8 Planos Diretores elaborados	Metroplan e prefeituras	Prefeituras, Orçamento do Estado
Planos de saneamento básico	Plano de saneamento básico nos 8 municípios (Santo Ângelo, Entre-Ijuís, São João Batista, São Miguel das Missões, São Lourenço, São Luiz Gonzaga, São Nicolau e Derrubadas), como pré-requisito para a obtenção de empréstimos internacionais	Redes de saneamento básico implementadas	Corsan e Prefeituras	Orçamento estadual, prefeituras, Corsan, Pró-Saneamento – Prosanear e empréstimos internacionais
Demarcação e manejo de terras indígenas	Atendimento à reivindicação da demarcação de terras indígenas das Missões, incorporando-as à rota turística e elaborando planos de manejo	Demarcação, regularização e manejo das terras indígenas	Sema, Funai e Conselho Estadual dos Povos Indígenas	Sema, Funai e Conselho Estadual dos Povos Indígenas
Plano de Manejo do Parque Estadual do Turvo	A atração turística ao parque vai exigir cuidados para sua preservação, organizando fluxos, roteiros internos, proteções, destinos de efluentes e resíduos, entre outros fatores	Elaboração e implantação do Plano de Manejo do Parque	Sema e Fepam	Orçamento estadual

Outros Projetos de Interesse para a Região Funcional 7

O Plano Estadual contempla um conjunto de outros projetos, não diretamente ligados às estratégias regionais definidas, mas que também suprem suas necessidades. Esses Programas e Projetos pertencem a três áreas: Inclusão Social, com ações em educação, saúde, habitação, saneamento e combate à pobreza, que abrangem as demandas urbanas e rurais da região, até o ano-horizonte de 2015; Manutenção do Potencial Ambiental, com ações de criação e consolidação de áreas protegidas e indígenas; e Capacitação para o planejamento regional. Estes programas e projetos estão descritos nos **Quadros 3.2.23 a 3.2.29**.

INCLUSÃO SOCIAL

Estes projetos constam da Estratégia 3 do Plano Estadual. As demandas e recursos aqui estimados não incluem os dos pólos urbanos. Trata-se do atendimento do restante das populações urbanas e rurais da região. Ou seja, as demandas e os recursos totais para a Região são o somatório destes ora estimados e daqueles dos pólos urbanos.

Quadro 3.2.23 – Projetos do Subprograma Melhoria do Atendimento em Educação Básica (RF7)

Programa	Inclusão Social			
Subprograma	Subprograma Melhoria do Atendimento em Educação Básica			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Eliminação do Analfabetismo	A análise dos dados por faixa etária confirma que a universalização do Ensino Fundamental tem empurrado o analfabetismo para as idades mais avançadas, ou seja, o problema é de estoque e não mais de fluxo. É possível ter por objetivo eliminar o analfabetismo ainda existente em parte da população	Atender demandas de 45,3 mil pessoas até 2015	SEC e prefeituras	Orçamentos dos governos federal, estadual e municipal
Escola em Tempo Integral	As políticas de correção de fluxo que levam à eliminação da distorção série/idade e à redução do número de anos para o percurso de cada nível de ensino apóiam-se no pressuposto de que os alunos conseguem desenvolver as competências requeridas pela escola, se lhes forem dadas as oportunidades de aprendizagem. Programas de reforço escolar em turno contrário à da escola aumentam as probabilidades de sucesso dos alunos e são uma parte importante das políticas de correção do fluxo	Atender demandas estimadas de 48,9 mil até 2015	SEC e prefeituras	Orçamentos estadual e municipais.

Programa	Inclusão Social			
Subprograma	Subprograma Melhoria do Atendimento em Educação Básica			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Avaliação de Desempenho	As políticas de correção do fluxo escolar, que implicam na eliminação da repetência, devem ter sua eficiência monitorada por um sistema de avaliação de desempenho dos alunos, a fim de verificar se, além de serem promovidos, os alunos estão desenvolvendo as competências requeridas pela escola	Implantar processo de avaliação das escolas, com medida de desempenho dos alunos e questionários para alunos, pais e comunidade escolar, a cada dois anos, atingindo 5% dos alunos em cada COREDE	SEC e universidades	SEC e universidades
Atendimento à Demanda por Ensino Básico	A oferta de matrículas no Ensino Fundamental é dever do Estado. A oferta de matrículas no Ensino Médio é imperativa do desenvolvimento pessoal, direito individual também garantido pela Constituição brasileira	Atender 100% das crianças de 7 a 14 anos pelo Ensino Fundamental (151,8 mil alunos até 2015) e de 80% dos jovens de 15 a 17 anos pelo Ensino Médio (45 mil)	Ministério da Educação, SEC e prefeituras	

Quadro 3.2.24 – Projetos do Subprograma Melhoria do Atendimento em Saúde (RF 7)

Programa	Inclusão Social			
Subprograma	Subprograma Melhoria do Atendimento em Saúde			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação de Empregos Médicos	Bons indicadores de leitos, médicos e enfermeiros de nível superior permitem estender e aprofundar programas e ações em saúde pública	Atingir 10,3 Empregos Médicos por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDES. (306 empregos até 2015)	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Ampliação de Empregos de Enfermeiros	A disponibilidade de enfermeiros de nível superior convive com boa oferta de auxiliares de enfermagem de nível médio, profissionais necessários aos programas de atenção à saúde da população	Atingir 5,6 Empregos de Enfermeiros por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDES (122 empregos até 2015)	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Expansão do Programa Saúde da Família	O PSF permite ampliar e qualificar a atenção básica prestada no Rio Grande do Sul pelos municípios	Aumentar a cobertura do Programa para 50% da população em 2007; 70% em 2011; 80% em 2015 (389 equipes até 2015)	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo

Quadro 3.2.25 – Projetos do Subprograma Melhoria das Condições de Habitação (RF 7)

Programa	Inclusão Social			
Subprograma	Subprograma Melhoria das Condições da Habitação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redução do Déficit Habitacional Urbano	O investimento no setor habitacional é prioritário por seu impacto social e econômico, tanto para a indústria local, como na geração de empregos para a força de trabalho menos qualificada. Atendimento à demanda por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico, com renda per capita mensal até cinco salários mínimos	Construir unidades residenciais nas zonas urbanas, eliminando 35% do déficit existente até 2015. Acompanhar os números da variação demográfica, com 8 mil habitações até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado e Sistema Financeiro de Habitação
Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios s/ Sanitário	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, vinculada aos serviços de infra-estrutura básicos (água, esgoto e energia elétrica)	Eliminar 35% do déficit existente até 2011. Construir 2,1 mil unidades até 2011	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado
Redução dos Domicílios com Densidade Excessiva	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, com redução de densidade onde há mais de três moradores por dormitório	Reduzir em 17,5%, sendo 27% desse total até 2007, 40% até 2011 e 40% até 2015 (Demandas de 1,3 mil até 2015)	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado

Quadro 3.2.26 – Projetos do Subprograma Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico (RF 7)

Programa	Inclusão Social			
Subprograma	Subprograma Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Rede de Distribuição de Água	Ampliação da rede para atender aos novos domicílios urbanos decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e do crescimento demográfico	Acompanhar os números da variação demográfica Demandas de 30,9 mil domicílios até 2015	Sops, Sema, Corsan e prefeituras	Orçamento do Estado e cobrança pelo uso da água recentemente regulamentada
Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	Trata-se de programa essencial para a qualidade de vida da população	Manutenção da taxa de cobertura em índices próximos a 100% nas zonas urbanas do Estado, mediante inclusão nos roteiros de coleta dos novos domicílios urbanos decorrentes do crescimento demográfico e equacionamento do déficit habitacional. Demandas de 27,7 mil domicílios até 2015	Sops e prefeituras	Orçamentos do Estado e municipais

Quadro 3.2.27 – Projetos do Subprograma Combate a Pobreza (RF 7)

Programa:	Inclusão Social			
Subprograma:	Subprograma Combate à Pobreza			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Renda básica	Adicionalmente aos programas desenvolvidos pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul, às ações de saúde pública e de educação básica com conteúdo de combate à pobreza, é justificável um programa de repasse de renda com foco na população que se situa abaixo da linha de indigência	Complementar os rendimentos das pessoas, acima de 10 anos de idade, com renda inferior a ¼ do salário mínimo a fim de que alcancem o piso de um salário mínimo per capita. Após 2007, estimou-se que a população que receberá este apoio permanece nos mesmos patamares, o que representará aumento de renda média, já que as populações urbanas tendem a crescer. Demandas de 30,2 mil pessoas até 2015	STCAS e prefeituras	

Quadro 3.2.28 – Projetos do Programa Manutenção do Potencial Ambiental (RF 7)

Programa:	Manutenção do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Consolidação, ampliação e manejo das áreas protegidas	Maximizar as potencialidades técnicas e humanas por meio de novos procedimentos e instrumentos de planejamento. Definição de estratégia estadual para a biodiversidade, estabelecimento de uma rede de informações sobre biodiversidade	Desenvolver e implantar planos de manejo nas Unidades de Conservação. Consolidar áreas decretadas: desapropriação e/ou demarcação de Unidades de Conservação. Criação de novas Unidades de Conservação	Sema, Fepam e FZB	Programa de Conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros e gestão do Sistema Federal de Unidades de Conservação, Programa de Pesquisa em Biodiversidade, <i>Bio Carbon Fund</i> , <i>Prototype Carbon Fund</i> , <i>Community Development Carbon Fund</i>

Programa	Manutenção do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Criação de APAS nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	As águas subterrâneas do Aquífero Guarani estão presentes no território regional e são importantes recursos diante da crescente escassez. Assim, é matéria de interesse nacional e internacional, com investimentos disponíveis para elaboração de estudos e planos de desenvolvimento e uso do solo. Elaboração e implementação conjunta de marcos técnicos e institucionais para o conhecimento, gerenciamento e preservação desse Aquífero, que extrapola a região e o país. Essa preservação impõe-se especialmente pelas pressões das culturas empresariais, que utilizam intensa mecanização, agroquímicos e irrigação, que podem contaminar esses recursos	Controlar usos e atividades impactantes ao Aquífero Controlar usos e atividades impactantes ao Aquífero Criação de APA nas áreas de afloramento poroso Desenvolver planos de manejo para estas áreas	Sema, Fepam, FZB e Sops (ro-Rio Uruguai)	Probio - Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, Funbio - Fundo Brasileiro para Biodiversidade e Projeto Sistema Aquífero Guarani
Sistemas de Plantio Eficientes no Uso das Águas para Arroz Irrigado	Desenvolvimento e implementação de programas mais eficientes para melhoria do manejo, avaliação de novos cultivares de arroz; fomento à experimentação de novos programas de cultivo com redução do uso da água na irrigação, especialmente no COREDE Missões onde essa cultura tem alguma representatividade	Atender cerca de oito mil hectares com esses plantios	SAA, Sema, Fepam e Emater	Orçamento do Estado e Emater
Incentivos à Produção Agroecológica	Têm sido mais requisitados produtos produzidos em situação ambiental limpa, sem usos de defensivos e agrotóxicos. Esse tipo de cultura pode ser incentivado para suprir nichos específicos de mercados. O projeto fomenta uma nova geração de produtos menos agressivos ao meio ambiente e de maior valor comercial, que pode aumentar a renda do produtor, especialmente na agricultura familiar. Como o mercado regional é pequenos e de pouco poder aquisitivo para esta produção de maior valor, os incentivos devem se voltar a culturas passíveis de exportação a outros mercados, especialmente os frutícolas de menor perecibilidade, como legumes, tubérculos e frutas	Ampliar a produção agroecológica em cerca de 5 mil pequenas propriedades (5%)	Sema, Fepam e Emater	Programa Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental e Prodatab - Projeto de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola

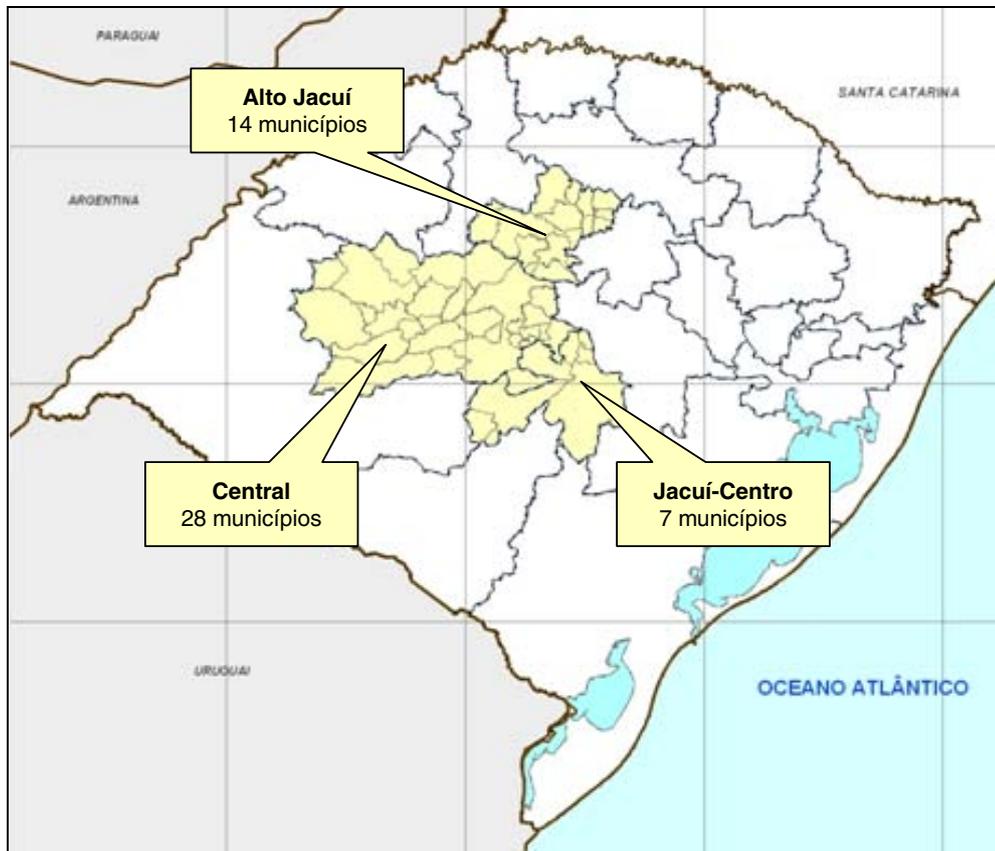
Quadro 3.2.29 – Projetos do Programa Estruturação do Planejamento Regional e Governança Moderna e Participativa (RF 7)

Programa: Estruturação do Planejamento Regional e Governança Moderna e Participativa				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação das estruturas para o planejamento e ordenamento territorial	Reaparelhamento das instituições (incluindo renovação de equipamentos e softwares e ampliação do quadro de pessoal), de acordo com o Programa de Estruturação da Governança	Atingir e manter o reaparelhamento no período 2007-2015	Metroplan, Sefaz e Sehadur	Orçamento do Estado
Capacitação do pessoal para o planejamento e ordenamento territorial	Definição, por edital, IES ou consórcio de IES responsável por assegurar a realização de ciclos de formação para técnicos	Capacitação de técnicos dos quadros estadual e municipal	SCP	Orçamento do Estado, Ministério das Cidades e financiamentos externos (BID, Bird), dentro de um projeto mais amplo de modernização da administração, como o que beneficiou as estruturas de arrecadação

3.3 – Região Funcional de Planejamento 8

Composta por três COREDEs (Central, Jacuí Centro e Alto Jacuí), a Região Funcional 8 apresenta forte homogeneidade em relação à produção agrícola e agroindustrial, apesar de diferenças internas em termos fundiários e culturais. A Região, que ocupa 14,4% do território gaúcho, caracteriza-se por conter uma produção agrícola relevante, diversificada, mas sem grandes encadeamentos. Em termos sociais, os indicadores são levemente inferiores às médias gaúchas.

Figura 3.3.1 – Municípios e COREDEs da RF 8



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.3.2 – Homogeneidades e Polaridades na RF 8

CENTRAL	JACUÍ-CENTRO	AUTO JACUÍ
Em Dificuldades: Baixa dinâmica e potencialidade econômica e condições sociais abaixo das médias estaduais	Em Dificuldades: Baixa dinâmica e potencialidade econômica e condições sociais abaixo das médias estaduais	Estável: Boa dinâmica e potencialidade econômica e condições sociais abaixo das médias estaduais
Forte Polarização de Empregos, Universidades, Saúde, Rede Urbana		
Estrutura Viária com Epicentro em Santa Maria, com Fortes Carregamentos no Eixo Cruz Alta-Santa Maria		
Médias Potencialidades Ambientais		Alta Potencialidade Ambiental
Produção Dominante: Soja, Trigo, Arroz		
PIB Dominante: Comércio e Serviços (54%)		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Os dois primeiros COREDEs foram classificados como “Em Dificuldades”, por terem suas potencialidades abaixo da média e inferiores aos seus desempenhos econômicos, também baixos. Já o Alto Jacuí foi classificado como “Estável”. Os indicadores de potencialidade e desempenho estão próximos da média do Estado e, portanto, reunir os três COREDEs na mesma unidade de análise é aceitável. Há uma forte polarização de empregos, da rede urbana, de universidades e centros de pesquisas, de carregamentos e viagens de transportes, de migrações e de serviços de saúde, com fortes centralidades em Santa Maria, influenciando toda a Região.

Tendências Recentes da Região Funcional 8

São analisados desempenhos recentes da Região no que diz respeito à dinâmica econômica, demográfica e de urbanização, às infra-estruturas disponíveis, ao grau de desenvolvimento social, às potencialidades ambientais à informação e conhecimento, às disponibilidades financeiras, empreendedoras e atrativas e as condições de “governança”, como síntese das aptidões e restrições identificadas como relevantes e que constituir-se-ão nos fatores que contribuirão em seu desempenho futuro.

Desempenho Econômico: Entre 1990 e 2002, apesar de ter tido uma taxa de crescimento mais alta do que a média estadual, o PIB per capita da Região ainda permaneceu em cerca de 74% do valor médio gaúcho. Atualmente, produz em torno de 5,8% do PIB estadual e abrange 7,9% da população.

No período considerado, a estrutura setorial da atividade econômica permaneceu basicamente a mesma. O setor de serviços é o predominante, com 44% do PIB, seguido pelo agropecuário (31%), indústria (14,5%) e comércio (10%). Há que se destacar a importância do setor público na Região: apesar de abrigar apenas 7,5% da população ocupada gaúcha, a Região detém 11,2% dos trabalhadores na administração pública.

Na indústria, os setores que mais se destacam são, em ordem decrescente de importância, Máquinas, Equipamentos e Tratores (21,6% do VAB industrial da Região), Produtos de Origem Vegetal (18,2%) e Calçados, Couros e Peles (9,8%). Os três setores têm demonstrado altas taxas recentes de crescimento. No primeiro, destaca-se a produção de Implementos Agrícolas pré-colheita, responsável por um quinto da produção do Estado, e que tem-se mostrado dinâmica: entre 1998 e 2002, seu valor adicionado mais que triplicou.

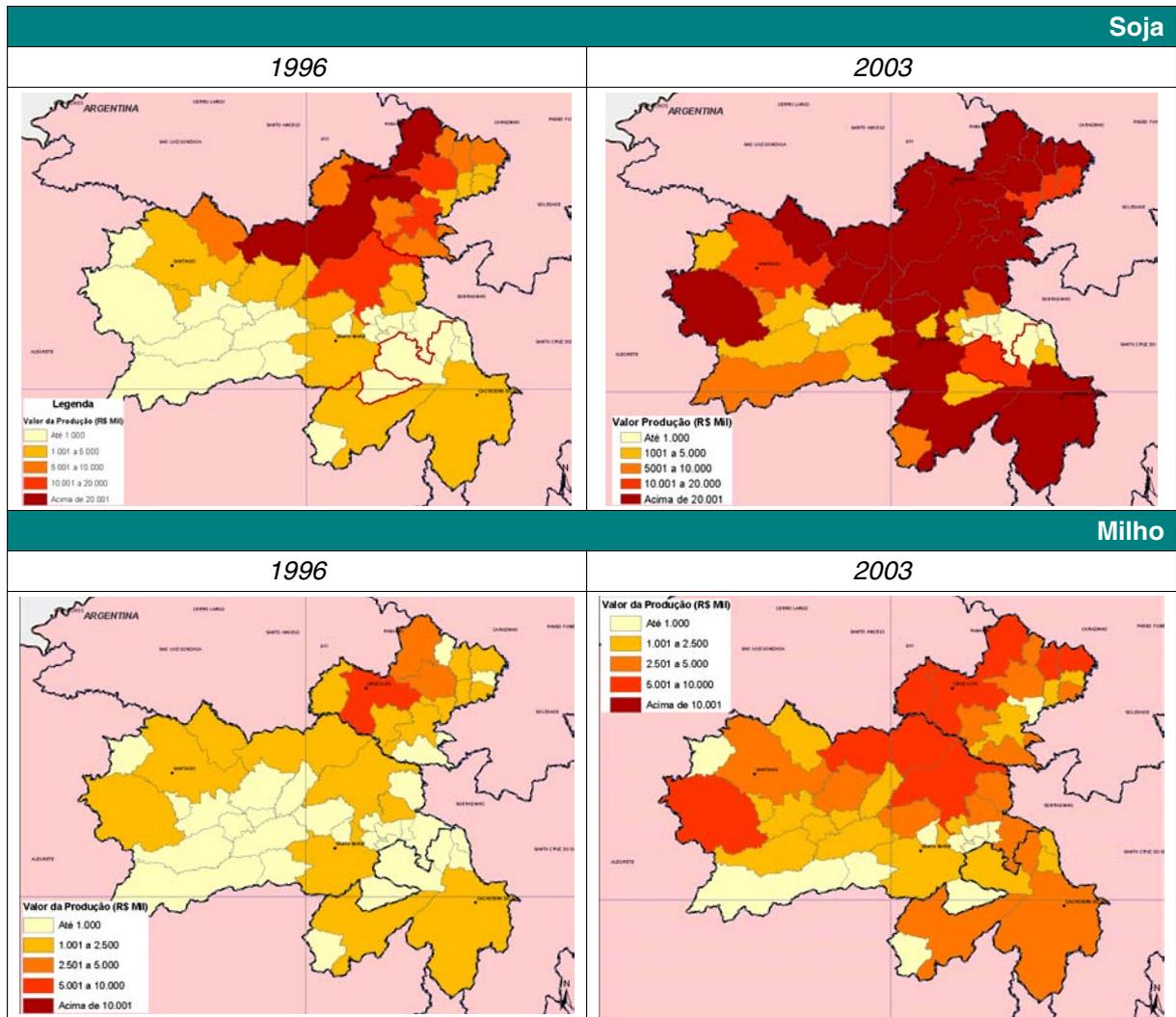
Um quarto da produção gaúcha de soja e um quinto da de trigo são colhidos na Região e, salvo variações conjunturais, têm apresentado uma tendência de crescimento. No entanto, o processamento desses produtos não é lá realizado; a Região processa apenas 6% da soja do Estado e, no caso do trigo, tal valor chega a 7,7%. Ou seja, boa parte das cadeias dos setores dominantes da agricultura não se realiza na própria Região. A produção de arroz também é relevante no subespaço equivalente ao COREDE Jacuí Centro e no sul do Central, sendo responsável por 18% da produção agrícola total da Região – o percentual processado é equivalente.

Na produção de soja, a eficiência da Região Funcional 8 é de menos de um quinto da do Mato Grosso (*benchmark* nacional) e menor do que a do COREDE Fronteira Oeste, líder no Estado, embora a área plantada tenha se expandido, como registra a **Figura 3.3.3**. No mesmo sentido, a produção de trigo é a menos eficiente de todas as Regiões Funcionais, a despeito de ser mais eficiente do que a produção nos demais Estados brasileiros. A eficiência na produção de arroz também está longe do ideal, chegando a ser quase um terço da estimada para a Região Funcional 5, o *benchmark* nacional.

Nas cadeias pecuárias, destaca-se a produção de leite, com quase 10% do total gaúcho, apesar de seu processamento ser de menos de um quinto de tal participação. A Região ainda contém 14,9% dos rebanhos bovinos estaduais, 2,1 milhões de cabeças, mas processa 9,3% destes. Como é possível verificar, repete-se na pecuária o padrão observado de baixa integração produtiva.

Cabe ressaltar que, na estrutura fundiária, predominam as propriedades com áreas entre 5 e 50 hectares. Quase 62% dos estabelecimentos da Região encaixam-se nessa categoria, e a concentração fundiária é maior apenas no COREDE Central.

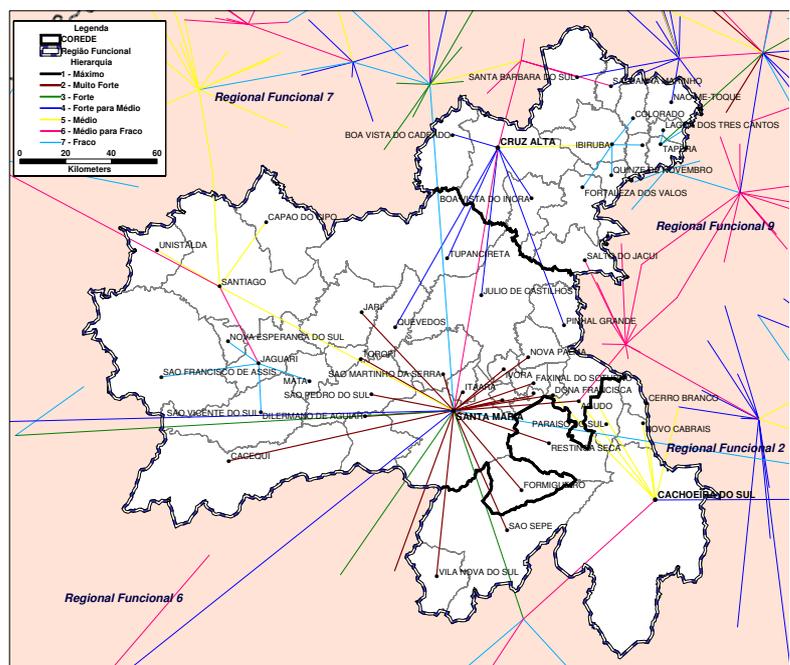
Figura 3.3.3 – Evolução da Produção da Soja e do Milho – RF 8 (1996-2003)



Desempenho Demográfico e da Rede Urbana: Trata-se de uma Região em que 77% de seus mais de 800 mil habitantes, distribuídos em 49 municípios, são considerados urbanos. O principal pólo urbano é Santa Maria, com mais de 200 mil residentes, que exerce grande atração tanto em empregos, como em educação, saúde e serviços a toda a Região, extrapolando sua influência para COREDES adjacentes.

Um grau mais baixo na hierarquia urbana é ocupado por Cruz Alta e Cachoeira do Sul. A primeira tem influência sobre a área equivalente ao COREDE Alto Jacuí e a porção ao norte do COREDE Central. Cachoeira do Sul exerce uma influência

Figura 3.3.4 – Polarização e Hierarquia Urbana na RF 8



mais limitada, porque é, por sua vez, influenciada por Porto Alegre. Além disso, muitos de seus municípios a leste estão polarizados por Santa Maria e têm, com esta, estruturas viárias mais diretas.

A taxa de crescimento populacional tem sido baixa - 0,81% a.a. entre 1991 e 2000 - e concentrada nos centros urbanos regionais, que têm atraído fluxos da zona rural. Como um todo, o saldo migratório é negativo, e o principal destino de seus habitantes é a Região Funcional 1.

Desenvolvimento Social: A taxa de analfabetismo da população maior de 15 anos, de 7,5%, é maior do que a média gaúcha¹. Em contraponto, as distorções idade-série nos ensinos fundamental e médio são levemente inferiores aos totais do Estado. Já as taxas de matrículas seguem o padrão gaúcho em todos os níveis, inclusive no superior.

Em saúde, a mortalidade infantil flutua em valores próximos aos da média estadual, mas o percentual de mortes por causas não-definidas (11,7%) está entre os mais altos. O número de leitos por 1.000 habitantes (3,64) é maior do que a média estadual (3,19). Deve-se notar que há relevantes diferenças quantitativas entre os COREDEs que formam esta Região Funcional. O Central apresentou, em 2002, o valor recorde de 14% de mortes por causas não-definidas; por outro lado, o Jacuí Centro possui um índice de mortalidade infantil de 11,1 por mil, praticamente a metade do observado no COREDE Alto Jacuí.

Em saneamento básico, a Região apresenta esgotos em 37% das habitações urbanas, valor superior à média estadual. Já em termos de coleta de lixo e abastecimento de água, os indicadores são piores do que no restante do Estado.

Desempenho do Emprego e Renda: Entre 1991 e 2000, a população ocupada na Região Funcional 8 cresceu 1,8% a.a, taxa semelhante à observada no Estado.

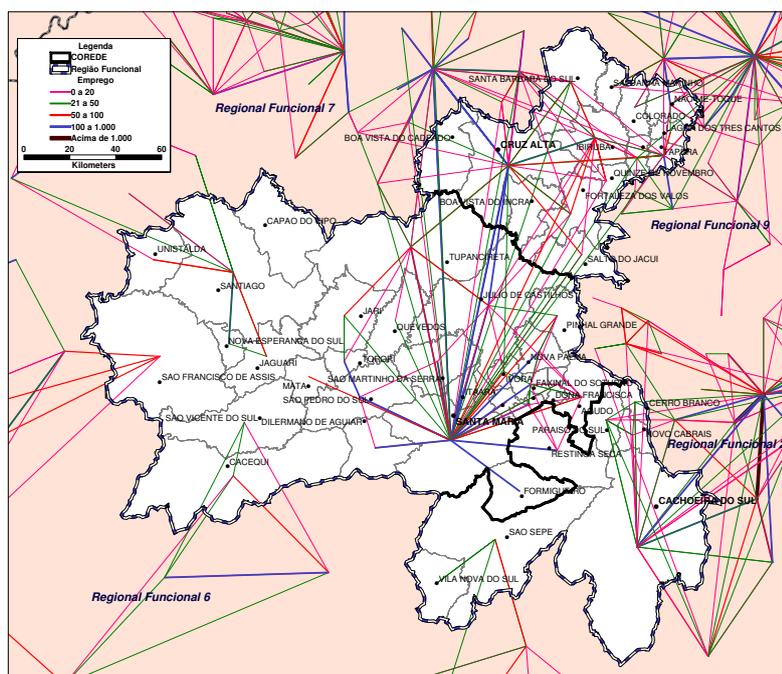
O crescimento do emprego com carteira assinada, por sua vez, chegou a quase 2% a.a. Observando-se a composição desse crescimento, fica claro que a maior parte dos empregos surgiu nos setores terciário e administração pública, apesar do número de militares e funcionários públicos ter caído fortemente: -3,3% a.a.

Especialmente, a Região pertence a quatro bacias de emprego polarizadas, embora de modo tênue, pelos pólos urbanos das cidades de Santa Maria, Cachoeira do Sul, Santiago e Cruz Alta, todas extrapolando sua área de influência para porções externas e adjacentes do Missões, Vale do Rio Pardo, Campanha e Fronteira Oeste.

Já os dados de renda per capita regional mostram que a Região Funcional 8 acompanhou a tendência de crescimento do Rio Grande do Sul durante os anos 1990. A renda per capita cresceu 1,1% ao ano, passando de R\$ 290 para R\$ 321, mantendo-se 10% abaixo da renda per capita gaúcha.

Entre 1991 e 2000, o percentual de famílias com rendimento abaixo de dois salários mínimos caiu de 40,5% para 20,7%. Por outro lado, o percentual de famílias enquadradas como “Sem Rendimento” cresceu de 1,3% para 3,5% do total da Região Funcional.

Figura 3.3.5 – Bacias de Emprego na RF 8



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

¹ Este indicador é viesado pela área correspondente ao COREDE Jacuí Centro, no qual a taxa de analfabetismo passa dos 10%.

densidades pela estrutura fundiária mais concentrada.

Os fluxos originados na Região e, principalmente, os que passam por ela rumo a outros destinos, ocasionam muitas linhas de desejo, visualizados na **Figura 3.3.8**, onde estão mapeadas as viagens equivalentes de ônibus, caminhões e automóveis que ocorrem entre as várias origens e destinos na Região e fora dela.

Verifica-se a alta concentração de fluxos no eixo entre Santa Maria e Cruz Alta, com as cargas com origem ou destino no noroeste do Estado.

Os principais gargalos, com saturação de tráfego, acham-se nas BR-158 – eixo Santa Maria/Cruz Alta; nas BR-377, RS-223, RS-481, RS-377, RS-342 (trecho próximo à saída para Santa Maria); e BR-285 (entre Carazinho e Saldanha Marinho), assim como limitações nas ferrovias, de caráter inter-regional.

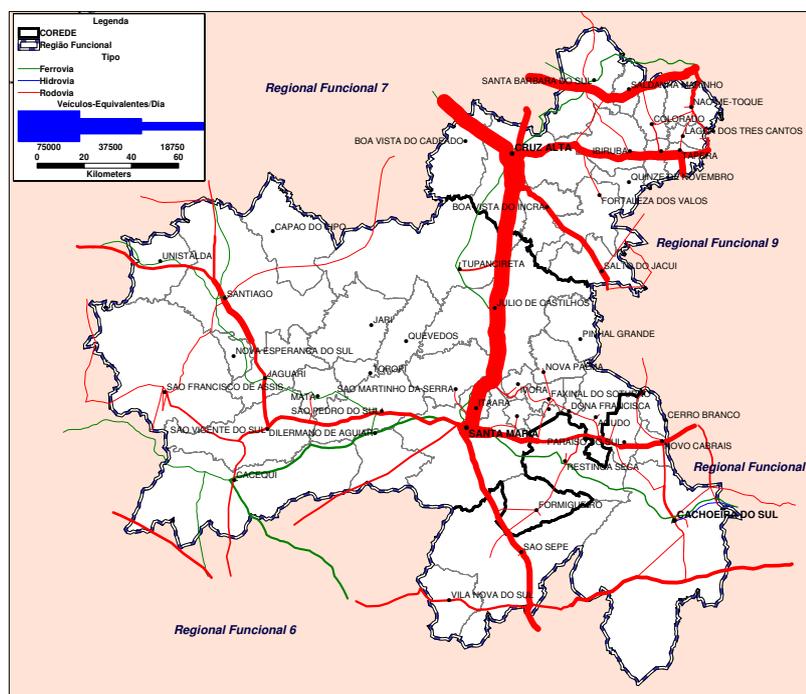
Os demais gargalos, registrados na **Figura 3.3.9** e no **Quadro 3.3.1**, são de recuperação asfáltica.

Além desses gargalos de capacidade e condições de operação, há 10 municípios (20%) na Região que não contam com acesso asfaltado às suas sedes, dificultando escoamentos de produções e acessos a serviços: no Alto Jacuí, Fortaleza dos Valos; no Jacuí Centro, Novo Cabrais; e, no Central, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Ivorá, Jarí, Pinhal Grande, Quevedos e São Martinho da Serra.

Em termos de capacidade de armazenagem, a Região Funcional 8 ocupa a segunda posição no Rio Grande do Sul em quantidade de armazéns convencionais para produtos ensacados (624 mil toneladas) e para grãos (2,8 milhões de toneladas), em apoio à sua produção de grãos. Não há aeroportos na Região, apenas pequenos aeroportos locais nas cidades de Santa Maria, Santiago e Cachoeira do Sul.

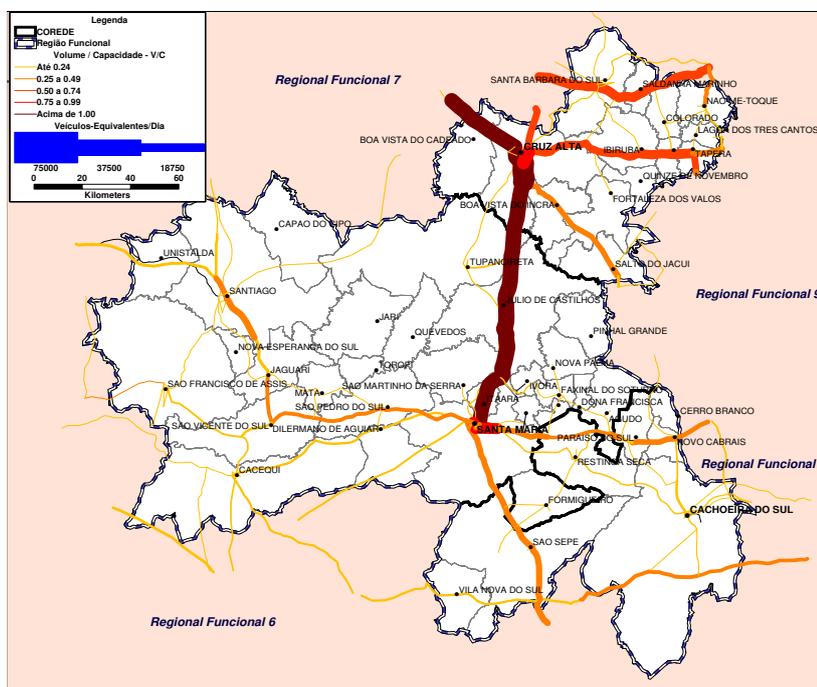
O **Quadro 3.3.1** mostra os gargalos em transportes na Região 8, de recuperação asfáltica.

Figura 3.3.8 – Carregamentos Rodo-Ferrovíários-Hidroviário na RF 8 (Veículos-Equivalentes/Dia)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.3.9 – Carregamentos Rodoferroviários Regionais: Gargalos na RF 8 (V/C)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Telecomunicações: Com exceção das cidades mais importantes da hierarquia urbana, o número de telefones fixos por domicílio tende a ser muito baixo. Fora da rede de transmissão de dados que atende a Universidade de Cruz Alta (Tchê), não há *backbones* comerciais na Região.

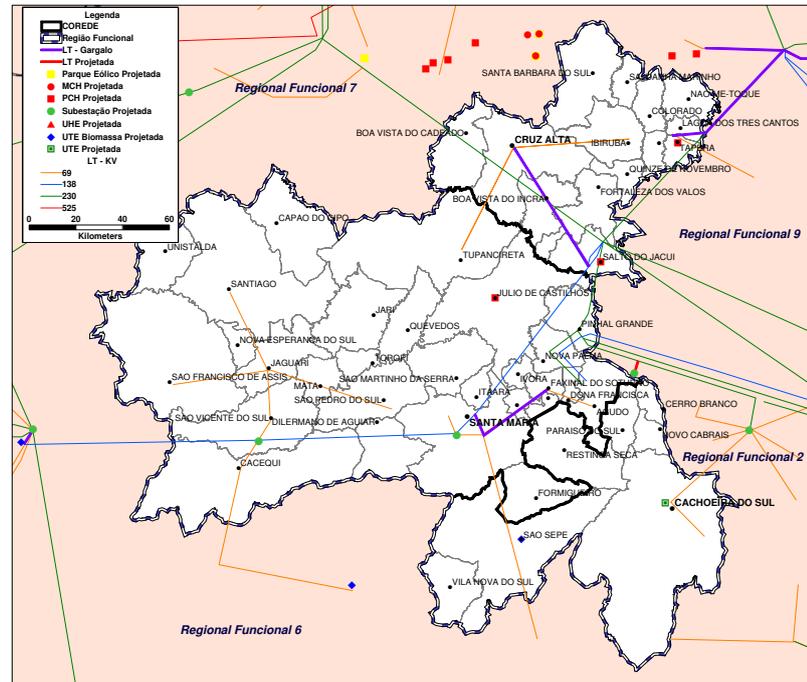
Macrossaneamento: Em termos de macrossaneamento, apenas o centro urbano de Santa Maria, pelas suas dimensões, representa problema mais grave de poluição ambiental devido às condições de saneamento. Embora 95% dos esgotos coletados na cidade sejam tratados, apenas 56% dos domicílios contam com coleta, o que deixa grande parcela sendo jogada *in natura* nos rios.

Potencial da Produção de Conhecimentos: O epicentro da potencialidade de geração de inovações da Região é Santa Maria, com sua Universidade Federal e com a presença da Ulbra e da Unifra. Ela exerce sua área de influência sobre toda a Região, além dos COREDEs adjacentes, como registra a **Figura 3.3.12**.

Trata-se da terceira concentração de grupos de pesquisa do Estado (12%), voltados a várias áreas, sendo a maioria em ciências agrárias, saúde, ciências exatas e ciências humanas. Há, ainda, a presença da Ulbra, em Cachoeira do Sul, da Unicruz, em Cruz Alta, da URI, em Santiago, e da Uergs, em Cachoeira do Sul, Santa Cruz e Ibirubá, porém com capacitações em pesquisa mais limitadas. Existem Pólos de Modernização Tecnológica na Região, ligados à UFSM, à URI e à Unicruz. É possível concluir que a estrutura de pesquisa tem boa aderência em relação à matriz produtiva local.

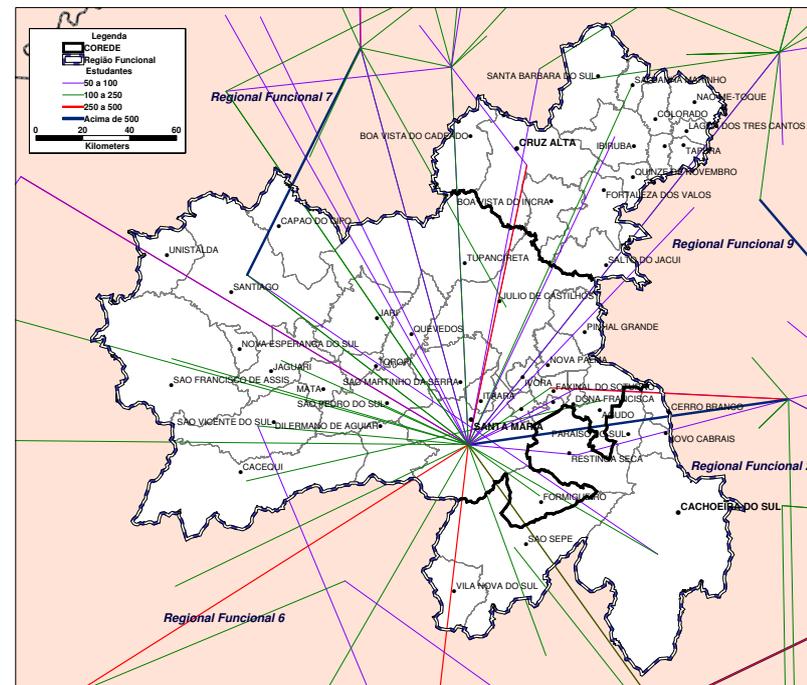
Os indicadores quantitativos dessa dimensão tendem a ser mascarados pela desigualdade nos COREDEs da Região Funcional. O Central, influenciado por Santa Maria, tende a possuir indicadores mais altos e próximos à média do Estado, chegando a superá-la no percentual de jovens freqüentando o ensino superior. Já o COREDE Jacuí Centro possui diversos indicadores entre os piores do Estado.

Figura 3.3.11 – Linhas de Transmissão e Unidades de Geração Energética (RF 8)



Fonte: Ceee, 2005; AES-Sul, 2005 e RGE, 2005

Figura 3.3.12 – Polarização de Estudantes do Ensino Superior na RF 8



Fonte: IBGE, 2000; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Potencial Financeiro, Empreendedor e Atrativo: Em termos de empreendedorismo, a posição da Região é intermediária. Há iniciativas de APL registradas no Sebrae (pré-colheita), mas os indicadores de empreendedorismo estão levemente abaixo da média estadual. Coube à Região apenas 0,37% do total de valores fruídos do Fundopem entre 1995 e 2004, colocando-a em penúltima posição. É notável que não haja projetos confirmados na Região no âmbito do Fundopem e Integrar. Apenas no Reconvertul, a Região recebeu 21,9% dos desembolsos entre 1999 e 2004, o que mal chega a R\$ 64 milhões.

Quanto às finanças públicas municipais, o Alto Jacuí destaca-se dos demais COREDES que compõem a Região com um elevado número de municípios classificados como Ricos e Dependentes.

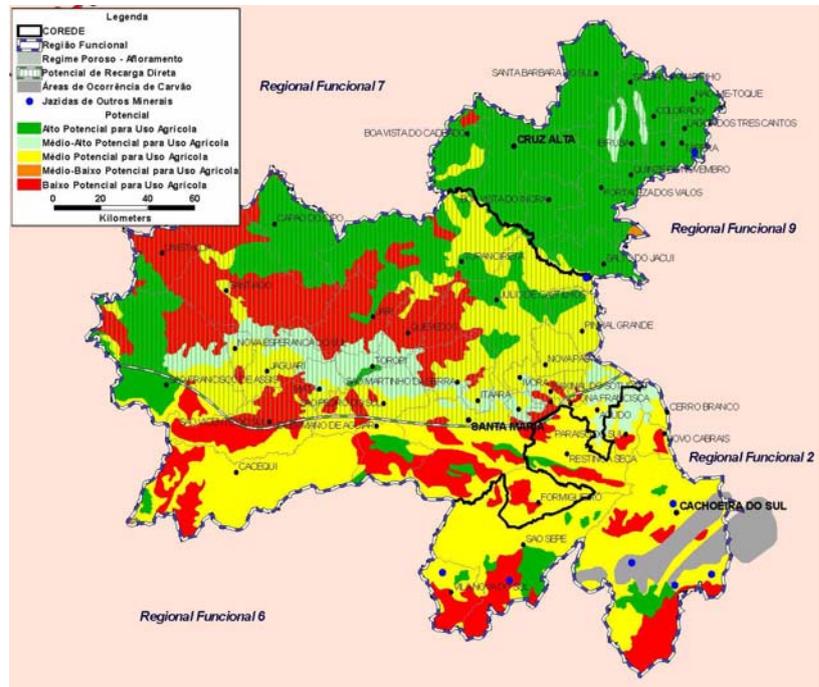
Suas receitas orçamentárias per capita só ficam atrás do COREDE Serra. Nos outros COREDES da Região, o mesmo não se repete e, considerada como um todo, não é muito distinta do perfil estadual. As estimativas apontam que a Região recebeu investimentos públicos, nas três esferas, cerca de 11% maiores do que a média estadual.

Potencialidades e Restrições Ambientais: O território está dividido entre os biomas Pampa e Mata Atlântica. O potencial de uso do solo é alto na porção do Alto Jacuí, situando-se entre médio e baixo nas porções dos demais COREDES, o que coloca restrições para sua base produtiva agropecuária.

Na área do Jacuí Centro, há jazidas de carvão, cobre, argila e calcário.

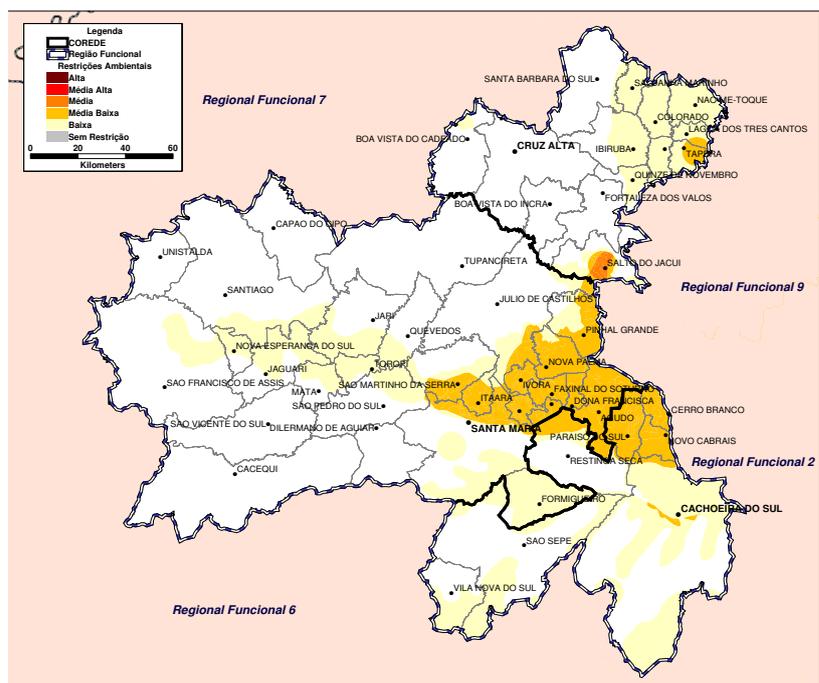
Quanto às restrições ambientais, no COREDE Central, há problemas de desmatamentos de matas de galerias em função do cultivo de arroz, que alteram o regime de chuvas, provocando erosões, períodos de cheias e secas, além de resíduos dessa cultura. No Jacuí Centro, a sobreutilização da disponibilidade hídrica superficial gera problemas de estiagem. Existem outros problemas ambientais ligados à poluição causada pelas atividades de criação de animais e em decorrência de agricultura mecanizada.

Figura 3.3.13 – Potencialidades Ambientais na RF 8



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.3.14 – Restrições Ambientais na RF 8



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Com 30% do território no bioma Mata Atlântica, a porção leste do Central tem média restrição ambiental em função desse bioma a preservar. Há apenas duas unidades de conservação e uma reserva indígena.

Condições de Governança Regional: A baixa coincidência de regionalizações setoriais nesse território, causando dificuldades de governança, é grande. No Central, por exemplo, os 28 municípios pertencem a 55 diferentes regionais setoriais, que fragmentam seu território para efeito de planejamento, e exigem, no mínimo, 117 participantes em seu planejamento. O mesmo ocorre com os demais COREDEs constituintes.

O desenvolvimento regional para crescimento socioeconômico e superação de desigualdades exige que ações sejam empreendidas simultânea e concomitantemente no espaço para que as sinergias possam ocorrer, causando um salto na qualidade dos serviços e bens oferecidos. Por essa razão, a uniformidade nos territórios de planejamentos setoriais é desejável, de modo a que possam ocorrer ações concentradas e inter-relacionadas. Assim, um esforço do Estado para uniformizar essas regionalizações será desejável.

Por outro lado, o bom nível de empreendedorismo e associativismo regional, ao mesmo tempo em que desencadeia várias iniciativas em diversos setores, carrega, no bojo dessas iniciativas, a falta de coordenação, liderança ou comando delas por um ator principal, perdendo-se os participantes em falta de objetividade, esforços coincidentes e fragmentados ou falta de interlocução que leve às ações desejáveis.

Assim, vários atores e participantes são importantes no desenvolvimento dessa Região e devem ser envolvidos em sua gestão para o desenvolvimento, como as associações de municípios (Amcentro e Amaja), associações de vereadores (Ascamaja, AL Jaguari, 4ª Colônia); instituições de ensino superior (Unicruz, Ulbra, UFSM, Unifra, URI, Uergs); sindicatos de trabalhadores e patronais (rural, metalúrgico, alimentação, Cruz Alta e Não Me Toque); ONGs (Mopipan, Asepan e agricultura familiar); comitês de bacias (Alto e Baixo Jacuí); além de Agências de Desenvolvimento (São Sepé e Rota 21).

Finalmente, outro fator concorrente à governança regional refere-se ao grau de êxito dos COREDEs em suas tarefas de articular essas estruturas setoriais governamentais e os agentes presentes. O grau de êxito dos COREDEs da Região alcançou desempenho distinto: médio superior, no Central e Alto Jacuí; e médio inferior no Jacuí Centro. Os COREDEs têm atuação reconhecida no planejamento regional, porém, dificultada pela diversidade territorial de agentes governamentais intervenientes e pelo único papel solicitado a eles, de elaboração dos orçamentos anuais, o que encaminha seus esforços apenas para a seleção e alocação desses recursos e não para um planejamento estratégico na busca de soluções e recursos fora da esfera estadual.

Futuro Tendencial da Região Funcional 8

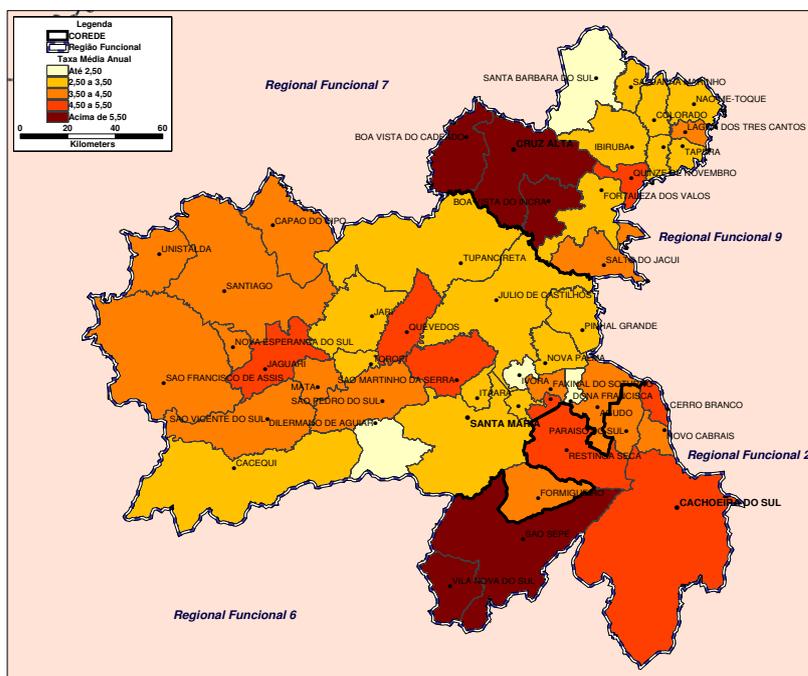
A persistirem as tendências socioeconômicas e demográficas recentes, as perspectivas para o futuro da Região apontam para uma leve elevação de sua participação no PIB estadual, e, embora aumente, o PIB per capita permanece abaixo da média estadual. Ampliam-se as desigualdades na renda e assiste-se a um crescimento acelerado da urbanização, como registram as análises na seqüência.

Desempenho Econômico: Está previsto que, entre 2003 e 2015, o PIB per capita da Região Funcional 8 registre um crescimento esperado de 60%. Sua participação no PIB gaúcho subirá de 5,79% para 6,12%. Crescendo a taxas mais altas que o Estado, a Região 8 tende a aproximar-se do PIB médio per capita: sua proporção quanto a ele deverá passar de 75%, em 2003, para 84%, em 2015.

O Cenário Tendencial não aponta para uma reestruturação intensa da estrutura produtiva até 2015. O fato mais notório é a redução da participação da agropecuária, que tenderá a perder

6%, caindo para apenas 23,7% do Valor Adicionado. Em contraponto, prevê-se um aumento de 4,4% na participação da Indústria no Valor Adicionado. Comércio e Serviços tenderiam a pequenos incrementos. Essas limitadas mudanças estruturais não fazem com que perca sua característica de ter o menor coeficiente de especialização. Isto é, seu perfil setorial é o mais semelhante, entre todas as Regiões Funcionais, ao da economia gaúcha. No desempenho esperado projetado pelo Cenário Tendencial, estão computados investimentos nos setores produtivos de cerca de R\$ 152 milhões (11% do total do Estado), objetos de incentivos e financiamentos do governo (Tabela 3.3.1).

Figura 3.3.15 – PIB Municipal per capita, 2003-2015 – RF 8 (Taxa Média de Crescimento Anual)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

Tabela 3.3.1 – Investimentos Produtivos Confirmados – RF 8 (em R\$)

Segmento Produtivo	Alto Jacuí	Central	Jacuí Centro	Total
Agropecuária e Atividades Correlatas	76.600	70.860		147.460
Alojamento e Alimentação	104.993			104.993
Comércio e Reparação de Veículos		115.000		115.000
Comércio por Atacado		2.338.000		2.338.000
Criação de Aves	36.088			36.088
Eletricidade, Gás e Água Quente			5.285.562	5.285.562
Produtos Alimentícios e Bebidas		37.132.736		37.132.736
Silvicultura, Exploração Florestal e Serviços Relacionados		149.862		149.862
Total	217.681	39.806.458	5.285.562	45.309.700

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

O multiplicador do setor agropecuário no Alto Jacuí é o mais alto do Estado e tem um forte componente intra-regional. Ainda neste COREDE, o setor de máquinas e tratores possui um elevado multiplicador, mas sujeito a fortes vazamentos para outras Regiões e para o resto do Brasil. No COREDE Central, os setores primazes, comércio e serviços, têm efeitos multiplicadores próximos aos do restante do Estado, predominando os efeitos intra-regionais. No COREDE Jacuí Centro, existe uma tendência a participações menores dos impactos intra-regionais, na comparação com outros setores. Atentando-se apenas para os efeitos multiplicadores totais do investimento (intra e extra-regionais) a Região Funcional 8 tende a ter valores próximos à média setorial do Estado.

Setores Promissores: O Cenário Tendencial aponta que os COREDEs Alto Jacuí, Central e Jacuí Centro têm especialização e vantagem comparativas, respectivamente, nos setores de Máquinas e Tratores, Serviços e Agropecuária. No setor em que é especializado, cada COREDE terá taxas de crescimento mais altas do que as médias gaúchas no mesmo setor.

Já nos setores de Agropecuária (Central e Alto Jacuí) e Processamento de Laticínios (Alto Jacuí apenas), nos quais esses COREDEs são especializados, haverá uma tendência a um crescimento menor do que o do restante do Estado.

Por outro lado, dentre os setores promissores (isto é, aqueles que crescerão a taxas elevadas, mesmo que neles ainda não haja especialização), pode-se destacar a Indústria Química e a Fabricação de Calçados e Couro, nos COREDEs Alto Jacuí e Central, além de outros, como segue:

♦ Santa Maria tem porte urbano suficiente e capital humano para desenvolver um pólo regional de serviços mais qualificados, do chamado terciário superior. Isso tenderia a gerar transbordamentos capazes de revitalizar o seu entorno.

♦ Máquinas Agrícolas no COREDE Alto Jacuí, até pela sua proximidade com o eixo Horizontal-Panambi (Região 7), com zonas agrícolas importantes, tem um futuro promissor, especialmente se conseguir manter a dinâmica tecnológica.

Vale apontar que esta apreciação está em consonância com o que apontou o Cenário Tendencial: a Região será especializada e com vantagens comparativas nesses dois setores.

Além disso, analisando os 25 setores projetados pelo Cenário Tendencial, observa-se que, na RF 8, o setor Agropecuário (o mais relevante da Região em 2003) permanece em destaque em 2015, com sua participação no VAB do setor no Estado, mantendo-se estável, porém com participação no VAB da Região caindo sensivelmente (quase 6% no período). Os setores Químico e de Calçados e Couros crescem, respectivamente, 16,7% e 21,9%, ampliando a participação no VAB, porém ainda longe de obter peso muito relevante em seus setores. A **Tabela 3.3.2** mostra a participação estimada da Região no VAB de 2003 e 2015 do Estado nos 25 setores analisados no Cenário Tendencial.

A internalização do processamento de cadeias agropecuárias parece promissora. Chama a atenção o quanto tais atividades são realizadas fora da Região. Ainda não há elementos para identificar quais são as razões que levam a essa geografia do setor. Porém, preservada a competitividade, pode-se adiantar que há perspectivas positivas no sentido de assimilar elos da cadeia produtiva agropecuária dentro da Região.

A internalização do processamento de cadeias agropecuárias parece promissora. Chama a atenção o quanto tais atividades são realizadas fora da Região. Ainda não há elementos para identificar quais são as razões que levam a essa geografia do setor. Porém, preservada a competitividade, pode-se adiantar que há perspectivas positivas no sentido de assimilar elos da cadeia produtiva agropecuária dentro da Região.

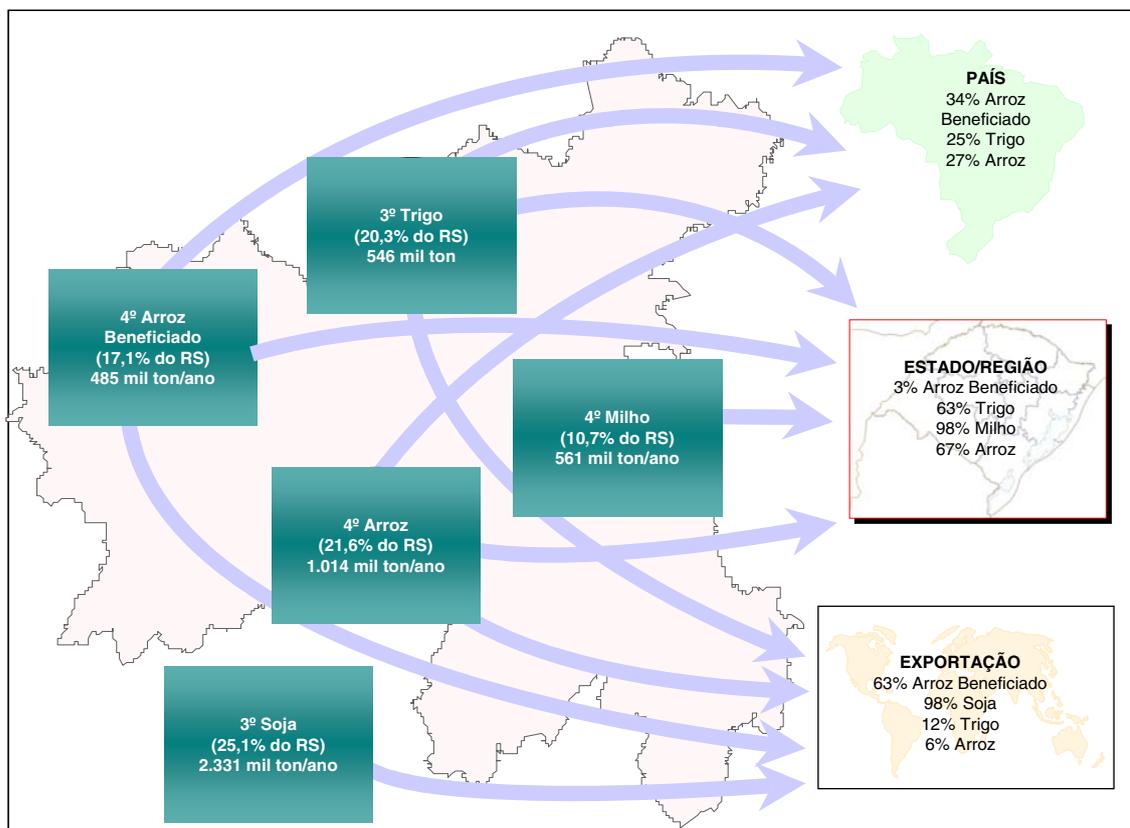
Estimativa de Produtos de Grandes Volumes e Fluxos Inter-Regionais: Segundo as projeções do Componente 2 – Logística de Transportes, realizadas de acordo com a matriz origem-destino dos produtos de grande volume, é possível verificar a produção e o destino dos principais produtos de grande volume para cada Região. As estimativas, para 2015, das principais produções regionais são visualizadas na **Figura 3.3.16**.

Tabela 3.3.2 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 8 (R\$ milhões de 2003)

Setores	2003		2015	
	% do Total da Região	% do RS	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	29.8%	11.9%	23.7%	11.9%
Indústria Metalúrgica	0.8%	1.7%	0.9%	1.9%
Máquinas e Equipamentos / Tratores	0.7%	1.9%	1.1%	2.4%
Material Elétrico	0.1%	0.8%	0.1%	1.4%
Material de Transportes	0.0%	0.2%	0.0%	0.2%
Serrarias, Madeira e Móveis	0.5%	2.8%	0.4%	2.1%
Papel e Gráfica	0.5%	2.7%	0.6%	3.2%
Química	0.3%	0.3%	1.3%	1.2%
Calçados e Couros	0.3%	0.5%	2.1%	3.4%
Produtos de Origem Vegetal	0.2%	0.4%	0.5%	1.6%
Abate e Preparação de Carnes	1.1%	2.9%	0.8%	2.9%
Leite e Laticínios	0.2%	2.2%	0.1%	2.0%
Óleos Vegetais	0.1%	0.5%	0.1%	0.8%
Demais Ind. Alimentares	0.5%	2.3%	0.5%	2.5%
Demais Indústrias	1.3%	2.0%	1.5%	1.9%
Serviços Utilidade Pública	1.3%	3.9%	2.1%	5.7%
Construção Civil	2.6%	3.2%	5.4%	7.4%
Comércio	10.8%	6.6%	11.8%	6.8%
Transporte	1.4%	4.7%	1.6%	4.3%
Comunicações	2.8%	6.7%	2.8%	6.6%
Instituições Financeiras	6.7%	6.7%	7.3%	7.2%
Serviços Prestados às Famílias	8.8%	7.3%	10.5%	7.2%
Aluguel de Imóveis	7.1%	4.9%	6.2%	5.6%
Administração Pública	20.5%	9.9%	17.2%	9.5%
Serviços Privados Não Mercantis	1.6%	7.7%	1.3%	7.8%
Total	100.0%	5.8%	100.0%	6.1%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

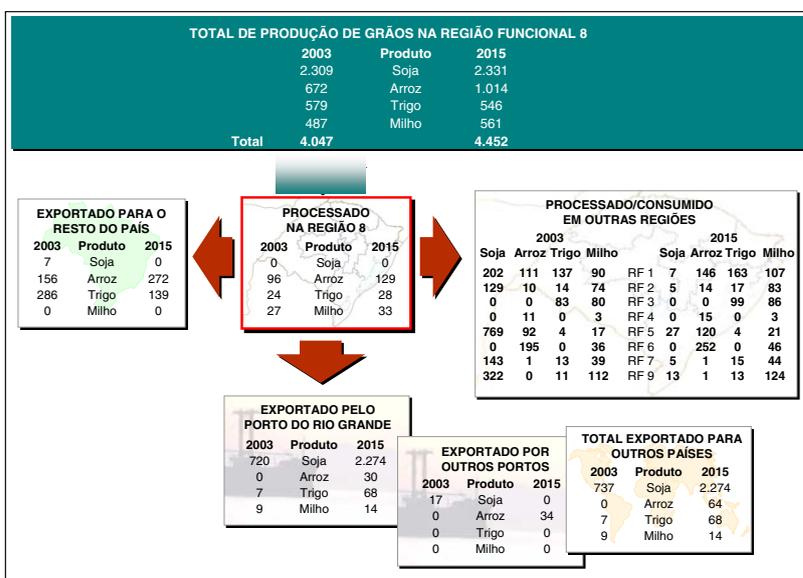
Figura 3.3.16 – Estimativa das Principais Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes da RF 8 em 2015 (Produtos de Grande Volume – Componente 2)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Na produção de Grãos total, a Região será a terceira maior produtora. No arroz, será o quarto produtor do Estado, com 1.014 mil t/ano, direcionadas para todos os mercados, mas com menor intensidade às exportações. Na soja, será o terceiro produtor gaúcho, atingindo, em 2015, 2.331 mil t/ano. Apenas uma pequena parte dessa produção ficará no Estado, sendo quase a totalidade voltada à exportação pelo Porto de Rio Grande. No trigo, também será o terceiro produtor do Estado, com 546 mil t/ano, basicamente para atendimento do mercado nacional. Finalmente, no milho, será o quarto produtor do Estado, atingindo 562 mil t/ano em 2015. O maior volume dessa produção será voltado ao atendimento das demais regiões do Estado.

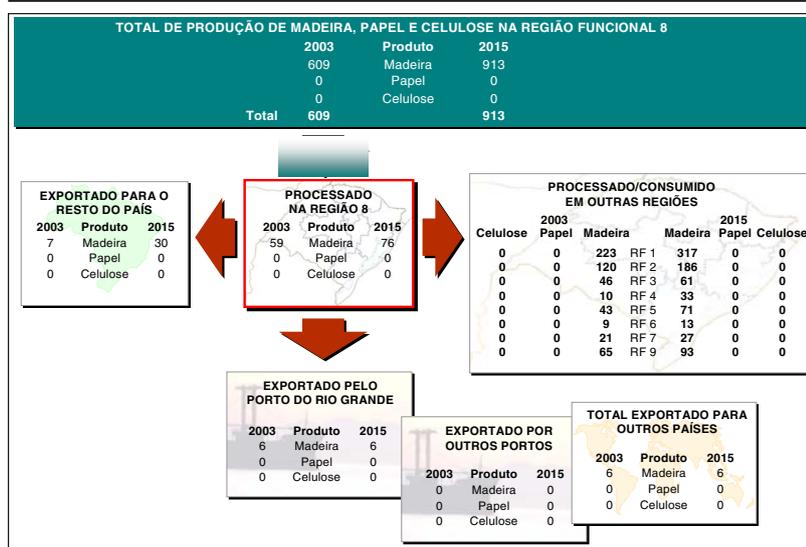
Figura 3.3.17 – Estimativa de Produção e Movimentações de Grãos na RF 8



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.3.18 – Estimativa de Produção e Movimentações de Madeira (RF 8)

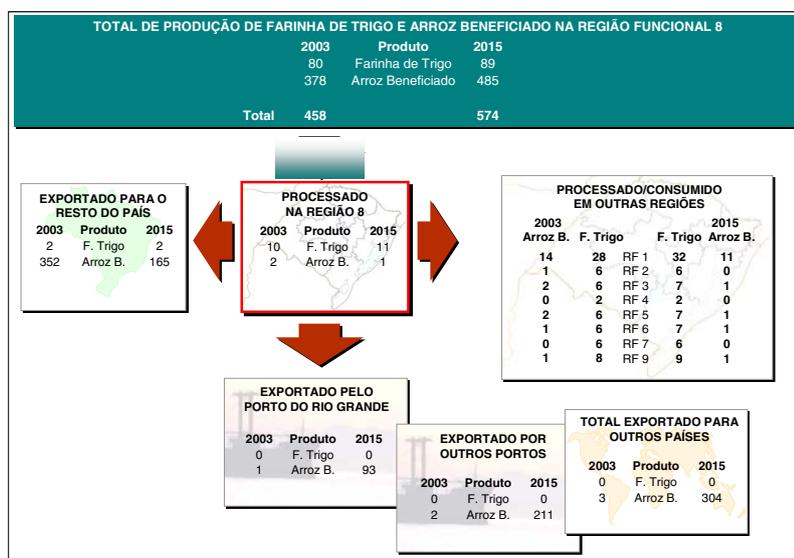
Na produção de Madeira, por sua vez, a Região Funcional 8 será o oitavo produtor do Estado, atingindo 913 mil t/ano em 2015, voltando a maior parte dessa produção para processamento ou consumo nas Regiões 1 e 2.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.3.19 – Estimativa de Produção e Movimentações de Farinha de Trigo e Arroz Beneficiado (RF 8)

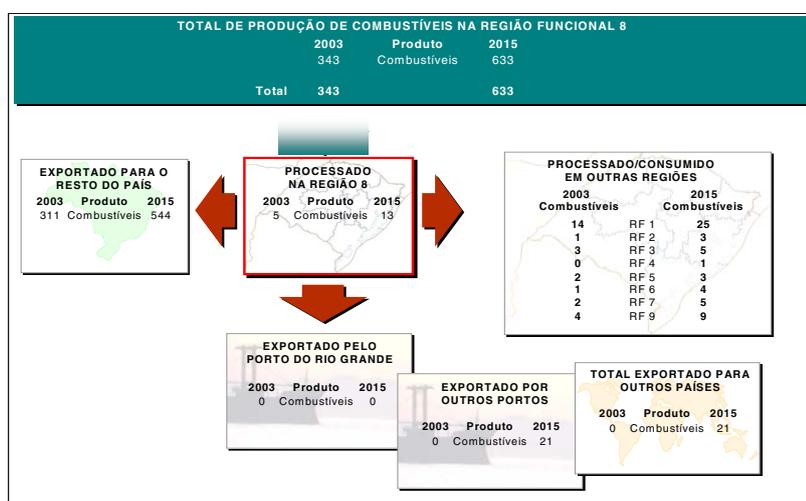
No processamento de Trigo, a Região será o terceiro produtor de farinha de trigo, com 89 mil t/ano, fortemente voltado para abastecimento intra-estadual. Já no beneficiamento de arroz, a Região estará em quarto lugar no Estado, com 486 mil t/ano, sendo essa produção quase que integralmente voltada ao abastecimento de mercados externos, tanto nacionais quanto internacionais.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.3.20 – Estimativa de Produção e Movimentações de Combustíveis (RF 8)

Na movimentação de Combustíveis, será o quinto produtor, atingindo 633 mil t/ano em 2015, sendo quase 90% dessa produção voltada para atendimento de outros Estados do país.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Qualidade Social do Crescimento: Em termos de desigualdade, entre 2003 e 2015, prevê-se um acréscimo na desigualdade da renda da população ocupada, em todos os COREDEs que compõem a Região. O efeito, contudo, não é elevado. Em geral, trata-se de um acréscimo de um centésimo no índice de Gini das Regiões.

Não há oscilação nos níveis de pobreza: os 49% da população dos COREDEs Jacuí Centro e Central e os 48% do COREDE Alto Jacuí permanecem até 2015.

Evolução Demográfica: Prevê-se um crescimento populacional de 0,46% a.a. (a segunda mais baixa taxa de crescimento das Regiões Funcionais) entre 2000 e 2015. No período, há uma tendência de queda da população rural à taxa de 3,4% a.a., chegando a Região, em 2015, a uma taxa de urbanização de cerca de 87%.

Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região Funcional 8

As aptidões regionais estão relacionadas, direta ou indiretamente, ao seu setor agropecuário, com diversificação de produtos e boa competitividade, embora com pouca integração entre produção e processamento nas principais cadeias agropecuárias.

Possui limitado mercado consumidor interno, devido à pequena dimensão e poder aquisitivo, mas a situação da infra-estrutura social e as condições sociais são satisfatórias. Conta, ainda, com uma malha de transporte favorável, com alta acessibilidade a terminais ferroviários e grandes corredores de escoamento de produção, para integrar-se a mercados mais vultosos.

Santa Maria mostra-se apta a continuar sendo um pólo comercial e de serviços privados e públicos, capaz de atingir até mesmo Regiões Funcionais contíguas. Sua capacidade de pesquisa pode transformá-la em geradora de inovações para o setor produtivo regional.

Potencialidades, Restrições, Oportunidades e Ameaças: Para a identificação mais específica das potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças à Região, utilizou-se o instrumento da Matriz SWOT (**Quadro 3.3.2**), que congrega o conjunto de potencialidades, oportunidades, restrições e ameaças que incidem e tendem a continuar incidindo no Cenário Tendencial já traçado.

Elementos Estratégicos da Região Funcional 8: A avaliação da matriz SWOT permite ressaltar alguns aspectos relevantes que merecem maior foco de análise para fins de planejamento regional, como apresentados a seguir:

A) A região conta com base econômica agrícola com alta diversidade, mas ameaçada por competitividade pouco diferenciada e cadeias produtivas pouco adensadas.

B) Ampla e variada oferta de infra-estrutura de transportes para escoamento da produção.

C) Potencialidade de Santa Maria tornar-se pólo irradiador devido a sua infra-estrutura de serviços e educacional, que exerce forte influência sobre toda a Região.

A) Base econômica Agrícola com alta Diversidade, mas Ameaçada por Competitividade pouco Diferenciada e Cadeias Produtivas pouco Adensadas

A maior parte das oportunidades e potencialidades da Região dá-se ao redor do setor agropecuário, pela conjunção da presença relevante na Região dos principais produtos agrícolas do Estado (soja, trigo, arroz, milho) com a tendência que aponta para a expansão forte da demanda por exportação na agropecuária entre 2004 e 2015. O fácil acesso aos terminais ferroviários, a oferta de infra-estrutura de transportes para escoamento da produção e a infra-estrutura de pesquisa oferecida, especialmente pela UFSM; são capazes de alavancar as oportunidades de desenvolvimento citadas. Além disso, existe boa disponibilidade hídrica superficial, exceto no COREDE Jacuí Centro. Neste, mais de 90% daquela disponibilidade são utilizados para irrigação, que, com uma evapotranspiração hídrica acentuada, ocasionam problemas freqüentes de estiagem.

Entretanto, como a Região não se destaca pela competitividade, expressa pela eficiência e pela produtividade de seus produtos principais, isso a torna mais vulnerável que outras regiões do Estado e do país a movimentos desfavoráveis de preço, com destaque para a taxa de câmbio em relação aos produtos exportáveis.

Mesmo a oportunidade advinda do aumento da demanda pelos produtos primários da

Região pode ver-se frustrada pela restrição a ampliar-se a área cultivada, pois as terras propícias à agricultura são restritas na Região. Portanto, possíveis expansões da demanda externa por arroz, soja ou trigo não poderão ser totalmente respondidas pelo aumento das áreas cultivadas. Adicionalmente, a aplicação da legislação ambiental, visando restringir a poluição, impõe restrições à atividade primária e força-a a mudar sua base tecnológica e, talvez, a ter incrementos nos seus custos. Os problemas mais graves da Região estão relacionados com a agricultura mecanizada e com os dejetos orgânicos decorrentes da criação de aves e suínos.

Nesse sentido, como o aumento da produtividade é que deve ser a alavanca para crescimento da produção, e como há a demanda por tecnologias agropecuárias ecologicamente mais sustentáveis, a Região apresenta como fraqueza a baixa integração entre a pesquisa e o meio produtivo.

A Região tem no processamento de produtos agropecuários dominantes o principal elo faltante das cadeias agrícolas, tendo boa parte do processamento da sua vultosa produção primária realizada fora de suas fronteiras.

A produção de máquinas agrícolas pode desenvolver-se aproveitando os espaços oferecidos pelo crescimento do *agribusiness* brasileiro (e do comércio mundial), além da continuidade dos incentivos governamentais à modernização agrícola. Entretanto, essa produção de máquinas agrícolas e o processamento de produtos agrícolas podem sofrer forte concorrência e atração por parte de outras regiões do próprio Estado que já têm tradição nesses setores.

B) Ampla e Variada Oferta de Infra-Estrutura de Transportes para escoamento da Produção

Embora distante do Porto de Rio Grande, possui variada oferta de modais de transporte, ligando-a aos principais centros de escoamento e consumo do Estado (Porto Alegre e Porto de Rio Grande), sendo servida por ligações rodoviárias, hidroviárias e ferroviárias. A Região apresenta, ainda, elevada capacidade de armazenagem para produtos ensacados e para grãos. Entretanto, apresenta diversos gargalos que afetam sua competitividade agrícola, como a limitação na velocidade dos trens de carga, muitos trechos rodoviários sem condições adequadas de pavimentação e a saturação de tráfego nos trechos da BR-158 (entre Cruz Alta e Santa Maria), da BR-377 (entre Santa Bárbara e Fortaleza dos Valos) e da RS-223 (próximo a Ibirubá).

Embora constitua-se em importante fator para a economia da Região, a malha de transportes está organizada de forma a dificultar a integração interna entre seus municípios. Sua configuração em forma de espinha-de-peixe implica em grandes voltas e aumenta muito os tempos de deslocamento entre sedes municipais.

C) Potencialidade de Santa Maria tornar-se Pólo Irradiador devido à sua Infra-Estrutura de Serviços e Educacional que exerce forte Influência sobre toda a Região

A cidade de Santa Maria exerce forte polarização da Região em termos de empregos, saúde, educação e serviços, contando com bom potencial de geração de inovação a partir de sua base de instituições de ensino superior, apoiada por uma boa infra-estrutura de redes de transmissão de dados de alta velocidade, que pode propiciar à cidade a possibilidade de especializar-se na prestação de serviços técnico-comerciais, baseados na modernização da agricultura e na expansão do agronegócio. Dessa forma, a cidade pode endogeneizar a dinâmica regional ao reforçar sua atuação na difusão de tecnologias e na prestação de serviços qualificados ao setor produtivo.

Por contar com um alto percentual de funcionários públicos e militares, especialmente federais, Santa Maria possui uma fonte estável de renda e uma população relevante de classe média, mas corre o risco específico de redução da massa salarial dos servidores e conseqüentes impactos na renda da Região, uma vez que não há perspectivas de crescimento da massa salarial ligada ao setor público.

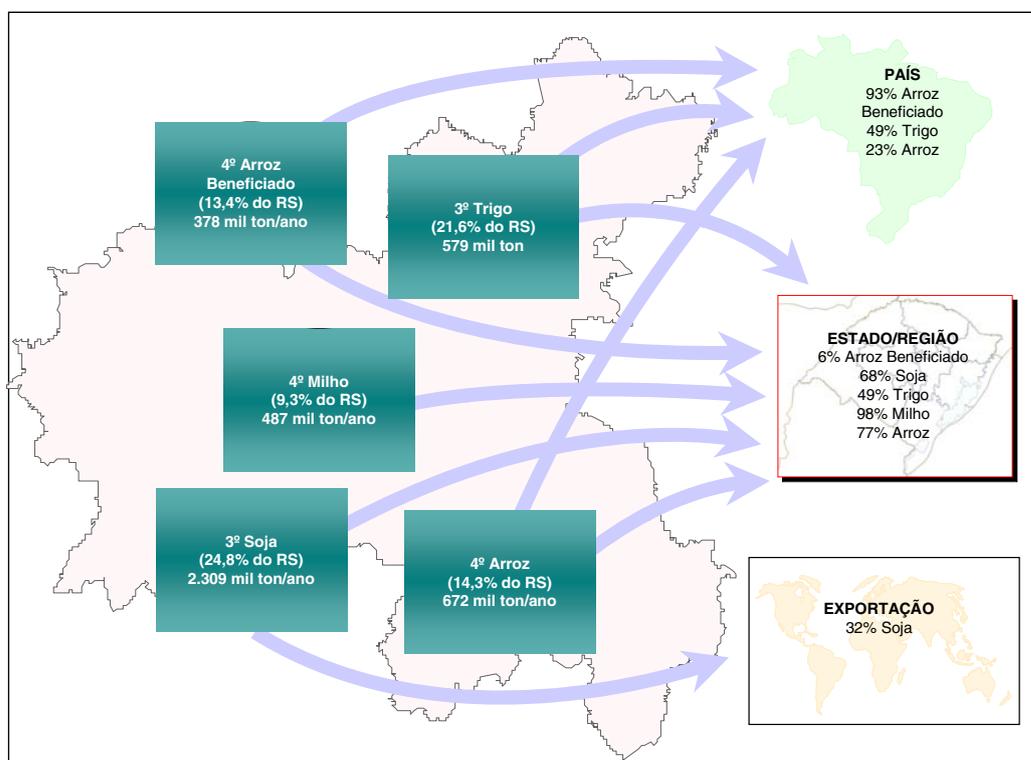
Como pólo regional, a cidade tem o potencial de reverter a atual situação, convertendo um setor de serviços passivo num centro irradiador de novas energias de desenvolvimento. Nesse sentido, a cidade é capaz, também, de usufruir das vantagens decorrentes da tendência geral de mudança do perfil da demanda na direção dos serviços. Entretanto, a pouca integração do setor de I&C com a esfera produtiva, como ocorre atualmente, pode fazer com que tal oportunidade seja perdida e levar os potenciais demandantes de serviços a buscar outras regiões mais bem qualificadas tecnologicamente.

Visão Estratégica da Região Funcional 8

Alavancar a base agrícola (soja, no norte, e arroz, no sul), aumentando a produtividade pela tecnologia, apoiada na infra-estrutura de transporte e armazenamento existente, tendo Santa Maria como pólo irradiador do desenvolvimento.

A atividade primária da Região destaca-se por sua relevância, conforme mostrado na **Figura 3.3.21**.

Figura 3.3.21 – Cadeias Produtivas com Participação Relevante da RF 8 e Destino da Produção



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Porém, sua competitividade é pouco diferenciada em relação a outras regiões do Estado, conforme mostra a **Tabela 3.3.3**:

Tabela 3.3.3 – Eficiência Produtiva Comparada RF 8 (Somente entre os produtores de cada produto)

Região/Produto	Arroz	Trigo	Soja
Região Funcional 8	0,64	0,68	0,19
Benchmark Brasil (100%)	Região Funcional 5	COREDE Médio Alto Uruguai (RF 9)	Estado do Mato Grosso

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

A **Figura 3.3.22** mostra que duas culturas predominam no Estado – a soja, no norte, e o arroz, no sul.

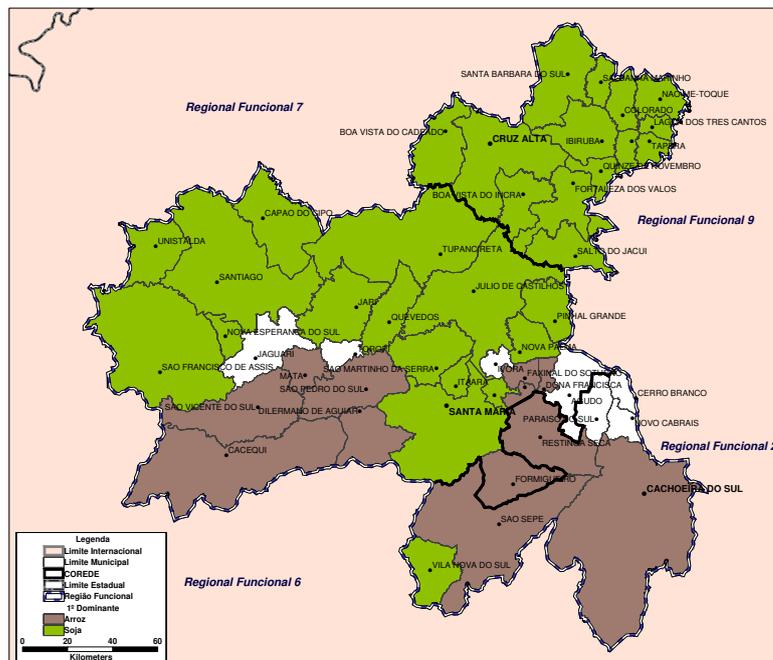
Ambas podem obter significativos ganhos de produtividade. A soja poderá quase duplicar sua produtividade via irrigação, e o arroz mostra uma grande dispersão na produtividade de diferentes empreendimentos na mesma Região.

Além disso, as cadeias produtivas são pouco adensadas. Nesse sentido, toda estratégia de desenvolvimento para a Região deve considerar a necessidade de garantir a competitividade dinâmica do setor agrícola. Razões locais fazem com que boa parte do processamento da sua vultosa produção primária seja realizada fora de suas fronteiras, e programas específicos serão desenhados visando a uma maior integração do setor.

Outra peculiaridade da Região é a de possuir a segunda maior cidade fora do eixo dinâmico do Estado. Santa Maria destaca-se em termos estratégicos, não só por sua posição central nos transportes, mas também porque, devido ao porte urbano e à força polarizadora, condiciona o futuro regional.

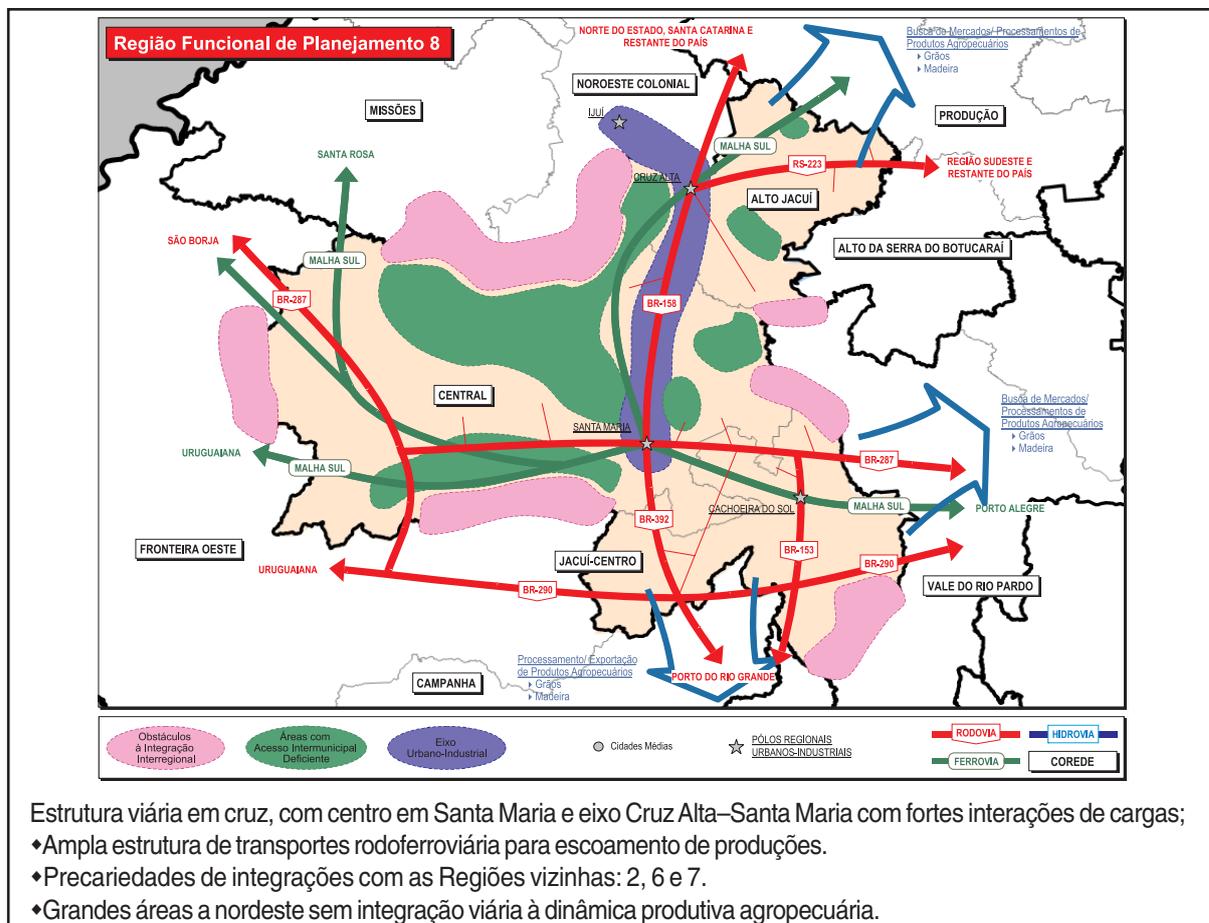
Pode-se afirmar, simplificada, que a estrutura rodoviária da Região tem formato de cruz, com centro em Santa Maria. O eixo rodoviário BR-392 liga essa cidade ao sul do Estado e ao Porto de Rio Grande. Saindo em direção ao norte, pela BR-158, tem-se a ligação com Cruz Alta. Já a BR-287 corta a Região no sentido leste-oeste, passando por Santa Maria e ligando-a ao núcleo dinâmico da economia gaúcha. Essa mesma estrada, em sua parcela oeste, liga a Região até São Borja. Ainda em termos de transporte, há que se considerar que Santa Maria também tem um papel central, sendo um ponto de entroncamento ferroviário da Malha Sul.

Figura 3.3.22 – Produções Dominantes de Soja e de Arroz (RF 8)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.3.23 – Fatores Estratégicos da RF 8

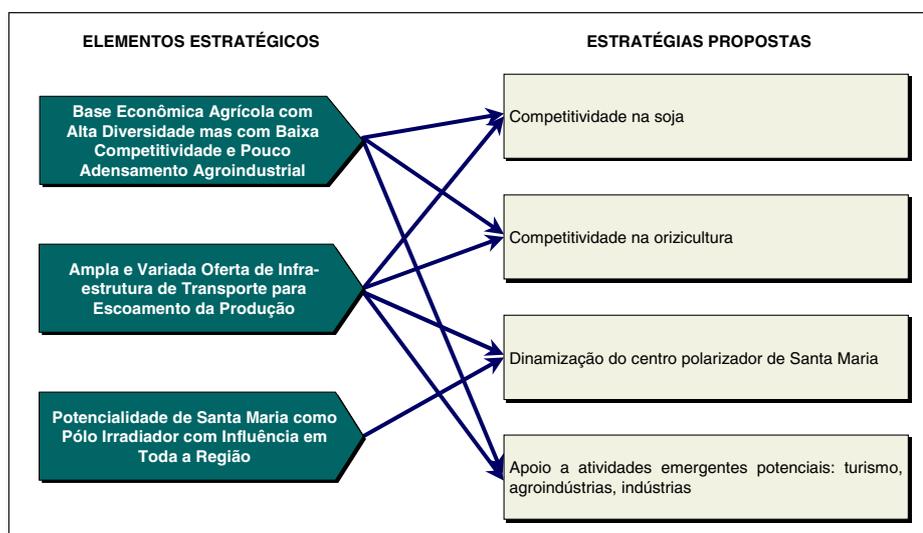


Fonte: Consórcio Booz Allen - Fipe - HLC

Estratégias para a Região Funcional 8

Para cumprir os papéis identificados como visão estratégica – alavancar a base agrícola (soja, no norte; arroz, no sul), tendo Santa Maria como pólo irradiador do desenvolvimento – as estratégias para a Região situam-se em quatro vertentes, que atendem aos elementos estratégicos, como registra a **Figura 3.3.24**.

Figura 3.3.24 – Elementos Estratégicos x Estratégias Regionais da RF 8



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

ESTRATÉGIA 1: COMPETITIVIDADE NA CULTURA DA SOJA

Maximizar a área irrigada e utilizar tecnologias apropriadas para irrigação (sementes, defensivos e outros), de forma a otimizar a produtividade da Região.

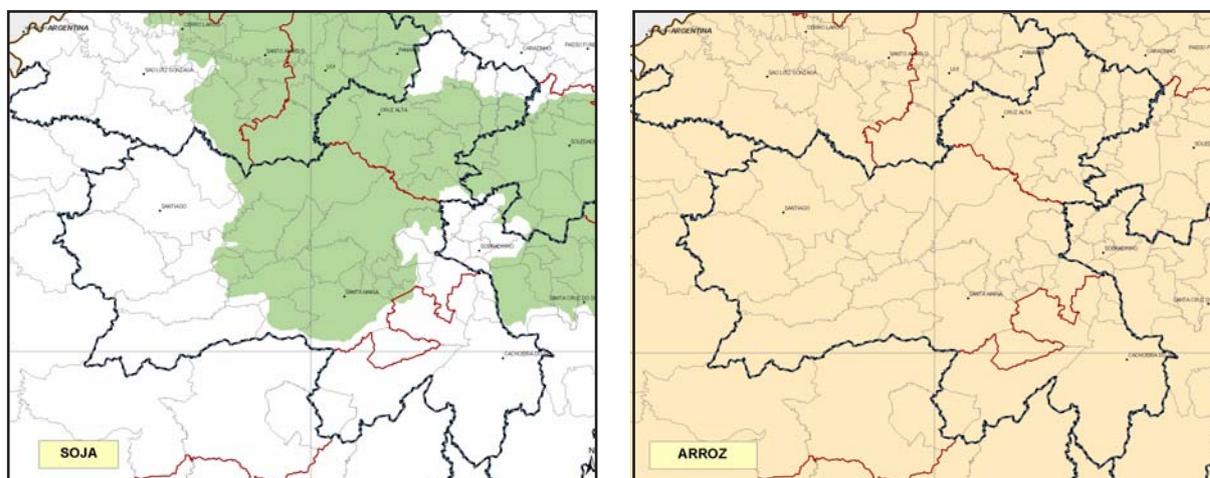
Conforme já explicado na Visão Estratégica, a soja é cultura predominante no norte da Região, quase que como extensão natural da soja plantada nas Regiões 7 e 9. Sua produtividade pode ser até mesmo mais do que duplicada via irrigação, conforme já demonstrado em área da própria Região. Ressalte-se que cerca de metade dos 90 mil hectares de soja irrigada do Estado estão nessa Região, a demandar tecnologia apropriada para a mesma com relação a sementes, defensivos e outros insumos agrícolas, bem como em relação a técnicas de plantio, irrigação e regularização do suprimento hídrico. A manutenção da competitividade nessa cultura pode desencadear efeitos a jusante na cadeia, com benefícios na Região, por meio de processamentos que agreguem valor, tal como a produção de bioenergia, rações e produtos alimentares.

Justificativa para a Estratégia 1: As áreas aptas para plantios de soja e arroz abrangem a quase totalidade da Região, como visualizado na **Figura 3.3.25**. Parece pouco provável que, no próximo decênio, o cultivo da soja terá a mesma expansão vista em períodos recentes. As expectativas sobre os preços internacionais e a competição de outras regiões do Estado e do Brasil fazem com que seja necessária cautela quanto às estimativas a respeito do futuro da Região. Por outro lado, há um consenso de que a soja fincou raízes profundas na malha produtiva regional. Assim, mesmo com mudanças perversas no cenário para o produto, é provável que o cultivo resista e siga sendo fundamental para a Região.

É impossível não notar a alta instabilidade do regime de chuvas e seus graves impactos sobre a Região. As perdas de safra, tão frequentes na última década, repercutem sobre toda a economia e criam problemas sociais adicionais. Mesmo que o clima seja mais favorável nos anos vindouros, os prejuízos que as secas trazem à soja são por demais graves para serem ignorados, ainda mais quando se considera que a Região possui capacidade hídrica superficial para amenizar tais problemas.

Portanto, é essencial um programa de expansão das culturas de soja irrigada na Região. Como justificativa adicional para essa estratégia, vale registrar que é bastante limitada a capacidade

Figura 3.3.25 – Áreas aptas para Soja e Arroz – RF 8



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

de ampliar a área plantada do cultivo. Dessa maneira, o aumento da quantidade produzida só poderá ser obtido mediante a ampliação do rendimento por área. Para tanto, no longo prazo, a irrigação será fundamental.

Cerca de 45 mil hectares – 5,5% da área cultivada de soja nessa Região – são irrigados. As áreas irrigadas no Alto Jacuí mostram que resultados estupendos podem ser obtidos e que a estratégia de irrigação é uma potente maneira de ampliar a produtividade da soja, sendo capaz de elevá-la para mais de 5 t por hectare contra 3,13 t/ha obtidas na média atualmente.

A ampliação da produção e produtividade da soja pode desencadear efeitos benéficos na agroindústria a jusante, destacando-se o uso desse produto para a produção de bioenergia, programa que o Estado está iniciando e ao qual está dando ênfase, em função da obrigatoriedade, até 2008, de mistura de biodiesel aos combustíveis, ditada por lei federal.

Objetivos para a Estratégia 1

O principal objetivo é aumentar a produtividade da soja em, no mínimo, 50% e, dessa forma, aumentar a produção anual de 2,4 mil toneladas de soja, em 2003, para 3,7 mil toneladas em 2015. Para que esse objetivo se materialize, é preciso aumentar a área irrigada de soja. Assim, fixa-se o objetivo de ter irrigados 25% da área plantada de soja na Região em 2015.

Acredita-se que uma plantação irrigada de soja possa ter até o dobro de produtividade de uma área semelhante sem irrigação. Há registros na Região dessa duplicação do rendimento após a irrigação das lavouras de soja – assim, a produtividade média atual de 2,9 t/ha de soja na Região poderia atingir 5,8 t/ha com irrigação. Utilizou-se como objetivo um aumento de 50% como balizador para o impacto da irrigação sobre a produtividade das terras. A **Tabela 3.3.4** resume as premissas mais relevantes e os objetivos básicos da estratégia:

Essa previsão é bastante superior à estabilidade da produção prevista pelo Relatório Tendencial, que mostrava um crescimento médio anual de 0,1% entre 2003 e 2015. Nesse cenário, a produção de 2015 seria, como em 2003, de 2,3 mil toneladas. Vale lembrar que a safra de 2003

Tabela 3.3.4 – Balizamento de Objetivos da Estratégia 2 (RF 8)

Descrição	Soja
Área Colhida Total 2003 (mil ha) ⁽¹⁾	821
Quantidade Total Produzida 2003 (mil t)	2.380
Produtividade Média Total 2003 (t/ha)	2,90
% de Área Colhida Irrigada 2003	5,5%
% de Área Colhida Irrigada 2015	25%
Produtividade Área Irrigada 2015 (t/ha)	2,90
Produtividade Área Não-Irrigada 2015 (t/ha) ⁽²⁾	4,35
Quantidade Total Produzida 2015 (mil t)	2.678
CAGR – Quantidade Total Produzida (2003 – 2015)	1,0%

Notas: (1) Área colhida total para 2015 mantida em relação a 2003; (2) Produtividade das áreas não-irrigadas em 2015 tomada como a produtividade média total de 2003
 Fonte: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, Produção Agrícola Municipal – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

pode ser considerada atípica, com uma produção elevadíssima em relação aos padrões normais.

É fundamental, também, garantir o desenvolvimento e implementação integral da tecnologia apropriada à soja irrigada. Devido às diferenças tecnológicas entre a soja irrigada e a não-irrigada, é necessário garantir que não haverá descompasso entre a introdução da irrigação e a utilização das técnicas ótimas. Nesse contexto, um objetivo acessório será reduzir significativamente o ciclo de inovação e implantação de novas variedades com tecnologia mais sofisticada. Atualmente, tal ciclo dura de sete a oito anos, enquanto no Chile esse valor caiu para um a dois anos. Numa estimativa mais prudente, almeja-se que esse ciclo tecnológico caia para, ao menos, dois a três anos.

Outro objetivo será implantar uma unidade de processamento de biodiesel na Região, a exemplo da usina em implantação na Região 9, que suprirá as demandas do Estado para a mistura desse produto aos combustíveis.

Ações para a Estratégia 1: As ações multissetoriais identificadas para concretizar esta estratégia estão sintetizadas na **Figura 3.3.26** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente deste capítulo, de modo funcional à programação orçamentária.

ESTRATÉGIA 2: COMPETITIVIDADE DA ORIZICULTURA

Aproximar a produtividade da Região à da Região 5 (líder). Conforme já explicado na Visão Estratégica, o arroz é a cultura predominante no sul da Região, quase que como uma extensão natural do arroz das Regiões 5 e 6. Apesar de não existir possibilidade de expansão da área plantada, há grande espaço para aumento da produtividade dos empreendimentos. Os ganhos de produtividade na rizicultura tornarão seu cultivo e produção menos vulneráveis à concorrência uruguaia. Para tanto, será necessário otimizar as capacitações de gestão dos agricultores às melhores práticas já existentes na Região.

Justificativa para a Estratégia 2

Não está previsto qualquer *boom* para a rizicultura na parcela sul da Região Funcional sob escopo. Contudo, deve ser feita uma discussão sobre alternativas. As terras atualmente ocupadas pelo arroz não podem ser cobertas por outros produtos comercialmente viáveis. Portanto, é necessário pensar estrategicamente na produção de arroz local, elevando a sua capacidade produtiva e buscando uma melhor comercialização.

Existe espaço para ganhos de eficiência produtiva na Região. Apesar de, grosso modo, as terras cultivadas da RF 8 serem semelhantes às ocupadas na RF 5, o Rumos 2015 mostrou que aquela é relativamente menos eficiente. Enquanto o COREDE Sul é o *benchmark* nacional (isto é, com eficiência igual a 1), a RF8 tem um indicador de eficiência de 0,64. Foi apontado, também, que existe uma ampla dispersão na qualificação, na capacidade de gestão e na utilização de técnicas por parte dos agricultores. Enquanto uns estão na fronteira da tecnologia produtiva, outros utilizam técnicas subótimas e não estão envolvidos tão intensamente na distribuição. Dessa forma, existe necessidade da propagação das melhores práticas no cultivo de arroz.

Garantir a competitividade da rizicultura local também tem o efeito de evitar que os problemas sociais sejam transferidos, através do êxodo ou de impactos via consumo ou outros encadeamentos, para os núcleos urbanos das cidades da Região, ou para o restante do Estado. Todos esses elementos mostram a relevância de uma estratégia para arroz.

Objetivos para a Estratégia 2

O principal objetivo é aumentar a eficiência relativa até 0,95 da Região Líder. Passar da eficiência atual de 64% para 95% é viável no horizonte de tempo determinado. Vale ressaltar que essa meta não se remete à eficiência atual da Região Líder, e sim àquela que esta terá em 2015. Portanto, é factível ultrapassar em 10% a taxa de crescimento de 3,5% a.a. da produção de arroz em casca até 1 milhão de toneladas previstas pelo Cenário Tendencial naquela data limite, atingindo 1,1 milhões de toneladas.

Ações para a Estratégia 2: As ações multissetoriais identificadas para concretizar esta Estratégia serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente deste capítulo, de modo funcional à programação orçamentária.

ESTRATÉGIA 3: FORTALECIMENTO DO CENTRO POLARIZADOR DE SANTA MARIA

Aumentar a atratividade da cidade com iniciativas voltadas a negócios, como casas de negócios e convenções de técnicas de gestão e comercialização agrícola, interligando tais iniciativas com as atividades da universidade e ensinando novos serviços de suporte.

Ao invés de ter um setor de serviços passivo, com dinâmica apenas derivada da atividade econômica do seu entorno, Santa Maria pode transformar-se em um centro irradiador de novas energias de desenvolvimento. A cidade pode endogeneizar a dinâmica regional ao reforçar sua atuação na difusão de tecnologias e na prestação de serviços qualificados ao setor agrícola produtivo. A forma de fazê-lo passa, certamente, por uma maior integração com o setor primário da Região. Ao disseminar tecnologias e serviços qualificados para tais atividades, a cidade contribui para o seu próprio vigor econômico, mas também para a competitividade da zona rural da Região.

Além disso, na cidade, está sediada a UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, considerada uma das melhores do Estado. A UFSM possui 1.093 professores, para 11.876 alunos de graduação e 1.761 pós-graduandos em seus 24 cursos de mestrado e 11 de doutorado. É a segunda universidade federal em número de cursos de pós-graduação reconhecidos pela Capes no Estado.

Justificativa para a Estratégia 3

Santa Maria é a segunda maior cidade fora do eixo dinâmico do Estado. Destaca-se em termos estratégicos por seu porte urbano, estoque de capital humano, força polarizadora em educação, emprego, e pela produção e difusão de conhecimento. Por outro lado, grande parte da população de Santa Maria é constituída de funcionários do setor público aposentados, sendo que, dessa forma, não produzem nenhuma riqueza econômica a não ser o consumo próprio de bens e serviços da Região.

Além disso, sua estratégia urbana deve reforçar a competitividade das culturas dominantes do setor primário. Uma vez que não há perspectivas de crescimento da massa salarial ligada ao setor público, o novo impulso proposto nesta estratégia é fundamental para o desenvolvimento da cidade.

Apesar de suas potencialidades, existem riscos de longo prazo para a cidade. Caso ela não consiga acompanhar o desenvolvimento agrícola regional, é possível que a porção mais ao norte da RF8 passe a ser polarizada por Passo Fundo ou Ijuí, enquanto ao sul Pelotas, e Rio Grande podem tomar a sua posição na hierarquia urbana da Metade Sul. Sem espaço na dinâmica regional, o futuro da cidade seria lúgubre.

Objetivos para a Estratégia 3

Três grandes objetivos devem ser perseguidos:

- ◆ Elevar a participação das ocupações mais qualificadas no setor privado de 9%, em 2003, para 14%, em 2015. Isso significa aproximá-la à participação que o Grande Grupo 2 (Profissionais de Ciências e Artes) possui atualmente em Pelotas. Porto Alegre possui atualmente participação de 21% nessas atividades (RAIS, 2003).

- ◆ Consolidar a cidade como pólo da difusão das inovações e do desenvolvimento regional. A referência seria a Região aproximar-se de uma relação com o seu entorno de maneira análoga ao que ocorre no caso de Londrina e Maringá, cidades de serviços que se apóiam e dão apoio ao dinâmico setor primário regional.

- ◆ Realizar pelo menos 10 convenções com o mínimo de 1.000 participantes para reforçar a posição e a imagem da cidade como *locus* das inovações regionais, evitando a fuga desse foco para Passo Fundo/Ijuí (ao norte) ou Pelotas (ao sul).

Ações para a Estratégia 3: As ações multissetoriais identificadas para concretizar esta Estratégia estão sintetizadas na **Figura 3.3.26** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente deste capítulo, de modo funcional à programação orçamentária.

ESTRATÉGIA 4: APOIO ÀS ATIVIDADES EMERGENTES POTENCIAIS

Estimular setores e empreendimentos da Região que, mesmo não tendo importância econômica absoluta, têm potencial de crescimento na Região Funcional. A chave desta estratégia

é explorar a diversidade produtiva da Região para a criação de alternativas para seu desenvolvimento de longo prazo. Trata-se, nesse sentido, de explorar seletivamente as múltiplas atividades econômicas dispersas, que têm aderência e representatividade em seus espaços microrregionais. Uma listagem, não exaustiva, dos setores identificados por esse estudo é a seguinte:

♦ **Turismo:** Os potenciais turísticos da Região caracterizam-se pela diversidade. Existem atrativos culturais, científicos, religiosos e naturais. No campo do turismo cultural, por exemplo, a região da Quarta Colônia possui o diferencial de ainda não ser tão desenvolvida quanto a Serra Gaúcha. Isso a mantém protegida dos riscos de descaracterização e homogeneização decorrentes da exploração comercial excessiva. Esse traço, corretamente explorado, pode vir a ser atrativo para aqueles turistas em busca de uma experiência de contato com a tradição dos imigrantes de modo mais original. A Rota Paleontológica é um atrativo adicional, e a estrutura do município de Mata já demonstra que o turismo científico tem capacidade de atrair visitantes. Especialmente nas áreas remanescentes de Mata Atlântica, pode haver espaço para o desenvolvimento do ecoturismo. Os esforços recentes, como a Rota das Terras, que inclui diversos municípios do Alto Jacuí, também são dignos de nota. E, por fim, há que se ressaltar o papel do turismo religioso e cultural em São João do Polêsine.

♦ **Indústria:** No setor industrial, a Região já tem vitalidade, especialmente na produção de máquinas agrícolas. A delimitação, pelo Sebrae, do Arranjo Produtivo Local Alto Jacuí-Produção indica sua capacidade de organização e competição. O incentivo a tais atividades poderá ser a alavanca de uma renovação industrial da Região, levando a uma malha produtiva setorial mais completa, com menores vazamentos para outras áreas.

Além disso, o Cenário Tendencial apontou que o setor de máquinas agrícolas na Região terá vantagens comparativas especializadas. Mais ainda, por estar relativamente próxima do eixo Horizontina-Panambi, a parcela norte da Região Funcional tem potencial para transformar-se em área de expansão desse campo aglomerativo.

A instalação de uma fábrica de vagões em Santa Fé, em Santa Maria, sugere que o desenvolvimento industrial na Região Funcional é viável. Tal fábrica resulta de um investimento de R\$ 5 milhões e gerará 400 empregos diretos e 1.200 indiretos. Apesar de não estar relacionado diretamente com a produção de máquinas agrícolas do Alto Jacuí, esse impulso industrial poderá tornar-se uma força de atração adicional para outras atividades secundárias na Região. Com isso, haveria mais uma área de atração industrial no centro do Estado, fazendo com que círculos virtuosos de crescimento industrial desenvolvam-se nesse território. Outros setores de produção industrial (indústria têxtil e confecções, serrarias e produção de móveis, extração de pedras semi-preciosas e seu artesanato, por exemplo) estão relativamente dispersos pela Região e podem mostrar-se competitivos no longo prazo.

♦ **Agroindústria:** Também na agroindústria, há potencial para o desenvolvimento e no setor de laticínios em empresas de maior escala. Também conectada com a produção agrícola da Região há espaço para o processamento de farináceos e embutidos em pequenas empresas. Uma produção em microescala de produtos especializados, com identidade regional, tem capacidade de encontrar nichos de mercado protegidos das indústrias de grande escala de outras regiões.

Vale notar que os projetos relativos a essa estratégia deverão ter sua viabilidade econômica analisada, caso a caso, no sentido de evitar-se dispersão de recursos públicos e privados.

Justificativa para a Estratégia 4

Até pela própria heterogeneidade interna e externa aos COREDEs da RF8, existem diversos empreendimentos no nascedouro ou já estabelecidos com potencial para crescimento. Apesar de serem importantes para as microrregiões nas quais estão inseridos, seus pesos econômicos absolutos são restritos quando comparados com o total das atividades da RF. Para uma região em busca de novos caminhos de desenvolvimento, seria incorreto omitir essas atividades diversas, uma vez que podem, em uma visão de longo prazo, ensejar novas energias de desenvolvimento.

Apesar da diversidade das especificidades de cada atividade, existem ações comuns capazes de favorecê-las como um todo. Isso permite que elas sejam reunidas sob uma mesma rubrica estratégica. Entretanto, esse tipo de estratégia requer um cuidado adicional em como os

recursos venham a ser alocados, de forma a evitar-se sua dispersão sem qualquer retorno social ou econômico.

Objetivos para a Estratégia 4

Como essa estratégia baseia-se no desenvolvimento de novos setores, uma forma de medir seu sucesso é avaliar se houve transformação estrutural da economia da Região Funcional. No Relatório Funcional, está previsto um coeficiente de reestruturação da ordem de 7,4% entre 2003 e 2015. Trata-se do segundo maior coeficiente previsto nas Regiões Funcionais, ou seja, há uma tendência de reestruturação produtiva. Portanto, é possível, com o sucesso dos empreendimentos dessa estratégia, superar tal valor e alcançar um coeficiente de reestruturação de 10% entre tais anos.

♦ Ter um crescimento do VAB do setor Máquinas e Equipamentos/Tratores maior do que a taxa anual prevista no Cenário Tendencial, de 8,7%, chegando a R\$134 milhões em 2015.

♦ Nos demais setores industriais, o objetivo é alcançar taxa de crescimento anual de 8,4% prevista para todo o setor secundário no Cenário Tendencial.

♦ Turismo: duplicar o número de trabalhadores nos setores de Alojamento e Alimentação, passando de cerca de 5,3 mil (dados de 2002) para 10,6 mil em 2015.

Ações para a Estratégia 4: as ações multissetoriais identificadas para concretizar essa Estratégia estão sintetizadas na **Figura 3.3.26** e serão detalhadas no Plano Estratégico para a Região, no item subsequente deste capítulo, de modo funcional à programação orçamentária.

Plano Estratégico da Região Funcional 8

Uma das estratégias transformou-se em “agrupamento” de programas e projetos em vários setores, já que devem ser desencadeadas ações multidisciplinares concomitantes, sinérgicas e articuladas para atingi-las. Os agrupamentos são conjuntos de programas, projetos, empreendimentos, interligados de forma sinérgica, que contêm e exploram externalidades positivas entre eles, econômicas, sociais, tecnológicas, organizacionais, de mercado ou de implementação.

Dessa forma, o conjunto de investimentos agrupados responde, exponencialmente, melhor do que cada uma das parcelas que o compõem. A vantagem de agrupamentos, além daquela principal de apontar, aglutinar ou direcionar ações de vários agentes intervenientes rumo a objetivos comuns, é a facilidade de “venda” de oportunidades de investimentos (*marketing*) e a melhor distribuição de riscos e sua mitigação.

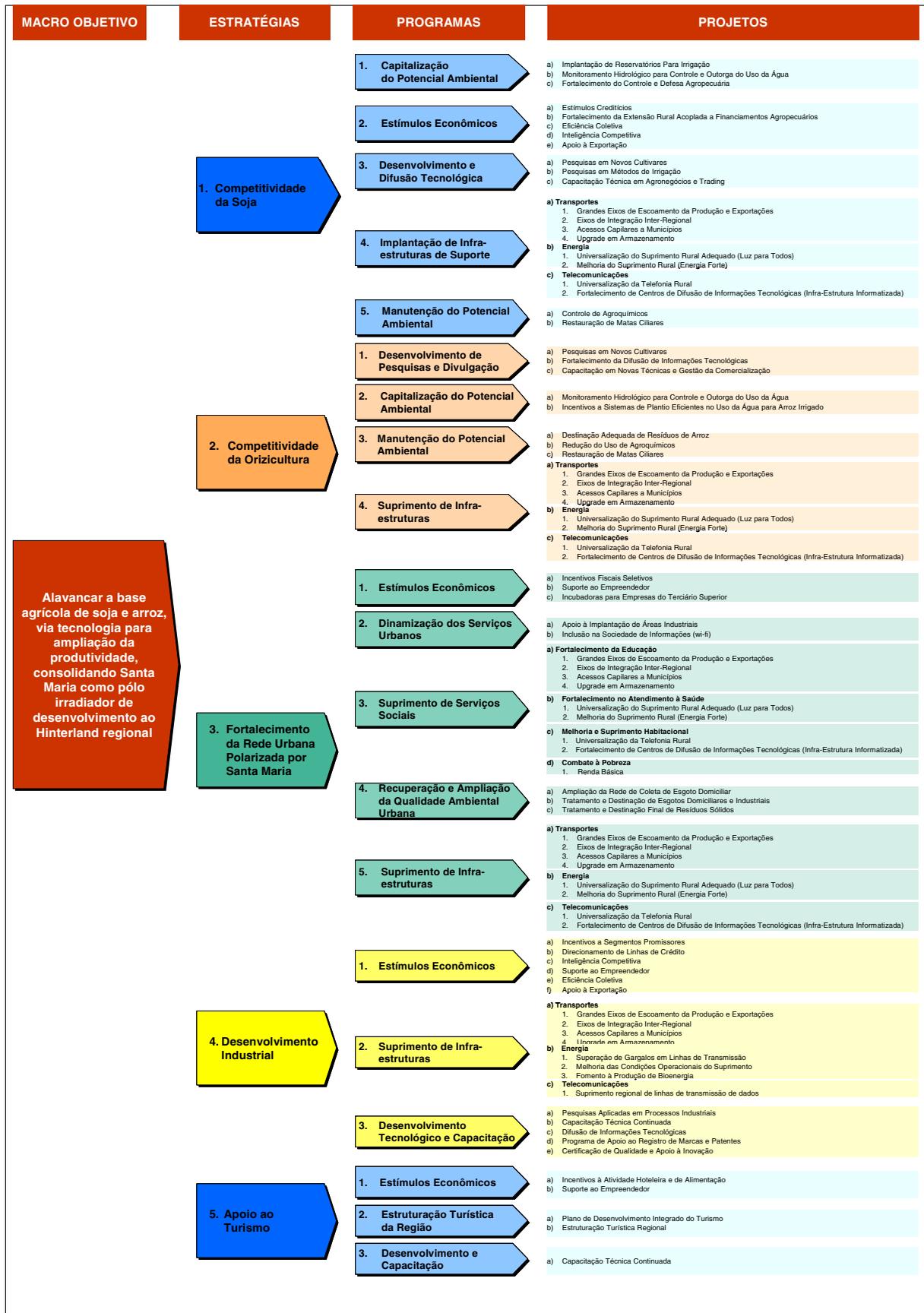
Foram definidos cinco agrupamentos, que abrangem as estratégias propostas para a Região:

- ♦ Agrupamento da Competitividade da Soja
- ♦ Agrupamento da Competitividade da Orizicultura
- ♦ Agrupamento de fortalecimento da Rede Urbana polarizada por Santa Maria
- ♦ Agrupamento de Desenvolvimento Industrial
- ♦ Agrupamentos de Apoio ao Turismo

O conjunto de programas e projetos que compõem esses agrupamentos regionais responde ao macroobjetivo ou visão estabelecidos para essa Região, assim como às estratégias definidas, como registra a **Figura 3.3.26**.

Deve-se ressaltar que muitas das propostas, especialmente em áreas que operam em redes, como infra-estruturas de transportes, energia ou telecomunicações, empreendimentos que se situam em outras Regiões beneficiam ou impactam negativamente essa Região. É o caso, por exemplo, de rodovias que atravessam o Estado ou linhas de transmissão que trazem energia de outras Regiões. Portanto, os benefícios e custos regionais dessas propostas não podem ser apreendidos apenas pelos volumes de recursos das propostas regionais, mas só serão devidamente apreendidos pelos resultados conjuntos dos Cenários Propositivos para o Estado e Regiões, que levam em conta essa conectividade e estão apresentados no Volume 1.

Figura 3.3.26 – Gráfico de Objetivos e Meios para a RF 8



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Além dos agrupamentos estratégicos, outros projetos de interesse para a Região foram identificados nas Estratégias do Estado, registrados na **Tabela 3.3.5**.

Tabela 3.3.5 – Outros Projetos de Interesse para a RF 8 (R\$ Mil)

Área	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
1 – Inclusão Social	1 – Melhoria do Atendimento em Educação Básica	1 – Eliminação do Analfabetismo	557	2.228	2.228	5.013	
		2 – Escola de Tempo Integral	1.573	7.045	8.908	17.525	
		3 – Avaliação de Desempenho	5	9	9	24	
		4 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	42.787	65.033	101.155	208.975	
	2 – Melhoria do Atendimento em Saúde	1 – Ampliação de Empregos Médicos	1.296	4.607	4.319	10.221	
		2 – Ampliação de Empregos de Enfermeiros	896	1.792	2.351	5.039	
		3 – Expansão do Programa Saúde da Família	4.176	10.176	18.432	32.784	
	3 – Melhoria das Condições de Habitação	1 – Redução do Déficit Habitacional Urbano	25.797	45.950	43.640	115.388	
		2 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	1.445	2.328	-	3.773	
		3 – Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	438	403	403	1.243	
	4 – Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico	1 – Rede de Distribuição de Água	11.038	19.269	18.166	48.472	
		2 – Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	2.851	7.543	9.384	19.778	
	5 – Combate à pobreza	1 – Renda Básica	53.482	106.964	106.964	267.410	
	<i>Total do Programa</i>			146.338	273.346	315.959	735.644
	2 – Manutenção e Capitalização do Potencial Ambiental		1 – Criação, Consolidação e Manejo de Áreas Protegidas	700	1.750	1.050	3.500
2 – Criação, Consolidação e Manejo de Terras Indígenas			1.500	3.750	2.250	7.500	
3 – Proteção e Criação de Unidades de Conservação nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani			10.000	25.000	15.000	50.000	
4 – Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal			769	1.922	1.153	3.844	
5 – Incentivos à Produção Agroecológica			1.066	2.666	1.600	5.332	
6 – Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais			306	765	459	1.530	
7 – Implantação de Viveiros			120	180	60	360	
<i>Total do Programa</i>			14.461	36.033	21.572	72.066	
3 – Estruturação da Governança Moderna e Participativa		1 – Capacitação para o Planejamento e Ordenamento Territorial	570	1.140	1.140	2.850	
		2 – Capacitação de Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	131	262	262	655	
	<i>Total do Programa</i>			701	1.402	1.402	3.505
<i>Total do Agrupamento</i>			14.461	36.033	21.572	72.066	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Importante assinalar que a Região conta com dois programas especiais de estímulos, que podem representar fontes adicionais de recursos para implementação de projetos: o Programa de Redução das Desigualdades Regionais, em elaboração pela Secretaria Estadual da Coordenação e Planejamento para financiamento do Bird; e os Programas Metade Sul (COREDEs Central e Jacuí Centro) e Grande Fronteira Mercosul (Alto Jacuí), do Ministério de Integração Nacional.

Os programas e projetos estão delineados na seqüência, em termos de uma programação que registra, para cada um, escopo, metas, órgãos intervenientes e fontes de recursos, delineando, assim, um Plano Regional articulado e funcional à programação orçamentária.

ESTRATÉGIA 1 – COMPETITIVIDADE DA SOJA

A cultura empresarial de soja na Região é responsável pela terceira produção do Estado e por valores de produção que contribuem de forma decisiva para o PIB e renda regional. O futuro dessa cultura na Região e a consolidação e o surgimento de agroindústrias ligadas a ela dependem do aumento da produtividade e da oferta firme anual desses produtos, superando as grandes perdas por estiagens que hoje se verificam. Assim, são necessárias medidas que auxiliem nessa ampliação da produção, ligadas à irrigação e pesquisas associadas, a par de outras que mantenham o potencial ambiental regional. O agrupamento reúne o conjunto de programas e projetos, registrados na **Tabela 3.3.6**, destinados a apoiar o aumento da produção e produtividade da soja.

Tabela 3.3.6 – Programas e Projetos da Estratégia Competitividade da Soja - RF 8 (\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Subpro-grama	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
1 – Competitividade da Soja	1 – Capitalização do Potencial Ambiental		1 – Implantação de Reservatórios para Irrigação	29.344	73.460	44.016	146.720	
			2 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água	344	860	516	1.720	
			3 – Fortalecimento do Controle e Defesa Agropecuária	2.367	5.918	3.551	11.836	
	<i>Total do Programa</i>			32.055	80.138	48.083	160.276	
	2 – Estímulos Econômicos			1 – Estímulos Creditícios	59.533	119.068	119.068	297.669
				2 – Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada a Financiamentos Agropecuários	125.703	436.443	683.533	1.245.679
				3 – Eficiência Coletiva	442	577	577	1.597
				4 – Inteligência Competitiva	520	1.007	1.007	2.534
				5 – Apoio à Exportação	240	360	-	600
	<i>Total do Programa</i>			186.438	557.455	804.185	1.548.079	
	3 – Desenvolvimento e Difusão Tecnológica			1 – Pesquisas em Novos Cultivares	15.000	36.000	43.000	94.000
				2 – Pesquisas em Métodos de Irrigação	Incluídos no Projeto Anterior			
				3 – Capacitação Técnica em Agronegócios e <i>Trading</i>	776	1.553	1.553	3.882
	<i>Total do Programa</i>			15.776	37.553	44.553	97.882	
	4 – Implantação de Infra-Estruturas de Suporte	1 – Transportes		1 – Grandes Eixos de escoamento da Produção e Exportações	552.470	139.880	-	692.350
				2 – Eixos de Integração Inter-regional	940	1.880	9.780	12.600
				3 – Acessos Capilares a Municípios	17.570	18.080	71.010	106.660
				4 – Melhorias em Armazenamento	-	93.980	-	93.980
		2 – Energia		1 – Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)	18.900	-	-	18.900
				2 – Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	-	-	4.200	4.200
		3 – Telecomunicações		1 – Universalização da Telefonia Rural	3.900	4.500	-	8.400
				2 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)	-	2.500	-	2.500
		<i>Total do Programa</i>			593.780	260.820	84.990	939.590
	5 – Manutenção do Potencial Ambiental			1 – Controle de Agroquímicos	4.458	11.146	6.687	22.291
				2 – Restauração de Matas Ciliares	700	1.750	1.050	3.500
	<i>Total do Programa</i>			5.158	12.896	7.737	25.791	
	<i>Total do Agrupamento</i>			833.208	948.862	989.549	2.771.618	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativa: As perdas de safras pela escassez hídrica e a menor produtividade frente ao Centro-Oeste brasileiro exigem uma forte atuação no controle, captação e distribuição dos recursos hídricos na Região, como forma de ampliar e estabilizar a produção de soja e também do milho.

Quadro 3.3.3- Projetos do Programa Capitalização do Potencial Ambiental da Estratégia Competitividade da Soja (RF 8)

Programa	Capitalização do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Implantação de Reservatórios	Implantação de sistema de reservatórios/poços para regularizar o abastecimento agrícola e viabilizar a irrigação, com vistas à eliminação de perdas agrícolas e aumento de produtividade	Os projetos de reservatórios para essas bacias ainda necessitam ser desenvolvidos, não se contando com dados de volumes de reserva necessários nem recursos para sua implantação	Sema, Sops e SAA	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura
Monitoramento Hidrológico e Controle para Outorga do Uso das Águas	A escassez de águas na Região e a eventual construção de reservatórios exigirão um monitoramento das vazões disponíveis nas bacias, além de um gerenciamento e outorga do uso dessas vazões pelos proprietários, especialmente para grandes plantadores de soja e milho, que exigirão disponibilização de maiores volumes	Implementar a rede de monitoramento e o sistema de controle e outorga do uso das águas em quatro principais bacias da Região até 2007, anteriormente à construção de reservatórios	Sema/DRH, SAA, Sops e comitês de bacias	Fundo de Recursos Hídricos
Fortalecimento do Controle Agropecuário	Além da defesa agropecuária estadual contar, atualmente, com estruturas que não permitem atender às demandas com a agilidade necessária, a permissão de circulação de mercadorias agropecuárias e as dificuldades de circulação de produtos entre municípios inibem o comércio e o processamento de produções	Implantar o controle sanitário junto aos 49 municípios da Região	SAA, Emater, Anvisa, SES e municípios	Fesa e Feasp (constam no PPA 2004/2007)

PROGRAMA 2 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativa: A expansão da irrigação para aumento da produção e produtividade da soja requer investimentos em sistemas de irrigação que devem contar com recursos de apoio. Por outro lado, a expansão da produção requererá apoio às exportações e prospecção de mercados, de modo a buscar maior rentabilidade.

Quadro 3.3.4- Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Competitividade da Soja (RF 8)

Programa	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Estímulos creditícios	Criação de um programa de crédito voltado ao financiamento dos equipamentos necessários à irrigação da soja, bem como das outras mudanças de técnicas necessárias. Há que se ressaltar que, visando à otimização dos recursos de créditos, é necessário limitar um zoneamento que conceda o crédito apenas àqueles agricultores localizados em áreas comerciais e tecnicamente viáveis	Abrir linhas de incentivos à irrigação à medida em que os reservatórios de acumulação sejam implantados, a fim de aumentar a área irrigada de soja para 225 mil hectares	Bancos financiadores	Bancos financiadores
Extensão rural acoplada a financiamentos	Atualmente, os financiamentos rurais para os produtores são liberados independentemente das condições técnicas que os tornem mais rentáveis. A assistência técnica da Emater deveria constituir-se em pré-requisito para essas liberações, de modo a que se procedesse a melhorias de produtos e processos, com maior produtividade e valor agregado. Estímulos de financiamentos e créditos voltados à melhoria da produção de soja	Abrir linhas de financiamento rural para projetos associativistas de soja. Ampliar a assistência técnica da Emater para prover ao menos uma visita anual às 56 mil propriedades rurais da Região	Emater e bancos financiadores	Emater e bancos financiadores
Eficiência Coletiva	O apoio à implantação, gestão e desenvolvimento de cooperativas e associações tem foco de atuação junto a empresas e produtores de pequeno porte, em que se pode estabelecer condições de desempenho de funções básicas, como compra, venda e produção, em níveis competitivos de eficiência. A escala fundiária de muitas das propriedades que cultivam soja é imprópria para a irrigação. Para superar essa limitação, é necessário incluir o setor na Região no âmbito do Projeto Estadual de Eficiência Coletiva para que instituições cooperativas possibilitem a irrigação em escala ótima		Governo do Estado e Cooperativas	Recursos orçamentários do governo do Estado

Programa	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Inteligência Competitiva em Grãos	Implementação de sistema de informações de prospecções de mercados e exportações para a cadeia da soja. Divulgação e <i>marketing</i> para novos mercados, especialmente externos – inteligência de mercado. Trata-se de estruturar o sistema, tornando a cadeia mais competitiva, gerando economias de escala, prospectando mercados, realizando pesquisas e apoiando a comercialização e a padronização de marca das carnes	Implementação da célula regional em soja, acoplada ao sistema estadual de inteligência competitiva	Sedai, SCP, Sebrae, Caixa RS, universidades e iniciativa privada	70% Estado (Caixa RS, Sedai e SCP) e 30% de contrapartida local
Apoio à exportação	Implementar uma célula regional como parcela local de um sistema estadual de apoio a projetos gaúchos de exportação em sua fase de estudo e concepção e de implementação. Esse sistema terá especialistas e tratará de questões como contratos de vendas, planos de negócios e planos comerciais, financiamentos e contratos de câmbio, logística, marca e promoção, pontos de venda e canais de distribuição, legislação de mercado consumidor. As células regionais fariam a ponte entre captação de necessidades locais e essa entidade estadual capacitada, na viabilização de alternativas de exportações regionais	Implantação, até 2007, da célula regional do sistema estadual de apoio às exportações, articulada aos principais produtores, cooperativas e associações da Região	Sedai e iniciativa privada	Orçamento estadual e iniciativa privada

PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO TECNOLÓGICA

Justificativa: A manutenção e instalação de cadeias produtivas no Estado depende, cada vez mais, da incorporação contínua de inovações em produtos e processos, que tornem seus produtos diferenciados e competitivos. Assim, o segmento da soja na Região deve estar em contínua renovação, o que requer pesquisas e, especialmente, divulgação de inovações aos produtores, principalmente nas questões relativas à irrigação. Por outro lado, os produtores envolvidos nessas produções continuamente inovadas necessitam, também, de capacitações que acompanhem as transformações do mercado para suas comercializações.

Quadro 3.3.5 - Projetos do Programa Desenvolvimento e Difusão Tecnológica (RF 8)

Programa:	Desenvolvimento e Difusão Tecnológica			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Pesquisas em novos cultivares irrigados	Pesquisas e divulgação de cultivares de grãos (soja e milho) adequados a áreas irrigadas	Implementar o Projeto Cooperativo Regional, visando solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores promissores da Região, contemplando a adaptação/aclimatação de cultivares irrigados	Fapergs, Cientec, Ceitec, Fepagro, Sedai e Embrapa	SCT/Fapergs, Embrapa e universidades regionais
Pesquisas em métodos de irrigação	Pesquisa e divulgação de técnicas de irrigação adequadas à topografia regional	Projeto Cooperativo Regional visando solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores promissores da Região, contemplando a adaptação/aclimatação de sistemas de irrigação	Fapergs, Cientec, Ceitec, Fepagro, Sedai e Embrapa	SCT/Fapergs, Embrapa e universidades regionais
Capacitação técnica em agronegócios e <i>trading</i>	O aumento de produção e produtividade de grãos na Região vai exigir um sistema de escoamento a mercados potenciais que rapidamente coloque os produtos em condições e preços melhores. Haverá necessidade de capacitação de pessoal para prospectar mercados e realizar negócios externos que tragam vantagens às culturas empresariais	Implementar, no mínimo, três cursos de agronegócios e <i>trading</i> nas universidades ou escolas técnicas da Região	Universidades e escolas técnicas	Universidades e SEC

PROJETO 2 – EIXOS DE INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL

Escopo: As propostas nesse âmbito objetivam integrar por meios de transportes as diversas regiões do Estado, possibilitando as trocas comerciais e de serviços entre elas. As propostas centram-se basicamente em trechos de rodovias inter-regionais.

Tabela 3.3.8 – Eixos de Integração Inter-Regional – RF 8 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG012	RP101	BR-481 1/3	2 faixas de tráfego no trecho entre Salto do Jacuí e Arroio do Tigre	23,59	71,91	10,98	7,90
AG037	RP136	Acesso rodoviário Boa Vista do Incra*	Asfaltamento entre Salto do Jacuí e Acesso a Fortaleza dos Valos	9,1	4,7	100	4,7

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

* Prioridade 1 do Daer



Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2

Identificados como Necessários pelo Componente 1

PROJETO 3 – ACESSOS CAPILARES A MUNICÍPIOS

Escopo: Trata-se de prover acesso asfaltado a sedes municipais, como forma de ampliar a acessibilidade da população a serviços. A densa malha de municípios no Estado, produto da estrutura fundiária desconcentrada nas porções ao norte, resulta em grande quantidade de municípios sem acesso asfaltado, dificultando o escoamento de produções e o acesso a serviços mais diversificados, localizados em centros urbanos de maior porte. Assim, densificar o asfaltamento dessa malha capilar é importante para o desenvolvimento.

As propostas foram priorizadas em conjunto com o Daer, que, tradicionalmente, priorizava projetos em função do seu custo total. Como os recursos são escassos, a idéia era realizar o maior número de acessos com os recursos disponíveis, critério que não levava em conta o impacto da obra sobre a população. Ao propor um novo critério, o objetivo foi incluir uma variável que considerasse os benefícios resultantes, sem desconsiderar a questão orçamentária e que, ao mesmo tempo, fosse de cálculo e entendimento fáceis. O critério de priorização escolhido foi o custo per capita, entendendo que o número de habitantes é uma boa aproximação para os benefícios sociais. Ao calcular o custo per capita, é obtido um indicador do tipo menor melhor. Ou seja, quanto menor o custo per capita, maiores os benefícios obtidos para cada unidade de investimento.

Tabela 3.3.9 – Acessos Capilares a Municípios – RF 8 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF	Prioridade
AG005	RP023	RS-348	2 faixas entre Ivorá e São João do Polesine (acesso a Faxinal)	25,56	29,00	100	29,00	-
AG037	RP135	Acesso rodoviário Boa Vista do Cadeado	trecho entre Boa Vista do Cadeado e RS342	7,9	5,3	100	5,3	1
AG037	RP140	Acesso Capão do Cipó	trecho entre Capão do Cipó e RS/BR/377 (dep. da BR377)	11,8	6,5	100	6,5	1
AG037	RP157	Acesso Fortaleza dos Valos	trecho entre Fortaleza dos Valos e VRS324	2,2	1,37	100	1,37	1
AG037	RP181	Acesso Novo Cabrais	trecho entre Novo Cabrais e Vila São João (Cortado)	8,7	4,4	100	4,4	1
AG037	RP215	Acesso Dilermando de Aguiar	trecho entre Dilermando e São Pedro do Sul	11	9,07	100	9,07	2
AG037	RP201	Acesso São Martinho da Serra	trecho entre São Martinho e entr. BR287 (Santa Maria)	17,3	9,01	100	9,01	2
AG037	RP167	Acesso Ivorá	trecho entre Ivorá e Faxinal do Soturno, mais acesso	25,56	29,01	100	29,01	4
AG037	RP034	Acesso Jari	2 faixas no trecho Jari (Final calçamento da Av. Jari) e Toropi	24,2	12,83	100	12,83	4
AG037	RP027	Acesso Pinhal Grande	2 faixas entre Pinhal Grande e Nova Palma	28,7	14,64	100	14,64	4
AG037	RP029	Acesso Quevedos	2 faixas entre Quevedos e Toropi	28,5	14,53	100	14,53	4

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROJETO 4 – MELHORIAS EM ARMAZENAMENTO

Escopo: A ampliação da produção e produtividade esperada para a soja na Região, em função de medidas que apóiam essa expansão, exige a melhoria e/ou ampliação da capacidade de armazenagem.

Órgãos intervenientes em Transportes: Cesa, SAA e iniciativa privada.

Total de recursos para transportes: R\$ 905,6 milhões até 2015.

Fontes de recursos para Transportes: As fontes de financiamento para transportes serão melhor explicitadas no Plano de Implementação. No entanto, elencam-se preliminarmente como alternativas:

♦ **Rodovias:** empréstimos multilaterais (Bird, BID, CAF), Tesouro federal e estadual, setor privado (PPP), BNDES e fundos constitucionais.

♦ **Ferrovias:** Infra-estruturas – setor público; superestruturas – setor privado, ambos com alternativas de financiamentos por organismos multilaterais, tesouro federal e estadual e BNDES.

♦ **Armazenagem:** Orçamento estadual e empresas privadas.

Tabela 3.3.10 – Melhorias em Armazenamento – RF 8 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG023	ZM008	Armazéns da RF 8	Melhorias dos armazéns da RF 8 (939,8 mil toneladas)	NA	93,98	100	93,98

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

PROJETO 1 – UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO RURAL – LUZ PARA TODOS

Escopo: Universalizar o acesso à energia elétrica no meio rural como alternativa de modernização da produção agropecuária e melhoria das condições de vida, pela expansão de programas de financiamento de linhas de distribuição, a longo prazo ou a fundo perdido, aproveitando e incentivando as cooperativas existentes.

Metas: O objetivo principal do projeto Luz para Todos é atingir 100% de eletrificação nos domicílios rurais até o final de 2006.

Órgãos Intervenientes: Comitê Gestor Estadual de Universalização (CGEU): integrado pelo MME, agências reguladoras estaduais, distribuidoras de energia elétrica, governos estaduais, prefeituras e representantes da sociedade civil e Agergs, responsável por acompanhar o cumprimento das metas estaduais de universalização.

Recursos Necessários: Prevê-se investimentos de R\$ 18,9 milhões até 2007 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Energia – Projeto 3).

Fonte de recursos: O investimento para o Programa Luz para Todos é dividido da seguinte maneira:

- 50% dos recursos aportados pelo governo federal, utilizando a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), a fundo perdido.
- 20% dos recursos aportados pelo governo estadual.
- 15% dos recursos aportados pelas concessionárias de energia.
- 15% dos recursos aportados pelo governo federal, via RGR (Reserva Global de Reversão) para as concessionárias, financiados a taxas de 5% a.a., com carência de dois anos.

PROJETO 2 – MELHORIA DO ATENDIMENTO ENERGÉTICO RURAL – ENERGIA FORTE

Escopo: Esta estratégia objetiva o aumento de produtividade em certas culturas e o fortalecimento do papel do produtor rural na atividade agrícola do Estado. Um dos potenciais gargalos para a viabilização dessa estratégia é a falta de redes de energia no meio rural capazes de suportar a utilização de máquinas agrícolas que possibilitem a melhoria desejada. O projeto vem para eliminar esse potencial gargalo, provendo a estrutura necessária, em termos de fornecimento de energia elétrica, para que o uso de máquinas agrícolas possa efetivamente ocorrer nos níveis desejados.

Metas: O programa Energia Forte segue os mesmos cronogramas, na medida em que as ligações trifásicas vão sendo efetuadas/convertidas, conforme avança o Programa Luz para Todos.

Órgãos Intervenientes: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (Semc) e prefeituras (responsáveis por cadastrar e definir a localização das obras).

Recursos Necessários: Estimados recursos de R\$ 4,2 milhões em 10 anos (ver Plano Estadual Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Energia – Projeto 3).

Fonte de recursos: Governo estadual.

SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

PROJETO 1 – AMPLIAÇÃO DA TELEFONIA RURAL

Escopo: Universalizar o acesso à telefonia fixa ou móvel rural, como forma de inserir os produtores em sistemas de informação e conhecimento que modernizem processos agropecuários e ampliem as alternativas de comercialização, por meio de financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido.

Metas: Cobertura em telefonia para 5,5% da população regional e 28,6% dos municípios.

Órgãos Intervenientes: Semc, Anatel, Ministério das Comunicações e operadoras de telefonia celular.

Recursos Necessários: Para a telefonia rural, estimam-se investimentos de R\$ 8,4 milhões até 2007 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de telecomunicações).

Fonte de recursos: Os investimentos iniciais para os estudos da ampliação da rede de telefonia móvel devem ser de responsabilidade do governo estadual, centralizados na Semc.

PROJETO 2 – FORTALECIMENTO DE CENTROS DE INFORMAÇÃO (INFRA-ESTRUTURAS INFORMATIZADAS)

Escopo: Fortalecimento da rede informatizada atualmente existente de Centros de Informações da Emater, via implementação de novos centros, com acesso à internet para operação do sistema de difusão de informações tecnológicas (informações de mercado, acompanhamento de preços de produtos agrícolas, disseminação de técnicas produtivas, melhores práticas, etc.), além de serviços de telefonia.

Metas: Fortalecer a rede de centros informatizados nas sedes dos 49 municípios da Região, como forma de promover a inserção de produtores rurais na sociedade de informações, em parceria com Emater e cooperativas.

Órgãos Intervenientes: Basicamente, a implementação dos centros (investimento e monitoramento) seria responsabilidade da Semc, com eventual participação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e/ou do Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo, envolvidos na melhoria das condições do ambiente produtivo rural do Estado. A Emater, que já possui alguns centros dessa natureza instalados, também deve ser integrada ao projeto.

Recursos Necessários: Estima-se a necessidade de investimentos de R\$ 2,5 milhões no período 2007-2011 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de telecomunicações).

Fonte de recursos: Governo estadual.

Tabela 3.3.11 – Recursos para o Programa 4 – RF 8 (R\$ Mil)

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
Transportes				
1 – Grandes Eixos de escoamento da Produção e Exportações	552.470	139.880	-	692.350
2 – Eixos de Integração Inter-regional	940	1.880	9.780	12.600
3 – Acessos Capilares a Municípios	17.570	18.080	71.010	106.660
4 – Melhorias em Armazenamento	-	93.980	-	93.980
Energia				
1 – Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)	18.900	-	-	18.900
2 – Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	-	-	4.200	4.200
Telecomunicações				
1 – Universalização da Telefonia Rural	3.900	4.500	-	8.400
2 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-estrutura Informatizada)	-	2.500	-	2.500
Total	593.780	260.820	84.990	939.590

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 5 – MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativa: A ampliação de culturas empresariais, em função da maior confiabilidade da produção e aumento da produtividade com a irrigação, tenderá a expandir-se no território, causando impactos como a ampliação do consumo indiscriminado de agroquímicos, ampliando a poluição hídrica e dos solos, e a ocupação de áreas de várzeas e áreas de remanescentes de vegetação natural, já escassas, diminuindo a biodiversidade que auxilia no combate a pragas.

Quadro 3.3.6 - Projetos do Programa de Manutenção do Potencial Ambiental (RF8)

Programa	Manutenção do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Controle de Agroquímicos	Implementação do controle e fiscalização das atividades agrícolas que exijam forte demanda de agroquímicos para o seu cultivo. Treinamento de agricultores para o uso correto de agroquímicos. Capacitação de técnicos e responsáveis técnicos, com ênfase na legislação específica. Fiscalização do cumprimento das normas que instituem o receituário agrônomo no controle e uso de agroquímicos. Desenvolvimento de pesquisas visando ao desenvolvimento de manejo integrado de pragas e doenças	Realizar cursos anuais de capacitação para técnicos e cursos continuados para produtores. Contratar estudos específicos para demandas identificadas na Região a respeito do controle de pragas e doenças com redução ou eliminação do uso de agroquímicos. Adquirir equipamentos de informática, veículos, máquinas digitais e GPS para as equipes de fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos	SAA, Emater e Sema	Programa Agricultura familiar no contexto do desenvolvimento local sustentável, Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental e Prodatab
Estímulos à Restauração de Matas Ciliares	O Programa de Restauração de Mata Ciliar destina-se a restaurar a vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em Bacias Hidrográficas. Os recursos derivam da implantação de grandes empreendimentos nas bacias. Plantio de mata ciliar ao longo dos principais cursos d'água. Termo de compromisso com o empreendedor. Negociação com agricultores. Fiscalização	Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das quatro principais bacias hidrográficas que ocorrem na Região	Sema/Defap, Fepam, SAA, e Emater	Recursos de Reposição florestal, previstos por legislação específica quanto às compensações pela implantação de grandes empreendimentos

ESTRATÉGIA 2 – COMPETITIVIDADE DA ORIZICULTURA

Reúne o conjunto de programas e projetos registrados na **Tabela 3.3.12**, destinados a apoiar o aumento sustentado da competitividade do meio rural, particularmente estratégico para a expansão da cultura do arroz.

Tabela 3.3.12 – Programas e Projetos do Agrupamento Fortalecimento da Orizicultura - RF 8 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
2 – Competitividade da Orizicultura	1 – Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação	1 – Pesquisas com Novos Cultivares	Incluídos no Agrupamento 1			
		2 – Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas	1.863	3.726	3.726	9.315
		3 – Capacitação em Novas Técnicas e Gestão da Comercialização	Incluídos no Agrupamento 1			
	<i>Total do Programa</i>		1.863	3.726	3.726	9.315
	2 – Capitalização do Potencial Ambiental	1 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água	Incluídos no Agrupamento 1			
		2 – Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado	208	519	312	1.039
	<i>Total do Programa</i>		208	519	312	1.039
	3 – Manutenção do Potencial Ambiental	1 – Destinação Adequada de Resíduos de Arroz	2.771	6.928	4.157	13.856
		2 – Redução do Uso de Agroquímicos	Incluídos no Agrupamento 1			
		3 – Restauração de Matas Ciliares	Incluídos no Agrupamento 1			
<i>Total do Programa</i>		2.771	6.928	4.157	13.856	
4 – Suprimento de Infra-estruturas	Mesmas Intervenções do Agrupamento Anterior	Mesmas Intervenções do Agrupamento Anterior				
<i>Total do Programa</i>		-	-	-	-	
<i>Total do Agrupamento</i>		4.842	11.173	8.194	24.209	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS E DIVULGAÇÃO

Justificativa: A produção de arroz encontra obstáculos nos preços não competitivos com outros países, embora suprindo as demandas nacionais, exigindo pesquisas com novos cultivares ou processos menos dispendiosos que reduzam custos, ou novos produtos que agreguem valor a esse produto.

Quadro 3.3.7- Projetos do Programa Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação (RF8)

Programa:	Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Pesquisa em novas cultivares	Promoção de estudos e pesquisas sobre a cadeia de valor, produção de sementes, sistemas de plantio, embalagens, novos produtos e logística na produção e processamentos do arroz. Incentivos a resultados de pesquisas (<i>pull</i>), com premiação. Seriam concedidos prêmios em dinheiro aos pesquisadores que criassem, por exemplo, variedades com propriedades técnicas definidas <i>a priori</i>	Apoiar 10 projetos por ano, no período 2007-2015	Fapergs, SAA, SCT e ICTs	Orçamento do Estado
Divulgação de informações tecnológicas	Sistematizar informações de melhores práticas nos segmentos primários dominantes na Região, alimentando os Centros de Informações propostos para operar em todos os municípios (ver Subprograma de Telecomunicações), dando suporte a produtores sobre processos, produtos, mercados, comercializações e exportações, entre outros.	Construção de <i>site</i> com as informações demandadas pela produção agrícola e <i>links</i> com outros <i>sites</i> de entidades de pesquisa e cadeias produtivas em 2006	SAA/Emater, Embrapa, Fapergs, Sebrae e Sedai	Fapergs, SAA, Emater, Embrapa e Sedai
Capacitação em novas técnicas e gestão da comercialização	Desenvolver cursos de capacitação técnica e gerencial, especialmente para pequenos e médios proprietários	Capacitar cerca de 20% dos 56 mil proprietários rurais até 2015	Escolas técnicas, Emater e Senar	SEC, Emater e Senar

PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativa: A crescente escassez hídrica tem causado perdas na competitividade rural, exigindo medidas de controle de outorgas do uso das águas e racionalização dos sistemas de irrigação, especialmente no Centro-Sul, com a cultura do arroz. Outro problema ambiental que afeta a Região refere-se à destinação dos resíduos do arroz, que assumem grandes proporções e exigem medidas para sua adequada redução.

Quadro 3.3.8- Projetos do Programa Capitalização do Potencial Ambiental da Estratégia Competitividade da Orizicultura (RF8)

Programa:	Capitalização do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Controle e outorga do uso das águas	A escassez de águas na Região vai exigir um monitoramento das vazões disponíveis nas bacias e um gerenciamento e outorga do uso dessas vazões para os proprietários, especialmente para os grandes plantadores de arroz, que utilizam maiores volumes	Implementar rede de monitoramento e sistema de controle e outorga do uso das águas em oito das bacias incidentes na região até 2015	Sema/DRH, SAA, Sops e Comitês de Bacias	Fundo de Recursos Hídricos
Sistemas de plantio eficientes no uso das águas para arroz irrigado	Desenvolvimento e implementação de programas mais eficientes para melhoria do manejo, avaliação de novos cultivares de arroz; fomento à experimentação de novos programas de cultivo com redução do uso da água na irrigação		SAA, Sema, Fepam e Emater	Orçamento do Estado e Emater

PROGRAMA 3 – MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativa: A cultura intensiva do arroz vem acarretando problemas ambientais que necessitam recuperações, sob risco de ampliar a degradação da Região, especialmente os problemas de desertificação, em função da retirada de áreas vegetadas e de poluição hídrica pelo uso intensivo de agroquímicos. A expansão da rizicultura e das demais culturas dominantes (silvicultura e frutas) vem determinando

a ocupação de áreas de várzeas, com a derrubada das matas ciliares que garantem a manutenção dos recursos hídricos, evitando assoreamentos e redução de vazões, assim como propiciando a diversidade biológica que diminui pragas e doenças, especialmente em monoculturas. A Região já sente uma escassez hídrica que se reflete na menor produtividade do arroz, que tende a acentuar-se com a expansão dessa cultura e também da silvicultura. Assim, é necessário um esforço de recuperação dessas matas, como fator de reversão progressiva da escassez hídrica.

Quadro 3.3.9 - Projetos do Programa Manutenção do Potencial Ambiental da Estratégia Competitividade da Orizicultura (RF8)

Programa: Manutenção do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
1 – Destinação dos resíduos de arroz	Incentivar a associação da criação de produtores, capacitação de técnicos, desenvolvimento e divulgação de pesquisas e estudos referentes aos aspectos econômicos e ambientais dessa atividade, propor e estabelecer condições logísticas de carregamento e transporte dos resíduos	Instrumentalizar os produtores para reutilização do subproduto do beneficiamento do arroz e fomentar a criação de cooperativas ou associações na busca de alternativas de investimentos para geração de energia (biomassa). Elaborar mapeamento de áreas/estações de transbordo dos resíduos para abastecimento das usinas termoelétricas existentes nas Regiões 5 e 6 e viabilizar a sua implantação	SAA, Sema, Fepam, Emater, Farsul, Senar e Semic	Proinfra, parcerias com indústrias de beneficiamento de arroz e recursos externos decorrentes de aplicação em MDL
Redução do Uso de Agroquímicos	Implementação do controle e da fiscalização das atividades agrícolas que exijam forte demanda de agroquímicos para o cultivo, sendo predominante nessa Região o arroz. Fiscalização, treinamento de agricultores para o uso correto de agroquímicos, capacitação de técnicos com ênfase na legislação específica, fiscalização do cumprimento das normas que instituem o receituário agrônomo no controle e uso de agroquímicos e implementação de pesquisas visando ao desenvolvimento de manejo integrado de pragas e doenças. Já existe um programa de disseminação do controle do uso de agroquímicos que deve ser fortalecido	Implementar controle de uso de agroquímicos em cerca de 50% das propriedades rurais até 2015 (12 mil)	SAA, Emater e Sema	Programa Agricultura familiar no contexto do desenvolvimento local sustentável, Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental e Prodatab
Restauração de Matas Ciliares	O Programa de Restauração de Mata Ciliar no Estado destina-se a restaurar a vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em Bacias Hidrográficas. Os recursos para o projeto derivam da implantação de grandes empreendimentos nas bacias hidrográficas	Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das quatro principais bacias hidrográficas que ocorrem na quase totalidade da Região	Sema/Defap, Fepam, SAA e Emater	SCT/Fapergs – Embrapa

PROGRAMA 4 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

Justificativa: Os mesmos projetos do Agrupamento anterior são necessários a este, como forma de redução de custos nos transportes de arroz, tornando a cultura mais competitiva.

ESTRATÉGIA 3 – FORTALECIMENTO DA REDE URBANA POLARIZADA POR SANTA MARIA

COMPONENTE FORTALECIMENTO DA REDE URBANA

Trata-se de fortalecer os centros urbano-industriais da Região, tornando-os atrativos à localização industrial (serviços, áreas industriais, capacitações, qualidade urbana), mitigando ou evitando impactos decorrentes dessas atividades e da atração populacional que causam. Os seis centros a fortalecer estão registrados no **Quadro 3.3.10**. Nesses centros, com maiores chances de recepção industrial, objetiva-se proporcionar formas de:

♦ Implantar serviços associados a centros regionais de consolidação e distribuição de cargas, como plataformas terrestres, que consolidem cargas e as distribuam no espaço gaúcho, utilizando-se dos modais disponíveis na Região.

♦ Prover áreas industriais que atraíam atividades industriais.

♦ Implementar a tecnologia de acessos a informações sem fio (*wi-fi*), proporcionando a disseminação, com inclusão social desse sistema.

♦ Fortalecer as condições sociais, urbanas e ambientais desses centros, recuperando passivos sociais e ambientais, assim como suprindo serviços sociais e ambientais para novas demandas emergentes até 2015, de modo a capacitar a população e imprimir condições atrativas à localização industrial.

Assim, serão necessárias ações concomitantes em investimentos urbanos, educação (capacitação), saúde, saneamento e habitação (atendimento de padrões urbano-sanitários de qualidade), combate à pobreza e recuperação ambiental. O agrupamento reúne programas e projetos registrados na **Tabela 3.3.13** para apoiar a rede urbana de cidades médias, polarizada por Santa Maria.

Quadro 3.3.10 – Centros Urbanos a Fortalecer (RF8)

Central	Santa Maria, Júlio de Castilhos; São Francisco de Assis; Santiago
Alto Jacuí	Cruz Alta
Jacuí Centro	Cachoeira do Sul

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Tabela 3.3.13 – Programas e Projetos do Agrupamento de Fortalecimento da Rede Urbana Polarizada por Santa Maria – RF 8 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Subprograma	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total		
1 – Fortalecimento da Rede Urbana Polarizada por Santa Maria	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos Fiscais Seletivos	85.359	166.797	115.826	367.982		
			2 – Suporte ao Empreendedor	255	612	734	1.600		
			3 – Incubadoras para Empresas do Terciário Superior	2.000	4.000	4.000	10.000		
				Total do Programa	87.614	171.409	120.560	379.582	
	2 – Dinamização dos Serviços Urbanos			1 – Apoio à Implantação de Áreas Industriais	4.000	8.000	8.000	20.000	
				2 – Inclusão na Sociedade de Informações	-	51	-	51	
				Total do Programa	4.000	8.051	8.000	20.051	
	3 – Suprimento de Serviços Sociais	1 – Fortalecimento da Educação		1 – Escola de Tempo Integral	3.675	13.114	15.839	32.627	
				2 – Avaliação de Desempenho	8	17	16	41	
				3 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	65.428	97.772	151.341	314.541	
		2 – Fortalecimento no atendimento à Saúde		1 – Construção de Leitos	1.007	5.894	10.981	17.882	
				2 – Expansão do Programa Saúde da Família	2.064	7.584	2.208	11.856	
		3 – Melhoria e Suprimento Habitacional		1 – Construção de Morádias	12.151	24.302	24.302	60.755	
				2 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	280	1.122	-	1.401	
		4 – Combate à Pobreza		1 – Renda Básica	18.223	36.446	36.446	91.115	
					Total do Programa	102.835	186.250	241.133	530.219
		4 – Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana			1 – Ampliação da Rede de Coleta de Esgoto Domiciliar	14.544	23.083	19.540	57.167
	2 – Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais				4.175	10.438	6.263	20.875	
	3 – Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos				1.371	3.429	2.057	6.857	
				Total do Programa	20.090	36.950	27.860	84.899	
	5 – Suprimento de Infra-estruturas			Mesmas Intervenções do Agrupamento 1	Mesmas Intervenções do Agrupamento 1				
				Total do Programa	-	-	-	-	
				Total do Agrupamento	214.539	402.658	397.552	1.014.751	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativa: Há a necessidade de tornar Santa Maria e seus centros polarizados cidades atrativas para os empreendedores para que se tornem pólos irradiadores de desenvolvimento. Objetivando maximizar a eficiência dos recursos públicos, cabe definir um programa de incentivos fiscais que seja setorial e regional. As ações contemplam apenas os setores relacionados com as cadeias promissoras e que estejam localizados na Região. Para que seja obtida a competitividade sustentável, é importante que o programa tenha incentivos delimitados no tempo e não passíveis de prorrogação.

Quadro 3.3.11 - Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Fortalecimento da Rede Urbana Polarizada por Santa Maria (RF 8)

Programa: Estímulos Econômicos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos fiscais seletivos	Projeto de redirecionamento dos incentivos atuais na direção de empresas do terciário superior e de outros segmentos identificados como promissores, que tendem a localizar-se nos pólos principais.	Destinar parcelas dos 5,79% das fruições do Fundopem e dos 15,3% do Programa de Redução das Desigualdades Regionais para incentivos a esses segmentos na Região	Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas, Sedai e SCP, Programa de Redução das Desigualdades Regionais	Fruições do Fundopem, Recursos do empréstimo do Bird para o Programa de Redução das Desigualdades Regionais e Programa Grande Fronteira Mercosul
Suporte ao empreendedor – Casa de Negócios	Implantação de Casa de Negócios em Santa Maria, num único ambiente que centralize a informação e órgãos públicos necessários à abertura e atração de empreendimentos. É preciso que se trate de uma estrutura eficiente, ágil e moderna que reduza os custos não-monetários de abertura de novos negócios	Consolidar a cidade como pólo da difusão das inovações e do desenvolvimento regional; Reforçar sua posição como lócus das inovações	Governo do Estado, prefeitura e entidades privadas	Recursos orçamentários
Incubadoras para empresas do terciário superior	Incubadoras para novas empresas do terciário superior. A incubadora tecnológica da UFSM, que já se mostra voltada para tais atividades, poderia ter sua atuação ampliada mediante a injeção de recursos	Consolidar a cidade como pólo da difusão das inovações e do desenvolvimento regional; Reforçar sua posição como lócus das inovações	Fapergs e UFSM	Recursos orçamentários das instituições

PROGRAMA 2 – DINAMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

Justificativa: Dinamização de serviços de âmbito regional nos centros urbanos principais do eixo Santa Maria-Cruz Alta, associados a infra-estruturas de áreas industriais e sistema *wi-fi*.

Quadro 3.3.12 - Projetos do Programa Dinamização dos Serviços Urbanos (RF 8)

Programa: Dinamização dos Serviços Urbanos				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Apoio à implantação de áreas industriais	Implantação de distritos industriais nos pólos principais regionais. Já estão em planejamento, desde 2000, com apoio da Sedai, áreas industriais em São Gabriel e Não Me Toque	Implantação e ampliação de áreas industriais nos dois centros urbanos regionais	Sedai, prefeituras e iniciativa privada	Sedai e prefeituras
Inclusão na sociedade de informações (<i>Wi-fi</i>)	As tecnologias de informação e comunicação (TIC) consolidaram-se na última década como tecnologias genéricas, que estão disseminadas em todos os setores e atividades econômicas ou de produção do conhecimento. A inclusão digital deixou de ser simplesmente desejável para tornar-se essencial para o desenvolvimento. A tecnologia sem fios, conhecida como <i>wi-fi</i> , desenvolveu-se com rapidez nos últimos anos, permitindo o atingimento de um novo patamar na expansão eletrônica. Já é possível disponibilizar essa tecnologia para grandes áreas urbanas, o que é proposto para Santa Maria, com população acima de 100 mil habitantes	Implantar rede de <i>wi-fi</i> em Santa Maria até 2011	Metroplan e Procergs	Orçamento do Estado e PPPs

PROGRAMA 3 – SUPRIMENTO DE SERVIÇOS SOCIAIS

Justificativa: A captação de serviços e de indústrias nos pólos principais da Região exigirá mão-de-obra capacitada que, por sua vez, requisita padrões urbanos crescentemente elevados, seja em saúde, saneamento ou habitação. Assim, a Região deve preparar-se para oferecer serviços sociais, prioritariamente nos centros urbanos maiores, para onde tendem a concentrar-se as populações migrantes.

Quadro 3.3.13- Projetos do Programa Suprimento de Serviços Sociais (RF 8)

Programa	Suprimento de Serviços Sociais			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento da Educação	A melhoria dos padrões educacionais nas cidades médias visando capacitar as populações para inserção nos mercados de trabalho industriais passa por três medidas principais: escola de tempo integral, avaliação de desempenho e atendimento à educação		SEC	
Escola de Tempo Integral	Ampliar a qualidade da formação no ensino fundamental	Inclusão, até 2015, de 50% da população de 7 a 14 anos em tempo integral na escola: 72,6 mil alunos até 2015	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual e prefeituras
Avaliação de Desempenho	Avaliação do desempenho do alunado do ensino médio e fundamental visando à melhoria de qualidade do ensino	Avaliação bianual dos alunos da rede pública nos dois níveis de ensino nesses centros urbanos. Ensino Fundamental: 15,3 mil alunos até 2015; Ensino médio: 5,7 mil alunos até 2015	SEC e secretarias municipais de educação	Orçamento estadual
Atendimento na Educação Fundamental	Abrir novas vagas para os alunos que demandarão a escola, produto do crescimento populacional desses centros urbanos	Incluir 100% de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos na Educação Fundamental: 183,3 mil alunos até 2015 (60% das demandas regionais). Incluir 100% da população de 15 a 17 anos no ensino médio: 54,5 mil alunos até 2015 (60% das demandas regionais)	SEC e prefeituras	Orçamento estadual e prefeituras
Fortalecimento no Atendimento de Saúde	A melhoria do atendimento em saúde compreende a construção e operação de leitos nas cidades principais, que permitam atendimentos especializados à população, e atendimento de serviços básicos e preventivos a famílias			
Construção de Leitos	Prover, até 2015, o número de leitos compatíveis com as metas de supressão do déficit existente e atendimento de populações adicionais, de acordo com as recomendações da OMS	Construir 142 leitos até 2015	SUS, Orçamento estadual e prefeituras	Orçamento estadual e SUS
Expansão do PSF	Atender 80% da população urbana por ações básicas de saúde familiar	Criação de 145 grupos de saúde familiar até 2015	SES e secretarias municipais de saúde	SUS, Estado e prefeituras
Melhoria e Suprimento Habitacional	As melhorias habitacionais nas cidades-pólo abrangem três tipos de medidas: construção de moradias para atender o déficit atual e as necessidades do crescimento populacional até 2015 e construção de unidades sanitárias			
Construção de Moradias	Redução do déficit habitacional urbano e construção de novas moradias para acompanhar o crescimento populacional até 2015	Construir aproximadamente 4,4 mil moradias até 2015	Sehadur, Cohab e prefeituras	Orçamento estadual
Construção de Unidades Sanitárias	Construção de unidades sanitárias nas habitações	Construir 503 unidades sanitárias até 2015	Sehadur	Orçamento estadual
Combate à Pobreza	Complementar a renda das pessoas situadas abaixo da linha de indigência com recursos necessários para atingir o rendimento de um SM	Atender 12,7 mil pessoas até 2015		Orçamento estadual

PROGRAMA 4 – RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

Justificativa: Compreende o atendimento por rede de coleta de esgotos a 100% das moradias urbanas, além de unidades para tratamento de esgotos e destinação de resíduos sólidos nas cidades-pólo da Região.

Quadro 3.3.14 - Projetos do Programa Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana (RF 8)

Programa:	Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação da Rede de Coleta de Esgoto Domiciliar	Redução de 40% do déficit apurado até 2015 e ligações adicionais em função do crescimento populacional	Construir 22,9 mil moradias até 2015	Corsan e órgãos municipais de saneamento	Sops, Corsan, Sema e prefeituras
Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais	Tratamento e destinação de esgotos nas sete cidades-pólo da Região	Tratar esgotos da rede domiciliar e industrial coletada em 100% dos domicílios e indústrias urbanas	Corsan e prefeituras	Pró-Saneamento – Prosanear
Tratamento e Destinação de Resíduos Domiciliares e Industriais não-perigosos	Coleta e destinação de resíduos industriais nas sete cidades-pólo da região	Coletar e destinar adequadamente 100% dos resíduos domiciliares e industriais não-perigosos coletados. Implantar sete aterros sanitários	Sops, Corsan, Sema e prefeituras	PASS/BID, Pró-Saneamento, financiamentos externos e MDLs

PROGRAMA 5 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

Os mesmos projetos do Agrupamento 1 são funcionais a este.

COMPONENTE DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

No setor industrial, a Região tem vitalidade especialmente na produção de máquinas agrícolas, com concentração do APL Pré-Colheita em Não Me Toque e Ibirubá, que congrega 10 indústrias, duas de médio porte (mais de 500 empregados). O incentivo a tais atividades poderá ser uma alavanca para a renovação industrial, levando a uma malha produtiva setorial mais completa e com menores vazamentos para outras áreas. Também a instalação da fábrica Santa Fé de vagões, em Santa Maria, sugere que o desenvolvimento industrial é viável. Esse impulso industrial poderá tornar-se uma força de atração para outras atividades secundárias na Região. Com isso, haveria mais uma área de atração industrial no centro do Estado, fazendo com que círculos de crescimento industrial se desenvolvam. Outros setores industriais (têxtil e confecções, serrarias e produção de móveis, extração de pedras semipreciosas e seu artesanato, biodiesel) também são segmentos promissores.

Tabela 3.3.14 – Programas e Projetos do Agrupamento Desenvolvimento Industrial do Componente Fortalecimento do Centro Polarizador de Santa Maria – RF 8 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Subprogrma	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
2 – Desenvolvimento Industrial	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos a Segmentos Promissores	Incluídos no Agrupamento 3				
			2 – Direcionamento de Linhas de Crédito	Incluídos no Agrupamento 1				
			3 – Inteligência Competitiva	Incluídos no Agrupamento 1				
			4 – Suporte ao Empreendedor	3.075	7.388	8.866	19.330	
			5 – Eficiência Coletiva	Incluídos no Agrupamento 1				
			6 – Apoio à Exportação	Incluídos no Agrupamento 1				
	<i>Total do Programa</i>			3.075	7.388	8.866	19.330	
	2 – Suprimento de Infra-estruturas	1 – Transportes	Mesmas Intervenções do Agrupamento 1			Mesmas Intervenções do Agrupamento 1		
			2 – Energia	1 – Superação de Gargalos em Transmissão	39.000	21.000	5.000	65.000
		2 – Melhoria das Condições Operacionais do Suprimento		-	-	-	-	
		3 – Fomento à Produção de Bioenergia		-	25.000	-	25.000	
		3 – Telecomunicações	1 – Suprimento de linhas de transmissão de dados	-	-	-	-	
	<i>Total do Programa</i>			39.000	46.000	5.000	90.000	
	3 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação		1 – Pesquisas em Processos Industriais	Incluídos no Agrupamento 1				
			2 – Capacitação Técnica Continuada	Incluídos no Agrupamento 1				
			3 – Difusão de Informações Tecnológicas	Incluídos no Agrupamento 2				
			4 – Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	394	788	788	1.970	
5 – Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação			116	232	232	580		
<i>Total do Programa</i>			510	1.020	1.020	2.550		
<i>Total do Agrupamento</i>			42.585	54.408	14.886	111.880		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativa: Manutenção e atração industrial em segmentos promissores na Região, como serviços, arroz e seus beneficiamentos, máquinas e equipamentos agrícolas, material de transportes, soja e seus processamentos (com ênfases em proteínas e biodiesel da soja e outras oleaginosas).

Quadro 3.3.15 - Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Desenvolvimento Industrial (RF8)

Programa:	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos a segmentos promissores	Continuidade do Fundopem com políticas de incentivos voltadas a esses segmentos com vantagens comparativas especializadas. Implantação de novas linhas de incentivos. Os COREDEs Central e Jacuí Centro estão inseridos no G-14, grupo de COREDEs que devem receber recursos do Programa para Redução das Desigualdades Regionais, a ser financiado pelo Bird. Abertura de novas linhas de incentivos pelo Programa Grande Fronteira Mercosul, do Ministério de Integração Regional, também voltado ao desenvolvimento de áreas deprimidas, no qual os três COREDEs estão inseridos	Adotar o critério de participação no total estadual de 6,6% no Fundopem. Direcionar cerca de 18,7% dos recursos do Programa de Redução das Desigualdades Regionais para a Região (proporcionalidade populacional da Região no conjunto dos 14 COREDEs selecionados). Abrir linhas de incentivos para esses segmentos promissores no Programa Grande Fronteira Mercosul	Sedai, SCP, MIN e COREDEs	As fruições do Fundopem com dotações orçamentárias específicas, retorno dos financiamentos concedidos, Programa de Redução das Desigualdades Regionais (Bird) e Programa Grande Fronteira Mercosul
Direcionamento de Linhas de Crédito	Reforço das linhas de crédito existentes ou criação de linhas especiais para os segmentos promissores da Região, delineados no projeto anterior, nos bancos de financiamento econômico, redirecionando percentuais maiores necessários ao seu desenvolvimento	Adotar o critério de participação no total de recursos de financiamento estadual de 8,5% a 10,7% para a Região (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 1 – Projeto 3)	SCP, Sedai, BNDES, BRDE e Caixa RS	Bancos financiadores
Inteligência Competitiva – Apoio ao APL Pré-colheita e de Grãos	Viabilização de Centro de Informações Competitivas do APL Pré-colheita e de Grãos. Essas células deverão desenvolver atividades ligadas às marcas, patentes, prospecção de mercados para comercialização, banco de dados, cenários externos, sendo uma das células do Sistema de Inteligência Competitiva do Estado (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 1 – Projeto 5)	Implantar o Centro Competitivo até 2007	Sebrae, Sedai, Unicruz e iniciativa privada	Caixa RS, Sedai, SCP, Sebrae, e iniciativa privada. Os recursos para a implantação e manutenção das células de vigília deveriam ter recursos de 70% Estado (Caixa RS, Sedai e SCP); e 30% de contrapartida local
Suporte ao Empreendedor	Prevê iniciativas como integrar e fortalecer a atuação das universidades (UFSM, Unicruz, Uergs) com agências de desenvolvimento e Sebrae na estruturação de banco de dados para um balcão de projetos e no apoio ao empreendedorismo como suporte à continuidade do atendimento pelo Sebrae de orientações à abertura de pequenas e médias empresas; realização de projetos e gestão em modelagem de negócios; Implantação de incubadoras e parques tecnológicos; apoio à estruturação da Central de Compras do APL Pré-Colheita; capacitação para o empreendedorismo; Casas de Negócios nos principais centros, para apoio à comercialização agropecuária e agroindustrial	Realização de 70 cursos, implantação de 70 projetos de novos negócios e de 25 centros (incubadoras, centrais de compras, parque tecnológico) em 10 anos	Sedai, SCP, Sebrae, Unicruz, UFSM, Uergs, e agências de desenvolvimento	Orçamento do Estado, através da Sedai, e Caixa RS
Eficiência Coletiva	O principal objetivo desse projeto é incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações coletivas que atuem na eficiência da Região e setores econômicos estratégicos, aumentando, dessa forma, sua capacidade competitiva	Atuar nos segmentos de Pré-Colheita, em que pequenos produtores constituem a maioria das empresas desse arranjo produtivo. Instituir formas cooperativas de compras de insumos. Busca de mercados e inovações devem ser empreendidas como forma de ampliar receitas	Sedai, Sebrae e Caixa RS	Orçamento estadual, Sebrae, Caixa RS e iniciativa privada

Programa:	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Apoio às Exportações	Implementação de uma célula regional, como parcela local de um sistema estadual de apoio a projetos gaúchos de exportação em sua fase de estudo, concepção e implementação. O sistema deverá ter especialistas e tratar de questões como contratos de vendas, planos de negócios e planos comerciais, financiamentos e contratos de câmbio, logística, marca e promoção, pontos de venda e canais de distribuição, legislação de mercado consumidor. As células regionais fariam a ponte entre captação de necessidades locais e a entidade estadual capacitada, na viabilização de alternativas de exportações regionais	Implantar, até 2007, a célula regional do sistema estadual de apoio às exportações, articulada aos principais produtores, cooperativas e associações da Região. As prioridades serão as células voltadas a grãos e máquinas agrícolas	Sedai, Sebrae, universidades e iniciativa privada	Orçamento estadual e iniciativa privada

PROGRAMA 2 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

Justificativa: As mesmas intervenções previstas nos Agrupamentos anteriores são necessárias também para este, em termos de transportes, energia e telecomunicações. Acrescente-se a necessidade de reforço nas linhas de transmissão e condições de operação energética, que hoje se constituem em gargalos na produção industrial da Região, assim como industrialização do biodiesel, que será requisitado pelo Estado.

Quadro 3.3.16 - Projetos do Programa Suprimento de Infra-estruturas da Estratégia Desenvolvimento Industrial (RF 8)

Programa:	Suprimento de Infra-estruturas			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Resolução de Gargalos em Linhas de Transmissão	Resolução do gargalo existente em Cruz Alta, Santa Maria e Não Me Toque, além de outros que tendem a ocorrer pelo aumento das demandas até 2015, dimensionados de acordo com o que aponta o Plano Indicativo de Expansão de Transmissão da Região Sul. Essas soluções serão ou pela instalação de novas subestações e linhas entre essas cidades ou pela troca de condutores para capacidades acima dos atuais 69 kV	Operação com carregamento adequado não excedendo faixa de segurança	RGE, Semc e Aneel	Na expansão de redes de transmissão na faixa citada de tensão (entre 69 e 138 kV), estas pertencem às concessões de distribuição, que trabalham sob supervisão da Aneel. No caso da Ceee, dada a participação majoritária do governo no controle da empresa, conformar alguma ação direta
Manutenção Operacional das Redes de Transmissão Energéticas	Continuidade da operação energética da Região em condições de duração e frequência de falhas dentro dos padrões da Aneel	Manter a duração e frequência de falhas dentro dos padrões máximos da Aneel	Semc, Aneel, Agergs, e concessionárias	Concessionária atuante na região
Fomento à Produção de Bioenergia	Estímulos à implantação de unidade produtora na região e desenvolvimento de projetos de pesquisas e programas de formação de recursos humanos na área	Implantar unidade produtora de biodiesel	Sedai, Semc e SAA	BNDES, e bancos financiadores estaduais

Quadro 3.3.17 - Projeto do Subprograma de Telecomunicações (RF 8)

Programa:	Suprimento de Infra-estruturas			
Subprograma:	Subprograma de Telecomunicações			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Suprimento de Rede de Transmissão de Dados de Alta Capacidade	Formação de arcabouço institucional em nível estadual que incentive o desenvolvimento e implementação de redes de transmissão de dados de alta velocidade, através de regulamentação de práticas de mercado, centralização de informações e consolidação de equipe de acompanhamento (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Telecomunicações – Projeto 1)	Formar o comitê de gerenciamento de recursos até 2007. Consolidar o arcabouço institucional até 2011	RNP (além da AsRNP e Rede Tchê); MCT; MEC; Semc-RS; empresas atuantes em setores de infra-estrutura (administradoras de rodovias, concessionárias de energia elétrica, etc.)	Órgãos e instituições intervenientes no Comitê

Tabela 3.3.15 – Recursos para o Programa 2 - RF 8 (R\$ Mil)

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
Transportes				
Mesmas Intervenções do Agrupamento 1	Mesmas Intervenções do Agrupamento 1			
Energia				
1 – Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão	39.000	21.000	5.000	65.000
2 – Melhoria das Condições Operacionais do Suprimento	-	-	-	-
3 – Fomento à Produção de Bioenergia	-	25.000	-	25.000
Telecomunicações				
1 – Suprimento regional de linhas de transmissão de dados	-	-	-	-
Total	39.000	46.000	5.000	90.000

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO

Justificativa: A manutenção e instalação de indústrias no Estado depende, cada vez mais, da incorporação contínua de inovações em produtos e processos, que tornem seus produtos diferenciados e competitivos. Assim, os segmentos promissores na Região devem estar em contínua renovação, o que requer pesquisas aplicadas, envolvendo empresas e instituições de pesquisa. Por outro lado, os recursos humanos envolvidos nessas produções continuamente inovadas necessitam também capacitações que as acompanhem.

Também a proteção da produção intelectual, especialmente de pequenos e médios empresários característicos na Região, necessita ser reconhecida nacional e internacionalmente como forma de valor. No momento em que se está propugnando um melhor posicionamento das empresas gaúchas nas respectivas cadeias de valor, a questão da construção de marcas aparece com toda sua importância. A adequada proteção do conhecimento gerado e aplicado em inovações de processo e produto, por meio do patenteamento, pode trazer maior segurança a essas empresas, principalmente àquelas que atuam em mercados internacionalizados que, muitas vezes, não dispõem de recursos para registrar suas invenções em todos os países-chave, acabando por tornar sua patente nacional extremamente vulnerável.

Quadro 3.3.18 – Projetos do Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação (RF 8)

Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Pesquisas aplicadas em processos industriais	Desenvolver pesquisas aplicadas nos segmentos promissores de máquinas e equipamentos agrícolas, material de transportes, produtos de origem vegetal (com ênfases em proteínas e biodiesel da soja) e laticínios. Implantar Unidade de Pesquisa Experimental para máquinas e equipamentos agrícolas Pré-Colheita. Essa unidade deve priorizar pesquisas na incorporação de sistemas eletrônicos de monitoramento, equipamentos menos agressivos ao meio ambiente e organização da produção e distribuição	Estima-se a necessidade de empreender cerca de 270 pesquisas em 10 anos	Fapergs, Cientec, Ceitec, Unicruz, UFSM, Uergs, Sebrae, Senai, escolas técnicas, Sedai, Pólos de Modernização Tecnológica e empresas	SCT/Fapergs, Universidades e iniciativa privada
Capacitação técnica continuada	Incrementar programas de capacitação profissional, especialmente nos setores máquinas e equipamentos agrícolas, material de transportes, produtos de origem vegetal (com ênfases em proteínas e biodiesel da soja) e laticínios, inseridos no programa Estadual de Sistema Técnico-Universitário Progressivo	Estima-se que cerca de 5 mil alunos sejam atendidos em 10 anos	Unicruz, UFSM, Uergs, Sebrae, Senai e escolas técnicas	SEC, Senai e universidades regionais
Difusão de informações tecnológicas	Fortalecer sistema de informações aos segmentos industriais promissores segundo potenciais de mercados, em centros de informações em rede, nos 49 municípios da Região, em parceria com órgãos de pesquisa	Operação dos centros de informação nas 49 sedes municipais com esse sistema de informação	Sedai, Sebrae, Fiergs, cooperativas setoriais, universidades e centros de pesquisas	Sedai, Fiergs, Sebrae e universidades
Registro de marcas e patentes	Apoiar projetos de registros de marcas e patentes de produtos, processos, marcas regionais para micro e pequenas empresas e associações representativas das cadeias produtivas da Região, especialmente de máquinas e equipamentos agrícolas, onde há necessidade de forte identificação de marca para mercados externos	Implementação de cerca de cinco certificações, marcas e patentes por ano	Sedai, SCT, Senai, ICTs, universidades, escolas técnicas e associações empresariais	SCT/Fapergs

Programa:	Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Certificação de qualidade e apoio a inovações	Difundir a qualidade e importância da inovação para o crescimento sustentável das empresas. Ainda são restritas as práticas de controle da qualidade dos processos e produtos nas máquinas e equipamentos agrícolas. Fortalecer os procedimentos para obtenção de certificação de qualidade especialmente no caso do APL Pré-colheita. A parceria com o PGQP justifica-se pela grande representatividade dessa instituição em relação à matriz produtiva gaúcha	Realizar um evento anual na região e divulgar os casos de sucesso via Internet, em portal específico	PGQP e Sedai	Orçamento do Estado e ABDI

ESTRATÉGIA 4 – APOIO AO TURISMO

Os potenciais turísticos da Região caracterizam-se pela diversidade. Existem atrativos culturais, científicos, religiosos e naturais. No campo do turismo cultural, por exemplo, a região da Quarta Colônia possui o diferencial de ainda não ser muito desenvolvida, o que a mantém protegida dos riscos de descaracterização e homogeneização decorrentes da exploração comercial excessiva. O APL Turismo da Quarta Colônia, organizado pelo Sebrae, envolvendo os municípios de São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande, Nova Palma, Ivorá, Dona Francisca, Restinga Seca e Agudo, deverá dinamizar essa atividade na Região.

A Rota Paleontológica é um atrativo adicional, e a estrutura do município de Mata já demonstra que o turismo científico tem capacidade de atrair visitantes. Especialmente nas áreas remanescentes de Mata Atlântica, pode haver espaço para o desenvolvimento do ecoturismo. O conjunto de projetos recomendados para estímulos ao turismo está registrado na **Tabela 3.3.16** e é descrito na seqüência.

Tabela 3.3.16 – Programas e Projetos do Agrupamento Fortalecimento Turístico- RF 8 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
5 – Apoio ao Turismo	1 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos à Atividade Hoteleira e de Alimentação	Incluídos no Agrupamento 2			
		2 – Suporte ao Empreendedor	Incluídos no Agrupamento 2			
	<i>Total do Programa</i>		-	-	-	-
	2 – Estruturação Turística da Região	1 – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo	2.000			2.000
		2 – Estruturação Turística Regional	1.000	2.000	2.000	5.000
	<i>Total do Programa</i>		3.000	2.000	2.000	7.000
	3 – Desenvolvimento e Capacitação	1 – Capacitação Técnica Continuada	Incluídos no Agrupamento 1			
<i>Total do Programa</i>		-	-	-	-	
<i>Total do Agrupamento</i>			3.000	2.000	2.000	7.000
Total Geral para a Região Funcional			2.341.412	3.876.561	3.644.267	9.862.240

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe– HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativa: A ampliação da atividade turística da Região requer incentivos e créditos, especialmente às atividades hoteleiras e de alimentação, que necessitam atingir patamares de maior qualidade para tornarem-se receptivas a novas demandas.

Quadro 3.3.19 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Apoio ao Turismo (RF 8)

Programa:		Estímulos Econômicos		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos à atividade hoteleira e de alimentação	Incentivo a esse segmento pelas linhas do Fundopem e Programa de Redução das Desigualdades Regionais	Manter as taxas de crescimento do número de empresas e pessoal ocupado em alojamento e alimentação na Região	Setur, Sedai e SCP	Fundopem, Programa de Redução das Desigualdades Regionais e Programa Grande Fronteira Mercosul
Suporte ao empreendedor	A alimentação de iniciativas empreendedoras endógenas deve contar com um banco de dados estruturado sobre as potencialidades e requisitos existentes em cada Região, assim como facilidades de incentivos, créditos, legislações, logísticas, que apoiem a localização do segmento turístico. Hoje, o Sebrae já presta apoio ao empreendedorismo e há o APL Turismo da Quarta Colônia, onde devem ser realizadas oficinas, rodadas de negócios e cursos. Um reforço da atuação da Sedai, em parceria com Sebrae e universidades regionais, pode estruturar esse sistema, com especificidades para o turismo regional, incentivando o aumento do grau de empreendedorismo, médio na Região	Integrar ações com o Sebrae visando a essa atividade; realizar Planos de Negócios, oficinas e rodadas de negócios e capacitar empresários voltados a esse segmento	A gestão do programa deveria ficar a cargo da Sedai, que trabalharia em parceria com o Sebrae e a Agência de Fomento do Estado, vinculada à Caixa RS	Orçamento do Estado através da Sedai, Caixa RS e Sebrae

PROGRAMA 2 – ESTRUTURAÇÃO TURÍSTICA DA REGIÃO

Justificativa: A estruturação turística da Região dependerá de recursos externos de órgãos financiadores, como Bird e BID, que, para liberação, exigem planos integrados de desenvolvimento do turismo, que deverá ser a providência inicial deste Agrupamento.

Quadro 3.3.20 – Projetos do Programa Estruturação Turística da Região (RF 8)

Programa:		Estruturação turística da região		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável como pré-requisito para obtenção de financiamentos internacionais, elaborando diagnósticos dos atrativos e produtos turísticos da Região e municípios e atividades de suporte existentes, assim como as propostas de estruturação de rotas, roteiros, eventos, sinalizações, postos de informações, etc.	Plano elaborado até 2007	Setur, SCP e Sedai	Orçamento estadual e Prodetur
Estruturação e divulgação turística regional	Roteirização turística (elaboração de roteiros de sugestão, que sejam transformados em pacotes turísticos pelas operadoras); realizar contatos com operadoras nacionais e internacionais, buscando divulgar a Região como destino turístico; elaborar guia turístico regional, com os atrativos das rotas, eventos e as estruturas de apoio e hospedagem; instalar postos de informação turística; realizar a sinalização turística; e organizar o portal das rotas turísticas na Internet	Sinalização, roteiros e guias, postos de informações e portal elaborado e implantado	Setur e Prodetur	Orçamento estadual, Prodetur, Sebrae e empréstimos externos

PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO

Justificativa: As atividades turísticas exigem recursos humanos qualificados no atendimento a vários serviços envolvidos, como atendimento a transportes, alimentação e hospedagem.

Quadro 3.3.21 – Projeto do Programa Desenvolvimento e Capacitação da Estratégia Apoio ao Turismo (RF 8)

Programa		Desenvolvimento e Capacitação		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação Técnica Continuada	Capacitação de pessoas para atendimento de turistas: recepcionistas, condutores, taxistas, vendedores, garçons, cozinheiros, motoristas, entre outros. Continuidade da capacitação da estrutura receptiva local (parques, hotéis, pousadas, bares e restaurantes), já iniciada pelo Sebrae	Capacitação de cerca de 120 pessoas por ano, durante cinco anos	SEC, Senac e universidades regionais	SEC, Senac e universidades regionais

PROGRAMA 4 – APOIO DE INFRA-ESTRUTURAS

O asfaltamento às sedes municipais de Ivorá e Pinhal Grande, incluídos no Agrupamento 1, são funcionais a este.

Outros Projetos de interesse da Região Funcional 8

O Plano Estadual contempla um conjunto de outros projetos, não diretamente ligados às estratégias regionais definidas, mas que também suprem suas necessidades. Esses Programas e Projetos pertencem a três áreas:

- ♦ Inclusão Social, com ações em educação, saúde, habitação, saneamento e combate à pobreza, que abrange a totalidade das demandas urbanas e rurais da Região, até o ano horizonte de 2015.
- ♦ Manutenção do Potencial Ambiental, com ações de criação e consolidação de áreas protegidas e indígenas.
- ♦ Capacitação para o planejamento regional.

INCLUSÃO SOCIAL

Esses projetos constam da Estratégia 3 do Plano Estadual. As demandas e recursos aqui estimados não incluem os dos pólos urbanos, anteriormente descritos. Trata-se do atendimento do restante das populações urbanas e rurais da Região. Ou seja, as demandas e os recursos totais para a Região são o somatório desses ora estimados e daqueles dos pólos urbanos.

Quadro 3.3.22 – Projetos do Subprograma Melhoria do Atendimento em Educação Básica (RF8)

Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Eliminação do Analfabetismo	A análise dos dados por faixa etária confirma que a universalização do Ensino Fundamental tem empurrado o analfabetismo para as idades mais avançadas, ou seja, o problema é de estoque e não mais de fluxo. Portanto, é possível ter por objetivo eliminar o analfabetismo ainda existente em parte da população da Região	Atender demandas de 45 mil pessoas até 2015		Orçamentos dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal
Escola em Tempo Integral	As políticas de correção de fluxo que levam à eliminação da distorção série/idade e à redução do número de anos para o percurso de cada nível de ensino, apóiam-se no pressuposto de que todos os alunos conseguem desenvolver as competências requeridas pela escola, caso lhes sejam dadas as oportunidades de aprendizagem. Programas de reforço escolar em turno contrário ao da escola, aumentam as probabilidades de sucesso dos alunos com dificuldades de aprendizagem e são parte importante das políticas de correção do fluxo	Demandas estimadas de 38,2 mil alunos até 2015	SEC e prefeituras	Orçamentos estadual e municipais
Avaliação de Desempenho	As políticas de correção do fluxo escolar, que implicam a eliminação da repetência, devem ter sua eficiência monitorada por um sistema de avaliação de desempenho dos alunos, a fim de verificar se, além de serem promovidos, os alunos estão desenvolvendo as competências requeridas pela escola	Implantar avaliação externa das escolas estaduais, mediante aplicação de provas baseadas em competências e questionários para alunos, pais e comunidade escolar a cada dois anos. Atingir 5% dos alunos em cada COREDE (10 mil no Fundamental e 1,9 mil no Médio)	SEC e universidades	R\$ 24 mil até 2015 (ver Plano Estadual – Estratégia 3)

Programa:	Inclusão Social			
Subprograma:	Melhoria do Atendimento em Educação Básica			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Atendimento à Demanda por Ensino Básico	A oferta de matrículas no Ensino Médio é dever do Estado. É imperativa do desenvolvimento pessoal, direito individual também garantido pela Constituição brasileira	Atendimento de 100% das crianças de 7 a 14 anos pelo Ensino Fundamental e de 80% dos jovens de 15 a 17 anos pelo Ensino Médio Fundamental – 121,4 mil alunos até 2015. Médio – 36,1 mil alunos até 2015	Ministério da Educação, SEC e prefeituras	

Quadro 3.3.23 – Projetos do Subprograma Melhoria do Atendimento em Saúde (RF 8)

Programa	Inclusão Social			
Subprograma	Melhoria do Atendimento em Saúde			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação de Empregos Médicos	Bons indicadores de leitos, médicos e enfermeiros de nível superior permitem estender e aprofundar programas e ações em saúde pública	Atingir o coeficiente de 10,3 Empregos Médicos por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDEs; 80 empregos até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos das três esferas de governo
Ampliação de Empregos de Enfermeiros	A disponibilidade de enfermeiros de nível superior convive com boa oferta de auxiliares de enfermagem de nível médio, profissionais absolutamente necessários aos programas de atenção à saúde da população	Atingir o coeficiente de 5,6 Empregos de Enfermeiros por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDEs; 53 empregos até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos das três esferas de governo
Expansão do Programa Saúde da Família	O PSF permite ampliar e qualificar a atenção básica prestada no Estado pelos municípios	Aumentar a cobertura do Programa para 50% da população em 2007; 70% em 2011; 80% em 2015; 385 equipes até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos das três esferas de governo

Quadro 3.3.24 - Projetos do Subprograma Melhoria das Condições de Habitação (RF 8)

Programa	Inclusão Social			
Subprograma	Melhoria das Condições da Habitação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redução do déficit habitacional urbano	O investimento no setor habitacional é prioritário, tendo em vista seu impacto social e econômico, tanto na indústria local, como na geração de empregos para a força de trabalho menos qualificada. Atendimento à demanda por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico, destinado a famílias com renda per capita mensal de até cinco salários mínimos	Construir unidades residenciais nas zonas urbanas eliminando 35% do déficit existente até 2015. Acompanhar os números da variação demográfica; 23,9 mil habitações até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado e Sistema Financeiro de Habitação
Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios sem Sanitário	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, vinculada aos serviços de infraestrutura básicos (água, esgoto e energia elétrica)	Eliminar 35% do déficit existente até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado
Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, com redução de densidade onde há mais de três moradores por dormitório	Redução de 17,5%, sendo 20% até 2007, 40% até 2011 e 40% até 2015. Atender à demanda de 828 dormitórios até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado

Quadro 3.3.25 - Projetos do Subprograma Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico (RF 8)

Programa:		Inclusão Social		
Subprograma:		Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Rede de Distribuição de Água	Ampliação da rede para atender aos novos domicílios urbanos decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e do crescimento demográfico	Acompanhar os números da variação demográfica. Atender a demanda de 41,2 mil domicílios até 2015	Sops, Sema, Corsan e prefeituras	Orçamento do Estado e a cobrança pelo uso da água recentemente regulamentada
Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	Trata-se de programa essencial para a qualidade de vida da população	Manutenção da cobertura em índices próximos a 100% nas zonas urbanas, mediante inclusão nos roteiros de coleta dos novos domicílios decorrentes do crescimento demográfico e equacionamento do déficit habitacional. Atender a demandas de 37,2 mil domicílios até 2015	Sops e prefeituras	Orçamentos do Estado e municipais

Quadro 3.3.26 - Projetos do Subprograma Combate à Pobreza (RF 8)

Programa		Inclusão Social		
Subprograma:		Combate à Pobreza		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Renda Básica	Adicionalmente aos programas desenvolvidos pela STCAS e às ações de saúde pública e de educação básica com conteúdo de combate à pobreza é justificável um programa de repasse de renda com foco na população que se situa abaixo da linha de indigência	Complementar os rendimentos das pessoas acima de 10 anos de idade com renda inferior a ¼ do salário mínimo, a fim de que alcancem o piso de 1 SM per capita. Após 2007, estima-se que a população que receberá esse apoio permanece nos mesmos patamares, o que representa que haverá aumento de renda média, já que as populações urbanas tendem a crescer. Atender a demandas de 12,6 mil pessoas até 2015	STCAS e prefeituras	

Quadro 3.3.27 – Projetos do Programa Manutenção do Potencial Ambiental (RF 8)

Programa:		Manutenção do Potencial Ambiental		
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Consolidação, ampliação e manejo das áreas protegidas	Essas áreas, embora possuam estrutura legal, sofrem pressões de uso e requerem consolidação, ações de fiscalização e manejo adequado, especialmente sob a pressão de ocupação das culturas empresariais. É necessário maximizar as potencialidades técnicas e humanas por meio de novos procedimentos e instrumentos de planejamento; e definir uma estratégia estadual para a biodiversidade, além do estabelecimento de uma rede de informações	Desenvolver e implantar planos de manejo nas Unidades de Conservação; consolidar áreas decretadas: desapropriação e/ou demarcação de Unidades de Conservação; criação de novas Unidades de Conservação	Sema, Fepam e FZB	Programa de Conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros e gestão do Sistema Federal de Unidades de Conservação, Programa de Pesquisa em Biodiversidade, <i>Bio Carbon Fund</i> , <i>Prototype Carbon Fund</i> e <i>Community Development Carbon Fund</i>
Criação, consolidação e manejo de terras indígenas	Essas áreas, embora possuam estrutura legal, sofrem pressões de uso e requerem consolidação, ações de fiscalização e manejo adequado. Além desse fortalecimento, muitas áreas ainda não estão demarcadas e regularizadas	Desenvolver e implantar planos de manejo nas terras indígenas; consolidar áreas decretadas; desapropriar e/ou demarcar áreas já identificadas; definir novas áreas para agrupamentos acampados em áreas impróprias	Sema, Funai e Conselho Estadual dos Povos Indígenas	Sema, Funai e Conselho Estadual dos Povos Indígenas

Programa	Manutenção do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Criação de Apas nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	As águas subterrâneas do Aquífero Guarani são importante recurso hídrico diante da crescente escassez mundial. É matéria de interesse nacional e internacional, com investimentos disponíveis para elaboração de estudos e planos de desenvolvimento e uso do solo. Elaboração e implementação conjunta de marcos técnicos e institucionais para o conhecimento, gerenciamento e preservação do Aquífero, que extrapola a região e o país. Essa preservação impõe-se pelas pressões das culturas empresariais, que utilizam mecanização, agroquímicos e irrigação, que podem contaminar esses recursos	Controlar usos e atividades impactantes ao aquífero. Criar APA nas áreas de afloramento poroso. Desenvolver planos de manejo para essas áreas	Sema, Fepam, FZB e Sops (Pró-Rio Uruguai)	Probio, Funbio e Projeto Sistema Aquífero Guarani
Destinação de Dejetos de Origem Animal	Embora a produção de animais de pequeno porte não seja dominante na Região, há necessidade de atuar nas propriedades voltadas a essa produção. A produtividade, por animal e por área, aumentou consideravelmente no Estado, passando-se a produzir grandes quantidades de dejetos em pequenas extensões de terra. Também surgiram problemas com o mau cheiro e com o destino dos efluentes. A melhoria das tecnologias disponíveis para a destinação dos dejetos animais e a sua validação é de fundamental importância para que possa ser fomentada e mantida a atividade de suinocultura no Estado. O projeto "Gestão de ativos ambientais" do PNMA II/MMA está em andamento no Estado, envolvendo SC	Desenvolvimento de cursos e treinamentos para capacitação de suinocultores e avicultores em técnicas ambientalmente sustentáveis, adotando práticas de manejo e instalação de equipamentos adequadas para a transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes (adubo)	SAA e Sema	Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II
Incentivos à Produção Agroecológica	Têm sido mais requisitados produtos produzidos em situação ambiental limpa, sem uso de defensivos e agrotóxicos. Esse tipo de cultura pode ser incentivado na Região para suprir nichos específicos de mercados. Fomentar produtos menos agressivos ao ambiente e de maior valor comercial, pode aumentar a renda rural, especialmente a agricultura familiar	Ampliar a produção agroecológica em cerca de 2 mil pequenas propriedades (5%)	Sema, Fepam e Emater	Programa Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental e Prodatab
Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	Implantação de reservatórios de captação de águas pluviais em propriedades de agricultura familiar, localizadas em região de maior escassez, visando contribuir para a dessedentação de animais, irrigação em casos específicos e, sob tratamento, para uso humano em situações emergenciais	Definição de áreas prioritárias na região e financiamentos para produtores	SAA, Sema, Sops, Fepam e Emater	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura, Fundo de Recursos Hídricos – FRH, coordenado pelo DRH
Criação de Viveiros	A maior produtividade de plantios depende de cultivares adequados ao clima e solos regionais, desenvolvidos e disseminados por pesquisas ágeas e disponibilidade de espécies. Criação de viveiros de frutas adequadas, em associação com pesquisas de novos cultivares aptos à Região	Criar e/ou fortalecer seis viveiros de frutas na Região e erradicação dos clandestinos	Grac, SAA, Fepagro e Emater	Profruta

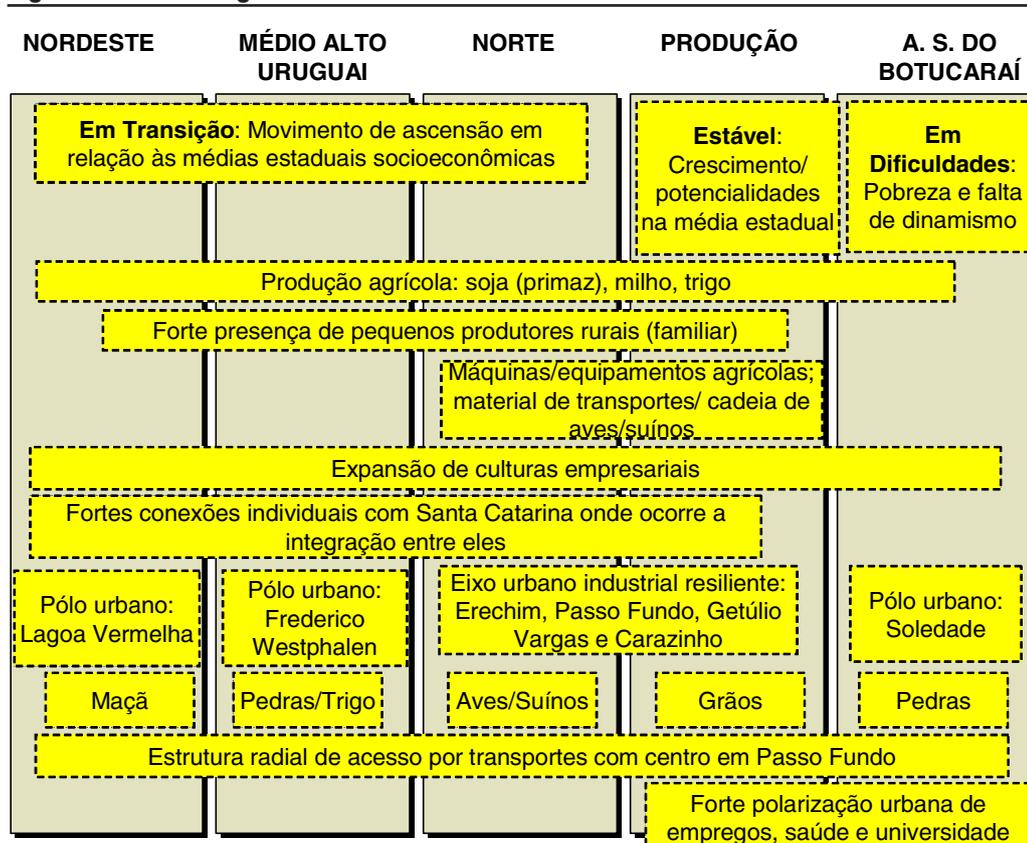
Quadro 3.3.28 – Projetos do Programa Estruturação do Planejamento Regional e Governança Moderna e Participativa (RF 8)

Programa	Estruturação do Planejamento Regional e Governança Moderna e Participativa			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação das Estruturas para o Planejamento e Ordenamento Territorial	Reaparelhamento das instituições (renovação de equipamentos e <i>softwares</i> e ampliação do quadro de pessoal), de acordo com o Programa de Estruturação da Governança	Atingir e manter o reaparelhamento no período 2007-2015	Metroplan, Sefaz e Sehadur	Orçamento do Estado
Capacitação do Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	Definição, por edital, IES ou consórcio de IES responsável por assegurar a realização de ciclos de formação para técnicos	Capacitação de técnicos dos quadros estadual e municipal	SCP	Orçamento do Estado, Ministério das Cidades e financiamentos externos, dentro de um projeto amplo de modernização da administração, como o que beneficiou as estruturas de arrecadação

3.4 – Região Funcional de Planejamento 9

A Região Funcional 9 é formada por cinco COREDEs – Médio Alto Uruguai, Norte, Produção, Alto da Serra do Botucaraí e Nordeste. Apesar de diferenças em termos de estrutura fundiária, relevo e na presença de cadeias industriais diferenciadas (máquinas e implementos agrícolas, automotiva, gemas e móveis), essa área apresenta forte polarização entre essas regiões em empregos, captação de transportes, universidades e centros de pesquisa, saúde e homogeneidade na produção agrícola e agroindustrial.

Figura 3.4.1 – Homogeneidades e Polaridades na RF 9



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Situada na fronteira com Santa Catarina, sua estrutura compõe-se da seguinte forma:

- ♦ Três COREDEs fronteirizos (Médio Alto Uruguai, Norte e Nordeste) foram classificados como “Em Transição”, pois, apesar de apresentarem desempenho econômico, situação social e potencialidades socioeconômicas e ambientais abaixo da média estadual, situam-se próximos a essa média e subiram de patamar no período entre 1990 e 2002, em movimento ascendente de aproximação dessas médias.

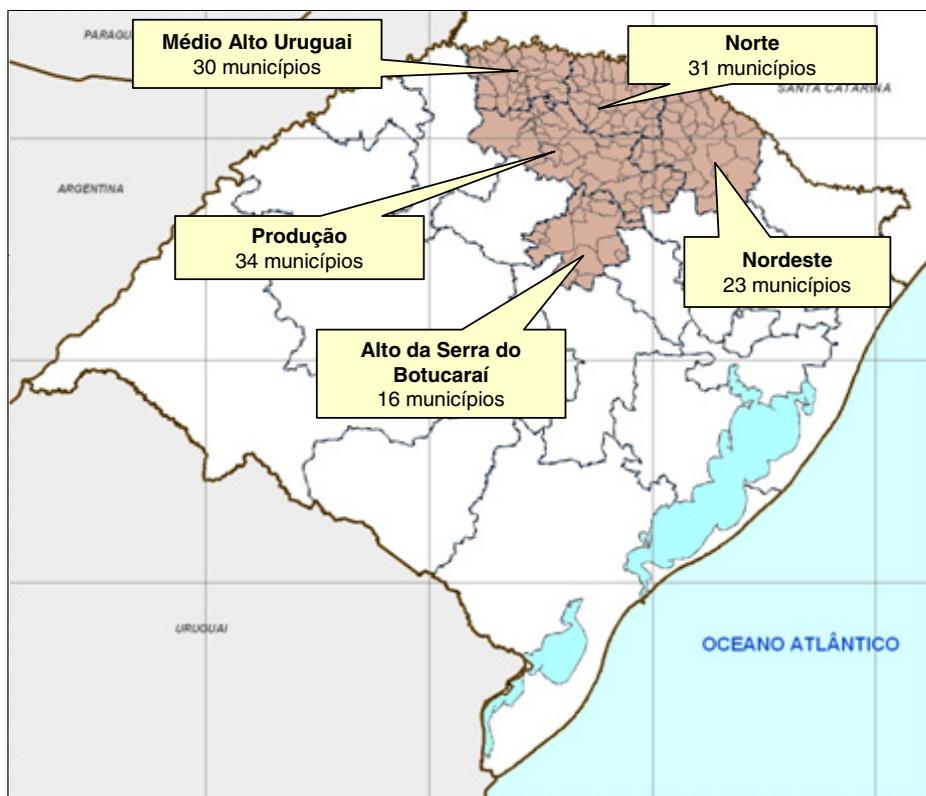
- ♦ O COREDE Produção, central à Região e classificado como “Estável”, por apresentar crescimento econômico e potencialidades acima da média estadual, embora com condições sociais baixas.

- ♦ O COREDE Alto da Serra do Botucaraí, ao sul e central ao Estado, classificado como “Em Dificuldades” por caracterizar-se como dos mais pobres e pouco dinâmicos do Estado, já que resultou de um movimento de desagregação de outros COREDEs, visando que esse novo conjunto de municípios obtivesse maiores recursos orçamentários, em função dos critérios de prioridades com base em indicadores socioeconômicos mais baixos. Sua gênese, assim, está associada à sua precariedade de condições.

Algumas características devem convergir para um projeto comum:

- ♦ Forte presença da cadeia de produtos de origem animal e de máquinas e equipamentos

Figura 3.4.2 – Municípios e COREDEs da RF 9



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

agrícolas, que forma, na Região e com Santa Catarina (Chapecó e Concórdia), um eixo industrial interligando seus principais pólos (Erechim, Passo Fundo e Carazinho), localizados na área central. Nas porções periféricas, a dominância é do setor agrícola e terciário, pouco desenvolvido.

- ◆ Fortes interações entre os COREDEs nas polarizações de empregos, nas viagens de transportes, na rede e hierarquia urbana, nas universidades e centros de pesquisas e nos serviços de saúde.

- ◆ Certa homogeneidade no grau de investimentos públicos e dependência de recursos externos, na renda baixa com pobreza estável ou aumentando e no alto grau de potencialidades para usos agrícolas.

- ◆ Situada nas Bacias do Uruguai, ao norte, e do Guaíba, ao sul, a Região destaca-se por manter uma integração interna entre os COREDEs constituintes, fora do território gaúcho, em Santa Catarina, formando um arco ao norte, com várias conexões com a Região. Constitui-se em área de recarga do Aquífero Guarani, sendo as barrancas do Rio Uruguai sua área de descarga, que é prioritária para a preservação ambiental.

Tendências Recentes da Região Funcional 9

São analisados desempenhos recentes da Região no que diz respeito à dinâmica econômica, demográfica e de urbanização, às infra-estruturas disponíveis, ao grau de desenvolvimento social, às potencialidades ambientais, quanto à informação e conhecimento e quanto às disponibilidades financeiras, empreendedora e atrativa e às condições de “governança”, como síntese das aptidões e restrições identificadas como relevantes.

Desempenho econômico: A evolução do PIB total da Região Funcional 9, entre 1990 e 2002, de 2,94% a.a, alcançou um desempenho ligeiramente superior à média estadual (2,36% a.a.), o terceiro do Estado, aumentando sua participação no PIB estadual, de 8% para 9,7% no período.

De 1990 a 1996, a Região alcançou taxas de crescimento do PIB de 5,6% a.a, a mais alta do Estado e muito acima da média estadual, de 2,9% a.a. no período, tendo caído bruscamente

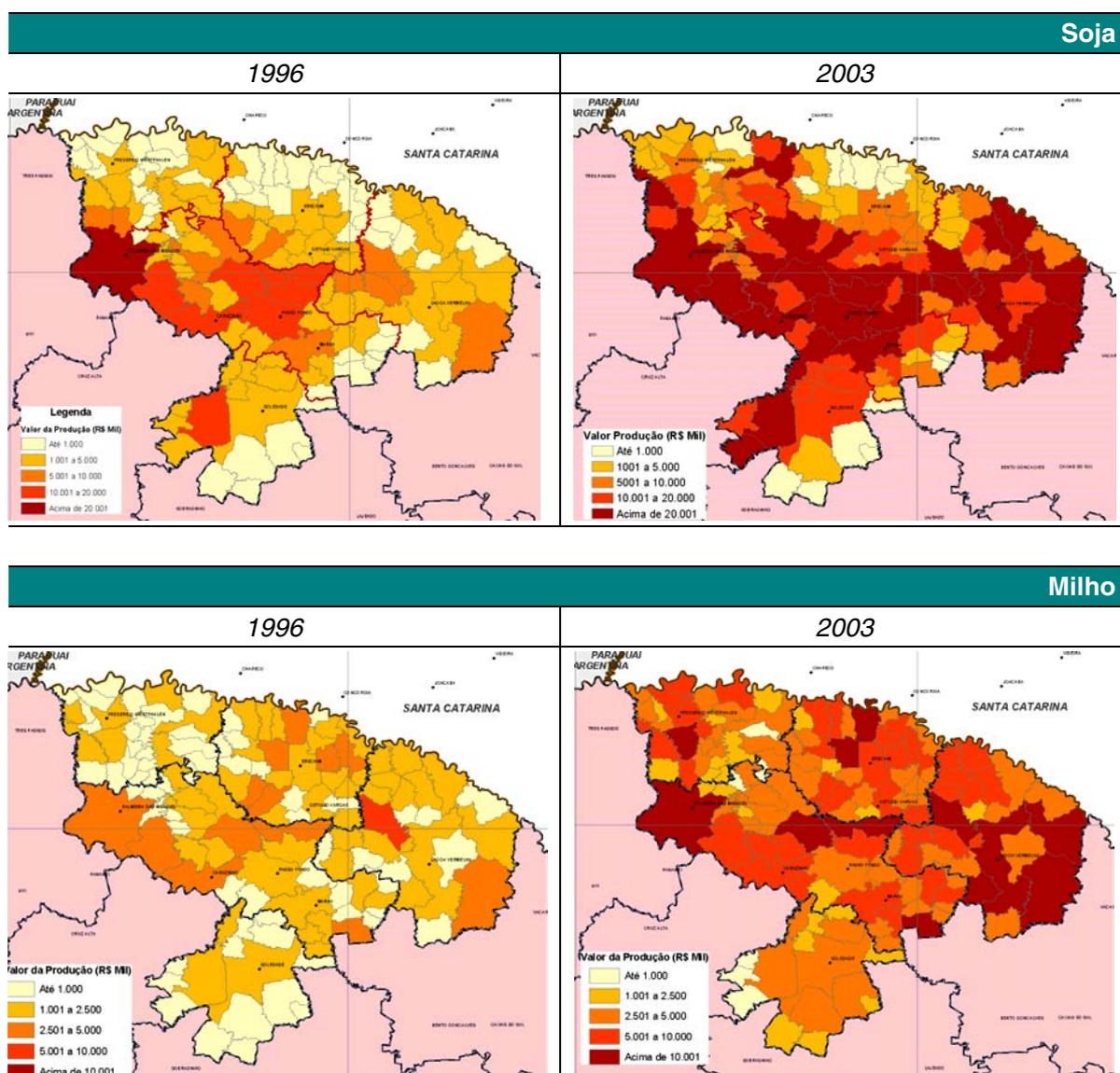
para 1,7% a.a., entre 1996 e 2002, abaixo da média estadual (1,8% a.a.), o que indica perda do dinamismo anterior. No entanto, esse bom desempenho econômico, aliado ao pequeno crescimento populacional ocorrido no período, resultou que o PIB *per capita*, que representava 74% da média estadual em 1990, alcançasse 94% dessa média em 2002.

A estrutura produtiva regional apóia-se no setor de comércio e serviços, responsável por 45,6% do PIB regional, com boa evolução desde 1990 – 2,2% a.a. – seguido do setor agropecuário, com 34% do PIB regional, evoluindo a altas taxas de 4,5% a.a. Por último, o setor industrial, com 20%, mas com forte evolução recente de 5% a.a.

O setor de comércio e serviços é dominante e tem âmbito de atendimento regional, já que a área é distante da metrópole e conta com vários centros urbanos de porte centrados no COREDE Produção (Passo Fundo é polarizador da Região), apoiado por Carazinho; e Erechim, além de vários centros menores espalhados por toda a Região.

No turismo, sobressai-se como o segundo destino no Estado em movimentação de passageiros interestaduais e internacionais terrestres e aéreos, com cerca de 1,4 milhão de movimentos em 2001, concentrados em 11 cidades do Médio Alto Uruguai (Nonoai, Frederico Westphalen, Trindade do Sul), no Norte (Erechim, Erval Grande e São Valentim) e no Produção (Passo Fundo, Carazinho, Sarandi e Ronda Alta). A forte relação produtiva e nos negócios com Santa Catarina e a polarização de empregos que ocorre com Chapecó, Concórdia e outras cidades fronteiriças são as explicações para esses fluxos. A capacidade de alojamentos e alimentação também é a terceira do Estado e evoluiu 12% a.a., desde 2000, alcançando 3,7 mil estabelecimentos. Mas

Figura 3.4.3 – Evolução da Produção da Soja e do Milho – RF9 (1996 – 2003)



Fonte: PAM, 2003

trata-se, fundamentalmente, de turismo de negócios, pois, mesmo contando com patrimônio cultural e paisagístico representado por cinco unidades de conservação e 13 terras indígenas, com apelo como a Rota das Terras, termas hídricas e barragens, o número de quartos para hospedagem para esse tipo de turismo representa a quinta posição no Estado e teve evolução ínfima entre 1996 e 2001 (0,4% a.a.), alcançando cerca de 1.200 quartos.

Na agropecuária, tanto ampliou-se a participação setorial regional (de 31% para 34%), como sua participação no Estado (de 21% para 22%). No setor, destaca-se como segmento dominante a soja – primaz – responsável por cerca de 53% do valor da produção agrícola regional em 2002, tendo apresentado alto crescimento desde 1990 (14% a.a.) e espalhando-se em todos os municípios integrantes da Região. Destacam-se, além dele, trigo, milho, mandioca e fumo (10% da produção estadual e com altas taxas de crescimento), também disseminados em quase todos os municípios, que, juntos, representam cerca de 90% do valor da produção agrícola regional. A expansão da cultura da soja e milho é registrada na **Figura 3.4.3**.

Comparecem como culturas dinâmicas algumas frutas (melancia, melão, caqui, tomate, figo, abacaxi e pêssago), que, porém, respondem por menos de 1% do valor da produção agrícola regional. No COREDE Nordeste, a maçã tem representatividade (5% do valor agrícola e 15% do valor desse produto no Estado) e vem crescendo, influenciada pelo vizinho COREDE Hortênsias, onde é dominante.

Em termos de eficiência, na soja, a rentabilidade na Região alcança menos de 15% do recebido por outras culturas em outras regiões, sendo superada pelo COREDE Fronteira Oeste, com 25%, mas essa cultura, na Região mantém-se com eficiência de 15%, semelhante à média do Rio Grande do Sul, mas muito inferior à média brasileira (25%). Esta é puxada pelo Mato Grosso, com 100%. No milho, ela mantém-se no patamar de eficiência médio do Estado e Brasil (cerca de 55%), abaixo dos grandes produtores do Centro-Oeste brasileiro. No trigo, a eficiência do plantio é de 75%, maior que a média do Estado e do Brasil, alcançando 100% no Médio Alto Uruguai. No fumo, a eficiência desse produto no contexto brasileiro e estadual é maior que essas médias, alcançando mais de 90%. Nas frutas, dinâmicas, a eficiência regional alcança patamares de 15% na comparação com outras culturas e dentro dela, sendo superada pela média brasileira e do Rio Grande do Sul nessas culturas, lideradas pela Região das Hortênsias.

Mas é na pecuária que a Região se destaca, com cerca de 27% dos efetivos de aves e 28% de suínos (estes o maior do Estado) e 10% nos bovinos (quinta posição).

À exceção de mandioca, milho e frutas, as demais são culturas empresariais – grandes extensões e mecanização – que se chocam com uma estrutura fundiária de pequenas propriedades – 90% dos estabelecimentos têm até 50 hectares, sendo 73% delas próprias e ocupando apenas 44% das terras com uso agropecuário. Assim, qualquer medida de apoio ao setor passa, necessariamente, pela superação das dificuldades dos pequenos produtores no acesso a créditos, assistência, conhecimentos e infra-estruturas diversas.

No setor industrial, predomina o segmento de produtos de origem animal, pela cadeia de aves e suínos, com 23% do VAB regional. Segue-se o segmento de máquinas, equipamentos e tratores (13%), ambos concentrados no Norte e Produção. Os demais segmentos – indústria alimentícia, material de transportes, calçados e couros, móveis, metalúrgicos, farinhas e rações e têxtil – detêm menores participações, mas imprimem um grau de diversificação alto à Região, mais especificamente no eixo central norte-sul de Erechim a Passo Fundo. Nas periferias desse eixo, a produção industrial é menos diversificada e pouco significativa. Têm alcançado grande crescimento do VAB os segmentos de cimento, fumo manufaturado, fertilizantes, siderúrgicos e sucatas e químicos, que, embora representem apenas

Tabela 3.4.1 – Produções Agropecuárias e Processamentos (RF9)

Produto	Produção Agropecuária	Processamento	Elos no RS
Laticínios	28%	12%	-
Aves/Suínos	25% e 27%	25%	-
Soja	36%	-	-
Milho	43%	8%	-
Trigo	39%	8%	-
Bovinos	9%	5%	-
Madeira/Móveis	6,6%	6%	6% (móveis)
Máquinas Agrícolas	-	5,5%	-

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

1,5% do VAB industrial regional, vêm contribuindo para a diversificação produtiva.

Nas cadeias agroindustriais, todos os produtos dominantes e dinâmicos têm maior representatividade na produção agrícola que no processamento: a soja, com 36% da produção agrícola estadual, assistiu ao declínio total do processamento; no milho e fumo, para uma produção agrícola, respectivamente de 43% e 10% do Estado, o processamento é também inexistente; no trigo, responsável por 39% da produção agrícola estadual, há apenas 8% de processamento; e, no leite, com 28% da produção, apenas 12% é processado na Região. A exceção fica na cadeia de pecuária, onde o rebanho de 25% de aves e 27% de suínos é o maior do Estado, com 25% do processamento estadual, menor apenas que no entorno metropolitano.

Outras cadeias têm pequena representatividade estadual na Região: madeira e móveis, com 6% em todos os elos da produção madeireira, passando pelo processamento e produção de móveis (em expansão); petróleo, com 18% de tintas e vernizes e 27% de demais produtos (em expansão); automotiva, com 21% dos implementos agrícolas, maior participação no Estado, superado apenas pelo entorno metropolitano (em expansão); e alta tecnologia, com o elo de informática e microtecnologia representando 30% do valor estadual, o terceiro do Estado, porém, em queda recente, em favor das Regiões 1 e 3.

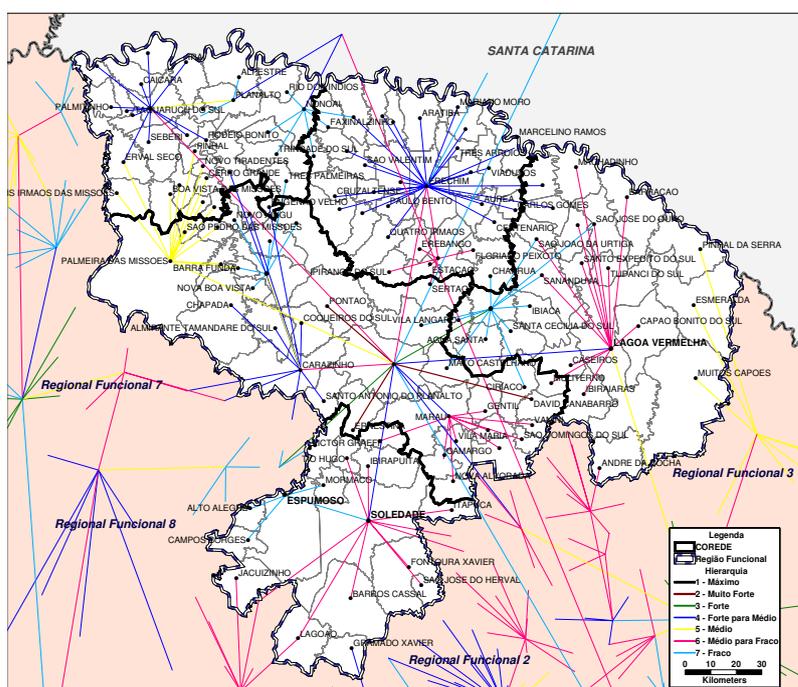
Desempenho demográfico: A população regional, de 1 milhão de habitantes em 2000, a segunda concentração do Estado, representava 10% da estadual, tendo diminuído a participação de 11% que detinha em 1991. No período, a Região apresentou um crescimento populacional irrisório (0,4% a.a.), muito abaixo da média estadual de 1,2% a.a. Enquanto os COREDEs centrais do Norte e Produção concentram 6% da população estadual, os três demais periféricos detêm 4%.

Migrações: Os movimentos migratórios foram intensos. Cerca de 55 mil pessoas saíram da Região, enquanto 25 mil entraram e ainda 42 mil se deslocaram dentro da própria Região, o que representa uma movimentação populacional de cerca de 18% de seu contingente total em 2000. A Região apresentou saldo migratório bruto negativo de 45 mil habitantes, o segundo maior do Estado, sendo que, com origem no próprio Rio Grande do Sul o saldo bruto de imigrantes foi de 5 mil pessoas, enquanto os emigrantes para outros Estados foram cerca de 29 mil pessoas, a maioria para Santa Catarina (16%). Cerca de 15% dos imigrantes vêm da Região Funcional 1 (entorno da metrópole). Dos emigrantes, 26% também têm destino nessa Região.

Rede urbana: A urbanização tem alcançado taxas positivas (2,2% a.a.), demonstrando uma forte ampliação dos 134 centros urbanos que a compõem, embora a população rural continue com percentuais dos mais elevados do Estado: 36%.

A rede urbana hierarquizada comparece com cinco níveis de tamanho de municípios constituintes: a maior parte é formada por 115 pequenos municípios até 5.000 habitantes, que concentram 24% da população urbana; a seguir, sete municípios entre 5.000 a 10.000 habitantes concentram 7% da população urbana; no terceiro nível, nove municípios entre 10.000 e 50.000 habitantes concentram 25% da população urbana; no

Figura 3.4.4 – Polarização e Hierarquia Urbana na RF9



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

quarto nível, apenas Carazinho e Erechim concentram 20% da população; e, finalmente o pólo regional de Passo Fundo, com mais de 100 mil habitantes, concentra 24% da população urbana regional. Destaca-se que, embora a população se concentre nos centros de médio e grande porte, há ainda um percentual elevado nos pequenos municípios, indicando a dominância de populações rurais. A **Figura 3.4.4** registra a polarização urbana, onde destacam-se, como pólo primaz Passo Fundo, seguido das cidades de Erechim e Carazinho, e as fortes relações com as cidades de Concórdia e Chapecó, em Santa Catarina, seguindo as rotas de transportes existentes nessa direção.

Trata-se de uma rede urbana bastante capilarizada, mas também com centros urbanos de atuação regionais claros, concentrando-se nos três pólos regionais e nas demais cinco cidades de médio porte que se distribuem pelos cinco COREDEs (Getúlio Vargas, Lagoa Vermelha, Soledade, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões).

Embora em termos de homogeneidade a Região seja considerada com grau elevado entre suas porções constituintes, em termos de polarização destacam-se duas situações: Produção e Norte têm elevado grau de polarização sobre seus municípios constituintes, enquanto no Médio Alto Uruguai, Alto da Serra do Botucaraí e, especialmente no Nordeste, esse grau é insatisfatório ou baixo, já que muitos municípios são polarizados por outras regiões adjacentes. Alguns municípios a leste do Nordeste são polarizados por Vacaria (Hortênsias), na vizinha Região 3, enquanto vários municípios ao sul, da vizinha Região 8 (Não Me Toque, Tapera, Colorado e Lagoa dos Três Cantos) são polarizados por Carazinho e Passo Fundo.

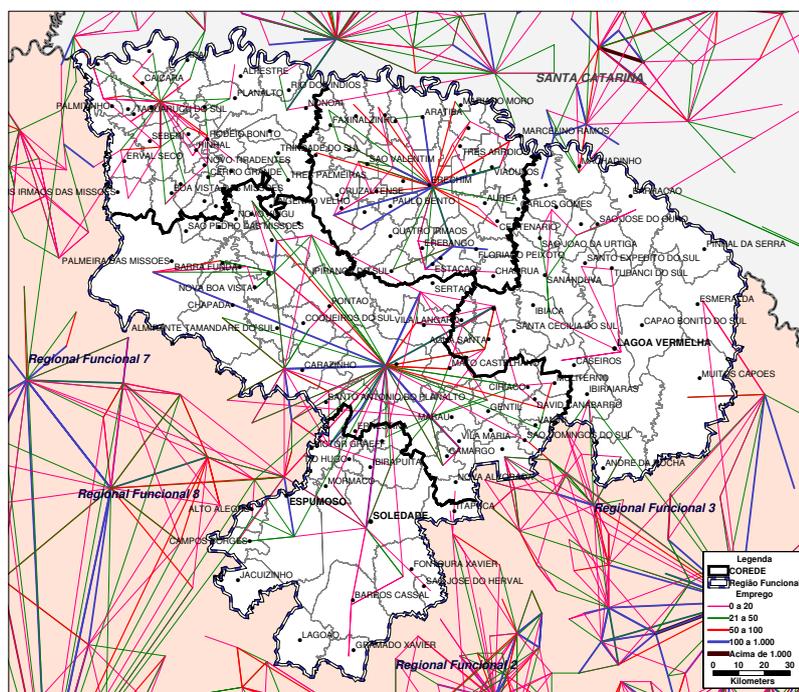
Desempenho do emprego e renda:

O desempenho econômico reflete-se nos níveis de absorção da população em postos de trabalho e na renda por ela apropriada. Nos empregos, a evolução da população ocupada (PO) entre 1991 e 2000 alcançou taxas de 1,7% a.a., maior que o pequeno crescimento populacional observado (0,4% a.a.), indicando uma ampliação significativa do mercado de trabalho regional. Enquanto a participação da população regional no total estadual era de cerca de 10% em 2000, a participação na PO do Estado era de cerca de 11%, indicando boa absorção por postos de trabalho. A Região congrega bacias de emprego distintas, pela falta de conexões de transportes entre elas, sendo que as três fronteiriças, para Santa Catarina e a do Produção, influem até o Alto Jacuí, como registra a **Figura 3.4.5**.

Os trabalhadores sem remuneração e sem carteira assinada, embora dominantes na Região em 1991 (43%), refletindo a base agrícola familiar presente, declinaram fortemente em 2000 (34%) em favor dos empregados com carteira assinada e funcionalismo público, acompanhando a tendência de urbanização, industrialização e terceirização econômica regional.

Setorialmente, a agropecuária, com 91% de trabalhadores não-remunerados ou por conta própria, recuou substancialmente (de 52% da PO da Região em 1991 para 41% em 2000), embora permaneça como o setor de maior absorção da PO regional. Todos os demais setores cresceram a PO de 4% a 5% a.a. Esses movimentos refletem a consolidação da agricultura empresarial na

Figura 3.4.5 – Bacias de Emprego na RF 9



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Região (soja e trigo), que, a par de contribuir para a diminuição da população envolvida na agricultura familiar, resultaram em maiores produtividades agropecuárias por trabalhador, já que os valores de produção aumentaram. Assim, os contingentes agrícolas saídos do campo ou emigram, como atestam os saldos brutos populacionais negativos, ou vêm sendo absorvidos parcialmente pela indústria, comércio e serviços, embora esses setores admitam os maiores percentuais de trabalhadores sem carteira assinada e sem remuneração (mais de 24% da PO de cada setor), com rendas mais baixas.

Esse bom desempenho do mercado de trabalho refletiu-se nos níveis de renda per capita regional, que subiu 2,5% a.a. na última década (de R\$ 221,00 para R\$ 276,00) e, embora tenha se aproximado da renda média estadual nesse período (de 67% para 77%), ainda representa valores substancialmente menores. Essa ampliação da renda per capita e as políticas públicas compensatórias empreendidas influenciaram na diminuição dos níveis de pobreza (famílias com renda até dois salários mínimos), embora ela ainda permaneça em patamar alto: de 136 mil famílias, em 1991 (48% das famílias), para 114 mil (35% das famílias) em 2000. Além desse alto percentual de famílias pobres, duplicou-se no período o número de famílias sem rendimento (5 mil para 11 mil), refletindo a precariedade dos vínculos de trabalho e o poder de compra do salário mínimo, que decaiu: os R\$ 228,00 de 1991 equivalem a R\$ 201,00 em 2000.

Desenvolvimento social

Educação: No analfabetismo, a Região obteve ganhos significativos, reduzindo dos 13% de sua população de 15 anos e mais de analfabetos em 1991, para 9% em 2000. As distorções série-idade em todas as etapas de ensino, do infantil ao médio, são o principal sintoma das dificuldades educacionais, estando porém em queda: no ensino fundamental, era de 22% em 2001, caindo para 20% em 2003; no ensino médio, caiu de 34% para 31% nesse período. Por essa razão, as taxas líquidas nos vários níveis de ensino (população matriculada nas faixas etárias correspondentes) são sempre inferiores às brutas em 2000, refletindo a existência de grande número de alunos matriculados fora da faixa etária correspondente. No ensino superior, especialmente as universidades regionais garantiram que 14% da população, em 2000, e 18%, em 2002, frequentassem esse nível de ensino, muito abaixo, porém, da média estadual de 23%.

Saúde: A Região assistiu, de 1999 a 2002, a um crescimento da mortalidade infantil, que passou de 14 para 18 crianças mortas por 1.000 nascidas vivas (3,7% a.a.), refletindo regressão de condições de atendimento de saúde, saneamento ou renda. No entanto, esses dois últimos fatores podem ser o que mais contribuíram, já que a Região apresentou uma queda nas mortes por causas mal-definidas (de 10% para 5% no mesmo período), indicando melhores condições dos serviços de saúde, já que maior número de diagnósticos foi realizado.

Embora tenha acompanhado a tendência nacional de declínio no número de leitos por 1.000 habitantes (de 4,4 para 4,2 no período), essa queda foi pequena em relação à observada nos leitos do SUS de 10% (de 4,4, mil para 2,3 mil), restringindo o atendimento público de saúde nesse tipo de equipamento, o que, aliado aos níveis altos de pobreza, indica precariedade no atendimento de saúde.

Habitação e saneamento: A situação habitacional, tomada apenas pela densidade acima de três pessoas por dormitório, melhorou na Região, passando de 7% dos domicílios em 1991, para 3,8% deles em 2000, assim como são dos menos graves no Estado os casos de habitações subnormais, registrando-se 1,4 mil moradias, centradas apenas nos COREDEs Produção e Norte, onde situam-se os principais centros urbanos em expansão. No entanto, o déficit habitacional persiste grande na Região (cerca de 20 mil moradias urbanas, especialmente no Norte e Produção) e domicílios inadequados (sem sanitário), sendo de cerca de 16 mil (8%).

As condições de moradia são deterioradas também pelas deficiências em saneamento básico. Embora em termos de abastecimento de água e coleta de resíduos urbanos a Região conte com, respectivamente, 91% e 95% dos domicílios urbanos atendidos, acima da média estadual, na coleta de esgotos a situação é precária: apenas 30% dos domicílios urbanos contam com rede de coleta, destacando-se o Nordeste, com médias acima da estadual, e os demais COREDEs constituintes, situando-se muito abaixo, especialmente o Médio Alto Uruguai e Produção.

Desempenho das infra-

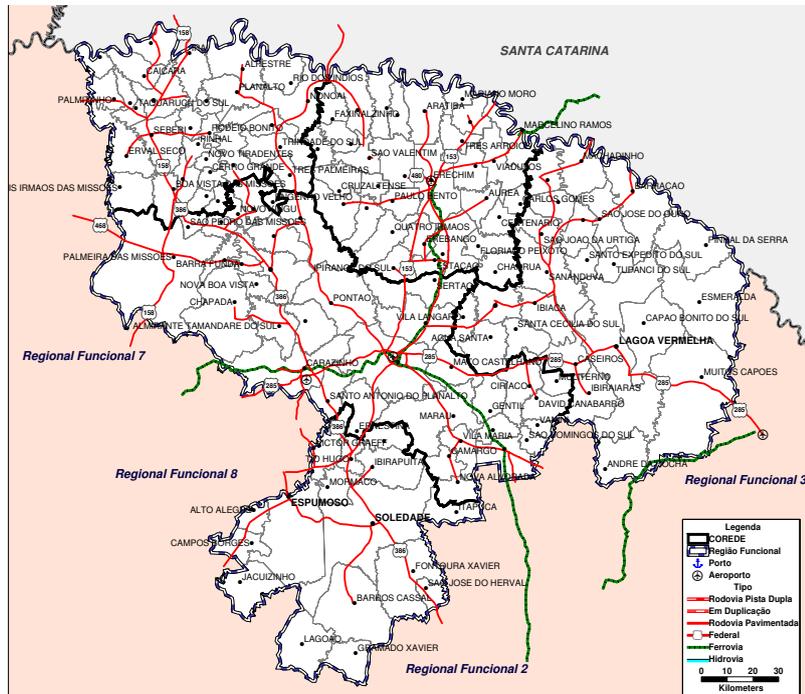
estruturas: Os desafios em infra-estruturas para a Região situam-se especialmente nos transportes, onde as redes ineficientes não permitem comunicações físicas internas e externas à Região, comprometendo a produção econômica e busca de mercados e o acesso a serviços urbanos; mas também na energia, com durações de falhas de atendimento acima dos padrões aceitáveis, revelando ineficiência e falta de capacidade das redes de transmissão, com exceção do Produção, assim como deficiências no suprimento rural. Esse atendimento rural também é muito deficiente em telecomunicações, comprometendo o acesso a novas informações e conhecimentos que dinamizem produções agropecuárias dominantes.

Transportes: A estrutura viária regional é fortemente radial, com ponto de confluência em Passo Fundo, como visualizado na **Figura 3.4.6**, não contando com interconexões concêntricas entre essas radiais, a não ser já fora do território gaúcho, em Santa Catarina, pela ligação entre Concórdia e Chapecó. Assim, diferentemente da Região 7, nesta o Rio Uruguai não se constitui em barreira à interconexão com vizinhos, havendo fortes relações socioeconômicas entre os dois Estados na Região.

De Passo Fundo, saem os eixos radiais:

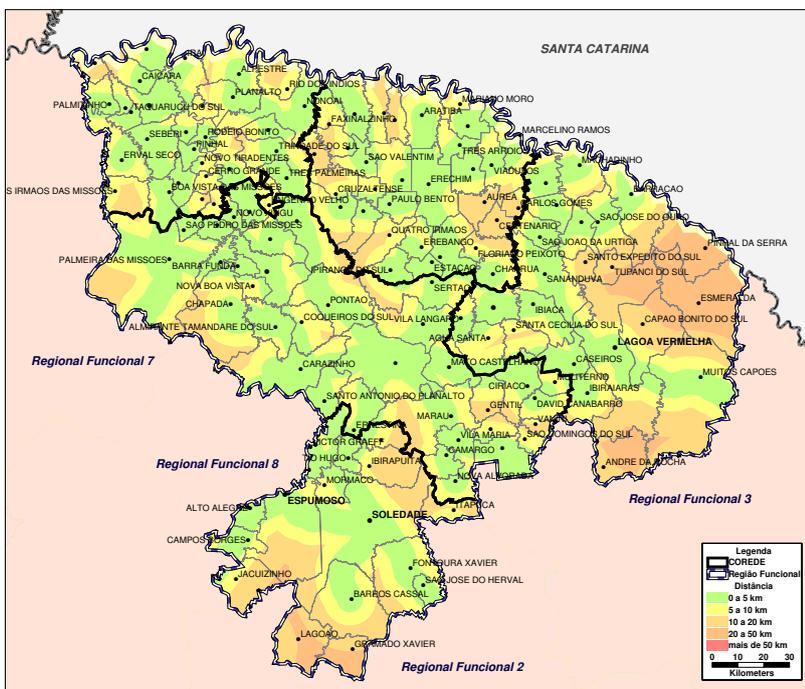
- ♦ RS-324 e RS-153/BR-386, que têm destino sul, rumo a Porto Alegre e Rio Grande, conectando o Alto da Serra do Botucaraí à Região.
- ♦ BR-285 e RS-153/223, rumo a oeste, acessando as vizinhas Regiões 8 e 7, rumo ao acesso a Uruguiana e São Borja, ligações com o Mercosul.
- ♦ RS-324, rumo ao noroeste, conectando o Alto Médio Uruguai à Região; RS-135/BR-153, norte-sul, integrando os centros de Passo Fundo e Erechim, rumo a Santa Catarina.
- ♦ BR-285, rumo a leste (Hortênsias), com conexão com a RS-343, que também ruma a Santa Catarina, conectando o nordeste do Estado à Região.

Figura 3.4.6 – Estrutura Viária na RF 9



Fonte: Secretaria Estadual dos Transportes, 2004

Figura 3.4.7 – Acessibilidade a Rodovias Principais na RF 9



Fonte: Secretaria dos Transportes, 2005; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Com exceção do eixo norte catarinense, não há conexões entre esses eixos radiais na Região, o que determina maiores percursos intermunicipais e fracas interações inter-regionais.

Desses eixos principais saem os acessos aos 134 municípios da Região, conformando estruturas em espinha-de-peixe, que dão acesso apenas às sedes municipais e, mesmo assim, com 42 delas sem acesso asfaltado.

São deficientes as interligações intermunicipais, sendo uma das razões pelas quais a rede rodoviária regional é considerada ineficiente, com baixas densidades rodoviárias, quilometragem per capita, percentual de rodovias com pavimentos, entre outros fatores. Grandes porções situadas na periferia regional têm distâncias a eixos principais que variam de 20 km a 50 km, como registra a **Figura 3.4.7**, destacando-se o Nordeste como a pior situação regional.

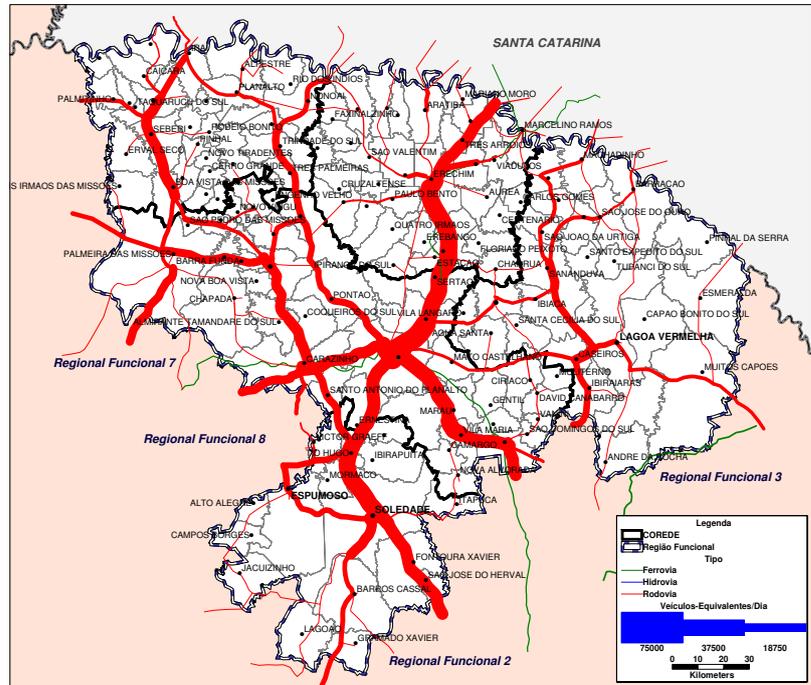
A linha ferroviária vem de Porto Alegre, passa por Passo Fundo e ruma ao oeste do Estado e fronteiras com a Argentina, tendo um ramal para Erechim, estando desativado o que interliga esta cidade a Santa Catarina e restante do país.

A acessibilidade do VAB industrial e agropecuário a ferrovias, rodovias, portos e aeroportos é distinta entre as porções regionais:

- ◆ Em todos os COREDES, é de 2 horas o tempo para a produção agrícola acessar terminais ferroviários. Para a produção industrial, apenas Produção e Alto da Serra do Botucaraí têm tempo menor, de 1 hora.

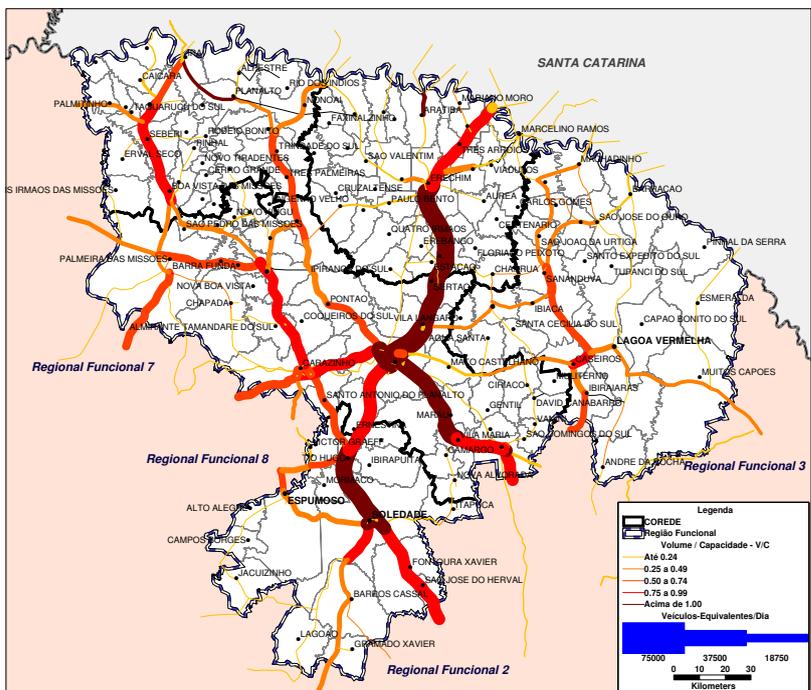
- ◆ Já para o acesso rodoviário ao Porto de Rio Grande, o VAB industrial e agrícola do Alto da Serra do Botucaraí, Nordeste e do Produção levam de 6 a 7 horas, enquanto os do Norte e Médio Alto Uruguai, de 8 a 9 horas.

Figura 3.4.8 – Carregamentos Rodo-Ferrovários-Hidroviário na RF9 (Veículos-Equivalentes/Dia)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.4.9 – Carregamentos Rodo-Ferrovários Regionais: Gargalos na RF9 (V/C)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

♦ O VAB industrial leva de 3 a 4 horas para o Alto da Serra do Botucaraí, Nordeste e Produção e de 5 a 6 horas para o Médio Alto Uruguai e Norte, para acessar o aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.

Os fluxos originados na Região e os que passam por ela rumo a outros destinos ocasionam muitas linhas de desejo, apresentadas na **Figura 3.4.8**, onde estão mapeadas as viagens equivalentes de ônibus, caminhões e autos que ocorrem entre as várias origens e destinos na Região e fora dela.

Verifica-se que os fluxos com maiores intensidades ocorrem nos eixos do entorno de Passo Fundo, com destinos para Erechim, ao norte, e Porto Alegre ou Rio Grande, ao sul. Mas também são grandes no eixo da BR-386 (Rodovia da Produção), rumo ao noroeste, acessando o Alto Médio Uruguai até Frederico Westphalen.

Apesar da ineficiência interna e externa constatada, a Região é atravessada por duas das principais rotas de transportes do Rio Grande do Sul:

♦ A rota Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul – Argentina, via Uruguiana, rodoferroviária, transportando principalmente arroz beneficiado, máquinas e implementos agrícolas e rações, passa por Erechim e Passo Fundo.

♦ A rota Norte do Rio Grande do Sul rumo a Porto Alegre, também rodoferroviária, transportando, principalmente, cereais brutos e processados, adubos e combustíveis, vinda do Médio Alto Uruguai e passando por Produção e Alto da Serra do Botucaraí.

Essas rotas ocasionam carregamentos de transportes das rotas rodoferroviárias da Região, registrados na **Figura 3.4.9**, onde observa-se alguns gargalos.

Por conta desses grandes fluxos, e também pela topografia mais ondulada ou montanhosa, os trechos próximos ao limite das capacidades ou com pavimentação precária são os maiores do Estado, como registra o **Quadro 3.4.1**.

Quadro 3.4.1 – Gargalos em Transportes – RF9

Trechos de capacidade esgotada		
Rodoviário	Nacional	RS-211 (Trecho Campinas do Sul – RS-324)
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Áurea – Erechim)
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Erechim – Getúlio Vargas)
Rodoviário	Regional	RS-153 (Trecho Passo Fundo – Carazinho)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Carazinho – Soledade)
Rodoviário	Regional	RS-332 (Trecho próximo à saída para Soledade)
Rodoviário	Nacional	BR-158 (Trecho Frederico Westphalen – Palmitinho)
Rodoviário	Nacional	BR-158 (Trecho Palmitinho – Seberi)
Rodoviário	Nacional	BR-158 (Trecho Seberi – Boa Vista das Missões)
Rodoviário	Regional	BR-158 (Trecho Chapada – Santa Bárbara do Sul)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Água Santa – Passo Fundo)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho próximo à saída para Passo Fundo)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Lagoa Bonita – Soledade)
Rodoviário	Regional	BR-377 (Trecho Carazinho – Soledade)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Palmeira das Missões – Sarandi)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Sarandi – Chapada)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Soledade – Arvorezinha)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Arvorezinha – Fontoura Xavier)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trechos Fontoura Xavier – São José do Herval)
Rodoviário	Regional	BR-468 (Trecho Palmeira das Missões – Cruz Alta)
Rodoviário	Regional	RS-129 (Trecho Serafina Correa – Montauri)
Rodoviário	Regional	RS-129 (Trecho Montauri – Nova Araçá)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Sertão – Santa Lúcia)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Santa Lúcia – Getúlio Vargas)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho próximo à saída para Getúlio Vargas)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Getúlio Vargas – Erebango)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Erebango – Erechim)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Carazinho – Tapejara)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Tapejara – Engenheiro Luiz Englert)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Engenheiro Luiz Englert – Sertão)
Rodoviário	Nacional	RS-324 (Trecho Irai – Ametista do Sul)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho Passo Fundo – Marau)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho próximo à saída para Marau)

Trechos de capacidade esgotada		
Rodoviário	Nacional	RS-324 (Trecho Ametista do Sul – Planalto)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho Marau – Camargo)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho Camargo – Casca)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho Ronda Alta – Natalino)
Rodoviário	Regional	RS-330 (Trecho próximo à saída para Palmeira das Missões)
Rodoviário	Regional	RS-330 (Trecho Palmeira das Missões – Chapada)
Rodoviário	Nacional	RS-420 (Trecho Aratiba – Divisa RS/SC)
Rodoviário	Nacional	RS-426 (Trecho Mariano Moro – Severiano de Almeida)
Rodoviário	Regional	RS-430 (Trecho Tapejara – Charrua)
Rodoviário	Regional	RS-569 (Trecho Palmeira das Missões – Sarandi)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho Carazinho – Passo Fundo)
Rodoviário	Regional	RS-153 (Trecho Passo Fundo – Carazinho)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Carazinho – Saldanha Marinho)
Rodoviário	Inter-regional	BR-386 (Trecho Chapada – Carazinho)
Trechos com pavimento precário		
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Severiano Almeida – Erechim)
Rodoviário	Nacional	BR-158 (Trecho Irai – Caiçara)
Rodoviário	Nacional	BR-158 (Trecho Palmeira das Missões – Chapada)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Boa Vista das Missões – Cerro Grande)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Cerro Grande – Constantina)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Constantina – Palmeira das Missões)
Rodoviário	Regional	RS-126 (Trecho Lagoa Vermelha – Três Porteiras)
Rodoviário	Regional	BR-285 (Trecho Ibiraiaras – Caseiros)
Rodoviário	Regional	RS-132 (Trecho Vila Maria – Camargo)
Rodoviário	Regional	RS-168 (Trecho São Nicolau – Roque Gonzales)
Rodoviário	Regional	RS-211 (Trecho Campinas do Sul – Jacutinga)
Rodoviário	Regional	RS-211 (Trecho Jacutinga – Erechim)
Rodoviário	Regional	RS-323 (Trecho Jaboticaba – Trentin)
Rodoviário	Regional	RS-323 (Trecho Trentin – Boa Vista das Missões)
Rodoviário	Regional	RS-331 (Trecho Gaurama – Viadutos)
Rodoviário	Regional	RS-153 (Trecho Severiano de Almeida – Erechim)
Rodoviário	Regional	RS-463 (Trecho Tapejara – Tapejara)
Rodoviário	Regional	RS-463 (Trecho Tapejara – Tapejara)
Rodoviário	Regional	RS-467 (Trecho Ibiaçá – Três Porteiras)
Rodoviário	Regional	RS-587 (Trecho Seberi – Rodeio Bonito)
Rodoviário	Regional	RS-472 (Trecho Frederico Westphalen – Palmitinho)
Rodoviário	Regional	RS-480 (Trecho Erval Grande – Faxinalzinho)
Rodoviário	Regional	RS-480 (Trecho Itatiba do Sul – Barão do Cotegipe)
Ferrovário	Interregional	Trecho Cruz Alta-Passo Fundo (tamanho dos trens)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Outro gargalo é representado pelas 43 sedes municipais sem asfalto (31% dos municípios e cerca de 12% da população), que têm dificuldade de integração regional em busca de serviços e do escoamento de produções:

- ♦ Cinco sedes no Alto da Serra do Botucaraí (Gramado Xavier, Itapuca, Lagoão, Nicolau Vergueiro e Jacuizinho).

- ♦ Onze sedes no Médio Alto Uruguai (Ametista do Sul, Cerro Grande, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Novo Tiradentes, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Rio dos Índios, Sagrada Família, Lajeado do Bugre e Gramado dos Loureiros).

- ♦ Sete sedes no Nordeste (Água Santa, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Pinhal da Serra, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul e Tupanci do Sul).

- ♦ Onze sedes no Norte (Barra do Rio Azul, Benjamim Constant do Sul, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Itatiba do Sul, Ponte Preta, Mariano Moro e Quatro Irmãos).

- ♦ Nove sedes no Produção (Coqueiros do Sul, Gentil, Muliterno, Nova Boa Vista, Santo Antonio da Palma, São Domingo do Sul, São Pedro das Missões, São José das Missões e Novo Xingu).

Há um aeroporto regional em Passo Fundo, ligando a Região a São Paulo.

Em termos de armazenagem, destacam-se os armazéns de grãos, com 15% da capacidade estadual (2,6 milhões de toneladas – terceira posição no Estado), distribuídos em toda a Região,

mas com grande concentração em Jacutinga (Norte), Palmeira das Missões, Carazinho e Casca (Produção); de armazéns para cargas ensacadas, com 14% da capacidade estadual (399 mil toneladas) e de armazéns de líquidos (3% da capacidade estadual).

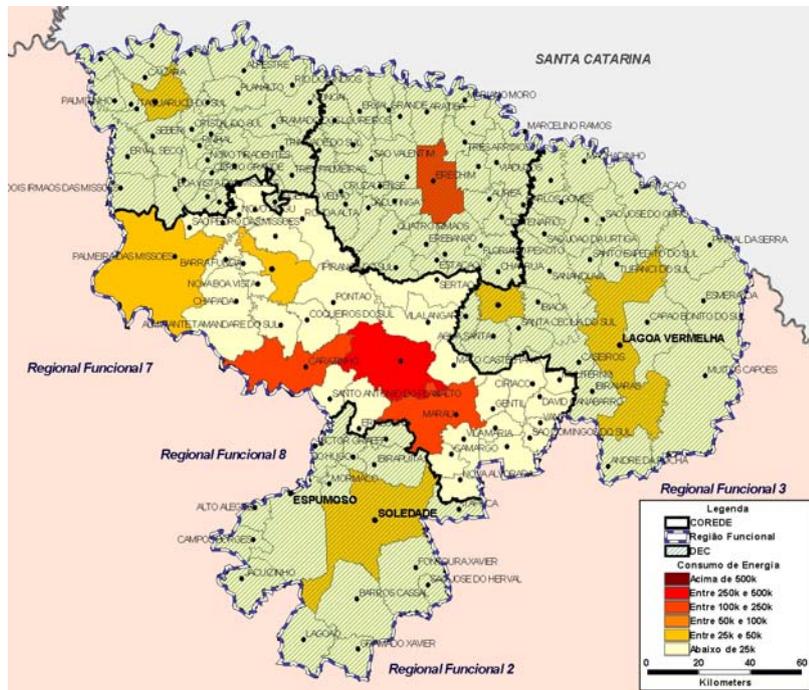
Energia: Do ponto de vista da geração, a integração dos mercados por linhas de transmissão não requer mais que a própria Região gere a energia requisitada. Portanto, embora conte atualmente com várias hidrelétricas importantes, como Itá e Machadinho, e pequenas e minicentrals hidrelétricas, há vários projetos desse porte previstos (PCH e MCH), e as linhas de transmissão existentes e projetadas, se efetivadas, suprirão os consumos.

Do ponto de vista da transmissão, várias linhas de alta capacidade (500 KV) a média e baixa capacidade (de 230 KV a 69 KV) atravessam seu território, com origem nas grandes hidrelétricas do Rio Uruguai, que não suprem adequadamente aos consumos crescentes – de cerca de 1,4 milhão de MWh, em 2000, para 1,5 milhão de MWh em 2003 (2,7% a.a.), maior do que o crescimento observado no PIB regional (2,5% a.a.). Os maiores consumos ocorrem em Passo Fundo e Erechim, como registra a **Figura 3.4.10**.

Há vários gargalos de transmissão nas linhas que interligam Passo Fundo a Espumoso, a sudoeste; a Carazinho, a oeste, e rumo a Lagoa Vermelha, a leste; na linha entre Erechim e Três Palmeiras, no Norte, e da linha entre Palmeira das Missões (Produção) e Erval Seco, no Médio Alto Uruguai. Os altos consumos concentram-se nos pólos urbano-industriais de Passo Fundo, Erechim, Carazinho e Marau, como registra a **Figura 3.4.10**.

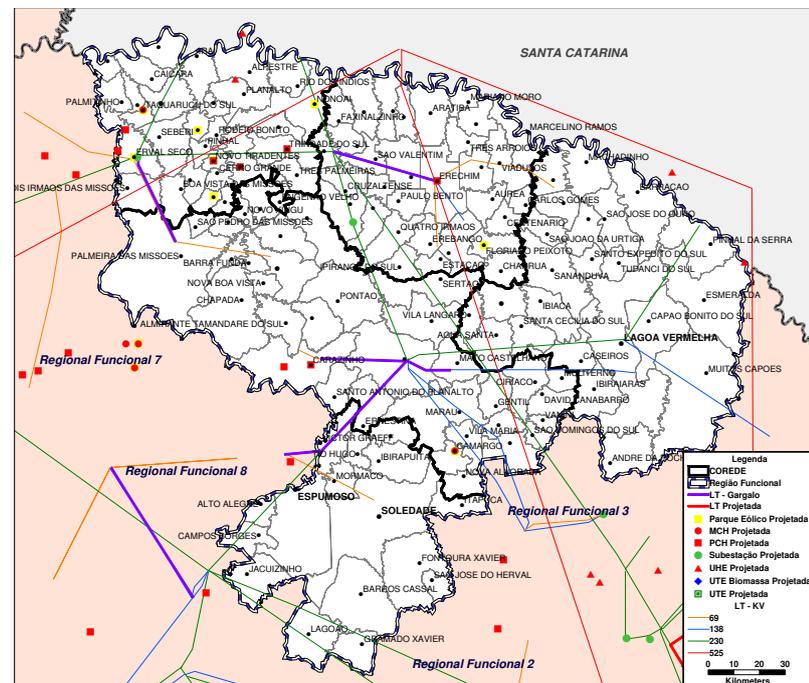
Com esse crescimento, a duração de falhas de suprimento e sua frequência têm valores acima dos padrões aceitáveis pela Aneel, o que reflete atendimentos inadequados em todos os COREDEs, com exceção do Produção.

Figura 3.4.10 – Consumo de Energia na RF9



Fonte: FEE, 2003

Figura 3.4.11 – Linhas de Transmissão e Unidades de Geração Energética na RF9



Fonte: Ceee, 2005; AES-Sul, 2005 e RGE, 2005

Do ponto de vista da rede de distribuição, cerca de 98% dos domicílios urbanos contam com atendimento, embora esse número caia na área rural: entre 75% e 95%, com maiores carências no Nordeste e Médio Alto Uruguai. Há três grandes cooperativas de eletrificação rural: Creluz, em Pinhal (Médio Alto Uruguai), atendendo cerca de 17 mil consumidores; Cerfox, em Fontoura Xavier (12 mil consumidores – Alto da Serra do Botucaraí) e Creal, em Erechim, com 6 mil consumidores (Norte).

Telecomunicações: Em telefonia, a análise divide-se em fixa e móvel, embora a primeira seja mais importante pela possibilidade de uso da internet em bases mais acessíveis. A densidade de telefonia fixa apresenta-se baixa em quase toda a Região, exceção aos municípios de Passo Fundo e Erechim, onde varia entre 30 a 50 telefones por 100 habitantes (acima das médias nacionais, de 24/100 habitantes). Na grande maioria dos demais municípios, a densidade situa-se entre 10 a 20 telefones/100 habitantes.

Essas médias baixas de densidade, porém, ainda escondem as grandes diferenças entre os atendimentos domiciliares urbanos e rurais: enquanto no meio urbano o percentual de atendimento domiciliar varia entre 20% a 40%, no atendimento domiciliar rural estas cifras reduzem-se para entre 5% e 20%, com exceções no entorno de Passo Fundo e Erechim.

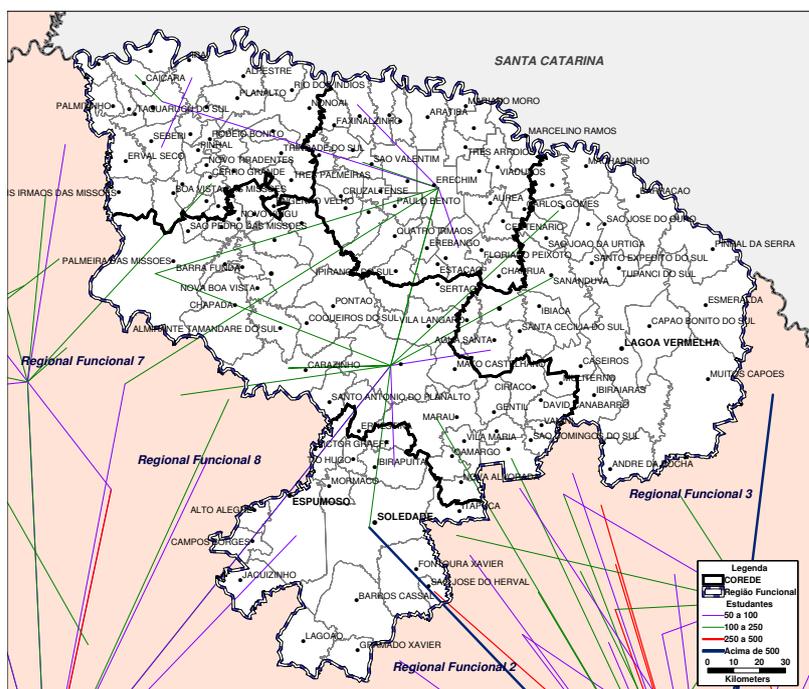
Na telefonia móvel, a área de registro da Região, que agrega toda a porção oeste do Estado, apresenta uma densidade de 48,6 pontos de acesso/100 habitantes, segunda menor do Estado, inferior à média estadual, de 55,8/100 habitantes. Embora esse atendimento melhore o nível de comunicações da Região, para efeito social e de negócios, ressalta-se que neste tipo de telefonia o acesso à internet é praticamente impossível pelos altos custos, reduzindo-se as oportunidades de acesso ao conhecimento e inovações.

O acesso a conhecimento e informações também pode ser focado pela existência de linhas de transmissão de dados. Nesse ponto, a Região não conta com *backbones* comerciais que a interligue a Porto Alegre e a outros centros, e a rede Tchê (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) interliga apenas a Universidade de Passo Fundo e de Frederico Westphalen às demais universidades regionais situadas em outros centros.

Macrossaneamento: Em termos de macrossaneamento, Passo Fundo, no Produção, apresenta problemas quanto ao tratamento de esgotos, pois, apesar de tratar 100% dos esgotos coletados, apenas 31% dos domicílios urbanos têm rede de coleta, o restante sendo jogado *in natura* nos rios. Além desse pólo, também nos demais centros urbanos de porte, como Carazinho e Erechim, os tratamentos de esgotos são também necessários. Processamentos intermunicipais de resíduos, inclusive os oriundos da criação de aves e suínos, já desenvolvidos na Região, têm a sua ampliação recomendada.

Potencial de produção e disseminação de conhecimento: A Região tem indicadores referentes à informação e conhecimento inferiores às médias gaúchas. Na participação nos grupos de pesquisa do CNPq, no número de pessoas formadas em áreas técnicas e comerciais (1,2%), no número de pessoas frequentando universidade (6%), com acesso a computadores (7%) e ocupadas com informá-

Figura 3.4.12 – Polarização de Estudantes do Ensino Superior na RF 9



Fonte: IBGE, 2000; Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

tica (0,06%), está em posição inferior ao restante do Estado.

No entanto, quando se consideram aspectos qualitativos, há que se destacar o papel das universidades regionais. No Produção, a UPF se destaca, com sede em Passo Fundo e mais seis *campi* em Soledade, Palmeira das Missões, Carazinho, Lagoa Vermelha, Casca e Sarandi, com mais de 15 mil alunos e ampla integração com o entorno; em Erechim, a URI, com *campi* em Santo Ângelo (Missões), Frederico Westphalen, Santiago, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo, com mais de 13 mil alunos; e a Uergs, mais recente, mas com *campi* em Frederico Westphalen, Erechim e Passo Fundo, na formação de recursos para o desenvolvimento regional. A polarização exercida por esses centros universitários e de pesquisas extrapola os limites regionais, como registra a **Figura 3.4.12**, exercendo atração em porções dos COREDEs adjacentes do Alto Jacuí e Noroeste Colonial.

Há três Pólos de Modernização Tecnológica: dois ligados à UPF, um em Passo Fundo, dedicando-se a pesquisas de agroindústria, impactos de dejetos de suínos, laminação de cera de apicultura no município de Casca; e outro em Lagoa Vermelha, pesquisando a cadeia de leite. O terceiro, em Erechim, é ligado à URI e pesquisa cítricos, monitoramento de águas, plantas aromáticas e medicinais e aproveitamento de rejeitos do leite.

Também destacam-se o centro de pesquisa da Embrapa Trigo, em Passo Fundo, e da Fepagro Norte, em Erechim, e os vários grupos de pesquisa financiados pelo CNPq e pela Fapergs, que atestam o alto grau de geração de conhecimento na Região.

Potencial financeiro, empreendedor e atrativo: A grande maioria dos municípios da Região (40%) classifica-se como pobres e dependentes, ou seja, depende dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. Mas os diferentes COREDEs têm situações distintas: no Médio Alto Uruguai (77%), Alto da Serra do Botucaraí (44%) e Norte (40%), além de dependentes, a maioria dos municípios é pobre. Já no Nordeste e Produção, a maioria é pobre, mas independente.

Os investimentos per capita obtidos entre 1999 e 2003 são muito distintos entre os COREDEs, especialmente por conta de repasses estaduais ou federais: no Médio Alto Uruguai, Norte e Produção, a maior dependência dos investimentos municipais situou os valores per capita entre R\$ 145,00 a R\$ 171,00 entre 1999 e 2003. Já para o Nordeste, com investimentos federais, e Alto da Serra do Botucaraí, com estaduais, os valores situaram-se em R\$ 209,00 e R\$ 287,00, respectivamente.

No dinamismo empresarial, a Região também mantém distinções grandes entre os COREDEs: enquanto Produção, Nordeste e Norte apresentaram boas posições no número de criação de empresas nos atendimentos do Sebrae per capita, o Alto da Serra do Botucaraí e o Médio Alto Uruguai posicionam-se nas últimas colocações no Estado, revelando o menor empreendedorismo desses COREDEs.

Em termos de atratividade empresarial em busca de incentivos, a Região teve desempenho ínfimo: Produção representou apenas 1,8% das fruições dos recursos do Fundopem, e os demais COREDEs tiveram participação irrisória. Na nova modalidade do Fundopem para áreas menos desenvolvidas (Integrar RS), o Médio Alto Uruguai aparece com projetos que respondem por 22% dos valores dos empregos criados totais do Estado, o mais alto, enquanto Produção está com 1% e nos demais não há inversões previstas.

Potencialidades e restrições ambientais: A Região está incluída quase totalmente no bioma Mata Atlântica, com parcelas ao sul, no Pampa, tendo 23% do território com vegetação nativa. As potencialidades ambientais são altas, como registra a **Figura 3.4.13**: na porção norte, ao longo do Rio Uruguai, é de médio a alto o potencial para uso agrícola; na porção centro-sul, o potencial é alto, sendo a razão da forte expansão das culturas empresariais (soja, trigo, cevada). Toda a porção lindeira ao Rio Uruguai está sujeita a médias-altas restrições ambientais, tratando-se da área de descarga do Aquífero Guarani, em função da reserva do Bioma da Mata Atlântica a preservar e da necessidade de proteção de encostas com altas declividades.

Os problemas ambientais mais graves situam-se na poluição causada por dejetos da criação de aves, suínos e produção leiteira, assim como no uso de agroquímicos na produção agrícola empresarial e na escassez de recursos hídricos para os plantios temporários e extensivos existentes e com aptidão na Região.

Há jazidas minerais de pedras entre as mais importantes do Estado. A ametista, no Médio Alto Uruguai (Frederico Westphalen e entorno), e a ágata, mais abundante no Alto da Serra do Botucaraí (Soledade e entorno).

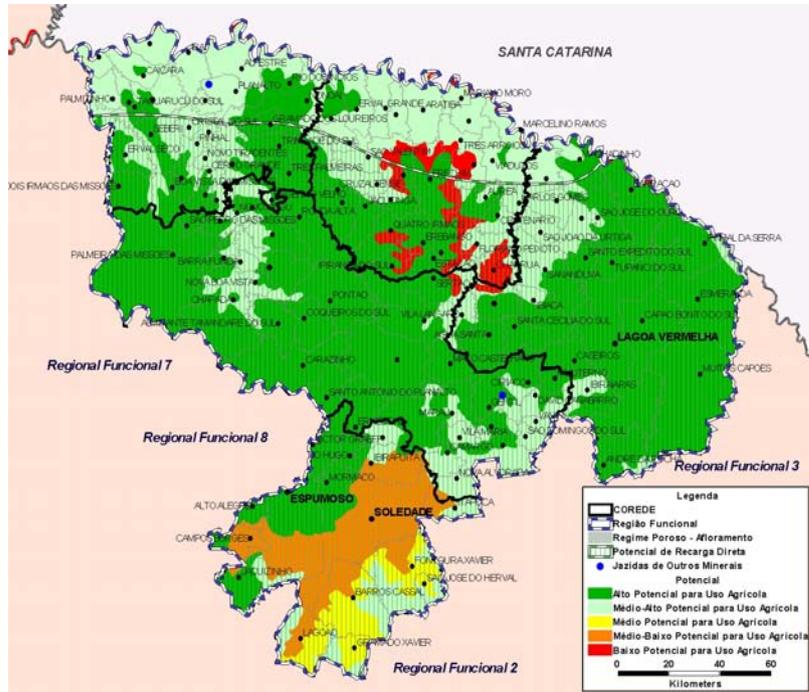
Há cinco unidades de conservação e terras indígenas, com roteiro turístico – Rota das Terras.

Condições de governança regional: A baixa coincidência de regionalizações setoriais nesse território, causando dificuldades de governança, é grande: variam entre mais de 54 regionais setoriais de governo estadual incidindo em 16 municípios, como no Alto da Serra do Botucaraí, passando por Produção, também com regionalizações não-coincidentes e chegando ao Norte, que tem seus 31 municípios coincidentes com a maioria das regionalizações do governo e empresários, constituindo-se no espaço estadual onde há quase total coincidência entre regionalizações setoriais. Há necessidade de articular entre 92 e 121 participantes, dos maiores do Estado, para planejar e agir em seu espaço.

O desenvolvimento regional para crescimento socioeconômico e superação de desigualdades exige que ações sejam empreendidas simultânea e concomitantemente no espaço, para que as sinergias possam ocorrer, causando um salto na qualidade dos serviços e bens oferecidos. Por essa razão, a uniformidade nos territórios de planejamentos setoriais é desejável, de modo a que possam ocorrer ações concentradas e inter-relacionadas. Assim, um esforço do Estado para uniformizar essas regionalizações será desejável.

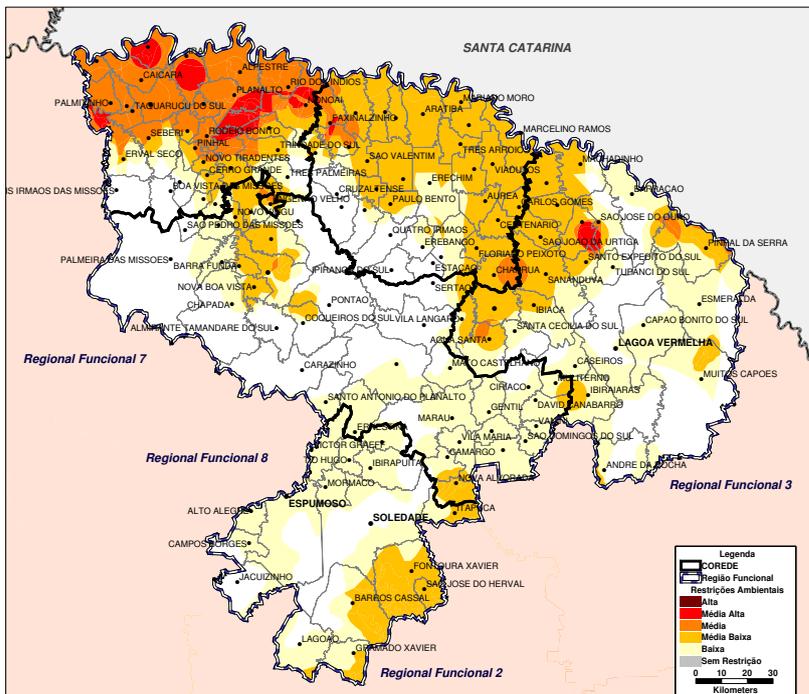
Soma-se a essa diversidade espacial de regionalizações setoriais a falta de papéis e responsabilidades claros entre várias secretarias, especialmente as recém-criadas e desmembradas de outras, como de Meio Ambiente, Agricultura, Ciência e Tecnologia. Assim, duas ou mais dessas secretarias poderão ter ações ou projetos semelhantes ou ser responsáveis apenas por parcelas de um projeto mais amplo, sem que haja coordenação, sintonia e interlocução entre elas, o que causa desconexão na ação espacial.

Figura 3.4.13 – Potencialidades Ambientais na RF 9



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.4.14 – Restrições Ambientais na RF 9



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Por outro lado, um bom nível de empreendedorismo e associativismo regional (pois nesta Região ocorreu a criação do maior número relativo de empresas novas) ao mesmo tempo que desencadeia várias iniciativas em diversos setores revela falta de coordenação e liderança por um ator principal, perdendo-se os participantes em falta de objetividade, esforços coincidentes e fragmentados ou falta de interlocução que leve às ações desejáveis.

Assim, vários atores e participantes são importantes no desenvolvimento dessa Região: as associações de municípios (Amzop, Amunor, Amucser, Amau, Amabi); as associações de ve-readores (Arvau, Avenor, Acvermau); as universidades (URI, Uergs, UPF); as associações comerciais e industriais em várias cidades principais; os sindicatos de trabalhadores rurais; ONGs (Iraiese, Araucária, AMA, Sentinela dos Pampas, entre outras); a Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai; cooperativas e sindicatos setoriais patronais.

Finalmente, outro fator concorrente à governança regional refere-se ao grau de êxito dos COREDEs em suas tarefas de articular essas várias estruturas setoriais governamentais, assim como os agentes presentes. O grau de êxito dos COREDEs constituintes da Região alcançou desempenho médio superior, especialmente pela existência das universidades regionais.

Futuro Tendencial da Região Funcional 9

A persistirem as tendências recentes de desenvolvimento socioeconômico e demográfico, as perspectivas para o futuro da Região apontam para uma leve queda na participação da Região no PIB estadual e, embora o PIB per capita quase alcance a média estadual, ampliam-se as desigualdades na renda e assiste-se a um crescimento acelerado da urbanização, como registram as análises na seqüência.

Desempenho econômico: As estimativas de desenvolvimento econômico para a Região Funcional 9 apontam para taxas anuais de crescimento do PIB sempre pouco menores que as médias estaduais: 4,0% entre 2004/2007 (contra 4,3% do Estado); 3,6% entre 2008/2011 (contra 3,9%) e 3,6% entre 2012 e 2015 (contra 3,8% estadual). O PIB regional aponta uma tendência de pequena queda em sua participação no PIB estadual: de 9,7%, em 2003, para 9,4% em 2015. Na estrutura setorial, é previsto um forte declínio no setor agropecuário (de 34% do PIB, em 2003, para 27%, em 2015), em favor do industrial (de 16% para 19% no período) e do comércio e serviços (de 50% para 55%), reforçando o papel industrial e de atendimento regional dos pólos urbanos principais, como registra a **Figura 3.4.15**.

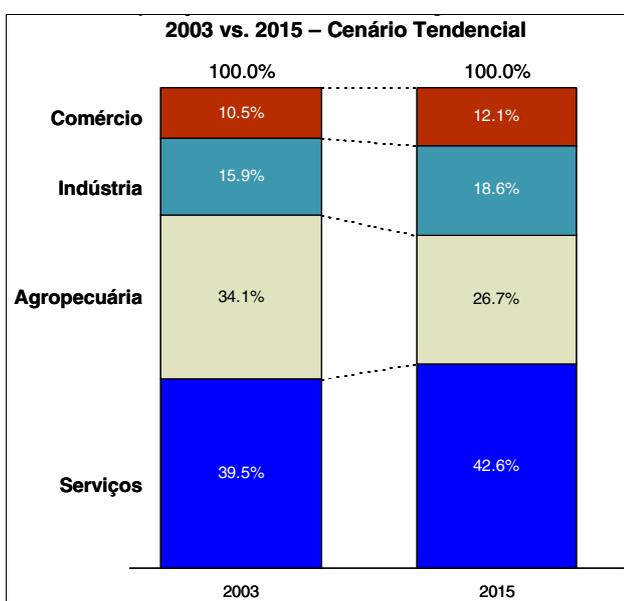
Com esse desempenho econômico esperado, o PIB per capita mantém-se, no entanto, em ascensão, aproximando-se da média estadual em 2015: de 95% da média estadual passa a 98% (**Figura 3.4.16**).

Nesse desempenho esperado estão computados investimentos produtivos de cerca de R\$ 14,3 milhões já confirmados para a Região (3,5% do previsto para o Estado), objetos de incentivos e financiamentos, como registra a **Tabela 3.4.2**.

Verifica-se que as maiores inversões estão nos segmentos de eletricidade, produtos alimentícios e saneamento urbano e 70% deles no Médio Alto Uruguai.

Os multiplicadores internos são distintos conforme os COREDEs constituintes. Os efeitos de cada R\$ 1,00 investido na Região têm vazamentos para todo o Estado em todos os segmentos produtivos, exce-tuando-se serrarias e fabricação de móveis,

Figura 3.4.15 – Evolução da Composição do PIB Setorial



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

papel e gráfica, calçados e couros e abate e preparação de animais que, no Produção, têm efeitos de internalização maiores.

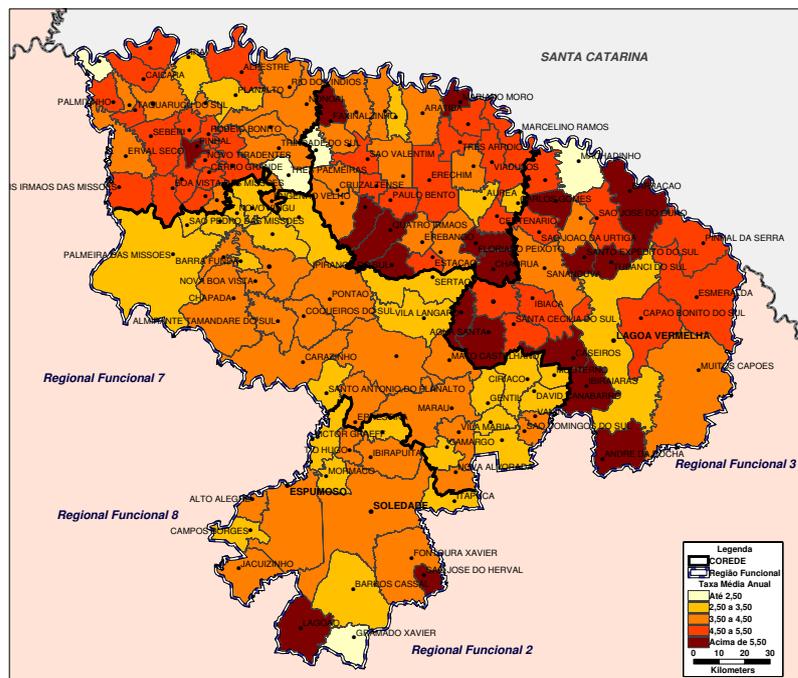
Setores promissores:

Nos subespaços do Alto da Serra do Botucaraí, do Médio Alto Uruguai e Nordeste, nenhum segmento produtivo apresenta vantagens competitivas ou especialização. Já no Norte, os segmentos de material de transportes, serriarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário, abate e preparação de carnes e demais indústrias alimentares apresentaram vantagens competitivas, especialização e alocação de recursos. No Produção, as vantagens competitivas, especialização e alocação de recursos estão nos segmentos de abate e preparação de carnes e preparação de leite e laticínios.

Na agropecuária, soja, trigo e milho são dominantes, sendo o Produção o primeiro produtor estadual. Dadas as evoluções positivas recentes dos plantios e produtividades, deverão permanecer com primazia, dependendo, no entanto, das oscilações de preços mundiais para significar retornos compensatórios à Região. Nas porções mais deprimidas, no Médio Alto Uruguai e Alto da Serra do Botucaraí, o trigo tem alcançado altas taxas de crescimento (mais de 6% a.a.) e alta evolução de produtividade (cerca de 100%), o que o torna elemento importante de alavancagem. Também com altas produtividades (mais de 50%) e crescimento (mais de 2% a.a.), a cevada e a cana-de-açúcar vêm se constituindo em culturas promissoras.

Com exceção do milho, os pequenos produtores rurais dominantes na Região têm se

Figura 3.4.16 – PIB Municipal Per Capita, 2003-2015 – RF 9 (Taxa Média de Crescimento Anual)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Tabela 3.4.2 – Investimentos Produtivos – RF 9 (em R\$)

Segmentos produtivos	Alto da Serra do Botucaraí	Médio Alto Uruguai	Nordeste	Norte	Produção	Total
Agropecuária e serviços correlatos			230.670		25.000	255.670
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos		9.999				9.999
Alimentos de origem vegetal					124.000	124.000
Comércio e reparação de veículos automotores					11.500	11.500
Comércio, atacado e intermediários					170.000	170.000
Comércio varejista	35.000					35.000
Construção				60.365		60.365
Cultivo de cereais		250.000				250.000
Eletricidade, gás e água quente		9.800.000				9.800.000
Produtos alimentícios e bebidas					1.277.045	1.277.045
Produtos de metal					296.977	296.977
Limpeza urbana e esgoto					1.790.310	1.790.310
Silvicultura		48.217		139.831		188.048
Total	35.000	10.108.216	230.670	200.196	3.694.831	14.268.913

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

voltado às culturas do fumo, frutas, erva-mate e tubérculos (mandioca e batata-inglesa). No fumo, embora as áreas de plantio estejam aumentando, as produtividades têm decrescido sistematicamente. O mesmo ocorre com as frutas, como uva, laranja, tangerina, caqui, melão e tomate, que estão exigindo pesquisas para adequação regional e ampliação de produtividades. Apenas a maçã, na porção do Nordeste, sob a influência do COREDE Hortênsias, onde é dominante, tem alcançado produtividades positivas de 30% e crescimentos de plantios de 10% a.a.

A mandioca, embora com produtividades crescentes, está involuindo em área plantada. A erva-mate, ao contrário, está se ampliando, mas perdendo produtividade (mais de 30%). As culturas mais promissoras para pequenos produtores têm sido melancia, batata-inglesa e alho, todas com produtividades e plantios crescentes.

Mas é nos efetivos de suínos (primeiro produtor do Estado) e aves (segundo), associados à cadeia de abate e preparação de animais (que domina o VAB regional), que a Região tem o maior domínio e onde os pequenos proprietários inserem-se na rede de fornecedores para as indústrias processadoras. Nos efetivos bovinos, destaca-se como a Região de maior produção de leite no Estado (28%), embora seja o quarto em processamento.

Já na análise dos 25 setores projetados pelo Cenário Tendencial, observa-se que, na Região Funcional 9, o setor agropecuário permanece em destaque em 2015, com sua participação no VAB do setor no Estado reduzindo-se de 22,7% para 20,5% (sua taxa de crescimento anual é de 1,7% ante os 2,5% médios do setor no Estado).

O setor de abate e preparação de carnes, por sua vez, aumenta sua participação no Estado em quase três pontos percentuais. Outros setores ainda pouco relevantes, como químicos e calçados e couros experimentam crescimentos elevados, de 9,7% e 14,8% a.a., respectivamente mais do que duplicando e triplicando seu peso no VAB setorial no Rio Grande do Sul, mas ainda relativamente pouco relevantes no contexto geral.

A **Tabela 3.4.3** mostra a participação estimada da Região no VAB de 2003 e 2015 do Estado nos 25 setores analisados no Cenário Tendencial.

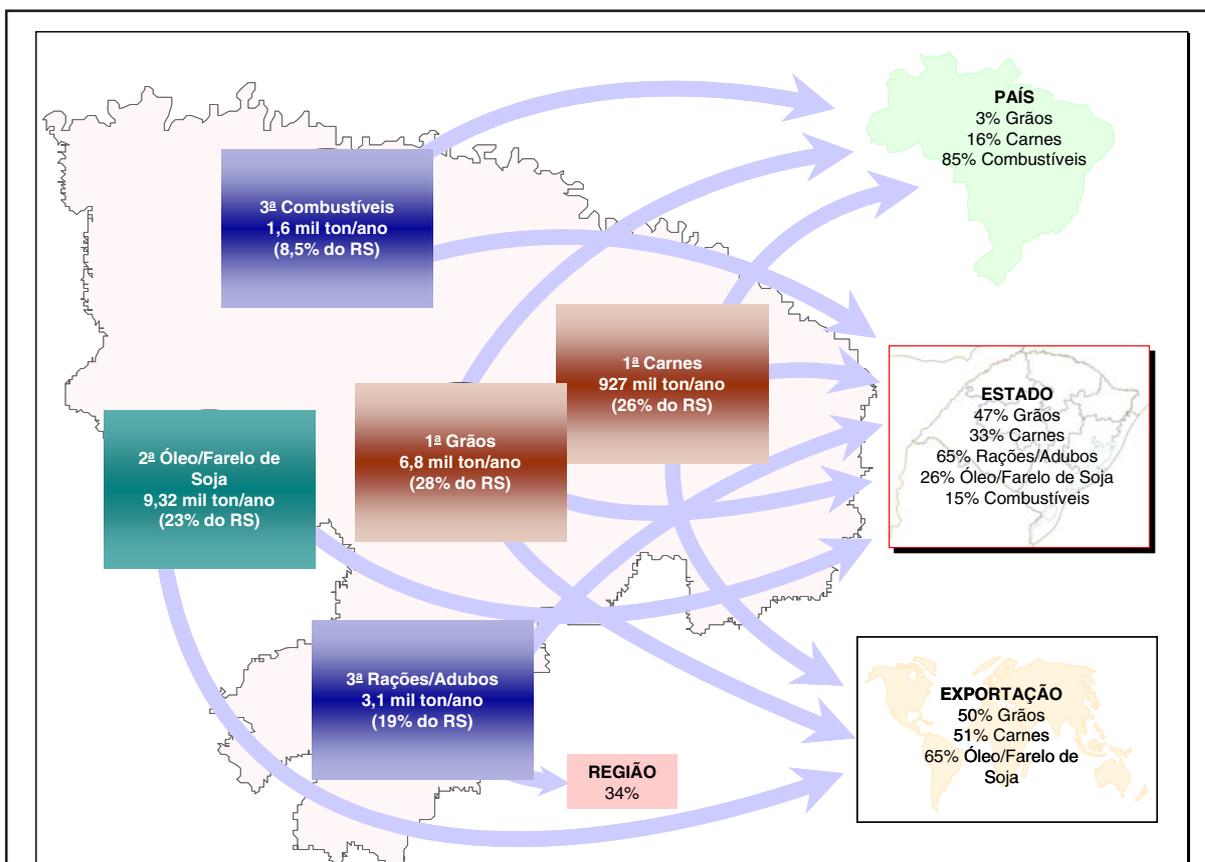
Tabela 3.4.3 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 9

Setores	2003		2015	
	% do Total da Região	% do RS	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	34,1	22,7	26,7	20,5
Indústria Metalúrgica	1,2	4,2	1,3	4,2
Máquinas e Equipamentos/Tratores	1,1	5,0	1,4	4,8
Material Elétrico	0,1	2,1	0,3	4,4
Material de Transportes	0,2	2,1	0,2	2,4
Serrarias, Madeira e Móveis	0,6	6,4	0,7	6,1
Papel e Gráfica	0,4	3,3	0,5	4,1
Química	0,8	1,0	1,5	2,1
Calçados e Couros	0,4	1,0	1,3	3,2
Produtos de Origem Vegetal	1,6	6,0	1,1	5,2
Abate e Preparação de Carnes	2,6	11,8	2,7	14,6
Leite e Laticínios	0,8	14,3	0,7	14,8
Óleos Vegetais	2,3	19,6	1,8	17,8
Demais Ind. Alimentares	0,9	6,9	0,9	7,7
Demais Indústrias	2,1	5,4	2,3	4,3
Serviços Utilidade Pública	0,7	3,6	1,7	7,1
Construção Civil	2,8	5,9	2,6	5,5
Comércio	10,5	10,7	12,1	10,7
Transporte	2,0	10,8	2,2	9,2
Comunicações	1,5	5,7	2,0	7,4
Instituições Financeiras	6,4	10,6	7,0	10,8
Serviços Prestados às Famílias	7,5	10,4	8,9	9,4
Aluguel de Imóveis	4,9	5,5	4,9	6,7
Administração Pública	13,1	10,6	13,8	11,7
Serviços Privados Não Mercantis	1,3	11,0	1,2	11,0
Total	100,0	9,7	100,0	9,4

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Os principais desafios futuros para a Região nesse cenário são visualizados na **Figura 3.4.17**.

Figura 3.4.17 – Estimativa das Principais Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes da RF 9 em 2015 (Produtos de Grande Volume – Componente 2)



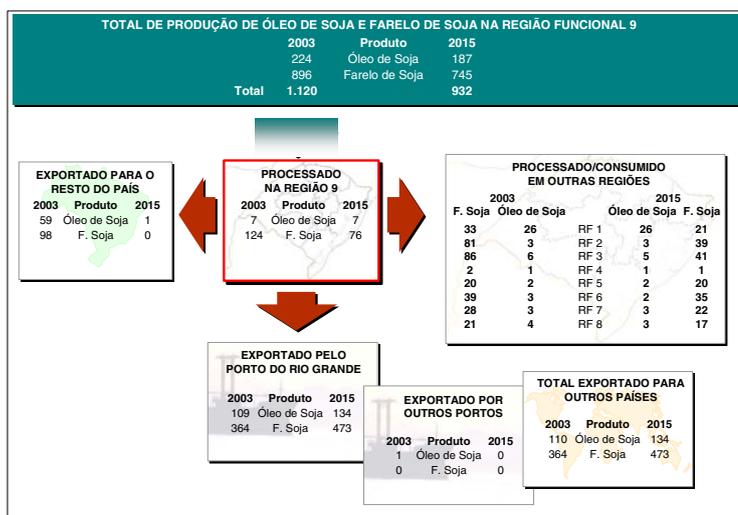
- ♦ Queda no crescimento do PIB: de 4% a.a. (até 2007) para 3,6% a.a. (até 2015)
- ♦ Crescimento do PIB (3,6% a.a.) menor que média estadual: 3,8% a.a.
- ♦ Pequena queda na participação no PIB estadual: de 9,7% para 9,4%
- ♦ Declínio do PIB agropecuário a favor do industrial e comércio/serviços
- ♦ PIB/capita se aproximando da média estadual: de 95% para 98% (16,5 mil)
- ♦ Setores promissores: especialização e vantagens competitivas (Norte e Produção)
 - Máquinas/equipamentos agrícolas
 - Material de transportes
 - Abate/Preparação de carnes
 - Leite/laticínios
 - Indústrias alimentares
 - Maçã (Nordeste)- benchmark
 - ♦ Segmentos especializados com menor competitividade
 - Soja e milho
 - Suínos
 - ♦ Setores com menor especialização mas potenciais
 - Papel/Gráfica
 - Eletroeletrônicos
 - Químico
 - Cana-de-açúcar, cevada, trigo (benchmark)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Estimativa de Produtos de Grandes Volumes e Fluxos Inter-Regionais: Para alguns produtos de grandes volumes, foram estimadas produções em 2015, objetivando estimar demandas para transportes nesse ano-horizonte (Componente 2): grãos, madeira, papel e celulose, transportes, óleos e rações, siderúrgicos e fertilizantes, adubos, fumo, combustíveis e carnes. As movimentações internas e externas desses produtos estão registradas nas **Figuras 3.4.18** até **3.4.23**.

Figura 3.4.21 – Estimativa de Produção e Movimentação de Óleo e Farelo de Soja na RF 9

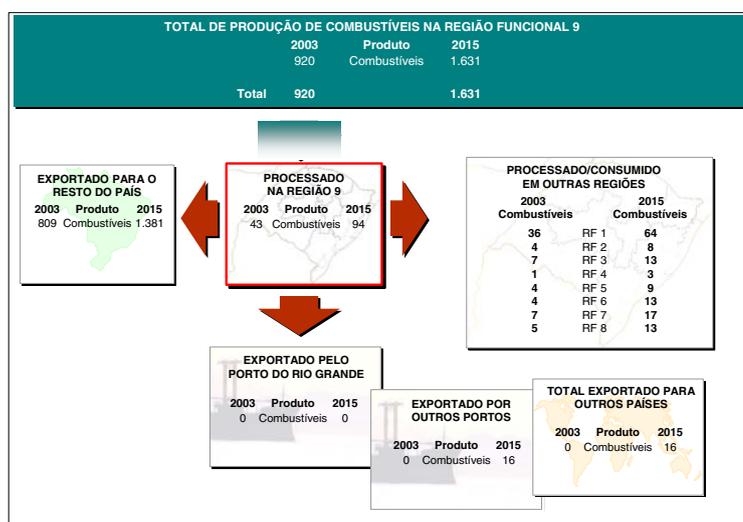
Para o óleo e farelo de soja, a Região será a segunda produtora do Estado, com cerca de 187 mil ton/ano e 745 mil ton/ano, respectivamente. Desse total, cerca de 65% escoam pelo Porto de Rio Grande, sendo o restante encaminhado para outras Regiões, especialmente a 3.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen - Fipe - HLC

Figura 3.4.22 – Estimativa de Produção e Movimentação de Combustíveis na RF 9

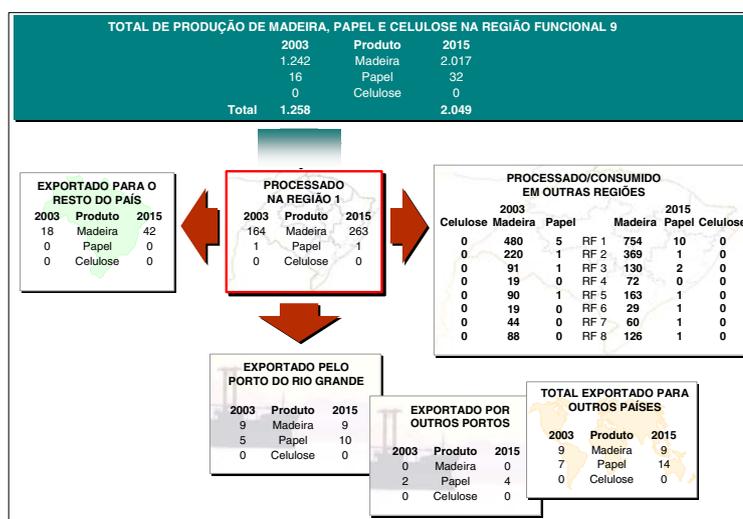
Numa terceira posição, a Região se situará na produção de combustíveis (1,6 milhão de ton/ano), sendo a maioria exportada para o restante do país (87%), recebendo também 1,3 milhão de ton/ano de outras Regiões, especialmente a 1 e 5.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Figura 3.4.23 – Estimativa de Produção e Movimentação de Madeira, Papel e Celulose na RF 9

Na madeira, papel e celulose, tenderá a posicionar-se como a quinta produtora do Estado (2 milhões de toneladas), processando ou consumindo apenas cerca de 13% localmente, exportando para outras Regiões, especialmente a 1 e 2, cerca de 84%, e os restantes 3% para outros países e Brasil. A Região deverá receber cerca de 1.273 ton (62% de sua produção) de outras Regiões, especialmente madeira das Regiões Funcionais 2 e 1.



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Tanto em fertilizantes como em siderúrgicos, não tem produção ou ela será pouco significativa. Em máquinas e equipamentos agrícolas, em que a RF 9 conta com um APL Pré-Colheita com produção significativa, essa carga foi estimada como carga geral, por não haver possibilidade de estimar seu volume futuro.

Qualidade social do crescimento: Nos empregos, foi estimado forte aumento do pessoal ocupado (PO) em relação ao total populacional da Região: de 53%, em 2003, para 64%, em 2015, embora a participação no total do Estado sofra leve declínio: de 12%, em 2003, para 11,9%, em 2015. O setor de maior absorção continuará a ser o agropecuário, com 41% da PO (46% em 2003), enquanto o terciário, com 37%, e o industrial, com 12%, absorverão parcelas dos contingentes saídos do setor primário.

As estimativas do Cenário Tendencial apontam para um ligeiro agravamento da situação de concentração da renda, com aumento das desigualdades no mercado de trabalho, em função do desempenho setorial diferenciado. As mudanças estruturais favorecem setores com renda média por trabalhador superior à renda média da economia, ampliando o grau de assimetria da distribuição dos rendimentos.

A estimativa para a oscilação dos índices de Gini apontam para ligeiro aumento, entre 2003 e 2015, entre os COREDEs no Nordeste a tendência à concentração é maior, seguido do Alto da Serra do Botucaraí. O crescimento da economia regional favorece a redução da pobreza, embora com valores irrisórios: os 50% da população, em 2003, auferindo até dois salários mínimos, serão reduzidos para 49% em 2015.

Evolução demográfica: As estimativas populacionais para a Região apontam para ligeiro aumento nas taxas anuais entre 2000 e 2015 (de 0,3% a.a. em 2000 para 0,4% a.a. em 2015), inferior à média estadual de 1% a.a. e diminuindo ligeiramente a participação da população no Estado: de 10%, em 2000, para 9,6% em 2015. A população estará em torno de 1,1 milhão de habitantes, sendo 886 mil urbanas (78%) e 248 mil rurais (22%). Assim, nesse crescimento, destaca-se preponderantemente a população urbana, com taxas de 1,8% a.a., enquanto a rural deverá decrescer a altas taxas negativas de 3% a.a.

Elementos para a Construção da Visão Estratégica da Região Funcional 9

A Região mantém fortes vínculos com Santa Catarina, caracterizando-se pela integração inter-estadual, especialmente em produtos de origem animal e produtos alimentícios, para os mercados interno e externo. A centralidade regional é exercida por Passo Fundo, pólo de onde irradiam conexões em todas as direções. Assim, a estrutura da Região caracteriza-se por ser radio-concêntrica, irradiando-se de Passo Fundo tanto rumo ao norte, para Santa Catarina, por vários eixos radiais (BR-158, RS-324, RS-135/BR-153, RS-343), interconectados por um arco viário fora do Estado, em Santa Catarina, ligando Chapecó a Concórdia, até onde se exerce o poder polarizador de Passo Fundo. Irradia-se, também, rumo a Porto Alegre e Rio Grande, pelas RS-324 e RS-153/BR-386 e ferrovia; e rumo à Argentina e mercados do Mercosul, via BR-285, RS-153/223 e ferrovia.

Assim, embora seja eficiente em termos de grandes conexões regionais e interestaduais, a Região é extremamente insatisfatória em termos de integrações internas em todas as porções dos COREDEs constituintes mas, especialmente, no Nordeste, e nas integrações com Regiões adjacentes do Vale do Taquari, Vale do Rio Pardo e da Serra, o que coloca obstáculos à circulação de bens e serviços. A forte estrutura radial até Santa Catarina imprime um alto grau de conexão de empregos entre esta Região, e as cidades de Santa Catarina, o que é confirmado tanto pela polarização de empregos como pelo alto número de viagens interestaduais registradas, segundo valor estadual.

O desafio regional está em consolidá-la como a grande produtora agroindustrial em vários segmentos (aves e suínos, leite, grãos, equipamentos agrícolas, alimentos) para os mercados estaduais, nacionais e externos, e no aumento do eixo urbano-industrial formado por Erechim, Passo Fundo e Carazinho, que concentram cerca de 65% do PIB da Região e 10% do Estado, às áreas periféricas dos subespaços a oeste, no Médio Alto Uruguai, a leste, no Nordeste e ao sul, no Alto da Serra do Botucaraí, caracterizados pela predominância dos setores da agropecuária e comércio e serviços. Esses porém, são característicos de economias pouco desenvolvidas e não de terciários modernos e não apresentam nenhum segmento com vantagem comparativa, nem mesmo no setor agrícola.

Potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças: Para a identificação mais específica das potencialidades, restrições, oportunidades e ameaças à Região, utilizou-se do instrumento da Matriz SWOT (**Quadro 3.4.2**), que congrega o conjunto de potencialidades, oportunidades, restrições e ameaças que incidem e tendem a continuar incidindo no Cenário Tendencial já traçado.

Elementos Estratégicos da Região Funcional 9: A avaliação da matriz SWOT da Região permite identificar alguns aspectos importantes para o planejamento regional, como listados a seguir:

- A) Cadeias de aves e suínos e máquinas agrícolas relevantes e competitivas.
- B) Vantagem locacional por malhas de transporte que favorecem a integração com o Sudeste e Santa Catarina, em detrimento da integração interna.
- C) Fortes deficiências em infra-estruturas.
- D) Perda de competitividade da produção rural: empresarial e de pequenos produtores.
- E) Oportunidades ambientais.

A) Cadeias de Produtos de Origem Animal, Vegetal e Máquinas Agrícolas Relevantes e Competitivas

A acessibilidade aos mercados da região Sudeste do país e do Mercosul foi fator fundamental na inserção da Região nas cadeias de produtos de origem animal e alimentícia (aves, suínos e leite), na cadeia de máquinas e implementos agrícolas e na produção de cereais, dominantes no VAB industrial e produção agrícola. Essa oportunidade persiste, embora a instabilidade do Mercosul constitua-se em ameaça potencial para esses setores, com exceção de máquinas e implementos agrícolas, onde a ameaça vem de outras regiões produtoras gaúchas (principalmente a 7).

Além desses segmentos dominantes, há outros que estão emergindo com taxas altas de crescimento e que apresentaram vantagens competitivas até 2015, como indústrias alimentares, material de transportes (elo montadoras de microônibus, reboques, motos, bicicletas) e serrarias e fabricação de móveis no Norte. Ou seja, o eixo Norte-Produção concentra esses segmentos industriais, enquanto nas demais porções nenhum segmento comparece com vantagens competitivas semelhantes.

No entanto, embora menos competitivos, alguns segmentos têm apresentado crescimentos acima de 100% nesses COREDEs menos desenvolvidos, indicando a emergência de oportunidades:

- ◆ No Alto da Serra do Botucaraí, a fabricação de calçados.
- ◆ No Nordeste, material eletro-eletrônico.
- ◆ No Médio Alto Uruguai, nenhum segmento se destaca, persistindo a agropecuária como o setor mais relevante, embora de pouca participação.

Esses segmentos continuarão a se beneficiar das oportunidades abertas pelos crescimentos de mercados nacionais e internacionais e da integração econômica mundial.

Os ramos que mais internalizam benefícios na própria Região são os de serrarias e mobiliário, papel e gráfica, couro e calçados, abate e preparação de animais (inclusive no Médio Alto Uruguai) e leite e derivados, que se constituem em segmentos a incentivar. Especialmente nos segmentos de couros e calçados e no de serrarias e mobiliário, os recursos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento serão necessários, como forma de diferenciar produtos regionais de outros concorrentes gaúchos.

Na produção agropecuária e agroindustrial, embora situe-se como a primeira Região produtora do Estado em grãos, não comparece com vantagem competitiva nem com alta internalização (maior no Produção), mas as culturas empresariais de soja, milho, trigo, cevada e cana-de-açúcar, especialmente, persistirão em expansão, enquanto os preços dos mercados nacionais e internacionais constituirão em oportunidade.

As reservas de ametista (no Médio Alto Uruguai) e ágata (Alto da Serra do Botucaraí) poderão se constituir em oportunidades de desenvolvimento dessas porções regionais mais deprimidas, exigindo, no entanto, investimentos em pesquisas, capacitações e organização empresarial, que se constituem em desafios.

Por outro lado, a requisição de novas tecnologias, industriais ou agropecuárias, para tornar esses segmentos progressivamente mais eficientes, especialmente nas pequenas empresas dominantes, encontra severas restrições na baixa escolaridade no ensino médio e superior, o que reduz o pessoal disponível para concepção e implantação de inovações. A concentração de renda e a pequena redução da pobreza esperada persistirão como obstáculos à entrada de alunos nas universidades, especialmente porque são pagas.

B) Vantagem Locacional por Malhas de Transporte que Favorecem a Integração com o Sudeste e Santa Catarina, em Detrimento da Integração Interna

As relações da cadeia de produtos de origem animal e alimentícia (aves, suínos e leite) com o sul de Santa Catarina são evidentes, representadas pelas BR-153, BR-158 e BR-470 e ferrovia, sendo forte a relação de viagens e empregos entre Chapecó, Concórdia e outros centros menores catarinenses e as cidades de Erechim e Passo Fundo e outras do Rio Grande do Sul. A estrutura viária prevalente privilegia mais essa integração interestadual, através das várias radiais que se estendem até Santa Catarina, do que a integração interna regional. Erechim, por exemplo, não se articula diretamente nem com Palmeira das Missões e Frederico Westphalen, a oeste, nem com Lagoa Vermelha, a leste. Assim, o fortalecimento regional que conexões internas dos mercados e centros produtores locais poderiam trazer para o desenvolvimento regional padece da ineficiência de transportes encontrada nessa Região, e a integração com Santa Catarina comparece mais como uma ameaça ao desenvolvimento regional do que uma oportunidade, em que pese a integração até hoje observada.

C) Fortes Deficiências em Infra-estruturas

A maior restrição às oportunidades regionais situa-se nas deficiências de comunicações físicas (transportes) e virtuais (telefonia e internet), que podem restringir suas opções. Os gargalos já identificados em transportes concentram-se em vários modais e trechos nas rotas regionais principais: no ramal ferroviário entre Cruz Alta e Passo Fundo; em 11 trechos da BR-386 e BR-158 (Santa Catarina a Porto Alegre); oito trechos da RS-135 (Erechim a Passo Fundo); oito trechos na RS-324 (Rio Uruguai a Passo Fundo); cinco trechos na BR-153 (Erechim a Santa Catarina); quatro trechos na BR-285 (Passo Fundo a Lagoa Vermelha); BR-377, de Carazinho a Soledade, entre mais de 28 estradas ou trechos delas, que estão com gargalos, constituindo-se na maior demanda regional do Estado, além de acessos a 42 sedes municipais, que dificultam escoamentos de produções.

Também na energia, as falhas de suprimento e suas durações elevadas constituem-se em fator desestimulante para novas localizações industriais, acrescidas dos gargalos em cinco linhas de transmissão: três com origem em Passo Fundo, um entre Erechim e Entre Rios e um entre Palmeira das Missões e Erval Seco. Também não há linhas de transmissão de dados de alta capacidade, a não ser as que interligam as universidades de Passo Fundo e Frederico Westphalen a Porto Alegre, não comerciais. A falta de recursos de investimentos para viabilizar essas intervenções necessárias é limitação severa ao desenvolvimento regional.

D) Perda de Competitividade da Produção Agropecuária: Empresarial e de Pequenos Produtores

Na produção agropecuária e agroindustrial, embora situe-se como a primeira Região produtora do Estado em grãos, não comparece com vantagem competitiva nem com alta internalização (maior no Produção). Mas as culturas empresariais de soja, milho, trigo, cevada e cana-de-açúcar, especialmente, persistirão em expansão, enquanto os preços dos mercados nacionais e internacionais se constituírem em oportunidade.

No entanto, a escassez de água tem causado grandes perdas das produções em alguns anos, assim como vem restringindo as possibilidades de irrigação, que poderiam ampliar significativamente as produtividades, que, no caso de milho e soja, poderiam ser duplicadas com esse sistema.

A maior ameaça à Região reside, porém, na crise associada às pequenas propriedades rurais, que se constituem em 90% das empresas agrícolas regionais, o segundo percentual do Estado, concentrando-se especialmente

Tabela 3.4.4 – Financiamentos Agropecuários na Região

Regiões	Número de contratos (2003)	Participação no RS (%)	Valor (R\$ 2003)	Valor médio dos contratos (R\$)	Participação no RS (%)
Alto da Serra do Botucaraí	24 000	4,7	192 175	8 000	3,5
Médio Alto Uruguai	33 262	6,5	156 622	4 708	2,8
Nordeste	21 501	4,2	238 786	11 106	4,3
Norte	28 022	5,5	230 216	8 215	4,1
Produção	34 041	6,6	436 856	12 833	7,8
Total	140 834	27,4	1 254 685	8 900	22,5

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

no Médio Alto Uruguai (97%). Ao mesmo tempo em que esses pequenos produtores rurais re-presentaram, historicamente, a base do desenvolvimento agrícola, urbano, industrial, associativista e cultural do Estado, atualmente, são pressionados pela consolidação das culturas empresariais (soja, trigo, milho, cevada), caracterizadas pela mecanização, grandes extensões e capital, que restringem os ganhos produtivos, e pelas dificuldades de acesso a novas tecnologias e financiamentos que ampliem suas produções e, em alguns casos, às imposições de preços e condições de multinacionais.

Os financiamentos agropecuários para a Região sofreram ligeira queda entre 2002 e 2003, de 23,3% para 22,5% do total estadual, alcançando cerca de R\$ 1,25 milhão neste último ano, sendo a primeira Região do Estado em termos de volume de recursos. Também em número de contratos, posiciona-se como a primeira do Estado, com 141 mil (27,4%), o que resulta em baixos valores médios por empréstimo (R\$ 8,9 mil). Dos recursos financiados, 66% são direcionados para custeio agrícola e a maioria (35%) para o COREDE Produção.

Esses baixos montantes unitários de financiamentos agrícolas apontam para sua utilização por pequenos produtores rurais, sendo um dos responsáveis pela manutenção desse tipo de propriedade rural, familiar e proporcionando capital de giro anual.

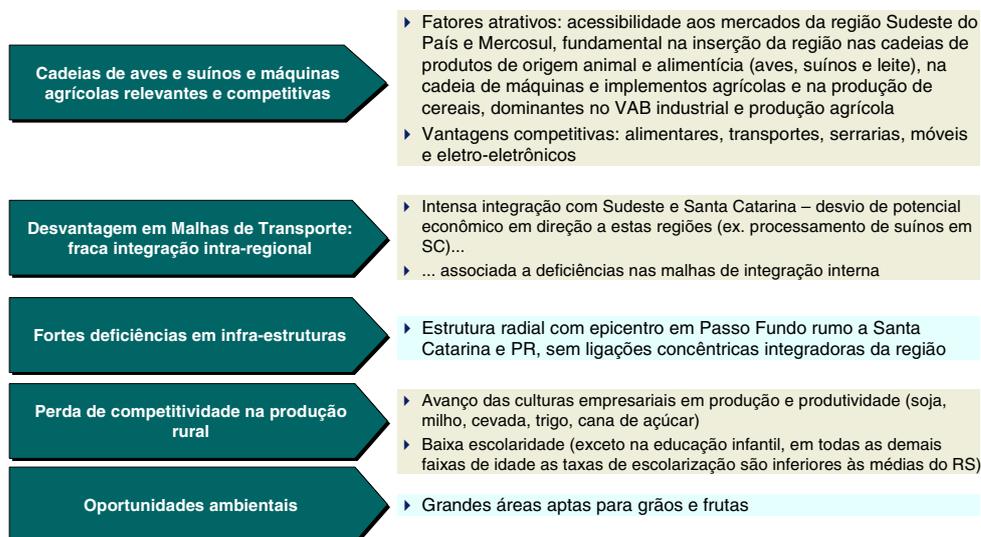
A criação de um novo modelo para esses contingentes, nesta e em outras Regiões, será o desafio do Estado, incentivando produções menos extensivas, de maior valor agregado, adaptadas tecnologicamente e voltadas para o mercado interno e exportações. Como requisitos para esse fortalecimento, é preciso estabelecer e manter linhas de créditos e financiamentos para os pequenos agricultores, ter uma base de tecnologia e inovações regional, inserir fortemente as três universidades regionais (UPF, URI e Uergs), além da Embrapa e Fepagro, e dispor de assistência técnica e infra-estruturas que proporcionem alta acessibilidade. Tanto as culturas empresariais como as de pequeno porte ressentem-se da escassez de água que vem se constituindo progressivamente em problema no Estado, o que inviabiliza irrigações que poderiam ampliar produtividades e mesmo diminuir as quebras de safras pela escassez de água.

E) Oportunidades Ambientais

Algumas restrições hoje existentes, como a falta de tratamento de esgotos nos principais pólos regionais, especialmente nos centros urbanos de Erechim e Passo Fundo, mas também em vários outros centros onde a coleta tem baixas taxas de atendimento, e os resíduos provenientes da criação de aves e suínos podem representar potencialidades no Mercado de Desenvolvimento Limpo (MDL) pela venda de créditos para a construção de usinas de tratamento ou geração energética.

Na área de meio ambiente, além do MDL, algumas medidas serão necessárias para a proteção das florestas nativas que ocupam 23% do território e das áreas de recarga do Aquífero Guarani, que cortam a Região transversalmente. A criação de APAs (Áreas de Proteção Ambiental), onde os usos do solo sejam mais adequados e exista incentivo a reflorestamentos, que hoje ocupam área insignificante, serão medidas recomendáveis. Esses elementos estratégicos são visualizados na **Figura 3.4.24**.

Figura 3.4.24 – Principais Questões dos Elementos Estratégicos da RF 9



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Visão Estratégica da Região Funcional 9

A visão estratégica para a Região Funcional 9 é consolidá-la como grande produtora agroindustrial em aves e suínos, grãos, leite, equipamentos agrícolas e alimentos para os mercados estaduais, nacionais e externos, em estreita conexão com Santa Catarina, ampliando crescentemente as economias de integração entre os pequenos produtores agrícolas, agricultura empresarial e parque industrial.

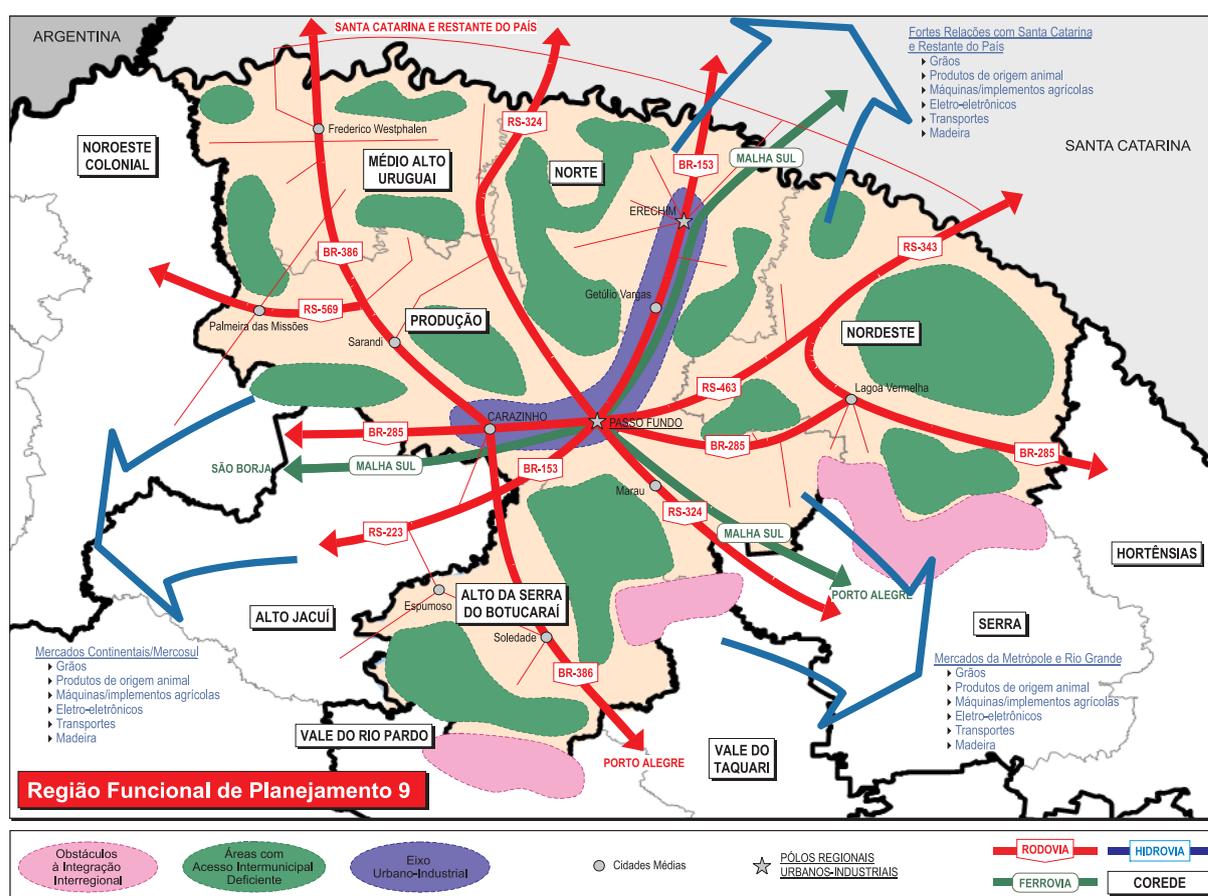
A Região mantém fortes vínculos com Santa Catarina, caracterizando-se pela integração interestadual, especialmente em produtos de origem animal e outros produtos alimentícios. A forte estrutura radial existente até Santa Catarina imprime um alto grau de conexão de empregos entre esta Região, nos COREDES fronteiriços, e cidades de Santa Catarina, o que é confirmado tanto pela polarização de empregos como pelo alto número de viagens interestaduais registradas, segundo maior valor estadual.

O desafio será a captação das áreas agropecuárias periféricas dos subespaços a oeste, no Médio Alto Uruguai, a leste, no Nordeste e ao sul, no Alto da Serra do Botucaraí, que não apresentam nenhum segmento com vantagem comparativa, integrando-as ao eixo urbano-industrial dominante, formado por Erechim, Passo Fundo e Carazinho (Produção e Norte), que concentram cerca de 65% do PIB da Região e 10% do Estado.

A forma de expandir o desenvolvimento a esses espaços não-competitivos, nem mesmo no setor agrícola, pois são caracterizados pela predominância dos setores da agropecuária com dominância de agricultura familiar e comércio e serviços, pouco estruturados, será o desafio maior.

A centralidade regional é exercida por Passo Fundo, pólo de onde irradiam conexões em todas as direções. Assim, a estrutura da Região caracteriza-se por ser radio-concêntrica, irradiando-se de Passo Fundo tanto ao norte, para Santa Catarina (eixos radiais da BR-158, RS-324, RS-135/BR-153, RS-343), interconectados por um arco viário fora do Estado, ligando Chapecó a Concórdia, até onde se exerce o poder polarizador de Passo Fundo; irradia-se, também, rumo a Porto Alegre e Rio Grande

Figura 3.4.25 – Fatores Estratégicos na RF9



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

(pelas RS-324 e RS-153/BR-386 e ferrovia); e rumo à Argentina e mercados do Mercosul (via BR-285, RS-153/223 e ferrovia).

Assim, embora seja eficiente em grandes conexões regionais e interestaduais, a Região é extremamente insatisfatória em integrações internas em todas as porções dos COREDEs constituintes mas, especialmente, no Nordeste e nas integrações com as Regiões adjacentes 2 e 3, o que coloca obstáculos à circulação de bens e serviços e à captação de produções regionais mais periféricas para a industrialização ou comercialização nos pólos principais. Essa situação é ilustrada pela **Figura 3.4.25**.

Fatores Estratégicos na RF 9

- ◆ Fortes vínculos com Santa Catarina em detrimento dos intra-regionais (via concêntrica).
- ◆ Falta de integração inter-regional com Vale do Rio Pardo, Serra e Vale do Taquari (grãos e pedras).
- ◆ Eixo urbano-industrial resiliente em Erechim, Getúlio Vargas, Passo Fundo e Carazinho.
- ◆ Grandes porções territoriais no Nordeste com baixa incorporação aos processos produtivos locais.
- ◆ Predominância de pequenos produtores rurais em economia integrada.
- ◆ Primeira Região produtora de grãos do Estado (soja, milho, trigo e cevada)

Estratégias Propostas para a Região Funcional 9

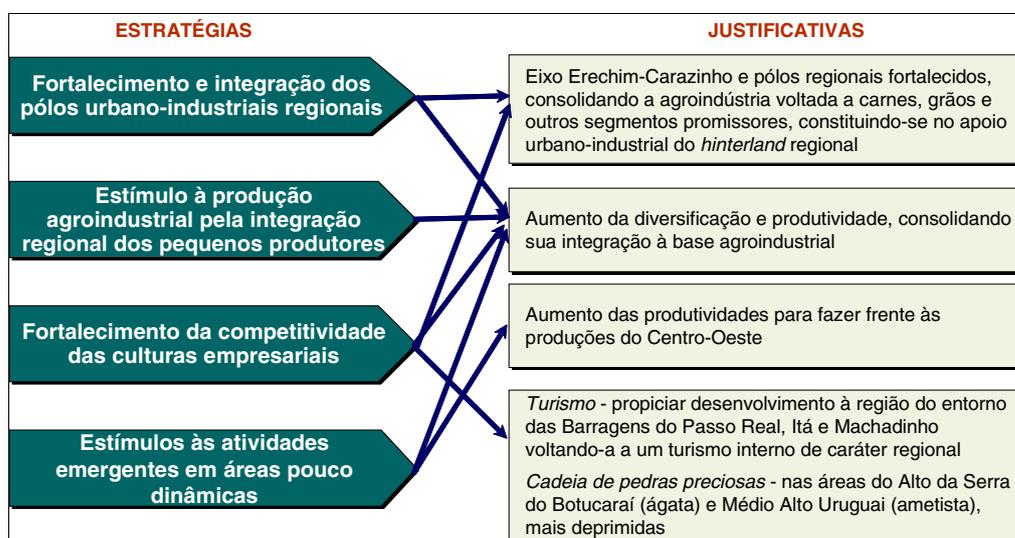
Para atingir o objetivo regional de consolidação da maior produção agroindustrial do Estado, a conexão de suas várias porções internas será imperativa, de modo a expandir o desenvolvimento, hoje restrito aos COREDEs Norte e Produção, para os territórios periféricos do Nordeste, Médio Alto Uruguai e Alto da Serra do Botucaraí. A Região apresenta 12% das vendas e 13% das compras nos elos industriais da agroindústria gaúcha, ambas em crescimento de 21% a.a. desde 1998, ocupando a terceira posição no Estado, após as Regiões 2 e 1.

Em resposta aos elementos estratégicos e para consolidar a posição de maior produtora agroindustrial do Estado, foram estruturadas quatro estratégias principais para a Região, registradas na **Figura 3.4.26** e descritas na seqüência.

ESTRATÉGIA 1: FORTALECIMENTO INDUSTRIAL DOS PÓLOS URBANOS

O eixo formado pelas cidades de Erechim, Getúlio Vargas, Passo Fundo e Carazinho concentra 65% do PIB regional em atividades industriais e agroindustriais, com destaques para os produtos de origem animal e vegetal, máquinas e implementos agrícolas e alimentos.

Figura 3.4.26 – Estratégias Regionais: Justificativas (RF 9)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Essa concentração encontra fatores determinantes na rede transportes, que aflui radialmente a Passo Fundo, conectando-se com Santa Catarina, mantendo a concentração regional da renda nessas cidades.

Justificativa para a Estratégia 1:

Nesta vertente, esse eixo deve ser fortalecido, como forma de consolidar a agroindústria voltada a carnes e grãos e outros segmentos promissores, ao mesmo tempo que constitui-se no apoio urbano-industrial do vasto *hinterland* regional formado por pequenos produtores rurais. A este eixo devem ser integrados

os demais pólos urbanos principais das demais áreas menos desenvolvidas (Frederico Westphalen, no Médio Alto Uruguai), Lagoa Vermelha (Nordeste) e Soledade (Alto da Serra do Botucaraí), de modo a incorporar essas áreas aos processos produtivos mais dinâmicos da Região.

Esse eixo deve ser fortalecido, pelo risco de perda de competitividade da agricultura e indústria da Região frente a outras regiões do país, de modo a tornar suas atividades dominantes crescentemente competitivas, ao mesmo tempo que se promova esse desenvolvimento nas “periferias” dos COREDEs Médio Alto Uruguai, Nordeste e Alto da Serra do Botucaraí.

Objetivos para a Estratégia 1

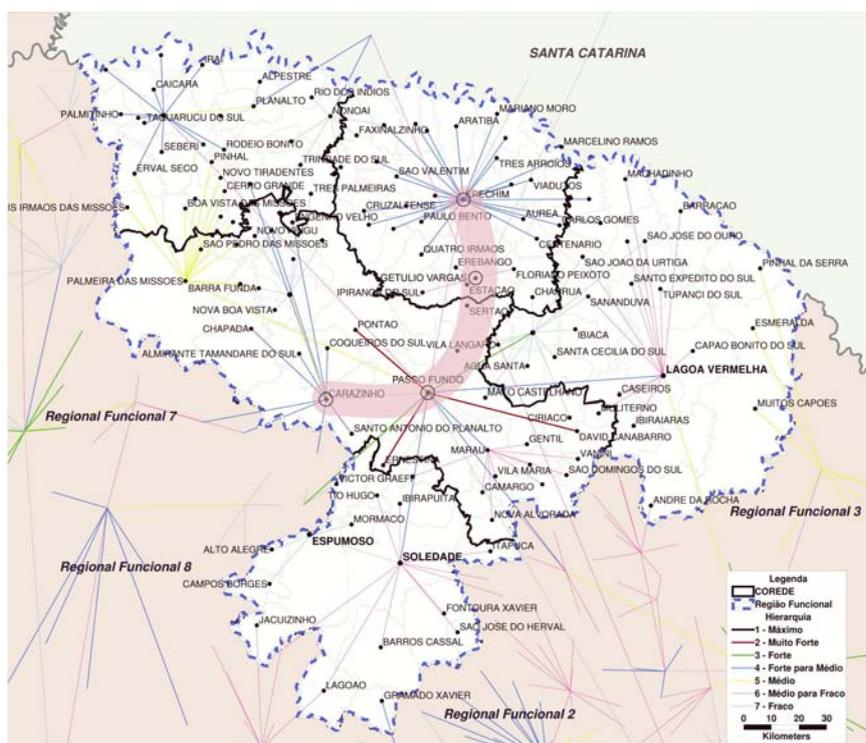
O principal objetivo é o crescimento do PIB industrial da Região em 10% acima do Cenário Tendencial, e dos COREDEs Produção e Norte, respectivamente, 18% e 15% acima do mesmo cenário. Neste cenário esperado, têm-se:

- ♦ O COREDE Produção mantém sua participação sobre o PIB da Região nos valores que possuía em 2003 (70,5,0%), superando o decréscimo previsto no Cenário Tendencial, que levaria este número para 64,5%.

- ♦ O COREDE Norte tem sua participação aumentada em relação ao previsto no Cenário Tendencial (dos atuais 20,2%, subiria para 24,0% no Cenário Tendencial e 25,0% no Cenário desejado).

No entanto, além do aumento da produção industrial, a estratégia deve prever, também, o aumento da inserção econômica da Região nas exportações para o país e exterior. Nesse sentido, o balizamento das exportações ocorrerá diferencialmente entre os COREDEs constituintes. Dois deles (Norte, especialmente, e Produção) já estão mais inseridos no mercado externo do Rio Grande do Sul, em decorrência de suas maiores especializações (carnes e grãos), que determinam maiores coeficientes de abertura.

Figura 3.4.27 – Pólos Urbano-Industriais da Região (RF9)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Tabela 3.4.6 – Exportações (RF9)

COREDEs	% da Exportação para o País e Exterior	Metas até 2015
Norte	38,7	45%
Produção	25,8	30%
Nordeste	18,0	20%
Médio Alto Uruguai	18,0	
Alto da Serra do Botucaraí	17,2	

Fonte: Desenvolvimento e disparidades regionais no RS - Joal Rosa e Rogério Porto - 2005

Ações para a Estratégia 1: As ações destinadas a implementar esta estratégia situam-se nas áreas de estímulos econômicos, suporte de infra-estruturas, desenvolvimento e capacitação tecnológica e fortalecimento das cidades médias da Região. Estão sintetizadas na **Figura 3.4.33** e serão melhor analisadas posteriormente.

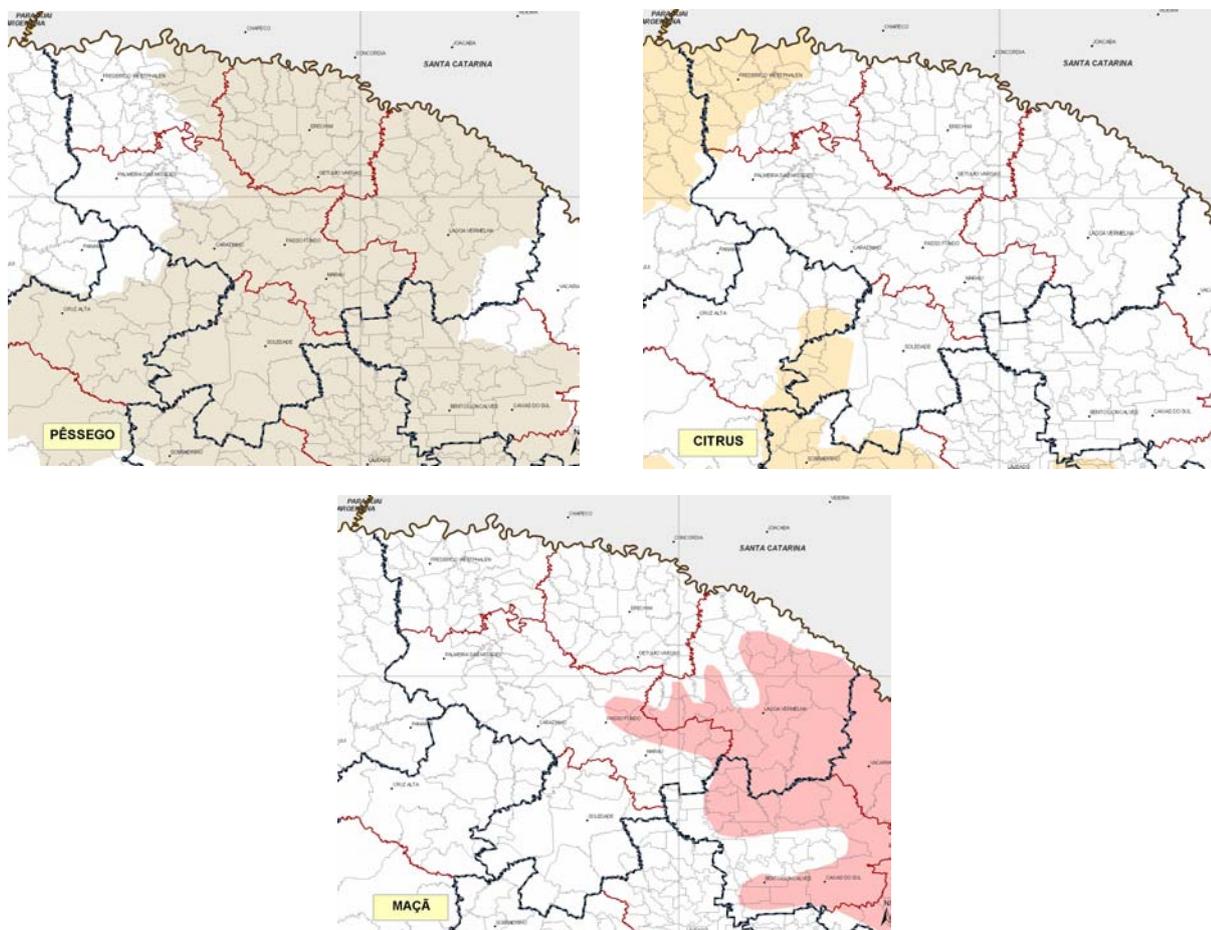
ESTRATÉGIA 2 – APOIO À COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS PEQUENOS PRODUTORES

Trata-se de apoiar a produção dos pequenos proprietários rurais dominantes (90% das propriedades da Região têm até 50 hectares), diversificando, integrando em cadeias agroalimentares e agregando valor às produções locais, de modo a fazer frente ao avanço das culturas empresariais (soja, milho, trigo), que persistirão dominantes, continuando a posicionar a Região como primeira produtora estadual até 2015.

Justificativa para a Estratégia 2

As pequenas produções rurais na Região são responsáveis pela grande população rural ainda presente (34%) e, talvez pela aferição de renda não-monetária na agricultura familiar, contribuem para a baixa renda média prevalente na Região (77% da renda média do Estado). O fortalecimento do eixo urbano-industrial e das culturas empresariais, das estratégias anteriores, não deverá incrementar ainda mais as grandes imigrações urbanas que estão ocorrendo (2,2% a.a.) em detrimento do esvaziamento rural (-2,3% a.a.). As atividades de aves (primeiro produtor estadual) e suínos (segundo produtor estadual), assim como frutas, alho, batata e erva-mate, adequadas às pequenas propriedades e integradas a agroindústrias, deverão ser incentivadas em termos de produções de maior valor e produtividade, como forma de manter essa população esparsa, que é responsável pela ampla rede urbana, formas associativas e níveis educacionais elevados. Várias culturas de maior valor, especialmente frutas, têm aptidão regional, como registra a **Figura 3.4.28**.

Figura 3.4.28 – Áreas Aptas para Frutas – Pêssego, Cítricos e Maçã (RF 9)



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

Objetivos para a Estratégia 2

O principal objetivo é a manutenção do crescimento do rebanho de aves e da produção de frutas, com as mesmas taxas anuais verificadas para o período de referência. Além disso, espera-se a contenção da queda do rebanho de suínos, com leve reversão desta tendência. Assim, têm-se como objetivos específicos: alcançar, em 2015, os patamares de 49,5 milhões e 1,3 milhão de cabeças de aves e suínos, respectivamente, permanecendo a Região entre as principais do Estado; e alcançar, em 2015, o patamar de R\$ 300,9 milhões com a produção de frutas na Região.

Tabela 3.4.7 – Balizamento de Objetivos para a Estratégia 2 (RF 9)

	Período de Referência	CAGR Referencial	Valor Final Referência (R\$ MM)	CAGR Projetado	Valor 2015 (R\$ MM)
Produtos adequados a pequenas propriedades – Aves, Suínos, Frutas					
Rebanho de Aves	2001 – 2003	4,58%	28,9 milhões de cabeças	4,58%	49,5 milhões de cabeças
Rebanho de Suínos	2001 – 2003	-3,58%	1,2 milhões de cabeças	0,50%	1,3 milhões de cabeças
Produção de Frutas	1996 – 2003	9,78%	98,2	9,78%	300,9

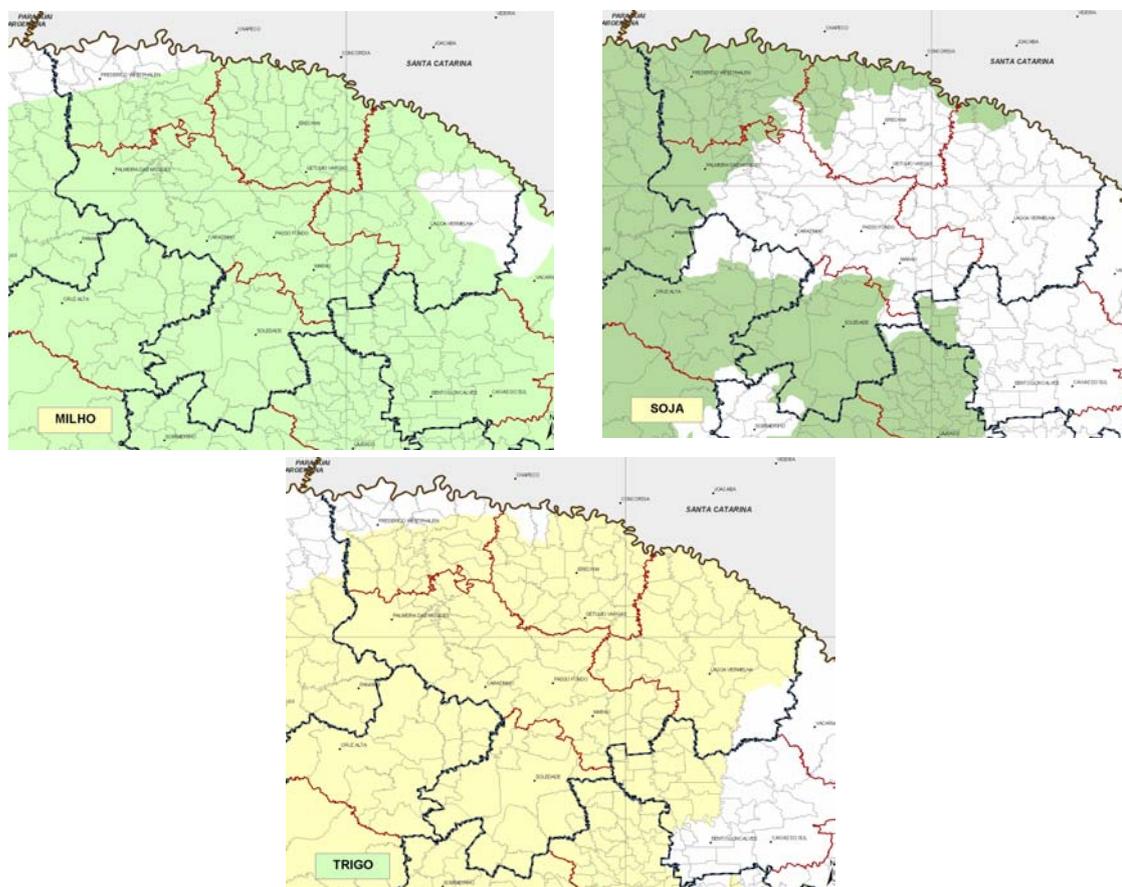
Fonte: Sefaz, Pesquisa Produção Pecuária e Produção Agrícola Municipal – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Ações para a Estratégia 2: Estão sintetizadas na Figura 3.4.33.

ESTRATÉGIA 3 – AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE DAS CULTURAS EMPRESARIAIS

A Região consolidou-se como a primeira produtora de grãos do Estado, sendo suas culturas empresariais de soja e milho seus principais produtos. É, em grande parcela, apta para garantir produções e ainda exportar excedentes, como ressalta o Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado¹.

Figura 3.4.29 – Áreas Aptas a Plantios de Grãos – Milho, Soja e Trigo (RF 9)



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

¹ Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado – Embrapa/Secretaria da Agricultura - 1994

Justificativa para a Estratégia 3

As culturas empresariais, especialmente soja e milho, vêm se ressentindo da escassez hídrica nas épocas de plantios, causando grandes perdas de produção. Essas perdas, fazendo com que não haja ofertas firmes do produto, são um dos fatores que desestimulam a manutenção e ampliação de processamentos (farelos, óleos, rações, alimentos, etc.) que agregam valor à produção agrícola. Assim, o potencial de agregação de valor a esses produtos está associado diretamente à confiabilidade da oferta em volumes constantes, que garantam as produções agroindustriais. Sua eficiência produtiva é de 53% para o milho e 15% para a soja, quando comparada com o *benchmark* nacional (100%), conforme mostra a **Tabela 3.4.8**. O trigo na Região é bastante competitivo (eficiência média de 73%), sendo que o *benchmark* nacional está dentro da própria Região, o Médio Alto Uruguai. O principal fator dessa diferença de competitividade são as frequentes secas por que vem enfrentando o Estado.

O grande desafio será suprir água de forma constante a essas culturas, permitindo irrigações que ampliem a produtividade e imprimam confiabilidade às produções.

Tabela 3.4.8 – Eficiência Produtiva Comparada – RF9 (somente entre os produtores de cada produto)

Região/Produto	Milho	Soja
Região Funcional 9	0,53	0,15
Benchmark Brasil (100%)	Estado do Mato Grosso	Estado do Mato Grosso

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

Objetivos para a Estratégia 3

O principal objetivo é aumentar a área irrigada para produção de soja e milho. Objetiva-se chegar a um percentual de 25% de irrigação na área plantada de soja da Região. Para o milho, utiliza-se o mesmo percentual, e, em ambos os casos, 3,5% da área colhida é irrigada atualmente. As informações utilizadas dão conta de que a produtividade de uma área irrigada pode chegar ao dobro de uma área não-irrigada, ou seja, considera-se para esse objetivo que a produtividade aumenta em 50%. Dessa forma, a **Tabela 3.4.9** sumariza os objetivos para esta estratégia. Como objetivos específicos, para a soja e milho na Região Funcional 9, têm-se:

- ♦ Atingir, em 2015, a produção de 3.716 mil toneladas de soja.
- ♦ Atingir, em 2015, a produção de 2.743 mil toneladas de milho.

Ações para a Estratégia 3: As ações destinadas a implementar esta estratégia estão sintetizadas na **Figura 3.4.33** e serão melhor analisadas posteriormente.

Tabela 3.4.9 – Balizamento de Objetivos para a Estratégia 2 (RF 9)

Descrição	Soja	Milho
Área Colhida Total 2003 (mil Ha) ⁽¹⁾	1.155	508
Quantidade Total Produzida 2003 (mil ton)	3.302	2.436
Produtividade Média Total 2003 (ton/Ha)	2,86	4,80
% de Área Colhida Irrigada 2003	3,5%	3,5%
% de Área Colhida Irrigada 2015	25,0%	25,0%
Produtividade Área Irrigada 2015 (ton/Ha)	4,29	7,20
Produtividade Área Não Irrigada 2015 (ton/Ha) ⁽²⁾	2,86	4,80
Quantidade Total Produzida 2015 (mil ton)	3.716	2.743
CAGR – Quantidade Total Produzida (2003 – 2015)	1,0%	1,0%

Notas: (1) Área colhida total para 2015 mantida em relação a 2003; (2) Produtividade das áreas não irrigadas em 2015 tomada como a produtividade média total de 2003

Fonte: Sefaz, Produção Agrícola Municipal – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC, 2005

ESTRATÉGIA 4: APOIO A ATIVIDADES EMERGENTES EM ÁREAS POUCO DINÂMICAS

As áreas menos desenvolvidas – Médio Alto Uruguai e Alto da Serra do Botucaraí – exigirão uma estratégia adicional para reduzir eventuais desequilíbrios socioeconômicos na Região.

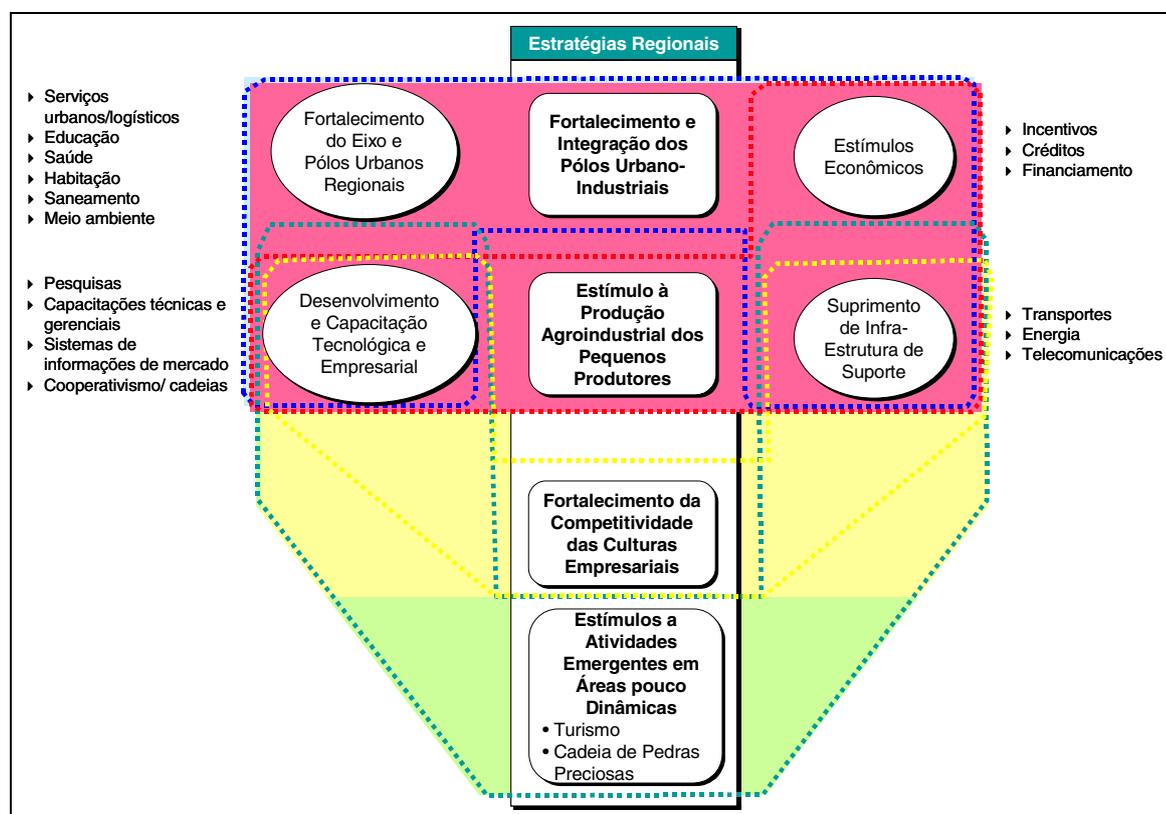
Justificativa para a Estratégia 4

Neste contexto, foram identificadas duas subestratégias para reduzir eventuais dese-

Plano Estratégico da Região Funcional 9

Cada uma das estratégias transformou-se em “agrupamentos” de programas e projetos em vários setores, já que devem ser desencadeadas ações multidisciplinares concomitantes, sinérgicas e articuladas para atingir essas estratégias regionais e evitar impactos, como registra a **Figura 3.4.33**.

Figura 3.4.32 – Ações Multisetoriais Exigidas pelas Estratégias (RF 9)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

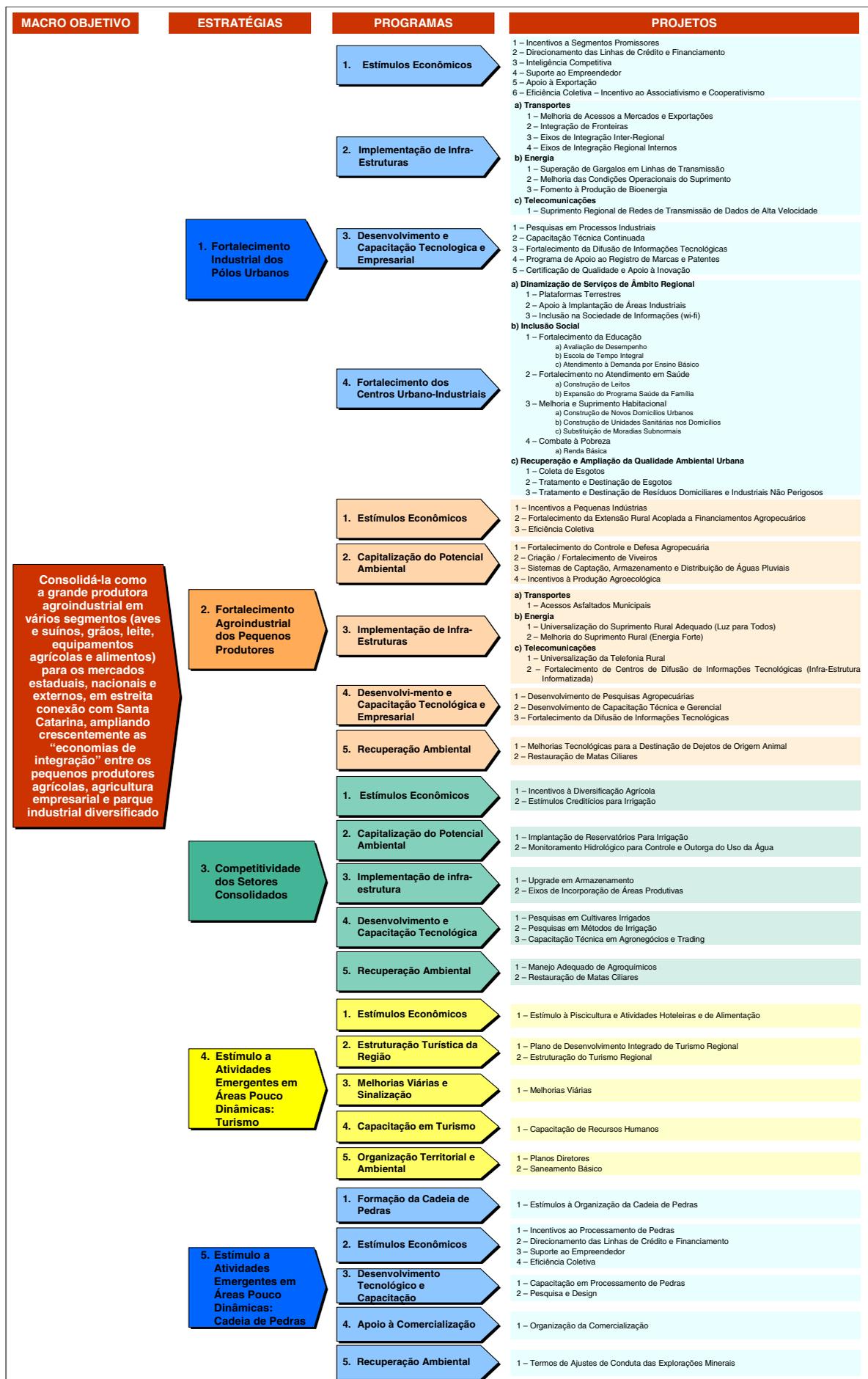
Agrupamentos são conjuntos de programas, projetos e empreendimentos interligados de forma sinérgica, ou seja, que contêm e exploram externalidades positivas entre eles, sejam econômicas, sociais, tecnológicas, organizacionais, de mercado ou de implementação. Sinergia é o conjunto de características que faz com que projetos pertençam, harmonicamente, a um grupo, sistema ou rede destinado a alcançar objetivos comuns. Dessa forma, o conjunto de investimentos agrupados responde, exponencialmente, melhor do que cada uma das parcelas que o compõem. A vantagem de agrupamentos, além daquela principal de apontar, aglutinar ou direcionar ações de vários agentes intervenientes rumo a objetivos comuns é a facilidade de “venda” de oportunidades de investimentos (*marketing*) e a melhor distribuição de riscos e sua mitigação.

Foram definidos cinco agrupamentos para a Região:

- ◆ Fortalecimento industrial dos pólos urbanos.
- ◆ Fortalecimento agroindustrial dos pequenos produtores.
- ◆ Apoio às culturas empresariais.
- ◆ Fortalecimento do turismo regional.
- ◆ Criação da cadeia de pedras preciosas.

O conjunto de programas e projetos que compõem esses agrupamentos responde ao macroobjetivo ou visão estabelecido para esta Região, assim como às estratégias definidas, como registra a **Figura 3.4.33**.

Figura 3.4.33 – Gráfico de Objetivos e Meios para a RF 9



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Deve-se ressaltar que muitas das propostas, especialmente em áreas que operam em redes, como infra-estruturas de transportes, energia ou telecomunicações, empreendimentos que situam-se em outras Regiões beneficiam ou impactam negativamente esta Região em exame. É o caso, por exemplo, de rodovias que atravessam o Estado conectando várias regiões à metrópole ou a Rio Grande, ou linhas de transmissão que trazem energia de outras regiões. Portanto, os benefícios e custos regionais dessas propostas não podem ser apreendidos apenas pelos volumes de recursos das propostas regionais, mas eles só serão devidamente apreendidos pelos resultados conjuntos do Cenário Propositivo para o Estado e regiões, que leva em conta essa conectividade e está apresentado no Volume 1.

Além dos Agrupamentos estratégicos, outros projetos de interesse para a Região foram identificados nas Estratégias do Estado, registrados na **Tabela 3.4.10**.

Tabela 3.4.10 – Outros Projetos de Interesse para a RF 9 (R\$ Mil)

Área	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total
1 – Inclusão Social	1 – Melhoria do Atendimento em Educação Básica	1 – Eliminação do Analfabetismo	876	3.505	3.505	7.886
		2 – Escola de Tempo Integral	3.588	14.510	16.954	35.052
		3 – Avaliação de Desempenho	10	20	17	47
		4 – Atendimento à Demanda por Ensino Básico	84.235	125.112	183.264	392.611
	2 – Melhoria do Atendimento em Saúde	1 – Ampliação de Empregos Médicos	4.463	15.404	14.684	34.551
		2 – Ampliação de Empregos de Enfermeiros	4.255	8.286	10.525	23.066
		3 – Expansão do Programa Saúde da Família	-	-	1.536	1.536
	3 – Melhoria das Condições de Habitação	1 – Redução do Déficit Habitacional Urbano	42.212	66.818	63.412	172.443
		2 – Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	3.917	7.243	-	11.160
		3 – Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	575	1.151	1.151	2.877
	4 – Ampliação do Atendimento por Saneamento Básico	1 – Rede de Distribuição de Água	14.803	23.140	21.758	59.701
		3 – Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	3.823	9.443	11.239	24.506
	5 – Combate à pobreza	1 – Renda Básica	108.096	216.192	216.192	540.480
	<i>Total do Programa</i>			270.854	490.824	544.239
2 – Manutenção do Potencial Ambiental		1 – Criação, Consolidação e Manejo de Áreas Protegidas	1.900	4.750	2.850	9.500
		2 – Criação, Consolidação e Manejo de Terras Indígenas	3.000	7.500	4.500	15.000
		3 – Proteção e Criação de Unidades de Conservação nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	7.000	17.500	10.500	35.000
	<i>Total do Programa</i>			11.900	29.750	17.850
3 – Capacitação para o Planejamento Territorial		1 – Capacitação para o Planejamento e Ordenamento Territorial	752	1.505	1.505	3.762
		2 – Capacitação de Pessoal para o Planejamento e Ordenamento Territorial	172	345	345	862
	<i>Total do Programa</i>			924	1.850	1.850
<i>Total do Agrupamento</i>			283.678	522.424	563.939	1.370.041

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

É importante assinalar que a Região conta com dois programas especiais de estímulos, que podem representar fontes adicionais de recursos para implementação de projetos: o Programa de Redução das Desigualdades Regionais, em elaboração pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, para financiamento do Bird; e o Programa Grande Fronteira do Mercosul, do Ministério de Integração Regional.

Os programas e projetos serão delineados na seqüência, numa programação que registra, para cada um, justificativas, escopo, metas, órgãos intervenientes, recursos necessários e fontes de recursos, delineando um Plano Regional articulado e funcional à programação orçamentária.

ESTRATÉGIA 1 – FORTALECIMENTO INDUSTRIAL NOS PÓLOS URBANOS

O eixo formado pelas cidades de Erechim, Getúlio Vargas, Passo Fundo e Carazinho concentra as atividades industriais e agroindustriais, com destaque para os produtos de origem animal, máquinas e implementos agrícolas e alimentos, mas também transportes, calçados, móveis, metalúrgicos, rações e têxtil. Esse eixo deve ser fortalecido, de modo a tornar suas atividades dominantes crescentemente competitivas, ao mesmo tempo que se promova a distribuição desse desenvolvimento às “periferias” dos COREDES Médio Alto Uruguaí, Nordeste e Alto da Serra do Botucaraí, onde estão os centros urbanos de Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Soledade e Frederico Westphalen, que devem ser fortalecidos. Assim, os programas e projetos deste agrupamento se inserem na estratégia estadual de fortalecimento das cidades médias gaúchas que, nesta Região, foram selecionadas segundo o **Quadro 3.4.3**.

Quadro 3.4.3 – Cidades médias a Fortalecer na RF9

Médio Alto Uruguaí	Frederico Westphalen
Norte	Erechim e Getúlio Vargas
Nordeste	Lagoa Vermelha
Produção	Carazinho; Passo Fundo; Palmeira das Missões
Alto Serra do Botucaraí	Soledade

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Esse fortalecimento e apoio à Região exige ações multissetoriais voltadas à dinamização e inovação industrial dos centros urbanos principais e à integração física entre esses espaços, permitindo a circulação interna de cargas (especialmente grãos e maçã) e pessoas rumo a serviços mais próximos e a mercados externos. São necessárias ações integradas e concomitantes no âmbito de estímulos econômicos, infra-estruturas, desenvolvimento e capacitação tecnológica e dinamização dos pólos urbano-industriais. O conjunto de programas e projetos, registrado na **Tabela 3.4.11**, é especificado na seqüência.

Tabela 3.4.11 – Programas e Projetos do Agrupamento de Fortalecimento Industrial Pólos Urbanos - RF9 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Subpro-grama	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
1 – Fortalecimento Industrial dos Pólos Urbanos (Cont.)	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos a Segmentos Promissores	123.740	243.603	193.205	560.548	
			2 – Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	99.305	198.610	198.610	496.525	
			3 – Inteligência Competitiva	781	1.511	1.511	3.803	
			4 – Suporte ao Empreendedor	3.330	8.000	9.600	20.930	
			5 – Apoio à Exportação	240	360	-	600	
			6 – Eficiência Coletiva – Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo	885	1.155	1.155	3.194	
	<i>Total do Programa</i>			<i>228.281</i>	<i>453.239</i>	<i>404.081</i>	<i>1.085.600</i>	
	2 – Implementação de Infra-Estruturas	1 – Transportes		1 – Melhoria de Acessos a Mercados e Exportações	-	705.690	1.036.140	1.741.830
				2 – Integração de Fronteiras	22.920	1.360	45.750	70.030
				3 – Eixos de Integração Inter-Regional	36.666	60.752	116.292	213.710
				4 – Eixos de Integração Regional Internos	95.990	-	165.740	261.730
		2 – Energia		1 – Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão	51.000	26.000	6.000	83.000
				2 – Melhoria das Condições Operacionais do Suprimento	-	-	-	-
				3 – Fomento à Produção de Bioenergia	25.000	-	-	25.000
		3 – Telecomunicações		1 – Suprimento Regional de Redes de Transmissão de Dados de Alta Velocidade	-	-	-	-
				<i>Total do Programa</i>			<i>231.576</i>	<i>793.802</i>

Tabela 3.4.11 – Programas e Projetos do Agrupamento Fortalecimento Industrial Pólos Urbanos - RF9 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Subprogrma	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
(Cont.) 1 – Fortalecimento Industrial dos Pólos Urbanos	3 – Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial		1 – Pesquisas em Processos Industriais	8.300	20.000	24.000	52.300	
			2 – Capacitação Técnica Continuada	1.017	2.033	2.033	5.083	
			3 – Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas	2.440	4.880	4.880	12.200	
			4 – Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	962	1.924	1.924	4.810	
			5 – Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação	193	386	386	965	
	<i>Total do Programa</i>			12.912	29.223	33.223	75.358	
	4 – Fortalecimento dos Centros Urbano-Industriais	1 – Dinamização de Serviços de Âmbito Regional		1 – Plataformas Terrestres	-	900	-	900
				2 – Apoio à Implantação de Áreas Industriais	16.000	32.000	32.000	80.000
				3 – Inclusão na Sociedade de Informações (wi-fi)	-	51	-	51
		2 – Inclusão Social		1 – Fortalecimento da Educação				
				a) Avaliação de Desempenho	8	17	16	41
				b) Escola de Tempo Integral	3.614	13.217	15.335	32.166
				c) Atendimento à Demanda por Ensino Básico	64.054	98.475	146.147	308.675
				2 – Fortalecimento no Atendimento em Saúde				
				a) Construção de Leitos	631	3.281	5.673	9.585
				b) Expansão do Programa Saúde da Família	1.104	3.072	2.016	6.192
				3 – Melhoria e Suprimento Habitacional				
				a) Construção de Novos Domicílios Urbanos	11.041	22.083	22.083	55.207
				b) Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	295	1.182	-	1.477
		c) Substituição de Moradias Subnormais	1.206	2.402	2.402	6.010		
		4 – Combate à Pobreza						
		a) Renda Básica	14.278	28.556	28.556	71.390		
		3 – Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana		1 – Coleta de Esgotos	17.008	25.315	21.093	63.416
				2 – Tratamento e Destinação de Esgotos	4.033	10.083	6.050	20.166
				3 – Tratamento e Destinação de Resíduos Domiciliares e Industriais Não Perigosos	1.325	3.312	1.987	6.624
	<i>Total do Programa</i>			134.598	243.946	283.357	661.900	
	<i>Total do Agrupamento</i>			607.067	1.520.210	2.090.582	4.218.158	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativas: Manutenção e atração industrial em segmentos industriais com vantagens comparativas especializadas na Região: produtos de origem animal e vegetal, máquinas e equipamentos agrícolas, material elétrico-eletrônico (incluindo informática e microtecnologia), material de transportes, químico, couro e calçados, madeira, papel e gráfica.

Quadro 3.4.4 – Segmentos Promissores (RF9)

Setores promissores: especialização e vantagens competitivas (Norte e Produção)
– Máquinas/equipamentos agrícolas
– Material de transportes
– Abate/Preparação de carnes
– Leite/laticínios
– Indústrias alimentares
– Maçã (Nordeste) - <i>benchmark</i>
Segmentos especializados com menor competitividade
– Soja e milho
– Suínos
Setores com menor especialização mas potenciais
– Papel/Gráfica
– Eletro-eletrônicos
– Químico
– Cana-de-Açúcar, cevada, trigo (<i>benchmark</i>)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Quadro 3.4.5 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Fortalecimento Industrial dos Pólos Urbanos (RF9)

Programa	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos a Segmentos Promissores	Continuidade do Fundopem com políticas de incentivos voltadas a esses segmentos com vantagens comparativas especializadas. Implantação de novas linhas de incentivos. Os COREDEs Médio Alto Uruguai, Norte, Nordeste e Alto da Serra do Botucaraí estão inseridos no G-14 (grupo selecionado como menos favorecido no Estado para receber recursos do Programa de Combate às Desigualdades Regionais, em negociação pela SCP com o Bird. Abertura de novas linhas de incentivos pelo Programa Grande Fronteira Mercosul, do MIN, também voltado ao desenvolvimento de áreas deprimidas, que abrange todos os COREDEs da Região (exceção de um município do Alto da Serra do Botucaraí)	Adotar critério de participação no total estadual de 9,6% (ver Plano Estadual, Estratégia 1, Programa 1, Projeto 1). Direcionar 15,4% dos recursos do Programa de Combate às Desigualdades Regionais à Região (proporcionalidade populacional no G-14); Abrir linhas de incentivo a esses segmentos no Programa Grande Fronteira Mercosul	Sedai, SCP, MIN e COREDEs	Fruições do Fundopem com dotações orçamentárias específicas, retorno dos financiamentos concedidos, Programa de Redução das Desigualdades Regionais (Bird), e, eventualmente, Programa Grande Fronteira Mercosul MIN
Direcionamento de Linhas de Crédito	Reforço das linhas de crédito existentes ou criação de linhas especiais para os segmentos promissores, nos bancos de financiamento, redirecionando percentuais maiores necessários ao seu desenvolvimento	Adotar critério de participação no total de recursos de financiamento estadual de 14% (Plano Estadual, Estratégia 1, Programa 1 Projeto 3)	SCP, Sedai, BNDES, BRDE e Caixa RS	Bancos financiadores
Inteligência Competitiva – Apoio ao APL Pré-Colheita	Viabilização de centro de informações competitivas do APL Pré-Colheita de grãos e aves e suínos (prospecção de mercados para comercialização, banco de dados, cenários externos)	Abrir três células de inteligência competitiva: APL Pré-Colheita, grãos e aves e suínos	Sedai, SCP, Sebrae, Caixa RS, UPF, URI, Uergs, agências de desenvolvimento e iniciativa privada	Caixa RS, Sedai, SCP, Sebrae e iniciativa privada. Os recursos para a implantação e manutenção das células de vigília deveriam ter como fontes 70% do Estado e 30% de contrapartida local
Suporte ao Empreendedor	Integração e fortalecimento da atuação de universidades (URI, UPF e Uergs) com agências de desenvolvimento e o Sebrae na estruturação de banco de dados para um balcão de projetos e apoio ao empreendedorismo, como suporte à continuidade do atendimento pelo Sebrae de orientações à abertura de pequenas e médias empresas. Realização de projetos e gestão em modelagem de negócios. Implantação de unidades da rede de incubadoras e parques tecnológicos do Estado. Apoio a estruturação da central de compras do APL Pré-Colheita. Capacitação para o empreendedorismo	Realizar 70 cursos, implantar 70 projetos de novos negócios e 25 centros (incubadoras, centrais de compras, parque tecnológico) em 10 anos	Sedai, SCP, URI Sebrae, Unijuí, Uergs e agências de desenvolvimento. A gestão do programa deveria ser da Sedai, em parceria com o Sebrae responsável pelo desenvolvimento e capacitação dos empreendedores)	Orçamento do Estado através da Sedai e Caixa RS
Apoio às Exportações	Implementação de uma célula regional de um sistema estadual de apoio a projetos de exportação em sua fase de estudo, concepção e implementação. Esse sistema estadual deverá ter especialistas e tratar de questões como contratos de vendas, planos de negócios e planos comerciais, financiamentos e contratos de câmbio, logística, marca e promoção, pontos-de-venda e canais de distribuição, legislação de mercado consumidor. As células regionais fariam a ponte entre captação de necessidades locais e a entidade estadual viabilizaria alternativas de exportações regionais	Implantar, até 2007, célula regional do sistema estadual de apoio às exportações, articulada aos principais produtores, cooperativas e associações da Região	Sedai e iniciativa privada	Orçamento estadual e iniciativa privada
Eficiência Coletiva	O principal objetivo desse projeto é incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações coletivas que atuem na eficientização da Região e setores econômicos estratégicos, aumentando sua capacidade competitiva	Atuar prioritariamente no segmento de pré-colheita, onde os pequenos produtores constituem a maioria das empresas. Nesse arranjo, distribuído por Passo Fundo, Carazinho e Marau, das 38 empresas, 31 têm até 49 empregados (82%). Formar cooperativas de compras de insumos, buscar mercados e inovações para ampliar receitas e diminuir a dependência de empresas-mãe	Sedai, Sebrae e Caixa RS	Orçamento estadual, Sebrae, Caixa RS e iniciativa privada

PROGRAMA 2 – IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

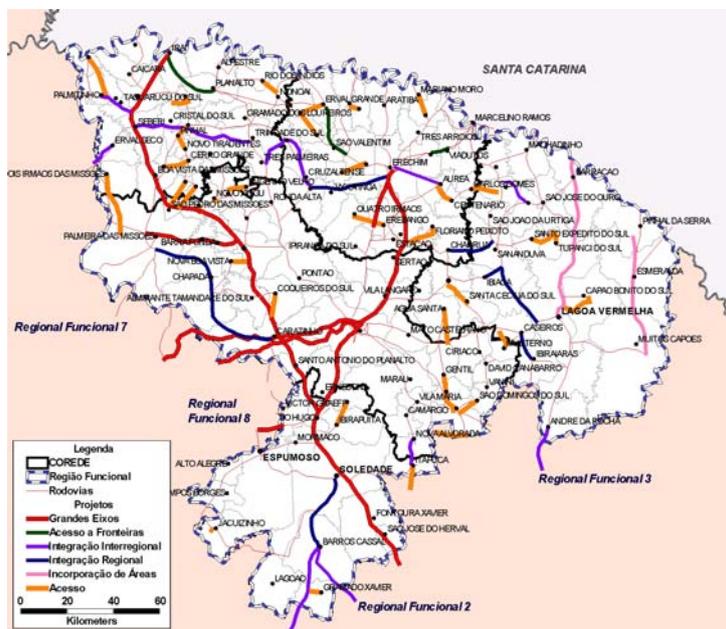
Justificativa: A Região, por sua grande inserção produtiva nas exportações para o Mercosul, outros Estados brasileiros e outros países, especialmente em grãos e máquinas agrícolas, necessita de melhorias de acessibilidade que barateiem os custos de transportes, tornando suas produções mais competitivas. Também ligações inter-regionais e internas ampliam a acessibilidade regional, propiciando maiores oportunidades de trocas e escoamentos.

Por outro lado, há deficiências de energia e de telecomunicações, que restringem as produções industriais e sua comercialização.

SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES:

As propostas de intervenções em transportes para a Região são visualizadas na **Figura 3.4.34**, que engloba iniciativas de diferentes ênfases: desde eixos de conexões com outros países, Estados e o Rio Grande do Sul, passando por integrações regionais e acessos locais a municípios.

Figura 3.4.34 – Intervenções em Transportes na RF 9



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROJETO 1 – MELHORIA DE ACESSOS A MERCADOS E EXPORTAÇÕES

São os grandes eixos regionais de acesso à Argentina – Mercosul, à RMPA, ao Porto de Rio Grande e a Santa Catarina. Todos exigem intervenções que extrapolam a Região, já que se constituem em eixos estaduais.

Tabela 3.15.12 – Eixos Principais de Escoamento e Exportações RF 9 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG004	RA009	RS-135	2 para 4 faixas de tráfego no trecho Erechim e Passo Fundo	80	538,56	100	538,56
AG004	RA101	BR-386 3/6	2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre Lajeado e Soledade	86,3	289,57	48,67	140,93
AG004	RA110*	RS-569	2 para 3 faixas entre Palmeira das Missões e BR-386	35,21	49,01	100	49,01
AG004	RA119	BR-153 2/4	2 para 4 faixas entre Passo Fundo e Tio Hugo	50,2	196,38	100	196,38
AG004	RA129	BR-386 5/6	2 para 4 faixas entre Soledade e Carazinho	65,9	257,80	100	257,80
AG004	RA130	BR-386 6/6	2 para 3 faixas entre Carazinho e Frederico Westphalen	155,75	581,96	100	581,96
AG004	RA141*	RS-223	2 para 3 faixas entre Cruz Alta e RS-142	92,86	25,10	97,85	24,56
AG010	RA111*	BR-285 2/4	2 para 3 faixas Passo Fundo e Carazinho	34,91	136,57	100	136,57
AG010	RA135*	BR-285 3/4	2 para 3 faixas entre Carazinho e BR-158	79,28	310,14	26,49	82,15
AG015	FR003	Linha Ferroviária Cruz Alta – Passo Fundo	Substituição de trilhos perfil TR-37 por TR-45	194	52,00	50,40	26,20

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

* Intervenção a ser realizada após 2015

PROJETO 2 – INTEGRAÇÃO DE FRONTEIRAS

Tratam-se de eixos que melhoram as conexões da Região com Santa Catarina.

Tabela 3.4.13 – Integração de Fronteiras: Santa Catarina (RF 9)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG004	RP036	RS-324 ¼	2 faixas de tráfego no trecho entre Irai e Planalto	26,95	21	100	21
AG022	RP107	BR-480 ½	2 faixas entre Erechim e São Valentim	12,2	45,75	100	45,75
AG022	RR110	RS-331	2 faixas entre Gaurama e Viadutos	8,42	1,36	100	1,36
AG022	RR112	BR-480 2/2	2 faixas entre Erval Grande e São Valentim	11,88	1,92	100	1,92

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROJETO 3 – INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL

Trata-se de implantar um eixo concêntrico ao norte, desde a Região 7, atravessando todos os COREDEs da Região 9 e chegando à Região 3, como integração inter-regional da área, conectando os principais eixos urbanos, desde Três de Maio (Região 7), passando por Frederico Westphalen, Erechim e Lagoa Vermelha, onde já há conexão com Vacaria, na Região 3. A formação desse eixo aproveita trechos já asfaltados, recuperando-os e conectando-os com o asfaltamento de trechos onde há apenas vicinais.

Tabela 3.4.14 – Eixos de Integração Inter-Regional – RF 9 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG011	RP003*	BR-471 2/5	2 faixas de tráfego no trecho entre Barros Cassal e Herveiras	54	44	100	44
AG011	RP004	BR-471 3/5	2 faixas entre Herveiras e Vera Cruz	37	30,00	21,62	6,49
AG022	RP103	RS-585	2 faixas entre Erval Seco e Linha Progresso	13,9	17,10	100	17,10
AG022	RP104	RS-587 ½	2 faixas entre Rodeio Bonito e Trindade do Sul	28,14	31,95	100	31,95
AG022	RP106*	EN-009	2 faixas entre Trindade do Sul e Entre Rios do Sul	14,6	14,24	100	14,24
AG022	RR113	RS-587 2/2	2 faixas entre Seberi e Rodeio Bonito	25,35	4,11	100	4,11
AG022	RR114	BR-472 3/5	2 faixas entre Palmitinho e BR-158	13,43	2,18	100	2,18
AG032	RP019	Acesso rodoviário André da Rocha	2 faixas entre André da Rocha e Nova Prata	15,74	13,1	11,39	1,50
AG038	RP045	Acesso Entre Rios do Sul****	2 faixas entre Entre Rios do Sul e Cruzaltense	20,4	10,19	100	10,19
AG038	RP142	Acesso Carlos Gomes***	trecho entre Carlos Gomes e RS-126	14,78	6,80	100	6,80
AG038	RP143	Acesso Centenário**	trecho entre Centenário e entr. VRS-802 (Áurea)	8,15	4,60	100	4,60
AG038	RP148	Acesso Cruzaltense**	trecho entre Cruzaltense e Campinas do Sul	5,2	3,14	100	3,14
AG038	RP164	Acesso Itapuca**	trecho entre Itapuca e entr. Com RS-332	12,9	4,91	100	4,91
AG038	RP225	RS-132	trecho entre Nova Alvorada e Itapuca	10,2	12,5	100	12,5
NA		RS-211	2 faixas entre Erechim e Áurea	24	29,52	100	29,52
NA		Vicinal	2 faixas entre RS-126 e Cacique Doble	20	24,60	100	24,60
NA		RS-470	2 faixas entre André da Rocha e BR-285	44,0	54,12	100	54,12

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

* Intervenção a ser realizada após 2015

** Prioridade 1 do Daer

*** Prioridade 3 do Daer

**** Prioridade 4 do Daer



Com Viabilidade Econômica pelo Componente 2

Identificados como Necessários pelo Componente 1

PROJETO 4 – INTEGRAÇÃO REGIONAL INTERNA

São as vias que interconectam trechos existentes, ampliando a acessibilidade interna da região.

Tabela 3.4.15 – Eixos de Integração Regional (RF9)

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG004	RP123	RS-330	2 faixas de tráfego no trecho entre Palmeira das Missões e Carazinho	71,26	87,65	100	87,65
AG011	RA118	BR-471 1/5	2 para 3 faixas entre Soledade e Barros Cassal	33,77	132,11	100	132,11
AG022	RP227	RS-475	trecho entre Sananduva e Charrua	22,9	28,2	100	28,2
AG022	RR107	RS-126 1/2	2 faixas entre Caseiros e Ibiraiaras	13,38	2,17	100	2,17
AG022	RR108	RS-487	2 faixas entre Ibiaçá e São Gregório	9,27	1,50	100	1,50
AG022	RR109	RS-126 2/2	2 faixas entre São Gregório e BR-285	28,81	4,67	100	4,67
AG022	RR111	RS-111	2 faixas entre Campina do Sul e Erechim	33,53	5,43	100	5,43

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

SUBPROGRAMA DE ENERGIA

PROJETO 1 – RESOLUÇÃO DOS GARGALOS NAS LINHAS DE TRANSMISSÃO

Escopo: Resolução dos gargalos existentes em Erechim e Passo Fundo, seja pela instalação de novas subestações e linhas entre essas cidades, seja pela troca de condutores para capacidades acima dos atuais 69kV. Também são previstas soluções para outros gargalos que tendem a ocorrer pelo aumento das demandas até 2015, dimensionados de acordo com o que aponta o Plano Indicativo de Expansão de Transmissão da Região Sul.

Metas: Operação com carregamento adequado não excedendo faixa de segurança.

Órgãos Intervinentes: Concessionárias de energia elétrica do Estado, Semc e Aneel

Recursos necessários: Estimados recursos da ordem de R\$ 29,3 milhões entre 2008 e 2015 para a resolução dos gargalos existentes, já inclusos no valor de R\$ 83 milhões em 10 anos, determinado para o plano de expansão (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Energia, no Volume 1).

Fontes de recursos: No que tange à expansão de redes de transmissão na faixa citada de tensão (entre 69 e 138kV), pertencem às concessões de distribuição, que trabalham sob supervisão da Aneel. Assim, o governo estadual não tem meios para interferência direta, mas poderá agir via acordos com concessionárias e, no caso específico da Ceee, dada a participação majoritária do governo no controle da empresa, conformar alguma ação. Considera-se, assim, o investimento, em sua totalidade, como de responsabilidade da concessionária atuante na Região em que se localiza a linha, sendo o governo estadual um agente indireto no projeto.

PROJETO 2 – MELHORIA OPERACIONAL DAS REDES DE TRANSMISSÃO ENERGÉTICAS

Escopo: Na Região, os COREDES Médio Alto Uruguai, Norte, Nordeste e Alto da Serra do Botucarái estão operando fora dos padrões exigidos pela Aneel.

Metas: Manter o DEC e FEC (duração e frequência de falhas) dentro dos padrões máximos da Aneel. O projeto está estimado para ser executado no período 2008-2011, dada a necessidade de detalhamento técnico da obra e busca por recursos para sua execução.

Recursos: Concessionárias.

Órgãos Intervinentes: Concessionárias de energia elétrica, Ceee, Semc, Aneel, Agergs

Fontes de recursos: Os eventuais investimentos em equipamentos seriam feitos pelas concessionárias, na medida de suas necessidades internas, estando fora do escopo governamental. No âmbito da esfera estadual, os investimentos, como descrito acima, não são de natureza de aporte de capital, mas sim de realocação de recursos humanos e demanda de tempo.

PROJETO 3 – FOMENTO À PRODUÇÃO DE BIOENERGIA

Escopo: A legislação federal recomenda o uso de até 2% de biodiesel em mistura com o diesel de petróleo até 2007, passando a ser obrigatório a partir de 2008 a 2013 (o que está sendo revisto, podendo a obrigatoriedade ser antecipada) e obrigatório o uso de 5% de biodiesel em mistura ao diesel de petróleo a partir de 2013. Em máquinas agrícolas, esse percentual de mistura pode aumentar até 30%, o que sinaliza uma demanda grande e contínua futura para esse produto na Região e outras Regiões, considerando ser ela a primeira produtora de oleaginosas (soja) no Estado.

Metas: Já está assegurada a implantação de uma unidade de produção de biodiesel na região (SBSBIO – Passo Fundo).

Órgãos intervenientes: Sedai, Semc e SAA.

Recursos: R\$ 25 milhões até 2007.

Fontes de recursos: BNDES e bancos financiadores estaduais.

SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

PROJETO 1 – IMPLEMENTAÇÃO DE REDE DE TRANSMISSÃO DE DADOS DE ALTA CAPACIDADE DE USO COMERCIAL NA REGIÃO

Escopo: Formação de arcabouço institucional estadual que incentive o desenvolvimento e implementação de redes de transmissão de dados de alta velocidade, através de regulamentação de práticas de mercado, centralização de informações e consolidação de equipe de acompanhamento (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Telecomunicações – Projeto 1).

Metas: Formação do comitê de gerenciamento de recursos até 2007 e consolidação do arcabouço institucional até 2011.

Órgãos Intervenientes: RNP (além da AsRNP e Rede Tchê), MCT, MEC, Semc e empresas atuantes em setores de infra-estrutura.

Recursos necessários: Projeto de natureza político-institucional, sem dispêndios previstos de capital.

Tabela 3.4.16 – Recursos para o Programa 2 – RF9 (R\$ Mil)

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
Transportes				
1 – Melhoria de Acessos a Mercados e Exportações	-	705.690	1.036.140	1.741.830
2 – Integração de Fronteiras	22.920	1.360	45.750	70.030
3 – Eixos de Integração Inter-regional	36.666	60.752	116.292	213.710
4 – Eixos de Integração Regional Internos	95.990	-	165.740	261.730
Energia				
1 – Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão	51.000	26.000	6.000	83.000
2 – Melhoria das Condições Operacionais do Suprimento	-	-	-	-
3 – Fomento à Produção de Bioenergia	25.000	-	-	25.000
Telecomunicações				
1 – Suprimento Regional de Redes de Transmissão de Dados de Alta Velocidade	-	-	-	-
Total	231.576	793.802	1.369.922	2.395.300

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPRESARIAL

Justificativa: A manutenção e instalação de indústrias no Estado depende, cada vez mais, da incorporação contínua de inovações e processos que tornem seus produtos diferenciados e competitivos. Assim, os segmentos promissores na Região devem estar em contínua renovação, o que requer pesquisas nesses segmentos.

Por outro lado, os recursos humanos envolvidos nessas produções continuamente inovadas, necessitam também capacitações que as acompanhem.

Também a proteção da produção intelectual, especialmente de pequenos e médios empresários

característicos na Região, necessita ser reconhecida nacional e internacionalmente como forma de valor. No momento em que se está propugnando um melhor posicionamento das empresas gaúchas nas respectivas cadeias de valor, a questão da construção de marcas aparece com toda importância. A adequada proteção do conhecimento gerado e aplicado em inovações de processo e produto, por meio do patenteamento, pode trazer maior segurança a essas empresas, principalmente aquelas que atuam em mercados internacionalizados que, muitas vezes, não dispõem de recursos para registrar suas invenções em todos os países-chave, acabando por tornar sua patente nacional extremamente vulnerável.

Quadro 3.4.6 – Projetos do Programa Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial (RF 9)

Programa	Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Pesquisas em Processos Industriais	Implantação de Unidade de Pesquisa Experimental para máquinas e equipamentos agrícolas – Centro de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo	Estima-se que serão necessários 150 projetos de pesquisa na Região, nos próximos 10 anos, sendo 30 até 2007 e 60 nos períodos quadrienais subseqüentes até 2015. Para investimentos anuais de R\$ 4,2 mil, os benefícios de retornos estão estimados em R\$ 36,9 mil até 2015	Fapergs, Cientec, Ceitec, Fepagro e Sedai (Pólos Tecnológicos), além dos centros e universidades regionais	SCT, Fapergs, Universidades e iniciativa privada
Capacitação Técnica Continuada	Incremento de programas de capacitação profissional, especialmente para os produtos de origem animal e vegetal, máquinas e equipamentos agrícolas, material elétrico-eletrônico (incluindo informática e microtecnologia), material de transportes, químico, couro e calçados, madeira, papel e gráfica. Propõe-se, para isso, a criação de Sistema Técnico-Universitário Progressivo, inserindo escolas técnicas e Uergs. Essa proposta se somaria às alternativas existentes de capacitação ofertadas seja pelo Senai ou universidades regionais	Capacitar cerca de 7,33 mil alunos sendo 1,4 mil até 2007; e 2,9 mil nos períodos quadrienais subseqüentes até 2015. Para investimentos R\$ 508 mil/ano haverá retornos estimados de R\$ 1,56 milhão até 2007; de R\$ 3,75 milhões entre 2008 e 2011; e de R\$ 4,5 milhões entre 2012 e 2015	SEC, abrangendo as escolas técnicas estaduais e a Uergs, SAA e SCT, Sebrae, Senai, UPF, URI e os dois Pólos de Modernização Tecnológica regionais	SEC, Senai e universidades
Difusão de Informações Tecnológicas	Fortalecimento de sistema de informações aos segmentos industriais promissores segundo potenciais de mercados, em centros de informações em rede, espalhados pelos 134 municípios, em parceria com órgãos de pesquisa	Operar os centros de informação nas 134 sedes municipais com este sistema de informação	Sedai, Sebrae, Fiergs, cooperativas setoriais, universidades e centros de pesquisas	Sedai, Fiergs, Sebrae e universidades
Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	Apoio aos processos de registros de marcas e patentes de produtos, processos, marcas regionais para micro e pequenas empresas e associações representativas das cadeias produtivas regionais	Implementar cerca de 40 marcas e patentes por ano. Estimativas indicam que a cada investimento anual de R\$ 203 mil em patentes na Região, os retornos situam-se em até R\$ 1,8 milhão até 2015	Sedai, SCT, Senai, ICTs, escolas técnicas e associações empresariais	SCT – Fapergs
Certificação de Qualidade e Apoio à Inovações	Realização de ações de difusão da qualidade e da importância da inovação para o crescimento sustentável das empresas. Fortalecimento dos procedimentos para obtenção de certificação de qualidade especialmente em máquinas agrícolas, transportes, processamento de carnes	Realizar um evento de anual na Região e divulgar os casos de sucesso via Internet, em portal específico	PGQP e Sedai	Orçamento do Estado e ABDI

PROGRAMA 4 – FORTALECIMENTO DOS CENTROS URBANO-INDUSTRIAIS

Dinamização dos centros urbanos principais do eixo Erechim, Passo Fundo e Carazinho, assim como os pólos urbanos de Soledade, Frederico Westphalen, Lagoa Vermelha e Palmeira das Missões, fortalecendo seus atendimentos em serviços de apoio produtivo e socioambientais, de modo a prover qualidade nos recursos humanos para a industrialização e padrões urbanos atrativos.

Justificativa: Proporcionar, nos centros urbano-industriais principais com maiores chances de recepção industrial, formas de:

- ◆ Dinamizar esses centros por meio de serviços associados a infra-estruturas continentais e centros regionais de consolidação e distribuição de cargas, como plataformas terrestres ou centros multimodais (rodoferroviários), que consolidem cargas e as distribuam no espaço gaúcho, utilizando-se dos modais disponíveis na Região.

- ◆ Prover áreas industriais que atraiam atividades industriais.

- ◆ Fortalecer as condições sócio-urbano-ambientais desses centros, recuperando passivos sociais e ambientais, assim como suprindo serviços sociais e ambientais para novas demandas emergentes até 2015, de modo a capacitar a população e imprimir condições atrativas à localização industrial.

- ◆ Inserir as populações urbanas na sociedade de informação.

Assim, serão necessárias ações concomitantes em investimentos urbanos, educação (capacitação), em saúde, saneamento básico e habitação (atendimento de padrões urbano-sanitários de qualidade), combate à pobreza, informação e conhecimento e recuperação ambiental.

Quadro 3.4.7 – Projetos do Subprograma Dinamização de Serviços de Âmbito Regional (RF9)

Programa	Fortalecimento dos Centros Urbano-Industriais			
Subprograma	Dinamização de Serviços de Âmbito Regional			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Plataformas Terrestres	Dinamização do comércio e serviços de âmbito regional nos centros urbanos principais do eixo Erechim-Passo Fundo-Carazinho e pólos regionais, associados a infra-estruturas de centros regionais de distribuição e captação de cargas. Plataforma Logística Tipo I, em Passo Fundo, como centro de serviços de médio porte. Centro junto a rodovias de grande circulação, com serviços de apoio a transportadoras, motoristas e veículos, capacidade para agregar agentes para a formação de uma central de fretes e/ou atendimento de cargas perigosas	Instalar a Plataforma Logística em Passo Fundo até 2011		
Apoio à Implantação de Áreas Industriais	Implantação de distritos industriais nos pólos principais regionais. Já estão em planejamento, desde 2000, com apoio da Sedai, as áreas industriais nas cidades de Getúlio Vargas e Lagoa Vermelha e está em fase de seleção de áreas a cidade de Passo Fundo, três dos centros principais da Região	Implantar e/ou ampliar áreas e/ou distritos industriais em Getúlio Vargas, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Carazinho, Erechim, Frederico Westphalen, Soledade e Palmeira das Missões	Sedai e prefeituras	Sedai e prefeituras
Inserção na Sociedade de Informações	Implantação de redes <i>wi-fi</i> em Passo Fundo		Metroplan e Procergs	Orçamento estadual e PPPs

Quadro 3.4.8 – Projetos do Subprograma Inclusão Social da Estratégia Fortalecimento Industrial dos Pólos Urbanos (RF 9)

Programa	Compensação Social e Ambiental			
Subprograma	Inclusão social			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento da Educação	Avaliação bianual de todos os alunos da rede pública nos dois níveis de ensino nesses centros urbanos	Ensino Fundamental: 3.112 alunos até 2007; 6.164 até 2011 e 5.826 até 2015. Ensino médio: 1.155 alunos até 2007; 2.251 até 2011 e 2.164 até 2015	SEC e secretarias municipais de educação	SEC
Escola de Tempo Integral	Inclusão, até 2015, de 50% da população de 7 a 14 anos em tempo integral na escola	14,5 mil alunos até 2007; 26,4 mil até 2011; e 30,7 mil até 2015	SEC e secretarias municipais de educação	
Atendimento na Educação Básica	Inclusão de 100% de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos na Educação Fundamental. Inclusão de 100% da população de 15 a 17 anos no ensino médio	Fundamental: 62,2 mil alunos até 2007; 61,1 mil até 2011; 57,3 mil até 2015. Médio: 18,5 mil alunos até 2007; 17,9 mil alunos até 2011; e 17,1 mil até 2015	SEC e secretarias municipais de educação	SEC e prefeituras
Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Construção de Leitos	Provimento, até 2015, do número de leitos compatíveis com as metas de supressão do déficit existente, de acordo com as recomendações da OMS	Construir 72 leitos até 2015	SUS, SES e secretarias municipais de saúde	SES e SUS
Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Expansão do PSF	Atendimento de 80% da população urbana por ações básicas de saúde familiar	Criar 23 grupos de saúde familiar até 2007; 32 grupos até 2011; e 21 grupos até 2015	SUS, SES e secretarias municipais de saúde	SUS e SES
Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Moradias	Redução do déficit habitacional urbano e construção de novas moradias para acompanhar o crescimento populacional	801 mil moradias até 2007; 1,6 mil até 2011; e 1,6 mil até 2015	Sehadur e prefeituras	
Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Banheiros	Construção de unidade sanitária nas moradias	Construir 503 unidades sanitárias até 2011	Sehadur	Sehadur
Melhoria e Suprimento Habitacional – Substituição de Moradias Subnormais	Substituição de moradias subnormais existentes em Erechim, Passo Fundo e Palmeira das Missões	Construir 88 moradias até 2007; 174 até 2011; e 287 até 2015	Sehadur e prefeituras	Sehadur e prefeituras
Combate à Pobreza	Complementação da renda das pessoas situadas abaixo da linha de indigência com recursos necessários para atingir o piso de rendimento de um salário mínimo	9,9 mil pessoas até 2015		

Quadro 3.4.9 – Projetos do Subprograma Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana (RF 9)

Programa:	Compensação Social e Ambiental			
Subprograma:	Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Coleta de Esgotos Domiciliares e Industriais	Redução de 40% do déficit apurado para os pólos urbanos até 2015 e ligações adicionais em função do crescimento populacional	6,8 mil domicílios até 2007; 10,1 mil até 2011; e 8,4 mil até 2015	Corsan e órgãos municipais de saneamento	Pro-saneamento, Prosanear e empréstimos externos
Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais	Tratamento e destinação de esgotos e resíduos domiciliares e industriais em Erechim, Passo Fundo e Carazinho, maiores cidades da Região	Atender aos esgotos coletados de todos os domicílios urbanos dessas cidades	Sops, Corsan, Sema e prefeituras	Pró-Saneamento – Prosanear e financiamentos externos
Tratamento e Destinação de Resíduos Domiciliares e Industriais Não-perigosos	Coleta e destinação de resíduos domiciliares e industriais não-perigosos nas cidades de Erechim, Passo Fundo e Carazinho	Tratar os esgotos coletados em 100% dos domicílios das três cidades	Sops, Corsan, Sema e prefeituras	Prosanear, financiamentos externos, Programa de Ação Social em Saneamento (PASS/BID) e projetos de MDL

ESTRATÉGIA 2 – FORTALECIMENTO AGROINDUSTRIAL DOS PEQUENOS PRODUTORES

Objetiva incentivar maior produtividade e rentabilidade para os cultivos agropecuários e a manutenção e criação de pequenas produções agroindustriais que agreguem valor às produções agropecuárias regionais. O conjunto de programas e projetos está na **Tabela 3.4.17**.

Tabela 3.4.17 – Programas e Projetos do Agrupamento Fortalecimento Agroindustrial do Pequeno Produtor – RF9 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Subprograma	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
2 – Fortalecimento Agroindustrial dos Pequenos Produtores	1 – Estímulos Econômicos		1 – Incentivos a Pequenas Indústrias	Incluídos no Agrupamento 1				
			2 – Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada a Financiamentos Agropecuários	321.561	1.115.472	1.744.535	3.181.568	
			3 – Eficiência Coletiva	Incluídos no Agrupamento 1				
			<i>Total do Programa</i>	321.561	1.115.472	1.744.535	3.181.568	
	2 – Capitalização do Potencial Ambiental			1 – Fortalecimento do Controle e Defesa Agropecuária	6.814	17.035	10.221	34.070
				2 – Criação / Fortalecimento de Viveiros	120	180	60	360
				3 – Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	792	1.980	1.188	3.960
				4 – Incentivos à Produção Agroecológica	2.767	6.918	4.151	13.836
				<i>Total do Programa</i>	10.493	26.113	15.620	52.226
	3 – Implementação de Infra-Estruturas	1 – Transportes		1 – Acessos Asfaltados Municipais	79.530	34.740	118.650	232.920
				<i>Total do Programa</i>	79.530	34.740	118.650	232.920
		2 – Energia		1 – Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)	39.300	-	-	39.300
				2 – Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	4.800	4.000	-	8.800
		3 – Telecomunicações		1 – Universalização da Telefonia Rural	3.900	9.900	-	13.800
				2 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)	6.700	-	-	6.700
	<i>Total do Programa</i>	134.230	48.640	118.650	301.520			
	4 – Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica/Empresarial			1 – Desenvolvimento de Pesquisas Agropecuárias	Incluídos no Agrupamento 1			
				2 – Desenvolvimento de Capacitação Técnica e Gerencial				
				3 – Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas				
				<i>Total do Programa</i>				
5 – Recuperação Ambiental			1 – Melhorias Tecnológicas para a Destinação de Dejetos de Origem Animal	3.596	8.990	5.394	17.980	
			2 – Restauração de Matas Ciliares	900	2.250	1.350	4.500	
			<i>Total do Programa</i>	4.496	11.240	6.744	22.480	
<i>Total do Agrupamento</i>				470.780	1.201.465	1.885.549	3.557.794	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativa: Os pequenos produtores têm baixa capacidade de investimentos para reconversão ou melhorias de processos e produtos em suas propriedades, exigindo esforços de incentivos e créditos que os apoiem nas tarefas de ampliação dos valores da produção agrícola e maior produtividade. Também as escalas dessas produções são pequenas, o que compromete a sua viabilidade em termos de aquisição de insumos e facilidades de busca de mercados e comercialização. A associação de produtores é essencial para a busca de escalas eficientes.

Quadro 3.4.10 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Fortalecimento Agroindustrial dos Pequenos Produtores

Programa:	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Política de Incentivos a Pequenas Indústrias	O processamento de produtos agropecuários pelos pequenos produtores regionais requer incentivos especiais, promovendo o associativismo e cooperativismo nessas produções, por meio de linhas de crédito especiais. Política de incentivos a associações, cooperativas e produtores, nos segmentos de alimentos, aves e suínos; leite e laticínios; cadeia da erva-mate; e cadeia de base florestal	Aumentar o processamento do leite em 20%, passando para uma participação estadual de 15%. Aumentar o processamento de alimentos em 20%, passando para uma participação estadual entre 30% (aves e suínos) e 14% (frutas e conservas)	Sedai e SCP	SCP – Bird e Banrisul
Assistência Técnica Acoplada ao Financiamento Rural – Extensão Rural	Estímulos à produção de frutas (melancia, melão, pêssego, caqui, tomate, maçã, cítricos), além da erva-mate, alho e batata-inglesa. Em maçã (Nordeste), erva-mate (Norte), goiaba e noz (Médio Alto Uruguai), a Região é <i>benchmark</i> estadual e nacional, como também em trigo (Nordeste), aveia e centeio (Norte). Estímulos à silvicultura como estratégia de reflorestamento de áreas sensíveis, especialmente junto às barrancas do Rio Uruguai	Ampliar em 20% o valor de financiamentos agropecuários na Região (de R\$ 8,9 mil para R\$ 10,7 mil anuais), com base na exigência de plano de manejo emitido pela Emater. Ampliar a assistência técnica da Emater para prover ao menos uma visita anual às 106 mil propriedades de até 50 ha.	Emater e bancos estaduais	Bancos financiadores e Emater
Eficiência Coletiva – Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo	Implementação de instrumentos jurídicos que permitam que associações e cooperativas obtenham financiamentos e créditos sem que sejam perdidos benefícios de aposentadorias rurais	Apoiar três projetos coletivos por ano em cada um dos cinco COREDES	SCP, Sedai, Emater e Caixa RS	SCP, Sedai, Emater, Caixa RS e iniciativa privada

PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativa: Constituem-se no conjunto de projetos destinados a ampliar o potencial de aproveitamento e controle dos recursos ambientais da Região. Objetivam, de um lado, o controle do ingresso de pragas e doenças quarentenárias definidas em instrumentos legais específicos e estabelecer procedimentos e normas para comercialização de produtos agropecuários necessários ao controle dessas pragas, de modo ágil e eficiente à comercialização da produção regional. De outro lado, objetivam viabilizar o suprimento de mudas de frutas que viabilize a ampliação da produção desses produtos com espécies adequadas regionalmente. E, por fim, incentivar sistemas de captação e armazenamento de águas pluviais que regularizem o suprimento de água para animais de pequeno porte, dominantes na região, superando períodos de escassez.

Quadro 3.4.11 – Projetos do Programa Capitalização Do Potencial Ambiental da Estratégia Fortalecimento Agroindustrial dos Pequenos Produtores (RF9)

Programa:	Capitalização do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Fortalecimento do Controle e Defesa Agropecuária	Fortalecimento da defesa agropecuária nas fronteiras e do controle agropecuário entre municípios		SAA, Emater, Anvisa, SES e prefeituras	Fesa e Feasp- (constam no PPA 2004/2007)
Criação/fortalecimento de Viveiros de Frutas	Criação e/ou fortalecimento de viveiros de frutas adequadas, em associação com pesquisas de novos cultivares aptos à Região (uva, cítricos, manga, abacaxi, pêra, mamão, noz)	Criar e/ou fortalecer seis viveiros de frutas	Grac, SAA, Embrapa e Emater	Profruta
Captação e Armazenamento de Águas Pluviais	Implementação de sistema de captações de águas pluviais, em cacimbas, que regularizem o abastecimento agropecuário regional em épocas de estiagens		SAA, Sema, Sops, Fepam e Emater	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura, Fundo de Recursos Hídricos

Programa:	Capitalização do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos à Produção Agroecológica	Fomentar a criação de uma produção agroecológica menos impactante ao ambiente e de maior valor comercial. A dominância de pequenos produtores e os incentivos a culturas de maior valor agregado podem ser concomitantes a esse tipo de produção, que encontram preços melhores. Embora o mercado regional seja pequeno e de pouco poder aquisitivo para essa produção, a exportação poderá ser incentivada, especialmente dos hortifrúteis de menor perecibilidade, como legumes, tubérculos e frutas	Alcançar cerca de 5% dos produtores regionais (cerca de 3.000)	Sema, Fepam e Emater	Programa Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental e ProdetaB

PROGRAMA 3 – IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Justificativa: A possibilidade dos pequenos produtores de acessar novas produções e mercados para comercializar seus excedentes depende de redes capilares na Região, de suprimento energético, telefonia e acessos por transportes, em todos os municípios.

SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES

PROJETO 1 – ACESSOS ASFALTADOS MUNICIPAIS

Escopo e recursos: Integração intra-regional com a implantação de acessos asfaltados às sedes de 43 municípios:

♦ Cinco no Alto da Serra do Botucaraí: Gramado Xavier, Itapuca, Lagoão, Nicolau Vergueiro e Jacuizinho.

♦ Onze no Médio Alto Uruguai: Ametista do Sul, Cerro Grande, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Novo Tiradentes, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Rio dos Índios, Sagrada Família, Lajeado do Bugre e Gramado dos Loureiros.

♦ Sete sedes no Nordeste: Água Santa, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Pinhal da Serra, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul e Tupanci do Sul.

♦ Onze no Norte: Barra do Rio Azul, Benjamim Constant do Sul, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Itatiba do Sul, Ponte Preta, Mariano Moro e Quatro Irmãos.

♦ Nove no Produção: Coqueiros do Sul, Gentil, Muliterno, Nova Boa Vista, Santo Antônio da Palma, São Domingo do Sul, São Pedro das Missões, São José das Missões e Novo Xingu.

Tabela 3.4.18 – Acessos Capilares a Municípios – RF 9 (R\$ Milhões)

AGR	Código	Projeto	Descrição (trecho entre)	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF	Prioridade
AG038	RP129	Acesso rodoviário Água Santa	Água Santa e BR285	15,1	3,00	100	3,00	1
AG038	RP130	Acesso Ametista do Sul	Ametista do Sul e RS324 (planalto)	7,8	3,96	100	3,96	1
AG038	RP133	Acesso Barra do Rio Azul	Barra do Rio Azul e RS-S/137 (Itatiba do Sul)	6,3	4,24	100	4,24	1
AG038	RP146	Acesso Coqueiros do Sul	Coqueiros do Sul e entrada BR386	8	5,4	100	5,4	1
AG038	RP153	Acesso Engenho Velho	Engenho Velho e entrada RS500 (Constantina)	8,8	3,79	100	3,79	1
AG038	RP159	Acesso Gentil	Gentil e Santo Antônio da Palma	7,94	4,27	100	4,27	1
AG038	RP160	Acesso Gramado dos Loureiros	Gramado dos Loureiros e RS324	3	1,95	100	1,95	1
AG038	RP161	Acesso Gramado Xavier	Gramado Xavier e entr. RST471 (in pte. Arroio Simões)	7,94	6,46	100	6,46	1
AG038	RP168	Acesso Jacuizinho	Jacuizinho e VRS317	5,72	3,2	100	3,2	1
AG038	RP171	Acesso Lajeado do Bugre	Lajeado do Bugre e RS235 (Cerro Grande – BR386)	4,21	2,35	100	2,35	1
AG038	RP174	Acesso Mariano Moro	Mariana Moro e Severiano de Almeida	8	2,44	100	2,44	1

AGR	Código	Projeto	Descrição (trecho entre)	Extensão (Km)	Valor Total (RS MM)	% na RF	Valor na RF	Prioridade
AG038	RP175	Acesso Mariano Moro	Mariana Moro e Severiano de Almeida (lote 2)	7	4,98	100	4,98	1
AG038	RP179	Acesso Nova Boa Vista	Nova Boa Vista e entr. BR386	9,8	4,31	100	4,31	1
AG038	RP183	Acesso Novo Tiradentes	Novo Tiradentes e Pinhal	8,2	4,59	100	4,59	1
AG038	RP184	Acesso Novo Xingu	Novo Xingu e RS500	6,77	3,12	100	3,12	1
AG038	RP192	Acesso Rio dos Índios	Rio dos Índios e entr. RS406	8	4,52	100	4,52	1
AG038	RP193	Acesso Sagrada Família	Sagrada Família e entr. BR386	5,6	3,13	100	3,13	1
AG038	RP195	Acesso rodoviário Santo Antonio do Palma	Santo Antonio e RS324	6,57	3,88	100	3,88	1
AG038	RP196	Acesso Santo Expedito do Sul	Santo Expedito do Sul e RS343	10,16	5,17	100	5,17	1
AG038	RP198	Acesso São José das Missões	São José das Missões e BR386	3	1,37	100	1,37	1
AG038	RP202	Acesso São Pedro das Missões	São Pedro das Missões e entr. BR386	6	3,4	100	3,4	1
AG038	RP033	Acesso rodoviário Lagoão	2 faixas de tráfego no Segredo e Lagoão	27,5	16,64	100	16,64	2
AG038	RP134	Acesso rodoviário Benjamin Constant do Sul	Benjamin Constant do Sul e Faxinalzinho	8,3	8,43	100	8,43	2
AG038	RP186	Acesso Pinheirinhos do Vale	Pinheirinhos do Vale e Santa Terezinha	18,41	9,67	100	9,67	2
AG038	RP156	Acesso Floriano Peixoto	Floriano Peixoto e entr. RS475	13,02	6,27	100	6,27	3
AG038	RP178	Acesso Muliterno	Muliterno e entr. BR285	13,47	5,42	100	5,42	3
AG038	RP188	Acesso rodoviário Ponte Preta	Ponte Preta e entr. BR480 (B. Cotegipe)	13,3	7,47	100	7,47	3
AG038	RP194	Acesso Santa Cecília do Sul	Santa Cecília e Tapejara	14,4	5,99	100	5,99	3
AG038	RP209	Acesso Tupanci do Sul	Tupanci do Sul e São José do Ouro	18,32	6,58	100	6,58	3
AG038	RP144	Acesso Cerro Grande	Cerro Grande e entrada BR386	17	8,8	100	8,8	4
AG038	RP149	Acesso Dois Irmãos das Missões	Dois Irmãos das Missões e BR468	17,87	8,47	100	8,47	4
AG038	RP155	Acesso Faxinalzinho	Faxinalzinho e entrada RST480	9	8,43	100	8,43	4
AG038	RP166	Acesso Itatiba do Sul	Itatiba do Sul e entrada BR480	27,7	18,43	100	18,43	4
AG038	RP191	Acesso Quatro Irmãos	Quatro Irmãos e Erebangó	17,28	10,79	100	10,79	4
AG038	RP216	Acesso Nicolau Vergueiro	Nicolau Vergueiro e Ibirapuitã	12	11,7	100	11,7	4
AG038	RP217	Acesso Pinhal	Rodeio Bonito e Pinhal	10	8,25	100	8,25	4
AG038	RP222	Acesso São Domingos do Sul	São Domingos de Sul e RS324	9,8	12,05	100	12,05	4

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

SUBPROGRAMA DE ENERGIA

PROJETO 1 – UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO RURAL – LUZ PARA TODOS

Escopo: Universalizar o acesso à energia elétrica no meio rural, como alternativa de modernização da produção agropecuária e melhoria das condições de vida, pela expansão de programas de financiamento de linhas de distribuição, a longo prazo ou a fundo perdido, aproveitando e incentivando as cooperativas existentes.

Metas: 100% de eletrificação nos domicílios rurais da Região.

Órgãos Intervenientes: Comitê Gestor Estadual de Universalização (CGEUs): integrado pelo MME, agência reguladora estadual, distribuidoras de energia elétrica, governo estadual, prefeituras e representantes da sociedade civil.

Recursos Necessários: Recursos de R\$ 39,3 milhões até 2007 (ver Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Energia – Projeto 3).

Fonte de recursos: O investimento para o programa Luz para Todos é dividido da seguinte maneira: 50% dos recursos aportados pelo governo federal, utilizando a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), a fundo perdido; 20% dos recursos aportados pelo governo estadual; 15% dos recursos aportados pelas concessionárias de energia; 15% dos recursos aportados pelo governo Federal via Reserva Global de Reversão para as concessionárias, financiados a taxas de 5% a.a. com carência de dois anos.

PROJETO 2 – MELHORIA DO ATENDIMENTO ENERGÉTICO RURAL – ENERGIA FORTE

Escopo: O programa Energia Forte tem como objetivo elevar a produção rural através de projetos de reforço de redes de energia elétrica que possibilitem a ligação de máquinas agrícolas nas propriedades rurais que, hoje, não sejam atendidas por estruturas que o permitam.

Metas: O programa Energia Forte segue os mesmos cronogramas, na medida em que as ligações trifásicas vão sendo efetuadas/convertidas conforme avança o programa Luz para Todos.

Órgãos Intervenientes: Semc e prefeituras (responsáveis por cadastrar e definir a localização das obras)

Recursos Necessários: Estimados em R\$ 8,8 milhões em 10 anos (ver Plano Estadual Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de Energia – Projeto 3)

Fonte de recursos: governo estadual

SUBPROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES

PROJETO 1 – UNIVERSALIZAÇÃO DA TELEFONIA RURAL

Escopo: Universalizar o acesso à telefonia fixa ou móvel rural, como forma de inserir os produtores em sistemas de informação e conhecimento que modernizem processos agropecuários e ampliem as alternativas de comercialização, por meio de financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido.

Metas: Universalizar o atendimento por telefonia rural que atualmente atinge apenas 46,3% dos municípios e 15,5% da população rural da Região.

Órgãos Intervenientes: Semc, Anatel, Ministério das Comunicações, empresas operadoras de telefonia celular do Estado. Já em relação ao Telefone no Campo, as instituições intervenientes são Semc e prefeituras (responsáveis por cadastrar e definir a localização das obras)

Recursos Necessários: Estão estimados recursos de R\$ 13,8 milhões (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de telecomunicações).

Fonte de recursos: Os investimentos iniciais para os estudos da ampliação da rede de telefonia móvel devem ser de responsabilidade do governo estadual, centralizados na Semc. Já em relação à ampliação da rede, após os estudos, financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido, com aporte significativo dos governos estadual e federal serão necessários. Em termos do projeto Telefone no Campo, o investimento será feito pelo governo estadual.

PROJETO 2 – FORTALECIMENTO DE CENTROS DE INFORMAÇÃO (INFRA-ESTRUTURAS INFORMATIZADAS)

Escopo: Fortalecer a rede de centros de informações informatizadas nas sedes dos municípios da Região, como forma de promover a inserção de produtores rurais na sociedade de informações, em parceria com Emater e cooperativas.

Metas: Centros de informação nos 134 municípios da Região.

Órgãos Intervenientes: Semc, com eventual participação da SAA e/ou do Grac, envolvidos na melhoria das condições do ambiente produtivo rural do Estado. A Emater, que já possui alguns centros desta natureza instalados, também deve ser integrada ao projeto.

Recursos Necessários: Estima-se investimentos de R\$ 6,7 milhões até 2007 (ver Plano Estadual – Estratégia 1 – Programa 2 – Subprograma de telecomunicações).

Fonte de recursos: O investimento deve ser do governo estadual, com algum aporte eventual de prefeituras. Recursos do governo federal, sobretudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, poderiam ser aportados.

Tabela 3.4.19 – Recursos para o Programa 3 – RF 9 (R\$ Mil)

Projetos	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
Transportes				
1 – Acessos Asfaltados Municipais	79.530	34.740	118.650	232.920
Energia				
1 – Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)	39.300	-	-	39.300
2 – Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	4.800	4.000	-	8.800
Telecomunicações				
1 – Universalização da Telefonia Rural	3.900	9.900	-	13.800
2 – Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-estrutura Informatizada)	6.700	-	-	6.700
Total	134.230	48.640	118.650	301.520

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 4 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPRESARIAL

Justificativa: A necessidade dos pequenos produtores se voltarem a produções de maior valor e produtividades, como pressuposto para a viabilidade dessa economia, exige pesquisas contínuas em cultivares adequadas à Região, assim como difusão ágil dessas pesquisas a eles, revertendo situações menos rentáveis. Por outro lado, a baixa rentabilidade das pequenas produções requer capacidade gerencial que diminua custos, de modo a ganhar retornos mais expressivos.

Quadro 3.4.12 – projetos do Programa Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial da Estratégia Fortalecimento Agroindustrial dos Pequenos Produtores (RF9)

Programa: Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Desenvolvimento de Pesquisas Agropecuárias	Planejamento estratégico dos investimentos em pesquisa, que permeie as instituições de apoio científico e tecnológico na Região, como Fapergs, Pólos Tecnológicos, Cientec, Fepagro, entre outras, além das universidades regionais, buscando evitar a pulverização dos recursos e concentrar pesquisas em segmentos agropecuários promissores. Além disso, agilizar os tempos de desenvolvimento de pesquisas de novos cultivares, visando à competitividade rural. Pesquisa em novos cultivares de frutas (cítricos, pêssego, manga, abacaxi, pêra, mamão, além da batata-doce, mandioca e amendoim); Projetos Cooperativos Regionais, visando à solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores promissores, contemplando a adaptação/aclimatação de cultivares à Região (ver Projeto Estadual)	Incluídas nas 150 pesquisas em 10 anos previstas no Agrupamento anterior	Fepagro, Fapergs, SCT e universidades	Fepagro, Fapergs, SCT e universidades
Desenvolvimento de Capacitação Técnica e Gerencial	Aproveitamento das escolas técnicas regionais para criação do Sistema Técnico-Universitário Progressivo, que fornecesse capacitação gerencial agropecuária	Capacitar cerca de 10% dos 106 mil pequenos proprietários	Escolas técnicas, Emater e Senar	SEC, Emater e Senar.
Fortalecimento do Sistema de Difusão de Informações Tecnológicas	Fortalecimento do sistema de informações aos produtores rurais de plantios segundo potenciais de mercados e sistema de informações de melhores práticas agrícolas e industriais, em centros de informações em rede, nas 59 sedes municipais da Região, em parceria com Emater e órgãos de pesquisa	Operação dos centros de informação nos 134 municípios com este sistema de informação	Emater e Sedai	Fapergs, SAA e Sedai

PROGRAMA 5 – RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Justificativa: A crescente produtividade de suínos, especialmente em pequenas propriedades rurais, aumentou as quantidades de dejetos, que vêm causando poluição das águas, solos e odores. Essa produção, importante na Região e no Estado, vem conquistando mercados externos (cerca de 51% da produção regional de carnes é exportada) e, crescentemente, serão exigidos padrões sanitários e ambientais de manejo, que requisitarão uma destinação adequada desses rejeitos. A escassez de água, que vem se tornando rotina na Região, também causa problemas de suprimento para as atividades agropecuárias familiares dominantes, o que requer medidas de

captação e reservas em épocas de chuvas para os períodos de estiagem. Outro problema ambiental refere-se ao desmatamento das várzeas de rios, utilizadas para plantios, que causam problemas de erosões, além de assoreamentos e enchentes a jusante, eliminando a diversidade biológica que protege as culturas contra pragas. A recuperação das matas ciliares, especialmente nas encostas do Rio Uruguai, onde são maiores as erosões, é, também medida de defesa agrícola.

Quadro 3.4.13 – Projetos do Programa Recuperação Ambiental da Estratégia Fortalecimento Agroindustrial dos Pequenos Produtores (RF9)

Programa:	Recuperação Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Manejo de Dejetos de Origem Animal	O projeto objetiva a implantação e acompanhamento de programas de melhorias tecnológicas em sistemas de destinação de dejetos animais e incentivo a reciclagem	Desenvolver cursos e treinamentos para capacitação de suinocultores e avicultores em técnicas sustentáveis, adotando práticas de manejo e instalação de equipamentos para transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes (adubo)	SAA e Sema	Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II
Estímulos à Restauração de Matas Ciliares	O Programa de Restauração de Mata Ciliar no Estado destina-se a restaurar a vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em Bacias Hidrográficas. Os recursos para este projeto derivam das implantações de grandes empreendimentos nas bacias hidrográficas. Plantio de mata ciliar ao longo dos principais cursos d'água e termo de compromisso com o empreendedor. Monitoramento e fiscalização	Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das cerca de cinco bacias hidrográficas que ocorrem na Região	Sema/Defap, Fepam, SAA e Emater	Recursos de reposição florestal, previstos por legislação específica quanto a compensações pela implantação de grandes empreendimentos no Estado

ESTRATÉGIA 3 – FORTALECIMENTO COMPETITIVO DE CULTURAS EMPRESARIAIS

As perdas de safras que vêm ocorrendo com mais frequência, assim como a competitividade com o Centro-Oeste, estão requisitando medidas de regularização da oferta de águas de forma a evitar perdas e ampliar produtividades. Esta estratégia, fundamental para a consolidação da produção agrícola e emergência de agroindústrias, que contarão com ofertas mais constantes, deverá ser incentivada por meio de ações integradas e concomitantes no âmbito de estímulos econômicos, infra-estruturas/meio ambiente e desenvolvimento e capacitação tecnológica. O conjunto de programas e projetos está especificado na **Tabela 3.4.20** e descrito na seqüência.

Tabela 3.4.20 – Programas e Projetos do Agrupamento Fortalecimento das Culturas Empresariais – RF9 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
3 – Fortalecimento Competitivo de Culturas Empresariais	1 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos à Diversificação Agrícola				Incluídos no Agrupamento 1	
		2 – Estímulos Creditícios para Irrigação					
	<i>Total do Programa</i>			-	-	-	-
	2 – Capitalização do Potencial Ambiental	1 – Implantação de Reservatórios para Irrigação	29.344	73.360	44.016	146.720	
		2 – Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água	315	788	473	1.576	
	<i>Total do Programa</i>			29.659	74.148	44.489	148.296
	3 – Suprimento de Infra-estruturas de Apoio	1 – Melhoria em Armazenamento	-	467.310	-	467.310	
		2 – Eixos de Incorporação de Áreas Produtivas	61.138	122.276	122.276	305.690	
	<i>Total do Programa</i>			61.138	589.586	122.276	773.000
	4 – Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica		1 – Pesquisas em Cultivares Irrigados				Incluídos no Agrupamento 1
2 – Pesquisas em Métodos de Irrigação							
3 – Capacitação Técnica em Agronegócios e Trading							
<i>Total do Programa</i>			-	-	-	-	
5 – Recuperação Ambiental		1 – Manejo Adequado de Agroquímicos	4.828	12.071	7.243	24.142	
		2 – Restauração de Matas Ciliares	Incluídos no Agrupamento 2				
<i>Total do Programa</i>			4.828	12.071	7.243	24.142	
<i>Total do Agrupamento</i>			95.625	675.805	174.008	945.438	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativa: As culturas empresariais de soja, milho e trigo na Região são responsáveis pela primeira produção do Estado e por valores de produção que contribuem de forma decisiva no PIB e renda regional. O futuro dessas culturas, assim como a consolidação e surgimento de agroindústrias ligadas a elas, que aumentem o valor agregado regional, dependem do aumento da produtividade e da oferta firme anual desses produtos, superando as grandes perdas por estiagens que hoje se verificam. Assim, são necessárias medidas que auxiliem nessa ampliação da produção, ligadas à irrigação e pesquisas associadas, a par de outras que diversifiquem essas culturas regionais, aproveitando potenciais edafo-climáticos para culturas apropriadas, como cana-de-açúcar e linho, que são *benchmarks* em produtividades na Região.

Por outro lado, a expansão dessas culturas pressiona os recursos ambientais a proteger, como áreas protegidas, áreas com recursos de biomas importantes e áreas indígenas, que requerem proteção. Além do mais, o uso de mecanização intensiva, irrigação e agroquímicos nessas culturas contribui para a contaminação do Aquífero Guarani, reserva de água subterrânea importante não só para o Estado, como para o país e continente sul-americano. Portanto, a par de ações que consolidem essas culturas são necessárias medidas que preservam condições ambientais e que auxiliem na maior produtividade dessas culturas, ao preservar a biodiversidade que combate pragas.

Quadro 3.4.14 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Fortalecimento Competitivo das Culturas Empresariais (RF 9)

Programa:	Estímulos econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos à Diversificação Agrícola	Estímulos à diversificação da produção agrícola empresarial nos COREDEs menos desenvolvidos do Médio Alto Uruguai, Nordeste e Alto da Serra do Botucarái (trigo, aveia e centeio, que são <i>benchmarks</i> estaduais e nacionais)	Ampliar a produção desses produtos em 20% alcançando no trigo uma participação estadual de 47% e, na cevada, de 77%	SAA, Emater, Embrapa e Sedai	Sedai e bancos financiadores
Estímulos de Créditos para Irrigação	Incentivos e linhas de crédito para irrigação deverão ser implementados somente após a construção de reservatórios, de modo a não ampliar a escassez de recursos hídricos. Prevê-se que somente após 2011 eles deveriam se iniciar, nas bacias onde os reservatórios sejam progressivamente construídos	Abrir linhas de incentivos à irrigação à medida que os reservatórios de acumulação sejam implantados	Bancos financiadores	Bancos financiadores

PROGRAMA 2 – CAPITALIZAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Justificativa: As perdas de safras pela escassez hídrica, assim como a menor produtividade frente ao Centro-Oeste brasileiro, exigem uma forte atuação no controle, captação e distribuição dos recursos hídricos na Região, como forma de ampliar e estabilizar produções de soja e milho.

Quadro 3.4.15 – Projetos do Programa Capitalização do Potencial Ambiental da Estratégia Fortalecimento Competitivo de Culturas Empresariais (RF 9)

Programa:	Programa Capitalização do Potencial Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Implantação de Reservatórios	Implantação de sistema de reservatórios/poços para regularizar abastecimento agrícola e viabilizar irrigação	Implantar reservatórios para irrigação nas áreas prioritárias para cultivos de soja e milho	Sema, Sops e SAA	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura
Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso das Águas	A escassez de águas na Região, assim como a eventual construção de reservatórios exigirão um monitoramento das vazões disponíveis nas bacias, assim como o gerenciamento e outorga do uso dessas vazões pelos proprietários, especialmente para os grandes plantadores de soja e milho, que vão exigir a disponibilização de maiores volumes	Implementar a rede de monitoramento e o sistema de controle e outorga do uso das águas em três bacias da região até 2007, anteriormente à construção de reservatórios	Sema/DRH, SAA, Sops e Comitês de Bacias	Fundo de Recursos Hídricos

PROGRAMA 3 – SUPRIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO

Justificativa: As vias multimodais que garantem o escoamento de produções regionais já estão previstas no Agrupamento 1. As necessidades de energia e telecomunicações capilares estão previstas no Agrupamento 3. Há necessidade apenas de ampliação de capacidade de armazenagem para abrigar o aumento de produção de grãos estimado.

Quadro 3.4.16 – Projetos do Programa Suprimento de Infra-estruturas de Apoio da Estratégia Fortalecimento Competitivo das Culturas Empresariais (RF 9)

Programa:	Suprimento de Infra-estruturas de Apoio			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Upgrade em Armazenagem	Melhoria na capacidade de armazenagem regional em 2.386,9 mil toneladas			Iniciativa privada
Eixos de Incorporação de Áreas Produtivas	Grande áreas a leste da Região, no COREDE Nordeste, não contam como eixos de transportes que possibilitem o escoamento de produções. Este fator deixa grandes áreas fora do mercado tanto de grãos como de outras culturas propícias na região, especialmente a maçã			

Tabela 3.4.21 – Eixos de Incorporação de Áreas Produtivas – RF 9

AGR	Código	Projeto	Descrição	Extensão (Km)	Valor Total (R\$ MM)	% na RF	Valor na RF
AG038	RP038	Acesso rodoviário Pinhal da Serra*	2 faixas entre Pinhal da Serra e Esmeralda	23,39	12,72	100	12,72
AG038	RP048	Acesso Esmeralda	2 faixas entre Esmeralda e BR-285	39,03	15,00	100	15,00
AG038	RP139	Acesso Capão Bonito do Sul*	trecho entre Capão Bonito do Sul e Lagoa Vermelha (BR285)	17,98	9,47	100	9,47
NA	RP011	BR-470 ½	2 faixas entre a divisa dos Estados SC/RS–Barracão e acesso a Capão Bonito do Sul	71,61	268,5	100	268,50

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 4 – DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA

Justificativa: As culturas irrigadas exigirão novos cultivares adequados a esses plantios, assim como métodos de irrigação que se adequem às condições topográficas e edafoclimáticas regionais, ambos exigindo pesquisas específicas regionais.

Quadro 3.4.17 – Projetos do Programa Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica da Estratégia Fortalecimento Competitivo de Culturas Empresariais (RF 9)

Programa:	Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Pesquisas em Cultivares Irrigados	Pesquisas e divulgação de cultivares de grãos (soja e milho) adequados a áreas irrigadas	Solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores promissores da Região contemplando a adaptação/aclimatação de cultivares irrigados	Fapergs, Cientec, Ceitec, Fepagro, Sedai, Embrapa	SCT – Fapergs e Embrapa
Pesquisas em Métodos de Irrigação	Pesquisa e divulgação de técnicas de irrigação adequadas à topografia regional	Solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores promissores, prevenido a adaptação/aclimatação de sistemas de irrigação	Fapergs, Cientec, Ceitec, Fepagro, Sedai, Embrapa	SCT – Fapergs e Embrapa
Capacitação Técnica em Agronegócios e Trading	O aumento de produção e produtividade de grãos na Região vai exigir um sistema de escoamento a mercados potenciais que rapidamente coloque os produtos a preços maiores. Haverá necessidade de capacitação de pessoal para prospectar mercados e realizar negócios externos que tragam vantagens às culturas empresariais	Implementar no mínimo três cursos de agronegócios e <i>trading</i> nas universidades ou escolas técnicas da Região	Universidades, Escolas técnicas	Universidades e SEC

PROGRAMA 5 – RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Justificativa: A ampliação de culturas empresariais, em função da maior confiabilidade da produção e aumento da produtividade com a irrigação, tenderá a se expandir no território, causando dois tipos de impactos:

- ♦ Ampliação do consumo indiscriminado de agroquímicos, ampliando poluição hídrica e dos solos.
- ♦ Ocupação de áreas de várzeas e áreas de remanescentes de vegetação natural, já escassas, diminuindo a biodiversidade que auxilia no combate a pragas.

Quadro 3.4.18 – Projetos do Programa Recuperação Ambiental da Estratégia Fortalecimento Competitivo de Culturas Empresariais (RF 9)

Programa: Compensação Recuperação Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Manejo Adequado de Agroquímicos	Visa à redução do uso de agroquímicos em todas as culturas, em especial nas mecanizadas de soja, milho, trigo e arroz, seguidas da fruticultura, através da capacitação de produtores para o cultivo de produtos satisfatórios ao mercado e com menos danos ao meio ambiente. Implementar o controle e a fiscalização das atividades agrícolas que exijam forte demanda de agroquímicos para o cultivo. Treinar agricultores para o uso correto de agroquímicos. Capacitar técnicos e responsáveis técnicos, com ênfase na legislação específica. Fiscalizar o cumprimento das normas que instituem o receituário agrônomo no controle e uso de agroquímicos. Desenvolver pesquisas visando ao desenvolvimento de manejo de pragas e doenças	Criar cursos anuais de capacitação para técnicos e continuados de capacitação para produtores; Contratar estudos específicos para demandas identificadas a respeito do controle de pragas e doenças com redução ou eliminação do uso de agroquímicos; Adquirir equipamentos de informática, veículos, máquinas digitais e GPS para fiscalização do comércio e uso de agroquímicos (SAA/DPV e Sema/Fepam)	SAA, Emater, Sema	Programa Agricultura familiar no contexto do desenvolvimento local sustentável, Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental e Prodeta
Estímulos à Restauração de Matas Ciliares	O Programa de Restauração de Mata Ciliar no Estado destina-se a restaurar a vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em Bacias Hidrográficas. Os recursos derivam das implantações de grandes empreendimentos nas bacias hidrográficas. Plantio de mata ciliar ao longo dos principais cursos d'água da bacia hidrográfica. Termo de compromisso com empreendedor. Negociação com o agricultor, monitoramento e fiscalização	Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das cinco bacias hidrográficas que ocorrem na Região	Sema/Defap, Fepam, SAA, Emater	Recursos de reposição florestal previstas por legislação quanto a compensações pela implantação de grandes empreendimentos no Estado

ESTRATÉGIA 4 – ESTÍMULO A ATIVIDADES EMERGENTES EM ÁREAS POUCO DINÂMICAS: TURISMO

A “Rota das Terras”, organizada em torno da Barragem do Passo Real, está incipiente e altamente fragmentada pelos vários circuitos propostos de fraca atratividade (circuito de energia, da lagoa, das flores, Cruz Alta, Panambi, gastronômico), onde todos os municípios querem contar com propostas. A consolidação dessa rota turística de âmbito regional exige a criação de novo apelo turístico centrado na barragem e seu potencial de lazer e esportes, alterando a “Rota das Terras”, pouco atrativa. O turismo regional, também contando com termas hídricas, declinantes, certamente se restringirá apenas a demandas de âmbito regional do entorno, podendo, no entanto, constituir-se em alternativa econômica para pequenos empresários.

Tabela 3.4.22 – Agrupamento de Estímulos a Atividades Emergentes: Turismo – RF 9 (R\$ Mil)

Agrupamento	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
4 – Estímulo a Atividades Emergentes em Áreas Pouco Dinâmicas: Turismo	1 – Estímulos Econômicos	1 – Estímulo à Piscicultura e Atividades Hoteleiras e de Alimentação	Incluídos no Agrupamento 1				
	<i>Total do Programa</i>			-	-	-	-
	2 – Estruturação Turística da Região	1 – Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Regional		1.500	-	-	1.500
		2 – Estruturação do Turismo Regional		1.000	2.000	-	3.000
	<i>Total do Programa</i>			2.500	2.000	-	4.500
	3 – Melhorias Viárias e Sinalização	1 – Melhorias Viárias		Incluídos no Agrupamento 2			
		<i>Total do Programa</i>			-	-	-
	4 – Capacitação em Turismo	1 – Capacitação de Recursos Humanos		Incluídos no Agrupamento 1			
		<i>Total do Programa</i>			-	-	-
	4 – Estímulo a Atividades Emergentes em Áreas Pouco Dinâmicas: Turismo (cont.)	5 – Organização Territorial e Ambiental	1 – Planos Diretores	2.500	-	-	2.500
2 – Saneamento Básico			-	2.000	-	2.000	
<i>Total do Programa</i>			2.500	2.000	-	4.500	
<i>Total do Agrupamento</i>			5.000	4.000	-	9.000	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativa: A ampliação da atividade turística na Região, tanto nos reservatórios como nas termas hídricas, requer incentivos e créditos às atividades de hotelaria e alimentação, que viabilizem acomodações de qualidade às demandas potenciais. Também por se constituir em atividade de pequena expressão, os empreendedores serão pequenos, requerendo apoio à sua atuação.

Quadro 3.4.19 – Projeto do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Estímulo a Atividades Emergentes Pouco Dinâmicas: Turismo (RF 9)

Programa:	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Estímulo à Piscicultura e Atividades Hoteleiras e de Alimentação	Incentivos à piscicultura nas Barragens do Passo Real, Itá e Machadinho, promovendo a pesca como atratividade regional. Ampliar a capacidade hoteleira e de alimentação, provendo o aumento do turismo de lazer ou negócios, já que a Região apresenta a terceira posição no Estado, em empresas de alojamento e alimentação e respectivo pessoal ocupado	Empresas de alojamento e alimentação em 2015: 9.287. Pessoal ocupado no setor em 2015: 14.079	SAA e Setur	Bancos financiadores

PROGRAMA 2 – ESTRUTURAÇÃO TURÍSTICA DA REGIÃO

Justificativa: A atividade turística requer o estabelecimento de rotas mais promissoras, com os atrativos mapeados, assim como guias indicativos, sinalizações e postos de informações que auxiliem as demandas desses serviços. Um plano diretor que possa se constituir na base dessa estruturação será o primeiro passo para a viabilização deste Agrupamento.

Quadro 3.4.20 – Projetos do Programa Estruturação Turística da Região (RF 9)

Programa: Estruturação Turística da Região				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Regional	Desenvolver plano turístico que identifique atrações e infra-estruturas de apoio	Desenvolver o Plano	Setur e Sedai	Orçamento estadual e prefeituras
Estruturação do Turismo Regional	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável como pré-requisito para obtenção de financiamentos internacionais; Roteirização turística (elaboração de roteiros que serão transformados em pacotes por operadoras). Elaboração de guia turístico regional, com os atrativos das rotas e as estruturas de apoio e hospedagem; Instalação de postos de informação turística; Sinalização turística	Plano, roteirização, guias, postos de informação e sinalização instalados	Setur	Orçamento estadual e prefeituras

PROGRAMA 3 – MELHORIAS VIÁRIAS E SINALIZAÇÃO

Justificativa: A atividade turística só é possível com a viabilização de acessos aos principais atrativos, no caso, as barragens e termas hídras.

Quadro 3.4.21 – Projetos do Programa Melhorias Viárias e Sinalização (RF 9)

Programa: Melhorias Viárias e Sinalização				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Melhorias Viárias	Implementação de acesso asfaltado a Fortaleza dos Valos. Implementação da RS-491, de integração com a Região 2. Melhoria de estradas vicinais de acesso às margens da barragem de Passo Real	Asfaltar vias	Daer	Previstos no agrupamento 1 e 2 (Integração inter-regional e acessos capilares a municípios)

PROGRAMA 4 – CAPACITAÇÃO EM TURISMO

Justificativa: Um dos fatores para a atração turística é a existência de recursos humanos capacitados, que auxiliem os turistas em seus roteiros quanto a informações de atrativos, guias, recepcionistas, hospedagem e alimentação, o que requer formação técnica contínua.

Quadro 3.4.22 – Projeto do Programa Capacitação em Turismo (RF 9)

Programa: Capacitação em Turismo				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação de Recursos Humanos	Capacitação de pessoas para atendimento de turistas (recepcionistas, taxistas, guias, etc.)	Capacitar, no mínimo, 50 pessoas a cada ano	SEC, universidades e Senac	SEC, universidades e Senac

PROGRAMA 5 – ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Justificativa: A ampliação de demandas turísticas pode causar problemas de uso e ocupação do solo, assim como degradações ambientais. Planos diretores dos municípios turísticos e ampliação de redes de saneamento são vitais para a manutenção da qualidade urbano-ambiental.

Quadro 3.4.23 – Projetos do Programa Organização Territorial e Ambiental (RF 9)

Programa: Organização Territorial e Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Planos Diretores	Elaboração dos Planos Diretores de cinco prefeituras no entorno da barragem do Passo Real (Salto do Jacuí, Fortaleza dos Valos, Campos Borges, Quinze de Novembro e Alto Alegre), como pré-requisito para obtenção de financiamentos internacionais	Planos diretores realizados	Metrofor e prefeituras	Metrofor e prefeituras
Saneamento Básico	Infra-estruturas de saneamento básico nos municípios de Salto do Jacuí, Fortaleza dos Valos, Campos Borges, Quinze de Novembro e Alto Alegre, no entorno da Barragem do Passo Real, imprimindo melhoria ambiental na bacia	Rede de coleta de esgotos e destinação de resíduos nas cinco cidades	Corsan, e prefeituras	Prosanear, prefeituras e Corsan

ESTRATÉGIA DE ESTÍMULO A ATIVIDADES EMERGENTES EM ÁREAS POUCO DINÂMICAS: CADEIA DE PEDRAS

As reservas de ametista (no Médio Alto Uruguai, nas cidades do entorno de Frederico Westphalen) e ágata (Alto da Serra do Botucaraí, em Soledade) poderão constituir-se em oportunidades de desenvolvimento dessas porções regionais mais deprimidas, exigindo, no entanto, investimentos em pesquisas, capacitações e organização empresarial, que se constituem em desafios a vencer. Os programas e projetos deste Agrupamento constam na **Tabela 3.4.23**.

Tabela 3.4.23 – Programas e Projetos do Agrupamento a Atividades Emergentes: Cadeia de Pedras – RF9 (R\$Mil)

Agrupamento	Programa	Projeto	2006-2007	2008-2011	2012-2015	Total	
5 – Estímulo a Atividades Emergentes em Áreas Pouco Dinâmicas: Cadeia de Pedras	1 – Formação da Cadeia de Pedras	1 – Estímulos à Organização da Cadeia de Pedras	1.000	2.000	-	3.000	
	<i>Total do Programa</i>		1.000	2.000	-	3.000	
	2 – Estímulos Econômicos	1 – Incentivos ao Processamento de Pedras		Incluídos no Agrupamento 1			
		2 – Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento					
		3 – Suporte ao Empreendedor					
		4 – Eficiência Coletiva					
	<i>Total do Programa</i>		-	-	-	-	
	3 – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação	1 – Capacitação em Processamento de Pedras		Incluídos no Agrupamento 1			
		2 – Pesquisa e <i>Design</i>					
	<i>Total do Programa</i>		-	-	-	-	
4 – Apoio à Comercialização	1 – Organização da Comercialização		2.000	3.000	-	5.000	
	<i>Total do Programa</i>		2.000	3.000	-	5.000	
5 – Recuperação Ambiental	1 – Termos de Ajustes de Conduta das Explorações Minerais		400	800	800	2.000	
	<i>Total do Programa</i>		400	800	800	2.000	
<i>Total do Agrupamento</i>			3.400	5.800	800	10.000	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

PROGRAMA 1 – FORMAÇÃO DA CADEIA DE PEDRAS

Justificativa: O baixo nível tecnológico de exploração dos recursos naturais na Região, utilizando técnicas e equipamentos superados, com pouca agregação de valor aos produtos, com produtores pulverizados e baixa capacidade para inovações e cooperação, exigem um esforço para estruturar as cadeias extrativas, articulando garimpeiros, processadores, artesãos, de modo a modernizar e agregar valor a novos elos possíveis nessa produção.

Quadro 3.4.24 – Projetos do Programa Formação da Cadeia de Pedras (RF 9)

Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Estímulos à Organização da Cadeia de Pedras	Organização para a formação de cadeia envolvendo garimpeiros, lapidadores, artesãos, joalheiros, com apoio da URI, UPF e Sebrae. Formação de associação e cooperativa, com apoio do Sebrae, que integre pequenos produtores e comercialização	Estruturar e formar associações ou cooperativas de produtores de pedras, por meio de levantamento do pessoal envolvido, discussões de problemas e soluções, absorção de experiências existentes em outras regiões; Organização da cadeia até 2011	Sebrae e Sedai	Orçamento do Estado, Sebrae, e universidades regionais

PROGRAMA 2 – ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Justificativa: Atualmente, as pedras são exportadas *in natura*, sem processamentos que agreguem valor, como lapidações e montagens. Há necessidade de incentivos econômicos para a abertura de pequenos negócios que processem esse produto, alcançando maior valor agregado.

Quadro 3.4.25 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos da Estratégia Estímulo a Atividades Emergentes em Áreas Pouco Dinâmicas: Cadeia de Pedras (RF9)

Programa:	Estímulos Econômicos			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Incentivos ao Processamento de Pedras	Direcionamento de linhas de incentivos à modernização do setor extrativo na Região, especialmente para empresas que aproveitem argilas oriundas da mineração de carvão e para micro e pequenas empresas de exploração de rochas ornamentais, gemas e jóias. Os incentivos devem apoiar a substituição de maquinários antigos, utilizando processos antigos, que devem ser modernizados; Continuidade do Fundopem com políticas de incentivos voltadas a esse segmento; Implantação de novas linhas de incentivos; Os COREDEs da Região estão inseridos no grupo selecionado como os menos favorecidos no Estado, e que devem receber recursos do programa de Redução das Desigualdades Regionais, com financiamentos do Bird, que disponibilizará recursos para incentivos a atividades, entre as quais esta poderá se alinhar pela geração de empregos; Abertura de novas linhas de incentivos pelo Programa Grande Fronteira Mercosul, do MIN, também voltado ao desenvolvimento de áreas deprimidas	Abertura de linhas de crédito e incentivos a negócios de processamento de pedras (Fundopem, Programa de Redução das Desigualdades, linhas de financiamentos bancários específicos)	SCP, Sedai e bancos financiadores	SCP, Sedai e bancos financiadores
Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	Assim como os incentivos, as linhas de crédito e financiamento, fornecidas pelas agências financeiras do Estado devem voltar-se a este segmento, com linhas especiais para micro e pequenas empresas e associações e cooperativas, para a implementação de empresas e substituição de máquinas e equipamentos. Isso pode ser alcançado mediante a inclusão de condições creditícias favoráveis, conforme cresça a distância dos empreendimentos em relação ao eixo dinâmico Porto Alegre-Caxias do Sul. Inspirado nos critérios do Fundopem-Integrar, esse mecanismo, corretamente calibrado, permitirá que os objetivos setoriais e regionais sejam alcançados ao mesmo tempo	Busca-se garantir uma distribuição espacial mais equânime dos recursos de financiamentos. Pelo critério proposto, a Região alcançaria cerca de 9,6% dos valores totais de financiamentos da Caixa RS e BRDE, respectivamente, podendo direcionar parcelas desses recursos ao financiamento de empresas neste setor	SCP, Sedai, BNDES, BRDE e Caixa RS	Recursos já disponíveis nas instituições envolvidas
Suporte ao Empreendedor – Apoio à Produção e Comercialização	A alimentação de iniciativas empreendedoras endógenas deve contar com um banco de dados estruturado sobre as potencialidades e requisitos existentes na Região, como informações sobre facilidades de incentivos, créditos, legislações, logísticas, que apoiem a localização industrial. O Sebrae já atua no apoio ao empreendedorismo e iniciativas de Balcão de Projetos. Um reforço da atuação da Sedai, em parceria com Sebrae e universidades regionais, deve aprimorar esse sistema com especificidades regionais voltadas ao segmento de extração mineral. O projeto deve apoiar iniciativas para a formação da cadeia e arranjo produtivo de pedras e gemas	Criação de cursos de capacitação técnico-gestional de empresários do segmento e apoio a projetos empreendedores no segmento de extração e processamento mineral	Sedai, Sebrae, agência de fomento do Estado e universidades	Orçamento do Estado através da Sedai e Caixa RS
Eficiência Coletiva – Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo	As pequenas escalas de produção e comercialização neste segmento exigem cada vez mais que se ampliem as escalas de compras e utilização de insumos e maquinários, assim como busca e escoamento para mercados, por meio da agregação de produtores. É essencial para a manutenção do capital social e produtivo, que se busquem soluções conjuntas de ampliação de escalas, por meio de associações e cooperativas; Instrumental jurídico que permita linhas de créditos a associações, para incentivar formas de organização que imprimem condições de escala às produções e comercializações; Assistência técnica (Sebrae) a associações e cooperativas na busca de soluções de compra e venda que reduzam custos	Ampliar as associações de produtores no segmento de pedras e gemas.	Sedai, Sebrae e Caixa RS	Sedai, Sebrae, Caixa RS e produtores

PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO

Justificativa: O desenvolvimento do segmento na Região exige inovações contínuas tanto nos processos produtivos como, especialmente, nas pesquisas em novos processos e produtos e na capacitação contínua dos recursos humanos envolvidos nessas inovações.

Quadro 3.4.26 – Projetos do Programa Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação da Estratégia Estímulo a Atividades Emergentes em Áreas Pouco Dinâmicas: Cadeia de Pedras (RF 9)

Programa:	Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação em Processamentos de Pedras	Implantação de escola técnica voltada a cadeia, com apoio do Senai, URI e UPF	Implantação da escola técnica até 2007; Capacitação de 5 mil alunos até 2015 em tecnologia para pesquisa mineral (em lavra, beneficiamento), industrialização (em corte, martelamento, tingimento, lapidação, modelagem, cravação), em inovação tecnológica e <i>design</i>	SEC, universidades e Senai	Orçamento estadual, universidades e Senai
Pesquisa e Design	Pesquisas em lapidações e <i>design</i> que agreguem valor às pedras, utilizando-se de vários materiais	Implementar unidade de pesquisa e <i>design</i> até 2007; Realizar 10 pesquisas anuais em lavra e beneficiamento de pedras, como em cortes e <i>design</i> , que agreguem valor às pedras, utilizando-se de vários materiais	universidades, Sedai, Sebrae e iniciativa privada	Sebrae, Sedai e universidades

PROGRAMA 4 – APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

Justificativa: As pequenas empresas e artesãos de produção de pedras requisitam espaços e apoio à prospecção de mercados e vendas de produtos, de modo a viabilizar escalas.

Quadro 3.4.27 – Projeto do Programa Apoio à Comercialização (RF 9)

Programa:	Apoio à Comercialização			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Organização da Comercialização	São previstas ações de sistema de informações sobre prospecção de mercados e fortalecimento de centros de comercialização em Frederico Westphalen e Soledade	Estruturar sistema de informações de mercado e criar ponto comercial para venda de produtos	Sedai, Universidades, Sebrae e iniciativa privada	Sedai, Universidades, Sebrae e iniciativa privada

PROGRAMA 5 – RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Justificativa: O manejo ambiental nas unidades de extração mineral é um dos principais problemas decorrentes da atividade, sendo executado de forma predatória, assim como a destinação adequada de rejeitos (cerâmica no carvão, perdas de pedras). A elaboração de Termos de Ajustes de Condutas com as empresas pode levar, progressivamente a formas de manejo adequado da mineração, assim como o aproveitamento da cerâmica e dos restos de pedras para argamassas são alternativas de manejo adequado dos rejeitos.

Quadro 3.4.28 – Projeto do Programa Recuperação Ambiental da Estratégia Estímulo a Atividades Emergentes em Áreas Pouco Dinâmicas: Cadeia de Pedras (RF 9)

Programa:	Recuperação Ambiental			
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Termos de Ajustes de Conduta das Explorações Minerárias	Estabelecer processo de discussão com os mineradores para implementar Termos de Ajustes de Conduta que levem à adoção de métodos extrativos menos impactantes, assim como destinação de rejeitos	Discutir e elaborar cerca de cinco Termos de Ajustes anuais	Sema, prefeituras, Sebrae e iniciativa privada	Orçamento estadual

Outros Projetos de Interesse para a Região Funcional 9

O Plano Estadual prevê um conjunto de outros projetos (ver **Tabela 3.3.5**), não diretamente ligados às estratégias regionais definidas, mas que também suprem suas necessidades.

Esses Programas e Projetos pertencem a três áreas:

- ◆ Inclusão Social, com ações em educação, saúde, habitação, saneamento e combate à pobreza, que abrange a totalidade das demandas urbanas e rurais da região, até o ano horizonte de 2015.
- ◆ Manutenção do Potencial Ambiental, com ações de criação e consolidação de áreas protegidas e indígenas, produção agroecológica.
- ◆ Capacitação para o ordenamento territorial.

INCLUSÃO SOCIAL

Estes projetos constam da Estratégia 3 do Plano Estadual. As demandas e recursos aqui estimados não incluem os dos pólos urbanos, anteriormente descritos. Trata-se do atendimento do restante das populações urbanas e rurais da Região. Ou seja, as demandas e os recursos totais para a região são o somatório destes ora estimados e daqueles dos pólos urbanos.

PROGRAMA MELHORIA DO ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Quadro 3.4.29 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria do Atendimento em Educação Básica (RF9)

Programa: Melhoria do Atendimento em Educação Básica				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Eliminação do Analfabetismo	A universalização do Ensino Fundamental tem empurrado o analfabetismo para as idades mais avançadas, ou seja, o problema é de estoque e não de fluxo. Portanto, é possível ter por objetivo eliminar o analfabetismo existente em parte da população	Atender demandas de 70,5 mil pessoas até 2015	SEC e prefeituras	Orçamentos dos governos federal, estadual e municipal
Escola em Tempo Integral	As políticas de correção de fluxo, que levam à eliminação da distorção série/idade e à redução do número de anos para o percurso de cada nível de ensino apóiam-se no pressuposto de que todos os alunos conseguem desenvolver as competências requeridas pela escola, se lhes forem dadas as oportunidades de aprendizagem. Programas de reforço escolar em turno contrário ao da escola aumentam as probabilidades de sucesso dos alunos com dificuldades de aprendizagem e são uma parte importante das políticas de correção do fluxo	Atender demandas estimadas em 77,3 mil alunos até 2015	SEC e prefeituras	Orçamentos estadual e municipais.
Avaliação de Desempenho	As políticas de correção do fluxo escolar, que implicam na eliminação da repetência, devem ter sua eficiência monitorada por um sistema de avaliação de desempenho dos alunos, a fim de verificar se, além de serem promovidos, os alunos estão desenvolvendo as competências requeridas pela escola	Implantar um processo de avaliação externa das escolas estaduais, com a aplicação de instrumentos de medida de desempenho dos alunos em provas baseadas em competências e questionários de avaliação para alunos, pais e comunidade escolar, a cada dois anos, atingindo 5% dos alunos matriculados por COREDE; Fundamental: 19,3 mil alunos até 2015. Médio: 4,6 mil até 2015	SEC e universidades	
Atendimento à Demanda por Ensino Básico	A oferta de matrículas no ensino fundamental é dever do Estado. A oferta de matrículas no ensino médio é imperativa do desenvolvimento pessoal, direito individual também garantido pela Constituição brasileira	Atendimento de 100% das crianças de 7 a 14 anos pelo Ensino Fundamental e de 80% dos jovens de 15 a 17 anos pelo Ensino Médio. Fundamental – 231,2 mil alunos até 2015. Médio: 68,5 mil alunos até 2015	Ministério da Educação; SEC e prefeituras	

PROGRAMA MELHORIA DO ATENDIMENTO EM SAÚDE

Quadro 3.4.30 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria do Atendimento em Saúde (RF 9)

Programa: Melhoria do Atendimento em Saúde				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Ampliação de Empregos Médicos	Bons indicadores de leitos, médicos e enfermeiros de nível superior permitem estender e aprofundar programas e ações em saúde pública	Atingir o coeficiente de 10,3 Empregos Médicos por 10 mil habitantes, média do Estado, em todos os COREDES. 271 até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Ampliação de Empregos de Enfermeiros	A disponibilidade de enfermeiros de nível superior convive com boa oferta de auxiliares de enfermagem de nível médio, profissionais absolutamente necessários aos programas de atenção à saúde da população	Atingir o coeficiente de 5,6 empregos de enfermeiros por 10 mil habitantes, média do RS, em todos os COREDES; 244 postos de trabalho até 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo
Expansão do Programa Saúde da Família	O PSF permite ampliar e qualificar a atenção básica prestada no Rio Grande do Sul pelos municípios	Aumentar a cobertura do PSF para 50% da população em 2007; 70% em 2011; 80% em 2015; 16 equipes entre 2012 e 2015	Ministério da Saúde, SES e prefeituras	Orçamentos dos três níveis de governo

PROGRAMA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO

Quadro 3.4.31 – Projetos de Interesse – Programa Melhoria das Condições da Habitação (RF 9)

Programa: Melhoria das Condições da Habitação				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Redução do Déficit Habitacional Urbano	O investimento no setor habitacional é prioritário, tendo em vista seu impacto social e econômico, tanto para a indústria local, como na geração de empregos para a força de trabalho menos qualificada; Atendimento à demanda por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico, destinados a famílias com renda per capita mensal até cinco salários mínimos	Construção de unidades residenciais nas zonas urbanas de forma a eliminar 35% do déficit até 2015; Acompanhar a variação demográfica; Construir 12,5 mil habitações até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado, Sistema Financeiro de Habitação
Construção de Unidades Sanitárias Domicílios sem Sanitário	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, vinculada aos serviços de infraestrutura básicos (água, esgoto e energia elétrica)	Eliminação de 35% do déficit existente até 2011; Construir 6,8 mil unidades até 2011	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado
Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	Garantia de acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, com redução de densidade onde há mais de três moradores por dormitório	Reduzir de 17,8%, sendo 20% até 2007, 40% até 2011 e 40% até 2015. Demandas de 1,9 mil residências até 2015	Sehadur e Cohab	Orçamento do Estado

PROGRAMA AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO EM SANEAMENTO BÁSICO

Quadro 3.4.32 – Projetos de Interesse – Programa Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico (RF 9)

Programa: Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Rede de Distribuição de Água	Ampliação da rede para atender aos novos domicílios urbanos decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e do crescimento demográfico	Acompanhar os números da variação demográfica; Demandas de 50,7 mil domicílios até 2015	Sops, Sema, Corsan e prefeituras	Orçamento do Estado e a cobrança pelo uso da água recentemente regulamentada

Programa: Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	Trata-se de programa essencial para a qualidade de vida da população	Manter a cobertura em índices próximos a 100% nas zonas urbanas, com inclusão nos roteiros de coleta dos novos domicílios urbanos decorrentes do crescimento demográfico e equacionamento do déficit habitacional. 46,6 mil domicílios até 2015	Sops e prefeituras	Orçamentos do Estado e municipais

PROGRAMA COMBATE À POBREZA

Quadro 3.4.33 – Projetos de Interesse – Programa Combate à Pobreza (RF 9)

Programa: Combate à Pobreza				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Renda Básica	Adicionalmente aos programas desenvolvidos pela STCAS, às ações de saúde pública e de educação básica com conteúdo de combate à pobreza, é justificável um programa de repasse de renda com foco na população que se situa abaixo da linha de indigência	Complementar os rendimentos das pessoas acima de 10 anos de idade, com renda inferior a ¼ do SM, a fim de que alcancem o piso de um salário mínimo per capita. Nos anos subsequentes a 2007 estimou-se que a população que receberá este apoio permanece nos mesmos patamares, o que representa que haverá aumento de renda média, já que as populações urbanas tendem a crescer; Demandas de 31,8 mil pessoas até 2015	STCAS e prefeituras	

PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

Estes projetos constam do Plano Estadual – Estratégia 4 – Programa 2.

Quadro 3.4.34 – Projetos de Interesse – Programa Manutenção do Potencial Ambiental (RF 9)

Programa: Manutenção do Potencial Ambiental				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Consolidação, Ampliação e Manejo das Áreas Protegidas	Estas áreas, embora possuam estrutura legal, sofrem pressões de uso e requerem consolidação, ações de fiscalização e manejo adequado, especialmente sob a pressão de ocupação das culturas empresariais. É necessário maximizar as potencialidades técnicas e humanas por meio de novos procedimentos e instrumentos de planejamento, definir estratégia estadual para a biodiversidade e estabelecer uma rede de informações sobre biodiversidade	Desenvolver e implantar planos de manejo nas Unidades de Conservação; Consolidar áreas decretadas; Desapropriar e/ou demarcar Unidades de Conservação e criar de novas Unidades de Conservação	Sema, Fepam e FZB	Programa de Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros e Gestão do Sistema Federal de Unidades de Conservação, Programa de Pesquisa em Biodiversidade, <i>Bio Carbon Fund</i> , <i>Prototype Carbon Fund</i> e <i>Community Development Carbon Fund</i>
Criação, Consolidação e Manejo de Terras Indígenas	Estas áreas, embora possuam estrutura legal, sofrem pressões de uso pela expansão das culturas empresariais e requerem consolidação, ações de fiscalização e manejo adequado. Além desse fortalecimento, muitas áreas ainda não estão demarcadas e regularizadas. Fortalecimento da criação, implantação e manejo de áreas indígenas	Desenvolver e implantar planos de manejo nas Terras Indígenas existentes; Consolidar áreas decretadas; Desapropriar e/ou demarcar áreas já identificadas; Definir novas áreas para agrupamentos acampados em áreas impróprias	Sema, Funai e Conselho Estadual dos Povos Indígenas	Sema, Funai e Conselho Estadual dos Povos Indígenas
Criação de APAs nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	Elaboração e implementação conjunta de marcos técnicos e institucionais comuns para o conhecimento, gerenciamento e preservação desse aquífero, que extrapola a Região e o país	Controlar usos e atividades impactantes ao Aquífero Criação de APA nas áreas de afloramento poroso; Desenvolver planos de manejo para estas áreas	Sema, Fepam, FZB e Sops	Probio, Funbio e Projeto Sistema Aquífero Guarani

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Quadro 3.4.35 – Projetos de Interesse – Programa Capacitação para o Planejamento Territorial (RF 9)

Programa: Capacitação para o Planejamento Territorial				
Projeto	Escopo	Metas	Órgão interveniente	Fonte de recursos
Capacitação das Estruturas Regionais para o Planejamento Territorial	Melhor capacitar as estruturas regionais setoriais e COREDEs para viabilizar a continuidade das atividades de planejamento e ordenamento territorial durante a fase de implementação das propostas deste estudo	Implantação dos projetos em 2006. Manutenção e monitoramento dos projetos até 2015	Governo do Estado e IES	Orçamento do Estado
Capacitação de Pessoal para o Planejamento Territorial	A contínua capacitação do capital humano dos órgãos setoriais e das prefeituras para o planejamento e ordenamento territorial é condição para a manutenção da qualidade destas atividades	Realizar anualmente um ciclo de formação para 50 participantes constituído de seminários e oficinas de trabalho, com encontros mensais de dois dias cada. Os encontros mensais deverão ser realizados de forma itinerante, buscando uma melhor percepção das diversas realidades regionais pelos participantes	SCP	Orçamento do Estado; Ministério das Cidades; financiamentos externos, dentro de um projeto mais amplo de modernização da administração, como o que beneficiou as estruturas de arrecadação

ANEXO 1 – LISTA DE SIGLAS

Abradee: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
Acamrece: Associação dos Vereadores da Região Celeiro
Acaveplam: Associação das Câmaras de Vereadores do Planalto Médio
Acvermau: Associação das Câmaras de Vereadores do Médio Alto Uruguai
Adevale: Agência de Desenvolvimento Vale do Rio Turvo
AED: Análise da Eficiência de Unidade Produtiva
Ageflor: Associação Gaúcha de Empresas Florestais
Agergs: Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul
Aipan: Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural
ALM: Agência de Desenvolvimento da Bacia do Lago Mirim
ALL: América Latina Logística
Amasbi: Associação dos Municípios do Alto da Serra do Botucaraí
Amau: Associação dos Municípios do Alto Uruguai
Amcserra: Associação dos Municípios do Centro Serra
AMGSR: Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa
AMM: Associação dos Municípios das Missões
Amu-celeiro: Associação dos Municípios da Região Celeiro do Rio Grande
Amucser: Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra
Amunor: Associação dos Municípios do Nordeste Riograndense
Amuplam: Associação dos Municípios do Planalto Médio
Amvat: Associação dos Municípios do Vale do Alto Taquari
Amzop: Associação dos Municípios da Zona da Produção
ANA: Agência Nacional de Águas
Anama: Ação Nascente Maquiné
Anatel: Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel: Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP: Agência Nacional do Petróleo
Anvisa: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA: Área de Proteção Ambiental
Apaari: Associação de Proteção Ambiental Amigos do Rio Ijuí
Apan: Associação de Proteção ao Ambiente Natural
APL: Arranjo Produtivo Local
APP: Áreas de Preservação Permanente
ARCV: Associação de Câmaras da Região Noroeste do Rio Grande do Sul
Arvau: Associação dos Vereadores do Alto Uruguai
AsRNP: Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
Avat: Associação dos Vereadores do Alto Taquari
Avenor: Associação Regional de Câmaras de Vereadores da Região Nordeste do Rio Grande do Sul
Avevarp: Associação dos Vereadores do Vale do Rio Pardo
Banrisul: Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial
BM&F: Bolsa de Mercadorias e Futuros
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BSBIO: Indústria e Comércio de Biodiesel Brasil Ltda.
C&T: Ciência e Tecnologia
CAD: Computer-Aided Design
CAE: Computer-Aided Engineering
CAF: Cooperação Andina de Fomento
CAM: Computer-Aided Manufacturing
Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCPE: Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos
CDE: Conta de Desenvolvimento Energético
Ceasa: Central de Abastecimento do RS
Ceclimar : Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos
Ceee: Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEF: Caixa Econômica Federal
Ceitec: Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada
Cerfox: Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rurais de Fontoura Xavier

Ceriluz: Cooperativa Regional Rural de Ijuí
 Cermissoes: Cooperativa Regional de Eletrificação Rural das Missões
 Certaja: Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Rural Taquari Jacuí
 Certel: Cooperativa Regional de Eletrificação Teutônia
 Certhil: Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural Entre Rios
 Cesa: Companhia Estadual de Silos e Armazéns
 Cetemp: Centro Tecnológico de Mecânica de Precisão
 Cetepo: Centro Tecnológico de Polímeros
 CGEU: Comitê Gestor Estadual de Universalização
 CGNU: Comitê Gestor Nacional de Universalização
 CGTEE: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
 Cientec: Fundação de Ciência e Tecnologia
 Citec: Centro de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo
 CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 CNU: Conselho Nacional de Universalização
 Coasa: Cooperativa Agrícola Água Santa
 Cohab: Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul
 Comude: Conselho Municipal de Desenvolvimento
 Conab: Companhia Nacional de Abastecimento
 Cooperluz: Cooperativa de Eletrificação Rural Fronteira Noroeste
 Copec: Conselho de Pesquisas em Educação e Ciências
 COREDE: Conselho Regional de Desenvolvimento
 Corsan: Companhia Riograndense de Saneamento
 Cosel: Cooperativa Sudeste de Eletrificação Rural
 Cotrijui: Cooperativa Regional Triticola Serrana
 Cotrimaio: Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai
 Creluz: Companhia de Energia e Desenvolvimento Rural do Médio Uruguai
 Creral: Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai
 CTCCA: Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins
 CTET: Comitê Técnico para Expansão da Transmissão
 CTMR: Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência
 CUT/RS: Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul
 Daer: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do RS
 DEC: Duração Equivalente de Falhas
 Defap: Departamento de Florestas e Áreas Protegidas
 DPA: Departamento de Proteção Animal
 DPV: Departamento de Proteção Vegetal
 DRH: Departamento de Recursos Hídricos
 EBT: Empresas de Base Tecnológica
 Emater: Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
 Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 EMS: Efficiency Measurement System
 ESF: Equipe de Saúde da Família
 ETE: Escola Técnica Estadual
 Facos: Faculdade Cenecista de Osório
 Fapergs: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
 Fapesp: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
 Farsul: Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
 Fatec: Faculdade de Tecnologia
 Feasp: Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário
 FEC: Frequência Equivalente de Falhas
 Federasul: Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
 FEE: Fundação de Economia e Estatística
 Fepagro: Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
 Fepam: Fundação Estadual de Proteção Ambiental
 Fesa: Fundo Estadual de Sanidade Animal
 FGV: Fundação Getúlio Vargas
 Fiergs: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
 Finep: Financiadora de Estudos e Projetos
 FMM: Fundo de Marinha Mercante
 FPM: Fundo de Participação de Municípios
 FRH: Fundo de Recursos Hídricos

Funai: Fundação Nacional do Índio
Funbio: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
Funcap: Fundação de Capacitação e Desenvolvimento de Três de Maio
Fundest: Fundação Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho
Fundopem: Fundo Operação e Empresa
Furgs: Fundação Universidade do Rio Grande do Sul
FZB: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul
GM: General Motors do Brasil Ltda
GPS: Global Positioning System
Grac: Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo
GTA: Guia de Trânsito Animal
GTPI-SUL: Grupo de Trabalho do Planejamento Indicativo da Região Sul
HA: Hectare
HCPA: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
I&C: Informação e Conhecimento
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibre: Instituto Brasileiro de Economia
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICT: Instituições Científico-Tecnológicas
Idese: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IES: Instituições de Ensino Superior
Infraero: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
Integrar/RS: Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Sul
JBIC: Japan Bank for International Cooperation
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
MCT: Ministério da Ciência e Tecnologia
MCH: Micro Central Hidrelétrica
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDF: Medium Density Fiberboard
MDL: Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
MEC: Ministério da Educação e Cultura
Metroplan: Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
MME: Ministério das Minas e Energia
OCB: Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
OGU: Orçamento Geral da União
OMS: Organização Mundial da Saúde
OMT: Organização Mundial do Turismo
ONG: Organização Não-Governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
P&D: Pesquisa e Desenvolvimento
PAM: Produção Agrícola Municipal
Pappe: Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas
PASS: Programa de Ação Social em Saneamento
PAT: Porto Alegre Tecnópole
PCH: Pequenas Central Hidrelétrica
PGQP: Programa Gaúcho da Qualidade e da Produtividade
PIB: Produto Interno Bruto
Pipe: Programa em Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas
PME: Pequenas e Micro Empresas
PNF: Programa Nacional de Florestas
PNI: Programa Nacional de Incubadoras e Parques
PNPB: Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
Pnud: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO: População Ocupada
Polis: Instituto Polis
PPA: Plano Plurianual
PPP: Parceria Público-Privada
Probio: Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
Probiodiesel: Programa Brasileiro de Biodiesel
Procergs: Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
Procoredes: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico-Tecnológico Regional

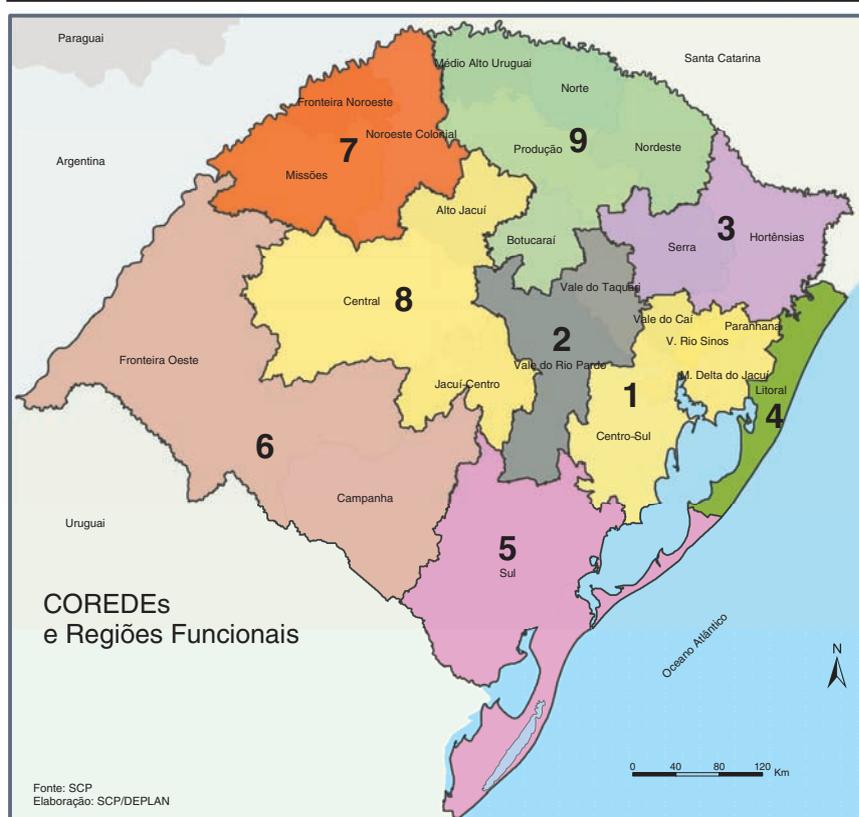
Prodatab: Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias Agropecuárias para o Brasil
Prodetur: Programa de Desenvolvimento do Turismo
Prominp: Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Prosaneat: Programa de Saneamento para a População de Baixa Renda
PSF: Programa de Saúde da Família
PTV: Permissão de Trânsito Vegetal
PUC: Pontifícia Universidade Católica
Rais: Relação Anual de Informações Sociais
Reconversul: Programa de Fomento e Reconversão da Metade Sul do Rio Grande do Sul
RF: Região Funcional
RGE: Rio Grande Energia
RGR: Reserva Global de Reversão
RMPA: Região Metropolitana de Porto Alegre
RNP: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
S&P: Standard & Poor's
SAA: Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Saeb: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SCP: Secretaria da Coordenação e Planejamento
SCT: Secretaria da Ciência e Tecnologia
Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC: Secretaria da Educação
Sedai: Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
Sehadur: Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano
Seic: Sistema Estadual de Inteligência Competitiva
Sema: Secretaria do Meio Ambiente
Semc: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações
Senai: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Siga: Sistema Integrado de Gestão Ambiental
Sigplan: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIGPROGB: Sistema de Informação Geográfica do Pró-Guaíba
SM: Salário Mínimo
Sops: Secretaria das Obras Públicas e Saneamento
SUS: Sistema Único de Saúde
Swot: Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
Tecon: Terminal de Contêineres
TEU: Twenty-Foot Equivalent Unit
TI: Tecnologia da Informação
Trensurb: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
UC: Unidade de Conservação
UCS: Universidade de Caxias do Sul
Uergs: Universidade do Estado do Rio Grande do Sul
Ufpel: Fundação Universidade Federal de Pelotas
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Ufsm: Universidade Federal de Santa Maria
Ulbra: Universidade Luterana do Brasil
Unicruz: Universidade de Cruz Alta
Unifra: Centro Universitário Franciscano
Unijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Unisc: Universidade de Santa Cruz do Sul
Unisinos: Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Univates: Centro Universitário Univates
UPF: Universidade de Passo Fundo
Urcamp: Universidade da Região da Campanha
URI: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Usen: Universidade Sebrae de Negócios
V/C: Volume / Capacidade
VAB: Valor Agregado Bruto
VCP: Votorantim Celulose e Papel

ANEXO 2

Base de Regionalização adotada para as propostas deste Volume

As várias dimensões relevantes analisadas nos estudos que integram o projeto Rumos 2015 levaram a equipe que coordenou o trabalho a sugerir um novo recorte espacial, definindo nove Regiões Funcionais para fins de planejamento no Rio Grande do Sul. Este recorte buscou atender a dois critérios importantes. O primeiro foi o de respeitar os recortes dos Coredes, pois essas instituições representam uma importante forma da organização do capital social das regiões, com apoio e aceitação política. Além disso, a criação de uma outra regionalização, superposta a todas as demais e que não respeitasse tais jurisdições, só faria aumentar a complexidade, prejudicando a interlocução com os agentes locais. O segundo critério utilizado foi o de buscar uma divisão regional capaz de reconhecer, respeitar e incorporar as homogeneidades existentes em termos econômicos, ambientais e sociais, além de refletir as polarizações observadas durante o estudo.

Nove Regiões Funcionais de Planejamento



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC

Participaram da elaboração deste Volume:

Editoração: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas e Centhury Artes Gráficas e Editora Ltda.

Resumos: Angela Bortolotto, Sônia Maria Moreira de Mello e Fabian Scholze Domingues

Revisão: Marlise Henrich, Sílvia Mondadori Bandeira e Márcio Roberto Teixeira

Apoio: Irmgard Penz, Marcelo Barbosa e Marco Penha



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Secretaria da Coordenação e Planejamento

RUMOS 2015

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Coordenação Geral, Avaliação e Acompanhamento

João Carlos Brum Torres – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Maria Izabel Knijnik – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Alexandre Porsse – Fundação de Economia e Estatística
Antonio Cargin – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Ari Moreira – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Daniel Lena Souto – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Fernando Luiz Righi de Oliveira – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
Paulo Pinto – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
Rubens Soares de Lima – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Sônia Maria Moreira de Mello – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Suzana Oliveira – Secretaria da Coordenação e Planejamento

Colaboradores

Adalberto Maia Neto – Fundação de Economia e Estatística
Álvaro Garcia – Fundação de Economia e Estatística
Aod Cunha de Moraes Junior – Fundação de Economia e Estatística
Dagoberto Lima Godoy – Caixa RS – Fomento Econômico e Social
Hermílio Santos Filho – Secretaria da Coordenação e Planejamento
José Antônio Fialho Alonso – Fundação de Economia e Estatística
Maria Domingues Benetti – Fundação de Economia e Estatística
Maria Lúcia Leitão de Carvalho – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Marisa Forneck – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
Wilson Gignachi – Secretaria dos Transportes

Apoio

Alba Conceição Marquez dos Santos – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Angela Bortolotto – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Antônio Provenzano Sireb – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Irmgard Penz – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Magda Maciel Bueno – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Marcelo Bastos Barbosa – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Marlise Margô Henrich – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Rafael Franke – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Silvana Maron – Secretaria da Coordenação e Planejamento
Tiago Jose Meireles Soares – Secretaria da Coordenação e Planejamento

Órgãos e Instituições Colaboradores

Fundação de Economia e Estatística
Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
Caixa RS – Fomento Econômico e Social
Secretaria dos Transportes
Superintendência de Portos e Hidrovias
Superintendência do Porto de Rio Grande
Conselhos Regionais de Desenvolvimento

Consórcio Booz Allen Hamilton – Fipe – HLC

Coordenação da Consultoria

Luiz F. M. Vieira – Diretor do Projeto/Consórcio
Jorge A. Maluf Filho – Diretor Técnico
André Franco Montoro Filho – Coordenador Técnico Geral
Carlos Azzoni – Coord. Técnico Desenvolvimento Regional
Antônio Galvão Novaes – Coord. Técnico Logística de Transporte
Miguel Luiz M. Noronha – Gerente de Projeto

Desenvolvimento Regional

Vera Pastorelo – Líder
Cristiano Fontes – Infra-Estrutura Econômica
Flávio Brandão – Informação e Conhecimento
José Ely da Veiga – Desenvolvimento Regional
José Marcos Cunha – Demografia
Leonardo Monastério – Desenvolvimento Regional
Luiz Feresin – Desenvolvimento Regional
Márcio Pires – Desenvolvimento Regional
Maria Alice Lahorgue – Desenvolvimento Regional
Mauro Jungblut – Meio Ambiente
Rafael Ramalho – Desenvolvimento Regional
Ricardo Abramovay – Desenvolvimento Regional
Roberto Luís do Carmo – Demografia
Vanya Sant'Anna – Infra-Estrutura Social

Logística de Transporte

André Bresolin Pinto
Christina Giacini de Freitas
Felipe Brum de Brito Sousa
Lorely Joffe
Maria Beatriz Costa
Pedro Veiga de Camargo
Rubens Almeida Jr.
Tancredo Vasconcellos
Virgílio Rodrigues Lopes de Oliveira
Wagner Colombini Martins

Cenários

Eduardo Haddad – Líder
Edson Domingues
Eduardo Almeida
Fábio Kanczuk
Fernando Perobelli

Apoio

Cássio Rosseto – Banco de Dados Georeferenciado e Sistema de Monitoramento e Avaliação
Fernando Formigoni – Georeferenciamento
Fuad Jorge – Banco de Dados
Maria Flávia Adorni – Banco de Dados Georeferenciado e Sistema de Monitoramento e Avaliação
Maria Hortência Lima – Secretária-Executiva

Síntese em 5 Volumes do Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no Rio Grande do Sul - Volume 3 -

